

MARIA MOTA ALMEIDA

**UM MUSEU-BIBLIOTECA EM CASCAIS:
PIONEIRISMO MEDIADO PELA AÇÃO CULTURAL
E EDUCATIVA**

Orientador: Professor Doutor Mário Caneva de Magalhães Moutinho

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Museologia

Lisboa

2012

MARIA MOTA ALMEIDA

**UM MUSEU-BIBLIOTECA EM CASCAIS:
PIONEIRISMO MEDIADO PELA AÇÃO CULTURAL
E EDUCATIVA**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em
Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia
conferido na Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Orientador: Professor Doutor Mário Caneva de Magalhães
Moutinho

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Museologia

Lisboa

2012

As viagens

Antes seja afastado do que já alcancei que o
seja daquilo para que vou. A posse é um
declínio.

Antes um pássaro a voar que dois na mão.
Dois pássaros na mão são o que já não falta.
Um pássaro a voar: é ir com os olhos a voar
com ele; ir sobre os montes, sobre os rios,
sobre os mares; dar a volta ao mundo e
continuar;
é ter um motivo de viver – é não ter chegado
ainda!

António Madeira, pseudónimo de Branquinho da Fonseca
(1928) (*Presença*, nº 14-15, p. 10)

Ao Pedro, Mariana e Margarida pelo
acompanhamento solidário num percurso
que, sem a sua presença, teria sido muito
solitário...

A todos os que, através do seu altruísmo,
generosidade e exigência, nos ajuda(ra)m a
crescer...

Agradecimento

Profissionalismo, estima, respeito, amizade, solidariedade, altruísmo, dedicação são termos que caracterizam, com graus de ocorrência diferente, é certo, todos os que acompanharam este projeto e contribuíram para a sua execução.

Em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento para o nosso orientador, Professor Doutor Mário Moutinho que, com espírito crítico aliado à confiança no trabalho, nos incitou permanentemente a prosseguir e a levar a bom termo a investigação.

À Maria Célia que, do outro lado do Atlântico, colocou toda a sua amizade, altruísmo e, igualmente, a sua vasta ciência na área da museologia e, sobretudo, na área da relação entre os museus e a educação, ao nosso dispor: guiando, aconselhando, aperfeiçoando, incentivando.

Ao Jorge Ferraz que ajudou a dissipar o nevoeiro que encobria a metodologia da análise de conteúdo.

Ao José António Proença, pela amabilidade com que franqueou as portas do museu onde é Conservador, o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, facultando-nos a documentação existente para a nossa investigação, contrariando, no seu labor quotidiano, a interrogação que muitas vezes coloca: “será que a soleira da porta ainda escalda?”

Ao Luís Branquinho da Fonseca Soares de Oliveira que, mediante o conhecimento, solidariedade e generosidade, nos ajudou a perceber um pouco mais da faceta humana do ‘educador–altruísta’, epíteto com que caracteriza o seu avô.

À Isabelle que, com a sua imensa disponibilidade, traduziu o resumo para Francês.

À Christiane Duarte que, ao sobrevoar o Oceano, leu e corrigiu a tradução do *abstract* em Inglês.

Ao Fernando João Moreira que, já depois de defendida a tese, nos ajudou a detetar as gralhas que, apesar das inúmeras revisões, teimavam em persistir.

Aos funcionários do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, Museu da Música – Casa Verdades de Faria, Museu do Mar – Rei D. Carlos, Espaço Memória dos Exílios, Moinho de Armação Tipo Americano, Farol S. Jorge dos Oitavos, Farol Museu de Santa Marta e Museu Casa das Histórias - Paula Rego, pelo seu acolhimento e disponibilidade.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga, Hemeroteca Municipal de Lisboa, pelo empenhamento e profissionalismo demonstrado em todo o processo.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Cascais - S. Domingos de Rana, Biblioteca Municipal de Oeiras, Biblioteca da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Biblioteca Municipal de Sines, Biblioteca Municipal de Seia, Biblioteca da Universidade de Coimbra, Biblioteca da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, por proporcionarem um ambiente agradável e convidativo que tornou a pesquisa mais prazerosa. Às primeiras cinco bibliotecas pela possibilidade de leitura domiciliária, que em muito facilitou a investigação. Branquinho da Fonseca sentir-se-ia reconhecido.

Resumo

A presente investigação centrou-se no ‘estudo de caso’ de um processo museológico de raiz local: o Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães, única instituição museal no concelho de Cascais durante meio século.

Tendo como base epistemológica o campo de investigação da Sociomuseologia e partindo de fontes primárias, secundárias e de bibliografia complementar, procurámos apreender a forma como os responsáveis desta instituição pensaram, perceberam e construíram, na sua génese, a função museológica.

A pesquisa orientou-se numa dupla vertente: por um lado, estudámos, mediante a metodologia de análise de conteúdo a que submetemos os textos doutrinários, o pensamento e a ação dos Conservadores João Couto e Branquinho da Fonseca; por outro, procedemos ao historial do museu, numa perspetiva diacrónica, dos anos 30 aos anos 80 do século XX, o que nos permitiu compreender que, desde muito cedo, a função social e educativa esteve presente através de uma proposta que se foi construindo ao longo das décadas.

Foi nosso propósito demonstrar a relevância do contributo de ambos os conservadores para a construção de uma instituição cultural mais próxima da comunidade, destacando o pioneirismo das práticas de cariz social, cultural e educativo que, posteriormente, se refletiu no desenvolvimento do seu trabalho em instituições de maior projeção: Museu Nacional de Arte Antiga e Fundação Calouste Gulbenkian, ambas em Lisboa.

Palavras - Chave – Museologia, Sociomuseologia, Educação, Museus Locais, Comunidade

Abstract

The present research focused on the 'case study' of a local root museum process: Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, the sole institution museum in Cascais for half a century.

Drawing on the epistemological field of research on Socio-museology, on primary sources, secondary and complementary bibliography, we tried to comprehend how the main founders of this institution thought, perceived and established the museological function at its origins.

The research was developed in two complementary orientations: as a first step we studied the thoughts and actions of the museum curators João Couto and Branquinho da Fonseca through the content analysis methodology of their scholarly previously published texts. In parallel, we studied the history of the museum, in a diachronic perspective, starting from the 1930s until the 1980s. This allowed us to perceive that, from very early on, the social and educational functions were present and continued to be developed over the decades that followed.

Those were personalities who contributed to the construction of a cultural institution, engaging in social, cultural, and educational pioneering practices to benefit the community and that we believe influenced the work of two institutions of higher magnitude and scope: Museu Nacional de Arte Antiga and Fundação Calouste Gulbenkian, in Lisbon.

Key - words - Museology, Socio-museology, Education, Local Museums, Community

Résumé

La présente recherche est une ‘étude de cas’ d’un processus muséologique d’implantation locale: le Musée-Bibliothèque Condes de Castro Guimarães qui representa l’unique institution muséale de la région de Cascais sur une période de 50 ans.

Le domaine de la socio-muséologie est la base épistémologique de cette recherche, elle utilise des sources primaires, secondaires et une bibliographie complémentaire. Nous avons cherché à appréhender comment les responsables de l’institution en étude ont pensé, perçu et construit la fonction muséologique dans sa genèse.

La recherche a suivi deux orientations : d’une part, par le biais de la méthodologie d’analyse de contenus des textes doctrinaux, nous avons étudié la pensée et l’action des conservateurs João Couto et Branquinho da Fonseca et d’autre part, nous avons procédé à l’historique diachronique sur la période 1930 -1980 ; ce qui nous a permis de comprendre que, très tôt, la fonction sociale et éducative était présente dans cette proposition construite au long de plusieurs dizaines d’années.

Notre propos a été de démontrer la pertinence de la contribution de ces deux conservateurs pour la construction d’une institution culturelle plus proche de la communauté et de souligner l’action pionnière des pratiques à caractère social, culturel et éducatif. Postérieurement, ces caractéristiques se retrouveront dans le développement de leur travail dans des institutions de plus grande visibilité: le Museu Nacional de Arte Antiga à Lisbonne et la Fondation Calouste Gulbenkian également à Lisbonne.

Mots-clés : Muséologie, Socio-muséologie, Education, Musées Locaux, Communauté.

Abreviaturas Utilizadas

APA – American Psychological Association
APOM – Associação Portuguesa de Museologia
CECA – Comité Internacional do ICOM para a Educação e Ação Cultural
DEC – Departamento de Educação e Cultura
DGAA – Direção Geral de Administração Autárquica
DPAM – Departamento do Património e Museus Municipais
FCSH/UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
ICOFOM – Comité de Museologia (do ICOM)
ICOM – Conselho Internacional dos Museus
MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia
ICOFOM - Comité Internacional para a Museologia
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPHAN – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional - Brasil
IPM - Instituto Português de Museus
IPPC – Instituto Português do Património Cultural
M-BCCG – Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães
MNES - Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociales
OAC - Observatório das Atividades Culturais
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
ROSM - Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
RPM – Rede Portuguesa de Museus
SPA – Sociedade Portuguesa de Autores
ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	15
A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO	15
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	30
INSERÇÃO DA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	38
 CAPÍTULO 1 – OLHARES MÚLTIPLOS: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	56
1.1 UM OLHAR RETROSPECTIVO: A FUNÇÃO DOS MUSEUS, DA EDUCAÇÃO E DAS BIBLIOTECAS NA REPÚBLICA E NO ESTADO NOVO.....	56
1.1.1 A função dos museus	56
1.1.1.1. na Primeira República: a par das escolas, um meio de instrução do povo.....	56
1.1.1.2. Estado Novo: instrumentos de propaganda e ‘operosos centros de cultura’	58
1.1.2. A função da educação:.....	64
1.1.2.1. na Primeira República: ‘O homem vale, sobretudo, pela educação que possui’	64
1.1.2.2. no Estado Novo: a escola como ‘sagrada oficina das almas’	71
1.1.3 A função das Bibliotecas na Primeira República e no Estado Novo: da ‘oficina sempre aberta’, à censura moralizadora	74
1.2. A REVOLUÇÃO DO OLHAR: O PENSAMENTO MUSEOLÓGICO CONTEMPORÂNEO	80
1.2.1 A função dos museus na perspetiva da Sociomuseologia	81
1.2.1.1 A renovação do pensamento museológico: a responsabilidade social e o comprometimento com a comunidade	82
1.2.1.2. A função e os desafios dos museus locais numa sociedade em permanente mudança	99
1.3. UM OLHAR ARTICULADO: MUSEUS E EDUCAÇÃO	107
1.3.1 Até à Segunda Guerra: museus encaminham-se para a educação	108
1.3.2 Pós 2ª Guerra: dos museus como extensão da escola, à autonomia	112
1.3.3 A partir dos nos 70: museus autonomizam-se da escola	123
 CAPÍTULO 2 – O OLHAR LOCAL: MUSEUS DE CASCAIS	126
2.1- ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – TEMÁTICO: PANORAMA MUSEOLÓGICO CASCALENSE.....	127
2.1.1 Caracterização do Concelho	128
2.1.2 Caracterização dos museus municipais	134
1931 - Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães: de casa particular a museu	146
1988 - Museu da Música – Casa Verdades de Faria: de casa particular a museu	149
1992 – Museu do Mar de Cascais	152
1997 – Museu do Mar de Cascais – Rei D. Carlos	152
1999 – Espaço Memória dos Exílios.....	154
1999/ 2005 – Moinho de Armação - Tipo Americano	155
2001 / 2009 - Forte S. Jorge dos Oitavos: de utilização militar a museu.....	156
2005 - Casa de Santa Maria: de casa de habitação a espaço público	157
2007 - Farol Museu de Santa Marta: museu e posto de sinalização da costa	159
Conclusão	160

CAPÍTULO 3 - A ‘ORIENTAÇÃO DO OLHAR’ - ESTUDO DE CASO: MUSEU-BIBLIOTECA CONDES DE CASTRO GUIMARÃES	167
3.1 O MUSEU – BIBLIOTECA ATRAVÉS DOS DISCURSOS DE JOÃO COUTO E BRANQUINHO DA FONSECA.....	168
3.1.1. Percursos biográficos.....	170
3.1.1.1. João Rodrigues da Silva Couto	170
3.1.1.2. António José Madeira Branquinho da Fonseca.....	175
3.1.2. Os discursos dos dois Conservadores	178
3.1.2.1 Discursos de João Couto	186
3.1.2.1.1. A concepção de educação: a regeneração social pela educação	186
3.1.2.1.2. A concepção de museu: “instrumento essencial de cultura e de educação”	196
3.1.2.2. Discursos de Branquinho da Fonseca	206
3.1.2.2.1. A concepção de educação: “só é verdadeiro o caminho de cada um, aquele que por cada um é descoberto e caminhado”	206
3.1.2.2.1. A concepção de museu – biblioteca: “organismo vivo e sempre jovem, com todos os séculos que tiver.”	210
3.2 O MUSEU – BIBLIOTECA ATRAVÉS DE DIFERENTES ‘OLHARES’	219
3.2.1 “João Couto, verdadeiramente inimigo das obras de fachada”	219
3.2.2 “Branquinho da Fonseca - um escritor que não é um distante <i>snob</i> das Letras”	224
Conclusão	231
3.3 O MUSEU-BIBLIOTECA: A FILANTROPIA NA DOAÇÃO E NA AÇÃO	233
3.3.1 Década de 30 – tempos de formação : alargamento de públicos / aproximação à comunidade.	235
3.3.2. Décadas de 40/ 50 – tempos de afirmação - “Sobre rodas”: a biblioteca itinerante.....	254
3.3.3 Décadas de 60/80 - Tempos de consolidação: a aposta nos mais jovens	278
3.3.3.1 Os Serviços Educativos	278
3.3.3.2. Biblioteca Infantil e Juvenil	286
Conclusão	293
A (RE)ORIENTAÇÃO DO OLHAR: SÍNTESE CONCLUSIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	300
50 anos de vida: meio século inspirador	300
BIBLIOGRAFIA	317
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	317
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA.....	340
ÍNDICE REMISSIVO	359
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	360
LISTA DO APÊNDICE	362

Índice de Cronogramas

Cronograma 1 - Situação dos Museus e Centros Interpretativos Municipais existentes no concelho de Cascais.....	139
--	-----

Índice de Quadros

Quadro 1 A missão de um museu local	101
Quadro 2 Evolução da população do concelho de Cascais por freguesias de 1911 a 2011	129
Quadro 3 Museus e Centros Interpretativos Municipais concelho de Cascais – 2012.....	137
Quadro 4 Outros espaços museológicos concelho de Cascais – 2012	138
Quadro 5 Museus em fase de estudo e programação 2012.....	140
Quadro 6 Origem dos espaços dos Museus e Centros Interpretativos Municipais	143
Quadro 7 Factores presentes na formação dos Museus e Centros Interpretativos Municipais ...	144
Quadro 8 Textos da autoria de João Couto.....	180
Quadro 9 Textos da autoria de Branquinho da Fonseca.....	182
Quadro 10 Conceito de museu-biblioteca em João Couto e Branquinho da Fonseca.....	185
Quadro 11 Educação moderna e tradicional - João Couto	187
Quadro 12 A escola ativa - João Couto	188
Quadro 13 Articulação 'escola-museu' e 'museu-escola' - João Couto.....	191
Quadro 14 Museus modernos e museus tradicionais segundo João Couto	197
Quadro 15 Museus modernos - João Couto.....	200
Quadro 16 Museus tradicionais - João Couto.....	203
Quadro 17 Educação/cultura moderna e educação/cultura tradicional - Branquinho da Fonseca	207
Quadro 18 Conceito de educação/cultura - Branquinho da Fonseca.....	208
Quadro 19 As bibliotecas modernas e das bibliotecas tradicionais segundo Branquinho da Fonseca.....	211
Quadro 20 As bibliotecas modernas - Branquinho da Fonseca.....	213
Quadro 21 As bibliotecas tradicionais - Branquinho da Fonseca.....	214
Quadro 22 Textos de reflexão sobre o trabalho de João Couto.....	219
Quadro 23 Caracterização dos museus organizados por João Couto	220
Quadro 24 O museu orientado por João Couto	222
Quadro 25 Textos de reflexão sobre o trabalho de Branquinho da Fonseca	225
Quadro 26 O Museu - Biblioteca orientado por Branquinho da Fonseca	226
Quadro 27 Museu - Biblioteca orientado por Branquinho da Fonseca	228
Quadro 28 Número de habitantes, de bibliotecas e de leitores em 1954.....	267
Quadro 29 Um projeto em/com continuidade	295
Quadro 30 A relação de interdependência entre o MBCCG, o MNAA e a FCG.....	296
Quadro 31 A operacionalização da ação educativa no M-BCCG	297
Quadro 32 Síntese dos resultados alcançados com a investigação.....	310

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Número de leitores da biblioteca itinerante - 1953	262
--	-----

Índice de Figuras

Figura 1 O primeiro verde da Primavera: St. Patrick, a Irlanda e a família O'Neill 21-3-2012..	162
Figura 2 A casa O'Neill em Cascais	167
Figura 3 Assinatura de João Couto - 1947	168
Figura 4 Assinatura de Branquinho da Fonseca – 1951	168
Figura 5 João Rodrigues da Silva Couto no M-BCCG - 1930	170
Figura 6 Branquinho da Fonseca em Cascais, 1942	175
Figura 7 Discurso Sá Oliveira - festa antigos alunos dos Liceus da Lapa e Pedro Nunes 9-5-1937	193
Figura 8 O Bibliotecário - 1566.....	217
Figura 9 Torreão do M-BCCG - C. Bonvalot, n/d.....	233
Figura 10 'Uma hora de música' - programa 18-9-1938.....	239
Figura 11 'Uma hora de música' - recortes de jornais, 1938.....	240
Figura 12 Espetáculo de dança rítmica na 'Fonte' do parque - 1932	241
Figura 13 Espetáculo de dança rítmica na 'Fonte' do parque – 1932.....	242
Figura 14: Cartão de Leitor do M-BCCG 1936.....	251
Figura 15:Registo de leitores M-B CCG - 1936.....	252
Figura 16: Registo leitores M-B CCG - 1942.....	253
Figura 17 A biblioteca itinerante junto aos Paços do Concelho - década de 50.....	254
Figura 18 A biblioteca itinerante a caminho duma povoação do concelho - década 50	259
Figura 19 Leitores na biblioteca itinerante - década de 50.....	260
Figura 20 A biblioteca itinerante em Caparide - década de 1950	261
Figura 21 A chegada da biblioteca itinerante - década de 1950.....	264
Figura 22 Carta de Afonso de Pina a Branquinho da Fonseca – 1953	266
Figura 23 Placas da antiga Sala de Arqueologia	271
Figura 24 Capa do Boletim nº 1 do Museu-Biblioteca.....	273
Figura 25 Atelier no Museu-Biblioteca	278
Figura 26 Atelier no Museu-Biblioteca	279
Figura 27 Ateliers no Museu-Biblioteca	280
Figura 28 Exposição do Centro Infantil	281
Figura 29 Exposição de arte infantil.....	281
Figura 30 Atividades do dia Internacional dos Museus – 1979	284
Figura 31 O espaço da Biblioteca Infantil e Juvenil na atualidade	288
Figura 32 A biblioteca itinerante na década de 80	291

Índice de Mapas

Mapa 1 Freguesias do concelho de Cascais / Museus e Centros Interpretativos Municipais	128
--	-----

Índice de Tabelas

Tabela 1: Leitores inscritos 1931-1941	251
--	-----

INTRODUÇÃO

A ESCOLHA DO OBJETO DE ESTUDO

Nos finais dos anos 60 do séc. XX, nos nossos primeiros anos de existência, assistíamos, com alguma frequência, à visita de elementos responsáveis pelo Museu Etnográfico do Rancho Folclórico de uma vila de interior onde morávamos, solicitando o favor de lhes serem emprestados chapéus e outros trajes para uma exposição importantíssima, que até ia ser inaugurada pelo Sr. Presidente da Câmara.

Não eram visitas habituais, mas a sua chegada enchia-nos de alegria.

Do último andar da casa desciam, sob o olhar atento da proprietária, caixas escrupulosamente guardadas, onde as nossas mãos jamais ousaram tocar mas onde os nossos olhos, reiteradas vezes, repousaram. A magia, que começava logo na descida, atingia o seu apogeu quando as caixas eram abertas e, do papel de seda, saíam magníficos tecidos que nos remetiam, no mínimo, para o mundo encantado das princesas. As peças eram retiradas com todo o cuidado, observadas com ‘mil olhos’ para verificar se estariam em perfeitas condições e, em seguida, num papel azul de ‘trinta e cinco linhas’, fazia-se o ‘inventário’ de tudo o que era emprestado.

A magia começava a desvanecer-se e os objetos lá seguiam o seu trajeto ...

No museu, as caixas eram abertas e o ‘recheio’ exposto para que, no dia aprazado, acompanhado de alguns discursos de circunstância e da ‘fanfarra’ local, se procedesse à inauguração de mais uma exposição.

Realmente, tudo estava exposto cuidadosamente, mas ... sempre nos perguntámos qual seria, para nós, a diferença entre ter ali as peças ou estarem, confortavelmente, arrumadas em casa. Quer num sítio, quer no outro, não lhes podíamos tocar, limitávamo-nos a ouvir um discurso, para nós ininteligível, acompanhado por contínuas salvas de palmas, percorrer o espaço, admirar a exposição e ouvir dizer, repetidas vezes:

- Oh! Que elegante vestido! Que bonito chapéu! Está em tão bom estado, ainda tem a caixa de origem...

e voltar para casa... onde regressariam mês e meio mais tarde os objetos que acabávamos de contemplar.

Hoje, as caixas com os chapéus e os vestidos lá continuam, no mesmo andar da casa, mas nunca esquecemos este episódio e as interrogações que nos suscitou...

Para que servem os objetos se não os fizermos falar? Quantas histórias nos têm para contar e nós insistimos apenas em expô-los? Onde estão evocadas e perpetuadas as histórias e memórias? Onde estão as valências do comunicar, explicar, ensinar, fazer e deixar experimentar? Como se faz a apropriação do património por parte da comunidade, onde, no caso citado, a indústria têxtil teve um peso económico bastante considerável? Não seria aquela exposição mais, e apenas só, um desfile de ‘ vaidades ’ que conduzia apenas ao deslumbramento de quem nunca teria usado aqueles objetos nem conseguiria almejar a tal?

As interrogações, despertadas pela(s) exposição(ões) no Museu Etnográfico de província, acompanharam-nos ao longo da existência e, talvez, não tenham sido alheias ao percurso desbravado e às razões que sustentam as opções feitas ao longo da vida e que convergiram na escolha do tema desta investigação. Consideramos que a opção por um tema de investigação não procede de um único factor, sendo o resultado mais ou menos consciencializado do nosso percurso de vida do qual temos, por vezes, apenas percepção quando, como é o caso, refletimos sobre a sua origem. A sensibilidade para a área da museologia, da história e do património começou, pois, ao observar o percurso de um património individual que se tornava episodicamente colectivo para, depois, voltar ao seu estado inicial, muito antes de sabermos definir estes conceitos. O fascínio pela História, e pelas ‘ histórias da História ’, começou cedo, fomentado pelo ambiente familiar que insistia em perpetuar as memórias dos ascendentes, através das narrativas associadas aos objetos a eles pertencentes, que tinham sido utilizados por várias gerações e com os quais nós podíamos conviver. Caso os objetos fossem mais raros estavam num armário-vitrine, se fossem mais banais e, apesar de terem uma vivência já longa, eram por nós utilizados quotidianamente - ainda hoje esta situação se mantém e é partilhada pelas nossas descendentes. O fio da memória, com a sua trajetória, conservação e comunicação / divulgação acompanhava-nos no quotidiano.

Anos mais tarde, com os alicerces melhor firmados, a formação na área das Humanidades foi a trajetória que se tornou mais consentânea com a nossa sensibilidade e formação.

Após mudança de residência, o ensino secundário na Escola Secundária Sebastião e Silva - antigo Liceu Nacional de Oeiras -, abriu-nos horizontes para um ‘ Novo Mundo ’ com o contributo inestimável da disciplina de História, onde o Ministério da Educação havia substituído

os tradicionais manuais escolares – que regressaram em força uns anos mais tarde e, agora, são quase as ‘sebentas’ anteriores ao 25 de Abril de 74 – pela colectânea de textos referenciais – que guardamos devotamente -, onde “não se dava o peixe, mas se ensinava a pescar” abrindo caminho para aulas com um grande labor interpretativo que exigia das professoras uma permanente atualização científica. Foram estas nossas “missionárias do ensino”¹ que, desde muito cedo, nos encaminharam para a Nova História onde se privilegiava, além das estórias dos Reis e Rainhas, Princesas, Nobreza e Clero, a das gentes impulsionadoras das nações, dos que não tinham tido direito a estar no “trono” da História mas que, pela quantidade, pela força de trabalho, pela sua perseverança, pela difícil e, quantas vezes ingrata defesa dos seus parcos direitos, tinham feito verdadeiramente a História. A ‘História dos povos sem História’ como Lucien Febvre e March Bloch começam a defender na sua prática historiográfica, que nos alerta para a necessidade de ampliar os horizontes de ação do historiador, de privilegiar as ações dos grupos sociais, a mentalidade coletiva, contrariamente à historiografia positivista, que apenas trabalhava com a superficialidade da tradição narrativa do passado². Apelam à necessidade de comprometimento da Humanidade na construção do mundo e ao alargamento da noção de documento em História, que caracterizam como sendo tudo o que “pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e a maneira de ser do homem” (Febvre, 1977/1985, p.249) e que deve ser trabalhado com base no questionamento a partir do presente. Esta metodologia de trabalho, que denominam de história –problema, está espelhada na revista *Annales*, inicialmente (1929) *Annales d'Histoire Économique et Sociale* e que, em 1946, com Braudel, Friedman, Morazé e Leuillot, adquire um título mais plural *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*, para se adaptar aos novos tempos, a uma nova sociedade, como explica Lucien Febvre: “Os Annales mudam porque tudo à sua volta muda: os homens, as coisas, numa palavra, o mundo” (Febvre, 1977/1985, p.42). É esta mudança, esta nova adaptação a um mundo novo e ao mesmo tempo tão velho, que nos vai ser transmitido e que nos tira da nossa “zona de conforto”, onde a História seguia um percurso linear organizado e cristalizado em milénios, séculos e, no máximo, em décadas, mas em que o

¹ Não podemos deixar de as nomear, pela influência que tiveram na nossa formação e, cujos “saberes” e “saberes – fazer”, ainda hoje nos acompanham: Áurea Simões e Clarisse Maria de Sousa Mendes.

² E quantas vezes centrada no individualismo de quem a escrevia, visto que “o que importava, não era a história, uma ciência a promover. Era o historiador, um livro a assinar. Vaidades de autor”. (Febvre, 1977/1985, p.61)

questionamento estava ausente e se emudecia a base da pirâmide social, discriminando-a sem nunca a valorar, que nos permite dar o passo em frente.

Os chapéus e os vestidos guardados nas caixas foram feitos e comercializados por gente anónima. As caixas magníficas tinham sido obra de cidadãos anónimos. Quem eram eles, como viviam? O que aconteceu à preservação da memória colectiva? Eram questões que colocávamos, cada vez com mais acuidade, e para as quais íamos lentamente construindo uma resposta. Assim, não fazia sentido interromper esta caminhada só por que termináramos o décimo segundo ano de escolaridade. A licenciatura em História - 1984-88 -, “ciência dos homens no tempo” (Bloch, 1976, p.45) surgia como uma continuação lógica deste quase comprometimento com novas formas de saber e de atingir um conhecimento cada vez mais problematizador, questionador e, por isso mesmo, mais mutável.

Alguns professores na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa seguiam o modelo de trabalho por nós experimentado no Ensino Secundário, sendo investigadores implicados nas mudanças políticas, sociais, com a imensa capacidade que se transformava em facilidade de explicar a interação passado – presente, ao mesmo tempo que alertavam para a vastíssima complexidade social e para a necessidade de se olhar para o conceito de património / documento, como testemunho dos homens inseridos num espaço e num tempo concretos, visto que “ a história é filha do seu tempo”, de uma forma cada vez mais ampliada. O alargamento da noção de documento baseava-se na concepção da Nova História, “é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca pode e deve informar a seu respeito” (Bloch, 1976, p. 61).

Alertavam-nos, igualmente, para os “silêncios da história” - Le Goff e Nora -, perscrutados, sobretudo, através da história das mentalidades, que obrigam o historiador a estudar o não revelado. Estes silêncios deveriam ser questionados porque aí se encontravam / encontram traços significativos, que permitem um estudo mais aprofundado das sociedades passadas, numa permanente relação com o presente. É uma verdadeira revolução documental que apela cada vez mais à interdisciplinaridade, para se chegar a uma maior compreensão dos acontecimentos. Curiosamente, e para o mesmo professor António Justino Alves Ribeiro, estivemos envolvidas, juntamente com uma equipe mais vasta, em dois projetos de investigação, operacionalmente só um, que nos conduziram, na prática, a este modelo diferente de ver, abordar e trabalhar a História: no primeiro, tratou-se de um levantamento dos processos de

Inquisição existentes na Torre do Tombo, que pressupunha o preenchimento de uma matriz, previamente elaborada pela equipe coordenadora, e onde se pretendia dar voz, rosto e, quiçá, alguma dignidade a quem ficava eternamente olvidado pela massa incaracterística das estatísticas e pelos crimes cometidos e penas aplicadas. O segundo projeto nunca concretizado na sua totalidade, mas iniciado, consistia numa parceria - cujo protocolo foi assinado - entre a Faculdade de Letras de Lisboa e a Câmara Municipal de Seia para o levantamento sistemático de toda a documentação referente a esta cidade. O acervo ficaria concentrado num núcleo documental, embrionário do futuro Arquivo Municipal, que se pretendia acessível a todos.

Já não estava só a chegar aos artífices dos chapéus, dos vestidos e das respetivas caixas, mas também às técnicas e materiais empregues. Já não nos interessava só o quem, mas igualmente o quê, o como, em que condições, com que dificuldades, com que amarguras, com que alegrias... o nosso campo de interesses pessoais ia-se densificando, aprofundando, e nova questão se colocava: o que fazer a seguir? Gostávamos de continuar a investigar, mas também sentíamos necessidade de transmitir o pouco que tínhamos aprendido neste percurso, pequeno em tempo, mas longo em questionamento. Será que não poderíamos dar o nosso contributo aos outros, cooperando para a sua transformação, numa práxis de sentido freiriano - que na altura desconhecíamos -, tal como a sorte nos havia bafejado enquanto discentes? Numa lógica de continuidade e numa continuidade que a nós nos parecia ter lógica, abraçámos, logo de imediato e na mesma faculdade, o estágio pedagógico - Ramo de Formação Educacional 1988/90 - que nos abriria as portas para o ensino. Era a altura de cruzar a Educação com a História e, mais uma vez, a sorte esteve do nosso lado, porquanto tivemos, entre outros, como professor da disciplina de Introdução às Ciências da Educação, António Sampaio da Nóvoa que, muitas vezes, vindo diretamente de Genebra para a sala de aula, trazia na bagagem as ideias mais inovadoras da teoria e prática na área das Ciências da Educação, com uma maior sensibilidade para as desigualdades dentro da escola e, especificamente, dentro da turma analisando em conjunto a melhor forma de as atenuar.³

As ideias apreendidas e as reflexões empreendidas traduziam-se em aulas mais dinâmicas, com maior relação com a comunidade e património local, nomeadamente com os

³ Realizámos um trabalho intitulado: Almeida, Maria, (1989), *A Integração de Novos Elementos numa Turma como Geradora de Novas Desigualdades Escolares* (não publicado). Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.

museus, ideias aprofundadas e complementadas na disciplina Didática e Conteúdos Programáticos⁴, orientada por António Pedro Manique, e na disciplina Didática da História.

Terminada esta etapa, começámos a trabalhar autonomamente e, muitas vezes, isoladamente, onde as angústias iniciais cederam o lugar a uma maior confiança no labor a desempenhar, muito fomentada pelo trabalho executado e em que a grande tónica era a relação docente / discentes, comunidade e património. Enquanto docente, tornámo-nos responsáveis pelo livre desenvolvimento das características e qualidades dos nossos alunos, ou seja, partilhando a visão de Hannah Arendt, sentimo-nos responsáveis pela introdução e integração gradual dos mais novos no mundo tal como ele é e não como nós gostaríamos que fosse. Só assim contribuiríamos eficazmente para a formação dos futuros cidadãos. A escola tem, em nosso entender, a função propedêutica de efetuar a transição da criança da vida familiar para a vida pública (Arendt, 1961, p.199), sempre integrada no meio em que age e socializa com o outro. Talvez deste modo, e com indivíduos que ousam pensar por si, sejamos capazes de levar a bom porto a descentralização do ensino em democracia, articulando poderes e saberes em prol do bem comum.

Ao efetivarmos na Escola Frei António das Chagas - Vidigueira, o labor na sala de aula extravasava velozmente para o território e comunidade envolvente, pois tratava-se de um meio muito pequeno, em que as deslocações eram facilitadas. Começámos por trabalhar a toponímia local, relacionando-a com o programa. Ao abordar a Romanização em Portugal fomos passar o dia a três quilómetros de distância, às ruínas romanas de S. Cucufate -Vila de Frades – iniciando um trabalho mais dilatado no tempo, sobre a importância dos Romanos no Alentejo Interior Sul: se a temática versava os Descobrimentos, trabalhávamos Vasco da Gama... Tratou-se de um trabalho aliciante em que se conseguiram envolver alunos, pais, encarregados de educação e outros habitantes que aderiram às múltiplas iniciativas. O território era palmilhado, interrogado, questionado, contribuindo para que a disciplina de árida e transcendente, caminhasse para a

⁴ Onde apresentámos o trabalho: Ribeiro, Isabel, Almeida, Maria, (1990), *Uma Escola, duas realidades diferentes?*, (não publicado) Paço de Arcos, Escola Secundária de Paço de Arcos. Neste trabalho, fomos observar de que forma esta escola era reprodutora de desigualdades, pois tratava-se de um estabelecimento que incluía, num mesmo espaço físico, a sede e o anexo, havendo distinções nítidas quer em termos de instalações quer em termos de “arrumação” dos alunos. Para o anexo estavam reservadas as turmas de repetentes. Tentámos, igualmente, propor estratégias a implementar dentro e fora de aula para minorar estas assimetrias, nomeadamente através da educação patrimonial local.

progressiva humanização. Os conceitos de Homem, Território e Objecto (Bruno, 1996, p.28), começavam a ser compreendidos como ferramentas essenciais para a nossa profissão.

A vinda, no ano a seguir, para a Escola Secundária de Cascais, onde durante dois anos - 1993-95 - fomos Orientadoras de Estágio – Ramo Educacional, permitiu que, num trabalho concertado com as estagiárias, se aprofundasse a relação escola – meio, incentivasse o interesse pela História Local e se sensibilizassem os alunos para a importância, defesa e conservação do património cultural.

Este trabalho conjunto, a todos os títulos meritório, deixava-nos a necessidade de ir mais longe avançando nas questões da relação entre património local, museologia, construção da cidadania e identidade local de uma forma mais aprofundada e reflexiva. Se bem o pensámos, melhor o fizemos e inscrevemo-nos na Pós-Graduação em Museologia, onde conhecemos o Professor Mário Moutinho e a defesa acérrima da Nova Museologia, que orientava o foco da atenção não para o objeto, mas para a humanidade integrada no devir das sociedades. Ficámos encantadas com os paralelismos que se podiam fazer com a Nova História, se já não tínhamos Lucien Febvre, Fernand Braudel..., acompanhávamos agora as concepções e pioneirismo de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, ao defender que a população se devia tornar parte integrante da instituição – museu e da sua organização. Esta ‘descoberta’ individual materializou-se, em termos de reflexão, num trabalho elaborado no âmbito da disciplina Função Social do Museu, intitulado Mudanças Sociais / Mudanças Museais – Nova Museologia / Nova História – Que Relação (M.M. Almeida, 1996, p.109 a 130), em que tentámos explicar que as mudanças na Nova Museologia e na Nova História são um processo paralelo que ocorrem num mesmo espaço - França - e tempo - meados do séc. XX -, em que, em ambas, há uma mudança profunda dos princípios museográficos e historiográficos, pela necessidade que existe de uma articulação com a vida. Demonstrámos, igualmente, que há um alargamento do objecto museográfico e historiográfico, implicando, tudo isto, a alteração profunda do trabalho do museólogo e do historiador.

Seguiu-se, em Agosto de 1994, o estágio⁵ em Museologia na América do Norte, organizado pela Universidade do Québec Montreal/ Fundação dos Économuseus do Québec - Coordenação do Professor Pierre Mayrand - Director do Centro de Informação e Formação Ecomuseológica -, que nos permitiu conhecer, de uma forma mais minuciosa, a realidade de

⁵ juntamente com Cordovil, M., Fonseca, J.M, Moreira, C., Ribeiro, I., Roque Gameiro, A.

alguns museus quer do Canadá, quer dos Estados Unidos. Houve a preocupação da seleção de uma banda larga de museus: dos mais formais, aos museus mais interativos, parques naturais, ecomuseus, economuseus - onde trabalhámos com Cyril Simard, criador e utilizador deste conceito, por exemplo, na Papeterie Saint Gilles – Charlevoix, primeiro economuseu, criado em 1992. Os chapéus e vestidos, da nossa infância, ganharam novos contornos, diferentes entendimentos e, sobretudo, vastas formas de os “fazer falar” - em contexto -, de os divulgar e de os rentabilizar. Tínhamos alterado radical e definitivamente a nossa noção da relação museu / visitante, passado/presente, objecto/observador e compreendemos a museologia, não apenas como a ciência que estuda o trabalho feito nos museus, mas como área de reflexão com aplicação prática que tem uma relação biunívoca com a comunidade e sociedade em que se insere, acompanhando o seu ritmo de desenvolvimento, num processo que se pretende de osmose.

A participação e trabalho no Movimento Internacional da Nova Museologia - MINOM – secção Portugal -, no qual tivemos um conhecimento mais marcante de imensas iniciativas locais que se legitimam nas mudanças sociais e nas mudanças culturais havidas no nosso país desde os anos 80, através das jornadas sobre Função Social do Museu, reunião anual do MINOM, Encontros Nacionais de Museologia e Autarquias; o contacto com professores de todo o mundo que vinham debater as suas ideias nas aulas e nos variados serões museais, franquearam a porta para museus múltiplos, fruto de mundos e sociedades múltiplas.

Todas estas realidades, conceitos e reflexões que as suportam, foram transpostas de uma forma mais sólida para a nossa profissão, no contacto direto com os nossos alunos do Ensino Secundário, mas igualmente do Ensino Superior. Fomos convidadas pelo Professor Mário Moutinho para criar - ano lectivo 1995/96 - uma Pós - Graduação em Museologia e Educação⁶ que nos permitiu cruzar estes dois universos, que não deixamos de percorrer incessantemente: o de otimizar a relação dos museus com a educação e o da educação com os museus numa perspectiva de formação para a cidadania e para a (re) construção / valorização da identidade local. Neste curso, leccionámos a disciplina de História da Museologia e Novas Museologias, onde procurámos transmitir o nosso entendimento do que devia ser o lugar da museologia na sociedade contemporânea, herdeira e ao mesmo tempo motora da mudança social e cultural, por contraponto a uma museologia que poderíamos apelidar de mais ‘formal’, preocupada com a conservação e apresentação de coleções que recheiam os seus espaços e que, a nosso ver, sendo

⁶ Juntamente com Ana Maria Lousada Ferreira

igualmente vital, serve outros interesses e propósitos que não se enquadram, de uma forma tão direta, nas nossas inquietações.

Paralelamente, sentimos necessidade de transmitir o que havíamos aprendido aos nossos colegas que, muitos deles, sentiam um divórcio entre a escola, a comunidade e, por vezes, o desconhecimento do património local e da forma de o aproveitar, no sentido de tornar a sua disciplina mais apelativa, mais educativa, porquanto mais próximo da realidade. Nesse sentido, em conjunto com Ana Maria Lousada Ferreira, estruturámos os *Cursos de Museologia e Património Local*, no Centro de Formação de Oeiras e, também, no Centro de Formação de Cascais, de 1996 a 2000, onde fomos formadoras. Em 2001 dinamizámos um ação intitulada ‘*Conhecer para Agir e Proteger: o Património do concelho de Oeiras*’ na Escola Secundária de Camilo Castelo Branco, em Carnaxide, onde valorizámos a vertente educativa do Património que, estando presente nos programas escolares, não era, em nosso entender, devidamente aproveitada pelas respectivas Didáticas. Mais recentemente, em 2012, através do Centro de Formação de Professores de Cascais – S. João do Estoril, fomos formadoras do curso: *Museus / escolas - espaços e realidades*, que decorreu no Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães de 14 de Fevereiro a 6 de Março. A relação escola-museu faz parte integrante do nosso quotidiano profissional quer enquanto formadoras destes cursos que, no caso presente, além de professores, integrou profissionais dos outros museus locais, quer enquanto professora do ensino secundário e superior.

Entre 1998 e 2003, colaborámos com a Editorial Verbo na elaboração da *Enciclopédia Verbo / Edição Séc. XXI*, escrevendo cento e cinquenta artigos sobre os concelhos portugueses, onde foi feito um levantamento e caracterização exaustiva do património de cada região, o que nos possibilitou ampliar o leque de conhecimento na área patrimonial, que não se limitava ao local onde morávamos, mas se alargou ao território nacional.

O Mestrado, concluído em 2006, com o título ‘A Realidade Museológica no Concelho de Sintra: contributo para o seu estudo’⁷, foi o tempo e o espaço para aprofundar estas noções e conhecer, de uma forma mais detalhada, um património relativamente próximo do nosso local de residência, mas que não aproveitávamos na sua plenitude, também porque dele tínhamos um conhecimento relativamente superficial, mais na perspetiva de turista, quantas vezes accidental,

⁷ Almeida, M. M. (2006). Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de Mestre em Museologia, orientada pelo Professor Doutor Mário Canova de Magalhães Moutinho. Lisboa

trabalhando sobretudo os aspetos artísticos e menos o seu aproveitamento didático. Ao laborar com todo o processo museal, nas suas várias etapas, tivemos consciência, de uma forma mais nítida, das potencialidades comunicativas / educativas deste domínio do saber, criando relações passado / presente entre os membros da comunidade. Entendemos, deste modo, a museologia como uma ciência inscrita no campo lato das ciências aplicadas, cuja mais valia é a de conciliar uma reflexão crítica com uma atuação prática, igualmente crítica e permanentemente questionada e questionável, absorvida no trabalho com a comunidade e imersa nos problemas seus contemporâneos. A museologia, partindo do conhecimento e valorização da história e patrimónios locais, pode ser um alfobre interventivo de primeira água, ao utilizar, de forma qualificada, a ferramenta que faz a ligação passado / presente e procura soluções para as questões / construções do futuro: o património, mediado pela missão educativa.

Está traçado o percurso que, desde muito cedo, nos fez privilegiar o património local como fonte de ensinamento e de interação com a comunidade, escolar e não escolar. Esta sensibilidade advém, como referenciámos anteriormente, da nossa qualidade de aluna, professora, orientadora de estágio, cidadã, mãe, formadora, mas sobretudo habitante no concelho de Cascais, onde desempenhamos funções profissionais há mais de duas décadas.

Logo, este processo que se funde com todo um projeto de vida, assim como a análise de trabalhos que colocam em evidência a constante reflexão sobre a realidade museológica nacional, bem como a necessidade de um trabalho cada vez mais interdisciplinar, levou-nos ao cerne da temática em estudo.

Centrámo-nos na educação, como campo de formação, articulada com a teoria e práticas da Nova Museologia / Sociomuseologia, no melhor entendimento dos Museus Locais e da forma como utilizam a ação educativa para os diferentes tipos de público, conduzindo-os a uma apropriação do património local essencial para a construção da identidade e cidadania. O concelho de Cascais foi/constituiu o nosso objeto de estudo.

Numa primeira fase, e a nível metodológico, sobretudo na definição da engenharia de procedimentos, utilizámos preferencialmente Fortin (1996/2003), por considerarmos que a sua obra é um guia didático, essencial, para quem pretende empreender um trabalho de investigação científica. Nele estão as bases teóricas, acompanhadas de exemplos práticos, inerentes a todo o processo investigativo e que nos permitem caminhar com maior segurança neste “oceano de incertezas” (Morin, 2002, p.92). Acrescente-se que nos socorremos igualmente da obra de

Appolinário (2006), por ser de leitura muito linear e formar o esqueleto que permite um sustentáculo mais adequado ao tipo de investigação a empreender.

Acompanhados por este duo, cujo auxílio foi precioso, definimos a questão de partida, que foi formulada do seguinte modo:

- haverá uma dissociação efetiva entre os museus cascalenses e a comunidade, pelo não aprofundamento da missão educativa?

Apesar de conservarem e exporem coleções variadas - ver capítulo 2 -, representativas do património concelhio e / ou do património nacional e até internacional, apesar de diversificarem as atividades, os museus do concelho deparam-se com uma série de reptos na realização das ações museológicas. O que se constata, empiricamente, é que apresentam uma grande diversidade de atividades, maioritariamente publicitadas na *Agenda Cultural*, em que se parte muito mais dos interesses dos profissionais dos museus e das suas coleções, do que dos interesses e anseios da comunidade, com vista ao seu mais profícuo envolvimento. Esta constatação empírica conduziu à formulação de questões orientadoras da nossa investigação:

- De que forma os museus autárquicos cascalenses valorizam o património local como instrumento de aprendizagem e construção da cidadania?
- Será que os museus contribuem para a construção de um sentimento de pertença a um local?

No decorrer da pesquisa, com o prosseguimento dos trabalhos, percorrendo os arquivos, bibliotecas e museus, conversando com quem lá trabalha ou trabalhou, o nosso projeto reorientou-se.

Abandonámos a ideia inicial e fomos trilhar novos caminhos...

A bibliografia pesquisada, as fontes primárias e secundárias consultadas, o facto de considerarmos, tal como Mário Chagas, os museus como “microcosmos sociais” (2003, p.22), que não podem só catalogar-se como lugares de memória, visto que são também, “lugares de

poder, esquecimento, de resistência, de ruído e de silêncio” (Chagas, 2003, p.22), opções estas determinadas por quem os dirige, foi crucial para empreendermos esta mudança. Os museus são, em nosso entender, feitos / criados / moldados através dos percursos de vida e de escolhas pessoais que vão determinar a sua função, logo a sua maior ou menor relação com a comunidade.

Ao focalizar a nossa ‘lupa’ na origem do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, e depois de refletirmos sobre a importância da dimensão humana na construção desta instituição museal, sobre a influência da “gota de sangue em cada museu” (Chagas, 1999, 2003) que lhe vai conferindo e transmutando a personalidade, considerámos que o nosso contributo para a reflexão sobre a realidade museológica portuguesa seria muito mais profícuo se elegêssemos este museu como objeto de estudo, evidenciando as opções que presidiram à sua génese e as funções que acompanharam o seu amadurecimento. Ao trabalhar estas questões, apropriamo-nos do conceito de *imaginação museal*, criado e desenvolvido por Mário Chagas, que “[...] configura-se como capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. [...] Tecnicamente ela refere-se ao conjunto de pensamentos e práticas que determinados atores sociais [...] desenvolvem sobre os museus e a museologia” (Chagas, 2003, p.64). Ora foi este conjunto de pensamentos e práticas que procurámos perscrutar no presente trabalho de investigação.

Acontece que os estudos introdutórios a que procedemos nos permitiram constatar que as instituições museais têm sido estudadas sobre diferentes prismas: tipos / modelos de museus, história das coleções, atividades, etc., mas, frequentemente, esquecemo-nos das pessoas responsáveis pelos mesmos⁸, que contribuíram, não apenas para a salvaguarda do património que lhes foi confiado mas que, pelas opções tomadas, foram responsáveis por criar organismos, mais ou menos interventivos na comunidade, defendendo muitas vezes ideias diferentes das veiculadas pelo poder instituído.

Assim, consideramos que a temática a explorar será relevante para a construção do conhecimento a nível do património local e dos protagonistas de uma nova forma de pensar e

⁸ A necessidade de investir em trabalhos nesta área conduziu a que, em Paris, na Sorbonne 1, Le Groupe de travail en Histoire du Patrimoine et des Musées (HIPaM / HICSA), dedicasse, em 2012, uma jornada de trabalho, sob a direção de Dominique Poulot, a refletir sobre os atores do património. O objetivo foi o de estudar a criação de instituições patrimoniais através dos percursos de vidas e das escolhas pessoais. (Agenda HICSA, 2012, p.26). Insere-se igualmente nas reflexões impulsionadas pela Nova História francesa, que propõe novos problemas, novos objetos e novas abordagens, valorizando uma perspectiva mais biográfica, via que a *Escola dos Annales* secundarizou, associando-a a uma concepção tradicional de história, mais preocupada com os grandes homens e as suas obras.

fazer museal, contribuindo decisivamente para a interação entre cultura e sociedade. Pensamos que servirá de reflexão, na contemporaneidade, pela qualidade que o vanguardismo do pensamento e ação que João Couto e Branquinho da Fonseca imprimiram neste espaço e que transporta uma responsabilidade acrescida, não só para a instituição objeto de estudo, mas para o conhecimento do pensamento museológico interligado com o processo pedagógico.

Normalmente estas casas – museu, em que pretendemos que haja vida, através da aplicação de metodologias da área do campo museal, nascem a partir da morte. O fim da vida de quem as concebeu, idealizou e estimou é o princípio de uma ressignificação da função, da pertença dos afetos, das emoções e das cumplicidades. O cenário é o mesmo, mantêm a ambiência de ‘casa habitada’ e, consequentemente, os testemunhos de memória representados pelos objetos, pelo ambiente e pelas histórias contadas, são o fio indestrutível, e por vezes quase imperceptível, que nos liga aos proprietários.

Assim, o presente estudo, resultado de uma investigação centrada na problemática da concepção de função museológica que enformou a génese do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, pretende verificar que concepção ou concepções museais marcaram os primeiros anos de vida deste museu, contribuindo para a construção da sua identidade. Definimos a seguinte **questão inicial**:

- de que forma os responsáveis pelo Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães pensaram, perceberam e construíram, na sua génese, a função museológica?

O arco temporal estabelecido corresponde aos primeiros cinquenta anos em que o museu-biblioteca foi único museu no concelho de Cascais. Tal não significa a inexistência de uma ideologia / doutrina a inferir a partir dos anos 80, contudo, a mesma não corresponde ao objeto da nossa pesquisa pois implica, também, situar o discurso implícito e explicação sobre a função social e educativa da museologia.

O nosso trabalho, depois de reconfigurado, partiu de um grupo de **hipóteses** que procuram obedecer a condições inerentes à sua validade científica: que sejam generalizadas e admitam enunciados contrários, de modo a permitirem a sua refutação, tal como defendido por Quivy e Campenhoudt (1992, p.136 a 142) e que definimos da seguinte forma:

- O discurso ideológico e as práticas museais dos responsáveis do museu – biblioteca evidenciam a função museológica numa perspectiva elitista, reproduzindo os valores ideológicos do seu tempo.
- O discurso ideológico e as práticas museais dos responsáveis do museu – biblioteca apresentam a função museológica numa perspectiva de integração social.
- O discurso ideológico e as práticas museais evidenciadas pelos responsáveis do museu – biblioteca patenteiam a função museológica como uma ação educativa.
- A tipologia de museu definiu o perfil das ações sócio-culturais e educativas deste museu.
- Entre os anos 30 e 60 alguns princípios adoptados pela Sociomuseologia já estavam presentes na reflexão – ação deste museu – biblioteca.

Para estas hipóteses, cujo objectivo primordial é aferir pensamento / doutrina e ação na génese do museu e que, ao admitir “a presença da gota de sangue no museu significava também aceitá-lo como arena, como espaço de conflito e luta, como campo de tradição e contradição” (Chagas, 2003, p.21), concebemos um corpo de múltiplas interrogações que iremos tentar equacionar ao longo deste trabalho. Assim, e perante a hipótese delineada, o processo investigativo foi desenvolvido, igualmente, com a finalidade, de responder às seguintes questões:

- É a tipologia do museu que define o pensamento museológico, ou são as concepções defendidas pelos profissionais que aí operam?
- É a tipologia de museu que define o perfil das ações sócio-culturais e educativas dos museus, ou são as concepções de museu, de museologia e de educação defendidas pelos profissionais?
- Qual a importância da atuação dos profissionais analisados para a evolução do pensamento museológico e para o processo pedagógico?

Deste modo, o trabalho acompanhará os primeiros anos de existência do museu – biblioteca, numa dupla vertente: por um lado, proceder ao historial do museu, que se encontrava por fazer, partindo de bibliografia e fontes diversas, trabalhadas de modo a termos uma perspetiva diacrónica do trabalho aí realizado, numa comunhão que pretendemos permanente, entre a reflexão museológica e a reflexão sobre a prática museológica, na medida em que, em nosso entender, esta ciência funciona como uma ciência aplicada; por outro, destacando o pensamento e a ação de João Couto e Branquinho da Fonseca, mediante a análise de conteúdo a que submetemos os seus textos doutrinários. Pretendemos compreender como é que estas duas personalidades conferem ao museu a sua dimensão especificamente humana, como percebem, pensam e praticam a museologia na sua relação com a educação. Personalidades com percursos muito distintos, que contribuíram para construir uma instituição cultural, envolvendo-se em práticas de cariz social e educativo, que consideramos pioneiras, e que fizeram escola noutras instituições ‘maiores’: Museu Nacional de Arte Antiga e Fundação Calouste Gulbenkian, ambas em Lisboa.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Determinado o tema, enunciada a questão de partida, definidas as hipóteses e estabelecida a baliza temporal do trabalho de investigação, chegámos à fase em que iremos esclarecer a metodologia utilizada que “operacionaliza o estudo, precisando o tipo de estudo, as definições operacionais das variáveis, o meio onde se desenrola o estudo e a população” (Fortin, 1996/ 2003, p.108). Vamos também definir as fontes a utilizar.

A investigação que empreendemos insere-se, seguindo Fortin (1996/2003, p.136-139), na categoria exploratória – descritiva e no plano II do nível de investigação, cujo desenho descritivo “pode servir para descrever fenómenos e para encontrar relações entre variáveis” (Fortin, 1996/ 2003, p.138) e que, no nosso caso, vai ser predominantemente qualitativa, utilizando o texto como material empírico. A abordagem qualitativa, que pretende perceber a densidade dos problemas e das suas interações mais adequada a esta investigação, foi o chamado ‘estudo de caso’, que deve ser usado quando se pretende compreender contextos com algum grau de complexidade, onde estejam simultaneamente envolvidos diversos factores e atores. No fundo, permite-nos estudar o fenómeno no seu próprio contexto. É, também, um ‘estudo de caso’, porque nós não podemos exercer controlo sobre os acontecimentos e que nos possibilitou o aprofundamento de uma temática local, juntamente com questões teóricas ligadas à museologia. Os dados recolhidos que, como já enunciámos, vão ser de natureza qualitativa, operacionalizar-se-ão mediante o levantamento e tratamento de fontes primárias e secundárias, permitindo, o resultado deste trabalho, extrair ligações entre variáveis e fazer a verificação das hipóteses enunciadas. Será, por isso, igualmente um estudo de tipo descritivo – correlacional pois iremos tentar “explorar e determinar a existência de relações entre variáveis, com vista a descrever essas relações [...] , o principal objectivo [...] é a descoberta de factores ligados a um fenómeno” (Fortin, 1996/ 2003, p.174).

Não iremos cingir-nos a um único método de recolha de informações, mas recorreremos a estratégias compostas (Ketele, 1999, p. 38) quer para preparar a recolha de dados quer para a completar.⁹ Consideramos que a forma de tornar um plano de investigação mais sólido passa

⁹ A metodologia qualitativa, ‘bandeira’ da Escola de Chicago que, nos anos 30, sob a direção de Robert Park, fruto da crise económica profunda sentida na América, vai ser completamente ultrapassada pelos acontecimentos a que não consegue dar resposta, será superada pela análise estatística, isto é, pela metodologia quantitativa. Os problemas sociais, económicos e, principalmente, o desemprego na América do Norte, obrigaram a que os sociólogos se

pela ‘triangulação’, isto é, pela combinação de metodologias diversas, sendo a nossa grande preocupação a execução dos instrumentos, o controle dos múltiplos sentidos e referências assim como o cuidado a ter na análise dos resultados.

No sentido de materializar o projeto e para responder à nossa problemática e às hipóteses que formulámos, procedemos ao levantamento exaustivo de fontes primárias, “que representam documentos cujo conteúdo é original, isto é, que provêm diretamente do autor” (Fortin, 1996/2003, p.75), no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, no Arquivo Histórico Municipal de Cascais, na Biblioteca de Cascais - S. Domingos de Rana, na Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga, na Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa, na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

A fase seguinte foi constituída pelo levantamento, igualmente detalhado, das fontes secundárias, em livros e periódicos da época para completar a rede iniciada, fundamentalmente existentes na Biblioteca da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, na Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa, na Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga, na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa, na Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, na Biblioteca da Universidade de Coimbra, na Biblioteca de Oeiras, na Biblioteca Municipal de Seia, na Biblioteca Municipal de Sines e na Biblioteca de Cascais - S. Domingos de Rana. Utilizámos, igualmente, os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística.

Na tentativa de começarmos a construir a história da génese do museu em estudo, procurámos ser exaustivas para que o historial fosse o mais completo possível e permitisse constituir um pano de fundo sustentado e sustentável em que nos pudéssemos mover com segurança.

A preocupação em perceber melhor as doutrinas dos pioneiros deste museu, conduziu-nos, para além de outros documentos, alguns dos quais fontes primárias, ao levantamento exaustivo e posterior leitura de um conjunto de artigos, escritos por João Couto e Branquinho da Fonseca, maioritariamente insertos em publicações periódicas que, após uma leitura impressiva, considerámos fundamentais para perceber o seu pensamento doutrinal relativamente à função

virassem para os métodos quantitativos que se aplicavam de uma forma mais rápida e fácil com resultados semelhantes aos das metodologias qualitativas. Vão privilegiar o inquérito por questionário. Atualmente, esta problemática já não se coloca, coexistindo a combinação das duas metodologias.

que uma instituição cultural, neste caso o Museu – Biblioteca, devia desempenhar. Pelas suas características, este ‘corpus’ documental tornou-se imprescindível para o estudo doutrinal da génese do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, não só porque espelha o pensamento dos dois conservadores, um dos quais o primeiro, como legítima, com fundamentação consistente e refletida, as práticas por eles implementadas, algumas das quais inovadoras no nosso país (apêndice, pp. XIV – LXV). Fizemos igualmente a recolha de textos, escritos por outros autores, que versavam o trabalho desenvolvido por João Couto e Branquinho da Fonseca que, depois de submetidos à análise de conteúdo, secundaram as conclusões a que havíamos chegado (apêndice, pp. LXVI– LXXXVII). A pertinência da sua inclusão está diretamente relacionada com o ‘olhar exterior’ que poderia ou não confirmar o conteúdo dos textos escritos pelos intervenientes diretos no processo.

A seleção do conjunto de textos justificou-se tendo por base os seguintes critérios:

- abarcarem o período temporal em estudo;
- refletirem o pensamento dos dois Conservadores relativamente ao objeto de estudo a analisar;

Se, no caso de Branquinho da Fonseca, os artigos estão, na sua totalidade, diretamente relacionados com trabalho que desenvolveu no Museu – Biblioteca, relativamente a João Couto, e devido à intermitência, se bem que com bastante continuidade, da sua colaboração no Museu – Biblioteca, o nosso olhar foi mais abrangente e inserimos, além dos escritos que refletem o seu labor em Cascais, artigos que versam o entendimento que tem da função do museu no âmbito cronológico definido. Ambos escreveram muito sobre outros assuntos que lhes eram particularmente gratos, mas que não foram por nós analisados, por se encontrarem fora da temática em estudo.

A natureza deste material empírico, e de acordo com os vectores da nossa problemática, conduziu-nos, numa primeira fase, à “leitura flutuante” (Bardin, 1988, p. 96), que permitiu articular os procedimentos abertos e fechados e fazer uma primeira inferência sobre a validade dos conceitos previamente definidos. Esta leitura impressiva necessitava de ser sustentada pela utilização de análises de conteúdo categoriais e temáticas aplicadas ao conteúdo dos textos doutrinários, com resultados de tipo qualitativo. Procurou-se ler exaustivamente os textos para não perder a sua “realidade” empírica e factual, sem esquecer o princípio de que a teoria comanda a pesquisa, evitando a desestruturação opinativa e impressiva.

O plano de trabalho para a análise de conteúdo foi elaborado com base no modelo de análise categorial e temática apresentada por Bardin (1988). A análise de conteúdo é um instrumento “polimorfo e polifuncional” (Bardin, 1988, p. 9), isto é, um instrumento com formas várias e adaptáveis, com técnicas múltiplas e multiplicadas, que contribui para a “ultrapassagem da incerteza” e para o “enriquecimento da leitura” (Bardin, 1988, p. 29), através da “desocultação” (Bardin, 1988, p. 9) do não dito, tornando-nos quase detectives textuais, procurando perceber os sentidos e os significados do discurso.

O procedimento de análise de conteúdo, por nós utilizada, alia o método indutivo ao dedutivo. A lógica dedutiva procura encontrar no texto expressões significantes que respondam às dimensões do nosso conceito/problema de base. O método indutivo tem uma lógica predominantemente intratextual e procurou verificar, através da análise da estrutura do discurso do texto, quais os temas enunciados. Um terceiro momento consistiu em verificar, numa leitura intertextual, se as categorias avançadas simultaneamente permitem responder ao nosso problema teórico e se, ao mesmo tempo, são elementos significativos do próprio texto analisado. Então, como “interpretar” os temas e as categorias encontradas? Através dos procedimentos de identificação de unidades de registo, de contexto e de inferência significativa - interpretação/comentários, que desocultam - dos conteúdos expressos a cada uma dessas unidades. A desocultação atinge-se, assim, através da identificação dos conteúdos expressos implícitos ou explícitos em cada unidade de registo e de contexto onde surge, e das associações que as diferentes temáticas ou categorias estabelecem entre si.

A presente análise categorial temática pressupõe a definição de categorias de agregação e classificação de conteúdos, ou seja, categorias temáticas e respectivas unidades de registo e de contexto. Assim as categorias temáticas criadas devem ser homogéneas - daqui advém a característica de exclusão mútua -, válidas, pertinentes - adaptada ao material de análise -, exaustivas - esgotar o assunto-, produtivas - devem fornecer resultados ricos -, objectivas - controlam inferências e interpretações não fundamentadas e descontextualizadas -, o que nos conduz a categorias mutuamente exclusivas - o mesmo conteúdo não pode estar em categorias diferentes - , válidas para responder ao nosso problema (Bardin, 1988, p.120). As unidades de registo são pequenas frases e expressões e/ou vocábulos que remetem para o mesmo tema e conteúdo: trata-se de encontrar expressões que respondam ao modo como as categorias temáticas são substantivadas. Note-se que não iremos centrar as nossas opções de análise no

vocabulário em si como significante, nem nas características gramaticais, remetendo estas unidades de registo para um nível semântico e não linguístico, uma vez que privilegiamos núcleos de sentido observáveis no texto.

No que concerne às unidades de contexto, estas servem de compreensão para codificar a unidade de registo, destinam-se a clarificar a ambiguidade de conteúdo, quando o sentido da expressão ou do termo levanta dúvidas e correspondem aos “segmentos das mensagens cujas dimensões [...] são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo” (Bardin, 1988, p. 107). Por seu lado, quando estabelecermos associações de unidades de registo e de categorias e sua co-ocorrência, estamos a proceder a uma análise estrutural, logo predominantemente dedutiva. Mais do que fazer a descrição das categorias inventariadas, ou sua quantificação, como seria indicado para uma simples análise frequencial categorial – temática, procurámos identificar conceitos e temas agregadores e explicativos dispostos por dicotomia versus associação. Trata-se de um procedimento próximo do método qualitativo de teor intensivo em que se analisa “um pequeno número de informações complexas e detalhadas” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p.225), tendo como base a presença e a ausência de uma característica.

Complementarmente, ainda recorremos, como instrumento auxiliar, à análise estrutural de conteúdos proposta por Remy & Ruquoy (1990), nomeadamente no que concerne aos procedimentos de associação e oposição, bem como aos contributos de Fairclough (2003), ao defender que o discurso não é apenas um modo de ação, uma maneira de as pessoas agirem sobre o mundo e sobre os outros, mas é um modo de representação da realidade. Nesse sentido, e para este autor, teorias sociais e culturais são necessárias como adicionais a qualquer análise, não estando o contexto no texto (Phillips & Jorgensen, 2004, p. 65). Torna-se indispensável investigar o percurso dos seus autores, o que produzem, que identidades, representações e relações são salientadas e as que são silenciadas ou reprimidas. Na análise de conteúdo não se analisa apenas o que se diz implícita ou explicitamente, mas também quem o diz, que ator é esse e que lugar ocupa na sociedade como indivíduo e como ator social.

Como conclusão genérica, podemos afirmar que, partindo de uma análise categorial e temática, chegámos à concretização de uma análise estrutural, visto que a nossa preocupação foi, tendo presente o objetivo definido e a informação conseguida, centrarmo-nos numa análise de conteúdo de teor qualitativo.

A articulação entre uma perspectiva histórica de reconstituição de um processo de criação e sedimentação de uma instituição cultural, e uma perspectiva de explicação de um modelo ou modelos de efetivar a função da mesma, exigiu a adopção de um plano de investigação que permitisse trabalhar as duas perspectivas em simultâneo. Deste modo, o trabalho andou numa constante ‘viagem’ entre a descrição e a explicação, valorizando a função interpretativa que as teorias museais e educativas podem ter na orientação da recolha, tratamento e análise dos dados recolhidos, quer de fontes primárias quer secundárias.

Em consonância com a metodologia explicitada, o índice da tese inicia-se com a introdução, que se subdivide em três grupos: *a escolha do tema / objeto de estudo*, onde procurámos, mediante o nosso percurso de vida, justificar a escolha do tema, estabelecer a questão de partida e respetivas hipóteses de trabalho e questões orientadoras; *a metodologia da investigação*, onde esclarecemos todo o castelo metodológico utilizado para a produção de conhecimento que se pretende científico e, por último, *a inserção da investigação no contexto da produção científica*, onde construímos o estado da arte, considerado como o inventário das publicações pertinentes sobre o tema em estudo.

O corpo principal da dissertação encontra-se organizado em três capítulos subordinados ao ‘olhar’. O ‘olhar’ como “o fitar os olhos ou a vista em; encarar, ver, contemplar; dirigir os olhos para”, profundamente relacionado com o ‘ver’, que faz parte do seu significado, aqui entendido como o “compreender, examinar, investigar, indagar, inferir, deduzir”, segundo definição inserta no Dicionário de Moraes Silva (1987, IV, p. 111 e V, p. 449), que exemplifica bem o percurso seguido: partindo de uma abordagem mais geral para uma investigação mais centrada e aprofundada, mas ao mesmo tempo, biunívoca, partindo do ‘olhar’ para ‘ver’ e do ‘ver’ para o ‘olhar’. Deste modo:

- no capítulo 1, intitulado “Olhares múltiplos: enquadramento teórico”, apresenta-se a revisão da literatura, que corresponde ao exame crítico das publicações existentes, tentando construir o cenário onde se vai desenrolar a ação: o ‘estudo de caso’, situando-as na problemática geral. O presente capítulo, que constitui, no seu conjunto, o enquadramento teórico, encontra-se dividido em 3 subcapítulos:
 - “Um olhar retrospectivo: a função dos museus, da educação e das bibliotecas da primeira República ao Estado Novo”, que nos vai permitir compreender

- melhor a época em que decorre a nossa pesquisa, bem como perceber o estado da investigação da temática enunciada e diferentes perspetivas;
- “A revolução do ‘olhar’: o pensamento museológico contemporâneo” permitiu-nos, partindo das referências teóricas da sociomuseologia, construir o nosso conceito de museologia, prisma a partir do qual interrogámos o museu-biblioteca, em estudo;
 - “Um olhar articulado: museus e educação”, possibilitou-nos a análise da relação que os museus estabeleceram com a educação, não apenas no período estudado, mas até à contemporaneidade.
- no capítulo 2: “O ‘olhar’ local: Museus de Cascais”, pretendemos proceder à contextualização do nosso objeto de estudo, no concelho a que pertence: Cascais. Foi subdividido em duas partes:
 - A “Caracterização do Concelho”: onde foi feita a apresentação genérica do mesmo, para enquadrar o nosso estudo de caso, no meio.
 - Na “Caracterização dos museus municipais”, fizemos um levantamento exaustivo dos museus existentes, respetivo historial e atividades promovidas, numa perspetiva analítica.
 - no capítulo 3 “A orientação do ‘olhar’ - estudo de caso: Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães”, procedeu-se ao ‘estudo de caso’, partindo do pensamento que enformou os primeiros trinta anos deste museu tentando perceber como foi entendida a função museológica. Dividimo-lo em três sub-capítulos:
 - No primeiro, designado: “O museu – biblioteca, através dos discursos de João Couto e Branquinho da Fonseca”, analisámos, mediante o instrumento metodológico da ‘análise de conteúdo’, o discurso daqueles pioneiros, tentando demonstrar o conceito de museu-biblioteca que defendiam.
 - No segundo, intitulado: “O museu – biblioteca, através de diferentes olhares” procurámos perceber, mediante o instrumento metodológico da ‘análise de conteúdo, como é que o trabalho de João Couto e Branquinho da Fonseca, era percecionado e analisado pelos que acompanharam o seu percurso;
 - No terceiro, designado: “O Museu-Biblioteca: a filantropia na doação e na ação”, pretendemos estabelecer uma evolução diacrónica – dos anos 30 aos

anos 80 do século XX - da instituição museal, que consideramos original, porquanto nunca havia sido feita com este grau de profundidade nem com esta multiplicidade de fontes. Este historial permitiu-nos compreender a função que, desde a sua origem, orientou o trabalho aí executado;

Por último n' "A (re)orientação do olhar: síntese conclusiva e considerações finais", damos resposta à questão de partida, às questões complementares e verificamos as hipóteses colocadas. Seguem-se a bibliografia, o glossário e o índice remissivo, e, em volume próprio, o apêndice, que vai ser entregue em suporte digital, não editável.

Por último, gostaríamos de fazer algumas advertências formais...

Em primeiro lugar, seguimos as Normas que vigoram na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, compendiadas no documento: Normas para a Elaboração e Apresentação de Teses de Doutoramento, aprovadas pelo Despacho da Reitoria nº 101/2009, de 26 de Maio. As Normas ultrapassam a apresentação e organização da bibliografia, em que se recomenda a utilização do formato APA - American Psychological Association – para nos orientarem na estruturação e formatação da tese.

Em segundo lugar, o presente trabalho utiliza bastantes citações, pelo que se torna premente dar as seguintes explicações: todo o texto está em português, o que implicou, sempre que necessário, o recurso à tradução, da nossa exclusiva responsabilidade, de excertos de autores lidos na língua de origem, devidamente assinaladas; respeitámos a ortografia original nas citações; estas, com mais de quarenta palavras, são destacadas em caixa própria com tamanho de letra 11 e espaço de 1,0 entre as linhas; quando, ao longo do texto, continuar a acompanhar a mesma página de uma dada obra já referenciada - seja na análise, seja na citação -, abstermo-nos de incluir a indicação *ibid.*. Quando uma dada frase, ou conjunto de frases, não contenha referências bibliográficas, significa que a informação em causa foi retirada da referência bibliográfica anterior.

Seguimos, na redação da tese, o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, tratado internacional, aprovado em 16 de dezembro de 1990 e ratificado em 29 de Julho de 2008, visto que, de acordo com a resolução nº 8 do Conselho de Ministros, de 25-1-2011, se encontra em

vigor desde o ano letivo de 2011/12, se bem que com um período de transição que só termina em 2015.

INSERÇÃO DA INVESTIGAÇÃO NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Acreditamos, na esteira dos historiadores da Escola dos *Annales*, nomeadamente de Lucien Febvre, para quem “toda a história é escolha” (1977/1985, p.19), que ‘toda a investigação é escolha’, pois o investigador, ao começar o seu trabalho com uma intenção precisa - se bem que possa / deva ser mutável -, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar, vai seleccionar os seus próprios materiais.

Neste sentido, ao negarmos a nós próprios o papel de “coleccionadores de factos” (Febvre, 1977/ 1985, p. 19), já estamos como que a ‘recriar’ os materiais de trabalho. A observação e posterior seleção é ela própria uma construção (Febvre, 1977/1985, p. 63), o que nos conduz, naturalmente, a assumir a subjetividade como intrínseca a todo o trabalho de investigação, logo a aceitar que um “projecto de compreensão não seja nunca neutro, desinteressado nem impessoal” (Paillé & Muchielli 2003/2008, p. 50), pois vai ser trabalhado de acordo com o nosso próprio percurso de vida, com a nossa formação e com a nossa maneira de ‘olhar’ o mundo (assunto já abordado na introdução). A objetividade, porque tanto pugnaram os positivistas no ‘fazer história’ durante o séc. XIX, assente na exclusão do sujeito e negando que o conhecimento é um produto humano decorrente da sua subjetividade, não pode ser entendida como valor absoluto e inquestionável, porque inatingível.

Evidentemente, há todo um plano prévio que nos levou a seleccionar e, posteriormente, a delimitar o assunto em estudo, a organizar a investigação e toda uma arquitetura metodológica que nos tenta salvar das muitas escorregadelas, que a todo o momento, se interpõem no nosso caminho. Contudo, não tenhamos dúvidas, todo este processo é uma ‘escolha’, um ‘olhar’, um ‘ver’, entre outras opções possíveis. Este nosso ‘olhar’ é sempre seletivo, implicando um processo de ordenamento, de produção e de sentido, que pressupõe opções, logo valorizações, mas também esquecimentos e silêncios.

A nossa área de investigação – a museologia - é vasta e, circunscrevendo-nos a Portugal, com um número crescente de cursos de especialização superior - mas não ainda de licenciatura -, de publicações académicas ou outras, que nos reportam às diferentes tendências no pensamento museológico, que espelham uma multiplicidade de problemas enfrentados pelos museus e de um caleidoscópio de perspetivas sobre a função do museu no mundo contemporâneo. Torna-se absolutamente essencial, antes de mais, no meio desta panóplia que ao mesmo tempo nos dispersa e enriquece, clarificar a amplitude do ‘olhar’ que orientou a presente investigação.

Deste modo, o ‘olhar’, a partir do qual fomos investigar o Museu- Biblioteca, está ancorado no movimento de renovação da museologia, um modo ‘diferente’ de refletir e praticar a museologia, em que o carácter social predomina sobre o cultural, conhecido como ‘Nova Museologia’¹⁰, ‘Museologia Social’ ou ‘Sociomuseologia’.

Mas ampliemos a nossa lente e iniciemos os questionamentos que vão servir de motivação para uma reflexão mais alargada: que museologia é esta? quais as premissas / conceitos em que se fundamenta? quem tem investido na sua conceptualização, problematização e questionamento? quem contribui para a renovação epistemológica e prática da museologia em Portugal? que teorias foram produzidas nesta outra maneira de ‘ver’ a missão do museu e da museologia?

Neste capítulo, o nosso objetivo é, pois, procurar inventariar e situar alguns contributos significativos na área da museologia e, sobretudo, pelas razões já explicitadas, na área da museologia social, na medida em que constituem marcos importantes no conhecimento da realidade museal portuguesa.

Centrando-se o nosso trabalho na função que o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, único museu local durante 50 anos no concelho de Cascais, desempenhou, sobretudo nos primeiros 30 anos da sua existência - dos anos 30 a 60 do século XX -, restringem-se as referências aos contributos que se consideram pertinentes para o objeto central de estudo. Não pretendemos fazer uma revisão completa dos trabalhos de investigação que, nas últimas décadas, têm procurado fundamentar e disseminar a museologia no geral e, particularmente, a museologia

¹⁰ Mayrand (2004) defende que não há uma ‘Nova Museologia’, mas sim um movimento de renovação do pensamento museológico, iniciado por Georges Henri – Rivière. Hugues de Varine defende a não existência de uma nova museologia, mas sim de uma boa e de uma má museologia.

social em Portugal, limitando-nos a destacar os que marcaram o nosso processo de formação e contribuíram para construir o contexto da presente pesquisa.

Nesta ‘peregrinação’ investigativa tivemos sempre presente:

1º - que dos anos 30 a 60 a museologia social não havia sido formalmente instituída, embora já houvesse preocupações sociais na museologia;

2º - apesar da consolidação do pensamento museológico se ter desenvolvido fruto das diferentes práticas museológicas, da proliferação dos Cursos de Museologia - nove a nível nacional¹¹, maioritariamente em Lisboa - e da atuação de organismos visando a melhoria do trabalho nos museus - MINOM, ICOM, APOM, IPM/ RPM, por exemplo - a análise do pensamento na área da museologia social, sobretudo em Portugal, está ainda numa fase que poderemos considerar embrionária. Esta ausência de bibliografia analítica só é parcialmente colmatada pelas inúmeras teses produzidas;

3º - apesar dos esforços empreendidos para uma publicação regular na área da museologia, alguma disponível em suporte digital, ela ainda é insuficiente pelo que muita da nossa pesquisa foi realizada em documentação solta: textos de congressos, seminários, *ateliers*, colóquios, aulas, o que naturalmente restringe a análise pela dificuldade de acesso a estas fontes;

4º - ainda hoje, séc. XXI, há um ‘apartheid bibliográfico’, facilmente constatável através das citações - ou ausência delas - entre autores de instituições de ensino diferentes, da bibliografia recomendada ‘por escolas’, quer nos cursos de especialização, quer nos de 2º e 3º ciclos e nas teses produzidas, onde a permeabilidade bibliográfica é muito ténue. Há como que uma ‘ghettização’ no pensar museal, que leva a um processo de opção, eleição e, naturalmente de exclusão, onde cada ‘escola’ segue ou um modelo mais anglo-saxónico, mais francófono, ou mais direcionado para o Brasil e Canadá. Este último é o ‘grupo’ que mais trabalha as questões da museologia social, alicerce do nosso trabalho, e que abordaremos de seguida.

Após as explicitações feitas anteriormente, vamos situar o nosso trabalho e seus objetivos e temáticas no campo da produção científica em Portugal, e evidenciar os contributos que dela

¹¹ Pelo levantamento efectuado concluímos que, a par de uma bibliografia considerável, existem atualmente cursos em nove instituições a nível nacional, maioritariamente concentradas em Lisboa: Universidade Lusíada; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Fundação Ricardo Espírito Santo; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Faculdade de Belas Artes do Porto; Faculdade de Letras de Coimbra; Faculdade de Letras do Porto; Universidade de Évora. Múltiplas instituições que trabalham múltiplas perspectivas, podiam fazer da diferença um enorme trunfo do engrandecimento do conhecimento em vez de terem enveredado por caminhos paralelos que vagamente se cruzam.

retiramos para a nossa dissertação. Iremos fazer um ponto da situação, o ‘estado da arte’ sobre a temática a trabalhar que nos vai permitir elaborar o tema de uma forma mais consubstanciada, apreender diferentes abordagens conceptuais e metodológicas, identificar com muita clareza quem trabalhou e quem trabalha na área, e quais as suas opiniões.

As três temáticas que vamos abordar: ‘função do museu’, ‘educação’ e ‘leitura pública’ apesar de, em termos bibliográficos e na revisão da literatura terem um tratamento individualizado, vão ser posteriormente trabalhadas por nós como um todo, visto, no caso em estudo, estarem interligadas. Começemos, pois, pelos estudos existentes sobre os museus, no contexto nacional.

Os museus em Portugal, numa perspetiva temporal, têm assistido a mudanças pluridimensionais relacionadas com o contexto histórico, social e político em que surgiram. Desta forma, poderemos afirmar que os museus, ao longo das épocas, assumiram um carácter quase instrumental, ora ao serviço do poder político dominante, ora ao ‘serviço de si próprios’, enfeudados que estavam nas questões de catalogação, preservação e estudo do seu acervo, ou ao ‘serviço dos outros’, explorando o seu potencial pedagógico e relação e integração comunitária.

Neste campo de estudos, profundamente interdisciplinar - Sociologia, Arte, História, História da Arte, Antropologia, Educação, Arquitetura, etc. -, os trabalhos em museologia não foram, durante muitos anos, valorizados pela produção no âmbito das ciências sociais e humanas. Basta começar por folhear as inúmeras histórias de Portugal, para constatar a ausência de um capítulo destinado a esta área. No arco temporal, em que decorre a nossa investigação, foi editada a *História de Portugal – Edição monumental comemorativa da fundação da nacionalidade ...*, dirigida por Damião Peres, (1928-54), e mais recentemente, nas inúmeras Histórias de Portugal, que têm vindo a lume com uma certa periodicidade, lembremos a título exemplificativo a obra dirigida por José Mattoso (1992-1993) e a mais recente, coordenada por Rui Ramos (2010), onde não existe um tratamento específico para esta temática.

Em termos de publicações periódicas o panorama é mais animador, sendo de destacar desde 1993 a publicação dos *Cadernos de Sociomuseologia*, contando atualmente com 44 números, editados pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que é um espaço para a publicação de estudos feitos por investigadores da própria Universidade, por alunos do 2º e 3º ciclo de estudos, ou pela divulgação de autores de referência nacional ou internacional, constituindo uma ferramenta indispensável para compreender a museologia social, com a enorme

mais valia de estar totalmente disponível na internet. Em 2007, assinala-se a publicação, pelo Instituto dos Museus e da Conservação, da *Museologia.pt*, que pretende fomentar o debate, partilha de ideias e divulgação de projetos nesta área e está, igualmente, disponível em espaço virtual. Uma outra publicação, a *Revista de História da Arte*, que começou em 2005, editada pelo Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pese embora não se dirigir especialmente a estudos na área da museologia, dedicou o número 8, em 2011, aos Museus e Investigação, onde, entre outros, é publicado um artigo sobre a contribuição de Georges Henri Rivière para a génese do Museu Calouste Gulbenkian e, por essa razão, merece ser destacada, bem como o trabalho que em termos de investigação, sobretudo a nível de teses e dissertações, é feito, nessa instituição, na área da museologia.

Sob coordenação de Alice Semedo - Universidade do Porto -, Patrícia Costa - 1º volume - , Alice Semedo, Célia Machado, Mariana Jacob Teixeira - 2º volume -, foram editados os “Ensaio e práticas em museologia”, onde são apresentados trabalhos de investigação resultantes do curso de mestrado, da mesma Universidade.

Numa parceria conjunta entre a Universidade Porto, a Universidade de Évora, Universidade de Coimbra e Universidade Nova de Lisboa, vai ser editada, no último trimestre de 2012, a Revista MIDAS – *Museus e Estudos Interdisciplinares*, semestral e em formato electrónico. Pretende ser “uma plataforma para reflectir sobre o museu na sua relação com o mundo”, como pode ler-se na apresentação da mesma.

Pela sua longevidade - desde 2006 -, constância e atualidade, salientamos o blogue ‘No Mundo dos Museus’, da autoria de Ana Carvalho. A sua importância é igualmente reconhecida a nível institucional, pois em 2008 recebeu o Prémio APOM 2008, na categoria ‘Melhor Comunicação Online’ e o Prémio para “Melhor blog individual de animação sociocultural 2010”, pela APDASC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Sócio - Cultural. O Prémio da APOM, foi atribuído ex aequo com um outro *blog*, de Alice Semedo: *museologia.porto*, que se constituiu como uma “rede para estudantes, investigadores e profissionais de museus partilharem documentos, projetos e ideias sobre o mundo dos museus”, como podemos ler na página de apresentação. A Sociomuseologia também tem um blog, *sociomuseologia.ning*, que inclui informações da teoria e prática museal, e onde se observa uma participação internacionalizada de quem se preocupa com a função dos museus numa sociedade em permanente transformação.

O campo de conhecimento, discursos e práticas com base na função museal, sobretudo enquanto função educativa, tem originado a produção de algumas monografias, dissertações e teses, se bem que haja uma lacuna na divulgação e publicação das mesmas. É de toda a justiça destacar o trabalho desenvolvido pelo departamento de museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que disponibiliza todas as teses em ambiente virtual dando-lhes, não apenas uma maior projeção, como facilitando o trabalho aos investigadores.

Não vamos registar todos os trabalhos de investigação mas somente indicar aqueles que foram objeto da nossa atenção, por poderem ter contributos para a análise a empreender. Optámos por organizar a informação relativamente à função dos museus/ação educativa dos museus, evidenciando autores que trabalharam essas áreas. A nossa análise está focada na realidade portuguesa, procurando estabelecer relações com outros contextos, em especial os que estão relacionados com os campos da museologia e educação, na modernidade/ contemporaneidade.

Em 1996 Maria Madalena Costa defendeu, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, a dissertação *Museus e Educação: contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*; Gabriela Perdigão de Almeida Cavaco, *O museu enquanto espaço de Aprendizagem e Lazer – Representações Sociais da Criança*, ULHT, 2002; Maria do Rosário Santos, *O museu escolar: sentido(s) do processo museológico e da prática pedagógica*; ULHT, 2007/ 08; Marcela Costa, *Uma análise do contributo da acção teatral para a função educativa dos museus da Região Autónoma da Madeira (ULHT 2006//07)*; Maria Paula Santos, *Os Museus Escolares nas Escolas Secundárias Portuguesas*; Inês Cavadas de Oliveira, *Intervenção museológica no património educativo: procedimentos para a inventariação de materiais escolares*, ULHT, 2007/ 08; Isabel Belo, *O Museu Inspirador - As possibilidades da qualidade na promoção da aprendizagem em Museus*, ULHT, 2007/ 08; Moana Souto, *Educadores, Mediadores ou Monitores? Um retrato dos funcionários dos Serviços Educativos em museus fluminenses*, ULHT, 2009/ 10; Gabriela Figurelli, *O Público esquecido pelo Serviço Educativo estudo de caso sobre um programa educativo direccionado aos funcionários de museu*, ULHT, 2007/ 08, Cristina Oliveira Alves, *Concepções da educação em museus nas políticas culturais: Portugal 1974-2004*, Porto, 2007

A reflexão patenteada acaba por estar centrada, em nossa opinião, em duas perspectivas muito ligadas ao discurso dominante da Faculdade responsável pela leccionação e pelo

acompanhamento da investigação: investigações que têm como ponto de partida analítico o pressuposto de que a função educativa é transversal a todo o trabalho museal, considerando-o como uma instituição de Educação, completamente autónomo dos métodos e técnicas de uma educação formal; outras dissertações que atentam a missão educativa como uma tarefa específica dos serviços educativos ou serviços de educação, tendo por base, ainda, uma excessiva ‘escolarização’ do museu.

Não seria preferível adoptar metodologias de trabalho que respeitassem uma leitura mais pluridisciplinar da museologia, valorizando as várias perspectivas existentes? Não seria interessante fazer destas instituições espaços críticos e colaborativos, de formação e investigação, no sentido de aprofundamento das reflexões e práticas no âmbito da museologia, dada a dispersão de instituições e de abordagens, que trabalham academicamente n(est)a área?

Deve ser lembrado o trabalho feito pela APEVT - Associação de Professores de Educação Visual e Tecnológica -, que tem contribuído para o estreitamento da relação entre as escolas e os museus, sobretudo de arte, integrada no projeto ITEMS – Innovative Teaching for European Museum Strategies. Salientem-se, igualmente, os trabalhos de Sara Barriga e Susana Gomes da Silva, nomeadamente na coordenação da edição *Serviços Educativos na Cultura*, Colecção Público, nº2, Porto, Setepés, editada em 2007.

A nível internacional, no final do séc. XX e inícios do séc. XXI, assiste-se a um aumento editorial sem precedentes sobre esta temática, visto que o fenómeno museológico, nas suas diversas cambiantes - função social, educativa, conservação, investigação, modelo profissional dos trabalhadores de museus, etc. -, explodiu. As funções que os museus exercem no desenvolvimento da sociedade e a relação com o desempenho do seu papel educacional e de aprendizagem continua a ser a temática dominante das múltiplas reflexões (Bruno, 1996, 1997, 2002, 2007, 2008; Santos, 1993, 1994, 1996, 2002 a, 2002b, 2002c, 2007, 2008; Falk e Dierking, 2000; Hein, 2000; Hooper – Greenhill, 1992, 1999; Homs 2004, Hernandez, 1999a , 1999b) empreendidas na contemporaneidade. De lugares de educação, os estudos mais atuais, transformam-nos em fóruns de reflexão, criatividade e de aprendizagem, mas ainda muito ligados ao poder do objeto. A educação em museus é igualmente tratada no *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* dirigido por André Desvallées e François Mairesse (2011) que aborda as outras temáticas chave da museologia, tentando ilustrar um caleidoscópio de

perspectivas e de abordagens fundamentadas numa bibliografia abrangente, complementada com um enfoque crítico relativo às várias concepções museais.

Do outro lado do Atlântico, no Brasil, a produção na área da educação museal, numa perspectiva da Sociomuseologia, tem sido alvo de múltiplas reflexões, e mais uma vez apenas nos vamos focalizar nos trabalhos que utilizámos na nossa dissertação: em 1981, Maria Célia Moura Santos defendeu na Universidade Federal da Baía a dissertação de mestrado *Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária* e no mesmo ano e no mesmo local, Rosana Nascimento defendeu a dissertação a *Historicidade do Objeto Museológico*; em 1995 Maria Célia Moura Santos defendeu a tese de doutoramento com o tema - *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário em Itapuã*.

Foram, ou estão a ser elaborados, no nosso país, alguns trabalhos baseados no percurso biográfico, no pensamento e na ação de responsáveis de museus e, embora não havendo uma intencionalidade centrada na abordagem museológica, ela decorre, naturalmente, da especificidade profissional dos biografados. A nível das teses de doutoramento podemos destacar: Sandra Leandro, *Joaquim de Vasconcelos (1849-1936). Historiador. Crítico de Arte e Museólogo*, - FCSH/UNL - defendida em 2009; Joana Baião, *José de Figueiredo (1872-1937). Sua acção e contributos no panorama historiográfico e patrimonialista em Portugal*, - FCSH/UNL - em curso; Isabel Falcão, *Diogo de Macedo, director do Museu Nacional de Arte Contemporânea: Pioneirismo e Herança na redefinição do conceito de museu de arte* - FCSH/UNL- em curso, Madalena Costa, *João Rodrigues da Silva Couto (1892-1968) – do pensamento à acção museológica e seu contributo na museologia em Portugal do século XX*, - Faculdade de Letras / Universidade de Coimbra - em curso. A nível das teses de mestrado, o trabalho de Ana Cristina Martins (2003), *Possidónio da Silva e o elogio da Memória (1806-1896): um percurso na arqueologia de oitocentos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Arqueólogos, acompanha o trabalho do arqueólogo, centrando-se muito nas questões de metodologia, com uma propensão algo laudatória; o trabalho de Ana Bárbara Veríssimo de Barros, *De Corpo e Alma: narrativas dos profissionais de educação em museus da cidade do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que pretendeu desvendar as vivências humanas de quem trabalha nos serviços de educação dos museus da cidade do Porto, a partir das narrativas das suas vidas.

Destaca-se, igualmente, a investigação conjunta de Livia Cristina Coito, João Luís Cardoso e Ana Cristina Martins (2008): *José Leite de Vasconcelos: fotobiografia*, editado pela Verbo, que nos possibilita acompanhar o académico, professor universitário, cientista e o mentor do Museu Etnológico, permitindo-nos compreender melhor o ambiente da cultura portuguesa de finais do séc. XIX, princípios do XX.

No Brasil, salientamos, pela sua inovação metodológica e conceptual, a dissertação de mestrado de Mário Chagas, *Há uma gota de sangue em cada museu: a óptica museológica em Mário de Andrade* (1999), e a tese de doutoramento apresentada em 2003, *Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro*. Destaca-se, igualmente, o trabalho conjunto de Cristina Bruno, Andrea Fonseca, Kátia Neves Felipini (2008), *Mudança social e Desenvolvimento no pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos*, que nos remete para um tratamento biográfico analítico, procurando os contributos inovadores na museologia, no âmbito da sua implicação nos processos de mudança social e de desenvolvimento da comunidade.

Outros estudos específicos, e muitos deles circunstanciados, foram por nós utilizados em distintas fases da elaboração da tese.

Pelo facto do nosso ‘olhar’ ser o da museologia social, interessa esclarecer, como já referimos, o nosso entendimento sobre esta maneira de encarar o papel dos museus. Assim, relativamente à delimitação do campo de estudo da sociomuseologia, da caracterização das funções - sociais - do museu e da função educativa dos mesmos, socorremo-nos de Mário Moutinho (1985, 1986, 1989, 1996, 2005, 2006, 2007, 2010, 2012), Maria Célia Santos (1993, 1994, 1996, 2002 a,b,c, 2007, 2008), Cristina Bruno (1985, 1996, 1997, 2002, 2007 a,b, 2011), Hugues de Varine (1991, 2000), Rosana Nascimento (1985), Pierre Mayrand (2004), Assunção (2008, 2010), Primo (2006, 2007, 2010), Mário Chagas (1994, 1999, 2002, 2003, 2006) e Alfredo Tinoco (2012). Note-se que os textos produzidos por Chagas em 1999 e 2003 foram igualmente importantes no nosso trabalho, numa área mais biográfica, pois o autor vai fazer o estudo da génese dos museus a partir dos percursos de vida, discursos e práticas dos seus mentores e, no estudo de 2003, correspondendo à sua dissertação de doutoramento, vai conceber o conceito de imaginação museal. F.J. Moreira (1989, 2000), Primo (2006), Varine (2002/2012, 1969/1992, 1991, 2011) e Moutinho (1986, 1989, 2005, 2010), permitiram-nos ainda fazer a relação da sócio-museologia com os museus locais.

Ao elaborar uma perspetiva evolutiva dos museus em Portugal recorremos a João Carlos Brigola (2003, 2009, 2010 a, b), Madalena Braz Teixeira (1985, 2000), Henrique Coutinho Gouveia (1985, 1993, 1997, 2010), Isabel Martins Moreira (1989), Cristina Pimentel (2005), Jorge Custódio (2011 a, 2011b.), Madalena Costa (1996, 2011), Sérgio Lira (2010), Victor Manaças (1991) e Mário Gonçalves Viana (1972). Os três primeiros autores ajudaram-nos a fazer um enquadramento dos museus e museologia oitocentista em Portugal. Jorge Custódio e Henrique Coutinho Gouveia foram fundamentais para compreender os museus na República e este último juntamente com Costa, Lira e Manaças, para a compreensão dos museus no Estado Novo. Utilizámos ainda a obra de José Valladares (1946/2010), museólogo brasileiro, que é o resultado de um estágio que, em 1943, fez nos Estados Unidos, refletindo sobre o trabalho aí desenvolvido. A análise exaustiva que empreende relativamente ao funcionamento e atividades dos museus, permitiu-nos, ainda que de forma indireta, perceber os níveis de influência que o labor dos museus americanos tiveram em João Couto.

No que concerne à educação na República e Estado Novo, a bibliografia é vasta e muito atualizada. No que diz respeito à educação republicana, utilizámos os estudos pioneiros de R. Carvalho (1986/2011) e Nóvoa (1987, 1988), bem como o trabalho de Ó (2003) e Proença (2011), este último publicado aquando das comemorações do centenário da República. A leitura destas obras serviu-nos quer de contextualização, quer ainda de suporte para as ideias e reflexões relacionadas com a concepção de educação em João Couto e Branquinho da Fonseca.

Relativamente à educação no Estado Novo, utilizámos os trabalhos de R. Carvalho 1986/2011, Mónica 1978, Cortesão 1988, Nóvoa 1992, 2005, Teodoro 2001, que nos permitem caracterizar o tipo de ensino e o tipo de aluno que se pretendia formar. Vamos abster-nos de discutir, com profundidade analítica e reflexiva, as teses que nos dão conta desta fase como um período carregado de obscurantismo (Mónica, 1978; Cortesão, 1988) e outras que nos mostram que a educação tem duas faces e que muitas vezes está eivada de contradições mas, igualmente, algumas continuidades (R. Carvalho, 1986/2011; Nóvoa, 1992, 2005). Salientaremos os aspetos que nos permitiram perceber os princípios doutrinários e práticos que estabeleceram as diretrizes educativas neste período.

No que concerne ao enquadramento necessário para compreender a evolução das preocupações da leitura pública, sobretudo no período em que Branquinho da Fonseca assume a direção do museu - biblioteca, várias obras foram consultadas. Começamos pela obra de Sá

(1983) que, reportando-nos ao ano de 1955, quando em tempos de “barbárie mental” (p.9), em que os índices de frequência das bibliotecas - neste caso, do distrito de Braga -, eram baixíssimos, vai lançar um inquérito, num jornal local, para tentar “promover uma discussão construtiva”(p.9), que rapidamente ultrapassa o âmbito regional para se tornar um fenómeno nacional. Os contributos vários, as discussões muitas, os incómodos imensos num “período de imobilismo político e obscurantismo” (Sá, 1983, p.11). O livro permitiu-nos ter uma panorâmica geral e bastante crítica do estado da leitura e das bibliotecas a nível nacional, em que “não existia ainda a Fundação Calouste Gulbenkian, muito menos, portanto, as suas bibliotecas itinerantes, cuja rede havia, mais tarde, de disseminar-se por todo o território nacional” (p.9) e que, segundo o autor, vai contribuir para mudar o panorama de difusão do livro e da leitura a nível nacional. Entretanto, Branquinho da Fonseca já circulava com o “carro dos livros” (Beaumont, 1988) pelo concelho de Cascais, facto que Sá vai sublinhar, transcrevendo mesmo um artigo do Conservador.

Foi igualmente importantíssimo o trabalho de Melo (2004), que envereda por um estudo diacrónico da leitura pública em Portugal no séc. XX. Ao abordar a Biblioteca do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães e ao estudar as Bibliotecas Itinerantes da Gulbenkian, permitiu-nos fazer um enquadramento da importância de Branquinho da Fonseca como promotor da leitura pública; Rebelo (2002) vai estudar as bibliotecas populares no período mediado entre 1870 e 1910, dando-nos a contextualização e alerta-nos para a sensibilidade existente nos finais da monarquia para tornar extensiva a leitura “para todos e para cada um” (Real Decreto 181/1870), instituindo as bibliotecas populares; Nunes (1996) reúne, num livro, os textos que escreveu para comunicações, periódicos, etc. nos dez anos em que trabalhou no Programa de Leitura Pública, fazendo uma breve incursão sobre as bibliotecas na I República, que deveriam ser “uma oficina sempre aberta” (DL 65/1911), demonstrando a preocupação pela democratização da cultura e o retraimento no Estado Novo, em que se estabelece “com as convenientes garantias e segurança, a leitura domiciliária” (DL 19952 /1931).

O livro, coordenado por Diogo Ramada Curto (2006), mostra-nos a visão, maioritariamente revisionista, dos sociólogos sobre a leitura em Portugal no séc. XX, dividido em três partes: I. Escolas e Bibliotecas; II. Práticas e Comunidades de Leitura; III. Escritores, Intelectuais e Cientistas. Para o nosso trabalho o grande contributo é-nos dado na Iª parte, que aborda a escola e as bibliotecas como os instrumentos principais de alargamento das condições

públicas de acesso à leitura. Destacamos os artigos de Luciano Amaral (p. 69 a 152) “Educação no período do Estado Novo (1930-73)”, que empreende uma leitura revisionista deste período, contestando as teses obscurantistas (Mónica, R. Carvalho, Cortesão) e defendendo a crescente subida dos indicadores de alfabetização, devido à oferta pública. Daniel Melo (p.153-196) “Alfabetização de adultos e leitura pública no pós - II Guerra Mundial”, demonstra a tentativa de aproximação à comunidade através da diversidade de temáticas da campanha de alfabetização de 1952-54, para travar o aumento do analfabetismo funcional e regressivo; Nuno Domingos (p.197-238) “As Bibliotecas das Casas do Povo” e Tiago Santos (p.239-260) que no artigo “As bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian”, demonstram o grau de autonomia destas bibliotecas relativamente às intenções doutrinárias do Estado Novo, mas igualmente o seu enfeudamento relativamente ao pensamento e opções dos organizadores das mesmas.

Ventura (2002) trabalha a importância das bibliotecas na atualidade, partindo da revisão e atualização do conceito de ‘esfera pública’ de Jürgen Habermas. Interessa-nos, sobretudo, a questão das bibliotecas como local de democratização do acesso à informação, cultura e educação. Usherwood (1999) analisa o papel das bibliotecas públicas na vida social, económica e política, defendendo a sua importância como espaço de emancipação através do conhecimento.

Umberto Eco, n’*A Biblioteca*, livro cujo ponto de partida foi uma conferência proferida em Milão no dia 10 de Março de 1981, aborda a questão da inacessibilidade da maioria das bibliotecas e, de uma forma irónica, provocatória e muitas vezes mordaz, estabelece as premissas de um modelo negativo de biblioteca, expondo depois o seu conceito de biblioteca, moderna, lugar de memória, espaço de produção e circulação de conhecimentos, espaço convidativo por excelência. Muitas das críticas por si enunciadas são as que Branquinho da Fonseca fez, e contra as quais lutou ativamente, a partir da década de quarenta.

Do global para o local, aproximamo-nos de Cascais e da bibliografia utilizada para abordar o concelho, a localidade, os museus e sobretudo o Museu-Biblioteca.

A produção bibliográfica cascalense conheceu um extraordinário desenvolvimento, especialmente neste séc. XXI. Até lá, quem queria conhecer um pouco de Cascais, tinha, para além da incontornável obra *Cascais*, de Raquel Henriques da Silva (1988), apenas livros mais antigos, como *Cascais – Vila de Corte* (1964) e a *Monografia de Cascais* (1969), ambos dirigidos por Ferreira de Andrade e igualmente incontornáveis. Recuando até aos anos 40, temos as *Memórias da Linha de Cascais* (1943/1999), de Branca Colaço e Maria Archer, agradável

guia de viagem, com o objetivo de desvendar as povoações que se espraíam ao longo da linha de Cascais, visto que “para amar é preciso conhecer”, como se pode ler na introdução (s/p.).

A viragem, para um novo século, foi acompanhada por um maior empenhamento da autarquia na divulgação patrimonial do concelho, como é facilmente observável na bibliografia publicada. Investiu-se enormemente em catálogos de museus (Correia, 2005; A.Carvalho, coord., 2008, 2009c; 2009g; Dalila, 2009; Gaspar, 2011), na divulgação de parte do acervo dos museus (Mota, 2000; Orey, 2005; Proença, 2007), em catálogos de exposições temporárias (Proença, coord. 2007; Santos & Cabral, 1989; A. Carvalho, coord., 2009 a, 2009b, 2009d, 2009e, 2009f; Correia, 2004; Gonçalves, 2009), em catálogos de futuros museus (A.D. Pereira, 2007 a, 2007b), no estudo e divulgação de ‘pedaços’ patrimoniais concelhios (Boiça, et all, 2001, 2007; Ramalho, 2001; Cascudo, 1997; Constante, 2005; Fabião, 1987), em análises de gestão cultural e patrimonial, espelhadas em dissertações (Constante, 2007; Besançon, 2010).

Começaram a surgir teses de mestrado cujo trabalho de campo se centrou em museus específicos: Casa das Histórias Paula Rego (A. Carvalho, C. 2010), Casa de Santa Maria (Fernandes, 2007) e Museu do Mar (P. Pereira, 2009).

Houve publicações periódicas, de carácter cultural e científico que, por vicissitudes várias, não tiveram continuação, o que tem levado José d’Encarnação, por diversas vezes, a chamar a atenção para a importância de se dar continuidade a um projeto que em muito ajudou à divulgação de estudos concelhios, maioritariamente inéditos.

Em 1943, Branquinho da Fonseca, inicia o *Boletim do Museu*, recheado de temáticas relativas à história local: *Esbôço Arqueológico do Concelho de Cascais* – Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo, *Habilitações “De Genere” da Camara Ecclesiastica de Lisboa* – Jorge de Moser, *O Hospital da Misericórdia de Cascais* – João da Cruz Viegas, *O Brazão de Armas do Conde de Castro Guimarães* – Ruy Dique Travassos Valdez e o *Relatório do Conservador*

O segundo e último *Boletim* vai ser dado à estampa apenas em 1971, sob a responsabilidade de Maria Alice Beaumont, onde surgem artigos, não apenas relativos ao museu, mas também a estudos recentes sobre temáticas concelhias, salientando-se a arqueologia. A edição encerra os seguintes artigos: *Discurso de Abertura do Museu* (1931) - João Couto, *Pequena História do Museu de Cascais* - Maria Alice Beaumont, *Subsídios para uma Bibliografia Pré e Proto – Histórica do Concelho de Cascais* – Afonso do Paço, *Novos*

trabalhos na Estação Lusitano – Romana da Areia (Guincho) – D. António de Castelo Branco e O. da Veiga Ferreira, *Centro Educativo do Museu Conde Castro Guimarães* - Maria da Graça Pessoa de Amorim, *Inscrições Romanas de Cascais* – José d’ Encarnação, *Um Modelo da Fortaleza de Diu no Museu Conde Castro Guimarães de Cascais* – Fernando Castelo – Branco, *Um Par de Pistolas do Museu Conde Castro Guimarães* – João Loureiro de Figueiredo. Constata-se uma grande diversidade temática onde existem artigos, não apenas na área museal, mas também sobre temáticas concelhias, de onde se destaca a arqueologia.

Dez anos depois, em 1980, surge, por iniciativa autárquica, o *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, publicação de carácter vasto, incidindo sobre temas da história concelhia, tendo como objetivo prioritário a perpetuação da memória para as gerações futuras, num concelho populacionalmente numeroso e heterogéneo, visto que a:

“história de uma comunidade e a consideração dos seus valores específicos não poderão deixar de interessar não só aos actuais munícipes, [...] como aos futuros, a quem deve ser deixada a possibilidade de virem a ter elementos sobre as origens do meio em que se movimentarem” (introd. s/p.)

diz-nos, na introdução, o então Presidente, Carlos Rosa, sendo vereador da Cultura, António de Sousa Lara. A publicação durou dezasseis anos, prosseguindo, com convicção, os fins para a qual tinha sido concebida, apostando na divulgação da história local, constituindo-se, para nós, uma fonte importantíssima para um mais amplo conhecimento da realidade cultural e museal concelhia. Após sete anos de interregno, em Janeiro de 2005, retoma-se o *Arquivo de Cascais*, com a publicação do nº 13, sendo presidente António Capucho e vereadora da Cultura, Ana Clara Justino. Apesar do empenho e da pertinência da publicação, nunca mais teve continuidade.

Entretanto, em 1996, foi criada por José Jorge Letria, na sua qualidade de vereador da Cultura, *A Boca do Inferno, Revista de Cultura e Pensamento*, igualmente para divulgar a cultura concelhia, criando-se “um espaço aberto e plural para a literatura, o pensamento filosófico, a investigação histórica e confrontações de diferentes visões da vida e do destino do Homem”. O seu futuro promissor não ultrapassou o nº 10, publicado em Maio de 2005, com artigos de âmbito local da autoria de João Miguel Henriques e de Cristina Pacheco, se bem que, progressivamente, se foi afastando das temáticas locais.

As atas d’Os *Cursos Internacionais de Verão*, criados em 1994 sob a coordenação de José Tengarrinha, são a prova de que a autarquia investe na investigação e divulgação, muitas

vezes em parceria com as Universidades. São igualmente a continuação da preocupação concelhia que, desde os anos 30, acolhe eventos de índole científica, destacando-se mais uma vez o Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães. A partir de 1936, como destacarei no capítulo 3, aí se realizavam os Cursos de Férias de Verão, com temáticas variadas, como História da Arte, Etnografia, Fonética, Filologia.

Saliente-se, na década de 60, a realização de Cursos de Verão de História da Arte, por Manuel Mendes Atanásio, em Cascais.

Toda este manancial de atividades bem como a riqueza bibliográfica foram fundamentais para perceber o enquadramento cultural concelhio, fazer a caracterização dos museus e, de uma forma mais abrangente, perceber as (des)articulações existentes.

A investigação e divulgação, neste concelho, são muito incentivadas, com a mais valia de serem acompanhadas pela preocupação em avaliar a atividade desenvolvida. Nesse sentido, procedeu-se à monitorização da ação cultural do concelho, tendo sido assinado, em 2002, um protocolo entre a Câmara Municipal de Cascais e o Observatório das Atividades Culturais, integrado no programa ‘Cascais – Cultura’, com o objetivo de se proceder ao mapeamento, levantamento, caracterização e a avaliação das ações desenvolvidas na atividade cultural autárquica, no período decorrido entre 2000 a 2004.

Iniciativa pioneira a nível autárquico, surge, no dizer do então Presidente, António Capucho:

“num momento em que se perspetiva uma mudança radical da imagem do concelho a nível cultural, com a passagem para gestão municipal de edifícios históricos emblemáticos e a implementação de projetos museológicos e artísticos de reconhecido alcance, é de importância crucial o presente estudo para uma correta auditoria das nossas atividades culturais e a cartografia dos equipamentos e sistemas disponíveis.” (M.L. Santos, 2005, p.14)

Os 7 volumes desta coleção, apresentados ao público a 26 de Janeiro de 2006, no Centro Cultural de Cascais, são compostos pela *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais* e seis estudos de caso: *Associativismo Cultural em Cascais* (nº2); *O Centro Cultural de Cascais* (nº3); *O Festival Estoril Jazz* (nº4); *As Bibliotecas Municipais de Cascais* (nº5); *Os Museus Municipais de Cascais* (nº6); *Cascais e a ‘Memória dos Exílios’* (nº7). Deste conjunto destacamos, pela sua

abrangência e contextualização que permitem, a *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais* e o volume nº 6, *Os Museus Municipais de Cascais*. Além de nos proporcionarem uma visão alargada do património cultural, permitem-nos verificar a necessidade que a autarquia sente em ter observadores externos a avaliar as suas iniciativas, com vista à sua optimização. Para nós foram fundamentais, pois permitiram-nos uma visão mais objetiva e crítica do trabalho desenvolvido.

Relativamente ao Museu em estudo, deparámo-nos com uma enorme dispersão das fontes, que há muito deveriam estar reunidas em opúsculo próprio, para que não se perdessem, e com elas a memória de todos os que contribuíram para a criação e continuidade deste espaço e a memória do próprio espaço. Porque não começar a sua divulgação pela inclusão do material mais relevante, hipoteticamente, num ressuscitado *Boletim* - que seria o nº 3 -, quarenta e um anos depois da sua morte precoce?

Consultámos fontes primárias no Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, no Arquivo Histórico Municipal de Cascais e no Museu Nacional de Arte Antiga.

Existe ainda documentação, referente ao trabalho de João Couto no Museu-Biblioteca, mas que é do domínio particular. Contactámos o proprietário que, tendo-se amavelmente disponibilizado, numa primeira fase, para nos facultar o acesso à mesma, depois, por indisponibilidade da sua parte, não foi possível concretizar tal desiderato.

Todo o material recolhido serviu de base ao historial do museu e, ainda, para começar a estabelecer as relações que se criaram entre João Couto e José de Figueiredo / Museu Nacional de Arte Antiga, e entre eles e a restante Comissão Administrativa. Foi ainda importante para situar Branquinho da Fonseca em todo este panorama organizativo e ideológico, bem como para perceber a sua atuação nos vinte anos que esteve à frente da instituição.

Os periódicos de âmbito local consultados foram muito variados: *Boletim do Museu – Biblioteca Condes de Castro de Guimarães*, *Boletim da Junta de Turismo da Costa do Sol*, *Arquivo de Cascais*, *Boca do Inferno*, *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, *Jornal da Costa do Sol*, *Jornal de Cascais* e *Agenda Cultural de Cascais*. Esta última, publicação bimestral do Departamento da Cultura, merece ser destacada, pois não se trata apenas de um periódico onde podemos consultar as atividades previstas, mas onde há sempre, na secção ‘A Nossa Terra’, artigos de fundo sobre o património cascalense.

Acrescente-se os periódicos de nível nacional, cuja seleção de artigos incidiu em temáticas locais, sobre o trabalho dos dois Conservadores ou acerca de reflexões por si empreendidas: *Diário de Coimbra*, *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Ilustração*, *Integralismo Lusitano*, *O Primeiro de Janeiro*, *O Século*, *República*, *Movimento de Cultura Portuguesa*, *Educação Social*, *Boletim do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes)*, *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, *Ocidente*, *Boletim Viriatis e Mysev*.

Este conjunto vasto de artigos tornou-se um instrumento importantíssimo para compreender o pulsar efetivo do museu: atividades, reflexões, comentários, artigos de opinião, foram essenciais para construir o puzzle, sendo que alguns deles constituíram o corpus documental a trabalhar mediante a metodologia de ‘análise de conteúdo’.

No que concerne à restante bibliografia utilizada no estudo deste museu, cumpre-nos destacar duas obras muito recentes, *Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro* (2008), escrito a várias mãos, muito exaustivo relativamente, e sobretudo, às coleções, que serviu para contextualizar o trabalho, e *Branquinho da Fonseca – Um Escritor na Biblioteca* (2012), este último, aprofundadíssimo e acompanhado, por uma exposição retrospectiva, mas que foi publicado numa fase já adiantada da redação da presente tese, servindo para limar algumas arestas e para introduzir determinadas alterações, mais de pormenor do que de fundo.

Recuando no tempo, constata-se que as outras publicações que incidiram sobre este museu tiveram um período áureo com a Conservadora Maria Alice Beaumont que, entre os anos 60 e até aos anos 80, publica artigos sobre o museu com temáticas que abordam o historial e a biblioteca itinerante Estuda e divulga um corpo de documentação inédita que se encontrava no museu - *Cartas e Alvarás do Faros da Casa Vimieiro*. Maria José Rego de Sousa, igualmente Conservadora, publica dois artigos nos anos 80 e 90, sobre alterações que introduziu no museu a nível de organização dos espaços e alteração de percurso.

Em termos dos serviços educativos, nos anos 70, a responsável - Maria da Graça Pessoa de Amorim - publica uma reflexão sobre os mesmos, pensamento esse, continuado e ampliado nos anos 90, por Berta Jonet. Podemos concluir que as publicações, que incidam diretamente sobre aspetos reflexivos da função do museu, são raras, elaboradas sobretudo pelos Conservadores e que, desde finais dos anos 80, praticamente são inexistentes. As obras mais recentes incidem sobre o estudo aprofundado de uma parte do acervo, tendo sido estudada a porcelana (Mota, 2000), ourivesaria (Orey, 2005) e o mobiliário (Proença, 2007).

Durante a década de quarenta o Museu publicou estudos de História Local. Logo em 1940, de João da Cruz Viegas, editam-se, nos ‘Subsídios para a história do concelho de Cascais’ - 1 e 3: *As comunicações de Cascais para Lisboa: terrestres, ferroviária, marítima, postal, telegráficas e telefónica; O comércio quinhentista na vila e no porto de Cascais*. Igualmente, em 1940, dá-se à estampa o texto *Homenagem aos Condes de Castro Guimarães*. Em 1943, mais duas edições: *Murtal, aldeia das Murtas* escrita por Ernesto Belo Redondo, juntamente com o *Foral da vila de Cascais e o seu termo*.

Dez anos mais tarde, em 1953, Branquinho da Fonseca elabora e publica o primeiro guia – roteiro (em português, francês e inglês), com o apoio da Junta de Turismo de Cascais, que pretende dar uma ampla divulgação do museu, tornando-o ainda mais conhecido, autonomizando o público na visita do mesmo.

CAPÍTULO 1 – OLHARES MÚLTIPLOS: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 UM OLHAR RETROSPECTIVO: A FUNÇÃO DOS MUSEUS, DA EDUCAÇÃO E DAS BIBLIOTECAS NA REPÚBLICA E NO ESTADO NOVO

“Museus, para quê?” foi o título, sugestivo, provocador e ao mesmo tempo problematizador e problematizante, escolhido pela APOM, em 1975, para o congresso que decorreu na Figueira da Foz e que pretendia “fomentar a discussão do conceito de Museu, sua inserção na Sociedade actual e sua participação activa na vida da comunidade, num futuro ... que já começou!” (Gil, p.9). Tinha passado um ano sobre a revolução do 25 de abril de 1974... Passados 38 anos, o tema definido pelo ICOM para comemorar o 35º aniversário do Dia dos Museus, a 18-5-2012, foi exatamente: *Museus num Mundo em Mudança: Novos Desafios, Novas Inspirações*. A questão de fundo mantém-se: qual a utilidade dos museus? para que servem? Como podem exercer ativamente a sua função na sociedade em que se inserem? Como podem acompanhar as mudanças sociais?

1.1.1 A função dos museus

1.1.1.1. na Primeira República: a par das escolas, um meio de instrução do povo

Poderemos considerar que o questionamento acerca da função dos museus acompanhou, com maior ou menor acuidade, e não de uma forma disseminada, a evolução dos próprios museus, e neles constatamos a relação intrínseca entre o ensino e o conhecimento. Estes ‘primórdios’ da museologia em Portugal, cujo estudo “ [...] é, ainda hoje, terra incógnita” (Brigola, 2003, p.450), têm sido estudados por Teixeira (1985, 2000), Gouveia (1985, 1993, 1997, 2010), I. Moreira (1989), Pimentel (2005), mais recentemente por Brigola (2003, 2009, 2010) e em algumas dissertações, das quais destacamos a de Menezes (2004), onde fica, entre outras considerações, claramente inscrita a relação quase umbilical entre museus, ensino e conhecimento. Os museus tinham, como finalidade, educar, mas educar num sentido prático, ao serviço sobretudo das escolas. Madalena Braz Teixeira é, neste ponto, muito esclarecedora,

quando afirma que “a formação dos primeiros museus portugueses está ligada ao iluminismo com consequente intuito pedagógico [...] mas também à vaga enciclopedista que motivou um renovado interesse por todos os ramos do saber” (2000, p.29). Associa-se a instituição museal à função educativa pela prioridade dada ao conhecimento e à necessidade de comunicação desse mesmo conhecimento, numa linha que inaugurará a vertente social e cultural do museu, encaminhando-a para o serviço público.

Brigola salienta, igualmente, a importância do Iluminismo na criação de museus, em que a curiosidade estava associada ao estudo científico e ao desejo de preservação patrimonial, ideia expressa de uma forma muito vincada, na sua obra mais recente (2010), quando, através do estudo das narrativas de numerosos viajantes e estrangeiros oitocentistas e novecentistas, é, por eles, salientada a importância das coleções e a sua função didática. Gouveia (1985) detém-se de uma forma mais pormenorizada nos museus regionais e locais, salientando-se, nos finais do séc. XIX, a preocupação da criação de museus-escola, complementares do ensino formal. Esta motivação implicou a formação ou reestruturação de coleções, com um pendor escolar, por áreas de saber: belas artes, arqueologia, ciências naturais, artes industriais, etc. e, como complemento didático da aprendizagem nas universidades, liceus e escolas industriais.

Acresce que a linha museal, eminentemente pedagógica, vai ser prosseguida no período Republicano, analisada pelos investigadores, numa dupla perspectiva: a visão do período republicano, como um tempo de continuidade (Gouveia, 2010, Pimentel, 2005) ou, numa visão mais optimista e profusamente fundamentada das realizações republicanas, a defesa de um procedimento fraturante relativamente ao período anterior (Custódio, 2011 a, 2011b.).

Na primeira asserção, Gouveia deixa bem claro que “as preocupações com o ensino perfilam-se [...] como um factor dominante durante todo esse período [oitocentista], permanecendo no contexto museológico republicano”, assim como Pimentel (2005), ao defender que “as políticas que governaram a estrutura museológica portuguesa [...] foram condicionadas pelas práticas e convicções herdadas do regime anterior” (p.109) não olvidando algumas iniciativas inovadoras, sobretudo a nível do suporte legislativo e da regionalização que desaguarda na implementação de uma política museológica nacional. Este esforço de regionalização estava ligado ao reforço de identidade cultural de cada região, numa tentativa de resgatar o passado da voragem do avanço industrial, e de servir de organismo de educação, como afirma Gustavo Matos de Sequeira:

“[...] tudo enfim, o que interessa e respeita a cada terra, a cada município tem cabimento nesses museus regionais, museus que não são mais do que a reconstituição da fisionomia e do carácter de cada povoação e que virão a ser a par das escolas – um dos essenciais elementos educativos do povo português.”
(1923, p.300)

De acordo com a segunda asseveração, destaca-se o trabalho de Custódio (2011 a) ao afirmar que a prioridade da política patrimonial republicana favoreceu indubitavelmente as instituições museais, dando-lhe um “novo significado social e cultural saindo da inexistência, da sonolência e do anonimato a que estiveram votados” (p.19), com uma clara valorização dos ‘museus de educação’, que “constituem o esteio principal da museologia desta época” (p.20), de que o Museu Nacional de Arte Antiga seria um exemplo paradigmático, rompendo com as práticas dos museus oitocentistas, “revelando-se um caso à parte no panorama museológico português” (p.22).

1.1.1.2. Estado Novo: instrumentos de propaganda e ‘operosos centros de cultura’¹²

O panorama museológico português, durante este período, que grosso modo delimitaríamos entre 1933 -1974, coincidindo a primeira data com a ascensão de Salazar a Presidente do Conselho de Ministros e a última à instauração da democracia, reflete igualmente as continuidades, mudanças e as rupturas sociais, não estando isento das influências ideológicas de um regime autoritário, conservador e totalitário. Gouveia (1985), Lira - em vários artigos, de onde destacamos a síntese de 2010 -, Costa (1996, 2011), I. Moreira (1989) abordam a questão dos museus do Estado Novo, destacando uma vez mais as continuidades, numa primeira fase, nomeadamente, a nível legislativo, e as rupturas, quando usados como instrumento de propaganda, como “parte integrante da construção ideológica” (Lira, 2010, p.190), sobretudo pela utilização do objeto museológico com fins nacionalistas. Abordam, identicamente, o conceito e evolução dos museus regionais de finais do séc. XIX até ao Estado Novo, e o seu domínio de intervenção, fazendo um levantamento dos museus e das preocupações existentes aquando da sua formação. Consideram que, de uma perspetiva de recolha, proteção patrimonial e

¹² Couto (1962d, p.147)

identidade local, até uma perspetiva mais pedagógica de apresentação dos objetos, a função dos museus regionais esteve sempre muito dependente do poder central. As iniciativas museológicas relacionadas com a preparação das Comemorações dos Centenários, em 1940, favorecem a formação de museus etnográficos, numa nítida idealização das maravilhas e benefícios do mundo rural. Em 1939, a Comissão Executiva das Comemorações decidiu criar, nas capitais de província, museus de etnografia com o objectivo de preservar e divulgar a cultura tradicional, numa perspectiva pedagógica. Luís Chaves¹³ e Sebastião Pessanha elaboram um programa para a criação de uma rede nacional de museus centrados na etnografia, com o objectivo de “manter no povo os costumes tradicionais de são carácter que não se envergonha de os conservar...” (Matos, 2000, p.19) que devia culminar num Museu Etnográfico Nacional ou de Etnografia Portuguesa. O Museu de Arte Popular, criado, em 1944, pelo Secretariado Nacional de Informação, corporiza, assim, estas preocupações, bem como os pequenos museus dependentes das Casas do Povo e Grémios da Lavoura (Gouveia, 1985, p. 174-180, I. Moreira, 1989, p. 63-66). As instituições museais deviam ser modestas e a sua criação impulsionada por preocupações regionais, através de gente interessada no desenvolvimento da sua terra, pois estes museus serviriam para mostrar as tradições da zona onde fossem implementados.

Há igualmente unanimidade em acentuar o paradoxo existente no campo museal: por um lado um regime interessado em ‘comemorar’, ‘celebrar’ e ‘restaurar’ a imagem ‘(con)sagrada’ do passado e, por outro, o acentuar, nomeadamente a partir dos anos 30, da função social e educativa dos museus. É o acentuar desta última vertente no questionamento sobre a melhor forma de comunicar com os visitantes / utilizadores do espaço museal, que vai ser reconhecido em forma de lei no decreto 46.758/1965 (Lira, 2010, p.195-197, I. Moreira, 1989, Pimentel, 2005), redigido por Mário Tavares Chicó, com clara influência do pensamento museal de João Couto. A legislação em causa “marca a primeira tentativa governamental de organizar e racionalizar a estrutura museológica [...] e uma mudança drástica no conceito que os museus em Portugal tinham de si próprios e do seu papel na sociedade” (Pimentel, 2005, p.145-146). Três anos antes, em 1962, João Couto fez um balanço da atividade museológica do Estado Novo concluindo, ao traçar um panorama museológico nacional, que os museus estavam distribuídos

¹³ Chaves, L. (1939), *Museus Regionais Etnográficos*. In Matos, A. P. de. (2000). *Museus Municipais e colecções etnográficas* in *Museus e Museologia em Portugal*. (textos em Português). in Nolasco, Maria da Luz, (coord. da monografia). *Museos y museologia en Portugal – una ruta ibérica para el futuro*, Andrade, Margarita Ruyra de (dir.). *Revista de Museologia*, Asociación Española de Museólogos.

de forma desigual pelo país, havendo necessidade de alargar a rede de museus nacionais e regionais patrocinados pelo Estado para que possam representar todas as regiões:

“o maior número de museus com carácter oficial aglomera-se na região entre Douro e Mondego. Para o sul do Mondego, existem os Museus da área de Lisboa e o de Évora. Para o Norte do Douro, os do Porto, de Guimarães e de Bragança.” (1962 d, p.130)

O autor esclarece que a sua concepção de museu não é:

“[...] um simples agrupamento de obras capitais de arte de todos os tempos – antigas e modernas. Vejo o Museu como um estabelecimento que preside aos interesses turísticos da região, mas ainda um local onde se desenvolve uma intensa vida cultural que vai das exposições de arte plástica aos concertos musicais, das palestras às lições e aos cursilhos.” (1962e, p.314-315).

Em Sintra, fez uma palestra onde sublinha, de novo, o que deve ser um museu: “vou falar-lhes dos museus activos, dos museus convidativos e dos museus explicados porque tudo isso eles têm de ser nos dias de hoje” (1962d, p.147) e, continuando a sua explanação, alerta-nos para a necessidade/obrigatoriedade dos museus atraírem cada vez mais público e mais heterogéneo, visto que:

“[...] os museus não são agora só para os entendidos ou para as pessoas que se julgam com dotes especiais para a compreensão daquilo que neles se expõe. Pretende-se que os museus são acessíveis a todos que os procuram [...] se ministrarem aos visitantes os meios convenientes para os fixar e para os elucidar a respeito dos interesses e do mérito de seus recheios.” (1962d, p.150)

Os museus têm de saber comunicar com todos os visitantes e assim “de antigo repositório [...] os museus actuais são ou devem ser operosos centros de cultura onde o visitante recebe uma lição e sai com o desejo de voltar para mais aprender” (1962d, p.148). Apenas, deste modo, atingem a sua função mais nobre, a missão educativa, que só por si vai justificar, quer a necessidade de museus bem organizados e atuantes, quer a proteção patrimonial, quer a organização de exposições, concertos, cursos, de palestras, entre outros, para captar e fidelizar novos públicos.

Confrontando o DL nº 46/758 de 18 de Dezembro de 1965 com o panorama das novas correntes da museologia a nível internacional, verificamos que um regime político que se afirmava pelo conservadorismo da sua atuação, de que o lema ‘orgulhosamente sós’ é paradigmático, acabou por fazer uma legislação a nível museológico algo inovadora, dando alguma atenção ao que se fazia quer na Europa quer nos Estados Unidos ¹⁴, contrariando/criticando quem, adoptando uma atitude comodista, “aguarda passivamente os visitantes” (DL nº 46/758, p.1696). Concomitantemente, o avanço museológico, visível sobretudo a partir dos anos 60, e o contributo do João Couto nessa renovação é unanimemente considerado pela bibliografia existente (Lira, 2010, Pimentel, 2005, I. Moreira, 1989, Costa, 1996, 2011, Manaças, 1991) sendo que é “através dos esforços de influentes conservadores de museus, como João Couto, que a museologia nasceu em Portugal” (Pimentel, p.144). Os inúmeros artigos de João Couto - vide bibliografia -, alguns dos quais vão ser objeto mais alargado do nosso estudo, são a prova de que estamos perante um pensamento museológico e uma prática inovadora, com uma contínua reflexão sobre os objetivos, as estratégias e as condicionantes da sua mesma prática. Há uma linha de continuidade, no discurso por ele empreendido, que nos remete para um conceito de museu como espaço educativo e de estreita ligação com a escola, mas não se reduzindo a ela (I. Moreira, 1989, 66-68; Costa, 1996, 2011), de forma a contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Ideia largamente defendida, numa outra área de saber, a Educação, pelo pedagogo Rui Grácio (1971, 1968/1973, 1995-96), quando aborda, num texto de 1967, sugestivamente intitulado “Museus e Educação”, o ensino no espaço escolar, na sua relação com os museus. Ao considerar que a escola investe pouco nas atividades extra escolares, apela a uma outra atitude, menos formal, num ensino formal :

“ainda fica margem para sonhar uma escola onde se abram os olhos para a observação atenta das coisas, dos seres, das pessoas e se estimule a capacidade de os interrogar imaginativamente e de verificar o que a imaginação intuiu; onde se encoraje a elucidação ética da experiência vivida; onde a criatividade não seja tolhida, a sensibilidade embotada, exaurida a curiosidade; onde seja entendido a fundo que a faina da cultura e da formação pessoal é obra da vida inteira – e que a cultura só vive e o espírito só se forma na participação activa e criadora, ou para dizer

¹⁴ Assunto igualmente por nós abordado (2009, p.15).

numa só palavra: na autonomia” (1995/1996, I, pp. 195-196)

Ao convocar vários saberes para uma construção não autoritária do conhecimento e para a construção da autonomia, elege, para além da escola, outras esferas públicas de educação no plano local, que podem contribuir para a construção de uma postura crítica e interventiva na sociedade, nomeadamente a mobilização das virtualidades formativas dos museus “ao serviço da comunidade” (1995/1996, I, pp.193). A consecução plena deste objetivo exige um aprofundamento da reflexão sobre as práticas educativas no seio da museologia, evitando “a sedução e a facilidade das soluções de rotina ou de pura demagogia, ponderando os fins, os princípios e as circunstâncias da acção proposta” (1995/1996, I, pp. 191), privilegiando “métodos adequados a provocar atitudes de participação *activa e criadora* nos visitantes” (1995/1996, I, pp. 191).

A ideia de museus como instrumentos culturais postos ao serviço da sociedade, e a necessidade de aprofundar a sua missão didática, educativa e cultural, vai igualmente ser abordada por Viana (1953) que, segundo Costa (2012, p.210), vai ter uma grande influência em João Couto, num artigo intitulado “Função Cultural e Educativa dos Museus”, onde defende que a questão da “fadiga museológica” só pode ser ultrapassada quando o museu não considerar a conservação como fim último do seu trabalho.

A esta “abertura” não são alheias: as relações com o exterior e a formação da APOM. A participação de portugueses nas reuniões do ICOM / CECA começa logo aquando da sua constituição, o que nos permite constatar a sensibilidade de alguns sectores da museologia nacional para o aprofundar da função social do museu, contrariando a ideia da museologia sempre a reboque das ideias político - culturais predominantes.

A APOM¹⁵, constitui-se no mesmo ano do decreto que vem regulamentar os museus de Arte, História e Arqueologia - 1965 -. Merece ser destacada, por ser a primeira e porque, num país com uma deficiente expressividade editorial, fez a diferença, pois editou com regularidade, de 1973 a 1981, os resultados dos seus inúmeros congressos, conferências, exposições e promoveu a internacionalização das ideias mais vanguardistas em termos museais. Logo em 1973, realça-se a vertente social do museu e da importância da participação da comunidade na

¹⁵ Semedo (2005, p.69 a 93), empreende uma importante reflexão, “sobre as mudanças verificadas na forma como a profissão museológica em Portugal, enquanto comunidade discursiva, se representa nos textos” entre 1975-1998, partindo, precisamente, das atas dos congressos organizados pela APOM e Associação Portuguesa de Municípios.

gestão dos mesmos, no Boletim nº 3 que, sob o título “Uma experiência: museus de participação”, divulga as experiências do *Museu de Vizinhança* de Anacostia e de Badalona, periferia carente de Barcelona.

Outras iniciativas merecem ser destacadas, sobretudo, e tendo presente a nossa investigação, as que tiveram como prioridade a missão educativa dos museus, na sua relação com a escola: 1971 – Museus e Educação; 1975 – Museus para quê?; 1987 – A Escola vai ao Museu. Neste último encontro são abordadas novas formas de dinamização dos museus na sua relação com as escolas e, em particular, a técnica de animação “História ao vivo”, iniciada em Inglaterra com o nome de Living History, e que permite que o aluno seja o personagem principal na recriação de ambientes históricos. Este método, ‘Living History’, foi iniciada no Departamento ‘The Historic Buildings and Monuments Comission for England’ em 1979, que promoveu dois programas para as escolas de Suffolk: o projecto de reconstituição de *Havening Hall*, mansão do século XVIII, da época georgiana - bem conservada -, no interior de Suffolk, onde uma multidão de criados serve o proprietário e a sua família; seguindo-se-lhe o projeto do Castelo de Oxford, quase em ruínas, situado no litoral do mesmo condado, que em 1173 tem à sua volta um enxame de artesãos que o vai «construir» (Solé, s.d.). Apoiada pelo Instituto Britânico em Portugal, a APOM convidou os técnicos ingleses Patrik Redsell – dramaturgo, Stephen Wolfendem – fotógrafo e Michael Corbishey – pedagogo, e ainda a conservadora brasileira Lurdes Horta Barreto para participarem no Colóquio e partilharem as suas experiências. Deste colóquio e do que se lhe seguiu em 1987, foram elaborados um conjunto de catálogos com a descrição de vários projetos a serem postos em prática em Faro, no Funchal, em Setúbal e em Lisboa: ‘Nós e os Romanos’; ‘O Palácio de Estoi – Milreu -’; ‘Uma População Rural’; ‘Faro, 1573’; ‘A Gastronomia Algarvia’; ‘O Castelo de S. Filipe depois da Reconquista’¹⁶.

A Equipa de Intervenção Artística da Delegação Escolar de Queluz e os Serviços Educativos do Palácio de Queluz, em 1990/91, criaram a oficina Histórica Ludo-Expressiva. Para os professores realizaram-se visitas orientadas com animação de personagens como ‘D. Pedro - percurso de uma vida’. Para os alunos realizaram-se várias sessões subordinadas à vida no Palácio, recriaram-se personagens e profissões do século XVIII, construíram-se adereços e

¹⁶ *História ao Vivo - Propostas de animação cultural segundo a técnica ‘Living History’* (1986), brochura da Exposição de *História ao Vivo* que ilustrou o colóquio *A Escola vai ao Museu*, organizado pela Associação Portuguesa de Museus, em Faro

utilizaram-se trajes da época, alguns feitos com materiais recuperados. Promoveu-se assim a descoberta do passado histórico pelos professores e alunos, e permitiu desenvolver o sentido criativo e estético e, simultaneamente, aproximar a Escola e o Museu. O objectivo é “evitar que [as crianças] estejam simplesmente a ouvir o professor, mas levá-las a falar, escrever, resolvendo juntos problemas, fazendo perguntas, tentando com a ajuda dos professores, dar um significado às suas experiências integrando-as no contexto histórico” (Redsell, 1987, p.26). No encontro acima mencionado é também apresentada uma maleta pedagógica sobre a ‘História da Alimentação’. Nota-se uma tendência para diversificar estratégias ultrapassando a mera visita guiada para que o trabalho, que se faz entre as escolas e os museus e os museus e as escolas, seja cada vez mais enriquecedora. Esta questão da *Living History* merecia uma discussão mais consistente com uma análise crítica da mesma, desde o seu surgimento em Inglaterra até à sua aplicação em Portugal, pois a denominada ‘educação patrimonial’ influenciou e ainda é uma referência importante na prática educativa dos museus. Inclusivamente há, em nossa opinião, um equívoco quando a denominam de metodologia da educação patrimonial, reduzindo a ação educativa do museu à mera aplicação de algumas técnicas.

A tónica, sobretudo a partir de 1975, acompanhou o tom revolucionário vivido na sociedade portuguesa, numa tripla perspetiva: a) destacar a vertente cultural e social de abertura ao exterior do museu; b) transformação do museu num espaço onde ocorresse a reflexão, a discussão, em suma, numa “arena” (Chagas, 1999, p.19) de debate, partilha e troca de ideias; c) desenvolver processos científicos e técnicos, que facilitem/ promovam/ incentivem a construção da(s) identidade(s), entendidas como “fonte de significado e experiência de um povo” (Castells, 2001/2007, p.3) a partir da relação do ser humano/ comunidade com o património.

1.1.2. A função da educação:

1. 1.2.1. na Primeira República: ‘O homem vale, sobretudo, pela educação que possui’¹⁷

Durante a Primeira República, o sentido regenerador da educação, como forma de criar cidadãos livres e conscientes, capazes de intervir civicamente, vai ser anunciado pelos republicanos, como estandarte, sobretudo a partir de 1870. Na sua ótica, o fim primeiro e último

¹⁷ Preâmbulo do decreto de 29 de Março de 1911 que aprova a reorganização dos serviços de instrução primária.

do Estado deveria ser instruir num duplo sentido: dar felicidade e enriquecer culturalmente os cidadãos, elevando o nível mental e moral do país.

A educação republicana, objeto de aturada atenção por estudiosos (R. Carvalho, 1986/2011, Nóvoa, 1987, 1988, Proença, 2011) vai por nós ser abordada em estreita ligação com as ideias de João Couto e Branquinho da Fonseca, porquanto nos parece haver uma clara identificação nos princípios estruturantes e interventivos das mesmas. Deixaremos de lado a problemática quanto à sua aplicação, ou utopia da sua aplicação (R. Carvalho, 1986/2011, Nóvoa, 1987, 1988, Ó, 2003) e quanto ao facto de, dentro do movimento da ‘Escola Nova’, haver desde “muito cedo uma corrente tradicionalista e católica” (Rodrigues, 2005), que adopta os princípios estruturantes deste movimento, adaptando-o às suas ideias, por não ser exatamente esse o objetivo do nosso trabalho e porque, apesar do crescimento quantitativo não ser muito significativo, a República contribuiu para a “constituição de uma pedagogia científica” (Fernandes, 1979, p.11) e introduziu “inegáveis mudanças qualitativas que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação e a formação para a cidadania” (Proença, 1998, p.56).

Educação e formação para a cidadania eram absolutamente indissociáveis, porque o fim último da educação seria a formação de cidadãos livres capazes de intervirem crítica e conscientemente na sociedade. A formação integral - intelectual, física e moral - visava a construção do ser humano completo, do ‘Homem Novo’, ativo, empreendedor, defensor do progresso técnico – científico, com uma sólida cultura de base, para quem a escola, obviamente laica, seria o garante de promoção e fator de mobilidade e transformação social. Na base teórico – prática da construção deste ‘Homem Novo’ estiveram envolvidos muitos pedagogos (Fernandes, 1971, 1973, 1979, 1985, Nóvoa, 2003, Figueira, 2004a) que, desde a monarquia constitucional, defendiam acerrimamente aqueles ideais educativos: Bernardino Machado¹⁸, adepto da educação para todos, de uma escola democrática; Faria de Vasconcelos, fundador, em 1912, da Escola Nova de Bierges – les – Wavre, na Bélgica, onde sistematizou os 30 princípios defendidos pelo movimento da ‘Educação Nova’, de que trataremos mais adiante. Trabalhou na Suíça com Claparède - o principal representante do movimento da Educação Nova - e Ferrière que, segundo Nóvoa (1987), vai ser o responsável pela proposta de lei que João Camoesas

¹⁸ Muito amigo de António Augusto Gonçalves, republicano convicto, que vai ter uma influência determinante na formação de João Couto, como veremos mais adiante.

apresentou no Parlamento em 1923, “sobre a reorganização da educação nacional” que, apesar de não ter sido aprovada, foi considerada uma síntese das inovações pedagógicas republicanas. Adolfo Coelho, que ainda durante a monarquia contribuiu para a cientificidade da educação; Adolfo Lima, referência fundamental da Educação Nova em Portugal, dirigiu, entre 1924-27, a revista *Educação Social*, “uma das mais importantes revistas pedagógicas portuguesas [...] ilustra o despontar de uma reflexão inovadora no domínio pedagógico e muito atenta às dimensões sociais da acção educativa” (Nóvoa, 1993, p.317), fundamental para a compreensão do Movimento da Educação Nova em Portugal. Os seus colaboradores são quase todos nomes importantíssimos de pedagogos dos anos 20 – “os anos loucos da pedagogia” (Nóvoa, 1993, p.318), com relações habituais com o movimento internacional, onde também colabora João Couto e António Augusto Gonçalves; Bento de Jesus Caraça, defensor da ‘escola única’ e da cultura integral; João de Barros, defensor intransigente da escola laica e da construção do ‘Homem Novo’ republicano através da educação (Araújo, 1994); João de Deus Ramos, adepto de novas metodologias de ensino ainda hoje utilizadas; Leonardo Coimbra, apoiante de uma forte componente humanística para a educação integral; Tomás da Fonseca - pai de Branquinho da Fonseca - empenha-se diligentemente na educação para todos, e colabora ativa e criticamente nas reformas do ensino republicanas. Abre escolas móveis nos meios rurais e foi co-fundador da Universidade Livre de Coimbra. Viaja pela Europa – França, Bélgica e Inglaterra - para conhecer o funcionamento de escolas, museus e bibliotecas. Publica, por encomenda do Ministério da Instrução Pública, o manual escolar *História da civilização relacionada com a história pátria* (1922). Numa obra muito recente, Torgal (2012), elege-o como um dos pedagogos mais vanguardistas dos seu tempo:

“A sua defesa militante de uma escola primária pública, gratuita, humanista, verdadeiramente laicista, racionalista, mista e interclassicista, capaz de alfabetizar, educar, instruir e civilizar, simultaneamente, todas as crianças de ambos os sexos, provenientes de todos os grupos sociais, residentes nos mais ou menos recônditos lugares do país, faz dele um dos mais progressistas pedagogos nacionais da sua época.” (p.27)

A missão pedagógica, eivada de ideais anticlericais, liberais e republicanos, e o seu espírito combativo, acompanharam-no toda a vida, apesar dos dissabores que sofreria mais tarde, com a censura e confisco de muita da obra publicada.

Além destes, outros pensadores pugnaram pela defesa de modelos educativos de pendor democratizante, como o grupo da Seara Nova, destacando-se Jaime Cortesão¹⁹, Raul Proença e António Sérgio. Sérgio foi, em 1932, e durante poucos meses, Ministro da Instrução Pública, defendendo a relação direta entre a pedagogia e o ressurgimento nacional, baseando a educação na construção da autonomia: “A heteronomia pode ser um processo de domesticação de bichos; mas só na autonomia – e pela autonomia, se realiza uma verdadeira educação para homens” (1954/1974). Insurge-se, igualmente, contra a “pedagogia da indigestão mental”, ensino sustentado na escola livresca, na utilização quase exclusiva da memorização e no *magíster dixit*, propondo um ensino concreto, explicativo, inteligente e crítico.

Os ideais político-educativos, bem como as inovações didáticas propostas, pressupunham que a criança não era o ‘adulto em miniatura’ e que, por isso, teria de haver a introdução de novas metodologias de ensino centradas nos indivíduos, e adaptadas aos vários níveis etários. O ensino devia ser pensado através da aplicação de métodos ativos, onde o aluno fosse interveniente no trabalho educativo. No sentido de atingir este objetivo dever-se-ia facultar um leque alargado de atividades que lhe fornecesse uma sólida e consistente cultura de base. Esta cultura de base seria ampliada ao longo da vida, favorecendo-se a compreensão em detrimento da memorização, a capacidade de analisar, criticar e optar, o ensino experimental e laboratorial, a observação e experimentação direta dos fenómenos e das realidades em frequentes visitas de estudo, o ensino ao ar livre, a valorização da educação estética e artística, dos trabalhos manuais, da educação física, das práticas educativas em contacto direto com a natureza, em suma, a utilização de muitos espaços para além da escola no ato educativo. O processo de implementação

¹⁹ Anã 1884 – Lisboa 1960. Jaime Zuzarte Cortesão. Pedagogo, poeta, ficcionista, historiador, republicano, licenciado em Medicina, exerce durante pouco tempo este ramo, porquanto vai ser convidado para leccionar História e Literatura no Liceu Rodrigues de Freitas, na cidade do Porto, passando a dedicar-se às suas paixões: a política e o estudo da História. É um fervoroso defensor e dinamizador das Universidades Populares e, em 1919, nomeado para Diretor da Biblioteca Nacional, cargo que ocupa até 1929. Com a mudança de regime, é obrigado a um exílio prolongado, aproveitando a estada em Espanha, em França - de onde regressa em 1940 - e, depois, no Brasil, para calcorrear os arquivos, editando obras historiográficas. Como homem de investigação e ação é, igualmente, professor do ensino universitário. Em 1957 regressa a Portugal e apoia a candidatura do General Humberto Delgado, o que conduz à sua detenção. Fundou várias revistas: *Nova Silva*, com Leonardo Coimbra – 1907 -, e três anos depois a revista *Águia*, com Teixeira de Pascoaes. Em 1912, a *Renascença Portuguesa*, que abandona nove anos mais tarde para fundar, juntamente com Raul Proença, a revista *Seara Nova*. Além das revistas, colabora assiduamente em jornais quer enquanto vive em Portugal, quer enquanto permanece no exílio (Águas, 1985).

deste ideário inovador conduziu ao surgimento de algumas escolas (Figueira, 2004b) onde se tenta fomentar a formação intelectual e a criatividade através do “aprender fazendo”, da “tentativa-erro” ou pelo confronto com “situações problema” (Alves, 2010, p.170), apesar da resistência sentida pelo ‘hábito’ instalado no quotidiano escolar (Nóvoa 1987, Pintassilgo, 1988, 2006) que muitas vezes bloqueava irrecuperavelmente toda a engrenagem.

Como a instrução do povo era igualmente uma condição indispensável à sua consciencialização cívica e à sua elevação moral e espiritual, era preciso começar pelo problema mais inquietante: combate ao analfabetismo. Este fazia-se pela proximidade com a comunidade de que é um exemplo, bem elucidativo, a dinamização de escolas móveis, já iniciadas na monarquia - em 1882 por Casimiro Freire - mas que, agora, ganham um novo impulso, apesar das suas fragilidades ao nível da “visão redutora da escolaridade” (Nóvoa, 2005, p. 85) e pela forma como era feita a seleção dos professores, “mais pautada por critérios políticos do que por critérios profissionais” (Nóvoa, 2005, p. 85). Paralelamente, e destinadas a um público adulto, sobretudo operariado, eram criadas associações igualmente com finalidade educativa, mas também de integração social: as universidades populares. Na sua génese estiveram sobretudo intelectuais, de onde se destaca, entre 1919 e 1927, Adolfo Lima, Raul Proença, Faria de Vasconcelos, Jaime Cortesão, António Sérgio, com uma preocupação pedagógica que se enquadra muito na perspectiva defendida por João Couto, de abrir novos horizontes através de uma pluralidade de atividades, onde se incluía

“A conferência ou palestra livre, os cursos subordinados a um tema ou a uma disciplina, a biblioteca, as visitas de estudo e as excursões [...], havendo ainda lugar para a utilização de outros suportes educativos como a projeção de filmes, a dramatização de textos, a organização de festas comemorativas e sessões musicais.” (Bandeira, 1994, p.4-5).

O valor da educação era essencial para o ressurgimento nacional pois a reconfiguração política da nação só poderia ser verdadeiramente compreendida e efetivada através da formação de cidadãos livres.

Apesar de algumas divergências entre os pedagogos, relativos à maior ou menor ingerência do poder político nos aspetos educativos, a maioria associou a modernidade pedagógica às ideias e práticas da “Educação Nova”. Este movimento pedagógico, que ganha terreno nos inícios do séc. XX, insurge-se contra o sistema educativo da escola oitocentista

muito centralizado e dirigido em função dos interesses da sociedade industrial, privilegiando a formação anónima de massas, em detrimento de uma formação mais individualizada. Contudo, os pressupostos desta escola ativa não visavam permitir que a criança ‘fizesse tudo o que queria’, como alvitravam os detratores do movimento, mas que ‘desejasse tudo o que fizesse’, como insistentemente explicava Claparède, pois quem está no centro da aprendizagem não é a criança, mas sim o aluno, isto é, a criança em situação de aprendizagem.

Surgem intelectuais que, partindo dos estudos sobre a criança, partilham um pensamento pedagógico centrado na necessidade de a educar, sempre de acordo com as suas características individuais. O pensamento científico – pedagógico nacional ancorava-se num movimento internacional mais vasto, que estava em pleno desenvolvimento:

“[...] A Educação Nova portuguesa alimentou-se da relação permanente que manteve extra-muros. Na fase inicial, essa relação proporcionou-lhe o conhecimento da realidade educativa internacional e contribuiu para a criação de um *corpus de saber específico*, que lhe permitiram implantar-se e desenvolver-se. Na segunda fase, essa relação alimentou uma rede de comunicação paulatinamente construída, que tendo em conta as fragilidades intrínsecas deste movimento de inovação educativa, permitiu a sua continuação por meios diferentes dos habituais, que eram as Escolas Novas, e que se materializou naquilo a que chamei Práticas Pedagógicas Inovadoras, *segundo* (e peculiar) *momento* no seu desenvolvimento. (Figueira, 2004 a, p.43)

Nesta internacionalização e do outro lado do Atlântico destaca-se Dewey, para quem a educação tem de estar centrada na relação entre as crianças e os conteúdos de ensino, visando o desenvolvimento do raciocínio e espírito crítico do aluno e, na Europa, Maria Montessori, Decroly, Claparède²⁰, Ferrière que, em 1899, cria o *Bureau International des Écoles Nouvelles*. Em Portugal, poderemos afirmar que a passagem por Genebra e particularmente pelo Instituto Jean Jacques Rousseau influenciou decisivamente toda uma geração de pedagogos portugueses que, cada um a seu modo, importou, teorizou e, por vezes, aplicou as suas reflexões no nosso país. A este propósito, consulte-se o *Dicionário de Educadores*, coordenado por António Nóvoa (2003), que, nas suas múltiplas entradas, faz o percurso destes pensadores e a sua ligação

²⁰ Frequentemente citado pelas monitoras do serviço educativo que vão trabalhar no Museu-Biblioteca aquando da instituição do mesmo em 1964.

particularmente a Ferrière, o que nos permite afirmar que as mudanças estão mais arreigadas a um pensamento científico e pedagógico internacional do que num pensamento, com alguma autonomia a nível nacional.

Nessa mesma época, Freinet começa a ser divulgado no nosso país, timidamente, é certo, maravilhando os mais inovadores e tentando sensibilizar os mais relutantes - com pouco êxito - para o facto de que o ato educativo não pode estar dissociado do contexto social em que os educandos se integram, devendo a escola acompanhar a vida e não ser uma instituição paralela à mesma, tal como advoga Álvaro Viana de Lemos²¹, que mantém correspondência assídua com o pedagogo :

A vida exterior da família, da rua, do campo, da oficina, da sociedade, enfim, deve penetrar nessas velhas aulas áridas e burocraticamente mecanizadas, onde ainda se disserta sobre múmias ... É preciso fazer dela o cadinho e a oficina onde se refundam e temperem as ideias criadoras ou experimentadas, que flutuam no mar revolto da sociedade dos tempos que correm. (Fernandes, 1998, p.133).

Defendia que a aplicação das práticas pedagógicas freinetianas transformavam “uma instituição quase sempre desencontrada das realidades, onde se perde o tempo e se massacra a paciência e a alegria” (Fernandes, 1998, p.134), numa instituição ao serviço dos aprendentes e da sociedade. Neste sentido, a educação tinha de ter um significado objetivo na vida do educando, materializada na participação ativa no ato de aprender, na reciprocidade de conhecimentos.

O Brasil vai, igualmente nas décadas de 1920 e 1930, herdar e aplicar estas novas ideias educativas, sobretudo nas escolas públicas, exemplificadas no *Manifesto dos Pioneiros da Educação* (1932), subscrito por nomes ligados à reflexão na área da educação como Anísio Teixeira - Baía -, Fernando de Azevedo - Rio de Janeiro -, Afrânio Peixoto, Cecília Meirelles, entre outros. Pretendiam sublinhar o valor social da escola, como princípio de todo o ato educativo, onde o aluno desempenharia um papel dinâmico e se esbateriam / anulariam as diferenças sociais, contribuindo para o desenvolvimento efetivo da sociedade. A pertinência destas ideias é reconhecida por Ferrière (Alves, 2010, p. 174) que tenta visitar o país em 1930, mas que não conseguiu desembarcar por causa da revolução de Outubro. Ideias estas que vão

²¹ Lemos, A.V. (1926). p.80. In Fernandes (1998). Maria Amália Borges e a Integração Educativa. in Proença, Maria Cândida, (Coord. científica). *O Sistema de Ensino em Portugal – séculos XIX e XX*, Lisboa: Eds. Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

deixar lastro, não só no Brasil como noutros países do sul da América. No Brasil vão servir para fundamentar, nos anos 40 a 60 - Nova República -, as bases da Educação Nacional, de onde salientamos o Programa Nacional de Alfabetização, inspirado no método Paulo Freire, para quem “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si” (1972/75) numa colaboração permanente de uns com os outros, e o Centro Popular de Educação, inaugurado na Baía por Anísio Teixeira.

1.1.2.2. no Estado Novo: a escola como ‘sagrada oficina das almas’²²

Um regime, orientado para o passado e para a restauração de um Estado ‘autoritário’, ‘nacionalista’ e ‘corporativo’, usa a educação como forma de inculcação dos valores ideológicos que serviram de base à sua edificação e que se tornaram no trunfo da sua longevidade. Ao querer instituir uma ‘ditadura da inteligência’, privilegiou a educação de uma minoria de influentes e futuros dirigentes, que se perpetuou geracionalmente, cooperando para a formação de “uma sociedade atomizada perante um Estado aparentemente onipotente” (Ramos, 2009/2010, p.647). Estado todo poderoso, que usou a escola, sobretudo a escola primária, como “instrumento privilegiado da nova ordem social e política” (Teodoro, 2001a, p.180) onde se devia adquirir o saber aligeirado, reduzido ao mínimo, o único que convinha às classes mais ‘humildes’, e aos propósitos de formar o carácter baseado nas virtudes morais, ‘modelando’ os homens de amanhã.

Ora, foi esta a época, o contexto e as circunstâncias em que João Couto e Branquinho da Fonseca trabalharam no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, merecendo por isso um tratamento mais individualizado, apesar de não pretendermos ser exaustivos, na caracterização das opções pedagógicas e das práticas do período em estudo -1930-60 -. Muitos especialistas já se debruçaram aprofundadamente sobre esta temática (R. Carvalho 1986/2011, Mónica, 1978, Cortesão, 1988, Nóvoa, 1992, 2005, Teodoro, 2001) e não se compagina com o trabalho a desenvolver. Também não vamos aqui discutir as teses que nos dão conta desta fase como um período carregado de obscurantismo (Mónica, 1978, Cortesão, 1988) e outras que nos mostram que a educação tem duas faces e que, muitas vezes, está eivada de contradições e algumas

²² Frase dita por Salazar, in Pacheco, C. (1940). *Portugal Renovado (Discursos)*. Lisboa, Bertrand., p. 235

continuidades (R. Carvalho, 1986/2011, Nóvoa, 1992, 2005). Interessa-nos sim, partindo destes autores, ‘fazer a ponte’ com as críticas feitas por João Couto e Branquinho da Fonseca a um ensino que, assumidamente, não era para todos e que adotou, ao longo da vigência, um pendor autoritário.

Efetivamente, quando foi inaugurado o Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em 1931, a política educativa institucionalizada tinha como objetivo principal “desmantelar das concepções, das representações e das práticas da escola republicana” (Nóvoa, 1992, p. 457). Os fervorosos adeptos da Educação Nova - Faria de Vasconcelos, Adolfo Lima, Álvaro Viana de Lemos - são inimigos a abater, apesar de, após a visita de Adolphe Ferrière - 1930 - a Portugal, algumas ideias terem sido subvertidas e aproveitadas pelo sistema (Nóvoa, 1992, p. 517).

A partir de 1936, com a chegada de Carneiro Pacheco ao Ministério da Instrução Pública, vai criar-se um corpo de ideias próprias consideradas inquestionáveis e inabaláveis, que vão ser aplicadas ao sistema educativo. Dois anos antes, para acalmar consciências, a população escolar havia sido dividida em cinco grupos, havendo logo 23% que não valia a pena educar, visto serem ‘catalogados’ como “ineducáveis” (8%) e “normais estúpido” (15%). O próprio Oliveira Salazar defendia claramente que, se todos soubessem ler e escrever, a instrução seria automaticamente desvalorizada, o que justificava o desinvestimento na educação e a “redução minimalista dos tempos de ensino e das aprendizagens escolares” (Nóvoa, 1992, p. 472). A perpetuação da ignorância da população torna-a mais obediente, “mantendo-lhe cerrados os olhos e os ouvidos para o perigo do mundo exterior” (R. Carvalho, 1986/2011, p.738) facilitando, deste modo, e com a ajuda de uma vigilância persistente das leituras, a manutenção da ordem social.

A inteligência média é apanágio de 60% da população, 15% detêm inteligência superior, e, repare-se, só 2% são considerados “notáveis”. Assim, numa “lógica de realismo pragmático” (Nóvoa, 1992, p. 458), ajusta-se a oferta educativa à procura social da educação, fazendo-se um nivelamento por baixo no que diz respeito às aprendizagens escolares, reduzindo-se o tempo da escolaridade. O (des)investimento na educação faz com que o ensino se fundamente num método doutrinal, impositivo, indiscutível, baseado no respeito, na obediência, na disciplina, na memorização, no livro único, fomentando largamente a passividade. A relação pedagógica aparece dominada pelo saber e pelo mestre, detentor absoluto do mesmo, fundamentando-se numa pedagogia de sujeição, onde impera o castigo, o silêncio, a autoridade e a obediência. Os conteúdos do ensino tornam-se doutrinadores com uma componente de inculcação ideológica e

doutrinação moral, princípios que melhor serviam a construção de uma escola nacionalista. Assim, não são mobilizadas as capacidades de afectividade, atividade e sociabilidade do indivíduo e não são respeitadas as diversidades pessoais, nem se tem em consideração os estádios evolutivos dos alunos. A escola serve para legitimar as diferenças sociais acentuando as lógicas de conformação social, ao mesmo tempo que se restringe fortemente o acesso a outros graus de ensino.

As estatísticas da UNESCO de meados do séc. XX, que nos situam, em questões de analfabetismo, no último lugar a nível europeu, causam algum incómodo a nível interno e externo. Neste contexto, e com o Ministério de Pires de Lima (1947 – 55) e Francisco de Paula Leite Pinto (1955-1961), assiste-se a um momento de alguma mudança na orientação educativa. Esta passa de uma inflexão mais doutrinária para um pendor mais ‘cultural’, assistindo-se a uma tímida democratização da mesma (a este propósito ver síntese Nóvoa, 1992). Apela-se ao incremento de um ensino prático e experimental em detrimento da memorização dos factos, para a formação de técnicos melhor preparados que conseguissem acompanhar o progresso industrial do País. É, contudo, uma acanhada vontade de mudar, que muitas vezes se esgota nos próprios discursos retóricos, sobretudo se comparada com o esforço internacional. As estatísticas iludem: a diminuição das taxas de analfabetismo é conseguida, reduzindo-se os anos de ensino e as aprendizagens escolares, pois a maior ambição da maioria não devia ultrapassar o ler, escrever e contar. Nos anos 60 os artigos de opinião, estudos, ensaios, revelam um panorama desanimador, quase diríamos demolidor da educação, como nos revela Rui Grácio (1971, 1973, 1995-6).

O incómodo das opiniões e dos números, e a ideia de que para ‘ler Salazar era importante não haver um único português analfabeto’, como Carneiro Pacheco defendia em 1935, levaram a um plano concertado de ler, escrever e contar: o Plano de Educação Popular (1952), que englobava a Campanha Nacional de Educação de Adultos. Na definição dos seus objetivos aparecem ideias difundidas pelos interessados na Educação Nova, nomeadamente a de que é necessário elevar o nível médio da cultura da população portuguesa pois, como diria Veiga de Macedo²³, subsecretário de Estado da Educação Nacional, em 1955, “é do ler, e não do saber ler, que resulta a cultura” (Nóvoa, 1992, p.477). Estes cursos, que contribuíram para “travar o aumento do analfabetismo funcional e do analfabetismo regressivo” (Melo, 2006, p.153),

²³ Macedo, V. In Nóvoa, A. (1992). A Educação Nacional. J. Serrão, A.H. Oliveira Marques (Coord.). *Nova História de Portugal*, F. Rosas (Coord. volume) *Portugal e o Estado Novo* (1ªed. vol. XII). Lisboa: Presença.

tentaram conciliar a alfabetização com um pendor mais formativo ao nível da educação moral e cívica, saúde, higiene, segurança no trabalho, agricultura e pecuária. No terreno, assistimos a algumas inovações pedagógicas a nível da transmissão das mensagens, como, por exemplo, a utilização de filmes, teatro, exposições, etc. Contudo, mantiveram um pendor centralista e um modelo, a nível dos programas, métodos e formas de avaliação, decalcado do escolar.

A atitude dominante, a nível educativo, não apaga completamente quem, insatisfeito com o sistema, luta na teoria e na prática pela aplicação de uma pedagogia aberta e inovadora, como por exemplo João dos Santos, Maria Amália Borges (Fernandes, 1998, p.131-159), Delfim Santos, Rui Grácio, entre outros, e os que, não pertencendo à esfera estritamente escolar, atuam quotidianamente, a nível local, impregnados pelo espírito dos pressupostos da Educação Nova que, no caso de Cascais, são João Couto e Branquinho da Fonseca. Mediante a análise de conteúdo é visível que procuraram sempre, através igualmente dos contactos com o exterior, manterem-se atualizados, contrariando o pensamento único do ‘universo fechado’ em que eram obrigados a viver.

1.1.3 A função das Bibliotecas na Primeira República e no Estado Novo: da ‘oficina sempre aberta’, à censura moralizadora

A função das bibliotecas e, sobretudo, a leitura pública em Portugal nos sécs. XIX e XX, foi objeto de variados estudos, quer direta, quer indiretamente, que vão servir de base à contextualização que iremos empreender (Curto, 2006, Melo, 2004, Nóvoa, 1987, 1989, Nunes, 1996, Rebelo, 2002, Ventura, 2002). Não pretendemos um levantamento exaustivo da matéria existente, mas tão só selecionar informação que nos permita situar o discurso doutrinário de Branquinho da Fonseca na época em que foi difundido.

Utilizaremos o conceito de leitura pública, no sentido em que esta é realizada nas bibliotecas públicas, ou por seu intermédio, e não como o conceito vigente no séc. XIX, de leitura pública como leitura coletiva, em voz alta (ver, a este propósito, Rebelo, 2002, p.83 e 84). Leitura pública, visando a formação global do indivíduo, de um modo pluralista; leitura pública na sua característica de serviço público universal, abarcando todos os elementos da comunidade, superando a desigualdade de oportunidades de acesso às fontes de informação, tal como é

legitimamente exigido pelo Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, em 1994²⁴. Entendemos a biblioteca pública como “um meio de estabelecer uma certa igualdade no acesso e uma certa redistribuição da riqueza de informação” (Usherwood, 1999, p.34), potenciadora do esbatimento das desigualdades sociais e onde a comunidade, centro operacional de todo o trabalho a desenvolver, se encontra num combate constante contra a iliteracia. Iliteracia esta que, sucessivamente perpetuada, se transforma rapidamente num obstáculo intransponível à emancipação social.

Após esta clarificação, iniciaremos um breve percurso diacrónico, sobre a evolução das bibliotecas públicas.

A democratização do ato de ler foi, pelo menos, desde o séc. XVIII (Rebelo 2002, p.69), acompanhada por posições antagónicas: por um lado, os que defendiam ferverosamente a acessibilidade do livro que devia ir ao encontro dos leitores, e os outros que, numa perspetiva de leitura reservada e controlada por uma elite, denunciavam os perigos advindos com essa pseudo febre de leitura, quer para o intelecto, pois poderia levar a ideias nefastas para a estabilidade estratificada da sociedade, quer para o físico, porque desviava as pessoas do trabalho. O livro, incontestavelmente instrumento de poder, foi alvo de contínuos atos de controle pelos grupos mais conservadores e pelos vários poderes instituídos. A leitura tradicional, “intensiva”, oral e repetitiva, permitia aplicar mais eficazmente esse controle, que a passagem para uma leitura “extensiva”, diversificada, dinâmica e individual, tornou mais fugidia.

Entre os adeptos do que poderíamos designar ‘leitura para todos’, há argumentos, logo em meados do séc. XIX, de natureza profilática e desincentivadora dos vícios, tais como a taberna e o jogo. A ocupação do tempo livre, do lazer, com uma leitura orientada e bem dirigida, seria o melhor remédio para a cura de alguns males que atingiam os grupos mais desfavorecidos dos meios rurais e urbanos. Mais tarde, a leitura vai ser associada ao progresso económico, sobretudo ao desenvolvimento industrial.

A “boa leitura moralisa, eleva a alma e aperfeiçoa o trabalho de todos em geral” (preâmbulo do DL. nº 181/1870) e alguns intelectuais, como Pinheiro Chagas, interrogavam-se sobre se teria alguma validade fazer o esforço de aprender a ler se depois não se oferecia leitura.

²⁴ O Manifesto foi preparado em colaboração com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela UNESCO em Novembro de 1994

No sentido de facilitar o acesso ao livro, sobretudo “didático e formativo” (Rebelo, 2002, p.105), e de complementar a instrução primária e o ensino noturno para adultos, foram criadas bibliotecas populares em meados do séc. XIX. A utilidade da criação das mesmas era justificada pelo êxito alcançado noutros países como a Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos, Bélgica, Suíça e Prússia.

Era ferverosamente aconselhada a leitura domiciliária, devendo o empréstimo de livros ser gratuito, para facilitar a leitura às crianças e às mulheres, aproveitando de uma forma instrutiva o tempo livre.

A implementação, no terreno, desta acessibilidade de leitura dependia, quase exclusivamente, do trabalho voluntário, sobretudo dos professores primários, que se debatiam bastantes vezes com a indiferença de quem tinha responsabilidades locais. Em Cascais, no ano de 1873, o professor primário, diagnosticando a necessidade de constituir uma “pequena biblioteca donde o povo possa tirar a instrução de que tanto necessita”²⁵ (Rebelo, 2002, p.121), deparou-se com dificuldades de vária ordem para atingir os seus objetivos, não conseguindo efetivar, na prática, os seus propósitos.

Quando se conseguiam finalmente constituir, dificilmente logravam os intuitos propostos, pois quer os horários, quer a seleção bibliográfica, quer os equipamentos estavam desajustados relativamente às exigências de um público não especialista. Acrescente-se que os responsáveis nem sempre estavam bem preparados para acolher e aconselhar estes leitores, pelo que as bibliotecas entraram em decadência nos anos 80 de oitocentos, tendo sido bastante reduzido o impacto junto das populações que tinha por objetivo servir (Ventura, 2002, p.59).

Com a implantação da República, em 1910, assiste-se, numa dinâmica de empenhamento de difusão da leitura pública, à tentativa de criar novas bibliotecas populares, estabelecendo-se, pelo DL 65/ 1911 de 18 de março, a obrigatoriedade de, em todos os municípios, haver uma biblioteca e a necessidade de criação de bibliotecas móveis / itinerantes para melhor chegar às comunidades mais carenciadas culturalmente. Insiste-se, no Decreto mencionado, no valor social das bibliotecas, para combater a ignorância e promover a instrução e o acesso à leitura. As bibliotecas devem ser transformadas em “autênticos Palácios de Leitura”, tal como fizeram os Ingleses e Americanos, onde não se deve “conservar os livros, mas torná-los úteis”, com o

²⁵ A.N.T.T., Ministério do Reino, Maço 3655, in Rebelo. (2002). *A Difusão da Leitura Pública: A Bibliotecas Populares (1870-10)*. Porto: Campo das Letras. p.121

objetivo de “ensinar, informar e distrahir”, fomentando hábitos de leitura, para que os cidadãos se possam emancipar pelo conhecimento. Reitera-se a vertente pedagógica ao sublinhar a “franca e ilimitada comunicação com o público” que deve ser feita, contrariamente ao que era costume, mediante “a ampla leitura domiciliária, as colecções móveis, as salas para crianças, a leitura no caminho de ferro, nos hospitais e nas prisões [...]”. Em suma, o investimento nas pessoas deveria ultrapassar o saber ‘escrever, ler e contar’ para dar uma educação mais abrangente, em que essas técnicas não fossem um fim em si mesmas, mas servissem para elevar o nível cultural dos indivíduos, o seu pensamento crítico e consequentemente uma intervenção mais ativa e esclarecida na sociedade.

Outro centro nevrálgico deste processo foi a Biblioteca Nacional, dirigida por Jaime Cortesão, o mesmo que mais tarde elogiará o trabalho de Branquinho da Fonseca em Cascais, coadjuvado nos Serviços Técnicos por Raul Proença, que a colocaram em sintonia com as melhores práticas internacionais. Note-se que, quer Jaime Cortesão, quer Raul Proença, são figuras destacadas do grupo *Seara Nova*, eivados dos ideais republicanos, que não hesitaram em aplicar nesta instituição, tornando-se este espaço um exemplo a nível do dinamismo cultural, editorial e técnico. Evidentemente, com a instauração da Ditadura Militar, em 1926, foram dois alvos a abater, com consequências muito nefastas, em termos não só profissionais como pessoais.

Apesar do programa de ação republicano ser estruturado em torno da elevação cultural e moral de todos os cidadãos - investimento no capital humano -, através da concepção moderna da biblioteca como serviço público, a concretização plena destas ideias fica muito aquém do desejado, como claramente nos declara Melo (2004):

“[...] a I República lançou um projecto ambicioso e renovador, centrada na nóvel BPL [Biblioteca Popular de Lisboa] e conferindo um novo alento às bibliotecas populares (e às municipais), ainda que sem grandes consequências práticas (incapacidade estruturante), e manteve a dicotomia bibliotecas eruditas e populares.” (p.31)

A instabilidade política, a indisponibilidade financeira e de recursos humanos, fez com que, por exemplo, a rede de bibliotecas populares e móveis não se estendesse a todo o país, o que empobreceu a dinâmica que se pretendia implementar em prol da educação do povo.

Com a ditadura e o Estado Novo, a situação, que já não era brilhante, é ainda agravada pela censura e pelas fortes medidas de restrição à liberdade de pensamento e expressão, que

agravavam o acesso à leitura e informação. Reconhecendo o grau elevado de analfabetismo no país, optou-se, através do DL 13724/1927, por reestruturar os serviços da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis que, teoricamente, daria mais autonomia a estas instituições mais próximas da comunidade, mas que, na prática, não lhes garantiu os meios de subsistência para funcionarem adequadamente (Nunes, 1996, p.30). O novo diploma reformador das bibliotecas e dos arquivos, o DL 19952/1931, que se manteve em vigor durante mais de trinta anos, extingue a Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, integrando-as na Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, por se considerar desnecessária a distinção entre o erudito e o popular. Apesar daquele corpo legislativo ter uma abrangência inédita, os diplomas regulamentares saíam a um ritmo muito vagaroso, e ficaram maioritariamente por aprovar, predominando, no terreno, a inoperância e o imobilismo.

O Plano de Educação Popular - 1952 - que englobava a Campanha Nacional de Educação de Adultos, contribuiu para aproximar a comunidade de temáticas que podiam ajudar a melhorar o seu quotidiano e também de alguma leitura previamente selecionada para prevenir os perigos que havia em livros contrários à moral vigente e garantir um maior controle social. Nesta linha de atuação inserem-se igualmente as experiências, algo titubeantes, das bibliotecas das Casas do Povo (Domingos, 2006, p.197-238) onde havia, além de sessões de leitura, palestras e conferências, cuja organização pertencia maioritariamente ao professor primário.

Contrariando, em parte, estas práticas, a Fundação Calouste Gulbenkian inicia nos finais dos anos 50 as Bibliotecas Itinerantes, criadas por Branquinho da Fonseca a partir da sua experiência em Cascais. Ao selecionar jovens escritores - Alexandre O'Neill, Herberto Helder, Máximo Lisboa, etc. - para, através das itinerantes, ensinar as pessoas a gostar de ler e, ao levar os livros às povoações mais recônditas, contribuiu decisivamente para olhar o livro não como objeto sacralizado mas como objeto de utilização e divulgação acessível a um maior número de pessoas.

Apesar das adversidades, que foram constantes: resistência ativa dos 'caciques' locais, civis e religiosos; resistência mais passiva da população que não compreendia a importância de ler e por isso não se aproximava das carrinhas, e, como afirma Santos (T., 2006), a seleção e disponibilização de livros, com base na idade mínima e na dificuldade mediana como forma de "manter fora do alcance do comum dos mortais os textos mais arriscados" (p. 256), pese embora o facto desta seleção não estar enfeudada aos ideais do Estado Novo, as carrinhas funcionaram

durante muitos anos como elemento de promoção cultural descentralizado - zonas interiores e rurais do continente e Ilhas Adjacentes - em articulação com os municípios, contribuindo para a construção de uma estrutura de leitura pública nacional (Melo, 2004, p.281 a 343; Ventura, 2002, p.61). Em muitas aldeias do nosso país foram, até à sua extinção, o único modo de as pessoas terem acesso a outras visões do mundo que ultrapassassem os limites da sua localidade.²⁶

A nível internacional, destaca-se a preocupação de colocar as bibliotecas ao serviço de todos, visível no manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas, publicado em 1949, revisto em 1972 e novamente revisto em 1994, constituindo-se uma referência estruturante para quem trabalha neste domínio. O Manifesto de 1949 colocava o acento tónico na função educacional, caracterizando a biblioteca como centro de educação popular e deteve, quase de certeza, um papel relevante na concepção de biblioteca pública defendida e implementada por Branquinho da Fonseca, apesar de não termos dados objetivos que o confirmem.

Através da leitura diacrónica destes Manifestos é possível verificar a alteração na função exercida pela biblioteca pública, cujo âmbito se alargou, visto que, na versão de 1972, as funções que devia ter uma biblioteca já estavam divididas em educativas, culturais, de lazer e informação. Na sua terceira versão, em 1994, num mundo dominado pelas tecnologias de informação e comunicação, e pelo aparecimento das redes de bibliotecas, o Manifesto vai privilegiar o “acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação”, essencial para que os indivíduos possam “exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade”, como se pode ler no documento citado. Branquinho da Fonseca, cinquenta anos antes, defendia e contribuía ativamente para disseminar exatamente este ponto de vista: só através do conhecimento se formam cidadãos esclarecidos e interventivos na sociedade.

²⁶ A título informativo registe-se que estas redes de bibliotecas foram desativadas há exatamente 10 anos (19-12-2002). Até 2002 calcorrearam os caminhos e mesmo que se estragassem livros ou se perdessem, tinham “cumprido a sua missão: servir o leitor” (Duarte, 2012)

1.2. A REVOLUÇÃO DO OLHAR: O PENSAMENTO MUSEOLÓGICO CONTEMPORÂNEO

“Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.” IBRAM <http://www.museus.gov.br>, consultado a (1- 4 - 2012)

“O Património é o mais poderoso instrumento [...] para a ativação e o reforço da Memória Coletiva, através do processo educacional, permanente ou formal”. (Horta, 2001)

1.2.1 A função dos museus na perspetiva da Sociomuseologia

O movimento de renovação da museologia, conhecido como ‘Nova Museologia’ ‘Sociomuseologia’²⁷, ‘Museologia Social’, cujo conceito está em constante atualização, decorre, em nossa opinião, não de uma ruptura epistemológica no campo científico da museologia, mas numa forma inovadora de olhar para o papel dos museus na sua relação com o meio, no sentido de uma maior intervenção social que se insere num quadro de profundas mudanças. Estas transformações, ocorridas, sobretudo, na segunda metade do século XX a nível cultural, político, económico, científico, tecnológico, social, que nos tornaram numa ‘aldeia global’, foram o alfobre que incentivou a reflexão mais aprofundada sobre a função do museu numa sociedade em constante mutação, abrindo as portas para que aquela instituição possa ter um papel determinante no “desenvolvimento da sociedade” (Moutinho, 1989, p.105). Na origem da preponderância da componente social e educativa no pensar e agir museal, encontra-se a herança do movimento construtivista (Mayrand, 2009), devedor do contributo de Vigotsky e Piaget, em que a ação do sujeito no grupo é o resultado da interação com os outros.

O museu, exclusivamente centrado nas suas coleções, nos objetos, torna-se um museu que não cumpre totalmente a sua função. As mudanças / transformações sociais geraram novos paradigmas²⁸ museológicos, no sentido de um maior comprometimento com a humanidade, servindo e trabalhando para e com as comunidades onde se integra (Rússio, 1984, 1990, Varine, 2000, Rivière, 1993, Mayrand, 2009).

O museu sai das paredes e das vitrines onde se tinha confortavelmente instalado e deixa-se absorver pelo território - Rivard -, onde predomina o elemento que o transforma e lhe dá vida – o ser humano -, que se torna muito mais relevante que o edifício. Se o preservar é uma função importante, ela não pode ser a meta, pois a pesquisa e a comunicação ocupam agora um lugar de relevo, tornando-se a exposição um meio e não um fim. O centralizar de atenções, já não nos

²⁷ Termo criado nos anos 90 por Fernando dos Santos Neves para espelhar o trabalho feito pela ‘escola Moutinho’ na área da Museologia Social e que, segundo este autor (1993), significa o esforço de adaptação da museologia aos condicionalismos / problemas da sociedade contemporânea, orientada para o desenvolvimento da humanidade, em detrimento da visão mais restrita da museologia como técnica de trabalho virada para as coleções. O termo Sociomuseologia passou a designar as publicações periódicas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – *Cadernos de Sociomuseologia*, cujo conteúdo expressa este vincar da inclusão social e económica.

²⁸ Estamos numa altura em que ocorreram mudanças epistemológicas nas ciências sociais, tal como podemos observar igualmente na História, com o questionamento do método e objeto feito pela *Escola dos Annales*. (Almeida, 1996 p.109 a 130)

visitantes, mas nos utilizadores / utentes / público/ colaboradores dos museus com quem se deve trabalhar, conduz à valorização da função educativa do mesmo. Função esta que não se deve circunscrever aos responsáveis da área educativa, mas deve ser transversal a todo o trabalho museal, pois a “educação é a razão de ser dos museus” (M.C. Santos, 2008). É através dela que se processa a apropriação do património e se promovem ações que poderão contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo e consequente exercício da cidadania, materializando, assim, a função social do mesmo.

A constituição, consolidação e disseminação desta diferente forma de pensar e atuar é herdeira da Associação Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociales -MNES -, formada em França, em 1982, por um grupo que contribuiu para ‘agitar’ a museologia instituída e sublinhar a dimensão social da mesma; do Movimento da Nova Museologia, que se formalizou como MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia, em 1985, com satélites em vários países e também em Portugal - MINOM – Portugal; da CECA- Comité para a Educação e Acção Cultural -, um dos mais antigos e numerosos Comités Internacionais do ICOM, que incidiu o seu trabalho mais particularmente na função educativa, e o ICOFOM - Comité Internacional para a Museologia - criado no seio do ICOM, em 1977, e dos inúmeros documentos e declarações que resultaram dos encontros havidos.

1.2.1.1 A renovação do pensamento museológico: a responsabilidade social e o comprometimento com a comunidade

Quando se formou este movimento? Será que o marco é a sua institucionalização e oficialização? Ou será que não podemos remontar a sua origem a todo o trabalho de Georges Henri Rivière²⁹ e Hugues de Varine , enquanto diretores do ICOM, o primeiro a partir de 1946 e o segundo a partir de 1962, tal como sugere Desvallés (1992, p.16)? Ou não deveríamos remontar este movimento ao princípio do século XX com os trabalho de Dana, nos Estados Unidos da América, e de Geddes em Edimburgo, para encontrar a sua origem, como lembra Mairesse (2000, p.50)?

²⁹ Primeiro diretor do ICOM e conselheiro permanente a partir de 1962

Desvallées, ao recordar o trabalho efectuado por Dana e Geddes, interroga-se sobre se a vida dos museus não será “um ciclo permanente de reivindicações de um espírito de abertura, lutando contra o espírito conservador, maioritário por essência” ou se não haverá:

“duas histórias paralelas dos museus que se ignoram mutuamente, uma ligada unicamente ao deleite – ou ao diletantismo? – e outra ligada, mais ao didatismo, ao enriquecimento intelectual, à reflexão, à interrogação, com o objetivo da tomada de consciência e da responsabilização? Desvallées, 1994, p.27)

Muitas interrogações que nos devem acompanhar, porque acreditamos na existência de alguma continuidade nos processos museo-sociais e sócio-museais, que podem ter maior ou menor acuidade em certas épocas mas que, mesmo em períodos menos ‘exuberantes’, dinâmicos, efusivos, continuam a existir, liderados por pessoas que pensam e dialogam com o meio em que trabalham, que não ficam indiferentes aos seus problemas e se envolvem nos seus projetos, tornando o museu o polo aglutinador e catapultador das mudanças. Esta capacidade de mudança é facilitada, sobretudo a nível dos museus locais, desde que não se deixem cair na tentação de assumir responsabilidades e tarefas que pertencem aos museus nacionais, preservando exclusivamente os objetos, “sabendo nós que o que faz a especificidade de cada comunidade não é tanto a diversidade dos seus artefactos mas sim a natureza dos seus problemas de desenvolvimento” (Moutinho, 1989, p.47).

Sobretudo, a partir dos anos 70 do séc. XX, este modo de reequacionar a função do museu torna-se num contributo incontornável, “necessário à renovação, contribuindo efetivamente para o enriquecimento do processo museológico, com um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades” (M.C. Santos, 2008, p.21) que nos situou e continua a situar numa ‘outra’ forma de encarar o museu e respectivas funções, nomeadamente a função educativa.

Que museologia é esta? Quem tem investido na sua conceptualização, problematização e questionamento? De que forma ela enforma / molda o nosso ‘olhar’?

Cotejando a extensa bibliografia mais atual - Varine, Desvallés, Bruno, Primo, Santos, Chagas, Moutinho, Assunção, Mayrand, etc. - que trabalha esta ‘outra’ forma de ‘ver’ as instituições museais, constata-se que vários elementos caracterizadores se mantêm constantes: o alargamento da noção de património e a necessidade de redefinição de objeto museológico, o

pendor de intervenção social, responsabilidade social, de participação comunitária - que implica a passagem do museu centrado no objeto para o museu centrado na comunidade que o alimenta e lhe dá vida -, a preservação já não entendida como meta do trabalho museal, mas sim a fruição e participação ativa da sociedade, da valorização das identidades e desenvolvimento local e das formas cada vez mais imaginativas e integradas de comunicação, numa palavra, a museologia ativa³⁰. Trabalha-se com todo um ‘núcleo duro’ de conceitos que vão transformar indelevelmente quer o trabalho nos museus, quer a abordagem que o ‘olhar exterior’ focalizará ao estudar as teorias e práticas aplicadas aos museus.

Esta mudança conceptual, que originará uma alteração de paradigma, ocorre, com principal incidência, nos anos 70 em Santiago do Chile, e ficou eternizada pela Declaração -1972 - que adoptou o nome da cidade onde ocorreu o encontro promovido pelo ICOM. Tendo presente as transformações / contestações económicas, sociais e culturais a nível mundial³¹, considera-se que os museus não podem ser encarados exclusivamente como fonte de cultura, nem continuar desligados da dimensão social, tal como Adoveti já havia defendido assertivamente no ano anterior, por ocasião da IX Conferência Geral do ICOM. Assim, a Declaração de Santiago, prova indiscutível desta dinâmica, vai servir de “catalisador das transformações que se vinham operando anteriormente no panorama museológico da América Latina e o de impulsionador destas perspectivas para todo o mundo” (F.J. Moreira, 2008, p.261) ao considerar :

“Que o museu é uma instituição **ao serviço da sociedade**, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da **consciência das comunidades que ele serve**; que ele pode contribuir para o engajamento

³⁰ A ideia do museu, enquanto entidade ‘prestadora de serviços’, é uma concepção muito mais recente, desenvolvida por Moutinho (2008), quer pela necessidade de adequação dos processos museológicos à sociedade contemporânea, quer pela condição indispensável para a sobrevivência das instituições.

³¹ Relembremos, em França, o Maio de 68, a necessidade de liberdade e emancipação e a crítica generalizada às instituições de onde, por exemplo, os slogans “Ao metro com a Gioconda” (Bolãnos, 2002, p.270), “Deixem o Sena entrar no Louvre” são o exemplo paradigmático. Exige-se a descentralização cultural, pela exigência feita aos responsáveis para que olhem, criticamente, para a consequência das suas ações numa sociedade em tumulto. Reina o inconformismo na procura de mais justiça e equidade social, com a adopção de ideologias mais próximas do marxismo e alternativas ao capitalismo.

Relembremos, igualmente, ainda nos anos 70, o desenvolvimento de uma consciência popular na América Latina contra a escravidão, das regras ditadas pelo capitalismo desenfreado, e da implantação das ditaduras militares. Assim, “o desenvolvimento passa a ser compreendido como um processo global de organização de sectores populares que se tornaram capazes de enfrentar o Estado e as coalizões dominantes, implicando uma transformação radical da sociedade” (M.C. Santos, 2008, p.73). Para este processo transformativo, muito contribuiu a educação popular, baseado na proposta educativa Freireana, - cujo contributo abordaremos mais adiante - e a investigação participativa, que visa fornecer uma ‘outra’ explicação da realidade.

destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita **esclarecer os problemas actuais**, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.”³²
(Primo, 1999, p. 96). (negritos nossos)

Ao defender que o museu é uma “instituição ao serviço da sociedade”, assume-se o indivíduo como sendo, em simultâneo, produtor e criador da sua sociedade e da sua cultura, e o museu como instrumento dinâmico, privilegiado na intervenção cultural, económica, educativa e de promoção do exercício da cidadania “das comunidades que ele serve”, valorizando-se a função social do mesmo. Delineia-se, de uma forma mais sistematizada e, sobretudo, assume-se a vinculação:

“da passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade. Nessa perspectiva o preservar é substituído pelo apropriar-se e reapropriar-se do património cultural buscando a construção de uma nova prática social.”
(M.C.,Santos, 2008, p.84)

Nesta nova prática social, a cultura e a identidade são consideradas fenómenos construídos e reconstruídos num processo de interação concretizado na dinâmica do quotidiano. Defende-se a noção de museu integral - aquele que integra todos os problemas da sociedade - e museu / ação - instrumento dinâmico de mudança social - baseado “num novo entendimento do acto pedagógico que objectivava a produção de conhecimento para o fomento da consciência crítica e capacidade de iniciativa como acto comunitário” (Primo, 2007, p168).

Progressivamente, a instituição museu, ao questionar a sua própria função, o seu lugar na sociedade, a sua relação com os seres humanos e com o meio, torna-se um lugar de encontro, de reflexão, de discussão e de conscientização, na óptica de Freire, sobre os problemas reais e locais.

Ora este novo “entendimento do acto pedagógico” e, no fundo, o êxito desta “revolução museal” dependiam, quase visceralmente, de quem dirigia as instituições. Os profissionais, mais críticos em relação a um modelo que consideravam esclerosado, porque apartado das mudanças

³² ICOM,1972. In Primo, 1999, Museologia e Património: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia* nº15, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

sociais, reviam-se em Santiago, que alertava para a necessidade imperiosa da “mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus” (ICOM, 1972), no sentido do fomento da interdisciplinaridade na preservação, investigação, na ação e na capacidade interventiva para se aproximarem das populações. Esta aproximação, diremos mais, esta simbiose com a população, consequência da tomada de consciência do papel dos museus como agentes de democratização cultural, tornava-se mais exequível nos museus a nível “regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho” (ICOM, 1972), em suma, nos museus locais.

Por sua vez, a comunicação, associada à transmissão, à disseminação de boas práticas, conduziu à publicação, em 1992, da primeira obra - o 2º volume vai ser publicado em 1994 - que vai condensar os textos que serviram de base à teoria e prática da nova museologia - entre 1930 a 1983 -, com o título significativo de *Vagues - une anthologie de la nouvelle muséologie*, dirigida por André Desvallés e publicada pela associação - Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale – MNES. Este grupo, criado em França, em 1982, como já foi referido, pretende fazer a ligação entre as ideias dos mentores da ‘nova museologia’ e todos os que ainda não trabalham com uma museologia ancorada e consequentemente comprometida com a sociedade contemporânea. Ao olharmos para os artigos publicados, estruturantes desta forma de pensar a função dos museus, escritos entre 1930 e 1983, facilmente constatamos a multiplicidade de temáticas - necessidade da reforma dos museus e do seu ajustamento à sociedade contemporânea; o museu concebido como ação, a exposição como meio de comunicação e de provocação, a função educativa, etc. - sobre as quais não nos vamos alongar, por não ser esse o objetivo do nosso trabalho e porque a publicação *Vagues* já foi analisada, de forma detalhada, por Manuelina Duarte Cândido (2003), tendo como motivação a pouca representatividade brasileira na publicação. O mesmo poderíamos dizer da representação portuguesa, reduzida ao enorme contributo de Alfredo Margarido, que vai refletir sobre os “Criadores versus expositores”, condenando toda a intervenção dos decoradores nas exposições, por poderem obliterar o sentido das mesmas (vol.2, p.507).

A tónica transversal aos textos que compõem a antologia, e que trabalham a educação museal, focalizam-se na forma como a comunicação museal deve ser assumida para “fazer pensar, ajudar a pensar” (Desvallés, 1994, p.27), agindo sobre a comunidade e o público, num conceito que, subentendidamente, se escora na concepção de educação ao longo da vida, isto é,

na educação permanente. Uma das formas de comunicação muito valorizada nestes textos é a exposição. Exposição esta, não impositiva, mas questionadora como Thévoz, tantas vezes citado por Moutinho, preconiza:

“Expor, é, ou deveria ser, trabalhar contra a ignorância: a ideia feita, o preconceito, o estereótipo cultural. Expor, é assumir e calcular o risco de desconcertar - no sentido etimológico mais uma vez: perturbar a harmonia, a evidência e o consenso constitutivos do lugar comum. [...] (Thévoz, 1984/1992, p.380)

trabalhar contra a ignorância contrariando o “papel de receptáculo nostálgico que é geralmente atribuído a esta instituição” (Desvallés, 1994, p.27). A exposição, ao “perturbar a harmonia”, deve apelar mais à interpretação, mais às múltiplas interpretações, do que a instruir, e esta é considerada, pelo americano Freeman Tilden, como o objetivo da educação em museus. Contudo, esta interpretação, enquanto atividade educativa que permite desvendar o significado das coisas e as suas relações, não pode ser meramente informativa, tem de ser provocadora (Tilden, 1992, p.251) apelando à personalidade, formação e experiência do visitante /utilizador.

Podemos considerar esta atitude provocatória do ato de conhecer e de democratização do saber, próxima da concepção de educação dialógica de Paulo Freire (também tem um texto seu, inserto na *Vagues*), substituindo uma “educação bancária”, em que :

“o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem [...] [onde] o saber é uma doação dos que se julgam sábios, aos que julgam nada saber.” (Freire, 1972, p.83)

por uma educação libertadora e de conscientização, logo emancipadora, que já não se pode basear na mera transmissão de conhecimentos, mas sim numa “troca dinâmica entre o educador e o educando” (Varine, 1991), preparando-o para a intervenção cívica e a prática da cidadania, em que a humanidade deixa de ser “homem - objeto para ser homem – sujeito” (Freire, 1967/ 1974, p.36). Homem-sujeito, que age e transforma a realidade, que “não apenas está *no* mundo mas *com* o mundo” (Freire, 1971/1992, p.195³³) por oposição ao sujeito passivo e contemplativo³⁴, e

³³ Citação feita a partir do original brasileiro, p.39, e não da edição francesa, de onde foi retirado o excerto a ser incorporado na *Vagues*. Utilizámos o texto da 4ª edição datada de 1974 (1ª ed.1967)

³⁴ Segundo M.C. Santos, esta mudança de perspectiva, relativamente ao papel do ser humano na sociedade, é “o marco mais significativo da evolução do processo museológico na contemporaneidade” (2008, p.84)

que, para completa integração, necessita de permanecer num estado de alerta, numa permanente atitude crítica. Neste sentido, Freire destaca o poder interventivo da educação, que deve permitir ao ser humano:

“a reflexão sobre o seu próprio poder de refletir, e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação das suas potencialidades de que decorreria a sua capacidade de opção.[...]” (Freire,1971/ 1992, p.207)³⁵

Através deste processo há um caminhar para o derrubar das barreiras culturais (Desvallés,1992, p.75) e para o esbatimento das desigualdades sociais, mediante o desenvolvimento do conhecimento e das competências das comunidades populares. Todo este sistema só podia ser implementado com a participação ativa das populações, em todas as fases do processo educativo: planeamento, organização, implementação e avaliação, e devia estar fortemente ancorado “nos conhecimentos e na praxis dos educandos e enraizada nos seus contextos culturais” (Nóvoa, 1998, p.174). Freire vai, pois, fomentar a conciliação permanente entre ação e reflexão, teoria e prática, ultrapassando largamente o campo ‘escolar’ e até ‘educativo’ para se projetar no campo político e social. As suas ideias, que se baseiam no princípio de que a educação não é neutra, que deve partir dos saberes que os indivíduos já possuem, e de que a conscientização integra o processo educativo, tornaram-se extensivas a outros países³⁶ e a outros espaços culturais. Entre estes espaços culturais, evidenciam-se os museus onde algumas das reflexões do “andarilho do óbvio”, tal como ele próprio se intitulava, foram adoptados e adaptadas desde os anos 70, tendo contribuído para o suporte teórico da Nova Museologia. A ‘importação’ das experiências e reflexões freirianas foi feita, sobretudo, a dois

³⁵ Citação feita a partir do original brasileiro, p.59, e não da edição francesa, de onde foi retirado o excerto a ser incorporado na *Vagues*. Utilizámos o texto da 4ª edição datada de 1974 (1ª ed.1967)

³⁶ A atividade internacional que desenvolveu foi, em grande medida, possibilitada pelo exílio forçado - durante a ditadura militar no Brasil 1964-85 - que durou 16 anos - 1964-1980 -, e que é importante para compreender o seu percurso de vida e a sua área de influência. Logo em 1964, instala-se no Chile durante 5 anos, prosseguindo com a educação popular de adultos, sobretudo no meio rural. Escreve as suas reflexões e práticas educativas, publicando os seus primeiros três livros, onde desenvolve o conceito-chave de conscientização. Conscientização que, além de reflexão, é uma relação entre a consciência e a ação libertadora. Vive durante um ano nos Estados Unidos da América mas, ao aceitar o convite do Conselho Mundial das Igrejas, muda-se para a Europa. Permanece em Genebra até 1980, data do seu regresso ao Brasil e, a partir da Suíça, alarga os seus contactos internacionais, dedicando especial atenção ao trabalho com os PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

níveis³⁷: um, ao nível das funções educativas nos processos museológicos, e outro, observável no trabalho comunitário, sobretudo nos processos de participação da comunidade, nos processos museológicos em que interessa mais a transformação social do que a transmissão cultural, paradigma de intervenção da sociomuseologia, observável na constituição de ecomuseus e museus comunitários (Leite, 2010, p.115).

Ora estes museus, os museus locais, museus de proximidade, haviam sido objeto de reflexão por Georges Henri – Rivière e Hugues de Varine - que participou na reunião de Santiago -, ambos representados na *Vagues* - 1992 e 1994 - com um conjunto de textos cuja tónica é posta nas pessoas e nas questões relacionadas com o seu desenvolvimento em comunidade, ao explorar o conceito de ecomuseu, com o claro propósito de romper com o modelo tradicional instituído e de abertura ao território, com uma componente muito forte de participação comunitária. A comunicação é eleita como a principal função dos museus e a população foi colocada no centro do trabalho museal, muito na esteira das ideias que se projetaram a partir da Declaração de Santiago.

Esta aceção levou a que Hugues de Varine, nos seus trabalhos investigativos, e no esforço para sistematizar as novas experiências museológicas, fizesse a dicotomia entre o: Museu tradicional composto por um edifício, acatado por uma coleção destinada a ser observada pelo olhar deslumbrado do público, e o Museu Novo / Ecomuseu, cuja área de influência era o território em que estava inserido, composto pelo património - noção alargada - e população /comunidade, que lhe dá vida.

Na primeira aceção, todo o trabalho é dirigido para o passado, para a coleção, numa clara identificação com a arte, afastando a população, pois trabalha-se para o visitante instruído. Ora, este padrão não servia para os museus locais, porque na maior parte dos casos os objetos não eram assim tão esmagadores, e porque muitas destas instituições provinham de iniciativas locais que as queriam usar como uma forma e meio de expressarem a sua compreensão dos valores da memória, do património e do desenvolvimento local. Se trabalhar com as coleções poderia fazer sentido no contexto acima descrito, neste contexto os desafios contemporâneos - os problemas das pessoas e não os das coleções - ocupavam a dianteira, implicando mudanças de atitude, pois, se as sociedades, onde os museus estão inseridos, mudaram, os museus também e a

³⁷ Ver tese de Doutoramento de Pedro Leite (2010) onde a releitura dos pressupostos teórico-práticos, desenvolvidos por Paulo Freire, vão ser aplicados à sociomuseologia.

consciência e articulação dessa mudança constituem a matriz principal do novo fazer museal. Quem aí trabalha tem não só de reconhecer estas profundíssimas mudanças, como se deve preparar tecnicamente para as trabalhar num modelo de gestão não hierarquizado, assumindo-se o alargamento da noção de património e a redefinição de objeto museológico, tal como espelhado na segunda concepção. O museu espalha-se muito para lá dos seus muros, integra a população e o património mediante as ações museais que são, antes de tudo, ações de comunicação. A responsabilidade destes museus, no contexto em que se situam, é incomensurável, pois a partir deles se criam sentimentos de pertença, que marca a relação dos seus membros com os membros de outra comunidade e com outras pertenças. “A cultura torna-se então, no seio de uma comunidade determinada, a combinação - quase diríamos a aliança - das influências exercidas pelo meio sobre o indivíduo e pelo indivíduo sobre o meio [...]” (Varine, 1969/1992, p.56/57). Este sentido de pertença a um grupo, a um local, estrutura a identidade dos indivíduos enquanto comunidade, facilita o desenvolvimento das relações de solidariedade e de cooperação, que se enquadra no conceito de comunidade como sentimento de pertença desenvolvido por Smith (1994), implicando o envolvimento do indivíduo no meio que o cerca, mas não o aprisiona, visto que “o homem objecto da aventura museográfica é para Rivière um ser vivo, criador, herdeiro, responsável de uma tradição” (Varine, 1987, p.313). A concepção de que a população é parceira do trabalho nos museus, tornando-se o próprio motor da mudança, e de que o museu é um poderoso meio de comunicação, teve o contributo indiscutível do museólogo Georges Henri-Rivière, cuja reflexão e ação vai influir no pensamento museal de várias gerações, e vai sendo aplicado nalguns museus locais que trabalham de forma mais autónoma e querem marcar a diferença no sítio onde atuam.

Outras alterações, como o vasto movimento de descolonização e a independência de numerosos países, vão igualmente conduzir a mutações no conceito de museu: o elogio da diversidade e da diferença, a valorização de grupos desconsiderados pelos colonizadores (Adoveti, 1971/1992, p.119-123), cujos testemunhos se baseiam mais no gesto e na palavra do que na escrita conduzem a uma nova leitura da função do museu, em que se procura, com a participação da população, as raízes de uma cultura em vias de extinção, quer seja rural ou industrial, bem como a interpretação de um património colectivo - Anacostia / Washington – Kinard 1967 -, Casa del Museo / México 1973, Creusot / França 1972 – Evrard e Varine, Haute – Beauce / Québec, 1978. É reconhecido um novo modelo de museu, o ‘neighbourhood museum’,

que tem como finalidade a análise da história das comunidades, contribuindo para a identificação da sua identidade, utilizando técnicas museológicas para solucionar problemas sociais e urbanos.

O referencial desta nova maneira de olhar para as instituições museais foi trabalhada por John Kinard (1971/1992, 1985/1992) no Museu de Anacostia. Valoriza-se o passado anacostiano - um bairro porto-riquenho de Washington - de base cultural afro-americana. Trabalho semelhante é desenvolvido no México, na Casa del Museo, mediante a valorização da antiga cultura mexicana e as suas intersecções com a cultura contemporânea.

A museologia social tinha entrado no ‘circuito’ mundial, e, ou por adesão entusiástica ou por aversão assumida, não deixou e não deixa ainda ninguém indiferente. A consolidação do pensamento museológico tem continuado, partindo sempre de reflexões sobre “novas e diversificadas práticas museológicas” (Araújo e Bruno, 1995, p.5), muitas delas desaguando em Declarações, incontornáveis no ‘pensar’ e ‘atuar’ museal: Québec 1984 - Rivard e Mayrand - , ao sistematizar os princípios básicos da Nova Museologia, ao assumir-se como “museologia alternativa” (Moutinho, 1995, p.26), de preocupações de carácter social por oposição a uma museologia de coleções, “retoma com as devidas atualizações o essencial de Santiago” (Moutinho, 1995, p.28), o seu contributo foi o de ter “confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972, por práticas que revelam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada de uma forte estrutura internacional” (Moutinho, 1995, p.28), cujo enfoque está nas pessoas, no território e na comunidade, utilizando o património como recurso, num completo direccionamento para o presente.

A partir desta altura, a relação foi aprofundada pelo contributo do MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia -, então criado - 1985 -, e um ano depois reconhecida pelo ICOM, que pretende congrega numa plataforma de discussão e de reflexão os membros que, a nível mundial, comungam dos princípios da Nova Museologia / da museologia social, o que nos remete para o peso que reconhecidamente estas ideias tinham, independentemente da maior ou menor dificuldade de aceitação por uma museologia mais formal. Dos seus estatutos podemos retirar as premissas fundadoras e orientadoras do Movimento que se estruturam tendo, como protagonista, o trabalho da população, dos profissionais e dos “eleitos” “para garantir o desenvolvimento sustentável do território e dos seus habitantes, através da promoção, entre outros, do património e da identidade local, respeitando a sua diversidade” (MINOM, 2007, s/p.) (nossa tradução) num trabalho que se pretende interdisciplinar e participativo. Admite-se, ainda,

a possibilidade da museologia existir fora da instituição museal, quer por iniciativa conjunta, quer por iniciativa individual, emancipando-se este processo do acervo preservado. A regularidade dos *Ateliers* Internacionais e das reuniões nacionais³⁸, bem como as temáticas agendadas, abrangem todas as ‘variantes’ museológicas dentro desta linha com preocupações mais sociais, comunitárias e de intervenção territorial: sociomuseologia, ecomuseologia, economuseologia, museologia comunitária, museologia social, não conseguindo uma adesão substancial por parte dos países anglófonos, mas antes dos países latinos.

Van Mensch (1992), no balanço que faz sobre a reflexão dos museólogos, vai refletir esta dicotomia, por nós mencionada, quando referimos as diferentes concepções da função educativa dos museus: a dos países latinos europeus, muito ancoradas no trabalho com os objetos e ainda com uma grande ‘escolarização’ do museu, e a dos países da América Latina, muito mais direcionada para uma autonomia museal nos métodos e práticas educativas e na preocupação em trabalhar mais com as pessoas e com os seus problemas do que com os objetos, partindo das ações museológicas para a prática social (M.C., Santos, 2002 a).

Sintomático destas diferentes perspectivas é a publicação, em 1989, da obra de Peter Vergo, *The New Museology* que, parecendo ignorar a Nova Museologia, os seus autores, ideais e documentos fundadores, utiliza aquele conceito quase exclusivamente vinculado à “reabilitação de antigos museus ou à construção de novos” (Desvallées, 1992, p.25), não citando autores franceses além de Barthes e Bourdieu, que faz com que, na introdução à *Vagues*, Desvallées (1992, p.25) seja bastante crítico e contundente perante este posicionamento ‘segregacionista’. Vergo, para além das questões enunciadas, de forma quase sarcástica, por Desvallées, relaciona a Nova Museologia com a abertura do museu para um público mais amplo com um papel mais ativo, enquanto que o Movimento da Nova Museologia centra o seu foco na ideia do património como ferramenta de desenvolvimento, o que originou as tais novas tipologias de museus. A obra de Vergo, que conheceu uma grande difusão nos países anglo-saxónicos, contribuiu para criar “confusão entre ‘nova museologia’ e ‘New Museology’” (Mairesse & Desvallées, 2011, p.370), gerando o que poderemos apelidar de Nova Museologia Britânica, e para influenciar as investigações da “Escola de Leicester” - Greenhill, Susan Pearce, Kevin Moore, Kavanagh, entre

³⁸ Saliente-se a criação do SIGNUD – Sistema de Interpretação e Gestão de Núcleos Documentais, estruturado no âmbito de uma dissertação de Mestrado, congregando, em suporte informático e de papel, a documentação existente sobre o MINOM.

outros - criando duas correntes de pensamento que vão influir definitivamente nos trabalhos de reflexão e prática museal³⁹.

Não podemos ignorar algumas conexões entre as duas vias, mas que pecam por tardias, pois, quando nos anos 90 do séc. XX, os elementos da equipe de Leicester refletem sobre a necessidade de articular o trabalho museal com o contexto social, “vêm atrasados” (Pereira, 2010, p.30), visto que há muito que esse problema tinha sido debatido - por exemplo, na definição de museu e de Museologia saída de Santiago já consta essa relação com o social - e para muitos era um dado adquirido, simplesmente a “ghettização das ideias” tinha impedido a porosidade das mesmas.

Um dos muitos seminários em que, mais uma vez, se refletiu sobre o papel dos museus no tempo e espaço em que atuam, promovidos pelo ICOM, desta vez na Venezuela (1992), teve, como corolário, a Declaração de Caracas. Esta Declaração pode ser interpretada como uma avaliação crítica de todo o percurso, como uma releitura de Santiago do Chile, num contexto político, cultural e social pós Guerra Fria, e da constatação de um fosso cada vez maior entre os ricos e os pobres agravado pela globalização. Afirma-se que a “função museológica é, fundamentalmente, um processo de comunicação” (Primo, 1999, 214), reiterando a função sócio – educativa do museu e a instituição como canal de comunicação, com linguagem própria, na qual os objetos não têm valor de *per si*, mas adquirem o valor e significado de acordo com a sociedade em que estão inseridos. Este frisar do pendor educativo responsabiliza o museu no processo educativo e de formação ao longo da vida, contribuindo, não apenas para exercitar a sua inteligência, mas também para estimular a “capacidade crítica e cognitiva, assim como para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo a sua identidade, consciência crítica e autoestima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva” (Primo, 1999, p.215). Assume-se, por escrito, apesar de estar subentendido noutros documentos produzidos pelo ICOM e pelo MINOM, que o museu tem um papel importantíssimo, mediante a ação educativa e de comunicação, na construção de indivíduos com espírito crítico e capacidade interventiva na sociedade, favorecendo o exercício da cidadania.

³⁹ Como foi por nós referido, estas duas correntes coexistem em Portugal e, apesar de alguma permeabilidade, continuam ainda a manter-se como vias distintas de abordar a questão dos museus, da museologia, etc. Muita da bibliografia espanhola surgida nos últimos tempos vincula-se muito mais às ideias anglo - saxónicas, centrando o trabalho nos museus, no objeto e a função educativa quase exclusivamente no trabalho com as escolas.

Assiste-se, se bem que de forma implícita, à transformação do “museu integral” - que pretende trabalhar com todos os problemas da sociedade - em museu integrado - onde se sensibiliza para a viabilidade da integração - na comunidade. Esta noção transportou consigo uma perspetiva de atuação que transbordou de tal modo as funções clássicas de museu, que deu origem a que os museus se confundissem com outros modelos de ação cultural.

Destacamos, em Portugal, neste processo de abertura, os trabalhos pioneiros e militantes de Mário Moutinho, a quem devemos a inflexão do nosso azimute investigativo - como abordámos na introdução, mas nunca é de mais sublinhar - e a quem a museologia deve o impulso dado a outra forma de ‘olhar’ as questões museais na sua relação com a comunidade envolvente e a criação do que designou de museologia “informal”.

O autor, professor e investigador, avança em várias frentes, numa batalha que continua a travar com uma perseverança e coerência notáveis, sintetizadas, em nosso entender, nos seguintes pontos: a) uma reflexão teórica que permite ‘aproximar’ a museologia em Portugal das correntes internacionais que, desde os anos 70, originaram mudanças profundas, sobretudo a nível dos museus locais; b) diagnosticar a situação portuguesa e, inicialmente, através do Museu de Monte Redondo, passar da teoria à prática; c) formou, e continua a apostar na formação de profissionais, um grupo que dissemine as práticas ancoradas nesta linha de atuação; d) descentralizar conceitos e práticas através do conhecimento e reflexão sobre a realidade portuguesa, mediante a organização de encontros de trabalho, um pouco por todo o país, alguns dos quais em conexão com as autarquias, e todos em estreita ligação com a comunidade local; e) proceder a publicações que permitam compreender as questões de articulação da museologia com as comunidades locais, com a comunicação e com a investigação.

Logo, nos anos 80, publica dois livros que são charneira na introdução / disseminação, em Portugal, de um novo pensar museal, ancorado nos princípios do Movimento da Nova Museologia: *A organização de um Museu Local de Etnologia*, em 1986, em que o autor parte da experiência de trabalho na organização do Museu Etnológico de Monte Redondo desde 1981, explicando, a par e passo, todas as etapas e a metodologia empregues, e o *Museus e Sociedades*, publicado em 1989 pelo mesmo Museu. Na primeira obra, a definição de museu local vem alterar uma imagem estabelecida de museu que *cumpr*e a função de recolha, preservação e a maior parte das vezes esgota o seu trabalho com a vitrinização do objecto para, no fundo, passar a ser o museu que se *atreve* ... a olhar mais para as pessoas / comunidade do que para os objetos:

“[...] uma espécie de posição privilegiada, para olharmos à nossa volta sobre o nosso presente e passado. É um centro de estudos. Um local que ajuda a curiosidade das pessoas a compreender o seu presente e o seu passado. Os objetos serão, assim, ilustrações de um certo conhecimento. Imagens que ajudam a compreender a vida das pessoas. Imagens de um presente/ passado, dos outros e de nós próprios. Imagens que se confundem, misturam, por vezes mesmo opõem-se. Tal e qual como o nosso olhar” (Moutinho, 1986, p.12).

No que concerne à obra *Museus e Sociedades*, o seu objectivo é refletir sobre a função do museu na sociedade contemporânea. Parte do levantamento das práticas museológicas que se fazem em Portugal, focalizando a sua atenção sobretudo nos museus locais, confronta-os com uma nova/diferente maneira de conceber/sentir e desenvolver a ação museal a nível internacional, não abandonando as funções tradicionais de museu:

“[...] a Museologia Tradicional, tal como foi definida pelo Conselho Internacional dos Museus [não] é no nosso entender uma museologia que subitamente perdeu a sua razão de existir, face a um novo projecto museológico. Reunir, conservar e divulgar testemunhos materiais do homem e do seu meio e em expô-los para fins de estudo, de educação e de lazer, continuará a ser uma função fundamental da museologia. O que nós pensamos é que esta função assumirá toda a importância na história da humanidade se for fecundada pelos princípios de uma nova museologia preocupada sobretudo com um projecto da intervenção ao serviço do desenvolvimento.” (p.30)

Ora, a concepção da museologia ao serviço do desenvolvimento implica que o museu não seja entendido como um fim, mas como um recurso, que deve ser colocado ao dispor de toda a comunidade. Um museu menos centrado nas coleções e mais na comunicação, não confinado aos serviços educativos e ao acervo, mas como um recurso para abordar problemas, questões e dúvidas dentro e fora do museu. O ‘trabalhar fora do museu’ pode, igualmente, ser um excelente pretexto para lançar pontes com as escolas através do corpo docente, “para que estes tratem nas suas aulas e actividades de descoberta, todos os aspectos e potencialidades do museu local com

vista à criação de laços orgânicos e projectos pedagógicos comuns” (p.79), insistindo que os problemas orçamentais não podem servir sempre de justificação à mudança, pois:

“em todas as iniciativas decorrentes da Nova Museologia a ideia de participação da população, a ideia de museu e comunidade, a transformação de público em utilizador ou a própria ideia dos cursos de museologia popular, são por certo o reconhecimento que a museologia se desenvolve fora dos grandes orçamentos estatais ou de ricas fundações privadas, e fora também de uma equipa técnica onipotente, privilegiando o factor humano relegando o objecto para a condição de utensílio da acção museal e não como até agora como fim dessa mesma acção.”
(p.107).

Toda a obra vai sistematizar o pensamento e a ação dos teóricos / práticos da Nova Museologia, aplicando-a ao contexto nacional.

A terceira preocupação, por nós enunciada, cumpre-se em 1989/90, quando institui, na Universidade Autónoma de Lisboa, o Curso de Especialização em Museologia Social, onde aplica todas as ideias e ideais de uma museologia ao serviço da população, trabalho que continuará, a partir de 1992, no Instituto Superior de Matemáticas e Gestão, onde criará um curso de Pós Graduação / Especialização em Museologia e Educação. Na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, envereda pela criação de um mestrado que, mais tarde, junta a um de doutoramento, acompanhando o interesse de várias Universidades em criar estes cursos avançados, o que mostrava a lacuna existente nas instituições museológicas nacionais a nível da profissionalização dos recursos humanos.

É, também, na sua qualidade de membro do MINOM, o defensor, juntamente com César Lino Lopes, das *Jornadas sobre a Função Social dos Museus*⁴⁰, o dinamizador dos *Encontros Nacionais sobre Museologia e Autarquias*⁴¹, responsável e professor pelos cursos de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

⁴⁰ Iniciadas no ano de 1988 em Vila Franca de Xira a que se seguiu: Portimão – 1989, Monte Redondo / Vilarinho das Furnas – 1990, Lisboa – 1991, Setúbal – 1991, Póvoa do Varzim – 1993, S. João do Estoril – 1994, Lagoa – 1995, Caldas da Rainha – 1996, Póvoa do Lanhoso – 1997, Serpa, Mértola, Barrancos e Moura – 1998, Nazaré, Marinha Grande e Leiria – 2000, Alcoutim / Tavira – 2001, Ourém – 2002, Santiago do Cacém – 2003, Montalegre – 2005, S. Brás de Alportel – 2006, Idanha – a- Nova – 2008, Paços de Ferreira – 2009, Monte Redondo – 2012.

⁴¹ O primeiro, em Lisboa, promovido pela Universidade Autónoma de Lisboa - a partir do terceiro pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Seguem-se Beja - 1991, Setúbal - 1992, Tondela - 1993, Lisboa - 1994, Aveiro – 1995, Portimão - 1997, Seixal – 1998, Caldas da Rainha - 1999, Santarém – 2000, Póvoa de Lanhoso[...], Montalegre – 2005, Caparica – 2006, Aljezur – 2007, Alcanena – 2008, Batalha / Constância– 2011, entre outros.

Em praticamente todos os Encontros, ocorridos desde 1985 até aos nossos dias, encontramos reflexões, recomendações, conclusões que versam o problema do desenvolvimento integrado das comunidades por oposição ao simples crescimento económico, e posicionar, perante esse desafio, os vários intervenientes: população, museólogos, poder autárquico, escolas, associações, poder político central, bem como a redefinir os elementos que constituem os museus.

Ainda nos anos 80, pertence ao comité de redação da revista *Meridies*⁴², revista esta que se tornou o primeiro ‘fórum’ do movimento, ao abrir “um espaço para a reflexão e informação sobre o que é denominado por Nova Museologia”, necessidade sentida com o objetivo claro de subtrair a museologia local do esquecimento a que havia sido votada pelas grandes instituições de investigação. Publicam-se textos abordando métodos e experiências que ajudam a compreender e a operacionalizar a articulação da museologia com as questões de investigação e com a comunidade local. Ao assumir que a Nova Museologia se aplica preferencialmente aos museus locais, pela valorização da população / território em que se inserem, pretende constituir-se como ajuda para a sua criação ou reestruturação.

Nos princípios dos anos 90, logo em 1993, é o responsável pela Criação do Centro de Estudos de Sociomuseologia (CESMus), e pela edição, nesse mesmo ano, dos *Cadernos de Sociomuseologia*, por nós abordados anteriormente.

Esta divulgação da produção, ampliada pela sua edição on-line, é também fruto da ‘ponte aérea’ que, desde o princípio dos anos 90, estabeleceu com a América do Sul, sobretudo Brasil: S. Paulo - Cristina Bruno -, Rio de Janeiro - Mário Chagas -, e S. Salvador da Baía - Maria Célia Moura Santos -; com a América do Norte: Canadá - Pierre Mayrand - e, mais tarde, com a Holanda - Amesterdão - através de Paula Assunção - Reinwardt Academie -, locais onde se pratica uma investigação, docência e divulgação comprometida com as práticas e as dinâmicas sociais, numa permanente ligação entre a museologia e o desenvolvimento comunitário.

Num artigo recente, Moutinho (2010) faz um balanço da museologia contemporânea, salientando que, 40 anos após Santiago - 1972 -, o excesso de dependência relativamente à coleção e à exposição permanente, a não renovação do discurso e o isolamento relativamente ao

⁴² De carácter internacional, foi fundada e dirigida, em 1984, por Armindo dos Santos - Antropólogo – L’École des Hautes Études en Sciences Sociales -, sub-intitulada *revista de antropologia e de sociologia rural da Europa do Sul*, e ficou sediada no Museu de Monte Redondo. Destaca-se a colaboração de Hugues de Varine e Alfredo Tinoco. Contou com o apoio da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

mundo e ao local onde se encontram, ainda são prática em muitos museus, que “vegetam, lamentavelmente sem que neles se vislumbre o exercício de qualquer utilidade para com o resto da sociedade” (2010, p.314), são os “museus comprometidos consigo próprios” (2010, p.314), outros estão comprometidos com o poder, embelezando-se para qualquer inauguração ou visita de individualidades “onde mais do que a memória, se guiam pelo esquecimento” (2010, p.314), outros estão comprometidos com as indústrias culturais usando e abusando da vanguarda tecnológica, em que “se fica na dúvida se são os recursos tecnológicos a alma da exposição, ou mesmo, se para lá disso, a exposição tem alguma alma” (2010, p.314), e os “museus clandestinos”, maioritariamente locais, onde silenciosamente se trabalha ao serviço das ideias, das causas, com e para a comunidade, onde há um maior e mais atuante envolvimento com o mundo contemporâneo.

Apesar disso, e nas três primeiras tipologias de museus, assiste-se a algumas mudanças nos ritmos museológicos: as exposições temporárias ocupam cada vez mais o trabalho nos museus e algumas já focam assuntos da atualidade; as questões de comunicação tornam-se cada vez mais eficazes, obrigando à elaboração de discursos “mais complexos e menos padronizados” (2010, p.318) onde, por vezes, os recursos tecnológicos não se esgotam em si, mas procuram estar ao serviço de novas ideias e dos novos desafios da museologia, numa perspetiva da permanente responsabilidade social.

No contexto da responsabilidade social, estandarte da Nova Museologia, Alfredo Tinoco, membro do MINOM e professor, que acompanhou este trajeto desde o início, trabalhando, também, em Monte Redondo, deixou-nos um conjunto de comunicações assinaláveis, onde a relação entre museologia e educação ocupa parte dos seus escritos, que em boa hora foram coligidos num *Caderno de Sociomuseologia* (nº42, 2012). Salienta a importância da educação patrimonial e da educação popular, no desenvolvimento da cidadania e da inclusão social⁴³. Relata experiências, por si incentivadas, com alunos considerados ‘difíceis’, com muito baixa autoestima, em que as técnicas da nova museologia são utilizadas (2012, p.89 a 100) no desenvolvimento de um projeto que visa incluir todos os educandos, ou a aplicação da educação patrimonial em unidades curriculares (2012, p.101 a 111). A educação patrimonial, entendida como “acto pedagógico, e como tal, compreende uma dimensão didáctica” (2012, p.103), e como “educação para os valores e para a cidadania” (2012, p.104), contribuindo, a partir do

⁴³ Maria Célia Santos (1996, 2000 a, 2002 b, 2002c) trabalha, no Brasil, com as mesmas preocupações.

conhecimento do património local (onde se inclui a memória colectiva e os vários saberes de que a população é portadora), para o respeito e fruição preservacionista do mesmo e para a construção da identidade. O professor tem o papel de mediador entre os educandos e o património no sentido de facilitar a sua apropriação.

Terminamos a abordagem empreendida com uma citação da museóloga Cristina Bruno que sintetiza este caminho lento mas seguro da Sociomuseologia:

“De instituições elitistas, colonizadoras, sectárias e excludentes, os museus têm procurado os caminhos da diversidade cultural, da repatriação das referências culturais, da gestão partilhada e do respeito à diferença de forma objetiva e construtiva. De instituições paternalistas e autoritárias, os museus têm percorrido os árduos caminhos do diálogo cultural e da convivência com o outro. De instituições isoladas e esquecidas, os museus têm valorizado a atuação em redes e sistemas, procurando mostrar a sua importância para o desenvolvimento socioeconómico. De instituições devotadas exclusivamente à preservação e comunicação de objetos e coleções, os museus têm assumido a responsabilidade por ideias e problemas sociais.” (Bruno, 2007b, p.6-7)

1.2.1.2. A função e os desafios dos museus locais numa sociedade em permanente mudança

Quando o movimento da Nova Museologia ganhou acuidade nos finais da década de 70, o contexto museológico caracterizava-se pelo grande impacto causado pelas grandes instituições sediadas nas principais cidades e que serviam de exemplo, e muitas vezes de modelo, para os museus mais pequenos. A salvaguarda, estudo e preservação das grandes coleções ocupava os técnicos dos museus que, numa permanente azáfama, investiam o seu tempo olhando mais para os objetos do que para as pessoas que lhes deram vida e que os usaram. O museu trabalhava mais para si próprio do que para a comunidade.

A Nova Museologia / Sociomuseologia apresentam e interiorizam a ideia de um novo museu como um local de diálogo da comunidade com a sua memória, em que o lugar da centralidade, outrora ocupada pelos objetos, passa a ser ocupado pelas preocupações sociais, sendo cada vez mais um polo de ações culturais, onde se desenvolvem atividades várias que

pretendem dinamizar espaços, reconhecendo-se como instituições que podem e devem servir as comunidades onde se localizam.

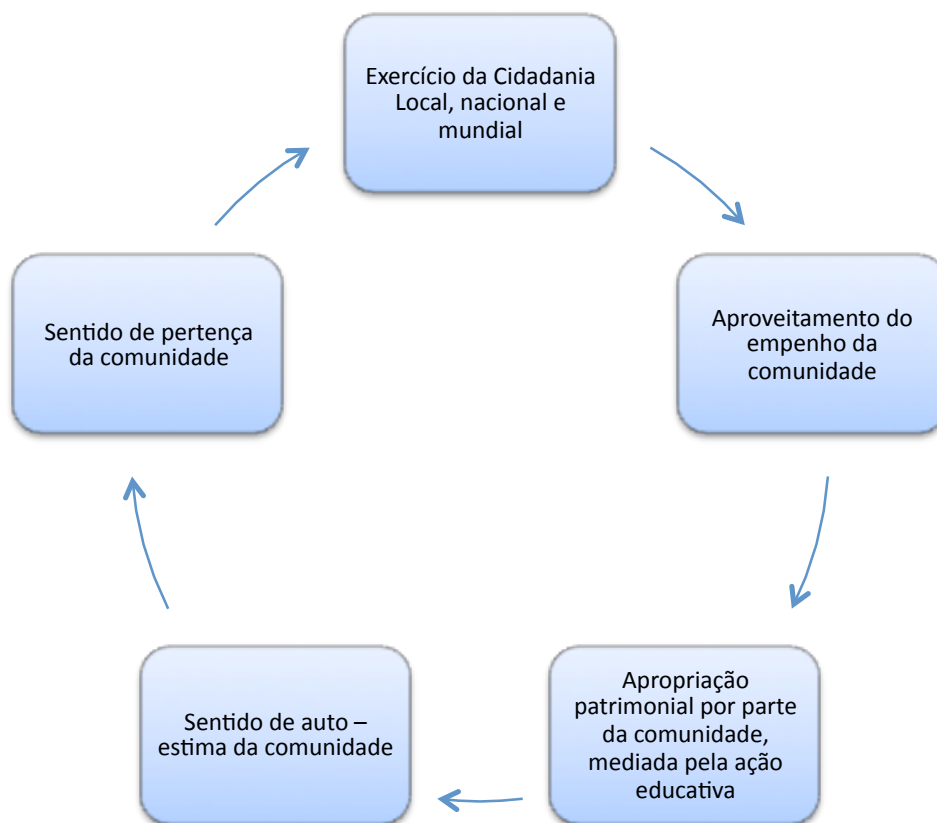
A renovação do campo e das funções da museologia, numa perspetiva da museologia social com um progressivo protagonismo da museologia local, fizeram-se em Portugal, no pós 25 de Abril de 1974. Com efeito, a partir de meados dos anos 70 e anos 80, existem experiências que revelam um novo olhar sobre o que deve ser o papel do museu e da sua relação com a comunidade. O Ecomuseu do Parque Natural da Serra da Estrela (projeto nunca concretizado)⁴⁴, bem como o trabalho que se faz / fez em Mértola, Seixal⁴⁵, Alcochete, Vila Franca de Xira, Monte Redondo, Vilarinho das Furnas, Portimão e Setúbal, são exemplos da preocupação que existe em seguir algumas das boas práticas da Nova Museologia procurando: envolver a população local; promover a capacidade de iniciativa da comunidade - ao nível da planificação, execução e avaliação de projetos -; formar uma consciência crítica; favorecer as trocas culturais; conservar o património “in situ”, criando percursos museológicos; favorecer a identidade local; fazer o apoio ao ensino; cooperar com outras instituições locais; fazer uma abordagem pluridisciplinar; criar postos de trabalho, reabilitando profissões; fazer a promoção turística de uma região.

Através de um simples esquema podemos sintetizar o papel que, numa perspetiva da museologia social - em que o ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto responsável pela transformação da sua realidade, do seu passado, presente e futuro - os museus locais deveriam desempenhar para o cabal exercício da cidadania ativa e participativa.

⁴⁴ Apesar de ter sido um “projeto abortado”, nas palavras do seu mentor, arquiteto Fernando Pessoa, trata-se do primeiro projeto de ecomuseu em Portugal (1979-80) e contou com orientação de Georges Henri Riviére. Houve a doação de peças etnográficas, assim como a compra de algum espólio e de edifícios para albergar o núcleo central e os outros núcleos (Pessoa, F., 1984).

⁴⁵ O principal mentor foi António Nabais igualmente o seu primeiro diretor (ver projeto em Nabais, 1984, p.71-74). Este ecomuseu de tutela autárquica, efetivamente o primeiro em território nacional, surgiu da necessidade de fazer o levantamento do património histórico cultural concelhio e de proceder à sensibilização da comunidade para a sua salvaguarda, processo que decorreu entre 1979 e 1982. O programa museológico foi elaborado por Nabais no ano de 1982 e nesse mesmo ano o museu foi inaugurado, prevendo-se a constituição de vários núcleos que fizessem a preservação *in situ* dos elementos patrimoniais e identitários das comunidades locais, numa lógica interpretativa do património. Em 1983 Hugues de Varine considera que se trata efetivamente de um ecomuseu e Kenneth Hudson, pela qualidade evidenciada, encoraja a candidatura ao Prémio europeu do museu do ano. (Nabais, 1985, p.212)

Quadro 1 A missão de um museu local



Elaboração própria, 2012.

Partindo da comunidade, do seu empenho, envolvimento e mediado pela ação educativa, procura-se o desenvolvimento do sentido de auto – estima e de pertença da comunidade, que lhe permite uma intervenção ativa no microcosmos da sua localidade, mas igualmente, no macrocosmos que é o mundo.

Estas instituições são fruto de iniciativas locais, realizadas no quadro de associações culturais, de autarquias ou de defesa do património, cobrindo uma área definida, identificando e valorizando, de acordo com um leque variado de ações, o património local. Nos encontros do MINOM e nas publicações de Moutinho (1989), F.J. Moreira (1986, 1989) e Lopes (1986, 1988), salienta-se que as características das novas experiências da museologia local portuguesa seguem as ideias do Movimento da Nova Museologia, partindo do património local como recurso de desenvolvimento comunitário, tendo uma interferência direta nos problemas do quotidiano das comunidades em que se inserem, e que advêm das mudanças políticas e sociais ocorridas com a formação da III República, em Portugal.

A sua consecução teve uma base estrutural que adveio das preocupações evidenciadas na América Latina - Declaração do Rio de Janeiro 1958, Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972 -, onde transparece a necessidade de alargar as funções tradicionais da museologia e o papel que deverão assumir na sociedade contemporânea. Ideias estas que, numa época de revolução, beneficiaram das condições de liberdade de criação, de pesquisa e de execução, permitindo uma museologia mais crítica, interventiva e mais interdisciplinar. Muita da produção escrita e prática deste período insere-se num contexto de ativa intervenção cívica e política, reconhecendo, nesta nova forma de trabalhar, a panaceia para - quase - todos os males, sobretudo para os males das comunidades locais.

A preocupação com o reconhecimento e valorização do ‘local’ tem-se acentuado nas últimas décadas em Portugal e no resto da Europa: resultado de uma progressiva descentralização de responsabilidades e de factores de desenvolvimento, que implicam os respectivos encargos; resultado de um maior dinamismo das autarquias, nomeadamente a nível cultural; resultado de uma revalorização do local, por contraponto e “resistência”, muitas vezes silenciosa, mas nem por isso menos atuante, ao fenómeno imparável da globalização. O local como (re)construtor das identidades locais, protetor das memórias / histórias da comunidade como ponto de referência, onde a comunidade, na sua totalidade, se revê, ou deveria rever. O local, enquanto estruturador dessa mesma comunidade, comunidade entendida como o espaço onde o indivíduo realiza a vida em comum, “onde se efetua a relação entre a cultura e o território na medida em que as “pessoas socializam-se e interagem no seu ambiente local [...] formando redes sociais” (Castells, 2001/2007, p.75) entre os seus pares, gerando “um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunitária” (Castells, 2001/ 2007, p.75). O olhar de observador social é fundamental para a ação museal, pois o trabalho sobre a memória não deve ser focalizado somente no indivíduo, mas na relação deste com o(s) outro(s) num contexto local. O local, que pode ser entendido como um espaço de contornos e localização perfeitamente definidas, que pugna pela crescente autonomia, designadamente a nível das políticas educativas e das políticas culturais, numa tentativa, por vezes envergonhada e outras vezes míope, de democratização cultural. Ou podemos considerar o local, a nível individual, como o(s) território(s) onde os membros da comunidade habitam e transitam, sempre com um olho posto no chão e com o outro no infinito, fomentado pelas novas tecnologias e as inúmeras possibilidades da sociedade em rede. As comunidades locais,

usufrutuárias dos benefícios da globalização, tendem a absorver novas formas de entretenimento, muitas vezes mais individualistas e menos solidárias, e novos hábitos culturais que são, pela sua constituição e disseminação, universais. Paralelamente, valorizam-se os fenómenos identitários territoriais pois, “ao longo da vida, a nossa identidade vai-se alargando (deve alargar-se) para o universal. Mas todo o universal tem o seu chão” (O. T. Almeida, 1995). Ora é esta necessidade constante de alargar horizontes e, ao mesmo tempo, de regressar ao nosso território de origem, às nossas raízes, que cada vez mais implica, a nível das políticas culturais públicas, pensar globalmente e agir localmente (glocalização).

Neste agir local, os municípios devem desempenhar um papel central intensificando a autonomia e o reforço identitário, cada vez mais irrigado pela constituição e manutenção de museus, sendo que, a nível nacional, a tutela autárquica é responsável por grande parte dos mesmos. Os museus locais desempenham um papel de valor acrescido, por estarem próximos das comunidades - tornam-se, ou deviam tornar-se, um dos seus centros de referência - por serem ou deverem ser campo de expressão dessa comunidade e da sua relação com o mundo e, por isso, os seus profissionais têm responsabilidades acrescidas em termos do aproveitamento patrimonial da comunidade, no sentido da intervenção social e do desenvolvimento local. O museólogo, que é hoje ou deveria ser, sobretudo, um mediador, deve trabalhar, não tanto numa perspetiva técnica, mas como um agente social que visa desenvolver ações que originem a mudança, muito na linha de pensamento desenvolvido por Waldisa Russio desde os anos 70 do séc. XX. Neste sentido, necessita de conhecer e saber comunicar com o outro, dominar e gerir a informação e o património local. O património entendido, não como referente apenas do passado, mas como algo que podemos mobilizar para o presente mediante o ato museal.

Este aproveitamento social do património permite criar redes de solidariedade e confiança com base na (re)construção da identidade, incentivando, acompanhando, orientando, apoiando e financiando as ações da comunidade. Varine, que tem inúmeros estudos sobre a função que os museus e a museologia local têm vindo a assumir ao nível do desenvolvimento social, comunitário e territorial, defende que as práticas museológicas devem ser transpostas para a comunidade, originando polos criadores de desenvolvimento, baseados no património e na memória, - veja-se, por exemplo, 2008 -, tendo por base a educação patrimonial e a educação

popular⁴⁶. A educação patrimonial, segundo este museólogo, é concebida como uma ação global, que visa integrar a comunidade no processo de desenvolvimento, habilitando-a a usar e transformar a sua herança comum, reforçando, deste modo, a identidade e a coesão social. Para atingir este objetivo é necessário integrar uma multiplicidade de agentes educativos - escolas, pais, comunidade em geral, outras instituições - e instrumentos de mediação, de onde se salienta o museu, desde que conceba a educação patrimonial como principal foco de trabalho. A educação popular, processo teórico – metodológico de educação não formal, fator vital do desenvolvimento comunitário, visa habilitar e envolver a população em todo o processo museal, promovendo a progressiva autonomia e capacidade de decisão e execução, espelhando os fundamentos da pedagogia da libertação. Numa obra anterior, Varine (1987), ao defender que os museus são agentes pedagógicos e de comunicação, destaca a função educativa, ossatura das ações em prol do desenvolvimento local, como a função que deve acompanhar todas as ações do museu.

Ao participar no ato de comunicação, os indivíduos desenvolvem a autonomia e consciencializam-se das suas capacidades de pensar, ser e de agir no meio que os rodeia, tornando-se agentes de desenvolvimento. Estamos a apropriar-nos do conceito de património alargado / integrado defendido pelos seguidores do Movimento da Nova Museologia, tal como o caracteriza Hugues de Varine (2002) e definido por Santos (M.C., 2002a, p.118) como a “relação do homem com o meio, ou seja, o real, na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e espaço”. Varine (2002, p.39-40) demonstra de que forma o património vai fornecer, sobretudo à educação popular - considerada por este autor como a educação não bancária, informal, ao longo da vida -, o meio de atingir quatro grandes objectivos para o desenvolvimento participativo da comunidade e do território:

- “A formação da consciência da sua identidade, do seu território e da comunidade humana de pertença;
- A auto - estima e uma maior confiança nos outros, condição de participação e da cooperação ao serviço do desenvolvimento;
- O despertar da capacidade de iniciativa e de criatividade, para se deixar de ser consumidor e assistido e tornar-se empreendedor e promotor;

⁴⁶ Conceitos aplicados e trabalhado nos ecomuseus, por exemplo Le Creusot (França), Haute - Beauce (Canadá), Santa Cruz (Rio de Janeiro).

- O domínio da expressão e dos instrumentos da negociação, que permitem intervir eficazmente na esfera pública.”

Este facto atribui aos museus locais uma responsabilidade acrescida no quadro da ação educativa, mediadora da relação com a comunidade que o acolhe e/ou o erige, constituindo-se um referencial patrimonial local, fundamental para desenvolver o sentido de pertença e fomentar o exercício consciente e efetivo da cidadania. Ora, para que tal aconteça, os membros da comunidade precisam de conhecer a realidade que os rodeia, a memória preservada que lhes permite perceber o ‘ontem’”, tornando o ‘hoje’ mais inteligível nas suas transmutações, estando mais preparados para a intervenção no meio envolvente. Podemos, pois, afirmar que o fazer museal, tendo como base o Património Cultural, que é fruto da atividade humana, fomenta / desenvolve o conhecimento que, por sua vez, desperta o espírito crítico de cada um de nós, levando-nos à reapropriação da memória coletiva e, através dela, à memória familiar que nos desperta para a memória individual, preparando-nos para o exercício mais fundamentado, ativo e crítico da cidadania.

Este valor pedagógico, estruturador de um melhor conhecimento do meio, de um compromisso com o outro, sobrepondo-se progressivamente ao compromisso exclusivo com o objeto, bem como o desenvolvimento do espírito crítico que permite manter e/ ou reconstruir a identidade por oposição à unificação, processa-se, como já dissemos, mediante a educação patrimonial. Este instrumento é a chave do trabalho da educação em museus, contribuindo para o processo de memória e identidade(s) das comunidades: “A educação, em particular no campo de actuação da museologia, deve destacar-se como ferramenta social importante no processo de oposição à globalização” (Primo, 2001, p.3) e no sentido freireano da pedagogia da libertação. Em nosso entender, só deste modo o museu cumpre a sua função essencial, que é o de ser um recurso que deve ser colocado ao serviço da sociedade, das comunidades locais e do seu desenvolvimento (F.J. Moreira, 1995). Não deve ser um fim em si mesmo mas um processo, um meio, um utensílio, que deve ser utilizado para o exercício do direito à memória, à cultura e ao património e, de uma forma mais ampla, deve contribuir para o desenvolvimento dos processos identitários e de valorização da diversidade cultural. Todos estes propósitos podem ser atingidos ao reforçarmos a dimensão social e educativa destas instituições, passando de locais de aprendizagem unidirecional a locais de aprendizagem bidirecional, - aprendendo com as

comunidades, com o público e com outros organismos, com os quais devem estabelecer parcerias - partindo da memória social e do património cultural. A educação nos museus possibilita a experiência da apropriação cultural, crítica e consciente, por parte dos diferentes utilizadores, mediada pelo património museal, recurso estratégico que valoriza o exercício da cidadania e contribui para a melhoria de qualidade de vida social e pessoal dos intervenientes.

Esta abordagem permitiu-nos contextualizar o estudo e identificar o nosso ‘olhar’. Olhar este que se vai agora estreitar, pois interessa-nos ‘apreender’ a museologia e, sobretudo, a museologia local, sob o ângulo da função educativa, visão inevitavelmente parcelar, na medida em que abandona outras dimensões analíticas que têm contribuído para a estruturação desta ciência., mas que é a que se enquadra nos objetivos definidos para a presente investigação.

1.3. UM OLHAR ARTICULADO: MUSEUS E EDUCAÇÃO

“A Museologia e a Educação, consideradas como histórico-socialmente condicionadas, assumem em cada período histórico características que são fruto das ações do homem no mundo [...].”
(M.C. Santos, 2008, p.129)

As mudanças sociais originaram mudanças museais, mas também mudanças educativas, que enveredaram pelo caminho da progressiva democratização. Desde os finais do séc. XIX que há uma corrente de reflexão que se debruça sobre a função que os museus desempenham dentro do campo educativo, tornando a educação como preocupação no trabalho dos museus que se vai transformando / metamorfoseando com a evolução da própria concepção de museu, das mudanças na sociedade, acompanhando a mundialização e consequente globalização.

A dimensão social e pública dos museus e, mais especificamente, a função educativa, têm sido, a nível internacional, objeto de estudo por muitos autores, evidenciando-se, desde logo, a distinção entre o trabalho desenvolvido, desde o princípio do séc. XX, na América do Norte e, sobretudo, nos E.U.A, e o que se faz na Europa (Greenhill, Mairesse, Wittlin). Wittlin (1899-1990) dedicou-se, a partir dos anos 40, a estudar as funções dos museus na sociedade e o seu papel no trabalho educativo, com especial ênfase para as possibilidades de comunicação e aprendizagem em museus e para a necessidade da renovação dos problemas museológicos.

Na América do Norte houve, desde muito cedo, a noção de que os museus deveriam ser um instrumento social de difusão de conhecimentos, de questionamento e experimentação, ao serviço de todos, responsáveis pelo desenvolvimento de uma cidadania ativa e participativa, tornando-se uma arma da democracia. No sentido de começar a trabalhar, desde cedo, com públicos muito jovens, há um empenhamento muito grande em levar o museu à escola. Este papel inovador não foi só fomentado nos grandes museus, visto que os museus locais desempenharam um papel decisivo na educação de adultos e ocupação de tempos livres (Wittlin, 1949, p.164).

Na Europa, nomeadamente no Reino Unido, os museus eram encarados como centros de investigação (Greenhill, 1999, p.35). Wittlin chama a atenção para o facto da Europa não poder ser vista como um todo pois, dependendo muito do regime político vigente, assim o museu é

usado ou para veicular a ideologia do regime - U.R.S.S. -, educar as massas - Itália -, manter a unidade da nação / elemento de propaganda nazi – Alemanha -, noção de museu público como instrumento de instrução / educação na Europa Liberal (Wittlin, 1949, p.174), se bem que muitas vezes abafada pela opulência dos objetos e dos edifícios.

Tendo presente esta multiplicidade e especificidade, poderemos estabelecer três momentos, ainda que com um grande grau de flexibilidade que, no séc. XX, marcam esta relação:

1.3.1 Até à Segunda Guerra: museus encaminham-se para a educação

“Um bom museu atrai, diverte, suscita a curiosidade leva ao questionamento - e, por isso, promove a aprendizagem.”⁴⁷ John Cotton Dana (1917) (tradução nossa)

Ao considerar, logo no início do séc. XX, que os museus devem ser úteis e contribuir, tal como as bibliotecas e a escola, para aumentar e consolidar o conhecimento (Dana, 1917/1999) favoreceu-se a existência de uma interligação dos conceitos de museologia e educação, bastante acarinhada nos museus americanos onde, desde muito cedo, se organizam visitas escolares. Esta ligação e atenção permite-nos falar de instituições com uma certa dinâmica sócio-educativa, fruto da reflexão aprofundada sobre o papel dos museus na sua relação com a comunidade, sobre o museu como instrumento importante de educação, que conduz Dana⁴⁸ (Dana, 1917/1999), a defender que qualquer processo de criação de um museu deve ser feito com a comunidade. A noção evidente de compromisso social, e a execução de projetos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, serão, mais tarde, trabalhadas pelo Movimento da Nova Museologia, como já mencionámos.

Contudo, se os trabalhos de Dana mostram evidentes sinais de mudança, na Europa, o labor de Edmond Groult (França) e Patrick Geddes (Escócia) orientam-se num mesmo sentido e,

⁴⁷ “A good museum attracts, entertains, arouses curiosity, leads to questioning – and thus promotes learning”.

⁴⁸ John Cotton Dana, Vermont 1856 - New Jersey 1929. Bibliotecário durante quarenta anos e diretor do Newark Museum entre 1909 e 1929. O seu grande objetivo era tornar estas instituições relevantes para o quotidiano dos cidadãos e promover os benefícios do conhecimento.

em conjunto, são a prova de que as alterações, numa nova maneira de pensar os museus, colocando-os ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, devem ser procuradas nos finais do séc. XIX e princípios do XX, opinião sublinhada por Mairesse (2000, p.33 e p.50) e Desvallées, (1994, p.27).

John Cotton Dana advoga que o verdadeiro centro de interesse do museu é a comunidade (Dana, 1917/1999), e que as duas funções essenciais do museu são ensinar e comunicar, relegando a coleção para um outro plano. Isto porque o enfoque na coleção torna os museus elitistas, perpetuando uma influência europeia, com laivos profundamente aristocratas / burgueses que era, em sua opinião, necessário eliminar, caminhando para instituições que fossem instrumentos ao serviço da educação de todos. Logo, os únicos museus vivos são os museus que servem a comunidade e, para isso, têm de ter uma missão educativa perfeitamente definida, devendo orientar o seu trabalho de acordo com as necessidades e desejos da população. Esta constatação implica abordar áreas muito diversas do conhecimento que não apenas as artes, através de um trabalho baseado no “aprende-se fazendo”. A aprendizagem deve ser baseada nas necessidades da comunidade e o museu deve ajustar-se a essas necessidades, tornando-se acessível e relevante. O seu espírito revolucionário e visionário faz com que Mairesse defenda que Dana pode ser considerado um dos pioneiros da Nova Museologia (2000, p.50). Valladares (1946/2010), ao valorizar a atividade educacional precoce nos museus americanos, salienta igualmente o contributo de Dana, para quem “o mérito de um museu, antes de avaliado pela riqueza das coleções, deve ser estimado pela utilização e conhecimento que o público tem desse património e pelos serviços que presta à coletividade” (p.25).

No mesmo país e na mesma época, John Dewey⁴⁹, apologista da Escola Ativa, defende ideias semelhantes para o espaço escolar, sublinhando a importância da educação para melhorar a sociedade, a primazia de um ensino experimental, pois o conhecimento implica sempre ação – *learning by doing* - e a necessidade de um ambiente de aprendizagem diversificado (Dewey, 1916 / 2007, 1938). Visitante entusiasta de museus, reconhece o poder educacional destas instituições e motiva a utilização assídua dos mesmos pelos seus alunos. A importância das ideias de educação, democracia e progresso para a ação educativa dos museus, espelhadas por Dewey, têm sido trabalhadas por Hein (2012) sublinhando a importância do ensino experimental.

⁴⁹ Vermont 1859 -1952, filósofo e pedagogo. Vai criar em 1894 o departamento de Pedagogia na Universidade de Chicago.

Dewey advoga que é a experiência que provoca mudanças nas relações da humanidade com o meio, permitindo o desenvolvimento das potencialidades criativas do indivíduo bem como da iniciativa, originalidade, cooperação, com vista ao aperfeiçoamento de todos. Valorizava a dimensão social da educação, destacando a importância do ‘aprender a fazer’ e do ‘aprender a ser’...

Do lado de cá do Atlântico, Edmond Groult impulsiona, em França, a criação de museus de região - *musées cantonaux* -, integrando-se num movimento de democratização do museu que começava a ter algum eco na Europa. Em Lisieux - Baixa Normandia -, a 17 de Junho de 1876, inaugura o primeiro de um conjunto que no ano seguinte atingirá os 12 museus e que se fundamenta num conceito não elitista do mesmo. Com efeito, estes museus dirigem-se e, por vezes, são criados e organizados pela gente que labuta nas oficinas, pela gente que trabalha a terra, onde podem obter conhecimentos sobre o espaço em que vivem, podem granjear saberes e conselhos sobre questões mais práticas, mas nem por isso menos importantes. Estes museus, que se tornaram igualmente instrumentos de emancipação social, não sobreviveram à Primeira Guerra Mundial, mas foram consequentes. Na Escócia, Patrick Geddes vai, identicamente, defender o princípio de integração dos museus na sociedade, abrindo-se às preocupações e realidades quotidianas, devendo ainda constituir-se como uma espécie de arquivo vivo e ser um repositório informativo de tudo o que diga respeito à região. Deve abrir-se à totalidade do território, sendo, para si, inconcebível que um museu tenha horas de abertura ou encerramento. Geddes visa uma transformação radical da sociedade, dos laços entre os homens e o seu meio, visto que o museu se confunde e interage constantemente com o espaço geográfico que ocupa.

Logo em 1908, o Metropolitan Museum of Art - Nova York contrata um animador especializado, surgindo departamentos igualmente especializados, para que a missão do museu, que será o de se tornar útil sobretudo às classes trabalhadoras, se cumpra. Dois anos antes é fundada a *American Association of Museum*⁵⁰, que agrega os museus americanos, com vista à recolha e partilha de conhecimentos intermuseus e optimização das práticas diárias. O destaque, dado à educação nos museus, permite que, a partir de 1930, esta *Associação* seja considerada

⁵⁰ Em 1935, esta associação contribui financeiramente para a execução do primeiro estudo de visitantes a cargo de Robinson e Melton. O estudo apresenta o primeiro relatório científico do percurso dos visitantes nas salas de museus de arte e história natural, estudando o tempo médio em cada sala e, dentro desta, em cada objeto. Contribui para acabar com a ilusão da existência de um público coeso e homogêneo, evidenciando a sua heterogeneidade e, dentro de cada grupo (famílias, escolas, turistas, especialistas), alertando para as diferenças existentes, muitas delas resultantes dos percursos de vida, marcados por diferenças culturais, étnicas, económicas e sociais.

uma instituição educativa e que continue a trabalhar defendendo que todas as áreas dos museus contribuem para a dimensão pública dos mesmos e que, conseqüentemente, todas as atividades do museu têm um fim educativo⁵¹. As conseqüências destas reflexões em torno da missão do museu e, em especial, a acessibilidade mediada pela ação educativa, faz com que os museus americanos pensem em estratégias muito diversificadas: visitas guiadas, palestras, legendas, catálogos, brochuras, dioramas, recriações de espaços históricos, para captar novos e alargados públicos e que, logo em 1932, haja museus com programas educativos organizados. A aceitação de que os públicos dos museus são tudo menos coesos e homogêneos foi um contributo determinante para que a museologia se descentre das coleções e se centre nos indivíduos e com mais legitimação no indivíduo, nos seus interesses, expectativas, necessidades, anseios...

As novidades no campo da educação museal chegam à Europa, logo em 1921, no *Congresso Internacional de História da Arte*, que decorreu em Paris de 26 de Setembro a 5 de Outubro⁵², onde participaram muitos responsáveis de museus americanos, constituindo-se um momento charneira que marca a entrada das ideias americanas no panorama museológico internacional. Dana participa, apresentando uma comunicação intitulada “Um museu local na América e os seus esforços para servir o bem público” (1923)⁵³, onde demonstra a vantagem da integração da função educativa no museu pois, como sempre defendera, um museu só pode ajudar as pessoas se for usado por elas e, para ser usado, tem de ser entendido, para ser entendido necessita de ser explicado, para ser explicado necessita romper com a lógica elitista e a reação passiva do visitante.

A criação, por Henri Focillon - professor de História da Arte na Sorbonne -, em 1926, do O.I.M - *Office International des Musées* -, é outro sinal claro de que a comunidade museológica internacional se organiza para trocar ideias, opiniões e práticas, funcionando este organismo como “referência aglutinadora de experiência e de correntes dos diversos países” (Costa, 1996, p.83) e que tanto vão influenciar João Couto, como ele próprio indica nos seus artigos (p.ex.1932, 1962c). Significativas são igualmente as publicações a ele associado, destacando-se a

⁵¹ Em 1992 a Associação publicou *Excellence and Equity*, que reflete o trabalho desempenhado pelos vários profissionais dos museus na área educativa.

⁵² Portugal esteve representado por José de Figueiredo, Joaquim de Vasconcelos, Martins de Carvalho, José Pessanha, Reinaldo dos Santos, Virgílio Correia, Aarão de Lacerda, João Barreira, Almeida Moreira, Viana da Mota e Luís de Freitas Branco (pintura, escultura e música estão aqui representadas). E.U.A, Colômbia, China, Japão, Marrocos e Egipto enviaram, igualmente, representantes.

⁵³ In *Actes du Congrès d'Histoire de l'Art*, (1923), Paris, P.U.F., p. 43-55

revista *Mousein* que reforça o apelo para a efetivação do papel educativo dos museus, numa clara relação com o respeito pela preservação patrimonial, fortalecendo a ideia de que é absolutamente fundamental acabar com a inércia do visitante.

O quebrar da reação passiva devia fazer-se igualmente no espaço escolar. A generalidade dos pedagogos do movimento da Escola Nova, nos mais diversos países, mostra a desadequação entre a organização pedagógica tradicional para a adaptação do ensino aos estudantes. Esta educação, como Faria de Vasconcelos, um dos principais divulgadores deste movimento em Portugal, demonstra (1921), após ter feito o diagnóstico do ensino, devia ser flexível, integral, prática, ativa e autónoma, estando a criança no centro das perspetivas educativas. Idêntica posição é defendida por Ferrière (1934 b, p.7) que aponta para métodos diversos, secundados em pedagogos como Montessori, Decroly, Cousinet, Dewey, no sentido de criar uma escola mais atenta às diferenças.

Acompanhamos, pois, um período de profundas reflexões sobre o sentido e função do museu e da escola, em que se destacam os pioneiros que privilegiam um olhar plural, aberto e crítico, sobre a relação entre estas instituições

Se bem que as suas ideias não tenham sido generalizadas à maioria dos museus, nem das escolas, ao trabalharem numa perspetiva inovadora de função social do museu, constituíram um campo de experimentação que, depois da 2ª Guerra, vai permitir a renovação museal mais alargada.

1.3.2 Pós 2ª Guerra: dos museus como extensão da escola, à autonomia

Época conturbada, caracterizada por conflitos, antagonismos, contradições e problemas sociais, políticos e económicos, numa Europa “reduzida e dividida” (Carpentier, Lebrun, 1993/2002, p.429). Reduzida, pelas consequências dos movimentos nacionalistas asiáticos e, depois, dos povos africanos, que originaram a perda progressiva das colónias; dividida, durante a Guerra Fria que opôs os Estados Unidos à União Soviética. Europa, também ela fervilhante, sobretudo a partir da década de 60, onde se processam, a um ritmo vertiginoso e alucinante, novas experiências e novas práticas

O inconformismo, a contestação e, até, a provocação, atingiram grupos alargados superando barreiras etárias, sexuais, sócio-culturais, étnicas e económicas, que tiveram um

momento decisivo com o Maio de 1968, considerado, por muitos historiadores e filósofos, como o acontecimento revolucionário mais importante do séc. XX e uma oportunidade, ao contestar os modelos sociais vigentes, de destronar valores considerados obsoletos e desfasados do real, pela força da expressão e da ação.

Põe-se em causa quer o sistema educativo quer o museu e a sua relação com uma sociedade em constante e profunda mudança. As críticas vão provocar mutações nas duas instituições que terão de adaptar e ajustar as suas relações. Ambas sentiram a necessidade de uma maior abertura ao meio, como forma de aumentar a implicação dos vários sujeitos no desenvolvimento da sua ação. Adaptações estas, não isentas de dificuldades, mas que ajudaram ao crescimento destas duas áreas do saber, que continuam a percorrer um caminho, em que muitas vezes se entrecruzam, no âmbito da transformação individual, e que cooperam na construção ativa de cidadãos dotados de autonomia.

Em muitos países, de onde se destaca os Estados Unidos, a preocupação pedagógica e a ação cultural estiveram presentes em encontros, debates e reflexões, que originaram mudanças fundamentais, no sentido da maior participação do público de todas as idades e interesses culturais. Franz Boas, antropólogo no Museu de História Natural, analisa, de uma forma crítica, a importância, finalidade e atuação dos serviços educativos nos museus. Apesar de tudo, os ideais apontados estavam longe de se generalizar. Muitos museus continuavam - e será que não continuam? - a olhar para as suas coleções e para as opções do Conservador, tão preocupado que está em conservar, em imortalizar, ‘matando’ os objetos, esquecendo-se de abrir uma janela para o museu ‘ver’ o mundo e para o mundo entrar no museu.

Georges Henri Riviére, logo em 1952, no prefácio de uma das publicações do ICOM, intitulada *Musées et Jeunesse*, não se cansa de estabelecer comparações entre os museus dos Estados Unidos, onde pululam os museus de crianças e as atividades a elas dirigidas, e a sua quase inexistência na Europa, concluindo pelo empobrecimento destes no que concerne à função educativa.

Instituições internacionais preenchem a sua agenda com trabalhos que visam a educação e ação cultural dos museus, dando ênfase à dimensão pedagógica do mesmo. Dentro destas instituições, salienta-se a atividade da UNESCO, através das suas inúmeras reuniões e

seminários,⁵⁴ (1952 – Nova York, 1954 - Atenas, 1958 – Rio de Janeiro, 1968 – Moscovo /Leninegrado, 1971- Paris/Grenoble, 1972 – Santiago do Chile...), quer através de publicações especializadas, de onde se destacam os *Estudos e documentos de educação*, o ICOM (Conselho Internacional dos Museus)⁵⁵, por meio das conferências internacionais e, sobretudo, a CECA, organismo especializado na Educação e Ação Cultural, contribuem para que a atividade museológica comece a justificar-se social e culturalmente em função do destinatário, cada vez menos encarado como visitante, e mais como utilizador de um serviço. Nestes fóruns mundiais, o ênfase é colocado na importância do desenvolvimento de ações museológicas centradas na educação, sendo o museu ainda entendido como uma extensão da escola, devendo facilitar a compreensão dos temas escolares, e não como um agente de transformação social, mas cujo espaço é adequado para exercer a educação formal, enfatizando-se o carácter didático da exposição.⁵⁶ Saliente-se o seminário do Rio de Janeiro de 1958, cujo presidente foi Georges Henri Rivière, à época diretor do ICOM, que no pós – Guerra revolucionou o mundo da museologia ao defender que “os consumidores/ visitantes serão os próprios atores das atividades museológicas, sendo os grandes motores da mudança” (M. M. Almeida, 1996, p.112). Conseguiu juntar, no Rio, representantes dos museus de toda a América Latina para discutir a função educativa dos museus. Como conclusão do intenso debate que aí se operou, bem como noutros encontros da década de 50, promovidos por aquele organismo internacional, a Museologia passou a ser “entendida como recurso estratégico nos processos educativos das populações mais carenciadas” (Primo, 2007, p.140), iletradas e semi-alfabetizadas, e o papel educativo como o processo que permitia às populações recuperar o fio da memória ao tornar acessível e entendível os vários patrimónios preservados.

As definições de museu, nas suas múltiplas variantes, incluem a educação como parte integrante, conforme se pode observar na definição de museu dada pelo o ICOM em 1951:

“O termo museu designa todo o estabelecimento permanente, administrado no interesse geral com vista a conservar, estudar, expor para o deleite e a educação do público um conjunto de elementos de

⁵⁴ veja-se o excelente quadro sinóptico e respectiva análise em Primo, 2007, p.126 e seguintes.

⁵⁵ A constituição do ICOM, organização não governamental, criada em 1946 e associada da UNESCO, confirma a vontade em tornar o museu num instrumento de preservação, estudo e comunicação do valor do património natural e cultural mundial quer tangível quer intangível.

⁵⁶ Outros seminários em que a função educativa se destaca são realizados nos anos 60 - Jos - Lagos - Nigéria (1964), Nova Delhi – 1966 -; nos anos 70 - além de Santiago do Chile - 1972 -, Lagos - Nigéria - 1973 -; Cairo - Egipto – 1974 -. Remetemos a análise destes documentos para Primo, 2007, p.127 e seguintes.

valor cultural: colecção de objectos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos, aquários.”

A definição de 1974, parcialmente confirmada em 2007, considera o museu como uma

“instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que faz pesquisa relativa aos testemunhos materiais do homem e do seu meio, adquire esses testemunhos, conserva-os, comunica-os e expõe com o objectivo de estudo, educação e deleite”

e, apesar dos vinte e três anos que as separam, restringe a função educativa do museu à valorização dos testemunhos do ser humano. A mudança mais significativa, nesta definição, está relacionada com a ideia, cada vez mais evidente, de que o museu deve ser visto como uma instituição ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, muito fomentada pelo pensamento museal de início do século que se corporiza, de uma forma mais internacional, com o surgimento de uma Nova Museologia nos anos 70 e dando razão parcial a Moutinho quando afirma que:

“ao longo destes anos, aquilo que no início se revelava como uma Nova Museologia deixou de o ser, pelo simples facto das ideias que essa Nova Museologia trazia, terem sido assimiladas por um número crescente de museus” (Moutinho, 2012, p.5)

Voltemos novamente à incontornável declaração de Santiago do Chile, onde a educação da comunidade através dos museus assume particular destaque:

“Que o museu, agente incomparável da **educação permanente** da comunidade, deverá acima de tudo desempenhar o papel que lhe cabe, das seguintes maneiras:

- Um **serviço educativo** deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino; cada um desses serviços será dotado de **instalações adequadas** e de meios que lhe permitam **agir dentro e fora do museu**;
- Deverão ser **integrados à política nacional de ensino**, os serviços que os museus deverão garantir regularmente;

- Deverão ser **difundidos nas escolas** e no **meio rural**, através dos meios audiovisuais, os conhecimentos mais importantes;
- Deverá ser utilizado na educação, graças a um sistema de **descentralização**, o material que o museu possuir em muitos exemplares;
- As **escolas** serão incentivadas a formar colecções e a montar **exposições com objectos do património cultural local**;
- Deverão ser estabelecidos **programas de formação para professores** dos diferentes níveis de ensino (primário, secundário, técnico e universitário).” (ICOM, 1972).
(negritos nossos)

Ao considerar educação museal como **educação permanente**, esta deixa de estar tão enfeudada a um papel complementar de educação formal, porquanto se destina a todas as idades, a todos os níveis sócio, económicos e culturais, sendo um meio privilegiado de transformação sócio-cultural. Saliente-se, igualmente, a importância da descentralização de materiais do museu que poderão ser cedidos às escolas, a existência de serviços educativos autónomos, bem como a formação de professores na área que poderíamos apelidar de educação patrimonial. A sujeição à escola, aos programas escolares e, conseqüentemente, a um nível etário que não ultrapassava maioritariamente o que vulgarmente se designa por jovens, limitava a missão museal, porquanto não abarcava toda a comunidade, não lhe proporcionando ofertas culturais e de lazer, não a integrando no seu espaço e não comungando e refletindo com e sobre os seus problemas. Por outro lado, aquele pendor ‘minimalista’ de atuação impedia o comprometimento do museu nas políticas públicas de preservação, de investigação - produção de conhecimentos - e de práticas educativas que ultrapassassem as exigidas pela rede formal de ensino. Em suma, o museu entendido como um prolongamento da escola, mera ilustração de conteúdos, pautado pela transmissão e repetição, modelada pela “educação bancária”, não sendo encarado como complementar e/ou alternativo a um modelo mais convencional de ensino, levou um forte abanão neste encontro. Todos estes questionamentos e interrogações fizeram com que ocorressem profundas mudanças quer no reconhecimento do museu como instituição educativa, quer quanto à forma como a função educativa aí deve ser desenvolvida, quer ainda relativamente aos destinatários a quem se dirige, insistindo-se na necessidade de atingir uma maior variedade de

interesses pela diversificação de atividades, assim como a definição de ações dirigidas a públicos específicos abrangendo diferentes níveis etários, valorizando-se, como ficou claro em Santiago do Chile, as aprendizagens / formação ao longo da vida (Martinho, 2007; Hein, 2000; Hooper - Greenhill, 1999). Assumindo-se que a função social dos museus é a principal condição da sua existência, que a ação educativa é o veículo privilegiado para a sua operacionalização e, considerando que a verdadeira educação é aquela que conduz à reflexão e ao questionamento, sendo considerada emancipadora, logo libertadora, alguns museólogos importaram, a partir da década de 70, para o ‘mundo’ alargado dos museus, o método Paulo Freire. A sua teoria baseia-se no diálogo e na conscientização, pela associação da teoria à práxis, na reflexão crítica e na abolição da educação repressiva e opressora, apostando na participação ativa, empenhada e empreendedora do sujeito, em colaboração com os outros, no processo de conhecimento, porque “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1972/75, p. 78). Neste sentido, a ação educativa museal deve favorecer situações que conduzam os indivíduos envolvidos à reflexão e ao desenvolvimento, visto que, só desta forma, contribuem para uma educação dialógica e libertadora, onde os sujeitos se auto-consciencializam da necessidade de transformar a sua realidade.

O pensamento e a pedagogia de Paulo Freire adquiriram uma dimensão mundial, despertando no ser humano a possibilidade de acreditar numa sociedade mais justa, procurando “empoderar as pessoas mais necessitadas para que elas mesmas pudessem tomar as suas próprias decisões autonomamente. Seu método pedagógico aumentava a participação ativa e consciente” (Gadotti, 2001, p.49). Este pendor pela autonomia e cidadania, consciente e participativa, impulsionada pelo motor transformador da educação, permite-nos estabelecer a ponte com outros educadores seus contemporâneos, que deixaram marcas na área da reflexão e ação educativa e cujo pensamento influenciou, direta ou indiretamente, a ação museal. Freinet e Freire confiam na capacidade do sujeito organizar, de uma forma responsável e autónoma, a sua própria aprendizagem; Illich advoga a “desescolarização” da sociedade e insiste na importância de uma “rede de saberes” onde se valorizam os pares e outras instituições educativas que podem contribuir para a construção do conhecimento: bibliotecas, museus, laboratórios, salas de espetáculos, etc. (1971, p.130 -133), e também Freire, ao criticar a instituição escolar fortemente burocratizada, acredita que a aprendizagem se faz fora dos seus muros, mas ao contrário de

Illich, não tem uma visão de aniquilamento da mesma, mas sim da sua reconversão pedagógica, no sentido de mudança de conteúdos e métodos que contribuam para a transformação social da humanidade. Tal como Freire, John Dewey, que Freire conhece por intermédio de Anísio Teixeira, um dos pedagogos que assina o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932), vai valorizar, na educação por si considerada como um processo de vida e não preparação para a vida, a comunidade local, a noção de que se aprende através da ação, a importância do trabalho cooperativo e da relação entre a práxis e a teoria. Vigotsky e Freire salientam “aspectos fundamentais, relativos a mudanças sociais e educacionais que se interpenetram” (Gadotti, 2001, p.71). Freire concordava com Piaget quando sublinhava que o sucesso do ato de aprendizagem dependia da capacidade que havia para desenvolver a curiosidade do aprendiz e na eficácia da interação sujeito - objeto, indo de encontro à tese piagetiana de que só aprendemos quando consideramos os conteúdos significativos, e a noção de que todo o conhecimento se opera por interação. Rui Grácio, ao defender uma educação emancipadora, provocatória, não diretiva, e acreditar no processo formativo como um processo de libertação, e na escola, lugar de democracia, justiça, fraternidade e território de construção da pessoa, não podia ter maior aliado do que Freire. Inclusive, Grácio vai alertar para a necessidade de aplicar estes ideais no trabalho museal. Outro pensador português com quem se podem estabelecer paralelos é Delfim Santos, que não acredita numa escola que prepare para a vida, mas sim que a escola é a própria vida - na esteira de Ferrière, Cousinet, Claparède, Dewey -, onde se reconhece a autonomia do educando na construção da sua formação ao longo da vida.

Esta visão construtivista da educação e o centrar da atividade educativa dos museus e das escolas na relação com a comunidade contribuiu para que os museus fossem considerados espaços privilegiados de ‘novas aprendizagens’, em que as visitas guiadas – precursoras no relacionamento dos museus com os públicos – já não são suficientes, sendo necessário criar outro tipo de atividades, em consonância com as novas teorias educacionais e com as preocupações, apesar de ainda tímidas, do que mais tarde se considera ser a ‘formação de públicos’ para a cultura. A integração de serviços e atividades de natureza educativa em museus portugueses adquire uma maior visibilidade a partir do pioneirismo experimentado, nos anos 50, no Museu Nacional de Arte Antiga com João Couto - cria os serviços educativos em 1953 - e, mais tarde, com Madalena Cabral.

As premissas pelas quais João Couto guiou a sua ação, nomeadamente no campo da educação advêm, desde muito cedo, do contacto com o exterior, sobretudo com os museus da América do Norte, designadamente com o trabalho que se fazia no *Metropolitan* – Nova York. A preocupação educativa, que precocemente foi adoptada nos Estados Unidos, vai ser destacada igualmente por Valladares, director do Museu do Estado da Bahia, desde 1939, na sua obra *Museus para o Povo*, (1946/2010). Nesta obra faz uma sustentada reflexão, fruto de um estágio que efetuou nesse país, em 1943, e nos permite ter uma visão mais aprofundada da teoria e ação que tanto influenciaram João Couto. Com efeito, Valladares reconhece a distância que separa os museus brasileiros e europeus dos americanos a nível do trabalho educativo para um público alargado. A vantagem que daí advém na formação do ser humano é inigualável, visto que:

“os museus americanos são focos democráticos; não no sentido de que se faça pregação da democracia no recinto dos seus salões e galerias, mas sim no sentido de que eles existem e funcionam para a educação popular.” (1946/2010, p.33)

Esta educação popular ampara-se em atividades que diferem de acordo com o nível etário, cognitivo e de interesses, não se cingindo apenas ao trabalho com escolas. Os museus divulgam as suas ações num programa mensal onde, para além de tomar conhecimento da temática da exposição permanente, temporária e circulante, se fica a conhecer a existência de cursos, concertos, peças de teatro, bailados, conferências acompanhadas de projeção de diapositivos, filmes cinematográficos, “que tanto servem para atrair como para entreter, dois objetivos a que o museus [sic] tem necessidade de visar, se quiser de fato servir à comunidade” (p.38). As atividades variam de instituição para instituição, visto que “grandes ou pequenos, cada qual descobriu o caminho de servir a comunidade” (p.37), não partindo de um modelo pré-definido, pois cada um tem uma função diferente a desempenhar, de acordo com o local em que se situa, porquanto “a importância do museu é maior para a vida da cidade, à medida que essa se torna menor” (p.37). Estamos perante uma clara valorização dos museus locais no seio da comunidade, que não devem ter a “veleidade de tentar, em escala reduzida, a reprodução dos grandes museus” (p.96), pois o seu papel é completamente distinto. Por outro lado, deve estar sempre em crescimento porque, sendo uma organização viva, nunca está completa, tal como assistimos à orientação dada ao trabalho desenvolvido no museu-biblioteca, objeto de estudo. Há a preocupação de “levar o serviço educacional para casa das pessoas” (p.38), tal como fez

Branquinho da Fonseca com os livros, mediante o empréstimo de material educativo que pode ser requisitado por instituições ou por particulares. As crianças não sendo, como dissemos, o alvo exclusivo dos serviços de educação, têm uma atenção privilegiada, na medida em que existe a clara noção de que se deve despertar, desde cedo, o gosto pelas questões da arte, história ou ciência. Os ateliers, organizados pelas próprias crianças nos espaços dos museus, constituem uma realidade, demonstrativa da importância de, ao mesmo tempo que se desperta a curiosidade, contribuir para a autonomia. Autonomia que anda a par com o conhecimento e o entretenimento e, se a comunidade não procura o museu, o museu deve procurar a comunidade, pois “a teoria não é esperar pelo visitante que representa parcela mínima da população. O museu se sente no dever de ir ao encontro do povo” (p.75) mediante a exposição circulante. Paralelamente e como complemento, os museus constituem bibliotecas de apoio aos utilizadores, sobretudo com bibliografia relevante para as temáticas abordadas na própria instituição. Publicam catálogos, que permitem um aprofundamento e abertura de diferentes perspetivas acerca do acervo existente.

Os espaços, onde se situam, devem ser arquitetonicamente simples, para não intimidar os utilizadores, pois há edifícios tão sumptuosos que “é preciso respirar forte para se ter coragem de penetrar no recinto que se afigura sagrado” (p.99). Os lugares acessíveis tornam-se atrativos, hospitaleiros, acolhedores de “ameno refrigério para o espírito” (p.98), passando a fazer parte da vida quotidiana de todos os cidadãos, cumprindo efetivamente a sua função:

“Como a função do museu é muito mais servir o povo em geral do que matar a curiosidade de pequeno número de entendidos, faz-se necessário garantir a atenção do homem comum, desse homenzinho que faz a maioria de todo o país e também é construtor de sua grandeza ou responsável pela sua decadência” (p.115)

Ao ‘conquistar’ o homem comum, partindo dos seus interesses, o museu deve trabalhar “sem cessar pelo levantamento do nível cultural da população” (p.98), eis mais uma divisa que pretende, através do conhecimento, da partilha, da construção conjunta, retirar o homem da sua menoridade, elevando a sua dignidade, pensamento crítico e capacidade de intervenção na sociedade. Ideias estas, que tiveram um claro efeito no trabalho desempenhado pelos dois pioneiros no Museu – Biblioteca, onde até conseguimos perscrutar influências discursivas, nomeadamente em João Couto, que foram decisivas para o futuro daquela instituição.

Baseado, igualmente, no estudo de Georges Henri Rivière (1960), João Couto (1965, p. 17-18) destaca elementos importantes que devem existir num museu para o seu aproveitamento didático e para transformar a instituição num centro dinâmico, vivo, integrado e atuante na sociedade. Considerando que a ação sobre a (trans)formação do indivíduo deve ocorrer precocemente, alerta para a necessidade de um Museu da Criança: com objetos que estas possam manusear; com objetos que possam construir/destruir; com objetos que exponham as atividades humanas; que tenha salas com exposições permanentes e temporárias, que tenha um auditório e campos relvados. A concepção de museu e educação por si defendido implicava já a ação transformadora do sujeito, baseada no saber-fazer, encaminhando-o para a progressiva autonomia.

Chama, igualmente, a atenção para a necessidade da existência de um curso de monitoras que guiem as crianças nos museus despertando-lhes a curiosidade, respondendo às suas questões e suscitando outras, adaptando a sua linguagem ao nível etário e cognitivo das crianças. A influência Norte Americana é determinante neste percurso:

“Há longos anos que os museus da América possuem dois grupos de conservadores. Um para proceder ao trabalho de inventário e de investigação relativa à história e merecimento das obras de arte expostas nas galerias. Outras para realizar aquilo que nos Estados Unidos se designa por “Educational Service” (Couto, 1956, p.63).

A ação de João Couto não se circunscreveu apenas aos museus onde foi Conservador - Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães e Museu Nacional de Arte Antiga -, mas revolucionou o panorama museológico nacional quer porque privilegiou a função educativa das instituições, quer porque apostou na formação de pessoal dos museus, condição necessária para que o primeiro objetivo fosse atingido. Era necessário saber acolher, comunicar, informar, elucidar, envolver, seduzir, fascinar, criar práticas de visita para conseguir que o público participe nas atividades, só alcançado com pessoal devidamente especializado.

“Em concreto o seu pensamento museológico repercute-se em inúmeras áreas que vão do estudo, investigação e publicação científica das colecções dos museus, à educação nos museus, de conservação e restauro das obras de arte, à organização de exposições, conferências e cursos, do

acompanhamento da criação de ‘novos’ museus, ou reabilitação de antigos, até à abrangência do conceito de museu, estando assim criadas as condições para o desenvolvimento e evolução da formação do pessoal dos museus, também esta com carácter científico, sistemático e profissional.” (Costa, 2012, p. 208 e 209)

Nos finais desta década (1956), a Fundação Calouste Gulbenkian tem um papel decisivo na (trans)formação da educação museal que vai convergir, mais tarde, na criação do Centro Artístico Infantil (CAI), seguindo justamente os caminhos do movimento da Escola Nova que valorizava o ‘aprender fazer’ e os métodos ativos de intervenção. O Centro Artístico Infantil tornou-se “um ponto de referência onde a experiência pedagógica, a expressão artística e a vivência cultural se dimensionam na relação educador – artista de modo dinâmico.” (Pais, 1992)

Em síntese, a instituição escolar foi um destino privilegiado das ações promovidas pelos museus, sobretudo a partir do momento em que as teorias da educação passam a entender a infância como um momento decisivo da construção da personalidade e da aprendizagem, e a sublinhar a importância da relação dos jovens com os espaços e contextos de produção de conhecimentos aos mais diversos níveis: cultural, científico, social, etc., no sentido da familiarização e socialização precoce com os bens e serviços da cultura. A educação museal (sob nomes diversos como serviço educativo, serviço de educação, ação educativa, etc.) é uma das linhas de força que caracteriza, ao longo do tempo, o ser e o fazer museológico, num trabalho contínuo sobre “o entendimento e o uso do acervo preservado pela sociedade, para que através das memórias preservadas seja entendida e modificada a realidade do presente” (M.C. Santos, 1994, p. 96),

Poderemos mesmo dizer que os museus, ao longo do tempo, a reivindicaram como a missão central da instituição, colocando a aprendizagem e o público no centro do seu trabalho. As modalidades que permitiram atingir este objetivo oscilaram / oscilam do *magister dixit* a um trabalho mais colaborativo e participativo, em que o animador é um facilitador / mediador de aprendizagens. Se o museu tenta uma proximidade com a escola, com o ensino formal, fá-lo sem renunciar à autonomia dos seus métodos, afirmando uma educação informal válida para todos os públicos, das crianças aos seniores.

Apesar disso, estas mudanças, assumidas de forma entusiástica em muitos textos, declarações, artigos de opinião, debates, etc., não vão ser aplicadas da mesma forma nem com a

mesma profundidade em todos os museus, pois a sua concretização vai depender muito do posicionamento ideológico e das convicções pessoais de quem gere a instituição (Hooper – Greenhill, 1998, p.56) e que, no caso em estudo, vão marcar indiscutivelmente o percurso de um museu que não se limitou a ‘limpar o pó’, a conservar o espólio e ampliar a coleção, mas ultrapassou obstáculos que uma atitude mais acomodada poderia considerar intransponíveis, contribuindo para um envolvimento deste na comunidade.

1.3.3 A partir dos nos 70: museus autonomizam-se da escola

O museu, ao ser encarado como uma instituição capacitada para ser agente de transformação social, para intervir ativamente na construção de políticas públicas de preservação, na produção de conhecimentos, no desenvolvimento social da região em que se insere, na diversificação de ofertas de lazer cada vez mais qualificadas, começa a concretizar práticas educativas autónomas da escola. Esta abertura vem contribuir ainda mais para derrubar a tendência em reduzir a dimensão educativa do museu à complementaridade da escola, à extensão de uma educação formal. Nesta aceção o museu era apenas uma ilustração de conteúdos escolares, que se desenrolavam em visitas estafadas e estafantes, onde se privilegiava a transmissão e repetição. A ação educativa tinha-se tornado uma especialização e, como tal, pertencia a um sector do museu, não havendo interação entre sectores.

Ora ao considerarmos, tal como Maria Célia Santos, em várias das suas reflexões e dos seus trabalhos - vide bibliografia -, o Museu como fenómeno social e educativo, como o local onde se concretizam práticas sociais, consideramos a ação cultural e educativa como a essência do trabalho no museu. Deve partir-se de uma concepção participativa, onde todos os envolvidos são atores da ação educativa e devem acompanhar o processo educativo em todas as suas fases, processo este em permanente atualização e redefinição.

Mais recentemente o conceito de educação vai cedendo lugar às noções de comunicação, compreensão, interpretação e de mediação, como está patente na Declaração de Calgary – (ICOFOM 2005). A mediação, relacionada com uma nova forma de pensar a comunicação no sentido de facilitar a apropriação patrimonial, num permanente processo relacional, que visa a transformação. Esta tendência de afastamento do conceito de museu, relativamente ao de educação, remete esta último para uma dimensão escolar, e afasta o primeiro da sombra da

escola. O crescente interesse pelo potencial educativo dos museus e pela valorização do seu património foi acompanhado pelo alargamento da agenda dos mesmos, onde se pode verificar uma enorme diversidade de atividades, iniciativas e projetos procurando interessar públicos muito diversificados, abrangendo diferentes níveis etários. A mudança de paradigma sobre a idade certa para aprender, nesta sociedade do conhecimento que é uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, implicou um maior investimento na aprendizagem ao longo da vida. Deste modo, as novas teorias da educação da década de 70 (Sagués, 1999), sobretudo anglo saxónicas – *lifelong learning* (aprendizagem ao longo da vida) - alertaram os profissionais para o facto da função educativa dos museus não terminar numa educação formal dirigida a um público, sobretudo escolar, mas igualmente a públicos com interesses distintos e em diversas fases da vida, integrando-os nas práticas diárias.

Mais recentemente, este conceito de aprendizagem *lifelong learning* estende-se a ‘todos os domínios da vida’ – *lifewide learning* evoluindo-se da ideia de ‘aprendizagem permanente’ para um modelo da ‘cidade educativa’ onde, para além de uma ‘Pedagogia da Necessidade’, - atualizo-me por necessidade de progressão na carreira por exemplo - se defende uma ‘Pedagogia da Liberdade’, que concebe a educação como um direito democrático, como um “tesouro a descobrir” (Delors, et al., 1996) assente em quatro pilares. Sem desvalorizar os conteúdos, torna-se indispensável: ‘Aprender a conhecer’, que remete para a aquisição de instrumentos de compreensão; ‘Aprender a Fazer’, que implica agir sobre o meio envolvente, sendo multifacetado, tornando-se mais flexível em termos de mercado de trabalho; ‘Aprender a Viver’, que abarca competências relacionais, na interação com o outro e ‘Aprender a ser’, que remete para o desenvolvimento integral de cada um de nós, valorizando todas as nossas potencialidades. Este alargamento dos contextos educativos e de aprendizagem aproxima os conceitos, por vezes artificialmente segmentados, de educação formal, informal e não formal.

O indivíduo passa a ter um papel mais ativo na construção do(s) saber(es) beneficiando de uma ‘banda larga’ de recursos pedagógicos / formativos com a consequente abertura para um leque diferenciado de conhecimentos, que se baseiam na diversificação de jogos lúdicos, da experimentação e interação com os espaços e com os objetos, revolucionando a relação que se estabelece com o modo como percebemos os objetos. Os museus, vistos como espaços pluriculturais e pluri e interdisciplinares, como espaços de questionamento, de descoberta,

entretenimento e deleite, possuem um enorme potencial para, interagindo com a comunidade, contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e social, mediante a função educativa.

Em síntese, a reflexão e práxis sobre o papel da educação nos museus, herdeira do encontro do Rio 1958, da declaração de Santiago 1972, bem como dos outros encontros que se lhe seguiram na óptica da Nova Museologia, assim como dos contributos de Paulo Freire, permitem-nos afirmar que a ação educativa: facilita a relação entre a herança patrimonial local e a comunidade; promove a conservação e disseminação da identidade cultural; permite valorizar a representação cultural nas coleções e exposições; sensibiliza para a preservação ambiental (Assunção, 2008, p.172/173); desenvolve a auto-estima e o sentido de pertença; desperta a capacidade de iniciativa e de criatividade, pois dá-se a passagem do sujeito / grupo como consumidor para promotor das ações; facilita a inclusão e coesão social. Este modo de educação baseia-se na ideia da partilha, do diálogo entre os grupos de ‘educadores’ e de ‘educandos’, da aprendizagem participativa, transformando a função educativa na função de mediação.

CAPÍTULO 2 – O OLHAR LOCAL: MUSEUS DE CASCAIS

O Tejo é mais Belo

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia

O Tejo tem grandes navios
E navega nele ainda,
Para aqueles que veem em tudo o que lá não está,
A memória das naus.

O Tejo desce de Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe isso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.
E por isso porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia

O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.

Alberto Caeiro / Fernando Pessoa (1946/1993, p. 46)

2.1- ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – TEMÁTICO: PANORAMA MUSEOLÓGICO CASCALENSE

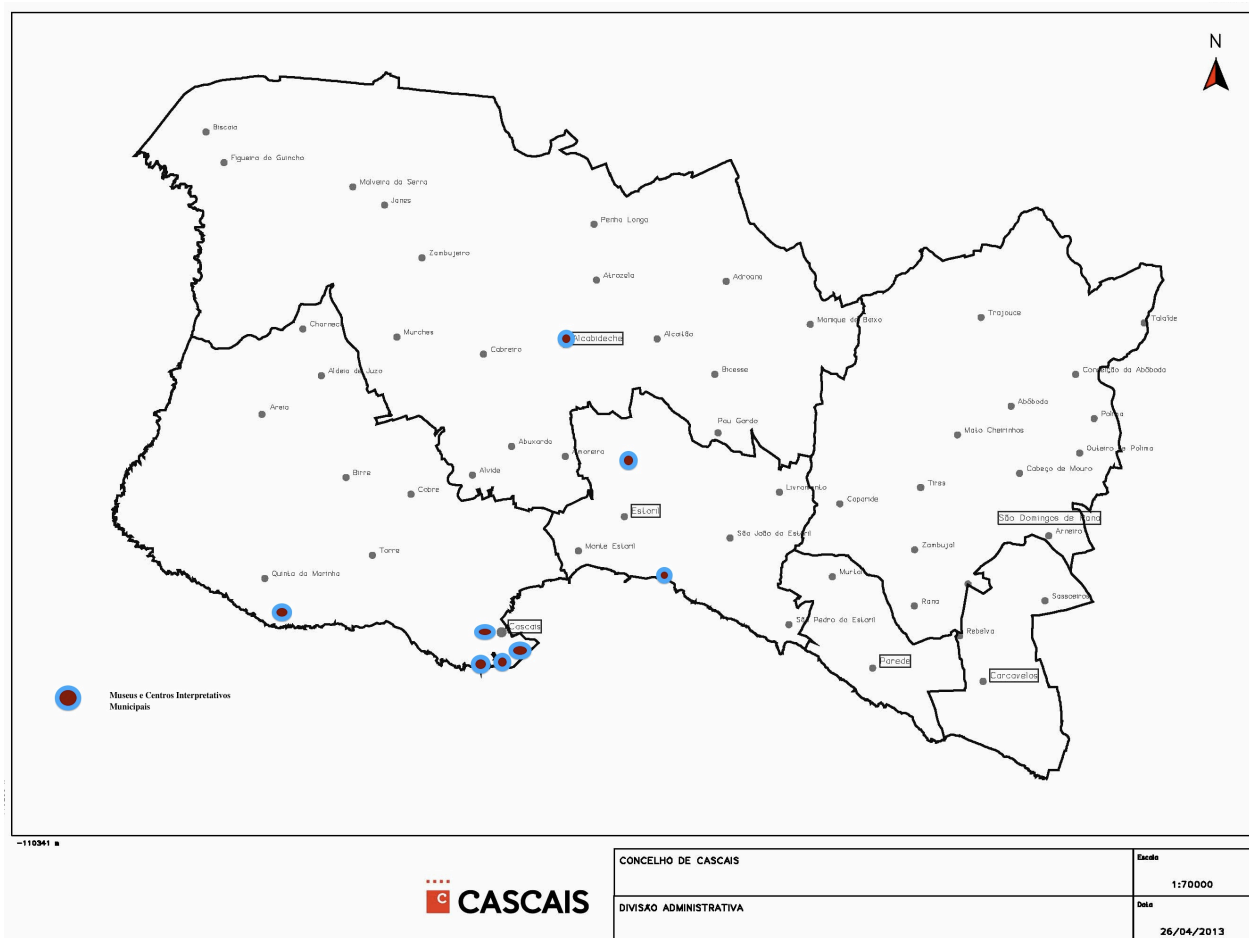
“A Cascais uma vez... e todas mais!...”

“Pretende-se que os cidadãos de cada comunidade, pequena ou grande, olhem o seu Museu como um “alto lugar de memória”, e percebam, que em cada um desses museus, está parte do seu passado histórico e da sua identidade.”⁵⁷

⁵⁷ Pode ler-se no desdobrável editado pela Câmara Municipal de Cascais, *Museus - espaços com história*, s/d

2.1.1 Caracterização do Concelho

Mapa 1 Freguesias do concelho de Cascais / Museus e Centros Interpretativos Municipais



Museus e Centros Interpretativos Municipais

Elaboração própria, 2013 Fonte: Câmara Municipal de Cascais retirado a 26 de Abril , 2013 em <http://geocascais.cm-cascais.pt/main.html>

O Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, nosso estudo de caso, é o museu “da minha aldeia”⁵⁸, é menos conhecido “pertence a menos gente”, não tem o impacto mediático dos grandes museus nacionais, mas talvez por isso é “mais livre e maior”. A “aldeia” onde ele reside situa-se na freguesia de Cascais, no concelho com o mesmo nome, consequentemente, é neste concelho que elaboraremos todo o nosso trabalho de campo. Impõe-se, por isso, a sua caracterização genérica e, mais particularmente, interessa-nos perceber a dinâmica museal onde o ‘nosso’ museu se insere.

Este concelho ocupa uma área total de 97 km² distribuída por seis freguesias, com uma população total residente de 206.479 habitantes - Censos 2011. Segundo os censos de 2011, a freguesia com mais população residente é a de S. Domingos de Rana com 57.507 habitantes, seguida de Alcabideche - 42.160 -, Cascais - 35. 400 -, Estoril - 26.397 -, Carcavelos - 23.296 - e, por fim, a Parede - 21.726 -, tal como se pode ver no quadro infra:

Quadro 2 Evolução da população do concelho de Cascais por freguesias de 1911 a 2011

Freguesia / Anos	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Total	14.308	15.251	22.932	29.641	42.177	59.617	92.630	141.498	153.294	170.683	206.479
Alcabideche	3.868	3.723	4.201	5.451	9.485	12.725	17.195	25.473	26.897	31.801	42.160
Carcavelos	969	457	1.592	1.812	2.072	4.970	7.170	12.888	18.014	20.037	23.296
Cascais	5.270	6.059	6.980	8.549	10.558	13.352	20.735	29.389	27.741	33.255	35.400
Estoril	-	684	3.572	5.514	7.491	11.193	15.440	24.312	23.962	23.769	26.397
Paredes	-	-	-	-	-	9.054	13.950	20.094	20.742	17.830	21.726
S. D. Rana	4.201	4.328	6.578	8.315	12.571	8.323	18.140	29.342	35.938	43.991	57.507

Elaboração própria, 2012. Fonte: INE - 2011

As freguesias com maior número de habitantes são, atualmente, as do interior do concelho e, se optarmos por uma leitura diacrónica da tabela, facilmente inferimos que a

⁵⁸ estamos-nos a apropriar do poema de Alberto Caeiro, heterónimo de Fernando Pessoa, *O Tejo é mais belo*, com que iniciámos este capítulo.

população residente aumentou continuamente, acelerando a partir dos anos 50, atingindo o grande ‘boom’ nos anos 60 e 70. A população continuou a fixar-se, em maior número, na sede de Concelho que, só em 1950 e depois a partir dos Anos 90, é ultrapassada pela freguesia de S. Domingos de Rana, situação que se mantém até 2011. Cascais – vila de corte – vai, mais tarde, juntamente com o Estoril, ser a estação de turismo requerida e concorrida que levou à fixação da população, nomeadamente com o projeto “faustoso” de Fausto Figueiredo para o Estoril.

A decadente vila piscatória vai, a partir de 1870, conhecer uma nova vida, mais cosmopolita, com a preferência manifestada pelo rei D. Luís I, apreciador da marinharia, pela antiga cidadela, na altura bastante desprestigiada, para passar o final do Verão. A elite aristocrática e burguesa começa a acompanhá-lo, inicialmente alugando casas modestas e, mais tarde, a necessidade de conforto e, talvez, de ostentação traçaram o caminho da construção. Toda uma arquitetura, dita de veraneio, vai invadir este espaço, modificando indelevelmente a sua fisionomia. As casas apalaçadas e os *chalets* sucedem-se: logo em 1873 o Palacete Palmela, a seguir o Palácio do Duque de Loulé e daí, por diante, num imparável crescimento e experimentação arquitectónica, aliando um pendor revivalista da casa portuguesa ao ecletismo de que o atual Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães é um exemplo. Raul Lino idealiza a vizinha Casa de Santa Maria, que revela a sua percepção de “Casa Portuguesa”.

Outras infra-estruturas vão sendo erigidas para tornar este local mais agradável e favorável ao turismo: em 1871, o Hotel Lisbonense, com fachada para a praia da Ribeira; em 1878, a iluminação a gás; em 1888, o abastecimento de água; em 1889, o comboio que dinamizou, não só a vila, como as redondezas; 1899 - é inaugurada a iluminação elétrica (dois meses antes da capital). Vinte anos antes, em 1879, constituiu-se a sociedade responsável pelo elitista Sporting Club, que vai ser instalado nos terrenos da Parada, atual Museu do Mar – Rei D. Carlos, destinado a atividades desportivas e mundanas. A década de 90 do séc. XIX consagrou Cascais como estância de eleição de todo um grupo pertencente à elite ou com profundas pretensões a entrar nesse círculo restrito. D. Carlos, com a sua apetência para a investigação oceanográfica, elege a Cidadela como baluarte da investigação e de entretenimento, instalando aí o primeiro laboratório de biologia marítima português. Deste modo, mantém uma aura de prestígio à vila que, apesar de múltiplos esforços, não conseguiu a projeção de outras estâncias internacionais, como Nice, Monte Carlo e Vichy. Há muitos problemas que a afastam deste “lugar no podium”, sendo, um deles, as deficientes infraestruturas que levam Álvaro Pinheiro

Chagas a afirmar, corrosivamente, “Não sei se conhecem Cascais... Devem conhecer ... Cascais é vila, que parece aldeia e se julga cidade” (Andrade, 1969, p.355).

Paulatinamente, Cascais tornou-se mais burguesa, arrastando amigos que, por moda e exibicionismo, elegiam este rincão para passarem o estio:

“ [...] muitas famílias, por submissão a uma balofa vaidade habituaram-se a passar o verão em Cascaes [...]. Como porem, alli, apenas se divertem – embora com prazer material – as pessoas que formam o *cercle* da sociedade elegante, essas famílias que nunca podem acclimatar-se á simples condição de gozarem só as festas públicas, habituaram-se igualmente – como immediata consequência d’essa situação – a dizer, com mal-imitado e fingido snobismo, que **Cascaes está uma maçada** ...” (Lisboa, *Revista de Turismo*, 1916, p.5)

A elite tradicional fugiu para uma zona, ainda hoje muito nobre, o Monte Estoril, onde O’Neill mandará construir uma casa, mais uma Torre, a “Torre de S. Patrício”, também ela transformada em museu.

Após este percurso auspicioso, o concelho entra numa fase de algum empalidecimento, recuperando mais tarde o seu vigor. Atualmente, abundantes dados estatísticos confirmam este desenvolvimento, de onde destacamos o indicador relativo à formação. Efetivamente, a nível da escolaridade, é um concelho com um índice de Educação e Cultura de 108,0 em 2002, superior ao dos concelhos vizinhos, em que Oeiras apresenta um índice de 90,8 e Sintra 87,7 (Fonseca, P. 2002, p.21).

Se tivermos em conta a realidade nacional, a população deste concelho mostra, em 2001, um nível de instrução muito superior às médias nacionais: 55.7% da população residente tem a escolaridade europeia - 9 ou mais anos, em contraste com os 40% registados a nível nacional - e 21.2% possuem o Ensino Superior - o dobro do valor nacional, com 10.6% -. Na distribuição por freguesias, salienta-se a Freguesia de Carcavelos, com todos os indicadores de escolaridade nitidamente superiores à média concelhia, enquanto que São Domingos de Rana e Alcabideche, exatamente onde há um número mais elevado de população residente, são as freguesias que evidenciam indicadores de escolaridade mais baixos⁵⁹. Se compararmos o Índice de

⁵⁹ Dados retirados da Carta Educativa do Concelho de Cascais – Estrutura Espacial do Território Municipal

Desenvolvimento Social⁶⁰ do Concelho de Cascais, em 2004, com o dos outros concelhos da Grande Lisboa, verificamos que ele é muito superior, sendo precedido, mas ainda com uma diferença substancial, pelo concelho de Oeiras, e está muito acima da média do Índice de Desenvolvimento Social.

Num concelho com um nível sócio – cultural tão elevado, verificamos, através do endereço electrónico da Câmara Municipal e da *Agenda Municipal*, que a atividade cultural se desenvolve em áreas muito diversificadas, com regularidade e continuidade. Esta atividade não se restringe aos museus, mas alarga-se a outros espaços culturais que abundam no concelho - com claro predomínio na freguesia de Cascais e Estoril - como é o caso da Animação Infantil e Juvenil, dos Cursos e Conferências, das Edições na área ficcional e não ficcional, da atribuição de prémios na área do teatro - Zita Duarte -, da composição - Lopes Graça -, do ambiente - Mar Rei D. Carlos -, da literatura - Matilde Rosa Araújo, Branquinho da Fonseca - e do Jazz - Luís Villas Boas -. Saliente-se, igualmente, o trabalho com instituições parceiras, como a Fundação D. Luís, o Instituto de Cultura e Estudos Sociais, a Associação Internacional de Música da Costa do Estoril, o Observatório das Atividades Culturais, a Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo, as Coletividades e Associações Culturais.

Esta dinâmica é reconhecida, identicamente, a nível externo, o que lhe valeu a atribuição do prémio da Melhor Programação Cultural Autárquica 2009, instituído pela Sociedade Portuguesa de Autores. O prémio ficou a dever-se, sobretudo, à inauguração do Museu - Casa das Histórias Paula Rego, à qualidade do Estoril Film Festival - 3ª edição -, assim como ao investimento da autarquia nos domínios, quer da reabilitação patrimonial para fins culturais, quer da produção editorial (*Agenda*, 43, 2010, p.5) .

Desde Janeiro de 1997 que este Concelho faz parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), onde se pretende encarar o território urbano como um espaço formativo convivencial, de acesso à cultura e ao conhecimento, mobilizando os agentes locais, com o propósito de otimizar as sinergias locais, quer públicas quer privadas, contribuindo para a afirmação do conceito de cidadania.

Após esta incursão cultural, é de toda a pertinência saber quem é o dinamizador da política cultural / educativa local. É de toda a conveniência e justiça tentar compreender quem

⁶⁰ O Índice de Desenvolvimento Social é elaborado com base nos indicadores da esperança de vida à nascença, nível educacional e conforto e saneamento. Fonte: Portaria nº 200/2004 de 4 de Fevereiro II série

está a comandar o destino do município, numa breve caracterização política. Trata-se de um município que, praticamente desde o início do milénio, veste a ‘camisola laranja’, bem como as cinco freguesias, vestindo a ‘camisola rosa’, a freguesia mais distante da sede de concelho, a mais populosa e interior - S. Domingos de Rana -. O Presidente da Câmara Municipal foi António D’Orey Capucho, militante do PSD, eleito, sempre com maioria absoluta, em Dezembro de 2001, reeleito em Outubro de 2005, e voltou a ganhar as eleições em 2009 - coligação “Viva Cascais” – PPD / PSD – CDS/PP -, com 53,04% dos votos - 7 vereadores -, seguido do PS com 26,66 - 3 eleitos -, CDU 9,19% - um eleito - e Bloco de esquerda 6,24% (*Jornal da Região* 13 a 19 de Outubro 2009, p.5). Por motivos pessoais abdicou do cargo e foi substituído pelo vice – presidente Carlos Carreiras em 1 de Fevereiro de 2011. Em 2009, a Coligação “Viva Cascais” manteve a maioria absoluta no executivo municipal e as cinco presidências de juntas de freguesia que detinha. A Coligação obteve ainda maioria absoluta na Assembleia Municipal, com 23 eleitos, contra 16 das restantes forças políticas.

O envolvimento da sociedade civil, num projeto de base política, pressupõe que a educação é um processo que acompanha os cidadãos ao longo da vida. Nesta política cultural, os museus deveriam ter um papel determinante, com o reconhecimento do alargamento do conceito de património cultural e a promoção da participação das comunidades, assumindo-se como catalisadores culturais, promovendo a museologia da ação que, através da educação, promovesse a inclusão sócio-cultural.

2.1.2 Caracterização dos museus municipais

“Falar de público e da sua relação com o museu não cobre toda a realidade da relação dos museus com a sociedade.

Para lá do Público, do visitante dos museus que paga o seu bilhete, existe uma realidade bem mais complexa que não tem hora de entrada nem de saída no museu. Estamos a falar do impacto que os museus têm na sociedade.” (Moutinho, 2006, p.65)

No século XX e, com mais incidência e de forma mais generalizada, na sua segunda metade, as práticas museológicas e os conceitos a elas inerentes sofreram alterações significativas que permitiram, especialmente a nível local uma maior aproximação com a comunidade. Sobretudo a partir do 25 de abril de 1974, o poder local viu-se investido de uma crescente importância e consciencializou-se de que podia e devia tornar-se o grande motor efetivo do desenvolvimento concelhio/regional, numa tendência nítida de descentralização. O Património cultural era sua pertença e cabia-lhe assegurar a preservação, divulgação e rentabilização, pois seria um polo de atração turística, logo a mais valia cultural tornar-se-ia numa mais valia económica que beneficiava a todos. Por outro lado, este investimento sociocultural e económico criava postos de trabalho, valorizava a memória coletiva e individual e, fator não menos importante, evitava a “sangria” de bens patrimoniais para os grandes centros. Este processo procurou adaptar o fazer museal às mudanças na própria sociedade e a um maior entrosamento nas suas questões, problemas, ansiedades... O museu local, entendido como promotor de desenvolvimento, que não pode, por esse motivo, desvincular-se dos problemas contemporâneos e enclausurar-se na sua torre de marfim. Isto não significa que todos os colaboradores dos museus locais tenham sido sensíveis às mudanças, pelo que, atualmente, encontramos uma grande diversidade de atuação que, segundo F.J. Moreira (2007, pp. 103 - 104), podemos categorizar em quatro grupos:

- **O verdadeiro “não museu”** – ao procurar imitar os grandes museus nacionais, por insuficiência de meios técnicos e financeiros, não cumpre qualquer função;
- **O museu local tradicional de nova geração**– com alguns meios técnicos e financeiros “procura salvaguardar o património local e assumir um papel de interventor activo na promoção das bases culturais e identitárias existentes na sua área de influência, ou seja, um museu cuja actuação se

cinge ao domínio cultural [...] e em cujas actividades a linguagem expositiva ocupa um papel central – o museu politicamente correcto e de sucesso, o orgulho do presidente e o paraíso do conservador museólogo pós-moderno”;

- **O museu incompreendido ou o museu primeiros socorros** – “O museu que se assume como prestador de serviços, um museu concebido para ser utilizado pelas populações consoante as suas necessidades pessoais ou colectivas, ou seja, um museu com objectivos nobres mas que, pelo seu carácter de ‘faz tudo’, dificilmente é tomado a sério pela comunidade e pelas instituições regulatórias – o museu incompreendido ou o museu primeiros socorros”;
- **O museu promotor** – “O museu local que tem como objectivo fundamental da sua actuação a promoção do desenvolvimento local, um museu aberto a toda a participação popular e com campos de actuação multivariados [...] Trata-se de um museu cuja diferença para o tipo anterior reside, sobretudo, na existência de parâmetros que balizam a sua acção [...] e no facto de privilegiar as acções colectivas de base local em detrimento das acções com contornos ou objectivos mais individuais – o museu promotor”.

Em que grupo podemos incluir os museus do concelho de Cascais? Será que todos seguem o mesmo modelo, numa espécie de ‘fato feito’ onde, independentemente das temáticas, dos espaços, têm obrigatoriamente de se encaixar? Será que há o direito à diferença? Qual o impacto destes museus no concelho que ocupam e no seio da comunidade em que se situam? Vamos, ao longo desta análise, tentar responder a estas questões orientadoras.

Recorrentemente, aparece na produção e divulgação museal concelhia a ideia de que o museu, enquanto edifício e enquanto coleção, é um lugar de memória, de identidade local, de encontro... Essa percepção, da qual se infere a valorização que dela faz o poder local no seio da comunidade, conduziu a que, a partir dos anos 80, se assista a uma proliferação museal, sobretudo na sede de concelho, como se poderá observar nos quadros seguintes.

Antes de mais, interessa fazer uma introdução prévia, indicando alguns princípios que nos servirão de orientação:

- Analisaremos as várias instituições museológicas existentes que são consideradas como Museus e Centros Interpretativos Municipais pela Câmara Municipal, estando sob a sua tutela, e onde se insere o nosso estudo de caso. Estes núcleos museais incluem-se, dentro da orgânica da Câmara, no Departamento da Cultura (DEC) e na

Divisão do Património e Museus Municipais (DPAM), segundo o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) de 2012⁶¹.

- Abordaremos, apenas superficialmente, os que são considerados pela autarquia como “Outros Espaços Museológicos”, mas que não estão sob a sua tutela, por nos permitirem uma visão ampla do conjunto museal: Casa das Histórias Paula Rego, Marégrafo de Cascais, Espaço Memória Teatro Experimental de Cascais, Palácio da Cidadela de Cascais.
- A abordagem a fazer será sempre na perspetiva do tema escolhido e que temos vindo a desenvolver, não se pretendendo um aprofundamento da dimensão museológica no seu todo⁶²;
- Pela sua antiguidade, pelo pioneirismo dos seus mentores e consequente vanguardismo das atividades empreendidas desde 1931, elegemos o Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães como objeto de estudo e é, sobre ele, que irá recair o aprofundamento da nossa investigação, em capítulo próprio, servindo os outros museus como contextualização das dinâmicas museais concelhias;
- Estamos conscientes que, para além deste museus, existem outras instituições no Concelho que, com diferentes configurações e em momentos distintos, recorrem à ação educativa e a formas de comunicação características da museologia, importantes agentes culturais e educativos do concelho, mas que não serão, pelas razões já invocadas e justificadas, objeto de estudo: Bibliotecas e Arquivos, Ludotecas, Centros Culturais - Centro Cultural de Cascais -, Academias Culturais - Conservatório de Música, Academia Sénior, etc. -, Teatros - Teatro Experimental de Cascais, etc. -, Núcleo Museológico da APCA – Associação Portuguesa de Colecionadores de Armas, Galerias de Arte - Fundação Aderita Amor – Estoril, Espaço Montepio -, Centro de Interpretação Ambiental Ponta do Sal, Sociedades Recreativas e Musicais, Museu dos Bombeiros - Cascais, Alcabideche, Estoril -, Associação do Rancho

⁶¹ Diário da República, 2ª série – nº 242 – 20 de Dezembro de 2011, p. 49413 a 49436

⁶² Ver maior desenvolvimento desta temática na dissertação de mestrado de Besançon (2010), que teve como objetivo a caracterização da política museológica no Concelho de Cascais, onde se analisa, além dos museus municipais, os museus de tipo associativo, galerias, museus de fundações, centros de interpretação, projetos museológicos e museus encerrados. As questões que orientaram o seu trabalho inserem-se na perspetiva de saber se a escolha dos processos museológicos “pode ser entendida como forma de atingir um desenvolvimento local utilizando a valorização patrimonial e a participação da população ? E, neste caso, em que medida estes museus obedecem a “uma estratégia de promoção de inclusão sociocultural?” (p.19)

Folclórico e Etnográfico de Trajouce, Museu da Sociedade de Instrução e Recreio de Janes e Malveira (SIRJM), bem como o Palácio da Cidadela.

Começamos pela análise de dois quadros que nos permitem ter uma perspetiva global da estrutura museal concelhia:

Quadro 3 Museus e Centros Interpretativos Municipais concelho de Cascais – 2012

Data abertura ao público	Museus e Centros Interpretativos Municipais ⁶³	Freguesia	Tutela
1931 Meados dos anos 50	Museu - Biblioteca Conde de Castro Guimarães Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães	Cascais	Autarquia
1988	Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria	Estoril	Autarquia
1992 1997	Museu do Mar de Cascais Museu do Mar de Cascais – Rei D. Carlos (1997)	Cascais	Autarquia
1999	Espaço Memória dos Exílios	Estoril	Autarquia
1999 – 2002 (mediante marcação) 2005	Moinho de Armação - Tipo Americano	Alcabideche	Autarquia
2001 [...] 2009	Forte de S. Jorge dos Oitavos	Cascais	Autarquia
2005	Casa de Santa Maria	Cascais	Autarquia
2007	Farol - Museu de Santa Marta	Cascais	Autarquia

Elaboração própria, 2012.

⁶³ Apropriámo-nos da nomenclatura usada pela Câmara Municipal de Cascais e respetiva classificação museal.

Quadro 4 Outros espaços museológicos concelho de Cascais – 2012

Data abertura ao público	Outros espaços museológicos⁶⁴	Freguesia	Tutela
2004	Espaço – Memória Teatro Experimental de Cascais	Cascais	Privado
2005	Marégrafo de Cascais	Cascais	Instituto Geográfico Português
2009	Casa das Histórias Paula Rego	Cascais	Fundação
2011	Palácio da Cidadela de Cascais	Cascais	Presidência da República

Elaboração própria, 2012.

Analisando os quadros acima, verifica-se que a maioria dos museus são de tutela autárquica, à exceção do Museu Casa das Histórias - Paula Rego, que é uma Fundação com a participação do Município; do Espaço – Memória Teatro Experimental de Cascais; do Palácio da Cidadela de Cascais, que manteve, após profunda obras de reabilitação, a tutela da Presidência da República.

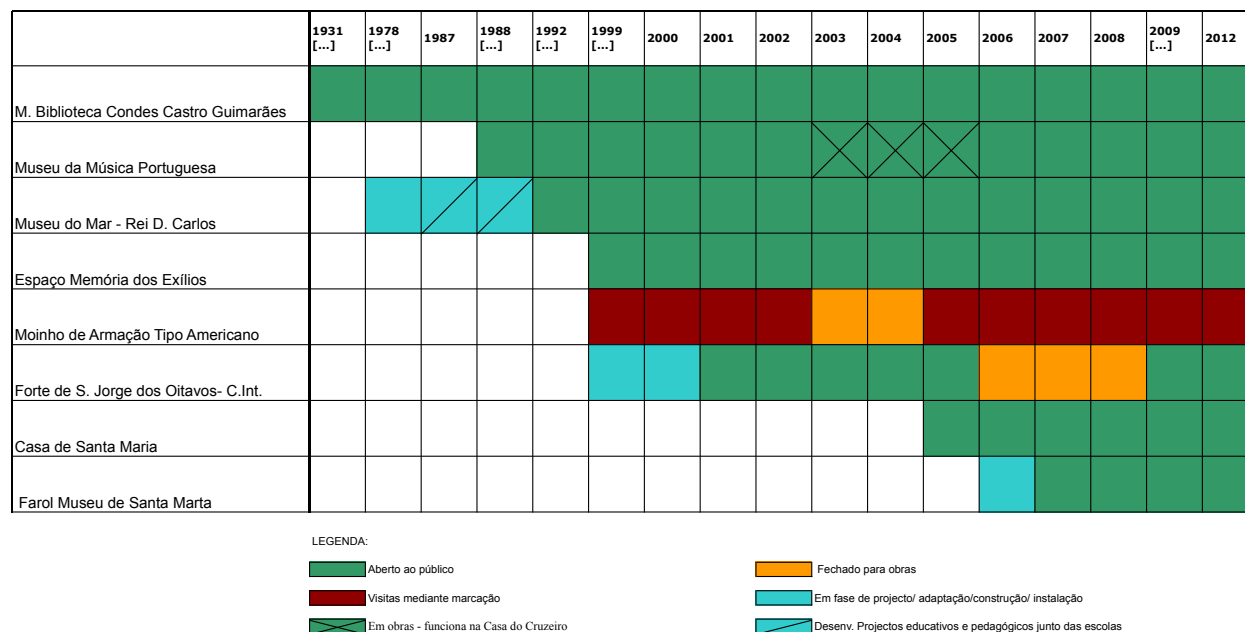
Em termos de distribuição geográfica, constata-se que os museus abertos ao público se concentram, maioritariamente, na freguesia de Cascais, e os restantes nas freguesias imediatamente adstritas, havendo, ao longo dos tempos, uma clara valorização da sede do concelho, a nível da preservação, salvaguarda e divulgação do património, em detrimento das freguesias limítrofes:

“Uma primeira visão geral do concelho aparece marcadamente heterogénea e com algumas assimetrias (...). Um destaque, a este respeito para a clivagem litoral – interior e (...) para a particular relevância da freguesia de Cascais, avultando no que se refere à oferta/procura cultural, a concentração de equipamentos, serviços, eventos, visitantes/públicos (...) a autarquia vem procurando algumas vias para modificar assimetrias, designadamente através da criação descentralizada de novos equipamentos culturais.” (Santos & Neves, 2005, p.17)

⁶⁴ Apropriámo-nos da nomenclatura usada pela Câmara Municipal de Cascais e respetiva classificação museal.

Na década de 80 vai abrir ao público o Museu da Música, na freguesia do Estoril e, nos anos 90, assistimos ao surgimento de uma certa descentralização, em que Alcabideche, com o Moinho de Armação - Tipo Americano, e o Estoril, com o Espaço Memória dos Exílios, saem beneficiados. Identicamente, nesta década, a freguesia de Cascais vai albergar o inicialmente Museu do Mar, renomeado, em 1997, Museu do Mar - Rei D. Carlos. No séc. XXI, a autarquia promove, mais uma vez, a sede de Concelho onde vai ser musealizado e inaugurado o Forte de S. Jorge dos Oitavos e o Farol - Museu de Santa Marta.

Cronograma 1 - Situação dos Museus e Centros Interpretativos Municipais existentes no concelho de Cascais



Elaboração própria, 2012

Através da análise do cronograma supra, constata-se que o Concelho despertou muito tarde para a criação de museus, sendo que, de 1931 até aos anos oitenta, existia apenas um: o Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães, renomeado em meados dos anos 50 Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em homenagem à mulher do Conde, Maria Ana de Andrade. Nos anos oitenta foi aberto ao público o Museu da Música – Casa Verdades de Faria, nos anos 90 o Museu do Mar – Rei D. Carlos, o Museu de Armação - Tipo Americano e o

Espaço Memória dos Exílios. No séc. XXI assistimos à abertura ao público do Forte de S. Jorge dos Oitavos, da Casa de Santa Maria e do Farol - Museu de Santa Marta.

A grande explosão museal, como se pode observar no cronograma, dá-se no dealbar do Séc. XXI, mantendo-se a iniciativa autárquica e favorecendo mais uma vez a freguesia de Cascais. A Autarquia é, efetivamente, a responsável pela maioria dos museus do concelho⁶⁵, o que se prende naturalmente com o papel cada vez mais importante que o poder autárquico assumiu em termos culturais sobretudo desde o 25 de Abril de 1974⁶⁶, como já mencionámos.

A dinâmica da autarquia revela-se, igualmente, pela quantidade de museus em projeto, como se pode constatar no quadro infra, que não é muito diferente do que se constata a nível nacional e nos consciencializa para o grande investimento que a autarquia ainda pretende fazer na reabilitação de bens patrimoniais.

Quadro 5 Museus em fase de estudo e programação 2012

Museus em fase de estudo e programação			
Nome	Freguesia	Objetivos	Tutela
Museu de Sítio das Grutas de Alapraia	Estoril	Com projeto de João Mendes Ribeiro, pretende-se musealizar quatro grutas artificiais, criando um centro de interpretação que explique a ancestral ocupação humana deste território	Autarquia
Museu da Vinha e do Vinho de Carcavelos	Carcavelos	Projeto de Flavio Barbini, pretende a requalificação da adega da Quinta do Barão, datada do séc. XVIII, adaptando-a a espaço museal, onde se perpetuem as memórias de Carcavelos e do seu vinho.	Autarquia

⁶⁵ Segue aliás a tendência nacional em que em 2002, 40,3% dos museus são tutelados pela Administração Local (Santos & Oleiro, - coord. -, 2005, p.38)

⁶⁶ Deve sublinhar-se o facto de uma coletividade na década de 70, na freguesia de Alcabideche, ter recolhido um acervo e ter alcançado um espaço para que a memória das populações de Janes e Malveira, os usos e costumes, não se perdessem. O museu funciona na base do voluntariado e só está aberto ao público, durante as festas e as comemorações.

Note-se, ainda, que existiu, na Escola Secundária de São João do Estoril, um museu escolar que, durante muitos anos, preservou e expôs o património da escola mas que, desde a década de 90, se abriu à comunidade, diversificando atividades, imbuído dos princípios da Nova Museologia veiculados e aplicados por uma professora da escola, Manuela Carrasco. A museologia, praticada por estes alunos, baseou-se no “aprende-se fazendo”, inventando, adaptando, fabricando, na tentativa de resolução de problemas. A exposição foi utilizada como meio de comunicação e de aprendizagem, acompanhando o processo de criação.

Casa – Museu Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos	Parede	Criar uma casa – memória que dê a conhecer a vida e obra do médico e historiador de arte Reynaldo dos Santos, sendo um espaço multifunções, acolhendo encontros culturais periódicos e um centro de documentação.	Autarquia
Museu da História de Cascais	Cascais	Com projeto do arquiteto Carlos Bessa pretende dar a compreender aos habitantes do concelho o seu passado e o seu património, contando a história da vila desde os seus primórdios até às suas vivências enquanto estância de veraneio.	Autarquia

Elaboração própria, 2012.

Como se comprova no quadro nº 5 estão previstos quatro novos museus: Museu de Sítio das Grutas de Alapraia, há muito desejado pelos estudiosos locais, como é fácil constatar pelos inúmeros artigos espalhados pelos periódicos locais; o Museu da Vinha e do Vinho de Carcavelos; a Casa – Museu Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos - Parede - e o Museu da História de Cascais.

À exceção da Casa – Museu Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos, fruto de doação, todos os outros são de iniciativa camarária e versam temáticas intimamente ligadas à comunidade e vivências locais, devendo contribuir para a construção de um sentimento de pertença e de partilha de memórias com a comunidade, como se pode ler na documentação de apresentação dos mesmos.

As freguesias mais afastadas da sede do concelho – Parede e Carcavelos - só na primeira década do séc. XXI têm projetos em estudo e muito por força de doações e de circunstâncias exteriores à autarquia.

Na Parede, porque a 19 de Maio de 2004, por vontade testamentária de Irene Quilhó, viúva do médico e historiador de arte Reynaldo dos Santos, a sua casa, jardim e espólio foram doados ao município, “livre de encargos, com a indicação expressa de os transformar em Casa Reynaldo dos Santos e Irene Virote de Carvalho Quilhó dos Santos” (Parede, 2011). Saliente-se que, em 2004, foi entregue, pela família do pintor, a Casa-Atelier de Carlos Botelho (1889-1982), localizada na Parede - Buzano –, e respetivo jardim, ao município, mas desconhecemos o que lhe está reservado.

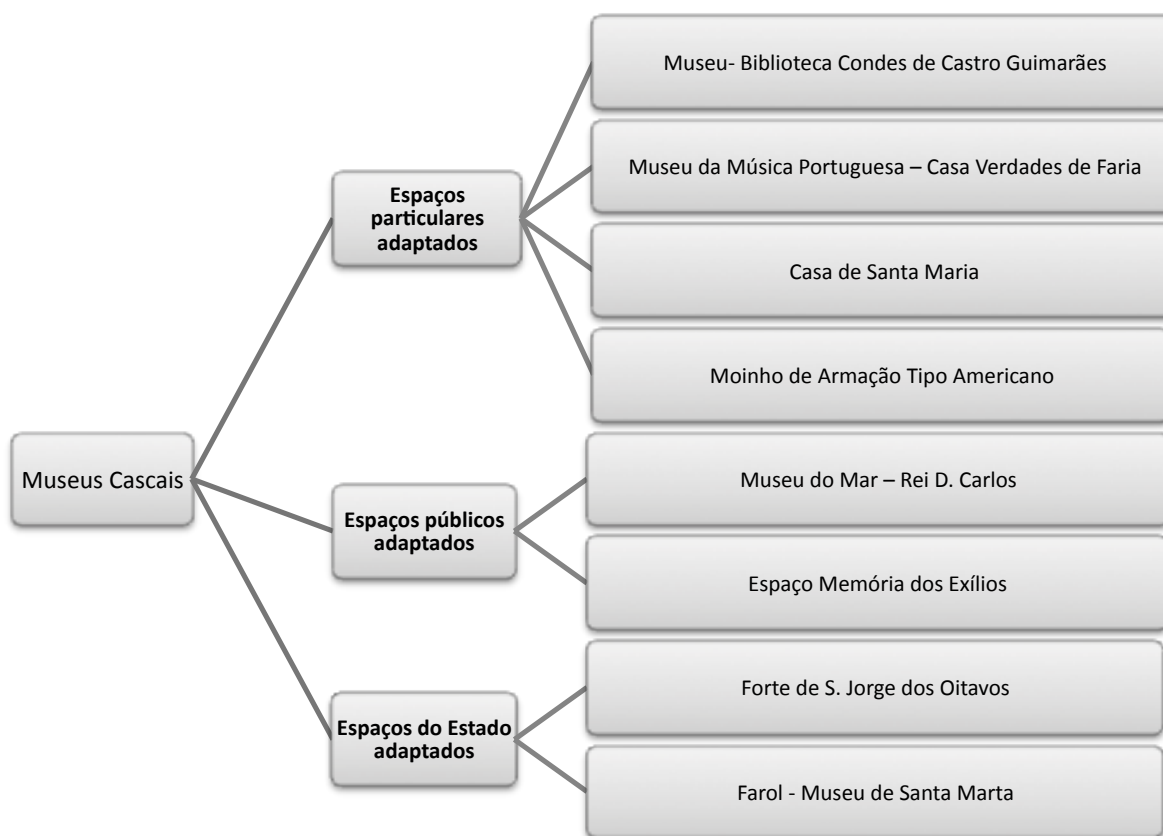
Em Carcavelos, as adegas da Quinta do Barão irão acolher o futuro Museu Municipal da Vinha e do Vinho de Carcavelos, “espaço especialmente direcionado para a etnologia e etnografia, que dará a conhecer o território da Região Demarcada, a produção vinícola e as

memórias do lugar. [...]” (Parede, 2011). Ao musealizar as adegas da Quinta do Barão, a Câmara pretende dinamizar a produção do Vinho de Carcavelos no Vale de Caparide, “proporcionando um espaço de lazer e convívio em torno das memórias de Carcavelos e da sua marca vinícola”. O acervo do museu partiu da coleção adquirida a José Maria Almarjão (1920-2009) que, durante décadas, reuniu um conjunto de documentos e objetos relacionados com esta temática. Note-se que o Departamento de Cultura realizou já duas exposições sobre este mesmo tema, fazendo a divulgação da investigação concretizada, bem como desvendando um pouco do prometido museu, cujo projeto ficou a cargo do arquiteto Flávio Barbini. Entretanto, fruto de problemas vários, a sua consecução tem sido sempre, e esperemos que não eternamente, adiada.

Note-se que a freguesia de S. Domingos de Rana não tem nenhuma unidade museológica prevista, mas, em contrapartida, assistiu à inauguração, em 2005, de uma Biblioteca Municipal, construída de raiz, segundo as normas do Instituto Português do Livro e da Biblioteca, com salas de leitura em regime de livre acesso, espaço infantil e juvenil, auditório, cafetaria e jardins temáticos, que se transformou num centro cultural e polo de encontro / usufruto dos habitantes locais. As várias atividades: ateliers, concertos, exposições, debates, tertúlias, conferências contribuem para um dinamismo do local. Toda esta mais valia foi constantemente usufruída por nós, quer ao longo do trabalho de pesquisa que estamos a empreender, quer enquanto frequentadores assíduos das diferentes ações.

No que diz respeito à origem dos espaços onde estão albergados os museus, uma evidência neste concelho, como se pode notar no quadro abaixo, é o facto de a totalidade dos museus, sob tutela Autárquica, estarem instalados em edifícios já existentes. Esta constatação permitiu-nos dividir os museus em três categorias: os que ocuparam casas particulares, os que ocuparam espaços públicos e os que se instalaram em espaços do Estado e que, após convenientes obras de adaptação, foram inaugurados.

Quadro 6 Origem dos espaços dos Museus e Centros Interpretativos Municipais



Elaboração própria, 2012.

Todos estes espaços detiveram anteriormente usos diferentes: a Casa de Santa Maria, o Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães e o Museu da Música – Casa Verdades de Faria foram casas de habitação e, curiosamente, ambas mandadas construir por Jorge O'Neill, que posteriormente, as vendeu. O Moinho de Armação - Tipo Americano fazia parte integrante de uma quinta particular. Foi o único sobrevivente da voracidade do betão que a dizimou, tendo sido cedido à Câmara Municipal, para ser musealizado.

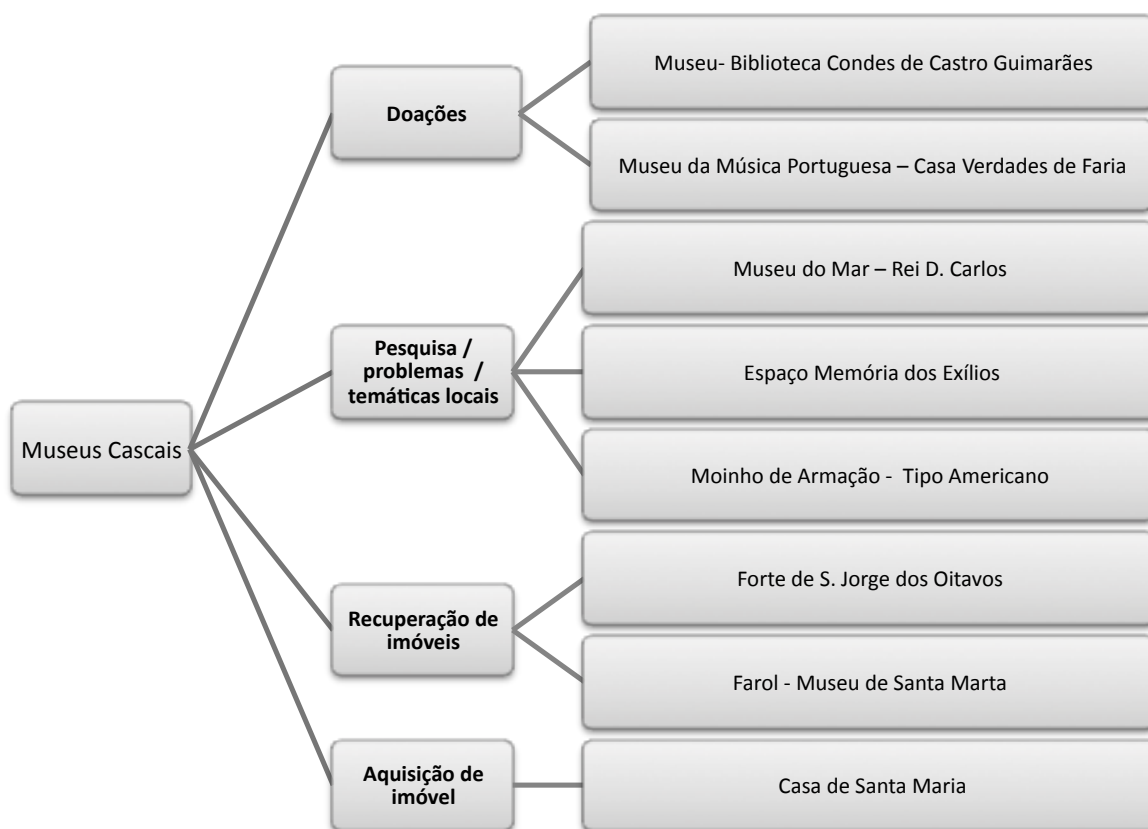
O Museu do Mar – Rei D. Carlos foi instalado na antiga “capital do reino de Cascais”, o Sporting Club, ou Clube da Parada, onde as elites socializavam e praticavam desportos, nomeadamente o ténis, trazido de outras paragens por Guilherme Pinto Basto.

O Espaço Memória dos Exílios ocupa o primeiro andar de uma estação dos correios datada de 1942, de Adelino Nunes – arquiteto modernista dos Correios -, no Estoril.

O Forte de S. Jorge dos Oitavos e o Farol Museu de Santa Marta ocupam espaços já existentes com função de defesa e sinalização e, neste último, após obras de ampliação, foi criado um novo edifício para gabinetes de trabalho, cafetaria e loja/recepção.

O único edifício construído de raiz para albergar um museu, em todo o concelho, foi inaugurado em 2009: Museu Casa das Histórias – Paula Rego, cujo projeto é da autoria de Eduardo Moura. Este museu não é gerido pela Câmara, funcionando como Fundação, onde o município é parceiro⁶⁷. O facto de ter entrada gratuita, fez com que a Câmara, a partir de 6 de Outubro de 2009, tornasse extensível esta gratuidade aos outros museus autárquicos.

Quadro 7 Factores presentes na formação dos Museus e Centros Interpretativos Municipais



Elaboração própria, 2012.

⁶⁷ Consequência dos resultados do estudo de viabilidade das fundações portuguesas lançada pelo Governo em janeiro de 2012, a fundação foi extinta em março de 2013. Em abril foi assinada, entre a autarquia e a pintora, um acordo de Aditamento ao Contrato de Doação e Comodato onde estão inscritas as novas orientações do Museu Casa das Histórias - Paula Rego.

Relativamente aos factores que estiveram na origem da formação dos Museus e Centros Interpretativos Municipais, podemos organizá-los em quatro grupos:

- Os museus que partiram de doações, estando neste caso, o Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães e o Museu da Música – Casa Verdades de Faria. Estes museus partiram dos imóveis e respetivo recheio, doados pelos segundos proprietários ao Município, com o dever de se tornarem espaços de fruição pública.
- Os que partiram de uma temática / problema e pesquisa local, e aqui temos o Museu do Mar – Rei D. Carlos, com a importância do património marítimo concelhio e a crescente diminuição da pesca; o Espaço Memória do Exílios, que se formou a partir da abundante documentação existente no Arquivo Histórico Municipal, que retrata a época - 1936 – 1955 - em que o eixo Cascais – Estoril serviu de local de refúgio para milhares de exilados; o Moinho de Armação - Tipo Americano, foi constituído para a preservação da memória molinológica do concelho;
- Os museus que partiram de obras de recuperação, curiosamente, ambos, imóveis seiscentistas, onde se inclui a musealização do Forte de S. Jorge dos Oitavos, destinado à vigia e defesa da costa, que se encontrava desativado, e o Farol Museu de Santa Marta, destinado à sinalização da costa, ainda em funcionamento;
- O espaço museológico, que começou com a compra do imóvel, que é exemplar único no conjunto de museus autárquicos: a Casa de Santa Maria constitui, efetivamente, uma exceção, visto ter sido uma casa particular que foi vendida e não doada. Acrescente-se que não restou nenhum do seu recheio a não ser os móveis encastrados, da autoria de Raul Lino, arquiteto do imóvel.

No que concerne à temática, os museus, atualmente em funcionamento, apresentam temáticas muito variadas: música, mar, pesca, arquitetura de veraneio, exílios, faróis, defesa, molinologia, arte, arqueologia, artes decorativas, arquitetura. Verdadeiramente, são, na sua esmagadora maioria, museus especializados, ou por força dos espaços que ocupam: Farol – Museu de Santa Marta; Forte de S. Jorge dos Oitavos; Moinho de Armação - Tipo Americano, Casa de Santa Maria; ou por existência de acervo que era preciso alojar: Museu da Música –

Casa Verdades de Faria, Espaço Memória dos Exílios; ou por partirem de uma temática / problemática local que era preciso ‘alojar’: Museu do Mar. O facto mencionado faz com que seja este o museu que, em nosso entender, melhor espelha a localidade, na sua origem, tradição, vivências, lembranças, permanências, inovações, dificuldades, fazendo a passagem do local para o global, ao trabalhar igualmente as questões ambientais e os seus efeitos na vida marinha.

Podemos asseverar que o mesmo se passa, pelo menos em parte, com o Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães, pois mantém a ambiência e muito do acervo do tempo dos Condes, apesar de lhe terem sido incorporadas outras coleções, designadamente a de arqueologia, que ainda aí se mantêm em exibição.

Após esta análise mais global, abrangente e contextualizadora do universo museal concelhio, analisemos, de uma forma diacrónica, detalhada e reflexiva, o historial dos museus municipais, com clara relevância para a forma como se procedeu à sua institucionalização.

1931 - Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães: de casa particular a museu

Exemplar de arquitetura eclética, foi mandado construir em 1904 por Jorge O'Neill para sua residência de Verão. O cenógrafo italiano Luigi Manini apresentou várias propostas para a edificação da habitação mas o projeto, efetivamente executado, foi o de Francisco Vilaça.

Em 1910, o sócio e amigo de O'Neill, Conde Manuel de Castro Guimarães, adquiriu o edifício por trinta e seis contos. Fez algumas alterações ao espaço, nomeadamente, suprimindo um andar na Sala Vermelha para aí colocar o órgão, e fechou um terraço, que deu lugar à sala de jantar. Como não tinha descendentes diretos faz, em 1924, testamento legando, à vila de Cascais, este espaço, com todos os seus pertences, para aí ser feito o Museu Municipal e a Biblioteca Pública. Falece em 15 de Agosto de 1927 e, no ano a seguir, é criada a Fundação Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, sendo que da Comissão Administrativa, constituída para gerir o espaço, faziam parte Amílcar Mário de Jesus, António Crisóstomo dos Santos e José de Figueiredo. Em 1928, iniciam-se as obras para a sua adaptação a museu e, a 16 de Setembro de 1930, assume funções o primeiro conservador, João Rodrigues da Silva Couto, responsável pelo programa museológico.

O Museu é oficialmente inaugurado a 12-7-1931 - apesar de o público em geral já o poder visitar desde 2 de Janeiro de 1931 - tendo sido feita a disposição das coleções pelos vários

aposentos, como se tratasse de uma ‘casa habitada’, mantendo-se acessível a Biblioteca. Composta por 2830 volumes, reflete o gosto dos proprietários e de seus irmãos, onde se encontram livros mais de carácter profissional - finança, política interna e externa, Direito - e mais na área da cultura e lazer - música, História geral e de Portugal, literatura, teatro, poesia...

Neste mesmo ano, foi aqui instalada - na cozinha e seus anexos - a coleção oceanográfica do rei D. Carlos, que constituía o Museu Oceanográfico D. Carlos I, até ter transitado, em 1936, para o Aquário Vasco da Gama.

Em 1932, com a ida de João Couto para o Museu Nacional de Arte Antiga, o pintor Carlos Bonvalot, Fernando Pessoa e António José Branquinho da Fonseca concorrem a conservadores e vence o primeiro, que permanece no cargo pouco tempo, pois faleceu prematuramente. Note-se que este museu é o primeiro do género a fazer uma seleção para Conservador, mediante critérios estritamente académicos, não tendo ficado selecionado Fernando Pessoa, por não ter curso superior.

Nomeado a 23-12-1941 e tomando posse a 2-1-1942, o escritor Branquinho da Fonseca assume o cargo de conservador durante dezanove anos, procurando aproximar a biblioteca da comunidade quer através do empréstimo domiciliário, quer através do pioneirismo da biblioteca itinerante - embrião das futuras bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian.

Em 1942 inaugurou-se uma nova sala: Sala da Arqueologia Afonso do Paço e Padre Eugénio Jalhay, para se exporem as peças mais representativas de natureza arqueológica encontradas no concelho. Aqui também esteve o Núcleo Lapidar ‘Félix Alves Pereira’ com peças que vão desde a pré-história até ao séc. XVII. Nesta década, cria-se um Regulamento Interno de funcionamento em que são perfeitamente definidos o conteúdo funcional de cada sector e dos respectivos funcionários.

Nos anos de 1960-61, Gilberto Andrade esteve à frente do museu e organizou uma grande exposição na altura das comemorações henriquinas. A partir de 1962, e até 1971, está a comandar o destino deste espaço Maria Alice Beaumont, que fundou os Serviços Educativos, organizou a Biblioteca por assuntos, promoveu exposições temporárias e conferências, e criou a Biblioteca infantil e juvenil.

A análise mais detalhada e aprofundada deste museu, até aos anos 80 do século XX, será feita no capítulo 3, visto constituir o estudo de caso.

O Museu teve períodos menos promissores em que o investimento nas atividades para todos foi mais deficitária. A tomada de consciência desta realidade, apesar das potencialidades do Museu, fez com que se criasse, em 1986, um sector de animação cultural e, três anos mais tarde, se investisse em múltiplas iniciativas que devolvessem a dinâmica perdida, nomeadamente com a implementação do conceito de animação patrimonial: *História ao Vivo*. A partir de 1987, aqui começou a funcionar o embrião do futuro Arquivo Histórico Municipal de Cascais, que, presentemente, se encontra instalado no Complexo Municipal Multisserviços da Adroana, à espera de transitar novamente para Cascais – Casa Henrique Sommer.

Os conservadores têm mantido, ao longo destes últimos anos, algum do espírito entusiasta dos tempos iniciais e a investigação sobre o acervo do museu constituiu-se uma prioridade. No ano de 2000 foi apresentado o livro das *Porcelanas Orientais da Coleção do Museu*, da autoria de Maria Manuela Mota. A partir de 2004, com concretização em 2007, reformulou-se a exposição e o seu percurso, tentando melhorar as formas de comunicação público/museu. Neste mesmo ano foi editada a obra *Coleção de Ourivesaria*, da autoria de Leonor d'Orey e, dois anos mais tarde, a 26 de Novembro de 2009, é lançado o livro da *Coleção de Mobiliário* deste espaço museológico, da autoria de José António Proença.

Norteados pela necessidade de aliar a investigação à divulgação e comunicação foi lançado, a 4 de Abril de 2009, o *Roteiro do Museu – Biblioteca* e, logo a seguir, inaugurou-se uma sala de arqueologia no local da antiga sala de leitura da biblioteca. A estas renovações tem correspondido um aumento inequívoco de utilizadores, desde 2006, como se pode observar no quadro infra:

2000	934.400
2001	776.800
2002	587.700
2003	911.700
2004	723.500
2005	918.500
2006	1035.300
2007	1465.300
2008	2868.900
2009	2864.300
2010	4029.900
2011	4.826.800
2012	5.273.700

Elaboração própria, 2012 – Fonte: elaborado com base nos dados fornecidos pelo M-B C.C.G.

Com efeito, a partir de 2006, ano em que iniciou funções o atual Conservador – mês de Outubro - , os números não param de aumentar, constatando-se que, entre 2007 e 2008, duplicam, o mesmo acontecendo entre 2009 e 2012. Ainda que a partir de outubro 2009 o facto de a autarquia ter tornado a entrada gratuita ajude a esclarecer estes números, pensamos que será apenas uma explicação parcial. A diversificação de atividades, as exposições temporárias, as ações de formação que utilizam este espaço, o trabalho mais duradouro – se bem que pontual - com escolas, as publicações... terão tido uma influência determinante na captação de cada vez mais público. Situação esta que merecia uma análise mais aprofundada, contudo, não se insere no objetivo do presente trabalho.

Prosseguindo a dinâmica que temos vindo a acompanhar, em 2011 é integrado na Rede Portuguesa de Museus (Despacho nº 6979/2011, p.19528), e José António Proença, conservador, incentiva, igualmente, a criação do Grupo dos Amigos do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, que se concretiza oficialmente no mesmo ano.

Os filantropos continuam a considerar este Museu – Biblioteca como o espaço preferencial para as suas doações, numa tradição que, como já constatámos, remonta aos anos vinte. Neste ano de 2012, recebeu mais um legado. Trata-se do acervo de bens culturais móveis pertencentes ao cascalense Pedro Vieira da Fonseca, que os deixou em testamento. Do conjunto destaca-se a coleção de ícones da Rússia, de aquarelas, pintura e escultura, mobiliário português e estrangeiro, porcelana chinesa e uma vasta biblioteca.

1988 - Museu da Música – Casa Verdades de Faria: de casa particular a museu

A então designada “Torre de S. Patrício” foi mandada construir, em 1918, por Jorge O’Neill, que havia vendido o palacete onde atualmente funciona o Museu - Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães, com projeto do arquiteto Raul Lino. Este Palácio, de tradição portuguesa, desenvolve-se por vários “corpus” assimétricos, a partir da dita Torre.

Em 1942 foi adquirida por Enrique Mantero Belard e sua esposa, Gertrudes Eduarda Verdades de Faria que, em 1974, a lega, em testamento, à Câmara Municipal de Cascais, para ser utilizada como Casa - Museu e Jardim Público, tendo de ostentar, obrigatoriamente, o nome da sua mulher.

O Museu da Música – Casa Verdades de Faria, também ele foi fruto de uma doação quer do espaço quer de algum recheio - mobiliário e tapeçarias -, complementado com o espólio de dois entusiastas da música portuguesa, que trabalharam em conjunto na sua “defesa, preservação, valorização e divulgação” (Correia, Roquette, Bessa, A. Carvalho & Henriques, 2005, p.9) e que, por sua vontade, aqui depositaram o espólio de uma vida. Falamos de Michel Giacometti e de Fernando Lopes Graça que trabalharam em conjunto desde 1960, num plano articulado de preservação e valorização da herança musical tradicional portuguesa, observada na edição discográfica da *Antologia da Música Regional Portuguesa* e o *Cancioneiro Popular Português*.

Em 1981 é adquirida, pela Câmara Municipal de Cascais, uma coleção de instrumentos musicais portugueses a Michel Giacometti, que “cobre a quase totalidade do instrumental português” (Correia et. al., 2005, p.24) e, em 1987, que decide, nesse espaço, instalar o Museu da Música Regional Portuguesa. Michel Giacometti vai fazer parte da comissão instaladora do museu desde 1986 (Correia et. al., 2004, p.16) - com a colaboração do IPPC e do Museu de Etnologia -, até à sua morte em 1990, definindo o programa base do mesmo. Esta comissão tinha objectivos bastante ambiciosos para criar um museu com todas as valências, realizando o projeto de instalação do mesmo. Vai adquirir, pelo seu valor científico, a biblioteca particular do etnomusicólogo, o que possibilitou a criação de um Centro de Documentação especializado.

Em 1994, Fernando Lopes Graça vai legar em testamento à Câmara Municipal de Cascais todo o seu espólio que, além de ser organizado e catalogado, deve ser disponibilizado ao público. Foi a reunião deste espólio que permitiu a criação do Museu da Música Portuguesa. Como homenagem a este benemérito a Câmara Municipal de Cascais instituiu, nesse mesmo ano, o Prémio Lopes Graça, com o intuito de servir de incentivo à criação e interpretação de música portuguesa. A partir de 1995, e sempre a 17 de Dezembro, data do nascimento do compositor, são entregues os prémios, que incluem, além de um valor pecuniário, a primeira audição em concerto e a sua edição em partitura.

Como consequência das obras empreendidas tanto no espaço interior como no exterior, o Museu foi transferido, entre 2003 e 2005, para a Casa do Cruzeiro, também no Estoril. Além das obras estruturais, foi reorganizado o espaço interior com o propósito de melhorar as condições museais, procurando conciliar o espaço, enquanto legado de Raul Lino, com o Museu da Música Portuguesa. Criou-se uma sala de exposições permanentes - Sala Michel Giacometti - e temporárias, Sala de Arquivos Sonoros, beneficiação da sala / auditório (concertos de câmara e

conferências) e do centro de documentação - Sala Lopes – Graça -, procurando tornar acessível todo o acervo. As acessibilidades foram melhoradas com a construção de um elevador. Na Sala Michel Giacometti expõe-se a coleção de instrumentos musicais de forma permanente em ‘reservas visitáveis’, com o objetivo de “instalar a coleção num espaço físico adequado à sua boa conservação e preservação e, por outro, permitir o acesso de forma condicionada do público interessado, sobretudo escolar e investigadores” (Correia, et. al., 2005, p.23). A este núcleo alia-se um programa de exposições temporárias com espaço próprio, “numa perspetiva dinâmica da atividade cultural do museu” (Correia, et. al., 2005, p.23).

No ano de 2005, coincidindo com a reabertura do Museu, foi editado o Roteiro onde estão bem claras as funções definidas para a instituição que, para além das tradicionais, como preservar / conservar, estudar e divulgar, pretende “assumir-se como um espaço aberto à discussão e reflexão sobre ‘música portuguesa’ (...) desenvolver um conjunto de acções no âmbito da investigação, comunicação e educação, com um programa cultural abrangente” (Correia, et. al., 2005, p.9). Pretendem igualmente apresentar um conjunto de atividades variadas que ultrapassam a exposição permanente, enriquecendo o trabalho com exposições temporárias “que apresentarão o trabalho de investigação sobre o acervo do museu, sobre temas de etnomusicologia e musicologia, sobre os compositores e intérpretes, a realização de ciclos de concertos, conferências, colóquios, cursos de interpretação e ateliês de música, programas de ação educativa para públicos diferenciados e abrangendo vários níveis etários” (2005, p.9). Entende-se este museu como um espaço “dinâmico, aberto à sociedade, e de referência para a música portuguesa” (p.10) complementando-se com um trabalho de divulgação da investigação empreendida que inclui a edição de “catálogos, monografias, obras de investigação e de edição musical, associada à disponibilização da documentação e informação no Centro de Documentação” (p.10), existindo protocolos com instituições de Ensino Superior e Centros de Investigação no sentido de estudar a música portuguesa.

No ano de 2008 foi adquirida a coleção pertencente ao Maestro Álvaro Cassuto e iniciada por seu pai, a partir dos anos 50. O conjunto dos 2.750 títulos da coleção incluem alguns periódicos musicais, mais de 400 monografias musicais dos séculos XIX e XX e mais de 2000 partituras avulsas. Em 2011 é integrado na Rede Portuguesa de Museus (Despacho nº 6979/2011, p.19528).

1992 – Museu do Mar de Cascais

1997 – Museu do Mar de Cascais – Rei D. Carlos⁶⁸

“A partir de 1976, a consciência da importância do património marítimo do Concelho e das alterações socio-económicas que se verificaram nos últimos 30 anos, devido à gradual e sistemática diminuição das pescas e da produção dos seus derivados, que durante séculos havia marcado as atividades económicas e o modo de vida de muitos habitantes, proporcionou as condições sócio-culturais para a criação de um museu dedicado ao mar e à memória das gentes a ele ligadas.” (Museu do Mar, 2011)

O Museu do Mar⁶⁹ tem um processo de concepção muito diferente dos dois museus anteriores, pois não parte de uma doação, é muito incentivado pela comunidade e parte de um problema local – numa vila piscatória a crescente diminuição da pesca, das atividades complementares e o consequente desaparecimento da memória a ela associada – e pesquisa local, que depois vai ganhar dimensões mais globais. O local onde foi implementado é bastante central e faz ligação, quase direta, através do Parque Marechal Carmona, ao Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Trata-se do edifício do antigo *Sporting Club* de Cascais ou, mais vulgarmente conhecido como *Clube da Parada*, que vai, até 1976, ser o local de encontro e de animação da sociedade cascalense. A partir desta data fica propriedade da Câmara Municipal de Cascais, dando-se início, dois anos depois, à fase de instalação do Museu. Este período começa com trabalhos de investigação científica, apoiados por investigadores e estudantes do ensino superior, que visaram a constituição de um espólio de fauna e flora. É criado, igualmente, um departamento de arqueologia subaquática.

⁶⁸ Na Sessão da Câmara de 28 de Maio de 1997 foi autorizada a mudança de nome.

⁶⁹ Este museu há muito era reivindicado, apesar de não ser neste local. Em 1969 (22-3), Viriato Dias, num artigo do *Jornal da Costa do Sol*, alerta para a necessidade de aproveitar a Cidadela instalando aí o Aquário Vasco da Gama e o Instituto Hidrográfico, colmatando uma falha nacional, atraindo turistas e perpetuando a tradição marítima cascalense. Logo nos inícios dos anos 70, o tema é retomado, tanto mais que achados como o canhão florentino, em bronze, do séc. XVII - largo do Cabo Raso -, e a coleção particular de aves e peixes embalsamados que a Junta de Turismo trouxe para a Costa do Sol, e que, entretanto, saiu do concelho, tornaram mais premente uma urgente decisão. (d'Encarnação, 1975, p.128) “E Cascais, vila de pescadores, não dispõe hoje dum museu [...] onde se recorde a vida no mar [...]” (Encarnação, 1975, p.85).

O então responsável pelo Museu, Francisco Reiner - que abandona o cargo em 1986 -, reforça e divulga esta produção, quer através de intercâmbios com entidades nacionais e internacionais, quer através de publicações – *Memórias do Museu do Mar; Notas e Estudos*.

Em 1986, a nova equipa entra em funções, executando e implementando um programa museológico, iniciando, no ano seguinte, um conjunto de ações pedagógicas junto das escolas, numa clara aproximação à comunidade escolar e à comunidade piscatória local, o que se traduz no enriquecimento do acervo de pendor etnográfico, para posterior musealização.

É criado, neste ano, o Grupo de Amigos: “associação cívica, constituída em 1987 por um grupo de cidadãos interessados em promover a imagem e a valorização do Museu do Mar - Rei D. Carlos, mantendo, desde então, uma estreita relação com esta unidade museológica, apoiando e desenvolvendo formas de colaboração” (Museu do Mar, 2011), o que vem sublinhar o carinho que a população tem pelo museu.

Apesar de todo este trabalho quer de investigação, quer de ligação à comunidade, só vai ser formalmente inaugurado a 7-6-1992, pretendendo valorizar o património marítimo do Concelho e a memória da população a ele ligado. Do espaço oitocentista resta a Sala Octogonal, zona que dá acesso ao espaço museológico, abundantemente ampliado quer por necessidade de albergar as coleções incorporadas ao longo dos anos, quer por necessidade de espaços para serviços destinados ao público - Serviços de Educação e Biblioteca -, quer para necessidades internas - gabinete de conservação e restauro, reservas.

No ano de 1995, a Câmara Municipal de Cascais institui o Prémio do Mar – Rei D. Carlos que, por um lado, constitui uma homenagem ao monarca oceanógrafo e, por outro, divulga trabalhos científicos inovadores de investigadores e cientistas portugueses diretamente relacionados com os Oceanos.

Em 1997, passa a ter a atual designação em homenagem ao rei oceanógrafo, procedendo-se a reformulação do seu programa museológico, com a reestruturação das exposições permanentes. São ainda criados os núcleos relacionados com a etnografia marítima. Assiste-se a uma maior aproximação à comunidade piscatória de Cascais e a um aprofundamento das relações institucionais com centros de investigação congéneres. Em 1999, é inaugurado um núcleo temático dedicado à Malacologia e, um ano depois, criado o núcleo ‘Cascais e a Pesca’ com o objetivo de preservar, valorizar e divulgar a cultura tradicional relacionada com a comunidade piscatória - ‘Mulheres do Mar’; ‘Homens do Mar’, ‘Mãos e Artes’ e ‘Apoios em

Terra’. Em 2001, inaugura-se a exposição permanente ‘D. Carlos I’ tendo como objetivo divulgar a presença de D. Carlos em Cascais e a sua paixão pelo mar. No ano de 2006 renova-se o circuito expositivo com uma sala dedicada à arqueologia subaquática ‘Cascais na Rota dos Naufrágios’, em 2008 renova-se a Sala Octogonal - espaço de acolhimento – e, ainda, a sala ‘Gentes do Mar – Pescarias’. No ano de 2009 conclui-se a renovação de mais três salas temáticas a partir de projetos desenvolvidos por técnicos da Divisão de Museus Municipais : ‘Marinharia e Navegação’; ‘D. Carlos e a Ciência Oceanográfica’; ‘O Mar e a Origem da Vida’. Em 2007 adere ao ICMMM - International Council of Maritime Museums - e, em 2011, é integrado na Rede Portuguesa de Museus (Despacho nº 6979/2011, p.19528).

1999 – Espaço Memória dos Exílios

Aberto ao público desde 1999, situa-se no andar superior da estação dos correios do Estoril, edifício modernista, da autoria de Adelino Nunes, datado de 1942.

O ponto de partida foi a descoberta, em 1994, de uma vasta documentação, num armazém propriedade da autarquia que, fruto da sensibilidade dos técnicos, imediatamente transitou para o embrião do futuro Arquivo Histórico Municipal, a funcionar desde 1987 no Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães. A existência de um fundo documental bastante volumoso, com mais de 60 mil boletins e muitas fotografias, respeitantes ao alojamento e estada de exilados que, entre 1936 e 1952, elegeram a Costa do Sol como local de refúgio, assim como a notoriedade de alguns dos exilados que aqui habitaram, constituíram igualmente o início de uma linha de investigação sobre a temática dos exílios. Esta investigação é coordenada pelo Instituto de Cultura e Estudos Sociais – ICES⁷⁰.

O estudo da documentação confirmou “a importância histórica, social e política do eixo Cascais-Estoril, no paraíso triste que Portugal então era [...]” como se pode ler no texto de apresentação da exposição *Cascais – Estoril, Lugar de Exílio* (Letria, 2000, p.65), inaugurada a 28 de março de 1996, no Teatro Experimental de Cascais e no Posto de Turismo de Cascais. Era a primeira ação de divulgação pública, que visava dar a conhecer o manancial de memórias, histórias e vivências dos refugiados e exilados antes e depois da Segunda Guerra Mundial, que se

⁷⁰ Associação sem fins lucrativos, fundada a 10 de junho de 1998, com o objetivo de criar dinâmicas investigativas e proceder à sua divulgação. Resultou de uma colaboração com a autarquia e com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É a responsável pela realização dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais, pelo Mestrado em Estudos Regionais e Autárquicos e programa de Cursos Breves.

encontrava em arquivo. O impacto desta iniciativa, bem como a qualidade do material, foram determinantes para o empenhamento da autarquia na constituição de um “equipamento cultural de carácter museológico” (Lima & Neves, 2005, p.28), que se viria a designar Espaço Memória dos Exílios, simbolicamente instalado no Estoril.

A 22 de fevereiro de 1999 foi aberto ao público o espaço para exposições permanentes, temporárias, sala polivalente e a loja. Em 2004, é aberta a biblioteca especializada, constituída por documentação cuja temática abrange os Exílios, o Século XX e a Memória Local. Existe ainda um espaço multimédia.

A dinâmica investigativa e divulgativa prossegue, muito focada no aprofundamento desta temática, relacionada com um maior conhecimento da história do concelho, valorizando os seus aspetos identitários. Não foi, porém, esquecida a parceria com outros municípios que igualmente foram zonas de acolhimento de refugiados, como Caldas da Rainha, Anadia, Mafra, Figueira da Foz, com quem se tem estimulado intercâmbio de informações e atividades.

1999/ 2005 – Moinho de Armação - Tipo Americano

“Com a sua abertura a autarquia pretende destacar a importância dos moinhos na definição e defesa de um património que se pretende preservar [...] numa perspectiva de recuperação de memórias como também a educação patrimonial [...] que integra a valorização da profissão de moleiro, extinta já nos dias de hoje.”⁷¹

O moinho, propriedade da família Pires Correia, inserido na Quinta de S. Martinho - Alcabideche -, e construído na 1ª década do séc. XX, é um exemplar da arqueologia industrial de um Concelho, com enorme tradição nas indústrias moageiras. A Fábrica de Moagem de Carcavelos, ampliada e remodelada em 1953, contribuiu para o declínio das estruturas moageiras tradicionais e por isso, nesta década, foi acrescentado o edifício deste moinho para haver espaço para o motor e assim acompanhar os novos tempos.

⁷¹ Desdobrável: Câmara Municipal de Cascais (s.d.). *Nas asas de um moinho - Moinho de Armação Tipo Americano* – Alcabideche, s/d

No âmbito do Plano de Urbanização, foi cedido à Câmara Municipal de Cascais para musealização e preservação da memória molinológica do concelho. O moinho “tipo americano” é uma estrutura moageira tradicional que utiliza o aço e o ferro, tornando-o mais resistente que outras estruturas destinadas ao mesmo fim. Estando em mau estado, foi reconstruído e reabilitado podendo moer três tipos de cereais: trigo, milho e centeio. Este moinho abriu as suas portas em 1999, com visitas feitas apenas mediante marcação. Em 2003 encerrou ao público e em 2004/5 foi alvo de novas obras de beneficiação com vista à manutenção e reconstrução da sua estrutura. Após esta intervenção, foi inaugurado em Janeiro de 2005 e o espaço interpretativo em Março de 2007, continuando as visitas a estarem sujeitas a marcação prévia. Os visitantes acompanham de uma forma ativa todo o processo do ciclo do pão, desde a moagem até à saída do forno, podendo peneirar, amassar, pôr a levedar, cozer e comer. Por vezes, o processo é acompanhado por um antigo moleiro.

Estamos perante outro espaço museológico que foi concretizado por uma necessidade de preservar a memória, técnicas de fabrico e produção de uma atividade outrora importante no concelho e, sobretudo, nesta freguesia, mas que está em decadência. Este espaço funciona em complementaridade com o centro de interpretação, consagrado à explicação mediada por uma exposição do processo intitulada ‘Os moinhos no concelho de Cascais’, onde se caracteriza molinologicamente a freguesia de Alcabideche, se explica o funcionamento do moinho e o processo que vai do ‘grão ao pão’, partindo da investigação empreendida por António Paraíso Nunes. Existe, ainda, um espaço para que adultos e miúdos possam fazer o alimento, que depois é comido ou levado para casa. O Moinho pertence à Rede Portuguesa de Moinhos, que faz parte da TIMS - The International Molinological Society -, permitindo partilhar investigação nos vários domínios da moagem, fazendo igualmente a promoção do mesmo.

2001 / 2009 - Forte S. Jorge dos Oitavos: de utilização militar a museu

Entre 1642 e 1648 é construído o Forte, de planta poligonal de cinco lados desiguais, com o objectivo de aquartelar pequenas guarnições para impedir o desembarque do inimigo, mantendo-se ocupado para fins de vigia e defesa da costa marítima até à década de 70 do séc. XX.

Em 1999 é cedido à Câmara Municipal de Cascais pela Direção – Geral do Património do Estado, tendo-se iniciado as obras de salvaguarda, recuperação e valorização para unidade museológica. A recuperação deste espaço insere-se num plano mais vasto que prioriza o investimento na proteção e reabilitação do património concelhio.

Vai ser inaugurado a 16-12-2000, mas só a 1 de Março de 2001 é aberto ao público. A recuperação arquitectónica teve como objectivo a manutenção do traçado original do edifício e o programa de musealização incidiu na reconstituição do seu interior, com base num desenho datado de 1796, data do mais antigo desenho existente, à escala, no Arquivo Nacional.

Em 2005 é alvo de obras de recuperação e beneficiação, assim como revisão dos conteúdos da área expositiva. No dia 28-3-2009 abre, novamente, ao público, apresentando dois núcleos expositivos e uma sala polivalente: Núcleo I – “A linha defensiva da barra do Tejo, as fortificações de Cascais e o Forte de S. Jorge”; Núcleo II – “Artilhamento e guarnição em finais do séc. XVIII”.

2005 - Casa de Santa Maria: de casa de habitação a espaço público

Jorge O'Neill, depois de ter mandado construir a Torre de S. Sebastião para a sua habitação, inicia em 1902, a construção da Casa de Santa Maria para a sua filha Teresa d'Avillez - por casamento -, tendo escolhido Raul Lino para a projetar. Em 1918 é vendida ao irmão deste arquiteto, José Lino Júnior, grande colecionador de arte. Note-se que, em 1910, já tinha vendido a Torre de S. Sebastião ao seu amigo Conde de Castro Guimarães. Em 1925 a casa é adquirida pela família Espírito Santo que a vende, em 27 de Outubro 2004, à Câmara Municipal de Cascais. A 18 de Maio de 2005 abre ao público com uma exposição em memória do Arquiteto Raul Lino “Por Cascais – Casa de Santa Maria, Raul Lino em Cascais” e pretende, após obras de reabilitação e de restauro, ser um Espaço – Memória em Cascais dedicado à obra de Raul Lino, à ‘arquitetura de veraneio’, a outros arquitetos seus contemporâneos, bem como retratar os diversos percursos vivenciais da casa, devendo transformar-se num “museu aberto ao público com uma grande diversidade de atividades culturais e atrações turísticas” (Fernandes, C., 2007, p. 212).

Efetivamente, em 2011, mantém apenas duas salas abertas ao público: a capela e a sala de jantar. Nesta última está uma exposição que data da sua inauguração. O resto da habitação é ocupada pelos serviços da Câmara Municipal.

Atendendo ao espaço, enquanto memória, diretamente relacionado com valor arquitectónico, artístico, histórico, patrimonial local... foi apresentado um projeto museológico baseado, conforme afirma Fernandes, numa “perspetiva integrada de salvaguarda do património” (Fernandes, C., 2007, p.227) em que os cascalenses a:

“reconheçam [a casa] como um local de memórias, onde cada um pode encontrar um pouco do passado histórico e da identidade da comunidade da qual está inserido. As políticas culturais deverão ser assim, entendidas e implementadas com forte inserção nas políticas globais de desenvolvimento, tendo em vista a democratização e a qualificação de uma oferta cultural continuada, com finalidades formativas amplas e abrangentes.” (Fernandes, C., 2007, p. 227)

O projeto, que compreende programa e circuitos museológicos, não parte dos objetos porque não existem, mas sim das valências artísticas - arquitetura, artes decorativas, móveis encastrados da autoria de Raul Lino -, das vivências e memórias da casa ao longo dos tempos e dos artistas - Raul Lino e António de Oliveira Bernardes - que lhe deram ‘alma’.

Relativamente a Raul Lino é proposto, além da realização de cinco percursos museológicos temáticos, a criação de um Centro Interpretativo / Documental na Sala dos Reis, devido à existência de testemunhos artísticos na área da arquitetura, pintura mural e fresco, Azulejaria, Mobiliário, Serralharia e Ferragens. Foi sugerida a criação de um Centro de Investigação na área da Arquitetura de Veraneio, um centro de apoio que, servindo toda a rede de museus, se subordinasse à temática da época barroca, ou de um gabinete de estudo acerca da obra e da época de António de Oliveira Bernardes. Outra proposta prende-se com o retratar das diversas vivências ao longo dos tempos. A autora dá um especial destaque aos Serviços Educativos, como forma de fazer a ligação do património museal com o meio, e esclarece-nos que, neste momento, a Casa de Santa Maria não pode ser considerada museu nem casa museu (Fernandes, C., 2007, p.247).

Mais um edifício adaptado para fins museológicos, em fase de adaptação ou será de indefinição relativamente ao seu futuro?

2007 - Farol Museu de Santa Marta: museu e posto de sinalização da costa

Arquitetura militar seiscentista de planta poligonal irregular, edificada para defesa marítima desta zona costeira. A partir de meados do séc. XVIII abandona esta função para se tornar posto de sinalização, desde 1 de Março de 1868. Transformado em 1908, acrescentado em 8 metros em 1936, vai ser automatizado em 1981.

O Farol - Museu nasceu fruto da assinatura, em 22-3-2006, do protocolo entre a Câmara Municipal de Cascais e o Estado Maior da Armada - Marinha Portuguesa, para o seu restauro e posterior musealização:

“(…) como pólo do Museu da Marinha no que concerne ao espólio da marinha e como unidade museológica Municipal no que concerne a espólio da Câmara Municipal de Cascais, com especial relevo para os aspetos relacionados com a vida dos faróis e, de um modo geral, para a atividade desenvolvida pela Marinha na iluminação das costas oceânicas, para segurança da navegação marítima e salvaguarda da vida humana no mar.” (como se pode ler no protocolo)

A requalificação deste espaço faz parte de uma política de recuperação da orla marítima concelhia e as obras de adaptação a museu, com projeto de Francisco e Manuel Aires Mateus, foram iniciadas em 2006, mantendo, contudo, a função de sinalização da costa, sob a direção da Marinha. Foram adaptadas as antigas residências dos faroleiros a espaços expositivos e criaram um novo edifício para gabinetes de trabalho, cafetaria e loja / recepção. Terminadas as obras, foi inaugurado a 27-7-2007 com programa de musealização da autoria de Joaquim Boiça, que pretendeu conjugar quer a valorização patrimonial do conjunto quer a identidade histórica de Santa Marta. Para a prossecução deste objetivo e atendendo a que a temática era inovadora em termos de museus nacionais “e o facto de a mesma estar longe de ser conhecida e valorizada do ponto de vista histórico, patrimonial e científico, circunstância que impunha um delicado exercício na definição dos conteúdos museológicos e na construção das soluções museográficas” (Boiça, 2009, p.91).

Apresenta três núcleos museológicos com vocações temáticas diferentes: “História, Património, Ciência e Tecnologia dos Faróis – os Faróis de Portugal”; “Faróis nas Artes e nas Letras – Auditório”; “O Farol e o Forte de Santa Marta – o ofício de Faroleiro.”

A importância da recuperação deste imóvel não se esgota em si mesma, nem na sua adaptação museal, mas no entendimento mais vasto, segundo Carlos Bessa, da:

“delineação de uma renovada centralidade cultural, sustentada pela dinâmica de projetos inovadores e consistentes. São já disso exemplos, nas imediações do centro histórico, os novos equipamentos culturais executados ou em vias de execução, como a Casa das Histórias Paula Rego, o Centro de História Local, a partir da reabilitação da Casa Sommer, ou o futuro Museu da História de Cascais (...) a recuperação desta fortificação constituiria mais uma etapa num objetivo maior do programa municipal de recuperação das Fortalezas Marítimas.” (A. Carvalho, 2009g, p.54, 56)

Foi objeto de duas menções honrosas: a primeira, atribuída na categoria de “cidade”, no âmbito da 3ª edição do Prémio Turismo de Portugal, visa valorizar as iniciativas que qualifiquem a oferta turística, sejam inovadoras e contribuam para que Portugal seja um destino de eleição; a segunda, consistiu na sua inclusão no grupo de propostas finalistas do prémio FAD 2008, Fomento das Artes Decorativas, para obras edificadas em Portugal e Espanha.

Conclusão

Ao finalizar esta abordagem contextualizadora aos museus municipais do concelho de Cascais, entendemos destacar mais algumas conclusões, para além das que fomos fazendo ao longo da explanação, que consideramos pertinentes para uma melhor compreensão do fenómeno museal deste município, na atualidade. Estas conclusões vão incidir, mais diretamente, nas atividades e funções educativas de cada museu, por ser esse trilho que temos vindo a desenvolver.

O Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, com o pioneirismo cultural educativo dos primeiros 50 anos de existência, que iremos trabalhar de forma desenvolvida no capítulo 3, apresenta um percurso que lhe traz obrigações acrescidas por parte da equipe dinamizadora e expectativas muito elevadas por parte dos utilizadores. Com efeito, o trabalho que se faz hoje não deve ser alheio ao que já se fez... O museu que se libertou das paredes e se dispersou pelo território da sua área de influência, o museu que considerou como público / visitante todos os que utilizaram a instituição independentemente da forma que essa utilização

assumiu, esse museu existiu e não pode deixar de ser uma presença mais ou menos constante, mais ou menos consciencializada e mais ou menos inspiradora.

Acrescente-se que se trata de um museu que, além de ter de operar com o passado, tem ainda a responsabilidade, presente, de ser considerado, por alguns sectores da população, porventura mais elitista, como a instituição de eleição e por vezes única, para guarda dos seus legados, como é o caso mais recente de Pedro Vieira da Fonseca. Além de que a dignidade e visibilidade do espaço que ocupa é, ele próprio, um objeto museal que modela e, por vezes, ofusca e limita o trabalho.

Não sendo fácil lidar com todas estas ‘heranças’, pensamos que o trabalho que se tem feito mais recentemente, continua a escorar, no passado, a base da contextualização museal, que opera a dois níveis de comunicação: a exposição e as atividades / ação educativa.

A exposição permanente, que alimenta o circuito / percurso do museu, pretende inserir-nos na ambiência burguesa novecentista, perpetuando a memória dos seus proprietários. Existem, com alguma frequência, exposições temporárias, por vezes fruto de parcerias externas, sobretudo na área da pintura, que atraem públicos muito diversos pela variedade das temáticas que abordam. Aliada a essas exposições há toda uma preocupação de investigação e divulgação, com a elaboração de catálogos e realização de conferências alusivas ao tema.

Por seu turno, as atividades educativas permitem um maior arrojo, dinâmica e capacidade interventiva, fazendo a ligação passado / presente, com alguma projeção no futuro. Partem da interpretação da coleção, que não é entendida como um conjunto de objetos bem estimados e arrumados, mas como um valioso testemunho da memória. Esse testemunho é recriado e atualizado, mediante uma diversidade de ações a nível da animação infantil e juvenil, que compreende oficinas, contos, jogos, música, teatro e visitas. Note-se que há algumas experiências de projetos de longo prazo com escolas do concelho, que poderiam ser mais estimuladas com o reforço de funcionários que, apesar da boa vontade, são manifestamente insuficientes.

Na figura infra poderemos ver uma das etapas de uma ação pensada e executada voluntariamente pela formanda Maria João Afonso, a partir do trabalho por si elaborado para o curso: *Museus / escolas - espaços e realidades*, que decorreu no Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães de 14 de Fevereiro a 6 de Março, em que fomos uma das formadoras em conjunto com Ana Maria Lousada Ferreira.

O Primeiro Verde da Primavera teve como objetivo mostrar como Cascais foi, desde há muito um ponto de encontro de muitas culturas, chamando “a atenção para uma dessas origens que, apesar da importância dos legados que, especialmente a família O’Neill fez ao concelho, se mantém bastante discreta: a cultura irlandesa” (Afonso, 2012, p.2). Pretendeu, assim, dar a conhecer um símbolo - *shamrock* - , uma família - O’Neill -, uma festa importante - Dia de S. Patrício - e algumas tradições associadas, num trabalho em conjunto com crianças em idade escolar. No caso testemunhado na fotografia a atividade foi concretizada com alunos entre os 7 e 12 anos provenientes de um colégio inglês do concelho – St. James School – e toda a ação foi dinamizada em língua inglesa.

Figura 1 O primeiro verde da Primavera: St. Patrick, a Irlanda e a família O’Neill 21-3-2012



Foto: Maria Mota Almeida

Além destas atividades e da abertura a que voluntários exteriores ao museu as dinamizem, é um espaço onde, aproveitando a sala da música, se fazem concertos, colóquios, conferências e programas de iniciativas especiais – que compreende um programa específico para a semana dos museus, cujo dia Internacional se comemora a 18 de Maio.

Deste modo se faz a ligação à população local que, em nosso entender, merecia um trabalho de continuidade e maior envolvimento e não apenas o que ocorre no momento da visita / usufruto do espaço. A necessidade e responsabilidade retrospectiva, com clara incursão no

presente, não pode fazer esquecer a crescente transformação dos ritmos das atividades museológicas, com um necessário e desejável progressivo entrosamento comunitário e intervenção social, que nos parece ser importante estimular de uma forma mais perdurável. Acrescenta-se que não há divulgação escrita da reflexão empreendida sobre o trabalho museal, contrariamente ao que se passou nas primeiras cinco décadas, e que seria um elemento enriquecedor para o empreender de novas abordagens mais consentâneas com um trabalho vanguardista, pioneiro, inspirador, como foi feito na génese deste museu.

O segundo museu concelhio – o Museu da Música – Casa Verdades de Faria - distingue-se pela dimensão material e imaterial que encerra, pela coerência face à temática exposta, pelo espírito de missão e de produção teórica, pela função social e, sobretudo, educativa que assume, e que não se torna completamente visível numa visita convencional. Em nossa opinião a atividade museológica baseia-se em três pilares fundamentais: a) o aproveitamento do edifício, enquanto exemplar da arquitetura de veraneio e obra de arquiteto - Raul Lino; b) a preservação e divulgação do espólio de Giacometti, Fernando Lopes Graça e Álvaro Cassuto; c) a reflexão, investigação e publicação que tem por base as temáticas / acervos preservados e a música portuguesa.

Neste quadro de referências e prioridades o Museu da Música, na sua vertente de atividades / ação educativa, apresenta uma banda larga de dinamizações a nível da animação infantil e juvenil, formação de professores, concertos, edições de música e livros - ou promovidas pelo museu, ou em que o museu serve de espaço para o lançamento de edições da Câmara; exposições, visitas guiadas, colóquios, conferências e programas de iniciativas especiais – que compreende um programa específico para a semana dos museus, cujo dia Internacional se comemora a 18 de Maio, e para o Dia Mundial da Música.

O Museu do Mar surgiu num contexto de mudança das atividades económicas, com a passagem rápida da predominância do sector primário - pescas - para a terciarização - turismo - como uma necessidade de preservação da memória e identidade local, assumindo as funções expositivas, de investigação, de salvaguarda, interpretação / educação como as vertentes estruturantes da sua atividade.

Neste percurso, não muito longo mas muito intenso e profícuo, podemos detectar pelo menos quatro fases de maturação / desenvolvimento:

- 1978 – 1987 – museu intra - muros / incubação do museu - preocupação local originou trabalhos de investigação científica
- 1987 – 1992 – museu extra - muros / divulgação externa do museu: atividades pedagógicas com o público escolar, ligação com a comunidade piscatória e criação do Grupo de Amigos do Museu;
- 1992 – 1997 – o museu de portas abertas, mas que continua a investir na investigação, institui, em 1995, o Prémio do Mar – Rei D. Carlos, com periodicidade anual, para ‘galardoar’ as investigações no domínio da História Marítima e estudos no âmbito da Vida e Ambiente dos Oceanos.
- 1997 - ... mudança de nome e velocidade de cruzeiro: reformulação do programa museológico; reestruturação das exposições permanentes; criação dos núcleos relacionados com a etnografia marítima; maior aproximação à comunidade piscatória de Cascais e a um aprofundamento das relações institucionais com centros de investigação congéneres.

O museu, cujo discurso expositivo está centrado nos objetos - de história natural; nas histórias, memórias e vivências da comunidade piscatória cascalense e na relação de D. Carlos com a Ciência Oceanográfica -, apresenta um grande potencial seja pelas temáticas trabalhadas, seja pela preocupação espelhada na contextualização e interpretação do que é exposto, seja igualmente pela forma como essa vontade é desempenhada através das atividades que proporciona. Estas últimas extravasam o acervo do museu e recuperam, através do questionamento, temáticas muito pertinentes na atualidade, como, por exemplo, os efeitos da poluição, contribuindo para desenvolver a consciência ecológica através de uma vasta modalidade de realizações que vão das oficinas, aos cursos, conferências, etc. A partir da exposição permanente, e dos ateliers *Redes e Malhas*, implicam ativamente os protagonistas do espaço - os pescadores e peixeiras de Cascais - em que são (re)contadas histórias de tempos idos e em que se pode assistir ao fabrico e reparação das redes de pesca, preparação e venda de peixe, gastronomia associada ao mar, entre outros.

Estas ações destinam-se, em nosso entender, e num plano que poderemos chamar teórico – prático, a envolver os utentes / beneficiários destes serviços, oferecendo-lhes um espaço quer de reflexão, quer de ação. Pensamos ser um bom exemplo de Museu com uma mais-valia em potência, enquanto instrumento da comunidade e para a comunidade, se bem que tenhamos dúvidas da compreensão da dimensão e potencialidade deste equipamento por parte dos habitantes do município de Cascais. Há que trilhar um caminho, apesar do esforço que tem sido feito, inclusive extra muros, com a Associação dos Amigos do Paredão, com a Biblioteca Municipal de Cascais, que pode não ser fácil, mas necessário, para que estes laços potenciais ou teóricos se traduzam na prática quotidiana de um espaço assumido e vivido localmente.

Será que a sua (re)localização, como vizinho da mediática Casa das Histórias Paula Rego, se revelou uma mais valia em termos de atratividade de públicos, ou será que são equipamentos culturais que estão de costas voltadas?

Um outro equipamento, situado no Estoril, o Espaço Memória dos Exílios surgiu para valorizar um património que marcou uma época conturbada da história europeia, e para ser um local de diálogo sobre os acontecimentos do século XX. Ultrapassou este objetivos e tornou-se um importante polo de difusão / comunicação da documentação existente no Arquivo Histórico Municipal, no que concerne à história local.⁷² Não tem serviços educativos instituídos, todavia, fazem visitas para grupos e escolas mediante marcação prévia.

Relativamente à única unidade museológica municipal existente numa freguesia de interior - Alcabideche –, consideramos ser da maior relevância, com um trabalho dirigido para a componente local, numa óptica estimulante de integrar antigos trabalhadores de determinadas profissões como: padeiros, moleiros, etc., incentivando-os a partilhar o seu saber teórico / prático com a comunidade.

O espaço, informal, porque o centro de interpretação funciona no r/c de um prédio - lote 4, loja A - que tem um terraço que comunica diretamente para a rua, onde, com bom tempo, se fazem atividades e que, juntamente com o moinho, confina num largo sem trânsito onde também se faz animação, fazem do conjunto um agradável local de lazer onde é facultado um produto cultural com grande autenticidade. O lazer conduz as pessoas a conhecer, a aprender e a agir em

⁷² A autarquia criou, em 2006, o PRADIM (Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal) que visa a salvaguarda e divulgação de documentação importante para a história concelhia, pertença de instituições, colectividades e particulares. Já estabeleceu contratos de depósitos com várias instituições e personalidades.

família ou grupos de amigos numa atividade que pode ser partilhada por grupos etários muito diversificados, onde, em nossa opinião, não se enveredou pela ‘folclorização’ do produto.

Trata-se de uma tarefa admirável, seja no domínio das práticas de uma atividade e de uma memória a resvalar para o esquecimento, seja no domínio da consolidação e da adequação de uma estrutura existente a uma atividade quase ausente. Pena é que as ações sejam pontuais, havendo necessidade do reforço do capital humano para inverter esta situação, tornando as atividades em algo com frequência mais regular, alargando e intensificando a interação com a comunidade.

As atividades, propostas pelo Forte dos Oitavos, situam-se ao nível lúdico – pedagógico e destinam-se, essencialmente, a um público juvenil e a famílias, sobretudo durante o fim de semana. Para além das visitas guiadas, há visitas orientadas em que se contextualiza a época, através da roupa, oficinas, jogos, cursos e conferências. Há observações astronómicas, acampamentos e possibilidade de fazer festas de aniversário. Este espaço ainda está na infância, mas promete uma ajuda diversificada e divertida na apropriação e entendimento de um local que foi essencial em termos defensivos, enquanto fortificação marítima. Há uma confluência de atividades no interior e exterior que favorece esta percepção.

Por último, o Farol Museu de Santa Marta, espaço relativamente pequeno e acolhedor, com uma grande capacidade informativa, analisa o papel dos faróis que existem ao longo da costa portuguesa e o ofício de faroleiro. Representando um referente das memórias e do sentido de pertença das populações locais, ligadas à pesca, as atividades vão centrar-se na profissão de faroleiro, na relação com o farol e sua importância no quotidiano das gentes que viviam do e com o mar.

Voltando à categorização de museus proposta por F.J. Moreira (2007), consideramos que, neste concelho, a nível municipal, não há um modelo previamente estabelecido que todos tenham de seguir. Os museus procuram salvaguardar o património local, trabalhar de acordo com a sua dimensão, recursos humanos e materiais, espaço, coleções, temáticas e problemáticas que daí advêm, podendo inserir-se no grupo dos museus “locais tradicionais de nova geração”. Como, especialmente, através das atividades que dinamizam, se encaminham, embora timidamente, para a adoção de metodologias mais participativas e de integração comunitária, podemos considerar que caminham para a possibilidade de um dia se constituírem como “museus promotores”.

CAPÍTULO 3 - A ‘ORIENTAÇÃO DO OLHAR’ - ESTUDO DE CASO: MUSEU-BIBLIOTECA CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

“Quando dobrada a muralha de Cascais [...] se descobre o primeiro lanço de mar para a esquerda e a casa O’Neill para a direita, o mais apaixonado admirador da natureza voltará, sem hesitar, as costas ao oceano, quedando na contemplação embevecida d’esse palácio de drama histórico, cujas janellas mouriscas e eirados medievais, cuidará que vão apparecer castellãs de coifa e estoila ou besteiros de loriga de ferro.” (Dias, 1906, p.202)

Figura 2 A casa O'Neill em Cascais



Fonte: Dias, C. M. (Director). (1906, 17 setembro). A Casa O’Neill em Cascaes, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, nº 30 p.201

3.1 O MUSEU – BIBLIOTECA ATRAVÉS DOS DISCURSOS DE JOÃO COUTO E BRANQUINHO DA FONSECA

Figura 3 Assinatura de João Couto - 1947

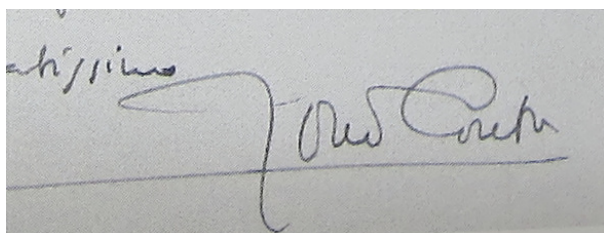
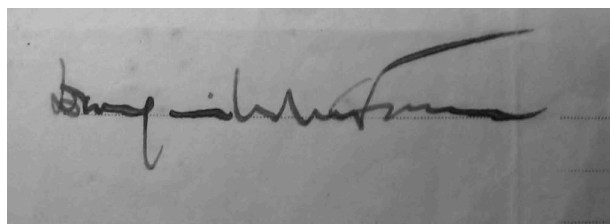
A black and white photograph of a handwritten signature in dark ink on a light-colored paper. The signature is written in a cursive, somewhat stylized script. Above the main signature, the word "chippins" is faintly visible, possibly a watermark or a previous signature.

Figura 4 Assinatura de Branquinho da Fonseca – 1951

A black and white photograph of a handwritten signature in dark ink on a light-colored paper. The signature is written in a cursive, somewhat stylized script, similar to the one in Figure 3 but with distinct differences in the lettering.

Fonte: Arquivo MBCCG

Em Cascais, ao passar uma das mais pequenas pontes sobre o Atlântico, também nós nos deixámos, há muito, deslumbrar pelos cantos, recantos e muitos encantos do Palacete. Como já foi fundamentado na introdução, houve um conjunto de factores que justificaram a sua escolha para estudo de caso, que relembramos agora, de forma sucinta: o facto de ter sido o único museu no concelho durante cinquenta anos, que, saliente-se, foi fruto de doação; o facto de ter tido uma gestão peculiar no contexto nacional; o facto de ter uma dinâmica que não causava indiferença e, por último, mas que é, talvez, um dos aspectos mais importantes, o facto de ter tido Conservadores pioneiros na forma como trabalharam (n)este espaço, no sentido de o tornar um organismo vivo e interventivo na comunidade.

Ora, é precisamente o pensamento destes pioneiros acerca da compreensão do que deve ser um museu, que iremos trabalhar nesta primeira fase. Iniciaremos por um breve registo biográfico de cada um deles para uma melhor contextualização do seu percurso, que nos permita perceber, mais claramente, as suas opções a nível da orientação que pretenderam dar à instituição cultural onde trabalharam. As duas personalidades que nos acompanham neste trabalho: João Couto e Branquinho da Fonseca, nascidos com treze anos de diferença, tiraram o curso na mesma cidade – Coimbra -, viveram em épocas de profundas mudanças políticas - da Monarquia para a República, e desta para o Estado Novo - e foram trabalhar para o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães praticamente com a mesma idade, o primeiro com trinta e oito anos e o segundo com trinta e sete, durante a vigência da Ditadura e do Estado Novo.

Neste período difícil empenharam-se, com enfoques diferentes, na construção e manutenção de um projeto pioneiro, contrariando o discurso e as práticas dominantes. Introduziram e adaptaram um conjunto de inovações pedagógicas, que marcaram decisivamente o futuro desta instituição, e que deixaram lastro em muitas outras. João Couto vai influenciar mais diretamente o Museu Nacional de Arte Antiga e Branquinho da Fonseca a Fundação Calouste Gulbenkian, para onde foram depois de Cascais e onde permaneceram até ao final da vida.

3.1.1. Percursos biográficos

3.1.1.1. João Rodrigues da Silva Couto

Figura 5 João Rodrigues da Silva Couto no M-BCCG - 1930



Fonte: Carvalho, A. (Coord.). (2008). *Museu- Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*, p.20

“Em criança, ainda muito menino, brincava com caixas de sapatos [...] e transformava-as em salas de exposição e museus – engendrava e arquitectava o espaço, inovava com novas maneiras de expor peças e quadros, por exemplo a um canto, enfim, recriava sempre, na razão do ser e do fazer, para depois dizer aos outros a sua história do sentido e do sentir. Museu *sem pedagogia e sem recreativo*, museu que não seja *imaginário* e bem imaginado permanece uma palavra cã e vã, sem *sentido*.” (C. Couto, 1992, p.27)

Assim nos conta o neto histórias deste avô que nasceu em Coimbra, no ano de 1892, falecendo na Capital, em 1968, com setenta e seis anos e que, desde muito pequeno, revelou os seus dotes museais. Dizia de si próprio: “formei-me nas Faculdades de Direito e de Letras para acabar por ser conservador de museus” (Couto, 1963 a, p.179). Com efeito, tirou o bacharelato em Direito e licenciou-se em Histórico-Geográficas e Filosóficas. Nesta época foi aluno de António Garcia Ribeiro de Vasconcelos⁷³ e Eugénio de Castro⁷⁴, frequentadores das tertúlias

⁷³ S. Paio de Gramaços, 1860 – Coimbra, 1941. Teólogo, pedagogo, investigador, crítico de arte, historiador, escritor e jornalista, deixou-nos um legado enorme, não só na imprensa periódica, de onde se destaca o *Correio de Coimbra*, como em muitas obras que compõem a sua extensa bibliografia. Profundamente conhecedor de Coimbra,

culturais que seu tio, Rodrigues da Silva, promovia na farmácia de que era proprietário e que o jovem Couto frequentava com alguma assiduidade.

Com Carolina Michaelis de Vasconcelos⁷⁵ e seu marido Joaquim de Vasconcelos⁷⁶, prepara e empreende visitas guiadas ao património da região para que os seus alunos conheçam o meio em que vivem. Defensor, desde muito cedo, da ‘educação pela arte’ como se comprova, pelo facto, do tema da dissertação final de Exame de Estado, publicada em 1921, com o título *Uma cadeira elementar de história de arte nos Liceus*, ser a necessidade dos alunos terem, desde muito novos, contato com a arte, não apenas para a sua formação integral, mas ainda para os tornar elementos ativos na preservação do património, visto que, na sua ótica, a condição essencial para proteger é conhecer. Apela, igualmente, para a indispensabilidade da componente prática desta disciplina, exercitada dentro e fora do espaço escolar, em contacto com o património, nomeadamente com os museus.

As ideias acima enunciadas vão ser postas em prática, nos anos subsequentes, porquanto João Couto vai ser professor do Liceu Normal D. João III, onde estuda Branquinho da Fonseca, - hoje Escola Secundária José Falcão, da Escola Brotero - ambas em Coimbra - e, em simultâneo, conservador tirocinante no Museu Machado de Castro até 1924. Nesta instituição o contacto com António Augusto Gonçalves⁷⁷, republicano histórico e referente ético de gerações republicanas,

nomeadamente dos seus monumentos, figuras ilustres e tradições, não deixava de os divulgar, quer nas suas aulas na Faculdade de Letras, quer nos encontros com os amigos. Foi o primeiro diretor do Arquivo da Universidade e o primeiro presidente da Academia Portuguesa de História, por si criada no ano de 1936.

⁷⁴ Coimbra, 1869 – 1944. Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, poeta, colaborador na imprensa periódica e co – fundador da revista *Arte*, juntamente com Manuel da Silva Gaio. Vai, ao insurgir-se contra o vocabulário pobre e a banalidade das rimas da poesia portuguesa, introduzir, após uma curta estadia em França onde contactou com poetas simbolistas, o simbolismo em Portugal, com a publicação, em 1890, de *Oaristos*.

⁷⁵ Berlim, 1851 – Porto 1925. Crítica literária, escritora, filóloga, com uma produção vastíssima, sobretudo, na área do estudo do conhecimento da literatura medieval e clássica. Em 1911, é convidada para leccionar na Faculdade de Letras de Lisboa mas, por uma questão de proximidade geográfica com o seu local de residência, transfere-se para Coimbra. Torna-se, assim, a primeira mulher a leccionar numa universidade. Juntamente com Maria Amália Vaz de Carvalho, tornam-se as primeiras sócias, femininas, da Academia de Ciências de Lisboa, em 1912.

⁷⁶ Porto, 1849 – 1936. Historiador, crítico de arte e musicólogo. Realizou os estudos secundários em Hamburgo. De regresso a Portugal dedica-se à investigação, docência e, a partir de 1884, é colocado como conservador no Museu Industrial e Comercial do Porto. Ao longo da sua vida foi um defensor acérrimo do ensino da história de arte nas escolas, como sensibilização para a preservação patrimonial: “a inclusão do ensino da História da Arte no programma dos Lyceus centraes seria evidentemente o meio mais eficaz de interessar o alumno no estudo dos monumentos nacionais e, por meio d’elles, no estudo de todas as tradições pátrias, no estudo do nosso solo, dos nossos costumes, da história íntima da família portuguesa. Não é uma utopia” (Vasconcelos, 1908, s.p.). Participa, com Ramalho Ortigão e António Augusto Gonçalves, em várias campanhas pela defesa do património nacional. Foi considerado, por José Augusto França, como o verdadeiro fundador da História da Arte em Portugal, entendida como ciência, com objeto e método próprios.

⁷⁷ Coimbra 1848-1932, interessado em várias áreas do conhecimento - arqueologia, desenho, pintura, restauro, escrita, fotografia - defendeu desde muito cedo a eficácia da educação pela arte. Fundou, aos 30 anos, a Escola Livre

como por exemplo António José de Almeida, abre-lhe as perspectivas para o aproveitamento das possibilidades educativas do museu.

Desde muito cedo, manifestou uma sensibilidade para as ideias Anglo Saxónicas, materializada em 1914, através de um estágio, embora breve, na *National Gallery* (Couto, 1965, p.3) e no *Victoria & Albert Museum*⁷⁸ que, ao coincidir com o início da Grande Guerra, o obriga a voltar a Portugal. Porém, a apetência pelo mundo dos museus não se extingue com este precipitado regresso e, longe de se confinar às estreitas fronteiras nacionais, galga o Atlântico procurando novidades. O contacto com a bibliografia norte-americana, sobretudo através dos Boletins existentes no Museu Nacional de Arte Antiga, conseguidos por permuta (Cf. Couto, 1961g, p.48), é tão intenso e inspirador que, quando no final da década de 20, organiza e coordena o primeiro ‘Serviço de extensão escolar’ do Museu Nacional de Arte Antiga, segue de muito perto o programa do *Metropolitan Museum* de Nova York.

Em 1924 desloca-se para Lisboa, pedindo transferência para o Liceu Pedro Nunes - mais tarde lecciona na Rodrigues de Freitas - pois havia sido convidado - ainda em Coimbra -, por José de Figueiredo, para o Museu Nacional de Arte Antiga, como conservador tirocinante (1924-28). Concilia pedagogicamente estas duas ocupações, começando a estabelecer uma relação próxima entre os seus alunos e o museu onde trabalha, a título não remunerado, implementando, na prática, o que sempre defendeu: a educação integral através e em contato direto com as obras de arte. Entre 1928-30 torna-se conservador adjunto do Museu Nacional de Arte Antiga, criando o primeiro ‘Serviço de extensão escolar’, seguindo de perto o modelo Norte –Americano, como mencionado anteriormente. No sentido de atingir os objetivos que se propunha, diversifica

da Arte do Desenho, com sete operários e vai inaugurar o efémero - esteve aberto ao público 14 dias - Museu de Arte Industrial – 1889 -, Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra – 1896 - e Museu Machado de Castro, permanecendo na sua direção até 1929. Neste Museu recusou uma concepção elitista, valorizando a função educativa para todos os interessados, constituindo-se modelo para muitos museus que se constituíram na altura. Defendeu o ensino industrial, tendo sido professor na Escola de Desenho Industrial Brotero - da qual foi Diretor durante 24 anos -, necessariamente complementado, na sua óptica, com a criação de museus industriais que influenciassem a educação e o trabalho. Vai ser o responsável pelo restauro da Sé –Velha, que começou na década de 90 do século XIX e, juntamente com José de Figueiredo, trabalhou no diploma, publicado a 26-5-1911, que regeu o ensino das Belas – Artes, os museus e a proteção do património artístico e arqueológico e que haveria de criar o Museu Machado de Castro.

A relação de António Augusto Gonçalves com João Couto era de grande amizade, como se comprova, entre outros, pela dedicatória que acompanhou a fotografia que lhe ofereceu “Ao Dr. João Couto em fé de muito apreço e estima devotada” 27-VIII-1928, (Couto, 1946, s.p.).

⁷⁸ Esta instituição, que se articulava com uma escola de desenho, por sua vez organizadora de uma rede de escolas locais, irá contribuir de forma decisiva para alargar a influência da arte e da ciência sobre a indústria.

atividades onde inclui projeção de filmes, palestras, visitas, cursos e conferências, e informa periodicamente as escolas de Lisboa sobre as ações que o museu propõe.

A abertura de concurso para Conservador do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, o empenhamento demonstrado e o facto de José de Figueiredo fazer parte da Comissão Administrativa do mesmo, são motivos mais que suficientes para se candidatar. É seleccionado e inicia um trabalho que vai modelar irreversivelmente aquele espaço, como iremos explicar. A ida de João Couto para o Museu-Biblioteca é, mais uma vez, acompanhado por António Augusto Gonçalves que, lamentando o facto de não lhe ter sucedido no Museu Machado de Castro, lhe dá os parabéns em carta datada de 26 de dezembro de 1930:

“V.Ex^a é que devia ser o Director do Museu de Coimbra. Mas Lisboa atrai-o e felizmente não o corrompeu [...] Felicito-o. Tem um museu onde trabalhará com gosto e com o aplauso da própria consciência. Não conte com outra recompensa. O reconhecimento público é volúvel e estéril; e o aplauso oficial dá comendas. Aceite os parabéns.”
(Gonçalves, 1930).

Felicita-o e, ao mesmo tempo, do ‘alto’ da sua vasta experiência, adverte-o para as dificuldades inerentes ao cargo.

Em 1932, João Couto regressa ao Museu Nacional de Arte Antiga onde, após a morte de José de Figueiredo, assume a função de diretor, cargo que exercerá com generosa dedicação entre 1938 e 1962. Neste cargo põe em prática o que, ajudado pela sua propensão para abarcar influências internacionais, pensa dever ser um museu moderno: organiza os espaços de forma a permitir que a função educativa do museu seja uma prioridade, constituindo uma sala de aula, uma sala de conferências, sala de convívio, uma biblioteca e uma sala de exposições temporárias, com entrada independente; promove exposições temporárias nacionais e internacionais, bem como itinerantes; fomenta as conferências, cursos, aulas, sessões cinematográficas, assim como motiva uma intensa colaboração e interação com as escolas; organiza, em 1953, o ‘Centro Infantil’, cuja responsabilidade direta delega na pintora Madalena Cabral - 1953/1983 - e que irá influenciar a criação, na década de 60, dos Serviços Educativos de vários museus – Museu Soares dos Reis -Porto -, Museu de Aveiro, Museu Grão Vasco - Viseu -, Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Cascais -, Museu da Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa - e

que, com terminologia diversa, ‘Serviço Infantil’, ‘Serviço Educativo’ e ‘Serviço de Educação’, inspirou várias gerações, estando na base da constituição de outros serviços educativos.

Concomitantemente, profissionalizar os serviços era um dos objetivos que perseguia afincadamente: aposta, desde 1934/35, na formação de técnicos especializados para trabalhar nos museus, orientando os estágios dos conservadores; desde os finais dos anos 40 circulará, pela Europa, a espalhar as suas ideias e participa, nomeadamente, na Primeira Conferência Geral do ICOM, no ano de 1948, em Paris; entre 1953 e 1962, é presidente do Conselho do Estágio para Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. De 1960 a 1964, organiza periodicamente reuniões de conservadores, onde se debatem temas relacionados com a museologia, nomeadamente a sua função educativa, antecipando a formação da APOM.

Ao defender e assumir a função educativa dirigida a todos os níveis etários e sócio-culturais, vai participar na Campanha Nacional de Educação de Adultos, promovida pelo Estado Novo, orientando visitas guiadas e formando colaboradores devidamente apetrechados para realizar ações destinadas a uma camada pouco escolarizada.

A nível da legislação, apesar de não ter redigido diretamente o decreto 46.758 de 1965, é claramente a sua fonte inspiradora, destacando-se a importância da função social do museu e a necessidade da profissionalização dos funcionários que aí trabalham para que este objetivo fosse plenamente atingido. Em suma,

“o seu pensamento museológico repercute-se em inúmeras áreas, que vão do estudo, investigação e publicação científica das colecções dos museus, à educação nos museus, da conservação e restauro das obras de arte, à organização de exposições, conferências e cursos, do acompanhamento da criação de ‘novos’ museus, ou reabilitação de antigos, até à abrangência do conceito de museu (Costa, 2012, p. 208 e 209).

Começámos estas linhas com um apontamento do seu neto e com ele encerraremos, tornando estas notas biográficas, de um homem multifacetado, mais humanizadas:

“a sua prática, múltipla, do museólogo ao crítico, do historiador de arte ao investigador, do professor ao escritor de ‘devaneios’, do memorialista ao fazedor de livros de imagens e de viagens, do Amigo ao pedagogo, sempre se insurgiu contra os aparatos ostensivos do Poder, um pouco pelo poder da simplicidade, do humor como ética e estética, um pouco pelo poder da Amizade, muito por tudo isto.”
(C. Couto. 1992, p.27)

3.1.1.2. *António José Madeira Branquinho da Fonseca*

Figura 6 Branquinho da Fonseca em Cascais, 1942



Fonte: Henriques, J. M., Pacheco, C. (2012). *Branquinho da Fonseca – Um Escritor na Biblioteca*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p.44.

“Em plena Serra de Sintra, quando criança, venerava as longas caminhadas com o meu avô, onde ele usava de sua criatividade momentânea e enchia a minha imaginação de fantasias sempre com uma realidade bastante possível, onde eu me encantava com sua capacidade de criar e narrar e seu carácter contemplativo e extremamente ativo.” (Branquinho, 2012, p.90)

Comecemos pelo testemunho do neto de um avô companheiro de passeios, ‘educador-altruísta’, amigo, que nasceu em Mortágua, no ano de 1905, e faleceu em 1974, na Malveira da Serra / Cascais, com sessenta e nove anos.

O verdadeiro “apóstolo da leitura e da divulgação cultural” (Quadros, 1984, p.40) foi filho de Tomás da Fonseca, escritor, poeta, historiador, jornalista, professor e republicano convicto. Empenhou-se ativamente na campanha que antecedeu a implantação da República, vindo a colaborar na reforma do ensino desde o básico ao secundário, sobretudo no que diz respeito ao ensino primário e às escolas móveis. O seu olhar, que pretendia internacional, levou-

o, em 1920, a visitar museus, escolas e bibliotecas em Inglaterra, França e Bélgica. Cinco anos mais tarde funda, em Coimbra, a Universidade Livre com Joaquim de Carvalho, Álvaro Viana de Lemos, Álvaro Quintanilha e Manuel dos Reis. Mais tarde, ingressa no Movimento de Unidade Democrática e na Maçonaria, defendendo veementemente os ideais democráticos que o acompanhariam até 1968, ano da sua morte. Foi director do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra (2ª circunscrição).

Alongámo-nos, um pouco, na biografia do pai, pois pensamos que a sua conduta e ação não foram indiferentes na formação de pelo menos um dos seus filhos: António José. António José, o mais velho, vai ter contato com o concelho de Cascais desde muito novo, pois vai estudar na escola oficial da Parede (Henriques & Pacheco, 2012, p. 5). A sua escolaridade foi bastante ‘itinerante’ vindo a concluir, em 1923, os estudos secundários em Coimbra, no Liceu José Falcão, depois de ter passado pelo Liceu Passos Manuel, na capital.

Naquela cidade, forma-se em Direito, sendo em simultâneo escritor com formação cultural, humanista e cívica, sensibilizado para a educação popular, com um olhar crítico perante a realidade nacional, tal como seu pai. O convívio precoce com os livros aproximou-o dos movimentos literários progressistas, sendo co-fundador e colaborador nas revistas: *Tríptico* (1924-25), juntamente com João Gaspar Simões e Vitorino Nemésio, entre outros; *Presença* (1927-30), com José Régio e João Gaspar Simões, e *Sinal* (1930 – 1984), conjuntamente com Miguel Torga (Adolfo Rocha), dissidentes da Revista *Presença*. Desta revista publica apenas um número e vai ser substituído, na direção, por Adolfo Casais Monteiro.

A ligação à escrita acompanha-o no percurso de vida, enriquecendo o seu longo currículo. Foi autor de peças de teatro, poesia, contos, romances e novelas, que por vezes assinava com o pseudónimo de António Madeira, conciliando esta paixão com a sua profissão, tendo sido Conservador do Registo Civil e Predial - o que o leva a percorrer o país -, Conservador do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães e responsável, a convite de Azeredo Perdigão, pela criação das Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian.

Fez parte, em 1958, da primeira direção da Sociedade Portuguesa de Escritores, que funcionava na Rua do Carmo, juntamente com António Quadros, Aquilino Ribeiro, Leão Penedo e Assis Esperança. A localização, no coração da Baixa Lisboeta, era propícia a que o trabalho se prolongasse nas tertúlias do café *A Brasileira*, do Chiado. Partindo deste ‘epicentro’ cultural, vai congeminar o projeto das bibliotecas da Gulbenkian, convidando os que, pela sua sensibilidade e

qualificação, seriam estruturantes para levar a bom termo o ambicioso plano, entre os quais António Quadros, Duarte Maldonado, Agnelo Castanheira, Aníbal Caldas, Lopes Cardoso. Nesses encontros preparatórios, o “entusiasmo e determinação de Branquinho da Fonseca eram contagiante” (Quadros, 1984, p.40).

Entusiasmo e determinação em prol da inflexível difusão do livro e da leitura, iniciada em Cascais, que nunca mais o iria abandonar, e que de “sol a sol e pela noite adiante, dedicaria totalmente a sua vida” (Quadros, 1984, p.40). As reuniões de trabalho prosseguiram, num pavilhão improvisado no parque Gulbenkian e, estreando com quinze carrinhas, partindo das povoações do litoral, as Bibliotecas Itinerantes começaram a invadir o país, antecedidas de “verdadeiras expedições aventureiras e temerárias, verdadeiros *golpes de mão*” (Quadros, 1984, p.41), que visavam preparar o ‘terreno’, no sentido físico, mas também mental e até espiritual, visto ser necessário:

“Levar o livro aonde o livro nunca chegara; depô-lo sem reservas, com toda a confiança, em mãos que mal o conheciam; deixá-lo permanecer, durante dias ou semanas a fio, em casas e casas onde anteriormente jamais ele tinha entrado; criar nessas mãos e nessas casas o hábito saudável da sua presença; transformá-lo assim, pouco a pouco, numa quotidiana companhia quase tão necessária como o pão, indispensável como o sonho, útil como um arado ou uma ferramenta, exaltante como a esperança; abrir enfim, através dele, novas janelas sobre o mundo, novos horizontes na alma e no espírito de cada um. [...] (Mourão - Ferreira, 1984, p. 3)

Nesta “verdadeira revolução pacífica” (Quadros, 1984, p.40), as mudanças operadas no quotidiano dos portugueses geograficamente menos favorecidos foram enormes. No princípio estranharam, mas depois, fruto de muita persistência e sentido altruísta, entranharam, parafraseando um outro homem de cultura, Fernando Pessoa. Os livros tornaram-se amigos indispensáveis, cuja leitura foi precisamente despertada por um escritor que pugnou sempre pela sua verticalidade. Chegou a ser convidado pelo SNI mas, devido à sua coerência oposicionista, declinou o convite.

Atendendo ao seu percurso e ao contributo que deixou a este concelho, a Câmara Municipal de Cascais vai instituir, em sua homenagem, no ano de 1995, o Prémio Branquinho da Fonseca do Conto Fantástico e, em 2001, numa parceria Fundação Calouste Gulbenkian e o

jornal *Expresso*, foi criado o Prémio Branquinho da Fonseca *Expresso/ Gulbenkian*. Em 28-11-1997, um dos seus filhos, Tomás Branquinho da Fonseca, celebra um protocolo de doação de parte do espólio do escritor, incluindo a sua biblioteca, à Câmara Municipal de Cascais.

Terminemos novamente com a memória do neto, que sublinha a:

“sua bondade, sua disponibilidade e entrega total, dentro do alcance dos seus poderes e limites de levar aos outros, próximos ou não, uma visão mais ampla destacada dos pragmatismos locais e de época.”
(Branquinho, 2012, p.90)

3.1.2. Os discursos dos dois Conservadores

Após esta contextualizadora incursão biográfica, interessa-nos, neste item, ‘desocultar’ a forma como os dois primeiros Conservadores do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães perceberam, pensaram e construíram, na sua génese, a função museológica bem como os conteúdos que lhe atribuíram, através dos discursos por si produzidos. Utilizámos, como metodologia de trabalho, a análise de conteúdo por nós justificada na Introdução - Metodologia de Investigação.

A análise de conteúdo incidiu sobre um corpo documental composto por quatro grupos de textos:

- o primeiro contém vinte textos, escritos por João Couto entre 1921 e 1964;
- o segundo é composto por doze textos, da autoria de Branquinho da Fonseca, redigidos no período mediado entre 1943 e 1960;
- o terceiro é composto por quatro artigos escritos em 1962 e 1971, por diversos autores que versam o trabalho de João Couto;
- o quarto é composto por quatro artigos escritos entre 1951 e 1955, por diferentes autores que versam o trabalho de Branquinho da Fonseca.

Numa fase preliminar procedemos, dentro de cada texto, à seleção da informação de acordo com os propósitos orientadores da nossa investigação, (apêndice, pp. XIV-LXXII) o que originou, por vezes, a truncagem dos mesmos, ou por a informação neles contida ser redundante

ou por se desviar totalmente da nossa temática. Contudo, tivemos sempre a preocupação de não desvirtuar nem o espírito, nem o conteúdo, nem o significado dos mesmos.

A análise do conjunto de textos, constituída de modo estruturado, foi feita recorrendo a dois critérios que em si nos deram informação sobre o material relativo ao objectivo deste trabalho. Um é a visão impressiva que construímos depois da leitura dos textos doutrinários escritos pelos responsáveis do Museu – Biblioteca, textos de outros autores sobre o seu trabalho e, ainda, toda a documentação de arquivo, que inclui fontes primárias, algumas das quais inéditas, e fontes secundárias; o outro, é-nos fornecido pelos resultados da análise de conteúdo, que, como dissemos, abrangeu quarenta textos e que nos ofereceu informação pertinente para pensar as questões ideológico - culturais que enformam a construção da identidade daquele espaço.

Do primeiro critério fica-nos a ‘impressão’ de um conjunto de textos que se estruturam em volta de dois temas:

- a importância da democratização do acesso à cultura para a formação integral do cidadão;
- a responsabilidade dos museus e, neste caso específico, do museu-biblioteca, para operacionalizar essa transformação. Esses textos foram utilizados, juntamente com outras fontes primárias e secundárias, para construir o historial do museu.

O segundo critério confirmou parcialmente a “leitura flutuante” (Bardin, 1988,p.96) feita inicialmente, permitiu-nos aprofundar alguns aspectos, desocultar os implícitos do texto e criar conexões não apenas entre os textos do mesmo autor mas entre os textos dos dois autores em estudo.

Começámos por extrair do texto os vocábulos que nos permitiram caracterizar as ideias de cada Conservador e construímos quadros, que foram inseridos no corpo da tese, onde os aglutinámos tematicamente. Seguidamente, elaborámos quadros mais desenvolvidos onde esses vocábulos foram integrados, em frases por nós construídas que, espelhando as ideias dos autores, constituem um desdobramento interpretativo e mais contextualizado dos primeiros quadros, servindo de base à elaboração dos textos e que podem ser consultados em apêndice (pp.LXXVIII-XCVI). A leitura deste conjunto deve ser feita de forma integrada e contínua. Clarificando: em primeiro lugar, surgem os textos, organizados numa tabela com as respetivos categorias temáticas, unidades de registo, unidades de contexto, interpretações ou comentários,

que se encontram em apêndice (pp. XIV-LXXVII); em segundo lugar, os quadros com os vocábulos, que se encontram no corpo da tese e, por fim, os quadros interpretativos, que podem ser consultados em apêndice (pp.LXXVIII-XCVI).

Iremos começar pelo levantamento dos textos de cada Conservador para, numa primeira fase, os caracterizarmos de forma sumária. No que concerne aos textos de João Couto apenas dois são publicados em volume próprio, correspondendo, o primeiro, à dissertação para Exame de Estado e o segundo a uma palestra, os restantes são-no em publicações periódicas: dois artigos na revista *Educação Social*; um no *Boletim do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*; um no *Boletim do Liceu Normal de Lisboa* (Pedro Nunes), um no *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*; um na revista *Museu*; outro no jornal *O Século*, e os restantes na revista *Ocidente*, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 8 Textos da autoria de João Couto

TEXTOS E RESPECTIVA FONTE	
(1921). <i>Uma cadeira elementar de história de arte nos liceus (Apontamentos)</i> , Dissertação para exame de estado na Escola Normal Superior de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora	Volume próprio
(1950). <i>As exposições de Arte e a Museologia</i> . Lisboa: Edit. Graf. Portugal, 15.p	
(1924, 15 novembro). A História da Arte nos liceus. <i>Educação Social</i> , 1º ano, nºs 21-22. Lisboa, pp. 373-376.	Revista <i>Educação Social</i>
(1925, 15 de janeiro). A Arte na Sociedade e na Escola. <i>Educação Social</i> , 2º ano, nºs 25-26, Lisboa, pp. 5-7.	
(1931/1971). Discurso de Abertura do Museu (discurso pronunciado na inauguração do museu em 1931). <i>Boletim do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães</i> , nº 2. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 9-15.	<i>Boletim do Museu-Biblioteca</i>
(1932). A Escola sem Arte. <i>Boletim do Liceu Normal de Lisboa</i> (Pedro Nunes), nº 3, Lisboa: pp. 312-329.	<i>Boletim do Liceu Normal de Lisboa</i>
(1956). O Museu Nacional de Arte Antiga, seu alargamento e acção cultural. <i>Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga</i> , vol. III, fasc. 2, janeiro - dezembro de 1955. Lisboa: pp. 57-64.	<i>Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga</i>
(1960). Artes Plásticas - Museus de Portugal. <i>Ocidente</i> , vol. LIX, nº 272, p. 335 - 338	Revista <i>Ocidente</i>
(1961b, fevereiro). Quando fui conservador do Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães em Cascais. <i>Ocidente</i> , vol. LX, nº 274, pp. 137-138	
(1961c, março). Artes Plásticas - A falta de um curso elementar de arte nos liceus e escolas técnicas. <i>Ocidente</i> , vol. LX, nº 275, pp. 137-138	
(1961d, abril). Insistindo. <i>Ocidente</i> , vol. LX, nº276, pp. 189-90	
(1961f, junho). Novos Rumos do Ensino e os Conhecimentos sobre Arte. <i>Ocidente</i> , vol. LX, nº 278, pp. 333 - 334	
(1961j). Museus de Arte, <i>Ocidente</i> , vol. LXI, pp. 134-139	
(1962c, agosto). Artes Plásticas: Actualidade e Futuro das Artes Plásticas em	

Portugal – o Museu de Guimarães, <i>Ocidente</i> , vol. LXIII, nº 292, pp. 90-102	
(1962d, Setembro). “Museus de Sintra”. <i>Ocidente</i> , vol. LXIII, nº 293, pp. 145-158	
(1964c). Conversas sobre Museologia (5). <i>Ocidente</i> , vol. LXVI, nº 309, p. 99 -101.	
(1964d). O Serviço Infantil no Museu do Conde de Castro Guimarães. <i>Ocidente</i> , vol. LXVI, nº311, p. 150.	
(1964e). Palestras num curso de monitoras. <i>Ocidente</i> , vol. LXVI, nº311, p. 150 - 152.	
(1961e, maio). Extensão escolar dos Museus. <i>Mvsev</i> , II série, nº 2, Porto: ed. Círculo Dr. José de Figueiredo, pp. 47-53.	Revista <i>Mvsev</i>
(1964 a, 21 janeiro). A função cultural dos museus é quase desconhecida em Portugal. <i>O Século</i> , Ano 84º, nº 29.374, p. 1	Jornal <i>O Século</i>

Elaboração própria, 2012.

A publicação, na revista *Educação Social*, logo em 1924 e 1925, cujo diretor, Adolfo Lima, é considerado por Nóvoa como “porventura o mais importante pedagogo português da primeira metade do séc. XX” (1993, p.318), pode ajudar-nos a compreender a adesão militante de João Couto, desde muito cedo, às pedagogias inovadoras e às dimensões sociais da ação educativa e a sua permanente atualização internacional. Linha de pensamento e ação que entronca nos ideais da política educativa republicana, como iremos demonstrar.

Com efeito, esta publicação, de existência curta - Janeiro de 1924 a Outubro de 1927-, editada pela Empresa Literária Fluminense, vai ser “uma das mais importantes revistas pedagógicas portuguesas [...]” (Nóvoa, 1993, p.317), por onde passaram nomes fundamentais para a compreensão do Movimento da Educação Nova em Portugal, em permanente ligação com o movimento além fronteiras. Entre os muitos autores, que aqui publicam, encontram-se António Augusto Gonçalves - Conservador do Museu Nacional Machado de Castro - e António Sá Oliveira - Reitor do Liceu Pedro Nunes -, muito próximos de João Couto e das suas ideias e que tiveram uma influência decisiva no seu percurso, um em Coimbra e outro quando veio leccionar para Lisboa. Na revista foram ainda publicados textos de autores de referência internacional como Ferrière, Montessori, Saussure, Claparède, Dewey, etc., o que nos encaminha para a dimensão abrangente que se pretendia, ao refletir sobre as questões educativas. Questões estas que vão ser analisadas não tanto do ponto de vista da perspetiva psicológica, mas mais do contributo da análise sociológica para os problemas pedagógicos.

De características diferentes vai ser a outra publicação periódica onde, a partir da década de 60, João Couto edita com muita regularidade: a revista *Ocidente* - nome escolhido por António Ferro - que pretendeu, inicialmente, ser uma revista de cultura de tendência nacionalista.

Vai ser publicada, mensalmente, de 1938 a 1973⁷⁹, sob a direção de Manuel Múrias⁸⁰ e, mais tarde, de Álvaro Pinto⁸¹, refletindo as linhas ideológicas e políticas do Estado Novo. Apesar de muitos colaboradores serem adeptos do regime existente, sobretudo “com Álvaro Pinto, escreveram na Ocidente personalidades de diferentes ideologias políticas” (A. Santos, 2009, p.14), desbravando caminhos na investigação e reflexão sobre aspectos muito variadas da cultura portuguesa - letras, poesia, artes plásticas, museologia, história, etnografia, música, etc. -, com perspetivas que, muitas vezes, incomodaram poderes e pretensos saberes mastodonticamente instituídos.

Tal como aconteceu com João Couto, os artigos de Branquinho da Fonseca são maioritariamente editados em publicações periódicas como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 9 Textos da autoria de Branquinho da Fonseca

TEXTOS E RESPECTIVA FONTE	
(1942). Relatório do Conservador. In Branquinho da Fonseca (coord.) <i>Museu - Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães. Boletim nº 1</i> , (p.22 a 24) Cascais: Câmara Municipal de Cascais.	Câmara Municipal de Cascais
Fonseca, B. da. (1947). Relatório de 1945. <i>Boletim da Junta de Turismo de Cascais, Cascais e seus Lugares – nº 2</i> , pp.19 -24.	
(1955). O grande exemplo da Biblioteca Municipal de Cascais. In: Sá, Victor de, (1983). <i>As bibliotecas, o Público e a Cultura. Um inquérito necessário</i> . (p.61-65). Lisboa, Livros Horizonte [título do artigo atribuído pelo autor do livro]	artigo em livro
(1951, 11 de agosto). O Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães - Ligeira palestra com o seu conservador Dr. Branquinho da Fonseca. <i>A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol</i> , nº 17, Ano 2, 2ª série, p. 8 e 11	<i>A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol</i>
(1952, 11 outubro). Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães. <i>A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol</i> , nº 33, Ano 3, 2ª série, p. 6 e 8 (transcrição do artigo publicado no jornal Ler).	

⁷⁹ Através de números especiais sai anualmente, em Dezembro, de 1974 a 1999.

⁸⁰ Carrazeda de Ansiães, 1900 – Lisboa 1960. Escritor, jornalista, publicista, ligado ao Integralismo Lusitano e, naturalmente, acérrimo defensor do Estado Novo. Foi professor da Escola Normal Primária de Lisboa e membro da Junta de Educação Nacional.

⁸¹ Barca de Alva, 1889 – 1956. Jornalista, editor de várias revistas de âmbito cultural: *A Águia* (com Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoais, Raul Proença, entre outros), *Renascença Portuguesa*, *Ocidente*, *Revista Portugal*, entre outras, editor de livros, conferencista, participante ativo nos debates acalorados que se faziam nas *Universidades Populares*, organizador de exposições, etc., parte, em 1920, para o Brasil. Do outro lado do Atlântico, juntamente com António Sérgio, funda a editora Anuário do Brasil, onde divulga autores portugueses e brasileiros. Em 1924 fundou e dirigiu, com o jornalista e poeta brasileiro Tasso da Silveira, a revista *Terra de Sol*, que divulgou, sobretudo, autores daquele país. Preocupado com a necessidade da uniformização da escrita entre os dois países, propõe em 1931 um acordo ortográfico.

Em 1937 regressa a Portugal, com a consciência de que encontraria um país muito diferente daquele que tinha deixado. Apesar das contrariedades, funda, um ano mais tarde, a revista *Ocidente*, onde editou ensaios de autores nacionais e brasileiros. Quatro anos mais tarde lança a *Revista Portugal*, onde fomenta a colaboração de filólogos das duas nacionalidades.

(1953, 26 janeiro). As bibliotecas e a necessidade da sua extensão. <i>Diário de Lisboa</i> : Ano 32º, nº 10.830, p. 1 e 14. Retirado a 4 de janeiro, 2012 em www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06336.057.13551	<i>Diário de Lisboa</i>
(1953, 1 setembro). Peço a Palavra: Nem só de pão ... <i>Diário Popular</i> , Ano 11, nº 3920, p.1 e 9	<i>Diário Popular</i>
(1953, 1 dezembro). Peço a Palavra: As bibliotecas circulantes – lição sem mestre. <i>Diário Popular</i> , Ano 12, nº 4018, p.1 e 7	
(1956, 6 dezembro). Uma sugestão e muitas interrogações. <i>Diário Popular</i> , Ano 15, nº 5089, p.17 e 23	
(3-6-1953). Proposta de criação de uma biblioteca Móvel em Cascais AHMC/AADL/CMC/R/A/015 – Cx.7	Arquivo Histórico Municipal
(1953). Divulgação da Biblioteca Itinerante – circular à população. Texto datilografado AHMC/APSS/ABF/ 002 /013 7-7. [Assinado por José Roberto Raposo Pessoa, Presidente da Câmara. Pelo teor incluso trata-se de um texto com muitos contributos de Branquinho da Fonseca]	
Fonseca, B. (1954), <i>Leitor Amigo</i> . AHMC/AADL/CMC/R/A/015 – Cx.7 [não assinado, mas trata-se de uma circular elaborada por Branquinho da Fonseca]	

Elaboração própria, 2012.

Assim, a análise de conteúdo incidirá sobre dois Relatórios do Conservador, um inserto no *Boletim* do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, e o outro editado em livro pela Câmara Municipal de Cascais; um artigo sem título que consta do livro de Victor de Sá; uma entrevista e um artigo no *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*; um no *Diário de Lisboa*; três no *Diário Popular* e três não publicados pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal.

Antes de mais, visto estarmos a trabalhar igualmente sobre artigos de jornal, impõe-se uma breve caracterização dos mesmos, para perceber as orientações ideológicas que seguiam. No *Diário de Lisboa*, fundado em 1921 por Joaquim Manso, Branquinho da Fonseca mantinha uma coluna de opinião à quarta – feira. O jornal, que durou 70 anos, foi, em Portugal, o primeiro vespertino a adquirir o formato tabloide. Apesar de algumas crises e remodelações, sempre se norteou pela sua herança republicana, tentando os seus diretores manter uma informação, dentro das possibilidades, independente e descomprometida do poder político. Os colaboradores externos - de onde podemos destacar, para além de Branquinho da Fonseca, Rui Grácio, Emílio Braga, Vieira de Almeida -, distinguiam-se pela qualidade intelectual visível nos artigos que faziam, do desporto à literatura e à educação sendo, por este motivo, “reconhecidamente um jornal mais intelectual, com suplementos culturais e outros” (Adão, 2012, p.28).

O *Diário Popular*: *jornal da tarde de grande informação*, publicado entre 1942 e 1991, teve como principal impulsionador o jornalista e, depois, seu diretor, António Tinoco - nacional

– sindicalista -. Pretendia um periódico livre financeira e politicamente que abordasse temas que interessassem a toda a sociedade. Muitos outros diretores se lhe seguiram, imbuídos do mesmo espírito: Luís Forjaz Trigueiros, Cunha Leão, Nobre de Melo, Manuel Magro, Jacinto Baptista, Pacheco de Andrade, José Hermano Saraiva e, por último, Rodolfo Iriarte.

O jornal *A Nossa Terra – o Jornal da Costa do Sol*, foi um jornal local sediado em Cascais, que começou a ser editado nos anos 50 e que, com vicissitudes várias, fruto de desentendimentos internos, assistiu a mudança de nome, para *Jornal da Costa do Sol*, em 1964, mantendo sempre o objetivo de ser um porta voz das preocupações locais.

Após esta introdução, detenhamo-nos na análise de conteúdo que abarcou o arco temporal dos anos 30 a meados dos anos 60 e encontra pertinência em duas ordens de razões:

- Nos anos 30, João Couto inicia uma época de colaboração regular com o Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, que, com algumas intermitências, se mantém até ao seu óbito em 1968. Foi o seu primeiro Conservador (1930-32), mantém-se como Conservador Honorário a partir de 1934, assumindo, em colaboração com José de Figueiredo, a atividade cultural do Museu. Entre 1938 – 41 vai assumir a função de Vogal Cultural da Comissão Administrativa. Na década de 60 acompanha, com muito entusiasmo, a formação das monitoras, a criação e atividade dos Serviços Educativos, fundados por Maria Alice Beaumont no Museu – Biblioteca, à semelhança dos Serviços Educativos por si criados no Museu Nacional de Arte Antiga.
- Entre os anos 40 e 60, correspondendo a um relativo afastamento de João Couto, empenhado na sua função, tão aliciante como absorvente, de Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, Branquinho da Fonseca, conservador contratado, assume o leme de um navio que, estando já em mar alto, precisava de ventos favoráveis para continuar o seu caminho.

Após leitura exaustiva dos textos, definimos categorias temáticas, que, sendo comuns aos mesmos, constituem a estrutura da informação nestes contida, passível de tratamento qualitativo e pertinente para o trabalho em curso. As categorias serviram de contributo para caracterizar o pensamento museal no âmbito cronológico previamente estabelecido e anteriormente justificado e que podemos agregar em três grupos:

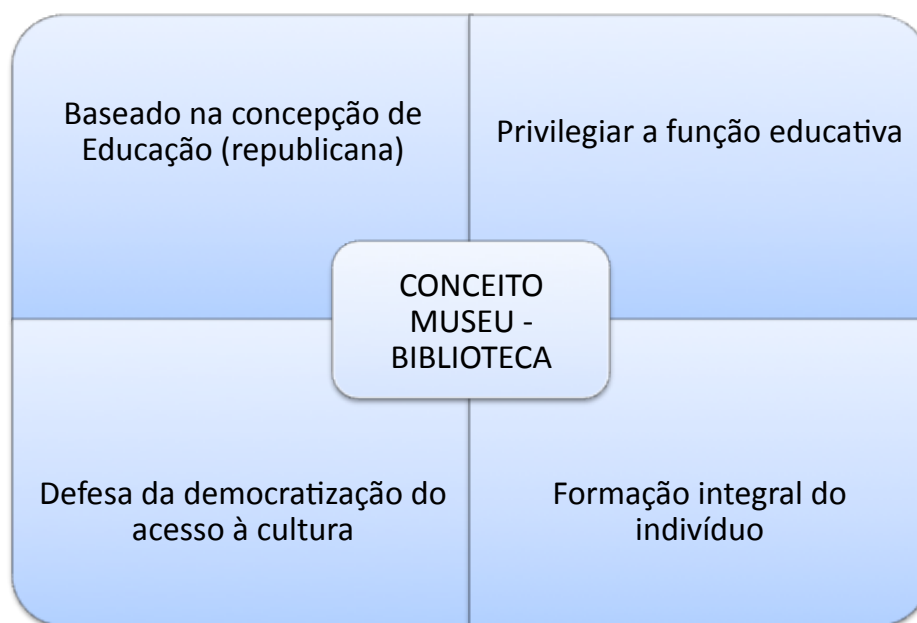
- Conceção / conceito de Educação que enforma a ação museal.
- Conceção / conceito de Museu que constitui o alicerce de aplicação das ações museológicas.
- Conceção / conceito de Biblioteca que constitui a base de aplicação das ações culturais e museológicas.

Consideramos, assim, depois da análise de conteúdo feita aos diversos artigos, que as ideias e fundamentações se expressam maioritariamente através de dicotomias, como se pode observar nas tabelas construídas para o efeito e que se encontram ao longo do texto.

Esta estratégia, de modelar o discurso em volta de um conjunto de oposições, opera-se para justificar fundamentadamente as teorias e práticas que pretendem não só implementar como disseminar e, utilizando muitas vezes a ‘ironia’ como arma comparativa e justificativa, darem a visão do que um museu - biblioteca pode e deve ser, se os funcionários trabalharem em função dos utilizadores, tendo como força motriz a ação educativa.

Comecemos, pois, pelos principais arquétipos ideológicos comuns aos dois autores e que se podem sintetizar, em quatro ideias fundamentais, visível no quadro abaixo:

Quadro 10 Conceito de museu-biblioteca em João Couto e Branquinho da Fonseca



Elaboração própria, 2012.

Deste modo:

- a concepção de Museu – Biblioteca e, de forma mais abrangente, o entendimento do papel que uma instituição cultural deve desempenhar numa localidade como Cascais, para João Couto e Branquinho da Fonseca, está intimamente baseada / ancorada na concepção de Educação que ambos defendem;
- o conceito de Educação, por ambos defendido, baseia-se na formação integral do indivíduo, como forma de o capacitar para o exercício da cidadania, fundamentos contrários aos do tempo em que viveram;
- a função do Museu – Biblioteca estrutura-se em torno da democratização de acesso à cultura para a formação integral / completa do indivíduo;
- a valorização da função educativa do museu considerada como condição indispensável para a democratização de acesso à cultura;

3.1.2.1 Discursos de João Couto

3.1.2.1.1. A concepção de educação: a regeneração social pela educação

A análise de conteúdo relativa à função da Educação, nas narrativas de João Couto, revela-nos o Conservador, cuja primeira ocupação foi a docência, como um cidadão empenhado na intervenção cívica e educativo - pedagógica, e cujas ideias e ideais se vão refletir na prática quotidiana, apesar da sua opinião poder colidir com teorias emanadas pelo poder instituído. Podemos identificar um núcleo dicotómico agregador a partir do qual explana todas as suas ideias sobre o ato de educar:

- a educação ativa - inovadora /moderna;
versus
- a educação passiva - tradicional / a que está em vigor na época em que escreve;

Esta dicotomia torna-se determinante para a estruturação das suas ideias que poderemos sintetizar num quadro construído por oposições, claramente explanadas no discurso:

Quadro 11 Educação moderna e tradicional - João Couto

EDUCAÇÃO MODERNA Objetivo: ajudar a formar cidadãos autónomos e livres		EDUCAÇÃO TRADICIONAL Objetivo: formatar o indivíduo	
Escolas / Instituições vivas	• Alegre • Ativa • Viva • Convidativa • Fácil • Simples • Sem aparato livresco • Epidiascópio [Máquina de projetar] • Projeções luminosas [diapositivos, filmes] • Quadros parietais • ‘Horas de Leitura’ • Excursões • Visitas [monumentos, museus, ateliers dos artistas, exposições de arte]	Escolas / Instituições mortas	• Asfixiar • Atrofiar • Compêndios [ensino baseado nos] • Sala nua da aula
Formação integral do indivíduo	• Interessar • Observar • Imaginar • Contemplar • Compreender • Esclarecer • Discutir • Recrear	Formatação do indivíduo	• Densidade avassaladora [programas] • Fartos de cadeiras [estão os alunos] • Competições • Iníqua • Lições magistrais
Importância do estudo da arte	• Introdução da História da Arte no Liceu • Indispensável [estudo da arte] • Prazer, conforto, ensinamento [estudo da arte] • Sentido artístico • Orientar o gosto • Respeito pelo belo • Conhecimento [do meio] • Proteção [patrimonial]	Desprezo pelo estudo da arte	• Escolas sem arte [desprezo sem arte] • Sem arte [não há educação]

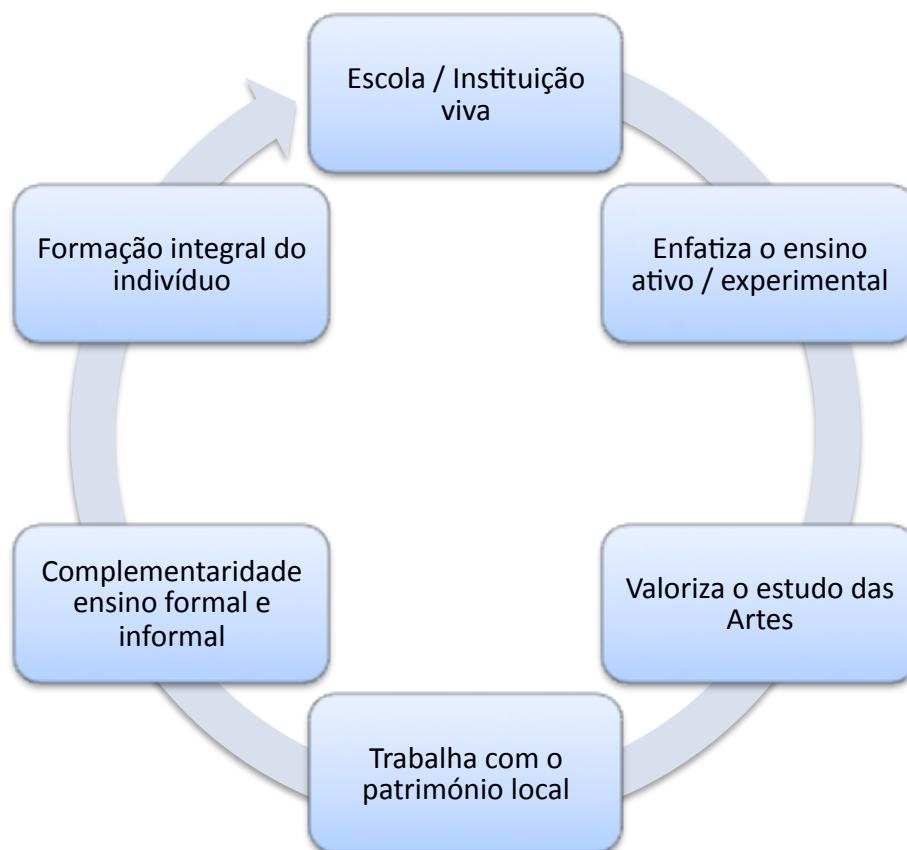
Elaboração própria, 2012.

A caracterização, do que entende ser a educação ativa, é sempre acompanhada por um núcleo global e associado de características que podemos agrupar do seguinte modo:

- Uma concepção de escola encarada como instituição viva;
- A importância do estudo da arte em qualquer grau de ensino;

tudo configurado num quadro justificativo do processo de aprendizagem centrado na formação integral do ser humano. Formação esta alicerçada na responsabilização das instituições culturais em todo o processo, bem como do indivíduo enquanto sujeito da sua própria educação, como facilmente se verifica no quadro infra:

Quadro 12 A escola ativa - João Couto



Elaboração própria, 2012.

Na opinião por si veiculada ao longo dos textos, a escola deve ser: viva, acessível, motivadora, com uma enorme valorização do ensino informal e experimental - nomeadamente na área das ciências e das artes - sem aparato livresco, com a utilização de instrumentos que facilitem a compreensão e aproximem os educandos da observação dos temas a trabalhar. Ao nível das metodologias, destaca a necessidade de aliar a teoria à prática, promovendo o ensino da arte em contacto com as obras, ou de uma forma indireta: mediante a intensiva utilização do epidiascópio, projeções luminosas de filmes ou diapositivos, quadros parietais; ou de uma forma direta: valorizando a saída para o exterior, mediante excursões que permitam conhecer o património local. Estas visitas, fundamentais em qualquer grau de ensino, podem e devem ser feitas aos monumentos, museus, ateliers dos artistas, exposições de arte.

Há, ao longo dos textos analisados, uma clara valorização da componente prática que associa o prazer à aprendizagem, apelando ao desenvolvimento da curiosidade, imaginação, interesse, recreação, compreensão, criatividade, desenvolvimento do espírito crítico, para formar pessoas responsáveis, críticas e com uma capacidade de intervenção esclarecida e autónoma. Tal como propagaram os republicanos quando advogavam que o grande objetivo do Estado deveria ser o da instrução, enquanto aprendizagem aliada à felicidade, contribuindo para a formação integral dos indivíduos e para a construção do ‘Homem Novo’.

Antítese do populismo e da demagogia, afastando-se das ribaltas do poder, sendo muitas vezes contundente relativo ao mesmo, faz propostas concretas ao nível do desenho curricular e das metodologias de ensino, como já mencionámos, propondo a introdução da Educação Física e do Ensino Artístico. Ensino este baseado num conceito alargado de educação artística, onde inclui as danças rítmicas, o canto coral, a música e a História da Arte.

O estudo das artes nos liceus é por si defendido com muita veemência porque “sem arte não há educação” (apêndice, XVIII), e a sua abordagem deve ser perspectivada, mais enquanto elemento de cultura e história, e menos técnica pela técnica, que descontextualiza a obra do tempo e espaço em que foi produzida e de quem a produziu, tornando este ensino mais árido e menos acessível a todos.

Esta acessibilidade ao entendimento e compreensão patrimonial carece de sensibilização dos educadores, abrindo caminho para a urgente formação dos professores, visto que a função educativa pressupõe a profissionalização dos envolvidos, no sentido da melhor utilização do

mesmo, mediante aulas práticas fora da escola usando intensivamente o património local, nomeadamente, o património museal.

A arte existente nos museus, que também pode ser didaticamente transposta para a escola, vai orientar o gosto e, ao conhecer e respeitar o ‘belo’, sensibilizar para a proteção do património, preservando o ‘fio’ da memória. Fio este que é o elo de ligação entre o passado e o futuro, não podendo a educação ser apenas um exclusivo da escola e da família, contrariamente aos valores defendidos pelo Estado Novo, mas de toda a sociedade que, partindo de diferentes perspetivas, deve investir amplamente na formação do cidadão.

A educação ativa corresponde, concomitantemente, à educação integral do indivíduo, formadora / transformadora do cidadão, pois é aquela que trabalha para e com o indivíduo, investindo claramente na formação completa do mesmo, visto que uma sólida e abrangente cultura de base seria o veículo de promoção e factor de transformação social. Aposta na educação e formação de cidadãos livres capazes de dar o seu contributo informado à sociedade. Os Iluministas, dois séculos antes, já advogavam que era através do conhecimento – do uso da razão - que a humanidade sairia da sua menoridade, sobejamente ilustrado no *Sapere Aude*⁸² kantiano. Só desta forma os indivíduos alcançariam cabalmente a sua autonomia e, usando a razão como vetor de liberdade de expressão, assumiriam um compromisso com a sociedade.

Por sua vez, a educação passiva aparece sempre agregada a um núcleo coerente e associado de características, tais como: carga horária excessiva, conteúdos extensos, ensino árido, magistral, acrítico, dogmático - com discurso padronizado -, asfixiante, pela ausência de educação estética e artística: “nos livros / manuais, nas diretivas pedagógicas, no edifício escolar, no ensino” (apêndice, p. XXIV). Assiste-se, complementarmente, à ausência de atividades extra escolares, que anulam o prazer que deve acompanhar o ato de conhecer. A ausência de componente prática, pela falta de aulas no exterior do espaço escolar e pela inexistência de análise das obras de arte, conduz à desvalorização das outras instituições culturais na formação do cidadão, nomeadamente do museu.

No quadro infra podemos ver, esquematicamente, a forma como, em seu entender, se devia fazer a articulação entre a escola e o museu, evitando que este repetisse o modelo da

⁸² “ouse saber”; “atreva-se a saber”; “tenha a coragem de usar o seu próprio entendimento”, são as traduções mais comumente utilizadas para o vocábulo latino.

escola, mas que se constituísse como uma alternativa complementar, numa tentativa equilibrada de contribuir para a formação holística do ser humano:

Quadro 13 Articulação 'escola-museu' e 'museu-escola' - João Couto



Elaboração própria, 2012.

As práticas existentes, por si metódica e vigorosamente contrariadas, legitimam o valor, que se pretende indiscutível, da Educação do Estado Novo, e o desinvestimento, não assumido, no ensino, em que a instrução, se todos souberem ler e escrever, é automaticamente desvalorizada - como defendia Oliveira Salazar em 1935 -, devendo confinar-se a uma elite. Um ano antes, a população escolar havia sido dividida em cinco grupos, para acalmar as consciências, havendo logo 23% que não valia a pena educar, visto serem ‘catalogados’ como “ineducáveis” (8%) e “normais estúpidos” (15%). A perpetuação da ignorância da população torna-a mais obediente e a manutenção da ordem social é facilitada. Assim, só 2% eram considerados “notáveis”, e nesses valia a pena investir. A educação passiva corresponde à desvalorização no investimento da formação dos indivíduos, à redução das aspirações de

promoção social, à glorificação da ignorância e à escola como instrumento de formação do homem padronizado.

Associado a este coeso núcleo de valores em oposição aparece, implicitamente, a questão do *espaço e tempo* (ver apêndice, p. LXXIX), visto que a formação integral do cidadão pressupõe tempo - físico e mental - para se dedicar ao que, não lhe assegurando diretamente as necessidades básicas, lhe permite a sua construção e transformação enquanto ser humano. Ora, a educação em vigor ocupa demasiado tempo aos jovens, impedindo-os de frequentar outros espaços que lhes abram os horizontes, nomeadamente a utilização ativa dos museus. Sendo a instrução e a educação essenciais para a elevação moral e espiritual de todos, ideia sobejamente repetida ao longo dos vários textos analisados, defende que outras instituições culturais, para além da escola, devem contribuir para atingir plenamente esse objetivo, de onde se destaca a instituição museu, nomeadamente o Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães.

Defendendo ideias contrárias à visão dominante do contexto político, ideológico e educativo salazarista, não lhe conhecendo filiação política, onde terá ido beber João Couto os ideais que afirma, sem qualquer hesitação, relativamente ao ato de educar? Tendo presente o seu percurso em Coimbra onde, na farmácia Silva, propriedade de seu tio Rodrigues da Silva, se “reunia uma perfeita tertúlia de professores, de cientistas, de críticos” (Couto, 1946, p. 5), a elite instruída da época, entre os quais António Augusto Gonçalves; o estágio em Londres - interrompido com o dealbar da Primeira Guerra -; o regresso a Coimbra, ao contacto com os professores do curso Histórico – Geográficas que então conclui; o trabalho com António Augusto Gonçalves⁸³ no Museu Machado de Castro, os debates nos “saudosos serões da Escola Livre das Artes do Desenho” (Couto, 1946, p.5), e a função docente, levam-nos a concluir que, desde muito novo, esteve em contacto com uma grande pluralidade de visões do mundo, numa altura em que havia sido instituída a Primeira República em Portugal.

⁸³ Segundo Costa (1996), João Couto foi influenciado por António Augusto Gonçalves, no que concerne “à consciência e prática da educação artística no ensino como também das possibilidades que o museu permitia” (p.78), e ao cariz profundamente humano e de dedicação desinteressada que imprimia às suas inúmeras atividades profissionais, e por Joaquim de Vasconcelos pelo pioneirismo na defesa acérrima do ensino da história de arte nas escolas.

Note-se que, na sua prática quer docente quer no trabalho nos museus em Cascais e em Lisboa, Couto aproveitará a ideia de um ensino com base no património cultural, mas distanciar-se-á do seu ‘mentor’, ao aprofundar a ideia de que a educação pela arte visa contribuir para a formação integral do indivíduo, e não apenas para o seu aperfeiçoamento técnico.

Assim, o ambiente Coimbra, que só abandona em 1924, quando vem para a capital leccionar no Liceu Normal Pedro Nunes⁸⁴, o espírito inovador que reinava neste Liceu e que lhe permitiu, por exemplo, começar a dar aulas de arte no Museu Nacional de Arte Antiga, e o contexto político existente terão certamente influenciado nesta defesa intransigente da transformação de todos os indivíduos através da educação.

O Liceu Pedro Nunes, cujo espaço se destaca pela funcionalidade e pelas áreas de que dispunha para as aulas teóricas e práticas - ginásio, biblioteca, laboratórios -, vai, desde muito cedo, distinguir-se por implementar os princípios da Escola Nova - ensino ativo e educação integral - através do vanguardismo pedagógico do seu reitor, António Joaquim de Sá Oliveira, numa “permanente vertigem em fazer novo e diferente” (Ó, 2003, p.554).

Figura 7 Discurso Sá Oliveira - festa antigos alunos dos Liceus da Lapa e Pedro Nunes 9-5-1937



Fonte: acedido a 14 de dezembro, 2012 em

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1011824> PT/TT/EPJS/SF/001-001/0043/0727L

⁸⁴ Liceu, criado em 1906, na Rua do Sacramento à Lapa, e que é transferido, em 1911, para um edifício projetado, para o efeito, por Ventura Terra, na Av. Pedro Álvares Cabral. Em 1930, passou de Liceu Central de Pedro Nunes, a Liceu Normal, onde se fazia a formação de professores. O seu primeiro reitor foi António Joaquim de Sá Oliveira, que lhe imprimiu uma pedagogia inovadora, continuada pelos seus sucessores: Francisco Dias Agudo, Jaime Furtado Leote e Jaime da Mota, último reitor.

Na fotografia supra, o Reitor Sá Oliveira, que confraterniza com os antigos alunos, tem a acompanhá-lo Branquinho da Fonseca – terceiro a contar da direita, na primeira fila -, pois também ele comunga dos ideais educativos republicanos veiculados neste liceu – apesar de ter frequentado o Liceu Passos Manuel⁸⁵ -, como teremos oportunidade de explanar no seguimento do trabalho.

Mais uma vez é o perfil e a sensibilidade de quem comanda o destino da instituição que a vai modelar. A constante insistência num ensino prático, experimental, centrado no aluno e na sua autonomia e, até, as preocupações de apoio social (p. ex., através da criação de uma creche para os filhos das jornaleiras, em 1915), conduziram a que “o princípio teórico do *self – government* fizesse ali, efectivamente o seu tirocínio” (Ó, 2003, p. 25) e que deixasse lastro inspirador para as outras escolas públicas que, entretanto, foram criadas.

É neste espaço que João Couto lecciona durante sete anos e, em vários artigos, alude a este liceu e ao seu Reitor como exemplo de pioneirismo no campo da pedagogia experimental, sendo um dos responsáveis por fazer com que a Arte ‘invada’ a Escola e que a Escola ‘invada’ o meio à procura da Arte:

“um Reitor muito compreensivo, o saudoso Dr. Sá e Oliveira facilitou a realização do meu desejo. Podia ir, sempre que quisesse e nas horas das aulas, mostrar às crianças o Museu onde era conservador [...] capricho que nunca mais me havia de abandonar. Ajudado também pelas facilidades que me dava o Director do Museu, o saudoso José de Figueiredo, nasceu uma ambição que viria a tornar-se uma agradável realidade” (Couto, 1961g, p.48)

No sentido de profissionalizar mais esta relação Escola – Museu⁸⁶, enviava, no início do ano lectivo, uma circular às escolas de Lisboa, onde o Museu se comprometia a fazer visitas guiadas, fornecer fotografias e diapositivos para os professores e alunos prepararem a visita, bem como se responsabilizava por dar formação aos professores, para acompanharem a visita de uma

⁸⁵ Liceu, criado em 1836, com o nome de Liceu Nacional de Lisboa, por decreto do Ministro do Reino, Passos Manuel. Este Ministro pretendia que os Liceus, inspirados no modelo republicano francês de *lycée*, estivessem eivados dos ideais republicanos, que começaram a orientar o novo conceito de ensino público e obrigatório, fazendo uma ligação estreita entre um ensino teórico e um ensino experimental. Em 1911 é inaugurado na Travessa do Convento de Jesus, já com o nome de Liceu Passos Manuel

⁸⁶ Nesse sentido, pugnou, aquando das obras de ampliação no Museu Nacional de Arte Antiga, por um espaço para as atividades escolares, não previsto, no projeto inicial, por José de Figueiredo, composto por uma sala de aula, sala de conferências, biblioteca e sala para exposições temporárias, e que permitiu multiplicar as “palestras, as visitas, as lições ... O nosso desejo seria ter um Museu constantemente cheio de alunos das escolas” (Couto, 1961a, p.50).

forma mais ativa. Pretendia que esta relação não fosse episódica, mas duradoura, considerando que as instituições deviam ter um espaço específico para o efeito. Lamenta que a escola ocupe tanto a “rapaziada”, sobretudo dos anos mais elevados, que depois lhes rouba tempo para outras atividades, afastando-os de uma formação mais global, que incluísse as aprendizagens informais onde os museus desempenhariam um papel preponderante, eivado de valores humanísticos e artísticos. Lastima, igualmente, a exigência do “estudo das matérias estabelecidas em programas de uma densidade avassaladora, impressionante e iniqua” (Couto, 1964a, p.1), onde “Os problemas artísticos são sistematicamente postos de parte nas escolas. [...] Não se trata de obrigar os alunos a frequentar mais cadeiras. Fartos de cadeiras estão eles!” (Couto, 1961d, p.189),⁸⁷ havia que aproveitar o património, sobretudo o local, para uma aula viva onde os conhecimentos se adquiriam de uma forma “natural, fácil e convidativa” (Couto, 1961e, p.333), sem pressões, sem obrigações, sem competições, sem compêndios, sem “lições magistrais ou exercícios. [...] É um calmante que deve ser ministrado por porções muito bem doseadas” (Couto, 1961e, p.334). Os valores artísticos não estão arredados apenas do ensino, mas também dos pais e encarregados de educação, que não criam hábitos de ida ao museu, “furtando à juventude o que é ao mesmo tempo recreação agradável e instrumento de cultura: o museu” (Couto, 1964a, p.1), preocupados que estão com as questões de ordem material. Apelidado de ‘museólogo – pedagogo’, epíteto que, em no nosso entender, deveria ser invertido para ‘pedagogo – museólogo’, visto terem sido os princípios pedagógicos aplicados na sua prática docente que o levaram a transformar o património local e, sobretudo, os museus em parceiros educativos, João Couto patenteia ideias muito claras e determinadas sobre a importância e a função dos museus na sociedade. Não abdicando, em caso algum, dos seus propósitos, num permanente trajeto biunívoco que visa levar a “vida ao museu” e o “museu à vida”. Promove uma decisiva e inovadora interação entre escolas e museus, sempre de uma forma muito diplomata, para não colidir com os “poderes” instituídos de quem possuía e aplicava uma visão

⁸⁷ Ideia, frequentemente, repetida noutros textos ao longo da sua carreira, e com mais acuidade num testemunho que dedica à falta de uma disciplina de arte nos liceus e escolas técnicas onde, de uma forma muito categórica, afirma, logo em 1932, que “A escola portuguesa é ainda hoje uma escola sem arte. 1) Sem arte, em primeiro lugar, nas directivas pedagógicas; 2) Sem arte no edifício escolar; 3) Sem arte nos livros de ensino; 4) Sem arte no próprio ensino” (138) citação que João Couto faz de um trabalho seu apresentado no Liceu Normal de Lisboa, 1932 “A Escola sem Arte”. *Boletim do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes)*, nº 3, Lisboa, pp. 312-329] [...] “Em todo o caso, quando dela atentamente se cuidar, essa cultura deve ser dada simplesmente, sem aparato livresco, em comunicativa convivência dos alunos com as obras que os artistas conceberam e realizaram.” (Couto, 1961c, p. 137 - 138)

mais oitocentista de museu. Podemos, sem constrangimentos, considerá-lo um grande inovador dentro de uma certa continuidade, num caminho que se pautou pela persistência, novidade e aprendizagem de quem, em nosso entender, caminhava na dianteira no que respeita à relação do museu com os seus públicos. Como sabemos, e é por demais mencionado em bibliografia especializada (Beaumont, 1964; Cabral, 1962, 1969; Manaças, 1991; Costa 1996 e 2011; só para citar alguns), o seu labor deixou um lastro que contaminou formas de trabalhar noutros espaços.

Aliando o ‘museu à escola’ e a ‘escola ao museu’, estava a contribuir para consubstanciar a confiança republicana no poder transformador da educação e na construção de uma sociedade em que os indivíduos exercessem esclarecidamente o seu dever de cidadania, pelo reforço da educação cívica. Ora este ideal é, como expusemos, amplamente partilhado, experimentado e aplicado por João Couto.

3.1.2.1.2. A concepção de museu: “instrumento essencial de cultura e de educação”

Após a análise de conteúdo, verificámos que a sua concepção de museu nos é transmitida através de uma dicotomia, opondo neste caso os:

- Museus Modernos - cujo objetivo é ajudar a formar o indivíduo numa perspetiva de educação integral;
- versus
- Museus Tradicionais – cujo objetivo é trabalhar para e com o objecto;

Esta dicotomia torna-se, mais uma vez, determinante para a estruturação das ideias por si defendidas, que poderemos sintetizar num quadro construído por oposições, claramente explanadas no discurso, usando apenas vocábulos por si empregues:

Quadro 14 Museus modernos e museus tradicionais segundo João Couto

	MUSEUS MODERNOS Objetivo: ajudar a formar o indivíduo numa perspectiva de educação integral		MUSEUS TRADICIONAIS Objetivo: trabalhar para e com o objecto
Organismos / Instituições vivas	• Vivo [centro cultural, organismos, lições] • Ativa [educação] • Diversão • Aprender • Aliciante [ensino] • Atividades • Atrair • Conservar • Ensinar • Esclarecer • Eficiente • Explicativos • Interessar • Liberdade • Novos horizontes • Orientar • Projeções [filmes e diapositivos] • Tónicos	Organismos / Instituições mortas	• Arrecadação • Depósitos • Túmulos • vazios • inadaptação
Aproximação à comunidade	• Necessidades [de cultura] • Complemento do ensino • Integrar [nas finalidades escolares] • Educação [lições, instrumento de ação] • Educativo • Instrução • Escola • Escola em plena atividade • Lições • Transmissão [conhecimentos] • Recreação • Aproveitamento pedagógico • vilas e aldeias pequenas exposições • População das escolas • Circumspectas pessoas • Operários • Todas as condições sociais • Acessíveis a todos • Espaços acolhedores • Atividades [múltiplas]	Afastamento da comunidade	• Apresentar [objetos] • Opulentas arrecadações [Europa] • Sumptuosos

	discreta publicidade		
Formação do indivíduo – função educativa	- Amor /estima pelo património - Apreciar - Bom gosto - Formação [gosto, carácter] - Formação [moral, espiritual e ética] - Complemento formação instruçãoeducação familiar e escolar] - Fortifica o espírito - Calmanete - Auxiliar - Colaborar - Despertar - Hábito - Curiosidade - Imaginação - Emoções - Valorização - Beleza - Estético - Variado - Saber - Sensibilidade - Sentido artístico	Ausência de formação do indivíduo	Acaso [criados sem objetivos]
Formação dos Profissionais	- Sólidos princípios museológicos - Amor pelo património - Museografia moderna - Formação professores	Não há formação de profissionais	
Museologia América do Norte	- Aproveitamento pedagógico [E.U.A.] - Extensão escolar [Metropolitan – NY] ‘Educational Service of the Museums’ - Formação [professores] - Correntes opostas [Europa e E.U.A]	Museologia Europeia	- Antiquadas [lições dos museus da Europa] - Sombras [do passado]

Elaboração própria, 2012.

Verifica-se que João Couto não identifica apenas a sua visão de museu, constrói-a através de uma realidade que pretende demonstrar, assumindo uma tomada de posição, bastante

determinada e incisiva, no campo museal. Mais uma vez se afasta de um discurso puramente teórico para, não só propor medidas concretas, mas que, de forma atuante, vai concretizar ao longo da sua carreira, quer no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, como veremos mais adiante, quer no Museu Nacional de Arte Antiga, influenciando várias gerações de profissionais de museus.

A caracterização dos Museus Modernos configura-se, deste modo, num quadro de quatro categorias interpretativas:

- definição de Museu - instituição viva e dinâmica;
- função do Museu numa dupla vertente:
 - enquanto instituição que complementa a escola, mas que se abre a outros níveis etários, numa clara aproximação à comunidade;
 - como elemento formador / transformador do indivíduo;
- formação dos funcionários dos museus (necessidade de preparação específica);
- Influência teórico – prática internacional em termos de museologia ativa;

tudo enformado num quadro justificativo da função social do museu, baseada na função educativa, essencial para a formação integral do sujeito.

A explanação aparece sempre agregada a um núcleo coerente e associado de características, como seja: o museu como uma instituição viva, atuante, interventiva, trabalhando para e com o público, procurando, ao complementar o ensino, ajudar a formar o indivíduo numa perspetiva de educação holística, como se pode ver no quadro seguinte:

Quadro 15 Museus modernos - João Couto



Elaboração própria, 2012.

O museu é caracterizado numa dupla perspetiva que se entrelaça no trabalho quotidiano da instituição: por um lado, é um lugar de preservação da memória, evitando a fuga de testemunhos do homem; por outro, é considerado “órgão de verdadeira cultura onde cabem todas as manifestações artísticas”, não se limitando aos objetos tradicionalmente considerados artísticos. Neste sentido, deve despertar curiosidade e desenvolver o espírito crítico, pugnando por um ensino vivo e aliciante, servindo como complemento do ensino e extensão ativa e dinâmica das escolas, onde verdadeiramente se deve ensinar/ aprender a arte, a estética e a ciência, mediante uma multiplicidade de atividades: palestras, palestras ilustradas, projeções, filmes, exposições temporárias, visitas guiadas e contacto com artistas vivos. Estas atividades permitem desenvolver a capacidade de conhecer acontecimentos históricos, a evolução científica e social e as etapas da História da Arte, bem como apreciar e comparar outras épocas e outros países. Mais uma vez podemos estabelecer um paralelo com o que se passava nos museus da América do Norte, onde a sensibilidade crescente para a valorização da acessibilidade museal, mediada pela ação educativa, conduziu à diversificação de estratégias compostas por ações muito diferenciadas. Estas ideias inovadoras vão ser disseminadas mediante bibliografia especializada

e, igualmente, através de seminários, congressos e reuniões. Destacamos, por exemplo, o Congresso Internacional de História de Arte, que decorreu em Paris, em 1921, e onde Dana faz uma comunicação, subordinada à temática da relação dos museus locais com a comunidade, tendo estado presentes Joaquim de Vasconcelos e José de Figueiredo entre outros representantes portugueses. Em 1934 – de 28 de Outubro a 4 de Novembro -, as conferências de Madrid, onde também participa José de Figueiredo, constituíram outro momento importante de reflexão e debate de novas ideias. Os trabalhos foram publicados em livro, o que permitiu alargar o âmbito de influência e constituíram, para João Couto, um marco incontornável no fazer museal.

De acordo com a bibliografia intensivamente consultada, com a inspiração nas práticas internacionais e baseado na sua prática pedagógica, os museus necessitavam, em seu entender, de ser organizados à semelhança do que devia ser uma escola - de acordo com os princípios da Educação Nova -, como contraponto a uma escola dogmática e acrítica, sendo um instrumento de educação e valorização. Faria de Vasconcelos, um dos principais divulgadores do movimento da Escola Nova em Portugal, assunto já abordado no Capítulo 1, vai, logo em 1921, defender a necessidade de aproximar a escola dos alunos, colocando-os no centro da prática pedagógica, apostando no desenvolvimento da autonomia, espírito crítico, formação global. Mais uma vez João Couto, que se identifica com esta causa, vai aplicar a sua vertente, quase militante, de intervenção cívica e pedagógica, ao fazer propostas para uma utilização do museu que reduza a aridez do ensino, mediante a crítica sistemática à organização da escola, à complexidade dos programas escolares e ao tempo que ocupa aos jovens, não lhes permitindo outras atividades que lhes alimentem o espírito.

Note-se, apesar disso, que o trabalho de João Couto, como é visível, sobretudo, nos textos mais recentes, e pelo trabalho realizado quer em Cascais, quer em Lisboa, ultrapassa a ideia do museu como prolongamento da escola, visto que não reduz o trabalho à população escolar mas sim a toda a comunidade. “Tenho dito e tornado a dizer que um Museu é escola em plena actividade onde, além da preparação dos que nele trabalham, se deve educar o público num ensinamento permanente que abrange todas as idades e graus de aprendizagem” (1956), numa clara filiação dos ideais republicanos do conhecimento para todos e para todas as idades. Ideia retomada e ampliada por Paulo Freire e Varine, quando defendem a necessidade de formação permanente e a educação popular.

Logo, em 1931, no discurso de inauguração do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, defende que o público dos museus:

“não são só circumspectas pessoas que segurando o metro e a lupa, percorrem as salas acolhedoras a indagar de complexos problemas. São esses sim, mas ao lado a população alegre das escolas, de todas as idades e de todos os graus; os operários de todos os ofícios, as pessoas de todas as condições sociais”.

A acessibilidade do espaço, a todos os que o queiram frequentar, implica a sua dessacralização bem como a do objeto, criando instituições acolhedoras para atrair e fidelizar públicos, fomentando a participação ativa destes nas atividades do museu, numa colaboração que se pretende em equipe.

Na base de todo este trabalho de democratização do acesso à cultura há, como mencionámos, um claro predomínio da função educativa, na perspetiva de uma aprendizagem ao longo da vida que, para ser eficaz, exige um programa educativo bem estruturado, eficiente, e espaços próprios, destinados a esse fim, onde se aprende e colabora, desenvolvendo a autonomia na aprendizagem.

Encontramo-nos, deste modo, perante a concepção de museu, muito relacionada com a concepção de escola e de educação que deve abrir as portas à comunidade, com o objetivo primordial de se tornar formador / transformador do indivíduo, pela sua valorização. Desperta as emoções, a curiosidade, a imaginação, a sensibilidade, o sentido artístico, e fortifica o espírito, tornando-se um ‘tónico’ e um calmante essencial para o equilíbrio de toda a comunidade.

O museu, entendido como o complemento da formação, instrução/ educação familiar e escolar, não é apenas um elemento de valorização sociocultural, mas um elemento de construção dinâmica de cidadania. Contribui tanto para a formação do gosto, como do carácter e da sensibilidade, ao despertar o interesse pela beleza e a curiosidade pela arte, ao fomentar a capacidade de criação artística, ao criar hábitos de frequentar galerias, apreciar e estimar a arte, como para a formação moral, espiritual e ética, ao desenvolver, por exemplo, a estima e o sentido de preservação patrimonial.

O conceito de museu, como agente cultural dinâmico ao serviço da comunidade, implicava uma rigorosa planificação na sua implementação, no sentido da descentralização, dando-se preferência às regiões mais carenciadas, do ponto de vista cultural. Não se devendo, em

caso algum, criar museus ao acaso, pois correm o risco de, por falta de planeamento, não cumprirem cabalmente a sua missão ao serviço da sociedade. Na década de 50, num assomo de euforia optimista, considera que “os museus tornaram-se actualmente organismos vivos, onde as multidões interessadas não só vêm aprender mas colaborar nas suas actividades” (J. Couto, apêndice, p.XXV). Sabemos bem que, ainda hoje, isso não acontece em muitos museus e, com certeza, não aconteceria na altura, mas o trabalho que desenvolveu foi o de tentar, paulatinamente, através do exemplo, da formação e da motivação, ajudar a mudar as instituições que se acomodavam ao facilitismo de discretamente abrir a porta, à espera que ninguém ousasse transpor a soleira. Estas instituições, que ‘viviam orgulhosamente sós’, são consideradas por si como museus tradicionais, como instituições mortas, como podemos ver no quadro infra:

Quadro 16 Museus tradicionais - João Couto



Elaboração própria, 2012.

Nos textos que escreveu, a caracterização dos museus tradicionais aparece sempre agregada a um núcleo coerente e associado de características, tais como: depósitos, arrecadações, túmulos, armazéns, locais de acumulação e apresentação de objetos, ausência de função cultural, elitismo, que João Couto associa aos museus europeus onde “a maior parte, se não a totalidade das galerias são apenas opulentas arrecadações” (J. Couto, 1932). É evidente que elas cumprem

uma função importante, “porque salvam e conservam as obras de arte, que, sem elas se perderiam, mas não desempenham o papel educativo imposto pelas necessidades e pelas despesas que acarretam” (J. Couto, 1932). A conservação patrimonial não pode ser considerada um fim mas apenas como um recurso que, mediado pela função educativa, contribui para a transformação do indivíduo.

Nesta caracterização, salienta-se o imobilismo gerado pela descomunal valorização do objeto arrumado num armazém, aberto ao público, com total ausência de planificação, em que o enfoque se fixa na preservação e conservação sem programa prévio, destinado preferencialmente a um público elitista. Trata-se de um museu onde não é privilegiada a aproximação à comunidade.

No sentido de contrariar esta situação, comum à maioria dos museus europeus, João Couto advoga a necessidade da profissionalização dos funcionários, responsáveis pelo fracasso ou êxito da instituição, por terem um papel ativo na sensibilização e fidelização dos utilizadores. Têm de aprender a trabalhar e contactar com públicos diferenciados e estar preparados para orientar professores e estudantes. Contudo, além de deterem saber geral, necessitam de ter sensibilidade e faculdades de persuasão. Note-se que é João Couto quem, no Museu Nacional de Arte Antiga, vai criar uma ‘escola’ de formação de Conservadores e Monitores que, durante muitos anos, foi ‘a escola’, porque única, tornando-se influência e referência nacional.

Como já referimos, João Couto constrói a sua ideia de museu de uma forma binária pondo, igualmente em oposição, os museus da Europa versus os museus Extra Europeus, de onde se destacam os da América do Norte, tal como os Japoneses.

Partindo desta última dicotomia, apresenta-nos os Museus extra Europeus associados a “escola viva [...] onde se prepara o renovamento do gosto pela arte” e onde se investe na relação com a escola, e os Museus Europeus “onde pairam as sombras do passado” e cuja lição “é com raras excepções antiquada” (apêndice, p. XVIII).

João Couto, apesar de, numa primeira fase, ter trabalhado no Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, sob a alçada de José de Figueiredo, com claras tendências museais europeias e, sobretudo, francesas, focalizadas, especialmente, no objeto, na coleção e exposição dos mesmos, vai olhar para mais longe e, desde que inicia a sua atividade profissional, acompanhar o trabalho que se faz do outro lado do Atlântico. O próprio, em vários textos, espelha esta ideia, ao dizer claramente que “Para alargar o meu campo de acção puz-me em contacto

com os colegas do ‘Museu metropolitano de Nova Iork’ onde os trabalhos de colaboração da Escola com o Museu estão mais adiantados” (J.Couto, 1932). O seu espírito crítico, a determinação, empenho e persistência que inculcou ao seu trabalho fizeram com que não se limitasse às fronteiras da Europa onde vivia, mas ultrapassou o oceano para absorver teorias, métodos e técnicas de quem há muito havia iniciado a caminhada em prol da educação para todos. A influência Americana acompanha-o ao longo da sua carreira, ajudando-o a estruturar as ideias e práticas concernentes à função primordial do museu que, como está claramente explícito na análise de conteúdo, é a função educativa. Desde muito cedo que lê, entusiasticamente, o Boletim do Museu Metropolitano de Nova York, de onde destaca o número dedicado à “colaboração com a escola” (apêndice, p.XXV). A América do Norte foi vanguardista no desenvolvimento da função social do museu, ideia por nós justificada no capítulo I, destacando João Couto a relação que, desde sempre, se estabeleceu entre a escola e o museu, através, por exemplo, da criação de serviços educativos autónomos. O privilegiar da função educativa é visível no facto dos museus incluírem, no seu espaço: bibliotecas, oficinas, escolas de artes decorativas, canto coral e danças rítmicas, considerando-se o museu como uma escola viva e complemento do ensino, muito pelo pioneirismo que Dana imprimiu a todo este processo, transformando os objetos de arte em ‘arma’ educativa. A acessibilidade e dessacralização do objeto é, ainda, complementada pela distribuição de reproduções a cores das obras de arte pelas escolas, para que o ensino da arte seja complementado com a visualização e análise da obra em questão.

Os museus Japoneses são, igualmente, fonte inspiradora para João Couto, pois não são apenas considerados centro de ensino vivo, aliciante e variado, como todas as escolas têm autocarros que facilitam a ida dos alunos aos museus, fazendo-se excursões frequentes.

Assim, a concepção de museu, por si defendida, alicerça-se em teorias e, sobretudo, práticas internacionais, adoptando, particularmente, os princípios do trabalho pedagógico dos museus da América do Norte que lhe vão chegando através de bibliografia periódica, e que pretende extensiva a todos os museus. Estas redes de comunicação internacional serviram de suporte à circulação do pensamento pedagógico museal das primeiras décadas do séc. XX, permitindo substantivar o trabalho de quem, aliando o museu à escola e a escola ao museu e ambos à comunidade, gostaria de contribuir para a educação integral do indivíduo. Educação, a partir da qual se pretende atingir a regeneração social da sociedade, mediante a transformação

das diversas dimensões do ‘ser cidadão’, não pela imposição, mas pelo prazer de aprender, numa prática de liberdade e autonomia.

3.1.2.2. Discursos de Branquinho da Fonseca

3.1.2.2.1. A concepção de educação: “só é verdadeiro o caminho de cada um, aquele que por cada um é descoberto e caminhado”

O conceito de educação defendido por Branquinho da Fonseca nos textos em análise, com um grande enfoque na autonomia, está sempre associado ao conceito de cultura. Cultura esta que forma o homem civilizado sempre com os olhos postos no futuro.

Podemos identificar um núcleo dicotómico a partir do qual explana todas as suas ideias sobre a concepção de educação / cultura:

- educação / cultura do homem civilizado, tendo por objetivo a formação integral do indivíduo
versus
- a educação / cultura mais tradicional, cujo fim é criar uma elite que, olhando para o passado, se limita a acumular conhecimentos, aperfeiçoando “as suas noções de ignorância” (apêndice, p.LIII);

Este núcleo dicotómico resultou da sequência do quadro binário, cujos vocábulos foram retirados diretamente dos textos:

Quadro 17 Educação/cultura moderna e educação/cultura tradicional - Branquinho da Fonseca

EDUCAÇÃO / CULTURA DO HOMEM CIVILIZADO Objetivo: elevação intelectual e moral		EDUCAÇÃO / CULTURA TRADICIONAL Objetivo: acumular conhecimentos	
Formação integral do indivíduo	• Alimento: o livro • Analfabetismo [extinguir] • Aprendizagem • Descoberta • Despertar • Dias de hoje e amanhã • Divertimento • Ocupação • Gosta, precisa e deve ler • Hábitos [de leitura] • Inesgotável • Juvenil [literatura] • Lazeres [sãos] • Ler mais e melhor • Livres [tempos] • Olhar para onde se vai • Prazer • Resíduo [coisas esquecidas] • Valorizar • Imparcial [seleção] • Divergência [de opiniões] • Opostos [livros] • Meditação • Reflexão • Desvio [taberna]	Formatação do indivíduo	• Acumulação [conhecimentos] • Séculos passados • Obsessão do passado • Traça

Elaboração própria, 2012.

A caracterização do que entende ser a educação / cultura do homem civilizado é sempre acompanhada por um núcleo global e associado de características que se podem agrupar do seguinte modo:

- Uma concepção de educação / cultura baseada na utilização dessacralizada do livro;
- A importância do livro para a formação integral do indivíduo;

Branquinho da Fonseca, enquanto apresenta os problemas que afectam as bibliotecas tradicionais, na sua relação com o público onde o “único bicho que facilmente dispõe de qualquer livro é a traça. Os donos, que somos nós todos, o povinho desta nação com dificuldade lhe põem a mão” (apêndice, p.LXII), sublinha, de uma forma muito concreta e assertiva, que a cultura do homem civilizado passa pela utilização intensiva e generalizada do livro. Salaria, de uma forma constante e com fundamentação consistente, que a educação / cultura tem por base a aprendizagem, o conhecimento e a responsabilidade que os indivíduos e as instituições têm na perpetuação e alargamento do mesmo. Características estas que são fomentadas pelo hábito e familiaridade com os instrumentos de cultura, que se tornam mais apetecíveis se tiverem associado uma dimensão de descoberta, prazer, hábito e divertimento, como se poder ver no quadro infra:

Quadro 18 Conceito de educação/cultura - Branquinho da Fonseca



Elaboração própria, 2012.

Continuando a acompanhar o quadro, constatamos o ênfase atribuído ao valor social do livro, enquanto instrumento de cultura, que deve ser democratizado, pois é a essência da elevação dos povos, retirando-os da sua menoridade.

Para atingir estes objetivos é necessário criar possibilidades e hábitos de leitura, tendo consciência de que a leitura não é apenas funcional e de utilização material e técnica, mas de elevação moral e espiritual.

Logo, é absolutamente essencial fomentar a acessibilidade ao livro investindo em livros para todos os gostos e diferentes perspetivas, sendo “necessário facultar três espécies de livros: os que gosta de ler – os que precisa de ler – e os que deve ler” (apêndice, p.LXII), para que se adquiram hábitos de leitura. Aliar a diversão e prazer à cultura e investir na literatura juvenil, visto ser nesta fase que começa a formação dos futuros cidadãos, fazem parte de uma estratégia de ir ao encontro das “tendências do leitor”.

Mas não se pense que o propósito é baixar o nível de conhecimentos, bem pelo contrário, é aumentar progressivamente o grau de dificuldade da leitura: leituras mais fáceis abrem as portas a leituras de obras mais complexas: “Muitos dos actuais frequentadores da biblioteca de Cascais, começaram por vir ler histórias da Carochinha, sentados ao pé do fogão com que os atraímos nos dias frios, sentados às janelas do jardim que os chama nos dias de calor, e agora vêm folhear todas as histórias do Arco - da - Velha, das nações e dos homens” (apêndice, p.LIII). Abre-se a porta para conhecer o mundo, partindo do local para o global, contribuindo para a redução efetiva do analfabetismo e iliteracia que não se faz só com ‘ruidosas’ campanhas de alfabetização, numa crítica muito feroz ao modelo instituído⁸⁸, mas apenas quando o ato de ler se transforma numa necessidade, numa rotina, emancipando o sujeito, tornando-o responsável pelo próprio conhecimento.

Esta regeneração social através da leitura, logo da educação, tem ainda uma componente moralizadora, quando Branquinho considera que pode cooperar para o desvio do vício e perdição de que a taberna e o consequente consumo excessivo de álcool são um exemplo, a que se dedicam as pessoas nos seus tempos livres, por falta de ocupação mais útil, tal como defendem os republicanos desde os finais do séc. XIX.

⁸⁸ Trata-se do Plano de Educação Popular e Campanha Nacional de Formação de Adultos que, nos anos 50, pretendia combater a elevada taxa de analfabetismo. (ver capítulo I)

3.1.2.2.1.A concepção de museu – biblioteca: “organismo vivo e sempre jovem, com todos os séculos que tiver.”

«Ou seja, se a biblioteca é, como pretende Borges, um modelo do Universo, tentemos transformá-la num Universo à medida do Homem, e volto a recordar, à medida do homem quer também dizer alegre» (Eco, 1983/1998, p.44)

Branquinho da Fonseca, entre 1942 e 1960 responsável pelos destinos do Museu – Biblioteca, assume que a parte dinâmica e ativa do Museu é a Biblioteca, visto que o Museu é um espaço onde reina a serenidade e beleza, por oposição à agitação do mundo, devendo pois ser estático, cristalizado e parado, quanto à organização e arrumação. Para atrair públicos, Branquinho da Fonseca promove algumas atividades, como concertos e conferências, mas, na sua óptica, a verdadeira função do museu é, através do espaço e dos objetos, facultar a reflexão e a descoberta da identidade e alteridade. Esta descoberta implica uma larga margem de autonomia, em que cada um dos utilizadores define o próprio ritmo e tem a possibilidade de fazer opções de visita. No sentido de conseguir tal desiderato, edita o guia do museu em três línguas.

No que concerne à Biblioteca, também ele nos exemplifica a sua concepção do que deve ser essa instituição cultural, mediante uma vigorosa oposição entre:

- bibliotecas modernas, cujo objectivo é a valorização das pessoas e dos seus saberes;
- versus
- bibliotecas tradicionais, cujo objectivo é a valorização do passado e a conservação do livro;

Construímos, então, um plano de oposições usando, exclusivamente, os vocábulos por si utilizados nos textos em análise, que nos introduzem no modo de encarar uma instituição cultural, ao serviço da comunidade

Quadro 19 As bibliotecas modernas e das bibliotecas tradicionais segundo Branquinho da Fonseca

BIBLIOTECAS MODERNAS valorização das pessoas e dos seus saberes		BIBLIOTECAS TRADICIONAIS valorização do passado e conservação do livro	
Organismos / Instituições vivas	• Vivo [Organismo] • Perspectiva futura • Influência literatura internacional [formar bibliotecas] • Acessíveis • Acolhedoras • Agradáveis • Atraentes • Necessidade pública • Alimento: livro • Divertimento • Encontro	Organismos / Instituições mortas	• Bichos embalsamados • Díficeis • Fingem de vivas • Mortas • Arquivos • Armazéns bafientos • Arcaizar
Aproximação à comunidade	• Missão • Futuro • Benefício • Direito [de usufruir] • Encontro • Facilidade • Possibilidades [leitura] • Variada [leitura] • Interesses [do leitor] • Público diverso • Leitor amigo • Todos [classes sociais] • Descentralização • Extensões [bibliotecas] • Bibliotecas fixas nas escolas • Leitura em casa [livro em casa, à mão] • Pão nosso de cada dia [livro] • Alcance • Trabalham livremente • Fáceis • Confortável • Recolhimento • Repousante	Afastamento da comunidade	• Obsessão passado • Conservar • Bárbaro antigo [leitor] • Inimigo [leitor] • Inacessíveis • Horário [impedem a frequência] • Traças [reservada às] • Poeira

	• Repouso • Serenidade		
Perfil dos Profissionais	• Atender • Amigo [funcionário] • Diligentes [funcionários] • Orientar • Confiança • Delicadeza • Prontidão • amizade		• Fiscalizar • Vigiar
Influências Internacionais	• Extensões às aldeias [América, Inglaterra, Canadá, Austrália, Dinamarca] • Extensões bibliotecárias - Países de mais elevada cultura [Inglaterra, Estados Unidos, Suécia, etc.] • Extensões bibliotecárias - em grande progresso [África do Sul, Índia, Canadá e Austrália]		

Elaboração própria, 2012.

A caracterização das bibliotecas modernas compagina-se num quadro de quatro categorias interpretativas, muito próximas das de João Couto:

- conceito de Biblioteca - instituição de cultura viva e ativa voltada para o futuro;
- função da Biblioteca, definida numa dupla vertente:
 - mediante a aproximação à comunidade;
 - pela formação / transformação do indivíduo, através da função social da biblioteca e do livro, preparando-o para o exercício interventivo e esclarecido da cidadania;
- profissionalização dos funcionários dos museus - cuja aptidão é essencial para assegurar o êxito ou fracasso do projeto;
- Inspiração / influência do trabalho que se opera “nos países mais avançados” relativamente às funções que uma biblioteca deve desempenhar no seio da comunidade

O pressuposto de que as instituições culturais devem ser um centro de inovação, que trabalham a pensar no futuro, para o engrandecimento cultural e espiritual de todos, visto serem

responsáveis pelas mudanças nos indivíduos, vai enformar o seu conceito de biblioteca, encarado como uma “biblioteca viva, órgão de verdadeira cultura” (apêndice, p. XLI). A explicação aparece sempre agregada a um núcleo coerente e associado de características, como seja: a biblioteca deve ser atuante, interventiva nos objetivos, no programa e nas práticas, acessível e acolhedora, com pessoal especializado, que facilite a aproximação à comunidade, tal como se pode constatar no quadro infra:

Quadro 20 As bibliotecas modernas - Branquinho da Fonseca



Elaboração própria, 2012.

Só cumpre esse desiderato se o objeto de valorização for o indivíduo e os seus saberes, mediante diversificação de estratégias para a qual contribuem as influências internacionais dos países mais desenvolvidos.

Branquinho da Fonseca, ativista das Bibliotecas no geral e das Itinerantes em particular, não se limita a um discurso propositivo, assume uma posição veemente no campo cultural, visto que não identifica apenas a sua visão de museu - biblioteca, constrói-a através de uma realidade que pretende demonstrar, operacionalizando-a. O conceito de biblioteca, que defende, é delineado através da rejeição peremptória das características negativas existentes na maioria das bibliotecas, por nós sintetizadas no quadro infra: “quase todas, uma espécie de bichos

embalsamados com olhos de vidro. Fingem de vivas” (apêndice, p. LII), que “são pouco acessíveis, pouco acolhedoras, pouco fáceis para o leitor” (apêndice, p. LII) centradas exclusivamente na conservação do livro, não passando de arquivos.

Quadro 21 As bibliotecas tradicionais - Branquinho da Fonseca



Elaboração própria, 2012.

Vivem tão absorvidas pela conservação dos objetos que têm à sua guarda e operam tanto em função do passado que consideram os leitores como inimigos a abater, visto que o “leitor é um bárbaro antigo, é o inimigo, é um animal ainda domesticado” (Branquinho, 1955, p.), deste modo há que criar entraves para que não se ‘destruam’ e logo não se dê uso às preciosidades que encerram. Continuemos com a ironia: “a biblioteca tem um horário que, como é natural ... coincide rigorosamente com o nosso horário de trabalho ... De maneira que temos de faltar à repartição, ou à fábrica, ou ao escritório, para ir à biblioteca” (Branquinho, 1955, p.), e, deste modo, por falta de utilização, os livros passarão imaculados de geração em geração, ou melhor, de Conservador em Conservador, não cumprindo a sua função: formar, entreter, divertir...

As características atávicas, por si criticadas, são colocadas em oposição às características do que devem, em seu entender, ser as bibliotecas modernas. Trata-se de oferecer “ao leitor uma sala simpática e confortável com fogões de aquecimento e boa luz” (apêndice, p. XLVII), onde o

‘recheio’ tem de se associar ao espaço, e a cultura ao divertimento, para que todos se sintam bem. Neste sentido, defende a criação de “bibliotecas populares de cultura geral” (apêndice, p. XLV) formadas e ampliadas, com base, não nas preferências do seu organizador / conservador, mas em função dos utilizadores, pois “os livros não são para quem a dirige, são para quem lá vai”. Os leitores não são considerados como uma massa homogênea, mas sim na sua multiplicidade e diversidade, eruditos e não eruditos “[...] ao mesmo tempo que temos nas estantes uma Iniciação filosófica, temos Kant, Hegel, Bergson” (apêndice, p. XLV), para atrair interessados “que aqui começaram a ler histórias da carochinha e agora leem histórias de arte, de filosofia, histórias de França e Aragões, inquietos e curiosos” (apêndice, p. L). Não se trata de baixar o nível de exigência e de disponibilização de recursos, pois este pendor popular não é um fim em si, mas um meio de preparar as pessoas para a elevação intelectual e moral. Ora, é o congregar de interesses diversificados, mediante a diversidade de livros que, ao despertar a curiosidade, vai induzir à descoberta e ajudar a criar hábitos de leitura, para que estejam despertos a perscrutar obras mais complexas. Todas as noções se encontram enformadas num quadro justificativo da função social do livro e da leitura, baseada na função educativa, que assegura a formação integral do sujeito.

É este sentido de elevação cultural da população que perpassa em todos os seus textos, ancorado, em nossa opinião, nos ideais republicanos da conquista permanente da dignificação do ser humano, mediante a formação do ‘Homem Novo’, capaz de intervir socialmente, exercendo de uma forma cabal e esclarecida o exercício da cidadania, que vai orientar toda a sua ação e nos remete para o que devem ser as funções de uma biblioteca. Mais uma vez estas funções são-nos apresentadas, por oposição às funções de uma biblioteca tradicional, por meio de dicotomias que, como é evidente, não são retoricamente neutras, mas que foram elaboradas para ilustrar um pensamento moderno por oposição a um pensamento atávico, tradicional, esclerosante, de um regime que orienta as consciências e modela o espírito, segundo ideais conservadores e pretensamente moralizantes. Acresce que estes princípios eram diametralmente opostos aos do ambiente familiar que formou o Conservador (epíteto de conservador, limitado apenas à nomenclatura do cargo que ocupa, mas que em nada o caracteriza) e que, nos textos em análise, pretende contrariar de uma forma bastante assertiva.

Destaca a importância da biblioteca como instituição de esfera pública (Habermas 1962/1991)⁸⁹, ao implementar um serviço acessível a todos, pugnando pelo pluralismo e universalidade das coleções documentais (atualização bibliográfica periódica e diversificada, dirigida a públicos de todas as idades), a gratuidade dos serviços, a permissão da leitura domiciliária, os horários de funcionamento alargados, o conforto do espaço, o acesso livre às estantes e a neutralidade política e ideológica que devem presidir à ampliação bibliográfica. Assim, fica bem clara a defesa da democratização do acesso ao livro, pela dessacralização do mesmo, considerado como um meio de preparar as pessoas para a elevação intelectual e moral, e não como um fim em si mesmo. O livro é para ser manuseado / utilizado, abandonando a obsessão pelo livro imaculado, característica das bibliotecas tradicionais.

Além da aproximação à comunidade, a outra vertente em que baseia a função do que entende ser uma biblioteca, sempre na linha da função social e que está intrinsecamente ligada à primeira, é o poder que ela detém enquanto elemento de formação / transformação dos utilizadores preparando-os para o exercício atuante e informado da cidadania, como analisámos no ponto anterior. Mais uma vez podemos sublinhar a coerência de princípios com que pautou o seu labor empenhado e determinado, concomitantemente com a dinâmica que imprimiu à(s) biblioteca(s) que concebeu, modelou e ampliou.

Um outro modo de fomentar a possibilidade de leitura é a capacidade da biblioteca se expandir no seu território de influência, indo ao encontro dos leitores, “Para isso seria necessário ter bibliotecas em todos os centros populacionais de certa importância, como sedes de concelho, sedes de freguesia, etc.” (1953, *Diário de Lisboa*), sublinhando a função social que as bibliotecas de proximidade devem desempenhar como instrumento cultural, educativo e informativo. Torna-se necessário descentralizar e generalizar bibliotecas para a leitura chegar a todos, visto que:

“o problema que urge resolver, neste campo, não é o de criar mais bibliotecas estáticas e dormentes sob o pó que foge dos caminhos do mundo. É criar bibliotecas que andem por esses caminhos, onde não poise só o pó, mas também os olhos dos que os têm para ver. [...] A única maneira do livro desempenhar totalmente a sua missão, é estando ao alcance do leitor, sempre que este possa aproveitar o seu

⁸⁹ Adoptamos a definição de ‘esfera pública’ de Habermas, entendida como espaço social de envolvimento público, independente das forças políticas e económicas, destinado a promover o debate livre entre os cidadãos em torno de ideias e assuntos de interesse comum, destacando-se sempre o seu papel emancipador.

ensinamento ou a sua boa sombra e desenfado. É
estando em sua casa [...]” (*D. Popular*, 1-9-1953)

E, deste modo, enfrenta o pó, o calor, o frio e a chuva, para levar o livro a casa de todos os que queiram abrir a porta e ir ao encontro da ‘carripa’ que, fazendo um esforço muito superior à sua capacidade, transportando “alguma centena de livros de cultura geral, de orientação profissional e de divertimento, para adultos e para crianças, percorrerá o concelho, todos os domingos [...] durante o tempo necessário para entrega e recolha dos volumes emprestados percorre as zonas mais interiores do concelho” (7-7-1953). O Museu-Biblioteca multiplica-se, distende-se, dilata-se, aproxima-se e intervém junto de todos que o queiram, utilizando o território concelhio, como área de intervenção prioritária, parando no largo, no terreiro, no adro para franquear as estantes, os livros de temáticas diversificadas, ao “leitor amigo” (apêndice, p.LIX).

A biblioteca interventiva, tal como o museu, rejeita o reino da neutralidade e, por isso, os responsáveis e os outros funcionários que aí trabalham, têm de estar implicados na função educativa da comunidade que servem, trabalhando para o público utilizador e não para eles próprios, visto que “os livros não são para quem a dirige, são para quem lá vai” (apêndice, p. XLVII), como já referido anteriormente.

Figura 8 O Bibliotecário - 1566
Giuseppe Arcimboldo



Fonte: acedido a 14 de dezembro, 2012 em <http://dorodango.wordpress.com/2010/02/23/giuseppe-arcimboldo/>

A biblioteca interventiva contraria as práticas, ainda existentes em alguns bibliotecários, exemplificados quatro séculos antes, no quadro de Arcimboldo, sintomaticamente denominado *O*

Bibliotecário, formado por livros organizados e primorosamente cuidados, possivelmente por falta de uso, e aos quais uma parte do cortinado garante uma redobrada proteção. A cabeça, pintada como um livro aberto, é uma porta de esperança para uma mudança de atitude de quem garante o funcionamento das bibliotecas que, na óptica de Branquinho da Fonseca, deve ajudar a ‘ler o mundo’. Os funcionários desempenham um papel crucial, visto terem um papel ativo na sensibilização e fidelização da comunidade, ao tornar o espaço atrativo e acolhedor, dando autonomia e liberdade de escolha aos leitores, pugnando pela orientação imparcial em que o lema deve ser “atender os leitores e não vigiá-los” (apêndice, p. LVIII). Deve-se privilegiar o pensamento múltiplo e a divergência de opiniões, no sentido de contribuir para o engrandecimento do ser humano pois “até certo ângulo, a divergência dá a força, a atenção e a responsabilidade. Quando todos pensam da mesma maneira, é quase sempre porque ninguém pensa grande coisa” (apêndice, p. XLVIII).

Branquinho da Fonseca, tal como João Couto, vai estar em contacto com as boas práticas das bibliotecas dos “países mais avançados”, como a América, a Inglaterra, a Dinamarca, o Canadá e a Austrália, onde estas são, por si, consideradas, como instrumentos vivos e atuantes de cultura, viradas para o futuro, dispondo de um grande apoio governamental. Contribuem, através da metodologia empregue, para a redução efetiva do analfabetismo e iliteracia, numa relação de proximidade com a comunidade mediante a descentralização, a criação de extensões bibliotecárias e de bibliotecas itinerantes.

Os Conservadores não se isolaram na pequenez das fronteiras do território onde habitaram, mas alargaram os seus horizontes, internacionalizaram leituras, indagaram novidades, estudaram resultados e aplicaram... mesmo que, por vezes, tivessem de derrubar muros cauterizados por pensamentos e ações atávicas ... Esta audácia e espírito vanguardista é reconhecida por quem refletiu acerca do trabalho por eles empreendido, como veremos em seguida.

3.2 O MUSEU – BIBLIOTECA ATRAVÉS DE DIFERENTES ‘OLHARES’

Recolhemos textos de autores que refletiram acerca do trabalho feito por João Couto e Branquinho da Fonseca no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães e, no caso de João Couto, igualmente no Museu Nacional de Arte Antiga, que iremos submeter à análise de conteúdo no sentido de obter um outro ‘olhar’, desta vez, exterior, mais ‘objetivo’, porquanto não implicado no processo.

3.2.1 “João Couto, verdadeiramente inimigo das obras de fachada”

Relativamente a João Couto nem todos os textos selecionados versam o trabalho por si realizado no Museu – Biblioteca de Cascais, mas, como já explanámos, a sua presença e intervenção, mesmo que por vezes de forma indireta, fez-se, numa fase posterior, a partir do Museu Nacional de Arte Antiga. Razão pela qual inserimos e analisámos os textos que a seguir se elencam:

Quadro 22 Textos de reflexão sobre o trabalho de João Couto

TEXTOS	
<i>Carta do Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, ao Dr. João.</i> Atribuição de um louvor. (1933) Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-41 Cx1, 28-11 (não assinado)	Arquivo Histórico Municipal
Cabral, M. (1962, setembro). Serviço de Extensão escolar e a formação de monitores. 3ª Conferência dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais, Sep. Revista <i>Mvsev</i> , p.91 e 92. IIª Série, nº 5. Porto: ed. Círculo José de Figueiredo	Revista <i>Mvsev</i>
Beaumont, M. A., (1971). Pequena História do Museu de Cascais, <i>Museu - Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, Boletim nº 2</i> , Cascais, C.M.C, p.17 – 36	<i>Boletim do Museu</i>
Mendonça, M. J. (1971). O Dr. João Couto e o Museu de Arte Antiga. In.: Fundação Calouste Gulbenkian. <i>João Couto - In Memoriam</i> , (pp.109 a 114). Lisboa, Autor	Artigo em livro
Santos, A.V. (1971). O Dr. João Couto e a organização das Galerias de Pintura do Museu de Arte Antiga. In.: Fundação Calouste Gulbenkian. <i>João Couto -In Memoriam</i> , (pp.151-157). Lisboa, Autor	

Elaboração própria, 2012.

Trata-se de cinco textos, um texto de louvor não publicado, concedido pela Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca, pertencente ao Arquivo Histórico Municipal, um publicado na Revista *Mvseu*, e um inserto no Boletim do Museu - Biblioteca. Estes dois últimos textos foram escritos por Madalena Cabral, que trabalhou ativamente com João Couto na formação dos Serviços Educativos do Museu de Arte Antiga, e que lhe deu continuidade, e por Maria Alice Beaumont, Conservadora no Museu – Biblioteca, e que transitará para o Museu Nacional de Arte Antiga, respetivamente.

Os dois últimos foram publicados em livro e pertencem a uma obra de homenagem feita a João Couto, a título póstumo, coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

A análise de conteúdo destes artigos obedeceu às orientações metodológicas seguidas para o estudo dos outros textos e, também aqui, partimos de disjunções. Os vocábulos que criam oposições não são tão ricos como nos outros textos analisados, visto que os autores escrevem os artigos salientando o contributo que João Couto legou às instituições museais onde trabalhou, não valorizando muito a oposição como forma de estruturação do discurso.

Mais uma vez, construímos um quadro, binário, usando unicamente vocábulos utilizados pelos autores, que nos inserem na forma como o trabalho de João Couto era considerado.

Quadro 23 Caracterização dos museus organizados por João Couto

MUSEUS ORGANIZADOS POR JOÃO COUTO Trabalho centrado nos utilizadores		OUTROS MUSEUS Trabalho centrado nos Conservadores	
Conservador	• Inimigo obras de fachada • qualidades humanas • inteligência • trabalho • honestidade • competência • experiência • Persistente • Comunicar • Mestre excepcional • brilho [exercício da profissão] • Vincada [personalidade]	Conservador	• Satisfação pessoal

	• Ética [profissional e cultural] • Pedagogia[professor] • Pioneiro [função educativa] • Professor [nunca deixou de ser]		
Organização do museu	• casa habitada • sala [...]Cascais • inventário • arranjo • catalogação [objetos e livros] • regulamento [biblioteca, museu] • biblioteca • plano de actividades • engrandecimento • expansão cultural • centro vivo • ativo [centro de estudos] • aliciante	Organização do museu	• “chic” • “à la page” • Exibicionismo
Divulgação	• Roteiros • Catálogos • Propaganda		
Aproximação à comunidade	• encontro do público • habitantes • visitas • Conferências • Concertos • cursos • atividade cultural • programas educativos • função educativa		
Formação funcionários	• Proveito real [das crianças] • Estágio prático • Conversas • Debates • Visitas orientadas • Reuniões de estudo [periódicas] • nacionais e internacionais [reuniões] • Valor formativo		

Elaboração própria, 2012.

Os autores tratados consideram que o trabalho produzido por João Couto quer no Museu – Biblioteca, que funciona como “um centro de cultura na vila de Cascais” (apêndice, p.LXVIII), quer no Museu Nacional de Arte Antiga, fica a dever-se, em primeiro lugar, ao seu perfil de Conservador. Trata-se de um Conservador que, ignorando o protagonismo para fazer brilhar a causa, vai organizar os museus anulando o puro exibicionismo, trabalhando em função dos utilizadores do espaço, numa crescente aproximação à comunidade. Acrescente-se que, como não vivia centrado em si próprio, nem nas suas qualidades, considerava que o modelo museal em que acreditava só teria êxito se fosse divulgado. Neste sentido, não descuro, sobretudo desde que, em 1932, vai para o Museu Nacional de Arte Antiga, a formação teórico - prática de Conservadores e Monitores, alguns dos quais vão trabalhar, a partir dos finais dos anos sessenta, no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães. No quadro abaixo poderemos ver, com mais clareza, as quatro categorias, por nós deduzidas, após a análise de conteúdo e que vão, em seguida, ser dissecadas:

Quadro 24 O museu orientado por João Couto



Elaboração própria, 2012.

Comecemos por analisar a categoria:

Perfil de Conservador – que vai ser determinante para a orientação que será dada à instituição museal. Os textos evidenciam três qualidades que vão enformar o perfil de João Couto, determinando a sua ação: qualidades humanas, onde se destaca a “personalidade bem vincada” e o espírito altruísta que o motivava a partilhar o seu saber; qualidades profissionais, onde se salienta a sua ética, honestidade, capacidade de trabalho, de transmissão, pois foi um “Mestre excepcional”, aliada à sua descrição, visto ser “verdadeiramente inimigo das obras de fachada”; e a experiência pedagógica, perfeitamente consolidada, pois “foi professor e nunca deixou de o ser num amplo sentido”, aliando permanentemente a educação e a museologia, sendo, em nosso entender e, como já afirmámos, um verdadeiro “pedagogo-museólogo”, visto que “desde o início da sua carreira de conservador [...] se preocupou com a função educativa dos museus. Nesse campo da Museologia ele foi, entre nós, um autêntico pioneiro” (apêndice, p. LXIX). Este pioneirismo não o deixa acomodar-se, obrigando-o a uma atualização constante, com influências a nível teórico – prático de abrangência internacional e que vai deixar a sua marca incontornável nos museus que dirigiu, e naqueles cujo processo evolutivo acompanhou / coordenou, o que nos remete para a:

Organização do(s) museu(s) – concretizada, partindo do pressuposto de que estas instituições devem cumprir a sua função a três níveis: interno – labor, quase invisível para os utilizadores, mas que é fundamental para a manutenção do acervo com todos os “trabalhos de inventário, arranjo, catalogação, de objetos e livros, de regulamento da biblioteca e museu” (apêndice, p. LXVIII); de utilidade social - constituindo-se um “centro vivo de convivência humana e cultural” (apêndice, p. LXVIII), revalorizando-se o acervo existente, mediante o aspecto de “casa habitada” (apêndice, p. LXVIII) no caso do Museu - Biblioteca. Um museu local deve ainda proceder à valorização do património local, no caso em estudo, com “uma sala especialmente dedicada a Cascais”, atraindo o público; de visibilidade externa – através da elaboração de catálogos, roteiros e “propaganda, das visitas, da atividade cultural” no sentido de fazer constantemente a:

Aproximação à comunidade – aproximação esta, exercida mediante um meticuloso programa cultural que tem por base a sua formação pedagógica que o faz valorizar, desde que começou a exercer a profissão de museólogo, a função educativa. Esta função é consumada

mediante uma enorme variedade de atividades, como “cursos de arte, conferências, sessões de filmes de arte, visitas guiadas, colóquios com estudantes e concertos” que só atingem os seus objetivos mais profícuos em prol da comunidade, se houver uma aposta constante na

Formação de Conservadores e Monitores – esta formação é essencial para a “defesa e valorização do património artístico” e, especificamente, no caso dos monitores dos Serviços Educativos ou afins, para que “a obra seja levada a cabo com proveito real das crianças”. A formação implica, na sua óptica, aliar a teoria, com “noções básicas de História de Arte” e “conversas e debates sobre iniciação artística infantil”, à prática, implementando uma grande diversidade de modalidades, com “estágio prático em todas as actividades infantis existentes no Museu, (visitas e ateliers)”, assim como “visitas orientadas aos Museus e outros centros artísticos de interesse para as crianças”. Contudo, a formação não se pode cingir à limitada duração do curso, mas tem de haver continuidade, de molde a que os funcionários se possam atualizar periodicamente. Essa renovação de conhecimentos é exercida mediante a participação ativa em “sessões de estudo que se realizavam, semanalmente”, e em múltiplas “reuniões de Museologia e de História de Arte, nacionais e internacionais” que promovia no museu que dirigia. Acrescenta-se a valorização que fazia de uma biblioteca bem apetrechada de apoio, aconselhamento e reciclagem para todos os que queriam fazer um museu moderno, contrariando as ‘luzes da ribalta’ que ofuscam, e por vezes anulam, um trabalho mais comprometido com a comunidade que acolhe a instituição.

3.2.2 “Branquinho da Fonseca - um escritor que não é um distante *snob* das Letras”

No que diz respeito a este Conservador seleccionámos quatro textos, dois publicados no *Diário Popular*, não assinados, um anterior ao surgimento da Biblioteca Itinerante e outro que vai refletir o seu funcionamento; um texto de Jaime Cortesão, publicado no *Primeiro de Janeiro*, e um texto de louvor concedido pela autarquia e que se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Quadro 25 Textos de reflexão sobre o trabalho de Branquinho da Fonseca

TEXTOS	
Uma biblioteca modelo que procura atrair os leitores para bem desempenhar a sua função como instrumento de propagação de cultura. <i>Diário de Lisboa</i> , 16 abril de 1951, Ano 31º, nº 10.191, p. 1 e 9. Retirado a 4 de janeiro, 2012 de www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06332.053.12803&bd=IMPrensa	<i>Diário de Lisboa</i>
Livros para toda a gente distribuídos na rua ou no campo. Eis a magnífica iniciativa que está em plena execução lançada pela biblioteca de Cascais, <i>Diário de Lisboa</i> , 7 agosto de 1953, Ano 33, nº 11051, p.1 e 3. Retirado a 4 de janeiro, 2012, de fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06337.058.13805&bd=	
Cortesão, J. (1955, 12 outubro). O povo tem fome de cultura. A feliz experiência da Biblioteca Itinerante do Museu Castro Guimarães, de Cascais. <i>O Primeiro de Janeiro</i> , Porto, Ano 87, nº 280, p.3	<i>O Primeiro de Janeiro</i>
Atribuição de um louvor, devido ao sucesso da biblioteca itinerante 8-2-1954 AHMC/APSS/ABF/B/001/155 CX 006	Arquivo Histórico Municipal

Elaboração própria, 2012.

Antes da análise, convém, por uma questão de melhor contextualização, perceber a orientação dos jornais onde estes textos foram escritos. Relativamente ao *Diário de Lisboa*, já foi feita a síntese anteriormente. O *Primeiro de Janeiro*, jornal diário portuense que se começou a publicar em 1 de Janeiro de 1868, pugnando por informar de forma isenta e pluralista, apresenta uma vida longa, onde colaboraram regularmente Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, entre outros. Em 1942 surge um suplemento semanal “das Artes e das Letras”, aprofundando a tradição intelectual de que se orgulhava, onde pontuam nomes como Jaime Cortesão e Agustina Bessa Luís. Aquele, autor do artigo que vamos analisar, mantém uma colaboração bastante regular e prolongada neste Jornal (Águas, 1985), com temas bastante diversificados, sobretudo de pendor histórico, causa a que, juntamente com a intervenção cívica, dedicou a sua vida.

A análise de conteúdo destes artigos obedeceu às orientações metodológicas seguidas para o estudo dos outros textos, e também nestes partimos de disjunções. Os autores opõem claramente o trabalho que se faz no:

- Museu - Biblioteca de Cascais – onde se pretende a valorização das pessoas e dos seus saberes;
versus
- museus e bibliotecas existentes - onde se pretende a valorização do passado e conservação do livro, judiciosamente ‘fechado a sete chaves’.

Mais uma vez, construímos um conjunto de dicotomias, usando unicamente vocábulos utilizados pelos autores dos escritos, que nos inserem na forma como este Museu-Biblioteca era considerado externamente.

Quadro 26 O Museu - Biblioteca orientado por Branquinho da Fonseca

MUSEU - BIBLIOTECA DE CASCAIS valorização das pessoas e dos seus saberes		MUSEUS E BIBLIOTECAS EXISTENTES valorização do passado e conservação do livro	
Museu	MUSEU • Confortável • Acolhedor • Calmo • Tranquilo • Utilidade social [acervo] • Bom gosto • Conhecimento • Revalorizar • Ambos – museu e biblioteca – “organismo palpitante”	Museu	• Hostilidade de ambiente • Tom glacial dos regulamentos • Rigidez hirta de casa morta • Cheira a mofo

Biblioteca	• Espaço [ampliado] • interesse e a capacidade [biblioteca] • Livros [novos] • ficheiro [acessível] • regulamento [acessível] • regulamento [liberal] • biblioteca popular • cultura geral • valor social do livro • instrumento vivo [livro] • captação [todo o público] • leitura [acessível] • livros [para todos] • gratuita [leitura] • fomento da leitura [domiciliária] • biblioteca circulante • povoados • leitores [todas as idades] • entusiasmo [leitores] • frequência [cresceu] • obras consultadas [cresceram]	Biblioteca	• Hostilidade de ambiente • Tom glacial dos regulamentos • Rigidez hirta de casa morta • Cheira a mofo Livro – “cerrado em vitrinas aferrolhadas”
------------	---	------------	---

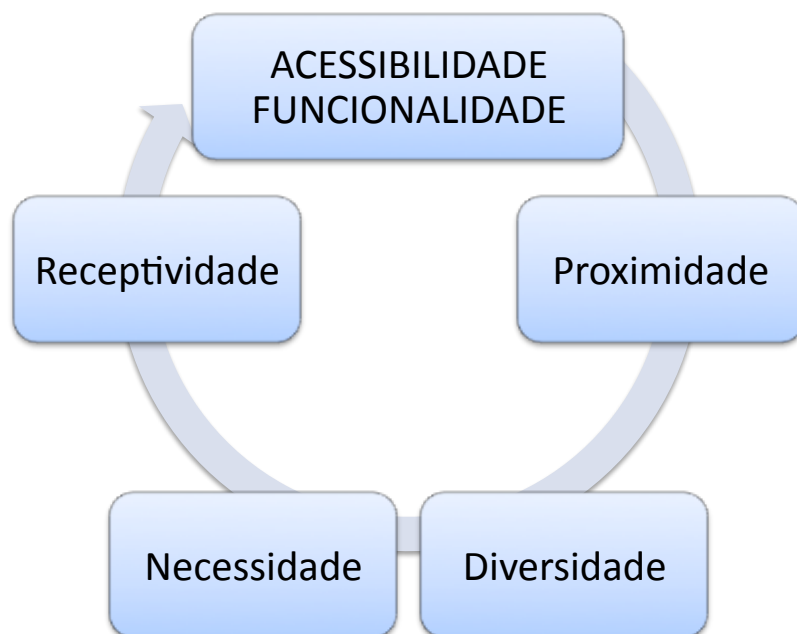
Elaboração própria, 2012.

Os autores consideram que o trabalho, produzido por Branquinho da Fonseca no Museu – Biblioteca, que funciona como “organismo palpitante”, parte de “um conceito actualizado” da função de uma instituição cultural desta natureza, proveniente de um “espírito lúcido”, bastante esclarecido, com influências a nível teórico – prático, que ultrapassam a pequenez das fronteiras nacionais e se estendem aos países de cultura inglesa e escandinava.

Espírito informado e empreendedor, Branquinho da Fonseca, dando prioridade ao valor social do Museu-Biblioteca, aposta num serviço acessível a toda a comunidade para que se torne

num elemento transformador do indivíduo. Este desafio é por si concretizado mediante cinco categorias, por nós inferidas após a análise, tal como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro 27 Museu - Biblioteca orientado por Branquinho da Fonseca



Elaboração própria, 2012.

Começemos por analisar a categoria:

Acessibilidade / funcionalidade – duas características interdependentes e que vão ser fundamentais para dar corpo a uma instituição moderna. A ampliação do espaço, o ambiente acolhedor e confortável, os regulamentos funcionais, os ficheiros de consulta simples, as estantes abertas e a gratuitidade dos serviços prestados, são sublinhados como um elemento extraordinariamente favorável para atrair utilizadores num museu e, sobretudo, biblioteca, que se pretendia popular, isto é, de cultura geral.

A acessibilidade vai ainda ser fomentada quer pela leitura domiciliária, exemplo praticamente pioneiro, visto que “em todas as bibliotecas públicas é proibido levar livros para ler em casa, menos numa, a do Museu Castro Guimarães ...” (apêndice, p.LXXIII), quer pela criação da biblioteca itinerante, onde os “livros para toda a gente [são] distribuídos na rua ou no campo” (apêndice, p.LXXIII) numa clara noção da necessidade de relação próxima com os leitores, como se pode ler logo no título do artigo do *Diário de Lisboa* de 7 de Setembro de 1953. Quesito que nos remete diretamente para outro fator amplamente sublinhado pelos autores, o fator de:

Proximidade - Esta dinâmica vanguardista baseia-se no facto do livro ser, por si, considerado como um “instrumento vivo de cultura”. No sentido de cumprir cabalmente essa função, tem de ir ao encontro dos hipotéticos leitores, que são seduzidos, numa primeira fase, pela possibilidade da leitura domiciliária, mediante requisição na biblioteca. Esta facilidade trazia até si investigadores estrangeiros, que aproveitavam para duplicar o tempo de estudo, lendo à noite os livros solicitados, que depois entregavam. Havia, igualmente, que captar os presumíveis leitores geograficamente mais distantes, tornando-se necessário aproximar o concelho, para que, todos os que quisessem, pudessem ter o acesso ao livro. Consequentemente, aos domingos, interrompendo a pacatez dos povoados mais rurais, sobrevivendo ao acidentado dos percursos, chegava, triunfante, o carro / carrinha que lhes deixava os livros a escassos metros de sua casa. O recheio, de que era composto o carro, primava pela:

Diversidade – para ter leitores é preciso ter leitura diversificada e acessível, por isso Branquinho da Fonseca investe em novas obras que abarquem interesses distintos, numa criteriosa seleção pensada em função do leitor, com orientação por parte do Conservador. Este é o exemplo contrário do populismo demagógico, pois, enquanto educador não se demite da sua responsabilidade, apostando numa Biblioteca, pensada para todos, mas para todos aumentarem, e não cristalizarem, o conhecimento. Para Branquinho da Fonseca, que recusou sempre fazer o papel do autoritário, distante e inquestionável, a superioridade intelectual deve promover e fomentar a acessibilidade ao conhecimento, pois este é uma:

Necessidade – a educação, a cultura, o conhecimento considerados neste projeto como factores indispensáveis a todos os seres humanos, pois “nem só de pão vive o homem” (apêndice, p.LXXV). Trata-se da continuação necessária das campanhas de alfabetização, porquanto “a obra de alfabetização dos adultos, renovada e intensificada pelo actual governo, não basta” (apêndice, p. LXXVI), visto que o sair da iliteracia significa prática regular de leitura

Há a nítida noção de que a alfabetização exige esforços de continuidade, constatando-se que, muitos que já souberam ler, “desaprenderam por falta de exercício” (apêndice, p. LXXVII), dependendo agora da leitura em grupo. A leitura, para além do entretenimento, tinha a função de contribuir para a satisfação individual, para o crescimento do ser humano, e, daí, uma enorme vantagem da biblioteca itinerante ser a de “melhorar as condições de vida desses leitores, ávidos de penetrar num mundo que até hoje lhes foi vedado” (apêndice, p. LXXVII) e ao qual estavam a demonstrar grande:

Receptividade – era com “entusiasmo verdadeiro” que crianças e jovens, operários e empregados do comércio esperavam regularmente a chegada e o empréstimo gratuito dos livros. Num outro artigo sublinha-se que o “interesse das populações, até aí privadas da leitura de bons livros é verdadeiramente encantador” (apêndice, p. LXXV), pugnando pela preservação dos mesmos. Com efeito, “os próprios leitores se vigiam uns aos outros no cumprimento desse dever”, para que todos tenham acesso ao livros nas melhores condições.

A sensibilidade para com os outros, e a função social que desde sempre Branquinho da Fonseca, “escritor que não é um distante snob das Letras” (apêndice, p. LXXII), imprimiu a esta instituição, fizeram aumentar o número de leitores, aumentar o número de obras consultadas, abrir as portas para novos mundos e estreitar laços de solidariedade comunitários, visto “que alguns leitores leem, em grupo, para os que não sabem ler” (apêndice, p. LXXVII).

A instituição local substituiu e ultrapassou largamente o Estado na sua tarefa de instruir, educar e dar a conhecer, tarefa esta que, no Estado Novo, tinha sido reduzida ao pendor mais minimalista, coadunando-se com os museus e bibliotecas existentes, de acordo com a caracterização feita pelos autores analisados. Estas bibliotecas vivem em função do passado e da conservação dos livros, afastando, pelos regulamentos, pela “hostilidade do ambiente” e pela sumptuosidade das estantes, os possíveis leitores, que não ousam penetrar neste mundo de “rigidez hirta de casa morta”.

Conclusão

Começemos por refletir sobre os grandes eixos em que se estruturam as ideias fundamentais extraídas dos textos analisados, umas diretamente e outras inferidas após o trabalho dedutivo que efetuámos.

Em primeiro lugar, há uma clara conexão entre a formação, de cariz republicano, e o acentuado pendor de consciência social de João Couto e Branquinho da Fonseca, cujo paradigma é a formação do ‘Homem Novo’ mediante o poder regenerador da educação, com a definição assertiva da sua atuação, em prol da comunidade.

Segundo, a lógica estruturante da concepção de museu – biblioteca é caracterizada pela concepção educativa que ambos partilham, contrária à do tempo em que vivem, e que pugna pela democratização do acesso à cultura. Trata-se de uma educação considerada como processo e práxis, que se concretiza nas relações sociais que ultrapassam a escola, com o seu ritmo e espaço próprios, abrangendo toda a sociedade. Processo, porque a educação consiste no sistema de socialização cultural, na qual se constroem, mantêm e transformam os saberes e os conhecimentos. Práxis, na medida em que se destina a uma heterogeneidade de indivíduos, com o objetivo da renovação de saberes, confronto com o (des)conhecido, mediante múltiplas abordagens, para fomentar a criatividade, imaginação e a diversidade numa sociedade em permanente construção.

Terceiro, os textos destes dois pioneiros apontam para uma ruptura e mudança no discurso institucional sobre a função das instituições culturais no seio da comunidade. No seu entender, as instituições culturais devem transformar o passado em futuro e contribuir, de uma forma ativa e incisiva, para a própria renovação da sociedade, constituindo um substrato que lhe abre o caminho da liberdade de pensar, julgar e agir.

Procedamos, pois, à identificação / sintetização das lógicas que operacionalizam essas rupturas e que se situam ao nível:

- da centralidade que é dada à comunidade, numa perspetiva que contraria a ‘harmonia’ elitista vigente;
- da preocupação em fazer com que o museu - biblioteca diversifique atividades, ultrapasse os seus muros, e vá ao encontro da população;

- do invocar, de modo explícito, a cultura como a possibilidade que o sujeito tem de adquirir a sua autonomia.

contrariando a frase que Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional, tantas vezes repetia nos seus discursos, “um lugar para cada um e cada um no seu lugar” e que definia, de uma maneira bastante acutilante, a visão social do Estado Novo, propagandeada, igualmente, no discurso salazarista. A vontade de perpetuar uma sociedade cristalizada, sem mobilidade social, política e profissional, era o propósito que determinava a ação.

Simplesmente, quis o ‘acaso’, que se tornou numa enorme ‘sorte’, que as mentes que orientaram os primeiros 30 anos da existência deste museu-biblioteca - continuado, pelo menos, até aos anos 80 -, não fossem mentes acomodadas ao poder instituído, mas que, fruto da formação republicana e consequente defesa intransigente da ‘regeneração social do homem’ através da educação, apostassem na formação do homem integral. O pensamento e ação dos que ficaram com a incumbência de nortear o seu destino, orientaram-no no sentido da criação de homens esclarecidos.

Vejamos, em seguida, mediante o recurso a documentação de arquivo, que inclui fontes primárias, algumas das quais inéditas, e fontes secundárias, como é que estes ideais foram postos em prática no Museu – Biblioteca. Para um melhor entendimento dos aspectos evolutivos optámos por fazer um historial diacrónico que começa nos anos 30 e vai terminar nos anos 80, porquanto constituiu, como já mencionámos, a única instituição museal num Concelho às portas da Capital. Neste percurso de 50 anos outros Conservadores entraram em cena e, também, as opções por si tomadas e os caminhos por onde enveredaram vão ser analisados, por fazerem parte da memória construtiva e evolutiva deste palacete, embora com uma dimensão, em termos de atuação museal, bastante diferente dos dois Conservadores, cujo trabalho tem sido por nós acompanhado de forma mais minuciosa.

3.3 O MUSEU-BIBLIOTECA: A FILANTROPIA NA DOAÇÃO E NA AÇÃO

Figura 9 Torreão do M-BCCG - C. Bonvalot, n/d



Foto: Pedro Aboim. Fonte: Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães MCCG-PIN -085
Óleo sobre cartão Alt.: 19X Larg.: 26 cm.

“Só nos pequenos cérebros cabe a ideia de que os Museus atrofiam as ideias e o génio criador” (João Couto, 1930, p. 14)

“O passado tem a sua verdadeira importância só naquilo em que informa os problemas do homem actual, e lhe dá a sua consciência histórica [...] Porém, não esqueçamos que, se o homem está, em cada dia e em cada hora, exactamente na linha entre o passado e o futuro, é perigoso olhar mais para donde se veio do que para onde se vai.” (Fonseca, [1942], 1997, p.12 - 13)

3.3.1 Década de 30 – tempos de formação : alargamento de públicos / aproximação à comunidade.

**“Pretende-se que seja a casa de deleite espiritual
para a gente trabalhadora desta vila ...”
(Couto, 1931, 20 de Janeiro)**

**“Em Cascais fica o que a Cascais pertence”
(Gusmão, 1947, p.21)**

Espaço polivalente, o museu mais antigo (octogenário), e o único existente no Concelho durante mais de cinco décadas, foi o Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Exemplar de arquitetura eclética, foi mandado construir em 1904 por Jorge O'Neill para sua residência de Verão.

A iniciativa, de o transformar em espaço para todos, partiu do benemérito, filantropo e segundo proprietário Manuel de Castro Guimarães⁹⁰, um “grande senhor português do fim do século, dado às letras e às artes – e que quis dá-las ao povo do seu concelho” (apêndice, LI). Efetivamente, como não tinha descendentes diretos, legou a sua residência⁹¹ ao Município, para que se constituísse um Museu Municipal e uma Biblioteca Pública, tal como consta das disposições testamentárias:

“ [...] Deixo à vila de Cascais, a minha propriedade denominada Torre de S. Sebastião, sita nesta Vila (...) com toda a mobília, objetos de arte, livros e pratas que nelas se contenham[...] A Casa de habitação será destinada a um pequeno museu municipal e biblioteca pública, e os jardins e parque contíguo para recreio do

⁹⁰ Segundo Augusto Moutinho Borges (2011), foi com o início da República e com a necessidade de educar o povo que surgiu, no nosso país, a constituição de Casas-Museu. Estas casas, fruto do espírito colecionista e preservacionista dos seus proprietários, serviriam, após a sua morte, para que a formação integral do indivíduo fosse alcançada, mediante o contato e a fruição da arte e cultura. Estes ideais estão expressos no testamento de aristocratas como Manuel de Castro Guimarães, e de gente ligada ao republicanismo (de origens nobres ou não), como José Relvas, que faz a doação da sua casa, *Casa-Museu José Relvas*, ao município de Alpiarça, em 1929; Almeida Moreira, *Casa-Museu Almeida Moreira* (Viseu, 1939), Guerra Junqueiro, *Casa-Museu Guerra Junqueiro* (Porto, 1940), Egas Moniz, *Casa-Museu Egas Moniz* (Avanca, 1968), Bissaya Barreto, *Casa-Museu Bissaya Barreto* (Coimbra, 1958), entre outros.

⁹¹ A casa habitada, como espaço de memórias e de vivência dessas memórias, elemento central da vida dos Condes, constitui uma excelente narrativa para a construção de um processo museológico, enquanto espaço de vida, de representação de um tempo, do lazer, das formas de ser e estar de quem a habitou e de quem a visitou. Mas a casa é, também, um espaço de memórias perdidas, de memórias que caíram no esquecimento. Mário Chagas advoga que são um ótimo local para o exercício da Imaginação Museal, numa relação com o hoje “que busque conectar a casa museu com as questões da atualidade, com os desafios do mundo contemporâneo” (2008, p.5)

público [...] a quantia a que adiante me referirei constituirá um capital, cujo rendimento não terá outra aplicação que não seja a de conservação e custeio dos edifícios e dos jardins, a compra de livros para aumento da biblioteca, ou de qualquer outro objecto indispensável e o pagamento da remuneração aos administradores respectivos e dos salários ou ordenados do pessoal”.⁹²

Se o testamento e a morte mudaram o rumo a um palacete que, de residência privada, passou a espaço público com três áreas (museu, biblioteca e jardins), o facto de José de Figueiredo⁹³ ser o Vogal Cultural da Comissão Administrativa e de João Couto ter ficado selecionado no concurso⁹⁴ para Conservador do mesmo ‘revolucionou’ o futuro deste espaço. Com efeito, João Couto, como já comprovámos, espírito empreendedor e inovador que vai, entre 1930 e 1932, comandar ativamente os destinos do Museu de Cascais, e que posteriormente e com funções diversas: Conservador Honorário⁹⁵ e depois da morte de José de Figueiredo, como Vogal Cultural da Comissão Administrativa - 1938/41 -, fez com que, em Cascais, os ventos ‘modernos’ ecoassem dentro e fora do palacete, que as portas e janelas se abrissem a todos, mostrando um pensamento e atuação vasto e tendencialmente interdisciplinar.

Logo no discurso de abertura, no dia da inauguração⁹⁶, João Couto, que era, desde 1930, Conservador - Bibliotecário deste espaço, traçou-lhe o destino:

“Este Museu – biblioteca tem de ser por força da imperativa vontade do doador, aquilo, que, afinal, todos os Museus deviam ser – casas de ativa educação, colaborando, particularmente, na formação

⁹² A administração do museu foi confiada, por determinação testamentária, a uma Comissão Administrativa composta por três representantes de entidades oficiais: Câmara Municipal de Cascais - na pessoa do seu Presidente -, Repartição de Finanças do Concelho e a Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa - assim nomeada a partir do Decreto nº20977 de 1932, substituindo o Conselho de Arte e Arqueologia - 1ª Circunscrição -. Os primeiros elementos foram, respetivamente, Amílcar Mário de Jesus, António Crisóstomo dos Santos e José de Figueiredo. Em 1950, o Museu era uma Fundação à qual faltava a personalidade jurídica, a Comissão Administrativa passou a designar-se Comissão Consultiva e a Câmara Municipal passa a ser a gestora patrimonial.

⁹³ Porto 1872 - Lisboa 1937, historiador e crítico de arte, foi o primeiro presidente da Academia Nacional de Belas Artes - 1932/37 - e primeiro Diretor do Museu Nacional de Arte Antiga - 1911/37 -. Viveu, durante seis anos, em Paris, onde privou com a intelectualidade parisiense, sobretudo relacionada com a arte e museus, tendo estes contactos sido referência fundamental para o trabalho que, mais tarde, vai desempenhar nos museus portugueses.

⁹⁴ Publicado no *Diário de Notícias* de 20 de Julho de 1930

⁹⁵ Situação verificada partir de 1934, por proposta de José de Figueiredo - ata nº 22, devido aos excelentes serviços prestados em prol da dinamização do museu - biblioteca.

⁹⁶ O Museu abriu em 2 de janeiro de 1931 - a título não oficial - situação que se alterou em 12 de julho do mesmo ano com a abertura oficial. Esta cerimónia contou com a presença do Presidente da República, General Óscar Fragozo Carmona e do Presidente do Governo, General Domingos de Oliveira, este último, curiosamente, avô do genro de António José Branquinho da Fonseca, Luis Soares de Oliveira.

do gosto e do carácter. Estão já longe os tempos em que os Museus nada mais eram do que sumptuosas arrecadações de obras primas criadas pelos homens.” (Couto, 1931/ 1971, p. 13)

Aconselha a que o trabalho no museu se inspire no que de mais inovador se faz na América do Norte, visto que “a lição dos museus da Europa é, com raras excepções, antiquada (...)” (Couto, 1931 /1971, p. 13). Em contrapartida na América do Norte o:

“Museu (...) é escola viva, mas onde se prepara o renovamento do gosto pela arte, onde cada objeto de séculos idos é lição para o dia de amanhã. O Museu pretende ser o necessário complemento de todo o ensino, sem o qual a instrução mais cuidada é incompleta, pois sem arte não há gosto, e sem gosto não há boa educação.” (...)” (Couto, 1931/1971, p. 13).

A sua concepção de museu abrangente e onde a criatividade não deve ser descurada, é-nos igualmente veiculada neste primeiro discurso público, que subentende toda uma reflexão a nível das funções de uma instituição cultural, que terá começado com a sua ida a Inglaterra e continuado no Museu Machado de Castro em Coimbra, com António Augusto Gonçalves. Não se coíbe nunca, e em vários escritos, de criticar quem apresentava uma ‘estreiteza de vistas’ pois, em sua opinião, “o Museu é o abrigo onde cabem todas as manifestações artísticas – das artes plásticas, à música e à coreografia. (...) Só nos pequenos cérebros cabe a ideia de que os Museus atrofiam as ideias e o génio criador” (Couto, 1931/1971, p. 14).

A música, que considerava como sendo uma das artes que devem ser incluídas no museu e que, no caso em estudo, coincide com o gosto do seu antigo proprietário, tornam-se uma prioridade logo no ano de abertura ao público, quando, conjuntamente com José de Figueiredo, convida o maestro Francisco de Lacerda⁹⁷ para coordenar as atividades musicais daquele espaço⁹⁸, iniciando-se os concertos de órgão, todos os domingos, “sem programa nem anúncio”

⁹⁷ Ribeira Seca, 1869 – Lisboa 1934. Francisco Inácio da Silveira de Sousa Pereira Forjaz de Lacerda, musicólogo, compositor, maestro, interessado e interessante fotógrafo amador que dividiu a sua vida entre os Açores, Paris - onde fixa residência como bolseiro do Estado - e Lisboa, tendo contactado com figuras importantes da cultura nacional: Eça de Queirós, Afonso Lopes Vieira, António Sérgio, Luís de Freitas Branco, Vianna da Motta, António Carneiro, Luís Ribeiro, José Bruno Carreiro, Domingos Rebelo, e internacional: Romain Rolland, Claude Debussy, Vincent d’Indy, Joaquim Nin, Alfred Cortot, entre outros. Vai ser o leitor nº 1 da Biblioteca, na qual se inscreveu a 23-11-1930. (Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, p.1) Li

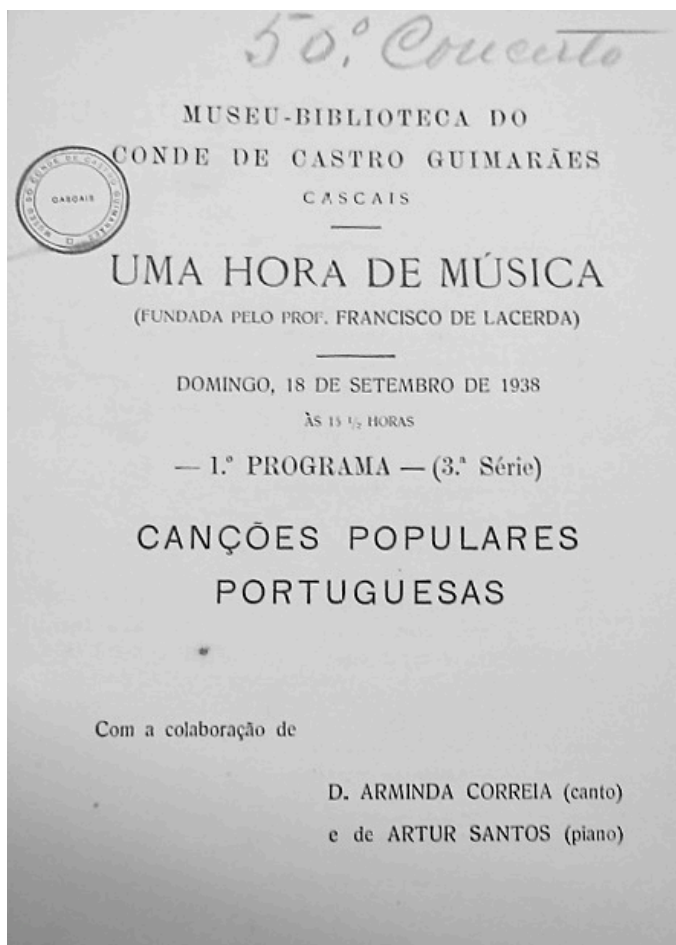
⁹⁸ Note-se que o maestro Lacerda apresentou o projeto de um Centro de Cultura Artística, com aulas pagas, a funcionar no museu, compreendendo lições de música - órgão, canto, piano e violino - dança - rítmica, destinada a

(Couto, *Jornal de Cascais*, 1931, 20 janeiro). Nas duas primeiras sessões a presença da população foi escassa, mas a partir daí tornou-se mais numerosa e interessada, vindo até da Capital, fazendo jus ao entusiasmo persistente do conservador que sempre terá defendido que o alargamento de públicos não se deve limitar, apenas, a “circunspectas pessoas que segurando o metro e a lupa, percorrem as salas acolhedoras a indagar de complexos problemas”, mas se alarga “à população alegre das escolas, de todas as idades e de todos os graus”, aos “operários de todos os ofícios”, às pessoas de todos os grupos sociais “que sorvem, através das sóbrias indicações de diligentes conservadores – mestres, essa formosa lição de beleza pela arte, que os Museus não devem sepultar, mas reviver constantemente para satisfação dos nossos ávidos sentidos. [...]” (Couto, 1931/1971, p. 14).

O maestro Lacerda retirou-se por doença, mas, este acontecimento não afastava a música do museu e o Dr. Ivo Cruz vai suceder-lhe, continuando os concertos dominicais durante mais algum tempo. Em setembro de 1938 haviam sido realizados cinquenta concertos, como se pode comprovar pelo programa infra:

senhoras, jovens e crianças - e história de arte - conferências, desenho, modelagem e pintura -, que não foi aceite pelos responsáveis. “Não morreu porém o projecto, apenas se reduziu – formou-se um coro feminino com jovens de Cascais e do Estoril e realizaram-se cursos de ginástica rítmica.” (Beaumont, 1971a, p.26)

Figura 10 'Uma hora de música' - programa 18-9-1938

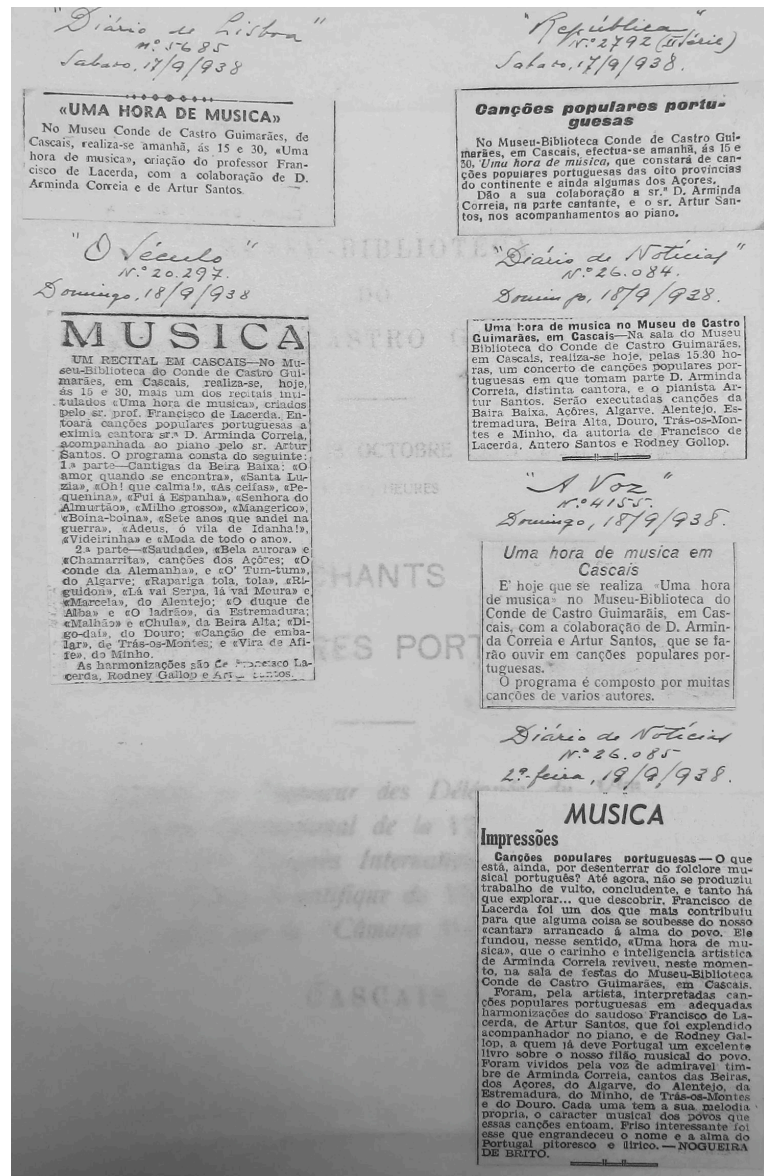


Fonte: arquivo MBCCG

Esta vertente musical foi amplamente divulgada quer nos periódicos locais, quer nacionais. Veja-se, a título exemplificativo, as notícias inseridas no *Diário de Lisboa*, n' *O Século*, no *Diário de Notícias*, no *República*, n' *A Voz*, no ano de 1938, quer a anunciar o concerto “Uma hora de música”, composta por canções populares portuguesas, criação antiga do Professor Francisco de Lacerda, com a colaboração de D. Arminda Correia e de Artur Santos, a ocorrer no salão de festas do museu, dia 18-9-1938 às 15.30h, quer as notícias que, no dia seguinte, se publicavam de grande enaltecimento ao evento. Veja-se, igualmente, o artigo de Nogueira de Brito, na coluna “Música – Impressões”, no *Diário de Notícias* de 19-9-1938, onde o colunista

elogiou o espetáculo, destacando o “friso interessante [...] que engrandeceu o nome e a alma do Portugal pitoresco e lírico”⁹⁹, como se pode ver na figura infra.

Figura 11 'Uma hora de música' - recortes de jornais, 1938



Fonte: arquivo MBCCG

⁹⁹ Desdobrável do concerto - onde estão representadas todas as províncias, mediante a música - e recortes de jornais no arquivo do Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães.

A dança rítmica que, na perspectiva de João Couto, era essencial para a formação holística do indivíduo, vai ser por si defendida em numerosos artigos, sobretudo, de âmbito escolar. Neste escritos fez propostas concretas para a reestruturação dos currículos onde esta atividade devia ser incluída, a par da Educação Física, da História da Arte e do Canto Coral. No Museu-Biblioteca passa da teoria à prática e, desde muito cedo, a dança rítmica é parte integrante da programação das atividades. Logo em 1932, a 24 de Julho, Sosso Doukas (Madame Schau)¹⁰⁰ realiza, com as suas alunas, um espetáculo de dança rítmica na 'Fonte' do parque do Museu – Biblioteca. O programa incluía: 1- Rítmica – Dalcroze; 2- Plástica animada – Dalcroze; 3- Interpretations, acompanhada pelos músicos Ivo Cruz e Jorge Croner de Vasconcellos, ao piano, interpretando Monteverdi, Bach, Dalcroze, Chopin, Beethoven e Scriabine (Schau, 2011, p.31 e 58).

Figura 12 Espetáculo de dança rítmica na 'Fonte' do parque - 1932



Fonte: Schau, 201, p.31

¹⁰⁰ Sosso Doukas - mais conhecida por madame Schau, após o casamento com Udo Schau -, nasceu em Esmirna - atual Turquia - em 1911 e faleceu em Lisboa em 1996.

Vem para Portugal em 1930, introduzindo, num país avesso a inovações, a dança rítmica, segundo o método do músico suíço Jacques Dalcroze e das teorias de Isadora Duncan.

Como já mencionámos, o Maestro Francisco Lacerda havia feito um esforço, de uma forma mais autodidata, de trazer para o Museu – Biblioteca a dança rítmica, entre outras atividades na área das artes, mas sem muito sucesso.

Figura 13 Espetáculo de dança rítmica na 'Fonte' do parque – 1932



Fonte: Sampaio, (dir). 1932, 18 outubro, p. 21

A imprensa enalteceu, não só a qualidade do espetáculo bem como este “novo aspecto da cultura, que bem merece ser generalizado aos institutos de ensino oficial e particular” (Sampaio, 1932, p.20), assim como o enquadramento paisagístico escolhido, onde se devia construir “um teatro da natureza no qual possa ser revelado um mundo de superior beleza ainda desconhecido dos Portugueses” (Sampaio, *Ilustração*, 1932, p.20). Assinalam ainda o facto da dança rítmica não desenvolver apenas a esbelteza e o vigor físico, mas “as faculdades de energia da vontade, iniciativa, concentração e personalidade, desenvolvem-se paralelamente” (p.20). Tratar-se-á, sem dúvida, de uma versão moderna da “mente sã em corpo sã”.

Toda esta dinâmica não obliterou a organização e preservação do espólio que lhes havia sido confiado, tendo, para esse efeito, José de Figueiredo encarregue João Couto de organizar o museu, mantendo-se o “aspecto de casa habitada” (Beaumont, 1971, p.23). Pretendeu, igualmente, este último investir na história local, quando se propôs organizar uma sala dedicada a Cascais, mas para a qual reconheceu ter muito pouco acervo, como se comprova através de uma carta datada de 1-5-1931, endereçada ao Presidente da Câmara: “É minha intenção organizar neste museu uma pequena sala onde se juntem todos os documentos que interessem à vila e história de Cascais, depois, possivelmente, ao seu Concelho. Com este objetivo estou mesmo já reunindo elementos, aliás difíceis de obter”¹⁰¹ (Couto, AHMC, 1931b). É interessante

¹⁰¹ Na mesma carta, João Couto pede que lhe seja facultada a cópia da planta da vila de Cascais, cópia de parte da planta onde conste a posição do antigo castelo, fotografias do Foral, cedência de todo o material - pedras com inscrições, numismática - que for sendo encontrado em escavações ou demolições, e obtenção de todos os “restos

verificar que, coincidentemente ou não, três meses depois, em 30 de agosto, Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos doou documentação sobre a história de Cascais para ficar à guarda desta instituição. Possuímos, assim, um museu que se pretende dinâmico¹⁰², ao serviço da educação e da população, e com uma preocupação de ligação com a história / identidade e comunidade local, que conduz o seu Conservador, a partir de Outubro de 1931, a criar uma nova sala de leitura " no rés do chão¹⁰³ "por virtude da afluência de leitores e comodidade destes" (Couto, AHMC, 1931d) e, desde os finais de Novembro do mesmo ano, a abrir a biblioteca do museu às 2^{as} e 6^{as} feiras das 21 às 23.30h, ficando "assim atendidos os pedidos de muitas pessoas de Cascais [...]" (Couto, AHMC, 1931e). Esta situação não permaneceu, durante muito tempo, por não ter resultados, como pode ler-se nas respostas dada ao questionário enviado pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos em 24 de Março de 1933 (Couto, AHMC, 1933). Apesar disso, e se atentarmos à quantidade de cartões de leitor concedidos, verificamos que, de 23 de novembro de 1930 (data a partir do qual começaram a ser emitidos) a 28 de dezembro de 1931, o número de cartões contabilizados ultrapassou a centena, totalizando 114. A proveniência geográfica dos utentes era maioritariamente de Cascais (71%), seguida de Lisboa (16%), Estoril (11%) e, por fim, Oeiras e Parede, estas duas últimas localidades com representação residual (2%). Como curiosidade, verificamos que o primeiro leitor inscrito, Francisco de Lacerda, habitava em Lisboa, e a 8 de Outubro de 1931, seu filho, João de Lacerda, com residência no Estoril, faz a respetiva inscrição, sendo-lhe atribuído o número 71. Ambos colaboraram com o museu: o primeiro, organizando concertos, como já referimos e, o segundo vai assumir, mais tarde – 1935 -, o cargo de delegado da Comissão Administrativa (Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, AHMC, fl.1,5).

históricos da vila" onde inclui" livros, impressos e manuscritos, fotografias, pinturas, bilhetes postais, desenhos, etc. etc."

¹⁰² E muito apetecido como local de trabalho como se depreende de um desabafo do Conservador, datado de 29 de Julho, 21 dias antes de tomar posse no Museu Nacional de Arte Antiga: "Eu sou empurrado para o Museu das Janelas Verdes, para onde, aliás, sempre desejei ir, um pouco mais depressa do que imaginava. Não dei para isso quaisquer passos – ainda não fui ao Ministério da Instrução, nem meti o menor empenho – mas terceiros muito interessados neste lugar de Cascais, têm trabalhado tenazmente." (Arquivo MBCCG). Note-se que data de 5-8-1932 a carta do Maestro Lacerda a pedir para o seu filho trabalhar no Museu.

¹⁰³ A Biblioteca abre ao público, em 1931, e, durante quatro décadas, foi a única no concelho. Por pedido feito à Câmara Municipal em dezembro desse mesmo ano, os livros da extinta Biblioteca Municipal para aqui transitam, para "uso do Povo do Concelho de Cascais", como se pode comprovar por Carta do Presidente da Comissão Administrativa datada de 3-12-1931, por proposta aprovada a 30 de Novembro (Arquivo MBCCG). Está encerrada durante um período, reabrindo remodelada em 1986. Em 1991, a Câmara Municipal principia o processo de desativação que culminou com a transferência do espólio para a Casa da Horta da Quinta de Santa Clara, onde se inaugura a Biblioteca Municipal a 25 de Janeiro de 2001.

Neste mesmo ano, procede-se à transferência da coleção oceanográfica do Rei D. Carlos I¹⁰⁴ - legado por testamento de D. Manuel II à Liga Naval Portuguesa - que se encontrava no Palácio dos Condes da Guarda (atual Câmara Municipal) para o Museu, ficando as despesas de instalação e manutenção a cargo do mesmo. Contra a vontade de José de Figueiredo, que julgava que a “coleção não tinha finalidade no MCCG [...], mas parecia-lhe depreender-se compromisso moral [por parte da Câmara Municipal] com a população de Cascais”, considerava que, a título provisório, “o Museu podia receber num anexo a mencionada coleção [...]”(Ata nº 3 de 28-7-1930). A Liga Naval Portuguesa, aquando da sua extinção em 1929, cedeu o legado ao Aquário Vasco da Gama – Estação de Biologia Marítima, no Dafundo, posto em forma de lei pelo Decreto nº 25:601 de 11-7-1935, que obriga a “fazer entrega imediata, [...] logo que seja efectuada a respetiva cessão a este Aquário pela Liga Naval Portuguesa” (art 4º). Quando o Aquário pressiona o museu para entrega do acervo, a ideia não agrada à Comissão Administrativa, que considera o espólio como pertencente aos cascalenses, numa atitude de preservação patrimonial local, protelando a entrega até 1936, data em que soçobra quer à pressão feita por parte do Presidente do Conselho de Administração do Aquário – Albano Mendes de Magalhães Ramalho, quer à estocada final – o poder da lei. Em carta enviada por Magalhães Ramalho ao Presidente da Comissão, a 22 de Novembro de 1935, é apresentado um historial da questão, lembrando que, desde 1929, essa transferência é pedida pelo Aquário, considerando que o motivo pelo qual ainda não foi realizada se prende com o facto do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Cascais “dessa forma julgava bem cumprir o dever que lhe compete de velar pelos interesses do município [...] mas, presentemente, o estado da questão já não permite hesitações [...]. O Governo pronunciou-se e resolveu dar ao Museu Oceanográfico o destino que julgou mais consentâneo aos interesses gerais do país” (Ramalho, 1935, p.2). Foi preciso a assinatura de António Óscar de Fragoso Carmona e o papel timbrado do Diário do Governo, para que o Museu cedesse este testemunho da intensa atividade oceanográfica e de divulgação científica de um Rei, que adoptou Cascais e que Cascais adoptou.

¹⁰⁴ A coleção zoológica resulta de doze anos de campanhas oceanográficas de D. Carlos - iniciadas em Cascais -, complementada por uma biblioteca especializada e instrumentos utilizados, que inicialmente esteve guardada no Palácio das Necessidades para a constituição de um Museu Oceanográfico, propósito que não veio a concretizar-se devido ao seu assassinato. Em 1910, dois anos após a morte do Monarca, a coleção transitou para a Liga Naval Portuguesa - fundada em 1902, resultou da fusão do Real Club Naval e da Real Associação Naval – datada de 1855 - que, no Museu da Marinha - situado no Calhariz – Palácio dos Duques de Palmela -, inaugurou a Secção Oceanográfica D. Carlos I. Em 1929, com a extinção da Liga Naval, o acervo transita para Cascais - Palácio dos Condes da Guarda - e, depois, para o Museu Condes de Castro Guimarães.

Além das doze campanhas oceanográficas terem começado em Cascais, em 1896, no Palácio da Cidadela, instala o primeiro laboratório oceanográfico português e é amigo pessoal do dono do palacete que acolheu o produto da sua investigação: Manuel de Castro Guimarães, razões de sobra para que o espólio aqui permanecesse.

Apesar deste contratempo, os trabalhos no museu prosseguem no sentido de o tornar mais profissional, seguindo as orientações de José de Figueiredo¹⁰⁵. Vogal cultural do Museu, procedeu ao trabalho de inventário, catalogação, regulamento do museu e da biblioteca, de programação das atividades culturais, das visitas. João Couto e Luís Chaves fazem duas conferências, em Julho e Agosto, sobre a *Evolução da Arte em Portugal* e sobre o *Município e os seus Monumentos*, respetivamente. O programa de atividades determinou o futuro desta instituição, visto que, se a concepção de museu de José de Figueiredo “era dinâmica. A do Dr. João Couto mais ainda, no sentido de ir ao encontro do público” (Beaumont, 1971, p.24), devendo tornar-se este Museu – Biblioteca o centro de cultura da vila.

Esta afirmação vem corroborar a ideia, que nós temos vindo a defender, de que José de Figueiredo organizava o Museu à semelhança do que fazia no Museu Nacional de Arte Antiga, muito inspirado na museologia europeia, sobretudo francesa. Deste museu, que representava o saber museológico consolidado, emanava um sentido de referência que definia o lugar e os limites do que deveria ser um museu, tornando-se um padrão para as outras instituições nacionais. Note-se que, quando o Museu é inaugurado, já José de Figueiredo havia comissariado, em 1929, a Exposição Ibero-Americana de Sevilha e, pouco depois da abertura, em 1931, comissariou a *Exposition Portugaise de l'Époque des Grandes Découvertes jusqu'au XXeme Siècle*, realizada em Paris, no Museu de *Jeu de Paume*, concebendo os discursos expositivos, dentro de uma linha que poderia ser apelidada de nacionalista, evocando um passado mítico, estimulando uma ideia de identidade comum.

Enquanto João Couto se inspira, como já foi referido, na museologia da América do Norte relativa à abertura do museu à comunidade, que se coadunava mais com esta realidade local, onde se pretende uma articulação consciente com o meio envolvente, reconhecendo a

¹⁰⁵ Após a sua morte – 18-12-1937, o recheio da sala de visitas foi legado ao Palácio de Queluz na condição de ser instalado “tal qual se encontra no prédio dos Campos Mártires da Pátria em que resido” (Figueiredo, AHMC, 1937), caso contrário passaria em iguais condições para o Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Efetivamente assim acontece e vai ser exposto ao público numa sala que ficou com o nome do ofertante em 1 de Setembro de 1938.

museologia como um meio e forma de expressar a sua compreensão dos valores da memória e do património. O museu não era apenas um espaço expositivo, mas um espaço de dinamização cultural, mediante o fomento de atividades diversificadas que abarcassem um número cada vez maior e mais heterogéneo de utilizadores. A função cultural e pedagógica dos museus anda a par com a necessidade de formação e especialização dos seus profissionais. Esta postura conceptual e prática relativamente ao que deve ser o museu, sobretudo no que diz respeito à função pedagógica do mesmo, e à diferença de perspetiva relativamente a José de Figueiredo, é destacada em vários trabalhos (Manaças, 1991; Gouveia, 1993; Costa, 1996) acerca do labor e das opções tomadas por João Couto no Museu Nacional de Arte Antiga:

“João Couto, propondo uma ruptura ao que José de Figueiredo vinha fazendo, reaproxima a museologia portuguesa de um conceito resultante dos movimentos internacionais. [...] A museologia torna-se então disciplina independente, acentua-se progressivamente a profissionalização do conservador e o museu diversifica a sua atividade, tentando participar de maneira diferente no processo cultural.”
(Manaças, 1991, p.11) ¹⁰⁶

Prosseguindo esta linha de raciocínio, fica claramente comprovado, através dos inúmeros artigos que escreve ao longo da sua longa e profícua vida em função dos museus, que acompanha empenhada e criticamente as modificações que, a nível internacional, se vão operando nesta área e à qual Portugal não pode ficar alheio. As inovações são tantas que pode “falar-se numa revolução” (Couto, 1946, p. 11). Revolução esta que, em seu entender, se iniciou a partir das publicações do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, pelo Ofício Internacional dos Museus (OIM) – criado em 1926 -, tentativa primeira da constituição de uma entidade de abrangência internacional que reunisse museus e profissionais de todo o mundo, num trabalho de partilha e interajuda. A divulgação das ideias era feita através de publicações de onde Couto destaca os 52 tomos da revista *Mouseion* (1927- 45)¹⁰⁷, publicada apenas em francês, que dava voz sobretudo a França, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos e os 2 volumes da *Museographie: architecture e aménagement des musées d’art* (1935),

¹⁰⁶ Manaças considera ainda que, apesar do papel de João Couto ser decisivo para o futuro da museologia, enquadrando-a numa perspectiva mais internacional, José de Figueiredo teve uma importância decisiva no ‘futuro’ de João Couto, pois “abriu caminho a essa aproximação” (1991, p.121).

¹⁰⁷ A partir de 1948 denomina-se *Museum* (e atualmente *Museum International*) e vai ser publicada pela UNESCO, organismo que em 1946 havia criado o ICOM (International Council of Museums)

que condensam as conclusões da conferência de Madrid¹⁰⁸ em 1934, onde participou ativamente José de Figueiredo.

Os inovadores conhecimentos, que adquire na bibliografia internacional, são aplicados no Museu de Cascais, como podemos verificar em toda a atividade desenvolvida, e têm reconhecimento público. Prova disso é a carta endereçada, a 28 de Novembro de 1933 - já João Couto era Conservador efetivo do Museu Nacional de Arte Antiga - pela Comissão Administrativa, enaltecendo o trabalho desenvolvido por aquele antigo Conservador, considerando que “da obra de engrandecimento deste museu [...] não somos só nós os credores, mas todos, e especialmente os habitantes desta vila [...]”(AHMC,1933), missiva esta que, ultrapassando a formalidade de uma mera carta de gentileza, frequente quando alguém deixa de exercer um cargo e sai sem conflito, reconhece o seu dinamismo em prol da comunidade cascalense.

Como já foi mencionado, prepara-se, nos finais de 1930, um programa de atividades musicais coordenadas com muito êxito pelo maestro Lacerda¹⁰⁹, contrata-se Octávio Bobone¹¹⁰, fotógrafo e pintor, para fazer postais e fotografias com o objetivo de serem vendidos, e encarrega-se Rebelo de Andrade, arquiteto, de proceder ao levantamento das plantas e das obras urgentes. A proteção patrimonial, sempre associada à divulgação do espaço e da obra, com uma dinâmica e pioneirismo invejável, visto que se fazem “palestras e conferências ilustradas por projecções” podendo o espaço “ ser hoje tido como um centro de apreciável cultura, num país onde todas as obras desta natureza tão pouco estimadas e acarinhadas, não têm logrado a nomeada que este vai tendo” (Couto, AHMC, 1931c).

A intensa atividade cultural vai ser uma constante, sendo os concertos, conferências e congressos¹¹¹ complementados com cursos de férias desde 1934 - organizados pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa -, iniciando uma ligação ao meio académico que ainda hoje perdura (com os Cursos Internacionais de Verão de Cascais, em parceria com a mesma

¹⁰⁸ As conferências de Madrid são consideradas estruturantes e decisivas na evolução museológica internacional, sendo “um ponto de referência significativo para quem idealizava para os museus uma participação mais vasta na vida cultural.” (Manaças, 1991, p.80)

¹⁰⁹ Em carta de 30 de Novembro de 1931 dirigida ao Maestro, a Comissão Administradora enaltece os serviços do mesmo afirmando que “a acção cultural, ganhou uma amplitude que me é pessoalmente tanto mais grata, quanto me coube a mim [José de Figueiredo] a honra de ser eu quem tive a iniciativa de solicitar a cooperação de V. Excia.” (Figueiredo, AHMC, 1931)

¹¹⁰ Herda de seu pai, Augusto Bobone, o estúdio Bobone, sucessor do estúdio de Alfred Fillon e de Henrique Nunes, na Rua Serpa Pinto 87, Lisboa, mantendo igualmente a tradição de galeria de exposições.

¹¹¹ Por exemplo o 8º Congresso da União Internacional dos Órgãos Oficiais de Propaganda Turística

instituição), sessões públicas de leitura, publicações, algumas das quais começaram logo no ano de abertura e que estavam diretamente relacionados ou com as preocupações / missão do museu ou em que este, devido à sua localização e sumptuosidade, servia de espaço de acolhimento. Merecem, também, destaque os Cursos Musicais Internacionais de Férias, organizados pela Junta de Turismo do Estoril desde 1962, hoje integrados nas semanas de Música do Estoril.

As publicações foram outra das preocupações e, em 1940, no ano dos Centenários, disponibilizam-se ao público três volumes da coleção “Subsídios para a história do concelho de Cascais”, sendo os dois primeiros da autoria de João da Cruz Viegas: *As comunicações de Cascais para Lisboa: terrestres, ferroviária, marítima, postal, telegráficas e telefónica*; *O comércio quinhentista na vila e no porto de Cascais: conferências* e *Homenagem aos Condes de Castro Guimarães*, onde se coligem as intervenções feitas aquando da trasladação dos restos mortais dos Condes para o Parque adjacente ao Museu, no dia 25 de Outubro de 1936. Aproveitando a ocasião, José de Figueiredo, representante da Academia Nacional de Belas Artes na Fundação responsável pelo museu, propôs, neste espaço, do lado norte, a construção do “Museu de Arte Popular de que carece esta vila” (Figueiredo, 1940, p. 11). Considerava, igualmente, que esta casa não devia ser considerada um Museu “no sentido verdadeiro da palavra. Para tal teria de sacrificar-se o ambiente em que nela viveram os seus legatários” (Figueiredo, 1940, p. 10), o que empobreceria o resultado final, visto que, “desfeito inteiramente o arranjo das peças que enchem este edifício, nenhum dos móveis, livros ou outros objetos de arte nele reunidos falariam mais a linguagem que hoje falamos” (Figueiredo, 1940, p. 11). Ao desmembrar a ideia de casa habitada, isto é, ao descontextualizar as peças do seu lugar e função original, o seu valor seria menor, reduzindo-se ao valor artístico.

Nessa mesma ocasião, Agostinho de Campos, numa conferência intitulada: ‘A difícil arte de ser rico’, evidencia a generosidade do pecúlio legado pelos Condes, que serviu para a compra de obras de arte, que o engrandeceram a nível documental e educativo, bem como a aquisição de livros para a Biblioteca, “sem pretensões de erudição, que seriam ao mesmo tempo dispendiosas e inoportunas” (1940, p. 29), realçando igualmente o seu funcionamento diário com consulta pública. Num claro elogio aos conservadores deste espaço, figuras que se tornaram referências fundamentais a nível da museologia e da leitura pública e que ultrapassaram, em muito, a função implícita do cargo que ocuparam, deixando uma marca duradoura intrinsecamente relacionada

com os seus interesses de formação base. Após concurso¹¹² é selecionado Carlos Bonvalot¹¹³, que investiu no estudo científico das obras de arte, através de recursos a métodos laboratoriais bastante inovadores para a época, que incluíam exames radiológicos e análises microquímicas.¹¹⁴

A aplicação destas técnicas inovadoras verificou-se aquando do restauro de quatro painéis do retábulo quinhentista da Igreja N^a S^a da Assunção - Matriz -, provavelmente em 1923, quando Bonvalot, recentemente regressado do seu estágio em Paris e Roma, como bolseiro de Belas Artes, consegue motivar interessados para este tipo de estudo. Dez anos depois, redige um relatório solicitado por José de Figueiredo, para o Museu Nacional de Arte Antiga, fazendo um balanço do trabalho realizado. Este documento torna-se charneira na história do restauro em Portugal, precisamente pela passagem de um trabalho “amador”, baseado no instinto e na técnica dos pintores, para a profissionalização da arte do restauro, alicerçado nos “dados incontestáveis fornecidos pela ciência” (Bonvalot, 1982, p.21). A dimensão do seu trabalho foi de tal importância que, em 1934, é convidado por José de Figueiredo para dirigir a oficina de restauro do Museu Nacional de Arte Antiga, em substituição de Luciano Freire, que já tinha atingido o limite de idade, cargo que não ocupa por falecimento no início de 1935. Contudo, a herança reproduz-se e, em 1936, com o empenho de João Couto - o omnipresente - e de Manuel Valadares, um físico recém chegado de Paris, o equipamento laboratorial do Museu Nacional de Arte Antiga é ampliado, instalando um aparelho de radiografia, que permitia uma melhoria bastante significativa na análise material das obras de arte, passando o espaço a ser denominado ‘Laboratório para o Exame das Obras de Arte’. Construiu-se um edifício destinado única e exclusivamente ao laboratório e oficinas de restauro, inaugurado em 1940. Estavam lançadas as bases para a criação, na década de 60, do Instituto José de Figueiredo.

Acrescente-se que, em 30-8-1939 - dia de feriado concelhio -, no tempo em que João de Lacerda foi nomeado delegado da Comissão Administrativa, tendo assumido a coordenação do

¹¹² Concorreram a este lugar, em 1932, António José Branquinho da Fonseca e o poeta Fernando Pessoa, sendo este último preterido por não ter curso superior.

¹¹³ Paço de Arcos 1893 – Cascais 1934. Tirou o curso especial de pintura na Academia de Belas – Artes em Lisboa. Após ter participado na Primeira Guerra Mundial, ao serviço do Corpo Expedicionário Português em França, vai, na qualidade de bolseiro da Academia Nacional de Belas Artes, viver para Paris onde frequenta a Escola Superior de Belas – Artes. Viajou por França, Suíça e Itália, sendo que, em Roma, vai estudar técnicas de restauro de pinturas antigas. Regressa a Portugal, passando a residir em Cascais a partir de 1923, começando o restauro do retábulo da igreja matriz. Continua a expor na Sociedade Nacional de Belas Artes, tendo eleito Cascais como tema preferido da sua obra a partir desta altura.

¹¹⁴ As suas qualidades ao nível da conservação e restauro das obras de arte valeram-lhe o convite, em 1934, para dirigir a Oficina de Restauro do Museu Nacional de Arte Antiga, tarefa que não chegou a concretizar devido ao seu precoce falecimento na manhã de 13 de Fevereiro de 1935, quando iria tomar posse das suas novas funções.

Museu desde a saída de Bonvalot até à entrada de Branquinho da Fonseca, foi aberta a ‘Biblioteca Nova Popular e Infantil do Jardim Visconde da Luz’, todos os dias, excepto às 4^{as} feiras das 11.00 às 12.30h e das 14.30 às 18.30h, que, num mês, tinha registado 748 leitores, “na sua quase totalidade constituída por crianças pobres o que compensava largamente o Museu da despesa e esforço despendidos” (Ata nº 62). Esta experiência, que uniu esforços, quer por parte do Museu, quer por parte da Câmara, permite-nos concluir da existência de, nalguns períodos de tempo, um trabalho em equipe frutuoso. Apesar de não ter sido muito duradoura, tal como refere Maria Alice Beaumont (1971, p.29)¹¹⁵, esta experiência fez com que a Biblioteca ‘derrubasse’ as portas do museu e tentasse, mais uma vez, uma aproximação ao público, neste caso constituído maioritariamente por crianças e jovens. Aliás, João de Lacerda, não esquecendo a sua anterior formação na área das bibliotecas, elabora uma série de sugestões para a modernização e valorização da mesma, tornando-a de mais fácil acesso aos leitores, o que implicava a aplicação das novas técnicas na catalogação dos livros, assim como a compra de equipamentos para a melhor conservação dos mesmos. Como não conseguiu as condições ideais, resolveu guardar os livros em local inacessível ao público, apesar de dar deles conhecimento e, caso houvesse interesse, facultar a sua leitura. O excesso de ‘pendor preservacionista’ que pode, por vezes, ocultar a falta de empenho nas tarefas a desenvolver, afastou novos leitores.

É precisamente uma das críticas que lhe é feita, em 1941, pelo Presidente da Câmara, relativamente ao seu desempenho e que culmina no seu afastamento¹¹⁶.

Efetivamente a época em que João de Lacerda está à frente desta instituição – 1935-1941, corresponde ao período em que o número de novos leitores inscritos é o mais baixo da década, como se pode verificar no quadro infra:

¹¹⁵ O projeto foi mais tarde retomado. Em carta datada de 29 de agosto de 1980, Maria José Rego de Sousa, a conservadora propõe “o encerramento provisório da Biblioteca do Jardim Visconde da Luz para que seja pintada”(AHMC, 1980)

¹¹⁶ João de Lacerda foi dispensado dos serviços “por provada falta de assiduidade e zelo” pela Comissão Administrativa do Museu, na pessoa do seu Presidente, José Roberto Raposo Pessoa (Pessoa, AHMC, 1941)

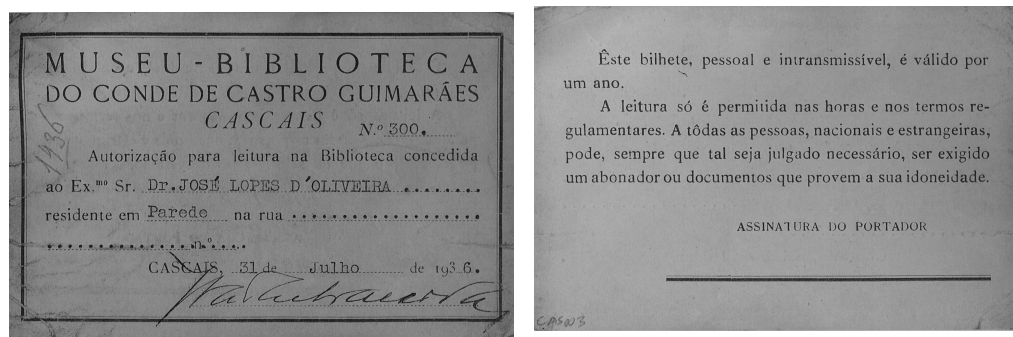
Tabela 1: Leitores inscritos 1931-1941

1930	1
1931	113
1932	79
1933	46
1934	30
1935	20
1936	23
1937	15
1938	31
1939	144
1940	19
1941	5

Elaboração própria, 2012 Fonte: Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, AHMC, fl.1 - 29

A única exceção corresponde ao ano de 1939 em que foi aberta a Biblioteca no Jardim Visconde da Luz. Entre 30 de agosto e 23 de setembro inscreveram-se 144 novos leitores, todos de Cascais, que fizeram múltiplas requisições. Enquanto isso, na Biblioteca Conde de Castro Guimarães, ao longo de todo o ano, apenas foram atribuídos 25 novos cartões.

Figura 14: Cartão de Leitor do M-BCCG 1936



Fonte: AHMC – AESP/CJSF/A/CAS 003

A atribuição de cartões obedecia a um processo que se manteve quase inalterado durante muitos anos. Num livro de formato A4 eram registados o número do cartão, o nome do leitor, a morada, a data em que foi concedido e a assinatura do requisitante. Numa primeira fase, raramente aparece a profissão, o que não nos permite aferir das habilitações de quem frequentava a biblioteca. O quadro infra é o exemplo concreto do que acabámos de explanar e, curiosamente,

aí encontramos, em 1936, como leitor número 294, Tomaz da Fonseca, que é um dos poucos que nos permite verificar a sua ocupação – ‘Professor da Escola’ - e que se inscreve neste espaço quatro anos antes do seu filho António José, a quem é atribuído o número 521. Ao percorrer o livro deparamo-nos com outros nomes conhecidos do meio intelectual: Cassiano Branco, Ruy Jervis d’ Athougua, Ruben Andresen Leitão, Manuel Ramos de Almeida, Mircea Eliade, Pedro de Freitas Branco, Sophia de Mello Breyner Andresen ... que demonstra a importância que a biblioteca tinha quer para os munícipes, quer para aqueles que por cá vinham em época de veraneio, quer ainda para os estrangeiros.

Figura 15: Registo de leitores M-B CCG - 1936

289	Tráquina Branco	Tráquina Branco, 37, 1/2	18/11/36	Tráquina Branco	Tráquina Branco
290	Mary H. Quincy	Rua Marquês de Pombal, 17	23/1/36	Mary H. Quincy	Edmund Quincy
291	Edmund Quincy	" " " "	" " "	" " "	" " "
292	Dr. João Bruno Picatti	P. 11, Rua de Valente, 6	23/1/36	Dr. João Bruno Picatti	Dr. João Bruno Picatti
293	Dr. João Bruno Picatti	R. Regimento 19, 1/2, 1/2	24/8/36	Dr. João Bruno Picatti	Dr. João Bruno Picatti
294	Ref. Tomaz da Fonseca	R. Regimento 19, 1/2, 1/2	19-8-36	Tomaz da Fonseca	Ref. 10. Escola
295	Dr. Leopoldo Zanetti	P. 11, Rua de Valente, 6	13/1/36	Dr. Leopoldo Zanetti	Dr. Leopoldo Zanetti
296	Dr. Legezel Tugueo	Tráquina	16/1/36	Dr. Legezel Tugueo	Dr. Legezel Tugueo
297	Pedro Cangaal	Av. Amândio Nogueira, 32	10/7/36	Pedro Cangaal	Pedro Cangaal
298	Dr. João Cangaal	P. 11, Rua de Valente, 6	16/1/36	Dr. João Cangaal	Dr. João Cangaal
299	Dr. João Cangaal	Tráquina	2/7/36	Dr. João Cangaal	Dr. João Cangaal
300	Dr. João Cangaal	Paris	3/5/36	Dr. João Cangaal	Dr. João Cangaal
301	Carlos Marques	R. Regimento 19, 1/2, 1/2	1/8/36	Carlos Marques	Carlos Marques
302	Vitor Carlos Marques	R. Regimento 19, 1/2, 1/2	2/8/36	Vitor Carlos Marques	Vitor Carlos Marques
303	Manuel Xavier de Sousa	R. Regimento 19, 1/2, 1/2	4/9/36	Manuel Xavier de Sousa	Manuel Xavier de Sousa
304	Manuel Obispo	6, Rua de Valente, 6	2/10/36	Manuel Obispo	Manuel Obispo
305	António Costa	R. Regimento 19, 1/2, 1/2	4/1/36	António Costa	António Costa

Fonte: Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, AHMC, fl.18

Mais tarde, existe uma coluna para colocar o Bilhete de Identidade ou o número do Passaporte e, a partir de 6 de abril de 1942, é depositada uma caução. Havia multas, que impediam a devolução da caução, por “atrazo na entrega / devolução de livros” (Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, AHMC, fl.43,44,70,71,72,74,76,79, por exemplo) e para

“aquisição do livro que extraviou” (Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, AHMC, fl.47,49,78, por exemplo).

Figura 16: Registo leitores M-B CCG – 1942

N.º	Idade	Nome	Morada	Data	Assinatura	Assinatura	Assinatura	Observações
1	1880	D. Maria Manuel R. da Fonseca	Cascais	6-2-1942				
2		D. Maria Rosa	"	"				
3	1880	Emília Estima Teixeira	"	18-4-1942				Recibido
4	1880	Armando A. Soares	"	21-4-1942				"
5	1880	Luizinho Cunha	"	2-5-1942				"
6	1880	Teresa da Fonseca	"	3-5-1942				"
7	1880	D. Armando Monteiro	Estoril					
8	1880	D. Maria Augusto Monteiro	"					
9	1880	Pedro da Silva Reis	Cascais	12-5-1942				Recibido
10	1880	Rosa Estima	"	31-5-1942				"
11	1880	António José R. da Silva	"	14-6-1942				"
12	1880	D. Maria de Lourdes Cruz	"	"				"
13	1880	João Manuel da Silva	"	5-7-1942				"
14	1880	João Luís Silva Leite	"					Recibido
15	1880	D. J. de Almeida	"	6-8-1942				Recibido
16	1880	J. de Almeida	Monte Estoril	8-8-1942				Recibido
17	1880	D. M. Silva A. Maria da Cruz	Cascais	7-8-1942				Recibido

Fonte: Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, AHMC, fl.30

Curiosamente, a primeira pessoa a depositar a dita caução foi Maria Manuel Branquinho da Fonseca, mulher do conservador que vai suceder a João de Lacerda. Branquinho da Fonseca, a par de João Couto, incute a esta instituição uma dinâmica ainda hoje reconhecida pelos cascalenses e que vamos em seguida analisar.

3.3.2. Décadas de 40/ 50 – tempos de afirmação - “Sobre rodas”: a biblioteca itinerante

“carrada de alegria e de sabedoria” (Sá, 1983, p.64)

“o bibliotecário que olhar só para o passado, converte a sua biblioteca num armazém bafiento” (Fonseca, 1955, in Sá, 1983, p.62 -63)

“Até certo ângulo, a divergência dá a força, a atenção e a responsabilidade. Quando todos pensam da mesma maneira, é quase sempre porque ninguém pensa grande coisa – já ouvi ou li esta frase em qualquer sítio ...” (Fonseca, *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 1951, p.8)

Figura 17 A biblioteca itinerante junto aos Paços do Concelho - década de 50



Fonte: Henriques & Pacheco. 2012, p. 105

O pioneirismo, neste museu, acompanhou as várias fases da evolução do mesmo sempre ligada à orientação, que poderíamos considerar exemplar, de indivíduos que não se centraram em si, nem na projeção do poder inerente ao cargo, mas se concentraram nos ‘outros’, nos diferentes

públicos, numa atenção constante àqueles que, à partida, menos probabilidade tinham de usufruir do legado do Conde. A doação, a política de incorporação de objetos e livros e, particularmente, a orientação vinculada às opções tomadas ao longo dos anos permitiram, por um lado, que as portas do Palacete se abrissem à população e, por outro, que o Palacete se deslocasse aos locais mais longínquos e “entrasse” no lar de todos. A investigação, a erudição, a divulgação, a comunicação e a ação educativa fizeram, em nosso entender, e como temos vindo a demonstrar, um caminho consistente, sólido, sem hesitações, traduzindo uma efetiva direção de abertura à comunidade, coadjuvada por um conjunto de iniciativas muito diversificadas que, aproveitando e ampliando todo o potencial patrimonial, permitiram o alargamento da área de influência da instituição.

A 1 de Janeiro de 1942, correspondendo à exoneração de João Couto - a pedido deste - como Vogal Cultural da Comissão, António José Branquinho da Fonseca assume o cargo de Conservador contratado¹¹⁷ - substituindo o delegado da Comissão, João de Lacerda -, tendo no seu currículo, enquanto Conservador dos Registos Civil e Predial da Nazaré - 1936/39 -, a responsabilidade pela organização e direção da Biblioteca Municipal “estimulando os que nesta vila moirejam ao passatempo da leitura, ao amor pelo livro”, como se pode ler na declaração de José Maria Lúcio Codinha, antigo presidente da Câmara Municipal da Nazaré (AHMC, 1939). O trabalho em prol dos livros valeu-lhe, igualmente, elogios no Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães, pois é sempre invocado “com gerais agrados e tem escrito livros e artigos em revistas de Cultura” (ata nº 92). Factores estes que se conjugaram para que fosse considerado apto para o desempenho de funções nesta instituição cultural cascalense, a que acrescia o facto de residir em Cascais, condição essencial para a ocupação do cargo.

Apresenta um currículo que, aliado à sua maneira de estar no mundo com “[...] dois olhos profundo e inquietos que parecem ver para além das coisas em busca de mundos ignorados, eis o mago animador desta obra [...]” (Vaz, 1963, p.36) lhe permitiu dar um contributo inestimável à biblioteca que se pretendia “não um arquivo dos séculos, mas uma

¹¹⁷ Houve muito empenho por parte de Tomás da Fonseca, republicano, em conseguir o lugar no Museu de Cascais, para o seu filho, como se depreende pela carta que escreveu a João Couto, em 12-8-1941, pedindo que intercedesse a favor dele, não só pelas suas qualidades mas, também, por uma questão de justiça “Seria até certo ponto, uma reparação, visto da outra vez [1932] ser preterido por quem não tinha nem a cultura nem a linha desse meu rapaz, que foi roubado à diplomacia” (Fonseca, T., MNAA, 1941), logo seguida de uma outra carta, datada de 14-8, em que Sousa Lopes - habitante da Nazaré - rogava que João Couto, votasse, na Comissão, a favor do candidato, pois “reúne as condições necessárias: cultura, honestidade, bom gosto e possibilidades de estudo e trabalho”(Lopes, MNAA, 1941).

biblioteca viva, um órgão de verdadeira cultura; decerto com o alicerce nas ideias passadas, mas voltada para os dias de hoje e de amanhã” (Fonseca, 1942/1997, p.12), transformando-a “na maior obra cultural da linha de Cascais” (Vaz, 1963, p.36).

A atualização do acervo vai ser uma das suas prioridades, consubstanciada numa determinação que nunca iria abandonar: servir a todos, com os olhos postos no futuro. Este ‘ver mais longe’ e aspirar a preparar os cidadãos do futuro faz com que não dispense, além da literatura e obras correlacionadas de autores portugueses, muitos deles apartados do regime político vigente e que espelham quer a sua formação quer a sua teia de relações, obras para enriquecer segmentos anteriormente menos favorecidos: Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Direito, Ciências Puras, Ciências Aplicadas que vão passar a estar disponíveis aos leitores cascalenses. Leitores esses que, por força da Segunda Guerra Mundial e, dada a neutralidade portuguesa, vão igualmente ser constituídos por estrangeiros, que se refugiam nos ‘Estoris’, e participam da vida intelectual, social e cultural concelhia. A pensar neles, investe em bibliografia estrangeira, sobretudo francesa e anglo-saxónica, atitude que merece elogios por parte dos utilizadores destes serviços, como se pode constatar, nos finais dos anos quarenta, num guia de Portugal feito a pensar nos Ingleses, onde se enaltece, para além do mobiliário e porcelanas do museu, a “biblioteca com uma secção estrangeira, na qual podem ser solicitados livros para empréstimo” (Bridge & Lowndes, 1949/2008, p.106)¹¹⁸. Mircea Eliade¹¹⁹ escreve, em 1945, no *Diário Português*:¹²⁰ “caiu-me nas mãos *Safo* de Alphonse Daudet, que trouxe juntamente com outros contos da biblioteca de Cascais” (2008, p.282), prova de que também ele beneficiava efetivamente da leitura domiciliária dos livros desta biblioteca, na qual se tinha inscrito a 17-5-1947, com o cartão de leitor nº 362 (Livro Registo de Leitores da Biblioteca CCG, fl. 51).

¹¹⁸ Ann Bridge , pseudónimo de Mary Ann Dolling Sanders (Lady O’Malley), 1889 -1974. Foi uma novelista casada com um diplomata britânico que entre 1945 e 1947 foi embaixador da Grã – Bretanha em Portugal. Neste país escreve, com a sua amiga Susan Lowndes Marques, um guia de Portugal, por proposta de um editor inglês tendo, para o efeito, calcorreado o país de norte a sul.

Susan Lowndes Marques, Londres 1907 – Lisboa1993, foi correspondente de órgãos de comunicação estrangeira e ao casar com Luís Artur de Oliveira Marques, em 1938, adquiriu a nacionalidade portuguesa. Habitando em Cascais vai requerer em 20-7-1947 o cartão de leitor da Biblioteca Condes Castro Guimarães, ao qual é atribuído o número 387. (Livro de Registo de Leitores Biblioteca CCG, fl. 52)

¹¹⁹ Roménia 1907 – Chicago 1986, historiador e filósofo. Trabalhou como adido cultural e de imprensa na embaixada romena em Portugal, entre 1941 e 1945, organizando tertúlias e conferências com o objetivo de aproximar os dois países. Em 1957, exilou-se nos Estados Unidos, onde acabou por falecer.

¹²⁰ Escrito entre 21 de Abril de 1941 e 5 de Setembro de 1945, manteve-se inédito até 2001, altura em que foi editado em castelhano.

Estes testemunhos vêm provar que, no labor quotidiano, Branquinho da Fonseca espelha o seu pensamento acerca do que deve ser uma instituição cultural:

“ [...] Não é uma biblioteca erudita que convém aqui, mas uma biblioteca de cultura, no sentido mais amplo desta palavra, essa cultura do homem civilizado que não é a acumulação de muitas coisas sabidas mas, por vezes até, o resíduo de coisas esquecidas, que é o firmar os pés na terra velha de onde vem, para tomar contacto com o espírito da sua época. Assim, ao lado dos livros de filosofia ou história, antigos ou modernos, põe-se o livro de poesia, o romance ou o teatro de todas as épocas, nacionais e estrangeiras. Não compreendemos que se dê mais atenção aos séculos passados do que ao nosso tempo [...] se o homem está, em cada dia e em cada hora, exatamente na linha entre o passado e o futuro, é perigoso olhar mais para donde se veio do que para onde se vai.”
(Fonseca, 1942 / 1997, p.12 - 13)

O pioneirismo deste apaixonado pela causa pública, muito mais que bibliotecário, revela-se, pois, no olhar sempre mais longe, materializado na renovação e atualização bibliográfica, elaborada com base, não na ótica do responsável pela biblioteca, mas na perspetiva do leitor, pois “os livros não são para quem a dirige, são para quem lá vai” (Fonseca, *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 1951, p.8). Considerava que a seleção dos livros deveria ser orientada por três premissas indispensáveis a quem utiliza estes espaços: “os que gosta de ler, os que precisa de ler, os que deve ler” (Sá, 1983, p.63) numa articulação entre a leitura de distração e lazer, a leitura mais direccionada para resolver questões de ordem profissional / escolar e a leitura formativa que abre as mentes para um mundo mais vasto. Logo, no início do cargo, adquire 450 obras¹²¹, cujo teor “confirma a proposta eclética de qualidade e actualizada que o novo conservador tinha idealizado” (Melo, 2004, p.101), para ir ao encontro dos potenciais beneficiários e da ideia, sobejamente por si defendida, de que à maior oferta corresponderia, inequivocamente, maior procura. Além disso: “ [...] 24 horas depois de um leitor requisitar uma obra que não existe na biblioteca, a direcção manda-a adquirir e entrega-a ao interessado. Nada de livros colocados nas estantes como cadáveres debaixo de lousas. O livro circula ... “(Vaz,

¹²¹ O bibliotecário, como não consegue abarcar todas as áreas do conhecimento, deve, em sua opinião, além de analisar com cuidado as sugestões (indispensavelmente incentivadas) dos leitores para aquisição de obras, apoiar-se de uma “rede” de pessoas com interesses diversificados que deviam assinalar “as melhores obras do seu conhecimento” (Sá, 1983, p.63)

1963, p.37). Claro que esta motivação em ir ao encontro do gosto dos leitores tem limites, que para muitos responsáveis, poderiam ser quase intransponíveis. Com efeito, debate-se, muitas vezes, com falta de verbas para atingir este objetivo, apesar do esforço de diversificação e optimização dos recursos¹²², razão pela qual existem épocas em que não se adquire nenhum livro. É obrigado, em 1950, a suspender as assinaturas de todas as revistas que recebia, por falta de verba, como pode ler-se na carta que escreve para a revista *Seara Nova* (AHMC, ABF/B/003/001), investindo em bens que pudessem gerar algum lucro, como se depreende da carta que nesse mesmo ano escreve a Mário Novais¹²³: “acerca da possibilidade de se fazer uma série de postais com aspectos deste Museu, peço o favor de me informar do preço de uma série de seis” (AHMC, ABF/B/003/001).

Deste modo, as dificuldades são transformadas em oportunidades, quer de evoluir, quer de diversificar estratégias que lhe permitissem atingir públicos cada vez mais variados, insistindo sempre “na necessidade de aproximar a biblioteca sobretudo dos jovens, para uma formação de adultos integrados na cultura” (Beaumont, 1973, p.30), encetando uma aproximação desta à comunidade, quer através do incentivo ao empréstimo domiciliário a partir de Abril de 1942,¹²⁴ pois “obrigar os leitores às horas em que a biblioteca está aberta [das 11 às 17h, excepto às 4^{as} feiras e feriados, em que encerra], parecia um favor aos ociosos” (Fonseca, *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 1952, p.6), quer através do conceito de Biblioteca Itinerante.

¹²² É interessante verificar a preocupação que houve, desde muito cedo, em criar outras fontes de rendimento, para além do dinheiro deixado em herança pelos Condes. Inicialmente, as importâncias recebidas provinham da venda dos bilhetes de entrada no parque e no Museu, da venda de postais, plantas, flores, mel, ovos, lenha, pedra, sucata de ferro e das chamadas telefónicas. Com a direção de Branquinho da Fonseca diversificam-se ainda mais as fontes dos proventos, aparecendo as rubricas: ‘taxa de leitura’, ‘venda de publicações’, ‘encadernação de livros’, ‘multas’, ‘venda de inúteis / inaproveitáveis’ e de ‘licença de tirar retratos’, bem como ‘subsídios da Câmara’. (Livro de Entradas do M-BCCG 1943 a 1950, AHMC, A-1 R-A/010, Cx.1, Lv.2)

¹²³ Lisboa 1899-1989. Pertencendo a uma família de fotógrafos sediados em Lisboa, começa a trabalhar em 1920. Em 1933 cria o ‘estúdio novaes’ dedicando-se à foto-reportagem, fotografia comercial, publicitária, industrial e comercial, enveredando pela fotografia de arte e arquitetura. É seleccionado por António Ferro para a elaboração dos álbuns fotográficos Portugal 1934 e 1940. Colabora em periódicos – *Ilustração Portuguesa*, *Panorama*, por exemplo - e participa em exposições nacionais – com frequência nas que são organizadas pelo S.P.N. / S.N.I - , e internacionais.

¹²⁴ “Para dar à biblioteca mais ampla utilização, permite-se agora a saída de livros que não sejam considerados raros, de preço elevado, ou que, por qualquer outra razão, se entendeu dever excluir deste regime.” (Fonseca, 1942/1997, p.9)

Figura 18 A biblioteca itinerante a caminho duma povoação do concelho - década 50



Fonte: Grego. *A Nossa Terra*, 1965c, p.1

Com efeito, a 26 de Julho de 1953, já circulava aos domingos, pelas povoações mais longínquas do concelho, um *carro – biblioteca* ou *biblioteca-circulante*, uma das primeiras bibliotecas rolante do país¹²⁵. As dificuldades foram muitas, a começar pelo próprio carro inicialmente utilizado, e a continuar nos caminhos a percorrer:

“As estradas em certos lugares, não eram de muito bom pavimento e abundavam as grandes subidas. O pobre do carro, carregado até ao máximo, nem

¹²⁵ A aposta política na área da instrução pública, durante a I República, conduziu à organização de bibliotecas populares e móveis estatais entre 1914-15, por iniciativa de Augusto Pereira Ataíde, com pouco sucesso por dificuldades de dotação orçamental. Mais tarde, já sob a batuta de um novo regime político e, consequentemente, com uma nova orientação, António Ferro cria as bibliotecas ambulantes do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (S.N.I.), de âmbito muito restrito, inculcando os “valores identitários da cultura portuguesa e as suas personagens de maior vulto” (Henriques, 2009, p.43), dirigidas às povoações rurais. Estas bibliotecas percorreram os distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Faro e Viana do Castelo, num claro favorecimento das gentes do litoral. A iniciativa terminou em 1950 com 18.662 leitores em 96 localidades (Melo, 2004, p.151-156 e Henriques, 2009, p.43), difundindo sempre os valores ideológicos do regime político vigente, proibindo-se o facultar de qualquer leitura que contivesse “doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado” (Decreto 13:726).

sempre saía airoso da sua missão. De vez em quando, entre duas povoações e no meio de uma subida mais ou menos íngreme e pedregosa, parava teimosamente, faltando-lhe as forças para prosseguir. Então, nada mais havia a fazer do que sair do velho carro, encostar as costas à carroceria e fazer força com os pés fincados no chão. E o carro lá se mexia, enquanto as pedras do caminho rolavam debaixo dos pés dos que empurravam.” (Grego, *A Nossa Terra*, 1965c, p.1)

O carro, de empurrão em empurrão, lá se deslocava até às associações, escolas e zonas centrais das povoações para levar “uma carrada de alegria e sabedoria” (Sá, 1983, p. 64), através da acessibilidade do livro a todos, promovendo e desenvolvendo o prazer pela leitura, elevando o nível cultural dos cidadãos através do livre acesso às estantes e empréstimo domiciliário, como podemos ver na figura infra. Pessoas de todas as idades escolhem autónoma e gratuitamente os livros, com total liberdade.

Figura 19 Leitores na biblioteca itinerante - década de 50



Fonte: *Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, Boletim nº 2*, 1971

O conteúdo do “carro dos livros” estava dividido em dezasseis áreas temáticas, onde se incluíam “desde o livro técnico ao romance, desde o gráfico a cores que lhe ensina a história do seu país, até às fotografias de monumentos, costumes, obras de arte, o habitante de qualquer aldeia, tem efectivamente ao seu dispor, um órgão de educação e de cultura” (Sá, 1983, p.64). Na figura 17, vemos a biblioteca itinerante a parar numa povoação do interior do concelho, Caparide, ainda hoje rural, dominada por quintas e onde se produz o afamado Vinho de Carcavelos.

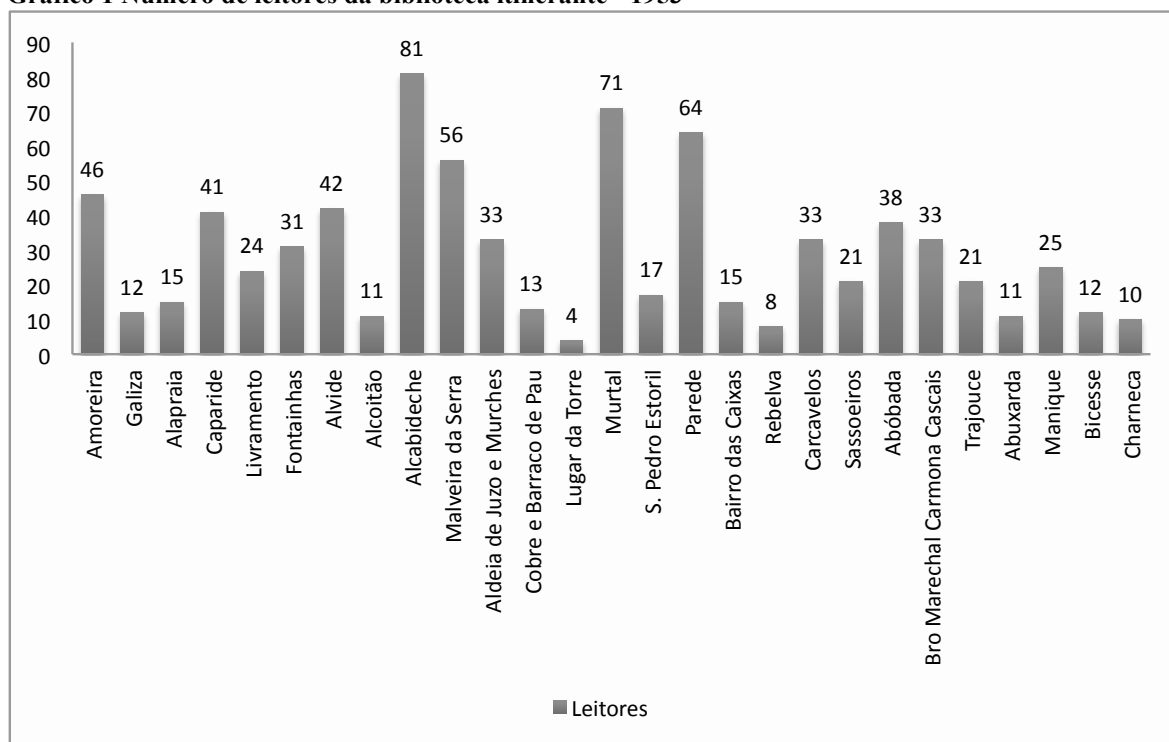
Figura 20 A biblioteca itinerante em Caparide - década de 1950



Fonte: Coleção Família de Branquinho da Fonseca

A inauguração desta biblioteca foi antecedida por um amplo trabalho, em que a influência de experiências internacionais foi determinante¹²⁶, de estudo dos pontos de paragem deste serviço, precedido por uma campanha de divulgação, junto das populações, instituições culturais dos povoados e bairros do concelho - escolas, associações, etc. -, bem como através da imprensa local. A adesão foi bastante significativa e, logo no primeiro ano, há o registo de 857 leitores distribuídos por 29 lugares, como podemos verificar no quadro abaixo, sendo o leitor nº 1 Carlos do Rosário Pereira, residente na Amoreira.

Gráfico 1 Número de leitores da biblioteca itinerante - 1953



Elaboração própria, 2012. Fonte: elaborado com base nos dados de Melo, 2004, p. 104.

Constata-se, facilmente, através do gráfico, que a biblioteca atingiu, logo no primeiro ano, um dos objetivos para que tinha sido criada, atingir os povoados mais longínquos para que os livros chegassem a todos. Alcabideche, Murtal, Parede e Malveira da Serra são as localidades

¹²⁶ António Quadros testemunha que Branquinho da Fonseca “visitou e estudou *in loco* diversos sistemas de Bibliotecas Itinerantes ou Ambulantes em vários países europeus” (Quadros, 1984, p.42), simplesmente não conseguimos concluir se essas viagens foram anteriores a 1953 ou se, ainda que efetuadas nos anos 50, o foram com o objetivo de preparar as Itinerantes da Gulbenkian, que começam a funcionar cinco anos depois, em 1958.

que têm maior número de inscritos e, à exceção da Parede - esta adesão talvez se possa relacionar com a sua herança republicana -, todas ficam no interior do concelho. Em 1954, Branquinho da Fonseca faz o balanço de um ano de atividade da biblioteca itinerante, que é comunicado aos leitores, numa folha que começa significativamente com “Leitor amigo”. Desta forma, amistosa e familiar, explana os resultados alcançados e os aspetos a melhorar, prendendo-se estes últimos, sobretudo, com o cumprimento de prazos na entrega dos livros por parte dos leitores e com a necessidade da biblioteca fazer mais paragens nas localidades de Parede e S. Pedro do Estoril. Analisando o gráfico, se, no caso da Parede, esta decisão se encontra plenamente justificada, devido ao elevado número de leitores que ultrapassam os sessenta, em S. Pedro não percebemos o motivo, visto que apenas quinze leitores requisitam livros. Nesta missiva, Branquinho da Fonseca elucida-nos um pouco mais sobre os motivos que originaram a iniciativa, que procurou responder aos desejos da população e não do Conservador, na medida em que “a criação da Biblioteca não fez nascer o desejo de ler, antes pelo contrário, foi o intenso desejo de ler que levou à criação da Biblioteca” (Branquinho, 1954). Quando Moutinho (2010) reflete sobre a museologia contemporânea e conclui que, quarenta anos após Santiago do Chile, ainda há um excesso de museus que trabalha em função das suas coleções e da exposição temporária, tem aqui um exemplo de como, trinta anos antes, se trabalhava discretamente ao serviço das causas, dos problemas, dos anseios da comunidade, havendo um atuante envolvimento na resolução dos mesmos, apesar das dificuldades colocadas à sua concretização serem imensas.

Figura 21 A chegada da biblioteca itinerante - década de 1950



Fonte: Henriques & Pacheco. 2012, p. 104

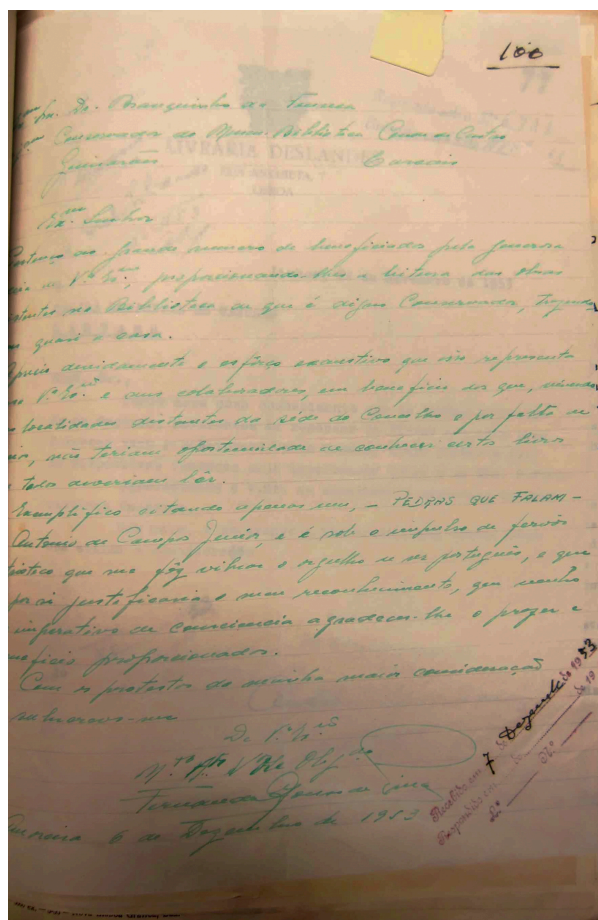
Este trabalho, de enorme comprometimento e responsabilidade social, vai mais uma vez ser notado positivamente pela Comissão Administrativa, que se congratula com o investimento, registando “com agrado as elogiosas referências da imprensa diária a esta modalidade de acção Cultural e educativa que pela primeira vez é posta em prática no País” (Ata nº 229, 21-12-1953). Com efeito, a imprensa é fértil em enaltecimentos, de onde se destaca o de Jaime Cortesão, na altura residente do concelho e obreiro nas mesmas lides, na Biblioteca Nacional de Lisboa, que reafirma num artigo inserto no *Primeiro de Janeiro*, datado de 12-10-1955, - analisado por nós anteriormente -, a importância das atividades empreendidas em Cascais, em prol do conhecimento e distração das populações, espelho de “um espírito lúcido, capaz de larga iniciativa, da parte de quem a dirigia” (p.3). Além de louvar a leitura domiciliária e a biblioteca itinerante “para empréstimo gratuito de livros ao povo das aldeias do concelho de Cascais”, estende o louvor aos leitores que valorizam este serviço e pugnam pelo seu bom funcionamento,

garantindo que “[...] todos os livros são com fidelidade devolvidos, terminado o prazo do empréstimo e, salvo muito raras exceções, em razoável estado de conservação e asseio. Os próprios leitores se vigiam uns aos outros no cumprimento desse dever” (p.3). É estimulante verificar que o entusiasmo e o sentido de partilha deste ‘tesouro’, por parte da população, é tão significativo “que alguns leitores leem, em grupo, para os que não sabem ler, sendo que alguns destes últimos, já o souberam, mas desaprenderam por falta de exercício” (p.3). Era, aliás, um dos problemas das campanhas de alfabetização, iniciadas na I República, prosseguidas pelo Governo de Salazar que, ao não terem continuidade, quase esvaziavam de resultado o investimento feito: “[...] Combatido o analfabetismo é preciso que não se caia de novo no analfabetismo, por falta de uso da nova função conquistada. [...]” (Fonseca, *Diário de Lisboa*, 1953 a, p.14). Esta continuidade devia ser, segundo Branquinho da Fonseca, obrigação do poder local, porquanto “devem facultar os meios mínimos de cultura, de aprendizagem profissional e à útil leitura de diversão, àqueles que trabalham e vivem isolados dos grandes centros [...]. Assim se tem feito em muitos países e esperemos que não seremos nós os últimos a fazê-lo” (Fonseca, 1953e). O acesso à cultura passava, necessariamente, por facilitar e fomentar a leitura, favorecida pela defesa intransigente do valor social do livro, numa “leitura de proximidade”, cuja mais valia era reconhecida identicamente pela comunidade.

Os elogios não se confinam à imprensa, visto que Branquinho da Fonseca recebe missivas de leitores a enaltecer todo o labor em prol do concelho, como podemos verificar através da carta de Fernando Afonso de Pina - leitor da Amoreira - que, a 6 de Dezembro de 1953, lhe escreve, ver figura 19, aludindo que pertence:

“[...] ao grande número de beneficiados pela generosa ideia de V. Excia, proporcionando-lhes a leitura das obras existentes na Biblioteca de que é digno Conservador, trazendo-as quasi [sic] a casa. Aprecio devidamente o esforço exaustivo que isso representa para V. Excia e seus colaboradores, em benefício dos que, morando em localidades distantes da sede do Concelho e por falta de meios não teriam oportunidade de conhecer certos livros que todos deveriam ler.[...]” (Pina, MBCCG, 1953)

Figura 22 Carta de Afonso de Pina a Branquinho da Fonseca – 1953



Fonte: Arquivo MBCCG

Ao analisarmos o movimento de leitura da biblioteca fixa, em Cascais, de 1930 até 1969, observamos que, de 3 leitores no primeiro ano de existência, passou para 966 em 1942 e, em 1945, já era de 3706, sendo que, em 1969, era de 10095 (Melo, 2004, p.100, cf. Fonseca, 1997, p.8), o que permite concluir que a vinda de Branquinho da Fonseca e a dinâmica que imprimiu revolucionaram a frequência do espaço, contribuindo para consolidar a procura, que se reforçou na década de 50 e 60, permitindo a formação e fidelização de um público utilizador dos serviços prestados. Daniel Melo (2004, p.103), que estudou aprofundadamente esta biblioteca num âmbito mais alargado da leitura pública, de 1926 a 1987, conclui que “Da década de 50 em diante, esta biblioteca municipal atinge resultados de frequência que a tornavam uma das melhores do país na sua categoria, o que se devia também à vantagem do desdobramento

especial da oferta”, ideia igualmente veiculada em artigos de jornal e em livros que mais não fazem do que confirmar a estatística.

Quadro 28 Número de habitantes, de bibliotecas e de leitores em 1954

Número de Habitantes, de Bibliotecas e de Leitores em 1954				
	Habitantes Cidade / Vila	Distrito/ Concelho	Bibliotecas por Distrito / Município	Leitores
Aveiro	38.865	477.191	4	6.613
Braga	88.777	541.377	6	9.670
Faro	33.602	325.971	6	7.307
Portalegre	27.767	196.993	12	3.728
Cascais	8.250	42.185	1	15.699

Elaboração própria, 2012. Fonte: adaptado de Sá, 1983, p.62

Partindo do quadro comparativo número 28, constatamos que, apesar de Cascais ser sede de concelho e não de distrito, possuir somente uma biblioteca, ter uma população muito menor que os restantes distritos, regista um número de leitores elevadíssimo, correspondendo a quase metade da população concelhia e quase o dobro dos habitantes da vila. O que originou tal situação? Pensamos que, e através da explanação empreendida, este sucesso se deve ao constante repensar e atuar sobre a melhor forma de levar o livro ao leitor, diversificando estratégias. Estratégias estas que Branquinho da Fonseca pensa poder ampliar com a criação de bibliotecas fixas na escola, orientadas pelo bibliotecário do depósito central. A palavra de ordem é descentralizar, para melhor beneficiar, num trabalho em equipe liderado por uma ‘cabeça’ que age sem hesitar, avançando sobre terreno movediço, mas com um projeto seguro, o que leva Melo (2004, p.351) a afirmar que:

“A experiência da biblioteca municipal cascalense serviu ainda para demonstrar que as iniciativas municipais vingaram apesar da falta de apoio central, muitas vezes graças a direcções afoitas, equipas solidárias e à clarividência de beneméritos. [...]. Tudo obra casual e imprevisível, mas que, progressivamente, foi conferindo consistência e influência às bibliotecas municipais.”

No sentido de atrair a população, melhora, igualmente, o conforto da biblioteca fixa, disponibilizando “recantos menos formais junto à lareira e janelas” (Cruz, 1951, p.51) e permite o acesso livre às estantes, visto que “os livros não são para *estar* nas bibliotecas, são para estar nas mãos de quem os queira ler” (Fonseca, *Diário de Lisboa*, 1953a, p. 14), desmistificando a ideia, mais ‘bafienta’ e antiquada destes espaços, onde é quase proibido ‘respirar’, contribuindo para que os leitores “vejam a biblioteca como um local aprazível a que se tem desejo de voltar” (Cruz, 1951, p.51). Porque “pode ser que se leia mais, pode ser que se leia melhor, mas o que é indiscutível é que poderia e deveria ler-se muito mais e muito melhor” (Fonseca, *Diário Popular*, 1953c, p. 1), e esse avanço qualitativo só pode ser dado com o investimento de todos, desde o poder central ao local, não descurando o papel dos funcionários, a quem cabe “atender os leitores e não vigiá-los. Sabemos que a fiscalização é necessária, mas a maneira ostensiva como é feita em algumas bibliotecas, chega a prejudicar o ambiente de trabalho” (Fonseca, *Diário Popular*, 1953d, p. 1). Eivado deste espírito moderno e em constante atualização, através da bibliografia e experiências internacionais¹²⁷, de que faz eco nos artigos de jornal por nós consultados, este espaço, informal e hospitaleiro, tornou-se um suporte essencial para os estudantes, seja para consultar livros, seja para fazerem trabalhos escolares individuais ou em grupo. A Biblioteca torna-se uma extensão do espaço – escola, que se intercepta com o espaço - habitação, permitindo áreas de encontro e de partilha que, muitas vezes, a organização e estruturação da escola e da casa impossibilita.

Em parte, este êxito ficou a dever-se, igualmente, à opção assumida desde o início, de trabalhar para um público heterogéneo, procurando abarcar todas as idades e grupos sócio - económicos e culturais, com uma seleção bibliográfica de pendor humanista, que incluía obras de vários géneros e categorias literárias.

A escolha empreendida não se enquadra na linha de propaganda oficial (Melo, 2004, p. 106), tentando manter o Museu – Biblioteca à margem de influências políticas, como se comprova, igualmente, por uma carta (Branquinho, AHMC, 1945c) que envia ao Presidente da Comissão Administrativa, relatando-lhe uma situação que o inquietou e pedindo um parecer para a resolução da mesma. Havia recebido, a 15 de Novembro de 1945, através do Vice Presidente

¹²⁷ Cita com frequência exemplos na América, Inglaterra, Canadá, Austrália, Dinamarca, Suécia, Índia, África do Sul e consulta frequente bibliografia internacional.

da Câmara, 25 exemplares do folheto de propaganda ao regime “*Ontem e Hoje*”¹²⁸ para serem divulgados pelos visitantes, porém tinha muitas dúvidas se devia aceder às determinações acima enunciadas, “considerando que neste Museu – Biblioteca se tem seguido o critério de evitar os assuntos que expressamente sejam considerados de propaganda política” (Fonseca, AHMC 1945c). Ato corajoso e ‘tumultuoso’, muito consentâneo com o rumo que traçou, desde cedo, para este palacete, no acanhado e submisso país onde vivia. A sua liberdade de ação tornou-se inversamente proporcional ao reforço dos mecanismos de censura, repressão e vigilâncias policiais. Estes tornaram-se mais acutilantes e atuantes num país assustado pelos movimentos crescentes de contestação ao regime, que fizeram com que, a nível nacional e local, se vigiasse, atentamente, qualquer indício de ‘desobediência’. A vigilância era permanente e nenhum pormenor escapava ao ‘lápiz-azul’ local, razão pela qual Branquinho da Fonseca foi questionado sobre o motivo que o levou a não terminar a carta enviada para a autarquia com o remate obrigatório “a Bem da Nação”, à qual respondeu, de forma lacónica, tratar-se apenas de um lapso (Fonseca, AHMC, 1945d).

Este não comprometimento com o Regime, consequência do espírito livre que perpetuou o eterno desejo de ‘voar’ sempre mais longe, expresso desde os tempos de Coimbra, nomeadamente na revista *Presença*, onde, num poema, epígrafe desta tese, com o título ‘As Viagens’, afirma que “Antes seja afastado do que já alcancei que o seja daquilo para que vou. A posse é um declínio” (1928, p.10), orientaram o caminho que trilhou neste rincão à beira – mar, franqueado inicialmente, como já dissemos, pelo entusiasmo e empenho da autarquia¹²⁹. Em todo o processo teve a oportunidade de aplicar, com êxito, as ideias que defendia sobre o que devia ser uma biblioteca e como devia ser estruturada para bem servir toda a comunidade. Considerava que, no geral, a falta de dinamismo das bibliotecas residia, antes de mais, nas pessoas que as geriam, porque trabalhavam, centradas em si próprias, “para os seus interesses, trabalhos e preferências” (Sá, 1983, p. 63) esquecendo “que os livros se destinam a toda a gente” (Sá, 1983,

¹²⁸ Folheto que pretendia divulgar Portugal, sublinhando a ‘ordem e disciplina’ por comparação com a ‘desordem e a balbúrdia’ da Primeira República, nomeadamente na área cultural, educativa e de obras públicas.

¹²⁹ Pensamos que, por vezes, teria de fazer cedências ou, não tendo alternativas, seria obrigado a aceitar ordens superiores. Terá sido o caso da filmagem do Costa de África com Vasco Santana, Laura Alves, Costinha e com realização de João Mendes, estreado a 19 de Fevereiro de 1954 nos cinemas Politeama e Monumental. Parte deste filme é feito no Museu – Biblioteca Condes Castro Guimarães e é bastante colonialista, com um pendor depreciativo para com os colonizados. Como teria reagido o Conservador – Bibliotecário? Apesar de toda a investigação e de termos falado com várias pessoas e inclusive com o neto, Luís Branquinho, não conseguimos obter informações que nos permitissem chegar a conclusões.

p. 63), muitas vezes com ofertas pouco atualizadas “o bibliotecário que olhar só para o passado, converte a sua biblioteca num armazém bafiento” (Sá, 1983, p. 63). Com a sua crítica incisiva, comparava o grau de empenho na formação e acessibilidade das bibliotecas dos países mais civilizados ao desprezo a que Portugal tem votado o funcionamento das mesmas, onde são quase todas “uma espécie de bichos embalsamados com olhos de vidro. Fingem de vivas” (Fonseca, *Diário de Lisboa*, 1953a, p.14). Este ‘fingimento’ origina a perpetuação de mausoléus poeirentos, onde se arrastam penosamente conservadores de tais preciosidades, extraordinários sorvedouros do erário público, que não cumprem a função básica para a qual foram instituídas: tornar o livro acessível a todos, investindo na função social do mesmo.

Os regulamentos das bibliotecas espelham esta prática, pois são no geral antiquados e partem do princípio de “que o leitor é um bárbaro antigo, é o inimigo, é um animal ainda [que] domesticado. O único bicho que facilmente dispõe de qualquer livro, é a traça. Os donos que somos nós todos, o povinho desta nação, com dificuldade lhe põem a mão” (Sá, 1983, p. 63). Note-se que este panorama não era exclusivo do ambiente bibliotecário mas se estendia ao ensino, como afixa, nas suas *Memórias*, Rómulo de Carvalho¹³⁰, contemporâneo profissional de Branquinho da Fonseca: “[...] em quase tudo encontrei a mesma inferior qualidade, a mesma trama de interesses, a mesma visão cheia de vícios e de compromissos, defendendo-se cada um com unhas e dentes na conservação das suas conquistas pessoais ou na defesa das suas razões” (R. Carvalho, 2011, p. 215). Os atavismos e as resistências arrastadas dos acomodados eram, para ele, motivo de grande impaciência. O investimento no futuro obrigava à ação imediata, contrariando a indiferença e o conformismo que cresciam como ervas daninhas em terreno fértil.

Ainda, no ano de 1942, cria um Regulamento Interno de Funcionamento da Biblioteca, aprovado na reunião de 4 de Novembro, tendo entrado em vigor na mesma data, em que são perfeitamente definidos o conteúdo funcional de cada sector e a atribuição dos respectivos funcionários. Tratou-se, igualmente, de tornar mais confortável a biblioteca “com mobília

¹³⁰ 1906 – 1997. professor durante 40 anos, pedagogo, autor de manuais escolares, historiador, investigador e físico que se destacou, igualmente, como investigador do pensamento e da atividade científica em Portugal no séc. XVIII. A sua vida acompanhou diferentes momentos políticos: Monarquia, I República, Estado Novo e 25 de Abril, refletindo criticamente sobre o país em que viveu. Escreveu, entre outros, manuais escolares na área da Física e das Ciências da Natureza e a *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*, publicado em 1986 pela F.C. Gulbenkian. Em 1956 deu vida ao poeta António Gedeão, terminando-lhe a existência em 1967.

adquirida especialmente para este fim”, tendo sido inaugurada em Abril de 1942¹³¹. No artigo 1º do Regulamento, introduz-se a leitura domiciliária que vai dar um grande impulso à frequência da biblioteca, como é reconhecido pela Comissão Administrativa na ata nº107 desse mesmo ano. Trata-se de aproximar o livro dos leitores, numa permanente preocupação pelo desenvolvimento intelectual e lúdico dos habitantes, afastando-os de ocupações e vícios menos construtivos.

A preservação patrimonial local continua o caminho seguido por João Couto, inaugurando-se uma nova sala: ‘Sala da Arqueologia Padre Eugénio Jalhay e Cap. Afonso do Paço’, com a ajuda da Junta de Turismo de Cascais - que apoiou financeiramente as intervenções arqueológicas - e a quem, no dia 20 de dezembro de 1941, os investigadores tinham doado as peças provenientes das escavações, como se pode confirmar na carta de doação (Pessoa & Nunes, 1941, pp.1-3). Na antiga sala de arqueologia ainda constam as placas que atestam não só a atitude filantrópica dos arqueólogos mas igualmente o reconhecimento do município de Cascais a quem soube investigar e zelar pela defesa do património local, como se pode observar na figura 20.

Figura 23 Placas da antiga Sala de Arqueologia



Foto: Maria Mota Almeida, 2012

O espólio estava em depósito no Museu Arqueológico do Carmo e, mantendo o princípio de proteção, interpretação, valorização e divulgação do património concelhio a toda a

¹³¹ Foi inaugurada pelo Presidente da República, General Carmona, a 5 de abril de 1942.

comunidade, era necessário trazê-lo para o concelho de origem, pois, como era bastas vezes defendido: “Em Cascais fica o que a Cascais pertence” (Gusmão, 1947, p.21). Fabião (1987, p. 47) sublinha, igualmente, a particularidade, em sua opinião modelar, de arranjar soluções para a guarda, proteção, conservação, exposição e divulgação (mediante conferências e publicações locais), de todo o material proveniente de escavações, de que o Concelho é profícuo, no Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Neste local foram expostas as peças mais representativas de natureza arqueológica encontradas no concelho, estando a Junta de Turismo “inteiramente pronta a coadjuvar todo e qualquer empreendimento Arqueológico ou Pré-histórico que V. Excias desejem levar a efeito, contribuindo assim para o engrandecimento do Concelho de Cascais”, como podemos ler no discurso do seu Presidente (1947, p.21). Este espaço acolheu, em 1992, a coleção de epigrafia do Núcleo Lapidar “Félix Alves Pereira”, com peças que vão desde a pré-história até ao séc. XVII, e que ainda aqui se encontra.¹³²

A preocupação, com o incentivo à investigação e divulgação da história local respeitante ao concelho de Cascais, pode observar-se, igualmente, no prosseguimento das publicações do próprio museu, que haviam sido começadas em 1940 e que continua, em 1943, com a edição da obra *Murtal, aldeia das Murtas* escrita por Ernesto Belo Redondo¹³³, juntamente com o *Foral da vila de Cascais e o seu termo*.

Edita-se igualmente, em 1943, com o intuito de divulgar temas de história local e história da arte, o primeiro Boletim do Museu – Biblioteca¹³⁴, ao qual pretende dar uma certa periodicidade, por ser um “repositório de assuntos relativos à história do concelho de Cascais e, além disso, uma breve informação dos serviços do Museu” (Fonseca, AHMC, 1943). Projeto, este, que não teve continuidade, pela proverbial escassez de recurso e de interessados na colaboração.

¹³² Em 2003 todo este espaço foi encerrado ao público porque estava prevista a construção do Museu de Arqueologia de Cascais, a ser instalado junto ao Museu do Mar.

¹³³ 1900-1957, foi escritor e jornalista, mostrando-se defensor ativo dos direitos dos trabalhadores da imprensa. Fez parte, juntamente com Artur Portela e Julião Quintinha, da última direção do Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa, dissolvida em 1933, lutando intransigentemente contra a censura.

¹³⁴ Este boletim teve “continuação”, em 1980, no denominado *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, publicação de carácter mais vasto, incidindo sobre temas da história do concelho, que durou dezasseis anos. Após sete anos de interregno, em Janeiro de 2005, retoma-se o *Arquivo de Cascais*, com a publicação do nº 13.

Figura 24 Capa do Boletim nº 1 do Museu-Biblioteca

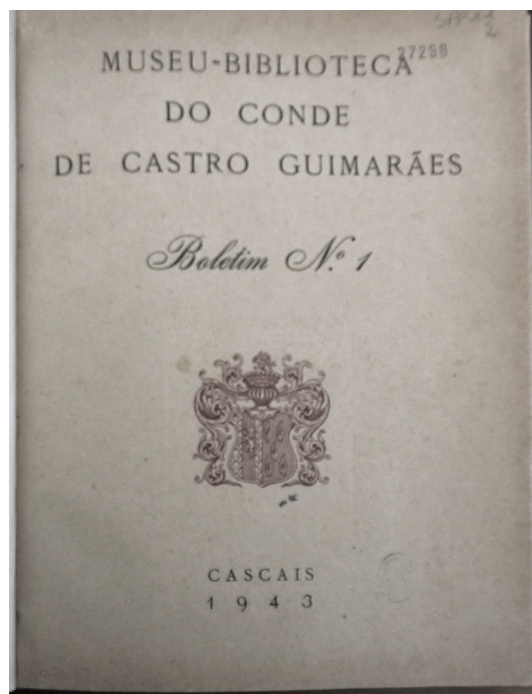


Foto: Maria Mota Almeida

O interesse pelo Museu não é por si subalternizado, como mais tarde foi disso acusado por Varela Aldemira¹³⁵, pois amplia a coleção ao adquirir algumas peças significativas, “tudo discretamente arrumado, sem aquele peso que aperta o coração nos museus-museus, mas antes uma ilustração despretensiosa da arte ao serviço da vida...” (Vaz, 1963, p.36). Além disso, realiza uma série de concertos de Música de Câmara, aos domingos e de quinze em quinze dias, para os quais pede a ajuda mecénática da Junta de Turismo, tendo em conta “o interesse com que esta ideia tem sido recebida pelas pessoas que residem ou que frequentam esta região” (Fonseca, AHMC, 1945). Este pedido foi atendido e, ainda no ano de 1945, nos dias 8 e 22 de Abril, 6 e 20 de Maio, 3 e 17 de Junho e 1 de Julho, se promoveram os concertos, organizados por Stella Tavares.

Organizou uma oficina de encadernação para reduzir os custos de manutenção dos livros, que, pela sua acessibilidade e frequência de leitura, necessitavam de cuidados regulares. Além

¹³⁵ Galiza 1895 – Lisboa 1975. Pintor formado na Escola de Belas - Artes de Lisboa, vai em 1932 ser presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes. Aquando do pedido de demissão de João Couto, em 1941, de Vogal da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca, Luis Varela Aldemira vai substituí-lo.

disso, promove obras estruturais no edifício, mandando reparar o telhado e efetuando pinturas interiores.

Dez anos mais tarde, em 1953, Branquinho da Fonseca elabora e publica o primeiro guia – roteiro em três línguas: português, francês e inglês, com o apoio da Junta de Turismo de Cascais, que pretende dar uma ampla divulgação do museu, tornando-o ainda mais conhecido para ser mais usufruído.

Como mencionado anteriormente, o Museu – Biblioteca funcionou desde o início como uma “fundação” particular, com administração autónoma - poderes conferidos por disposição testamentária -, única no seu género, não estando por isso a sua organização prevista nas leis gerais do país. José de Figueiredo fez várias diligências para que fosse publicado um diploma que a oficializasse, reconhecendo-lhe personalidade jurídica, obedecendo ao critério de autonomia, instituído pelo Conde¹³⁶. Após a morte daquele vogal cultural, as diligências continuaram, mas sem êxito, sucedendo que, em 15 de Dezembro de 1950, a Fundação é considerada sem personalidade, pelo que os bens são integrados no Património Municipal, passando a respetiva Comissão a funcionar como órgão consultivo. A Comissão passou a designar-se Comissão Consultiva - em vez de Administrativa -, tendo esta deliberação sido precedida de pareceres jurídicos, todos coincidentes na orientação da resolução tomada. Por deliberação da Câmara de 19 de Maio de 1961 ficaram claras as competências da mesma, que daria parecer sobre restauro, conservação dos bens móveis e imóveis, sobre compras de obras de arte, sobre publicações a editar, conferências e sessões culturais a realizar naquele espaço e sobre todos os aspectos de funcionamento cuja opinião fosse solicitada pelo Presidente da Câmara.

Apesar do revés que esta mudança trouxe, nomeadamente a nível da autonomia e do estatuto dos funcionários, que foram todos integrados nos quadros da Autarquia, à exceção do Conservador, cuja continuidade dependia da renovação semestral da prestação de serviços, e da escassez de verba para aquisição de livros, o trabalho em prol da democratização cultural não enfraqueceu. Simplesmente, muitas vezes, propositadamente ou não, era pouco reconhecido por quem o devia acarinhar a nível institucional. Em contrapartida, os utilizadores do serviço reconhecem-lhe o mérito, divulgando o labor e os resultados alcançados, através da imprensa local e nacional.

¹³⁶ Ver ponto da situação feito por Carlos de Passos Pereira de Castro (AHMC, 1938)

Voltando, novamente, ao artigo da autoria de Jaime Cortesão, inserto no *Diário de Lisboa*, e por nós exaustivamente analisado através da metodologia de análise de conteúdo, nele se sublinha o facto de que este museu – biblioteca “é diferente do que são por via de regra todas ou quase todas as bibliotecas e museus, não há ali hostilidade de ambiente, nem o tom glacial dos regulamentos, nem a rigidez hirta de casa morta (1951, p.1). [...] Com este sentido superior a inspirar a sua vida viva, o museu e a biblioteca – onde não cheira a mofo – funcionam como uma célula de organismo palpitante” (p.9). Os elogios ao trabalho de Branquinho da Fonseca, “escritor que não é um distante *snoob* das Letras”, continuam, realçando-se a sua “concepção do valor social do livro, que não é objeto de museu, cerrado em vitrinas aferrolhadas, mas um instrumento vivo de cultura que deve ser posto à mercê de quem dele mais carece” (p.9). A Biblioteca de Cascais procura “funcionar como instrumento de captação de todo o público, através de leituras acessíveis, para o gosto pelo livro” (p.9), entendendo-se que o serviço público, neste espaço, implicava a extensão domiciliária como fomentadora de leitura, visto que “em todas as bibliotecas públicas é proibido levar livros para ler em casa, menos numa, a do Museu Castro Guimarães ...” (1951, p.9). Sucedem-se entrevistas e artigos no jornal local *A Nossa Terra*, onde se procura informar acerca do trabalho feito e das formas de aproximação à comunidade.

Claramente se pode concluir, sem correr o risco de banalizar o sentido das palavras, que as propostas científicas e pedagógicas deste Conservador se compaginam no quadro de uma formação humanista, que visava contribuir para a formação integral do indivíduo, isenta de espartilhos doutrinários tantas vezes castradores da liberdade na formação individual. Nem sempre o poder autárquico e financiador dos projetos implementados alinhou pelo mesmo diapasão, pelo que, como os obstáculos à prossecução dos objetivos definidos foram muitos, Branquinho da Fonseca, trabalhador árduo, persistente e muitas vezes solitário, pede a demissão.

Havia começado a colaborar com a Fundação Gulbenkian onde, em 1958, inspirado neste projeto ‘sobre rodas’ praticamente pioneiro ao serviço da democratização cultural, institui o exemplar Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação, que já contava sessenta em 1972, promovendo a leitura nos lugares mais recônditos do país, assente no pressuposto, já aplicado em Cascais, de que as Bibliotecas tinham de ser espaços onde se formasse e educasse o maior número de pessoas através do conhecimento.

Apesar da saída de Branquinho da Fonseca, as linhas orientadoras por si implementadas, continuam com a estada, embora efémera - 1960 e 1961 -, de Gilberto António de Andrade, licenciado em Ciências Histórico – Filosóficas e professor de Liceu, à frente do museu. Aposta na divulgação, ao organizar uma grande exposição, na altura das comemorações henriquinas, e na preocupação pela preservação patrimonial, ao insurgir-se contra o facto de sermos “nós os primeiros a ignorar a riqueza que temos!!!” (Andrade, *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol* 1964, p.1) reportando-se diretamente ao estado de degradação das grutas da Alapraia, de S. Pedro do Estoril e do Poço Velho. Defende a urgência de proteger o património local, não apenas com o objetivo de o apresentar ao turista mas, acima de tudo, de ser conhecido/consumido pela comunidade, pois “Primeiro conheçamos nós o que é nosso, e depois colaboremos no esforço de o manifestar ao turista.” (p.1). Ideias estas que vêm na continuidade dos seus antecessores, colocando a comunidade local como epicentro da sua atuação.

Maria Alice Beaumont¹³⁷, sucessora de Gilberto Andrade, mantém a orientação já iniciada por João Couto. Em 1962, defende, identicamente, que mais importante do que trabalhar para o turista, deve ser direcionar a atividade para a população local, desejando que o espaço cultural de que é responsável seja, “não só uma galeria de exposição e algumas vezes a sala de visitas desta zona, mas a sala de estar e de ficar de muitos interessados” (1962, p.110), continuando e diversificando atividades. Considera, ainda, que o Museu e Biblioteca têm “excelentes condições de ser uma casa de convívio cultural para todas as idades” (p.110), sonhando, para atingir este intento, com a formação de um Centro Infantil nos moldes do Centro Infantil do Museu Nacional de Arte Antiga, desejo que vai concretizar, mais uma vez com o apoio de João Couto¹³⁸. A experiência deste entusiasta, no Museu que dirige, e que conta com o

¹³⁷ Porto 1929, Lisboa 2004. Licenciada em Histórico – Filosóficas em 1956, termina o Curso de conservadores de Museu em 1959. Entre 1962 e 1971 é Conservadora no Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães e, a partir daí, transita para o Museu Nacional de Arte Antiga. De 1977 até 1990 é diretora daquele espaço, sucedendo a Maria José de Mendonça.

¹³⁸ João Couto vai ter, na década de 30, mas sobretudo 40 a 60, uma intervenção importantíssima e muitas vezes decisiva na mudança de paradigma dos museus portugueses, impondo um modelo, nem sempre bem aceite - veja-se os artigos de Vergílio Correia, *Diário de Coimbra*, 5 e 12 de janeiro de 1942 -, baseado no trabalho por si idealizado e implementado no Museu Nacional de Arte Antiga e também no Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Em 1946, aquando da homenagem, a título póstumo, feita em Coimbra ao antigo organizador e Diretor do Museu Machado de Castro, António Augusto Gonçalves, não perde a oportunidade de, elogiando o trabalho anterior, propor uma remodelação urgente do dito Museu, de acordo com “as contribuições modernas em matéria museológica [...] expor sem a preocupação da quantidade; expor exclusivamente o que é bom; expor em boas condições de defesa e de boa visibilidade das obras; expor em condições de comodidade para o visitante; se for possível, expor segundo um critério didático” (Couto, 1946, p.12). Propõe que muitas obras passem para a galeria de estudo, facilitando a investigação, e que se crie um Instituto de Cultura Artística, tal como no Museu Nacional de Arte Antiga, com uma

apoio de Madalena Cabral, orientará esta nova abordagem à função educativa do museu em Cascais, agilizando a constituição dos Serviços Educativos, que abordaremos em capítulo próprio, dada a sua relevância. A Conservadora organizou a Biblioteca por assuntos, promoveu exposições temporárias - Comemorações do VI Centenário da elevação de Cascais a Vila¹³⁹ em 1964 -, obras do Rei D. Carlos, de Carlos Bonvalot, entre outros, - conferências - Madalena Cabral, João Couto, Vitorino Nemésio, Veiga Ferreira, Santos Simões - e inaugurou, em 1969, uma nova sala de arqueologia que, “obedecendo a todos os requisitos museológicos, mostra os mais importantes achados da região” (d’Encarnação, 1975, p. 105), antecedida por uma conferência do arqueólogo Veiga Ferreira precisamente sobre a arqueologia concelhia.

biblioteca, arquivo de fotografias, sala de conferências, salas para exposições temporárias, salas de aulas, numa clara e efetiva aproximação ao ensino. Nesta altura, a cadeira de estética e de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa já era, em parte, ministrada no Museu Nacional de Arte Antiga, num permanente e profícuo contato direto com as obras de arte. Num outro artigo, datado de 1963, João Couto vai fazer uma síntese da forma como está organizado o Serviço Infantil do Museu Nacional de Arte Antiga, dedicado à faixa etária que vai dos 4 aos 15 anos. As atividades dividem-se em três grupos: Visitas Guiadas, sob o lema “as crianças vêm brincar no Museu” onde nada se lhes ensina, mas se age partindo das suas perguntas, exatamente o inverso do que fazem a maioria dos nossos museus na atualidade; Cinema Educativo, que funciona na linha das visitas e o Centro Infantil num espaço criado para o efeito, onde as crianças trabalham a madeira, a tecelagem, a modelagem, o desenho e a gravura. Há igualmente, no Inverno, uma monitora que conta histórias, como ponto de partida para as atividades. Elucida-nos, ainda, sobre a formação que aí se ministra para as futuras monitoras, estando em 1963 a funcionar o Serviço Infantil do Museu dos Coches, prevendo-se brevemente a inauguração do Serviço Infantil do Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães e do Museu de Aveiro. (Couto, 1963b, p.181). Facilmente encontramos elos de inspiração e ligação entre os Serviços Educativos de Cascais e os do Museu Nacional de Arte Antiga e, pelos artigos de jornal analisados, compreendemos a forma atenta, carinhosa e incentivadora com que João Couto acompanha aqueles primeiros passos. O surgir do ‘Serviço Infantil’ no Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães deverá ser percebido “no contexto de uma continuidade do trabalho aí iniciado, no que toca à dimensão educativa do museu, na década de 30 por João Couto” (Costa, 1996, p. 245).

¹³⁹ A Comissão Executiva procedeu, com o apoio da Câmara, a uma série de publicações que atestam a preocupação pela divulgação do património local, entre as quais salientamos: *Discursos e Documentação Fotográfica; Cascais, Vila da Corte – Oito Séculos de História e A Vila de Cascais e o Terramoto de 1755*, ambas de Ferreira de Andrade; *Toponímia do Concelho de Cascais*, de Diogo Correia; *Resenha Geológica do Concelho de Cascais*, de Georges Zbyszewsky; *A Cultura do Vaso Campaniforme no Concelho de Cascais*, de Octávio da Veiga Ferreira; *As Fortalezas da Costa Marítima de Cascais*, de Manuel Acácio Pereira Lourenço; *Cascais há Quatro Mil Anos e Povoado Pré-Histórico da Parede (Cascais)*, ambos de Afonso do Paço, *Os Regimentos de Cascais*, do General Afonso Botelho; *Vegetação Natural do Concelho de Cascais*, de Afonso Botelho e *A Real Fábrica de Lanifícios de Cascais*, de Maria das Dores Jorge de Goes.

3.3.3 Décadas de 60/80 - Tempos de consolidação: a aposta nos mais jovens

3.3.3.1 Os Serviços Educativos

“E o mundo da cor começou.” (Amorim, 1971,p.85)

Figura 25 Atelier no Museu-Biblioteca



Fonte: *Museu Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães, Boletim nº 2, 1971, p.89*

Os Serviços Educativos¹⁴⁰, inaugurados a 21 de Janeiro de 1964, apresentam uma dupla vertente: uma oficina, instalada no último piso, onde as crianças pintam, modelam, fazem gravura, colagens, etc., e visitas guiadas que podem terminar em oficinas. Mais uma vez este Museu segue o pioneirismo do seu primeiro Conservador e de todo o trabalho feito no Museu Nacional de Arte Antiga, iniciado por João Couto e prosseguido por Madalena Cabral¹⁴¹, muito

¹⁴⁰ Este projeto contou com um subsídio de 30.000\$00 cedidos pela Fundação Calouste Gulbenkian, oferecidos com a condição da autarquia assegurar a continuidade do empreendimento, o que veio a acontecer.

¹⁴¹ Além de ter participado em inúmeras reuniões nacionais de museus, é presença e interveniente assídua nas reuniões internacionais do ICOM, e especificamente nas da CECA de 1966 a 1983, subordinando as suas

centrado no desenvolvimento da capacidade das crianças a partir dos seus próprios interesses, com orientação de monitores. Maria da Graça Pessoa de Amorim, que ficou responsável por estes serviços, descreve com emoção o primeiro atelier destinado a crianças entre os três e os sete anos e elucida-nos sobre a perspetiva pedagógica que defende para este espaço: “deixemos a criança expressar-se livremente até porque ela tem necessidade disso e não queira o adulto impor-lhe a sua ciência.” Sustenta, ainda, que a Educação pela Arte torna as crianças mais equilibradas, desenvolvendo a sensibilidade pelo belo e harmonioso. Neste processo, a monitora desempenha o papel, importantíssimo, de orientadora no processo criativo e de descoberta.

Maria da Graça de Siqueira de Castello Branco que tirou o curso de monitores no Museu de Arte Antiga, foi orientadora das aulas de pintura infantil, dos 3 aos 7 anos:

“onde os alunos dão livre curso ao seu pensamento [...] sem que lhes sejam dadas quaisquer indicações de como se pinta uma casa, uma paisagem, o mar ou qualquer outro motivo [...] a criança pintando exprime-se numa linguagem própria como o adulto quando escreve, logo não se escolhem crianças especialmente dotadas para pintar, pois a pintura é uma necessidade de expressão para todas as crianças”
(Barahona, *A Nossa Terra*, – *O Jornal da Costa do Sol*, 1964, p.1 e 7)

Figura 26 Atelier no Museu-Biblioteca



Fonte: *Museu Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães, Boletim n° 2*, 1971, p.90

comunicações a duas temáticas principais: a educação dos jovens em museus e a formação do pessoal especializado (ver descrição pormenorizada das reuniões e temática apresentada em Costa, 1996, p. 307 a 310)

Figura 27 Ateliers no Museu-Biblioteca



PINTURA EM CAVALETE

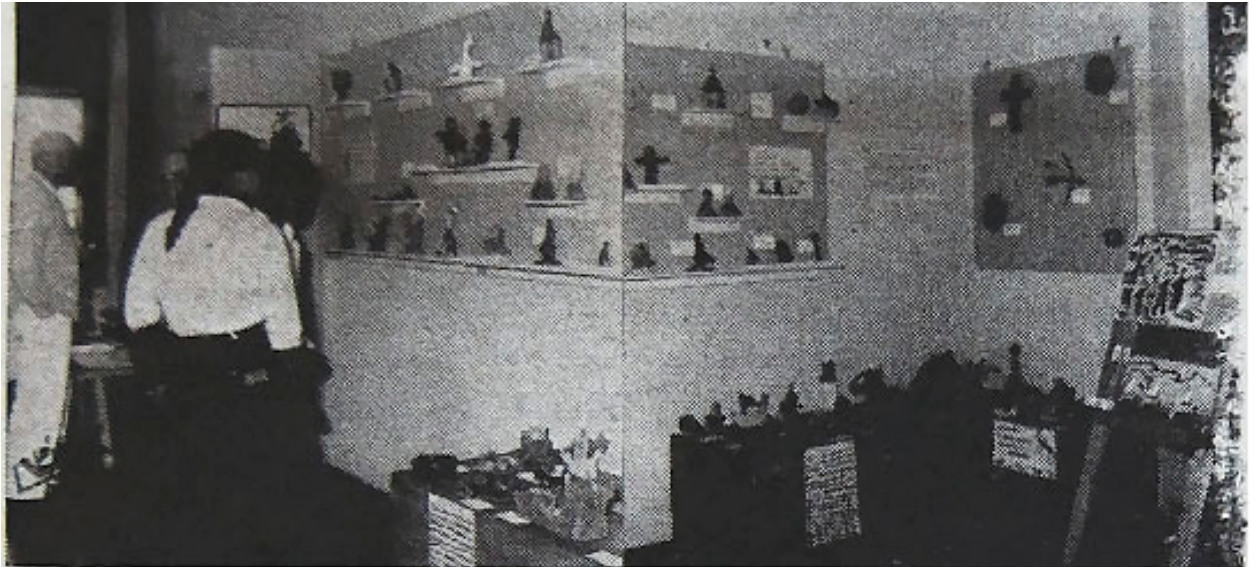


PINTURA NO JARDIM DO MUSEU

Fonte: *Museu Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães, Boletim nº 2, 1971, p.89 e 90*

O êxito dos ateliers foi tão grande, tendo 34 alunos a funcionar em três turnos, que muitos ficaram em lista de espera por manifesta falta de espaço. No dia 1 de Julho inaugurou-se, no Museu, uma exposição de Arte Infantil, que revelou à comunidade o trabalho desenvolvido nos ateliers. Muitas outras se lhe seguiram, como a de 1965 e 1966, como se pode observar nas figuras infra, sempre com o intuito de abrir as portas à comunidade e divulgar os trabalhos executados.

Figura 28 Exposição do Centro Infantil



Fonte: *Jornal da Costa do Sol*. 1965, 10 Julho, p.1

Figura 29 Exposição de arte infantil



Fonte: *Jornal da Costa do Sol*, 1966, 30 Julho. p.1

João Couto¹⁴², nas palavras de abertura da exposição de 1964, elucida-nos acerca do que, em seu entender, deve ser um ‘Serviço Infantil’:

“Por meio de visitas explicadas às coleções, da visão de filmes esclarecedores, da compreensão das técnicas obtidas nos “ateliers” [...] a gente miúda vai a pouco e pouco, descobrindo o mundo que a rodeia [...]” e vai-se formando o público dos museus pois, “os portugueses não visitam ou visitam mal as suas galerias. Fazendo convergir para elas a atenção da gente nova começa a educar-se uma geração mais atenta, mais curiosa, mais compreensiva dos seus preciosos contributos.” (*Jornal da Costa do Sol*, 1964h, p.11)

As exposições foram largamente noticiadas em vários jornais locais, onde se fazem grandes elogios aos trabalhos dos petizes e ao labor entusiasta da Conservadora e Monitoras que contribuem “para criar na criança algo de novo: a sensibilidade artística e gosto pela arte” (A.A., *Jornal da Costa do Sol*, 1964).

Maria Ulrich¹⁴³, pedagoga, acredita que os primeiros anos de vida da criança são decisivos para o seu desenvolvimento, e que as atividades lúdicas dão um contributo análogo e, muitas vezes, complementar ao ensino formal, ajudando a criar nos indivíduos os alicerces do futuro. Num artigo de opinião, sobre os ateliers do Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães, considera que é através da arte que se formam “homens sensíveis, felizes e conscientes” (Ulrich, *Jornal da Costa do Sol*, 1964, p. 11), muito na esteira de João Couto e de Rui Grácio, complementando a educação e instrução com o carácter lúdico e de prazer.

As opções pedagógicas apresentavam bases tão sólidas e consistentes que dificilmente permitiam grandes desvios ao que se havia previamente estabelecido. Maria Alice Beaumont e a equipe que com ela trabalhava rejeitou, desde o início, organizar cursos ou aulas de pintura, inviabilizando a sugestão dos pais, “porque o que se pretende é apenas que a criança encontre a sua própria linguagem, o seu próprio modo de expressão artística e esta tem de ser criada livremente” (Beaumont, *A Nossa Terra*, 1964, p.11). A ideia orientadora de todas as práticas que

¹⁴² Vai falecer 4 anos depois, sendo lembrado por José d’Encarnação, como o “vulto eminente da museologia em Portugal, [que] organizou em museu o palácio legado à Vila pelo benemérito Conde de Castro Guimarães; foi o seu primeiro conservador e a obra cultural aí realizada, nos mais variados domínios (mormente o musical) foi muito vasta e esperamos que ela, um dia, seja devidamente posto em relevo.” (d’Encarnação, 1975, p.101)

¹⁴³ (Coimbra 1908 – Lisboa 1988) Funda, em 1954, a Escola de Educadoras de Infância, ainda em atividade, formando, igualmente, os professores do primeiro ciclo.

temos vindo a acompanhar é a de que, educando os mais novos, fornecendo-lhe ferramentas culturais, numa perspetiva construtivista, em que se deve dar liberdade de conhecer, orientando o conhecimento, se investe numa geração mais esclarecida, mais crítica, mais participativa na vida cultural, que exerce de forma mais autónoma e informada o seu direito de cidadania.

Estes Serviços Educativos, assim como tantos que se espalharam pelo país, tiveram a sua génese, como já referimos, no Museu Nacional de Arte Antiga, onde João Couto e Madalena Cabral fizeram a formação de muitas entusiastas, incluindo, como referido anteriormente, Maria da Graça de Castello Branco e Carolina Burnay, ambas monitoras a trabalhar em Cascais.

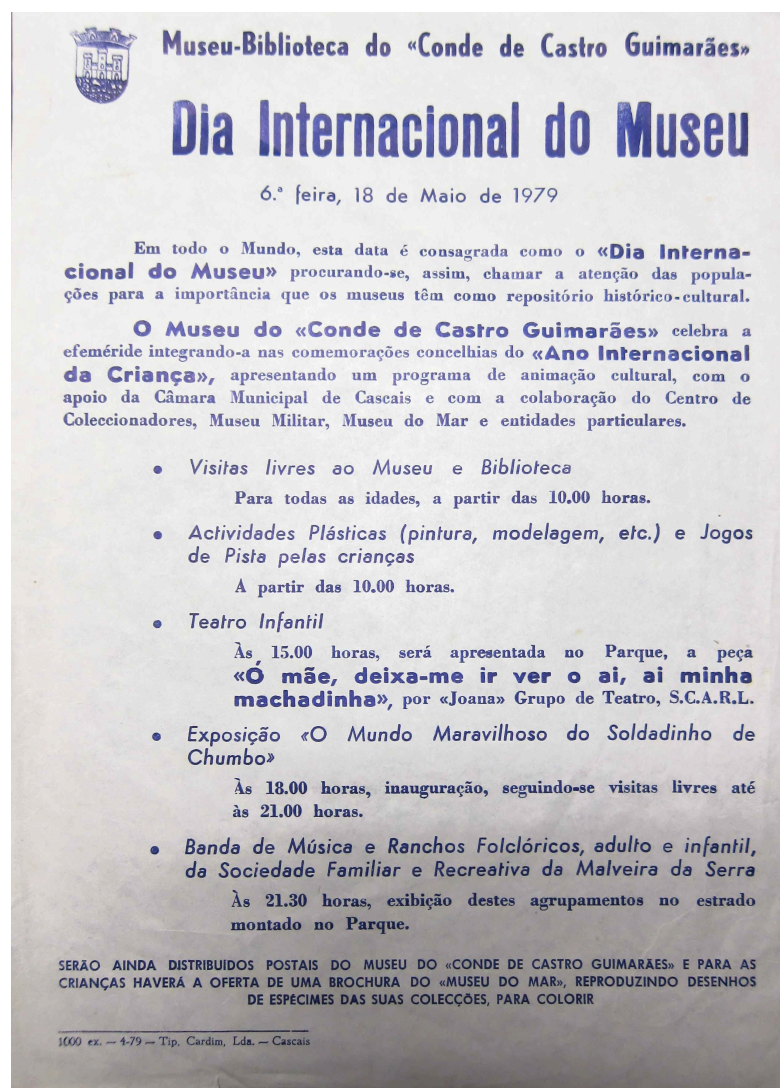
Uma das atividades iniciais destes serviços foram, como já mencionámos, as visitas guiadas que visaram facilitar a aproximação da criança ao Museu, facultando-lhe “um ambiente de familiaridade e liberdade” (Amorim, 1971, p.86). Os temas das visitas, que vão desde a Arqueologia, à História de Cascais, passando pela História do Livro, Cerâmica – Mobiliário e Materiais, aproveitam o espólio do museu, numa perspetiva de melhor conhecimento do meio, de um estímulo à leitura, da sensibilização para a estética e para as possibilidades criadoras e inventivas continuadas nos ateliers com a utilização do barro, da pedra, da madeira. O objetivo, diz-nos a monitora, é “provocar na criança a curiosidade, o interesse de ver e saber e o respeito e admiração pelo homem e suas criações artísticas” (Amorim, 1971, p.87).

Em 1968, o Centro Educativo foi integrado no Centro para Alegria no Trabalho, que deu continuidade e apoio ao projeto. A monitora termina o artigo com uma citação de Claparède que, no fundo, sintetiza a orientação dada a este serviço: “Não se pode ensinar a criança a desenvolver-se; o que se pode fazer, sim, é oferecer-lhe muitas e muitas ocasiões de provocar e estimular o seu desenvolvimento.” As visitas guiadas vão ser uma constante na vida dos serviços educativos e é interessante verificar que, numa informação enviada às escolas, explicando as atividades do Museu-Biblioteca, no “sentido de promover maior contacto entre as entidades escolares e educativas e o Museu” e, após serem elencadas os temas para visitas guiadas, se “agradece sugestões dadas pelos Professores e Educadores no sentido de tornar as visitas mais vivas e activas.”¹⁴⁴ A relação museu/escola, que se pretende aprofundar, segue o caminho da partilha mútua de saberes, mas igualmente de troca profícua de experiência e atividades, que tornem esta relação proveitosa para o desenvolvimento holístico e harmonioso do indivíduo.

¹⁴⁴ Folha, não datada, que se encontra arquivada no dossier das atas do Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães.

O museu continua, nos anos 60, encaminhado pela direção esclarecida da sua Conservadora, coadjuvada por uma equipe coesa, que está em incessante ligação com o vanguardismo experimentado no Museu Nacional de Arte Antiga, uma sólida abertura e integração na comunidade contribuindo para a educação artística dos jovens. As ideias e as práticas aqui estabelecidas intersectam-se com as reflexões oriundas dos grandes movimentos internacionais de democratização cultural. Note-se que, logo após ter sido instituído pelo ICOM Dia Internacional dos Museus, em 1977, o Museu- Biblioteca adere à iniciativa, organizando atividades diurnas e noturnas, em parceria, tentando abarcar diferentes públicos, mediante ações diversificadas, como se pode observar pela leitura do cartaz de divulgação infra:

Figura 30 Atividades do dia Internacional dos Museus – 1979



Fonte: Arquivo MBCCG.

Nesta década de 70, a orientação inicial prossegue com monitoras¹⁴⁵ empenhadas e esclarecidas que consideram que:

“a relação Serviço de Educação e Museu deve ser integração total um no outro, pois o Museu sem serviço de educação é estático. É talvez de pensar, para que serve um serviço de conservação das peças se ninguém as pode ‘VER’ [...]” (Costa, 1996, p.332)

As ideias e ações são muitas, bem como as solicitações, o que leva Maria Alice Beaumont, que alertava há muito para o facto de o Museu ser pequeno, a propor o seu alargamento para o lado norte, como nos anos 30 havia vaticinado José de Figueiredo. A Conservadora julga de absoluta necessidade uma sala nova, acessível e independente para os Serviços Educativos, para melhor servir os que em grande número aí vão participar nos ateliers, bem como uma nova biblioteca. As solicitações, numa instituição que se pretende dinâmica, nunca estão terminadas, visto que “a nossa profissão de conservadores não é apenas uma tarefa de rotina, é também um trabalho de criação, de criação de condições para que todos aproveitem bem a riqueza cultural que representa um Museu (e neste caso uma Biblioteca) fazendo desenvolver as suas potencialidades.” (1971b, p.36)

Como estas obras de maior monta estão fora das suas possibilidades, a menos que haja ajuda externa, vai tentar tornar o espaço mais confortável para quem o frequenta, com a criação da sala de chá. Faz o aproveitamento da cave para arrecadações e, também, para aí instalar a sala de arqueologia, que “ganhou muito em apresentação e conhecimento do público” (p.33), procedendo-se, igualmente, à inventariação do espólio do museu, complementado pelo respetivo inventário fotográfico, bem como à revisão do inventário da biblioteca. Apesar de toda esta dinâmica, Beaumont lamenta, num artigo de 1964, que o Museu não faça parte dos circuitos das agências turísticas, talvez por estar situado numa zona - Costa do Sol - muito rica em pontos de interesse que acabam por secundarizar ou esquecer esta opção que, assumidamente, “não tem o aspecto artificial dos locais criados ‘para o turista’ ” (p. 27), mantendo-se a organização de casa vivida.

Em contrapartida, a Junta de Turismo da Costa do Sol e a Câmara Municipal têm feito um grande aproveitamento do espaço para atividades diversificadas: reuniões, festas, concertos, congressos, destacando o Curso Musical Internacional de Férias que “traz mais vida e animação

¹⁴⁵ Avillez, H, (1974?). *Serviço Educativo do Museu- Biblioteca Condes de Castro Guimarães* (pp.1-3)

ao Museu, atingindo um duplo fim cultural e artístico” (Beaumont, 1964, p.28). O curso decorre no mês de Setembro, com professores nacionais e estrangeiros, e “alunos de variada origem e idade [...] e toda a casa se enche de sons de violino, violoncelo, piano e vozes humanas, que cantam e falam diversas línguas” (p.28).

Num cuidado permanente de difusão do acervo existente, Maria Alice Beaumont publica, em 1968, as *Cartas e Alvarás dos Faros da Casa Vimieiro*, documentação encontrada no espólio da família dos Condes de Castro Guimarães. Trata-se da primeira coleção de documentos inéditos, existentes no Museu Condes de Castro Guimarães, a ser editada.

3.3.3.2. Biblioteca Infantil e Juvenil

O contributo mais inovador, em nosso entender, deixado por Maria Alice Beaumont, destinou-se ao público juvenil, porquanto, ao constatar a quase ausência de crianças e jovens a frequentar a biblioteca, especializa ainda mais os serviços bibliotecários, instituindo, em Fevereiro de 1971, a Biblioteca Infantil e Juvenil¹⁴⁶, com 120 livros, contando, para esse efeito, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian (daí ter sido nomeada Biblioteca Infantil e Juvenil da Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca Fixa nº 168). Diagnosticado o problema, tentaram perceber a razão de tal distanciamento, concluindo que: “a sala convencional é facilmente rotulada como ‘propriedade de adultos’; o ambiente austero e pouco convidativo; o pessoal competente mas não preparado nem disponível para as crianças e a real, e lamentável, falta de motivação para a leitura” (Jonet, 1981, p.1). Era necessário inverter aceleradamente a situação, que foi prontamente conseguida, como podemos inferir através da comunicação apresentada por Maria Berta Jonet no *II Encontro sobre Literatura para Crianças*, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian em 4-11-81, intitulada “A Criança e a Biblioteca”¹⁴⁷ e que sintetiza este percurso evolutivo. A renovação iniciou-se pelo espaço, era preciso torná-lo mais agradável ... Conseguiram uma sala pequena, independente, contígua à Biblioteca, seguidamente,

¹⁴⁶ Que, em 1975, ocupou instalações no Parque contíguo ao Museu e, no início de 2003, com o fim do programa de apoio às bibliotecas fixas por parte da Fundação Calouste Gulbenkian, se passa a denominar Biblioteca Infantil e Juvenil, sob a total responsabilidade da autarquia. Alberga uma sala juvenil, uma sala intermédia e uma sala polivalente, onde se realizam atividades várias como ateliers, a “hora do conto”, etc. Note-se que há um aproveitamento do magnífico espaço exterior circundante para atividades lúdicas e / ou didáticas.

¹⁴⁷ As citações são feitas a partir da comunicação datilografada que se encontra arquivada no Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães (livro de atas)

depois de alguma reflexão, aperfeiçoaram a forma de acolher a criança, com base na “amizade, na aceitação, no respeito, no estímulo”, tendo consciência que a profissional desta área abarca uma tarefa muito exigente, tendo de ser “strong as a horse” e possuir um excelente sentido de humor, “capaz de a fazer rir com a criança e ... nunca dela” (Jonet, 1981, p.2, citando um folheto americano de uma biblioteca infantil).

A responsável, que se deixa cristalizar no seu trabalho, perdendo a criatividade e a dinâmica, preservará e guardará exemplarmente uma biblioteca, mas que não serve os jovens, que têm cada vez mais solicitações de compensação imediata, que na sua maioria não vivem em espaços onde se cultive o hábito de leitura, nem têm locais onde, de forma construtiva, ocupem o tempo livre. Assim, tendo em conta estes pressupostos e privilegiando o livro e a leitura, Jonet explica que a Biblioteca teve necessidade de alargar as suas competências, complementando o papel da escola e da família, promovendo múltiplas atividades que:

“poderão julgar-se em desacordo com o ambiente de leitura tradicional. Mas a nossa escolha pensada, estudada, experimentada, e até confirmada por experiências estrangeiras, é a seguinte: se as atividades funcionam aparentemente como “chamariz” também permitem alcançar objetivos imediatos e urgentes tais como – despertar a atenção; espicaçar a curiosidade estimular a criatividade.”
(Jonet, 1981, p.4)

fazendo mais facilmente a transição para a leitura. De entre as atividades destinadas a manter a “Biblioteca Viva” salienta-se: a Hora do Conto, leitura acompanhada com jogos e puzzles, dramatização espontânea, projeções, lengalengas; os Jogos, tradicionais, de observação e pista; o Jornal, o IMAN, cuja concepção é justificada através das palavras de Freinet “ O Jornal é a motivação ideal do nosso método de expressão livre ...” (Jonet, 1981, p.7); a Gravação, que originou o ‘Espaço Jovem’ emitindo notícias, publicidade à Biblioteca, contos inéditos, adivinhas; Fantoches; Filatelia com posto de troca de selos; Jardinagem; Iniciação à Música, tendo o Maestro José Atalaya promovido a iniciação à música Clássica. Os resultados obtidos no quotidiano, mas também através de inquérito, permitem aferir do interesse deste espaço e que “valeu a pena tentar ultrapassar os moldes da Biblioteca tradicional [...] para lhes oferecer aquela biblioteca de que eles têm necessidade no PRESENTE , e que os encaminhará para a Biblioteca do Futuro e de Sempre [sic]” (Jonet, 1981, p.9).

Figura 31 O espaço da Biblioteca Infantil e Juvenil na atualidade



Foto: Maria Mota Almeida, 2012

Os ateliers juvenis funcionam no mesmo espaço, o que permite fazer atividades em comum. O ‘apoio à leitura’ assume, concludentemente, formas muito diversas, que vão desde ações realizadas no espaço da biblioteca, suporte aos vários graus de ensino, até colaborações programadas com escolas. A dinâmica implementada a nível do serviço educativo - atelier e biblioteca - é mesmo valorizada a nível internacional, aquando da visita que, em 1978, faz a este museu o consultor enviado pelo ICOM, Per-Uno Agren¹⁴⁸, que, em contrapartida, aponta como problema o conteúdo da exposição, por ser restrita à “vida da alta burguesia e pela ausência de representação das tradições locais” (Camacho, 1999, p.113). Note-se que, na Área Metropolitana de Lisboa, apenas visitou o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, o que, segundo Camacho (1999), não deixa de “denotar a ausência de projetos de relevo de dinamização museológica local a decorrer no período entre 1976 e 1979 na área em redor da capital” (p.115).

¹⁴⁸ Na altura diretor do Museu Regional de Vasterbotten (Suécia), vai ser selecionado pelo ICOM, para responder ao pedido de ajuda feita pelo governo português, por iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, para aconselhamento sobre a maneira de ultrapassar as principais dificuldades que se colocam à museologia portuguesa. A preocupação de Per-Uno Agren era a da missão do museu enquanto instrumento educativo, analisando igualmente a forma e conteúdo das exposições. São estas as premissas que vai trabalhar no périplo que faz pelo museus regionais e locais em 1976 e 1978. A seleção dos museus foi feita em função das atividades educativas implementadas, com vista à melhoria das mesmas, para que se transformassem em projetos – piloto.

Agren, Per-Uno. (1977). Portugal, Les musée régionaux et locaux. Umea, Janvier, dact.

Agren, Per-Uno. (1979). Portugal, Les musée régionaux et locaux. (Rapport n° 2, Paris, UNESCO. dact

Apesar da substituição de Maria Alice Beaumont, que pediu a demissão, em 1971, também ela ‘seduzida’ pelo Museu Nacional de Arte Antiga, para onde transitou logo em seguida, a engrenagem continua o seu fluido caminhar pois a equipe, motor principal de todo este processo, mantém-se. Por questões burocráticas Rafael Salinas Calado¹⁴⁹ – artista plástico – tomou posse apenas no Verão de 1972 e, também ele, transitará para o Museu Nacional de Arte Antiga. Seis anos depois, em 7 de Agosto de 1978, sendo já Conservadora Maria José Rego de Sousa¹⁵⁰, Maria Berta Jonet traça, em linhas gerais, o trabalho desenvolvido pela entidade, “não só para legalizar a situação de todas nós, como para dar estruturas a um Serviço em que acreditamos plenamente [...] de acordo com a nova perspectiva que a Educação e Cultura nos propõem” (Jonet, AHMC, 1978, p1). Do trabalho desenvolvido salienta-se o facto de 278 crianças frequentarem o Atelier durante um ano com carácter permanente e de, em média, serem atendidas 6700 pessoas na biblioteca. As visitas são feitas, sobretudo, por alunos da Escola Primária que têm acesso a todos os livros da biblioteca, ouvem contos e poesia. Quando os alunos não vão ao museu – biblioteca, vai esta às escolas oficiais, através do empréstimo de livros para serem usados localmente. As visitas ao exterior também não são esquecidas e as crianças são levadas com frequência à Fundação Calouste Gulbenkian.

Das propostas futuras destaca-se o retomar de todas as atividades, que foram suspensas quer por falta de tempo para a sua preparação, quer pelo facto de não haver suficiente número de funcionários a tempo inteiro¹⁵¹:

“exploração do nosso Museu e Arqueologia, visitas guiadas em Cascais, jogos educativos, iniciação ao teatro e poesia, fantoches etc.; reavivar tudo aquilo que for capaz de dar mais vida à biblioteca como Jornais, concursos, realizações de fichas de apreciação de livros, leitura de contos, colaboração

¹⁴⁹ 1937 – 2006. Licenciado em pintura, vai acumular a docência com a museologia. Conservador do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, vai posteriormente para o Museu Nacional de Arte Antiga. Vai fundar o Museu Nacional do Azulejo, sendo seu primeiro diretor. Especializa-se em cerâmica, azulejaria nacional e faiança. Fez parte do grupo de trabalho Museus-UNESCO, sob coordenação de Per-Uno Agren, tal como Maria Alice Beaumont.

¹⁵⁰ Em 1993 pretende evocar a memória, esquecida desde a inauguração, do primeiro habitante deste espaço, Jorge O’Neill. Procede ao arranjo museológico do Torreão, integrando-o na visita guiada (Sousa, 1996). Intenta, igualmente, reconstituir a cozinha e a casa de banho do tempo dos Condes, elementos indispensáveis num museu que funciona como “casa habitada”, necessidade esta sentida por quem vai ao museu.

¹⁵¹ Situação que a Conservadora pretende obviar, como se depreende da carta escrita a 6 de Dezembro de 1978 ao Presidente da Câmara em que, para retomar “as atividades até aqui experimentadas com êxito [...] que só serão possíveis com a admissão de pessoal indispensável e qualificado [...] pois a partir do momento em que fiquem integradas na função pública terão um horário a tempo inteiro.”

com páginas infantis de jornais; lançar novas técnicas, tais como tapeçaria, no atelier e promover centros de interesse e trabalhos coletivos; fomentar [...] a ligação atelier – biblioteca, de molde a actuarem como um serviço educativo eficiente; promover contactos com outros serviços educativos de museus para manter o nosso sempre actualizado; dar toda a colaboração às escolas oficiais [...] quer abrindo as nossas instalações para serem usadas periodicamente pelas várias classes (e não como até aqui uma vez por cada ano lectivo), quer estabelecendo um constante contacto com elas, através de reunião com professoras, para lhe darmos todo o apoio que nos solicitarem” (Jonet, AHMC, 1978, p.4 e 5)

Estamos, mais uma vez, perante uma apaixonada pelo trabalho que desenvolve com as crianças, numa aproximação destas às inúmeras potencialidades que o museu – biblioteca pode e deve proporcionar, contribuindo para o desenvolvimento das “inteligências múltiplas” (Gardner, 1985). Tem a secundá-la a própria Conservadora, Maria José Rego de Sousa que, a 5-6-1979, num relatório enviado ao Presidente da Câmara, propõe o alargamento da Biblioteca Fixa, “que proporcione uma maior área para leitores e para arrumação dos livros”, aumentando a verba para aquisição dos mesmos quer para esta biblioteca, quer para a Itinerante. Pretende-se alargar esta última a outras localidades do concelho e, igualmente, “com maior número de saídas de modo a que sirva também a população infantil e juvenil, visto que até aqui apenas tem servido os adultos”, prevendo-se identicamente a criação de uma sala de exposições temporárias e outras dependências para serviços internos - gabinete, vestiário, espaço para bufete, garagem para a recolha de viaturas da Biblioteca Itinerante.

Aquando da reabertura da biblioteca itinerante em 1988, desativada, desde 1983, por se encontrar em péssimas condições, e posteriormente designada de Biblioteca Itinerante da Câmara Municipal de Cascais, assume-se que o conteúdo se destina mais a crianças e adolescentes, por serem “os mais interessados e assíduos leitores deste tipo de biblioteca” (Biblioteca Itinerante, *Arquivo de Cascais*, 1988, p.312), seguindo a tendência nacional, sobretudo após 1974, em que houve um empenho na educação dos grupos populacionais mais jovens.

Considera-se que, “numa altura em que a educação não é deixada ao acaso e dela depende em grande parte o futuro do país, a biblioteca terá de ser também o complemento da

escola na tarefa de ensinar e de proporcionar saber” (p.311), investindo, para isso, a autarquia numa segunda carrinha, “no intuito de melhor servir o leitor, fazendo com que o livro saia, circule, deixe de estar trancado e estagnado” (p.311), como se pode ver na figura 29. Também ela está apetrechada com um computador para um melhor e mais fácil acesso ao livro quer da Biblioteca Itinerante, quer da Biblioteca Fixa, contribuindo, no seu conjunto, para a “obtenção de um público mais vasto, mais diversificado e mais exigente” (p.311

Figura 32 A biblioteca itinerante na década de 80



Fonte: Biblioteca itinerante. *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, 1988, p.313.

A experiência e o trabalho desenvolvido neste Museu, por Berta Jonet, que remonta ao início da década de 70, permite reafirmar no XIII Encontro, ocorrido na Gulbenkian em 1998, sobre *A Literatura para crianças no século XXI*, o que já havia dito, em 1981, no II Encontro, organizado pela mesma instituição, que “a Criança é espontaneamente atraída pelo Livro e facilmente adquire hábitos de leitura...” (Jonet, 1998, p.38). No séc. XXI e, apesar das inúmeras distrações electrónicas e do permanente ruído, a Criança “continuará a precisar da companhia do Livro, e a gozar na leitura de momentos únicos de intimidade e de imaginação criadora” (Jonet, 1998, p.38). Constatando, ao longo do tempo, que as crianças frequentavam pouco a biblioteca, decidiu “agarrar no livro e levá-lo à criança!” propondo que, na Escola, houvesse um local de leitura com 90 livros por si seleccionados e animados em sessões de leitura. A Fundação Calouste Gulbenkian que, “há 27 anos anima, financia e fornece apoio técnico à Biblioteca Juvenil da Câmara Municipal de Cascais” (Jonet, 1998, p.40), apoiou economicamente mais esta iniciativa, que teve um acolhimento exemplar junto dos mais jovens, tornando a ‘Hora do Conto’ num momento de felicidade, recordado ainda hoje por muitos cascalenses, como temos tido a oportunidade de constatar através de conversas informais. Mas não se pense que o público privilegiado era apenas o infantil e juvenil. Damos, novamente, a palavra a Berta Jonet que nos conta, de uma forma, também ela, literária, as prioridades que definiu para fidelizar leitores e os objetivos que pretende alcançar:

“o pequenino leitor, ao ouvir aquele conto que seleccionámos, estudámos e explorámos para lhe oferecer, poderá entusiasmar-se pelo Livro e criar laços afetivos com a biblioteca; o jovem utilizador que procura um livro para ler, ao receber um atendimento personalizado e vip, terá a oportunidade de requisitar o livro certo que estimulará o seu gosto pela leitura; o investigador interessado [...] tem direito a receber a informação mais rápida e actualizada; A Escola ou a Professora que se empenham na animação da leitura, terão de ter acesso a projetos com continuidade e a formação adequada; os Pais que querem ler contos aos pequeninos: partilhar, recordar e pesquisar com os adolescentes, terão de ser acolhidos e incentivados.” (Jonet, 1998, p.40).

Aqui estão, bem patentes, as obrigações de uma biblioteca que pretende estar ao serviço da comunidade e que, mais uma vez, ultrapassa a mediania do cumprimento dos seus serviços,

para apostar na descentralização do acesso ao livro, ao criar “satélites” em 6 associações culturais e recreativas concelhias entre 1986 e 1989.

No sentido de uma maior dinamização do espaço criou-se, em 1986, um sector de animação cultural e, três anos mais tarde, implementou-se o conceito de animação patrimonial: *História ao Vivo*.

Conclusão

Como conclusão parcelar, poderemos afirmar que este espaço apresentava, inicialmente, duas vertentes patrimoniais: por um lado, um belo exemplar da arquitetura de veraneio de Cascais do início do séc. XX e, por outro, as suas coleções que, como já referido, são muito diversas e que o pecúlio, deixado pelos Condes, serviu para ampliar, nomeadamente, com a compra de pinturas que são testemunhos do passado da vila e “denota a preocupação de constituir um núcleo de obras que documentem a localidade em que o Museu está inserido” (M.J. Sousa, 1989, p. 185). Estas vertentes patrimoniais são valorizadas, protegidas, divulgadas, comunicadas a toda a comunidade através da ação educativa que foi, desde o início da sua existência, variada e multifacetada, tentando abranger uma pluralidade de públicos. O objetivo, de quem o dirigia, era que a comunidade permanecesse no museu e não que viesse apenas visitar o museu. A tónica prende-se, em nosso entender, com o facto da ação educativa mediar a abertura do museu à comunidade, dito de outro modo, pensamos que a ação educativa - repare-se que os Serviços Educativos, enquanto entidade “autónoma”, só surge cerca de 30 anos depois da inauguração - era uma preocupação transversal a toda a instituição, muito pelo vanguardismo e pioneirismo do grupo fundador, com ligações diretas ao Museu Nacional de Arte Antiga e a toda uma corrente inovadora da museologia que chegava da América do Norte pela cabeça precursora / vanguardista de João Couto e eximamente continuado e ampliado por Branquinho da Fonseca.

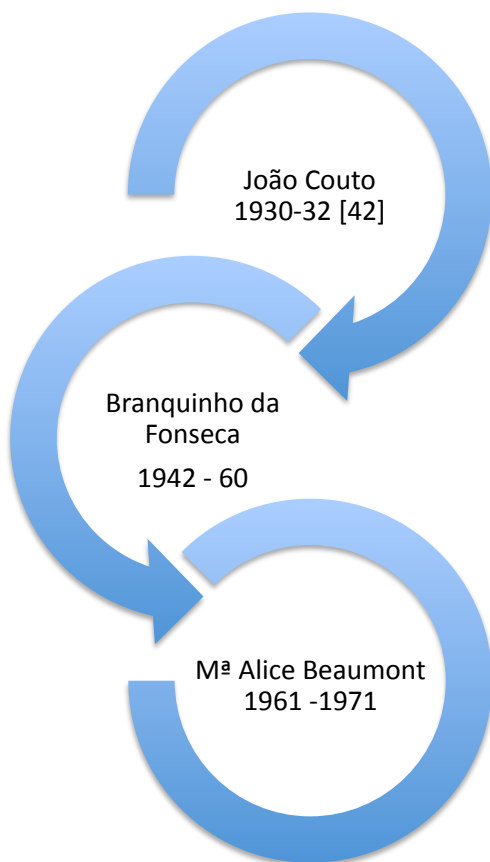
João Couto fê-lo, através da defesa intransigente da educação pela arte - no sentido lato -, para a formação completa do indivíduo, que a escola formal desvalorizava e que foi por ele estimulada mediante o acentuar da função pedagógica do museu, diversificando atividades. Esta função pedagógica deveria servir a todos, independentemente da idade e da situação socio-económico e cultural.

Branquinho da Fonseca fê-lo através da dessacralização do livro, valorizando a sua utilização, o seu manuseamento, como é também evidenciado pelos autores que escreveram sobre o trabalho por si desenvolvido. Entendeu que o uso intensivo, plural, acessível e democrático deste instrumento de cultura, era de crucial importância para o desenvolvimento da sociedade e, sobretudo, para o crescimento intelectual do indivíduo.

Maria Alice Beaumont assume o comando do museu, já com o caminho bastante desbravado, mas, em vez de se acomodar e dar apenas continuidade aos trabalhos já iniciados, vai mais longe e avança, destemida, mas muito apoiada por João Couto, e cria os serviços educativos, bem como a biblioteca infantil e juvenil.

Podemos, pois, asseverar que houve uma continuidade de ação entre os três Conservadores que, mais tarde, deixaram marcas de trabalho empenhado, dinâmico e criativo em instituições de enorme relevo nacional e internacional: Museu Nacional de Arte Antiga e Fundação Calouste Gulbenkian.

Quadro 29 Um projeto em/com continuidade

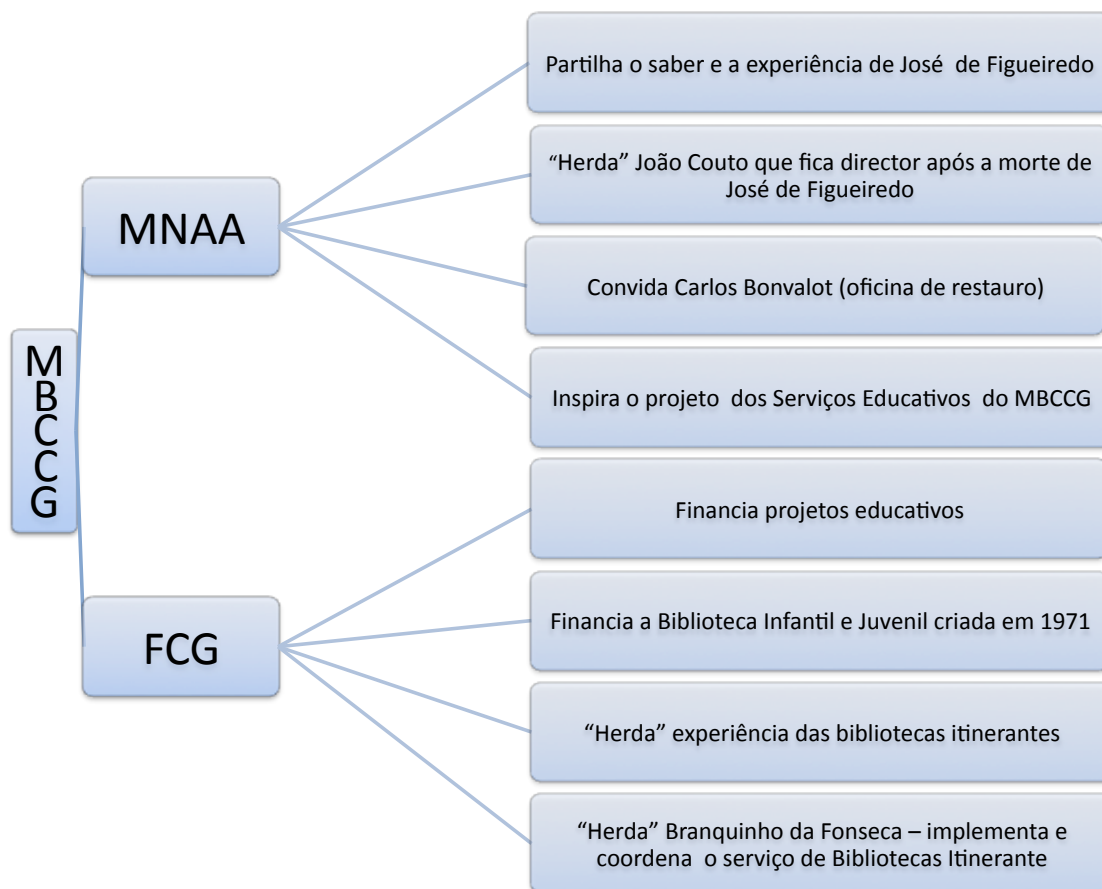


Elaboração própria, 2012.

Com a saída de Maria Alice Beaumont, a equipe que, com ela, iniciou os Serviços Educativos e a biblioteca Infantil e Juvenil, mantém-se e, com uma enorme garra e sentido altruísta, continuam, aprofundam e diversificam o trabalho dos Serviços Educativos, onde se vão entrecruzando as duas instituições mencionadas anteriormente. O Museu Nacional de Arte Antiga apoia científica e pedagogicamente o projeto; a Fundação Calouste Gulbenkian apoia financeiramente o mesmo.

Entre essas instituições e o Museu - Biblioteca existiu, desde a sua génese, uma relação biunívoca, de influência mútua, que poderemos sintetizar no quadro seguinte:

Quadro 30 A relação de interdependência entre o MBCCG, o MNAA e a FCG



Elaboração própria, 2012.

Como conclusão deste item, poderemos afirmar, com convicção fundamentada, que as primeiras cinco décadas (anos 30 aos 80 do séc. XX) formaram e moldaram o Museu – Biblioteca através da ação educativa:

- Cinco décadas de práticas pioneiras baseadas nas experiências americanas e europeias mais vanguardistas;
- Cinco décadas de uma instituição entendida como instrumento de mudança;

- Cinco décadas de ligação com a comunidade local;
- Cinco décadas de empenho na transformação do indivíduo através da democratização do acesso à cultura;
- Cinco décadas de optimização de recursos que visaram a qualificação de todos;
- Cinco décadas de profissionais que se consideram agentes de transformação, e não apenas agentes de transmissão;
- Cinco décadas de investimento na criação de profissionais adaptados às funções a desempenhar;
- Cinco décadas de reflexão-ação;
- Cinco décadas de uma orientação notável, moderna e atualizada;

A ação educativa, foi, como expusemos anteriormente, o motor da mudança através da música, da palavra, da leitura, das publicações, dos serviços educativos, da investigação em História Local e das exposições (apêndice, pp. VI – XII), numa clara tentativa de aproximação à comunidade, como se pode observar no quadro infra:

Quadro 31 A operacionalização da ação educativa no M-BCCG



Elaboração própria, 2012.

Através da música: Concertos de órgão “Uma hora de música” - todos os domingos; concertos de música de Câmara; cursos de canto; coro feminino; cursos Musicais Internacionais de Férias desde 1962 - organizados pela Junta de Turismo do Estoril; iniciação à Música Clássica - Maestro José Atalaya.

Através da palavra: palestras, predominantemente sobre História Local; cursos de Férias organizados pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desde 1934 até à atualidade.

Através da leitura: criação de uma sala de leitura no R/C para ser mais acessível à população (1931). Esta biblioteca era a única no concelho, visto ter aglutinado a Biblioteca Municipal há muito encerrada; Biblioteca – aberta à noite às 2^{as} e 6^{as} feiras das 21 às 23.30h, a pedido da população (1931); Sessões públicas de leitura – 2^{as} e 6^{as} na Biblioteca, no mês de Dezembro de 1931; Biblioteca Móvel Popular e Infantil do Jardim Visconde da Luz (desde 1939); Biblioteca fixa com leitura domiciliária - que se pretendia “não um arquivo dos séculos, mas uma biblioteca viva, um órgão de verdadeira cultura”; Biblioteca Itinerante (1953) - Embrião das Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian (1958); Biblioteca Juvenil – criada, em Fevereiro de 1971, a pedido de Maria Alice Beaumont; atualização bibliográfica mediante a aquisição de livros atendendo os diversos públicos; diversificação de áreas temáticas; reabertura da Biblioteca Itinerante (1988, encerrada em 1983) – aquisição de uma segunda carrinha; levar o livro à escola – seleção de 90 livros – sessões de leitura; descentralização – satélites em seis associações culturais e recreativas concelhias (1986 a 89).

Através das publicações: conjunto de postais e fotografias sobre o museu, executadas por Octávio Bobone (1930/1); edição do Boletim do Museu – Biblioteca (1943) “repositório de assuntos relativos à história do concelho de Cascais e, além disso, uma breve informação dos serviços do Museu”; Primeiro Guia Roteiro – 1952, escrito em três línguas (Francês, Inglês e Português); várias publicações sobre História Local, que se encontram especificadas no corpo do trabalho;

Através dos Serviços de Educação: inauguração dos Serviços Educativos a 21-1-1964; ateliers (oficinas, pintura, modelagem, gravura, colagens, etc.); Hora do Conto - leitura acompanhada com jogos e puzzles, dramatização espontânea, projeções, lengalengas; jogos (tradicionais, de observação e pista); Jornal – IMAN; ‘estúdio’ gravação - que originou o ‘Espaço Jovem’ emitindo notícias, publicidade à Biblioteca, contos inéditos, adivinhas, etc.;

fantoches; filatelia (posto de troca de selos); jardinagem; visitas guiadas; exposições dos trabalhos feitos nos ateliers.

Através da investigação em história local: possibilidade de organização de uma sala dedicada a Cascais, onde se juntem todos os documentos que interessem à Vila (1931); acolhimento (de 1931 a 36) da Coleção Oceanográfica de D. Carlos para o Museu; inúmeras publicações do Museu desde 1940; inauguração da Sala de Arqueologia (1942), com espólio da Gruta II da Alapraia; edição do Boletim do Museu – Biblioteca (1943), “repositório de assuntos relativos à história do concelho de Cascais e, além disso, uma breve informação dos serviços do Museu”.

Através de exposições: comemorações do VI Centenário da elevação de Cascais a vila; exposição de pintura do Rei D. Carlos – Iº centenário do seu nascimento; exposição documental sobre Cascais inserida nas *Comemorações do VI Centenário da Vila de Cascais – 1964*; exposição de pintura de Carlos Bonvalot; exposição de pintura Domingos António de Sequeira.

A (RE)ORIENTAÇÃO DO OLHAR: SÍNTESE CONCLUSIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

50 anos de vida: meio século inspirador ...

Foi nosso propósito, neste trabalho de investigação, fazer o historial da génese do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em Cascais, e interrogar o posicionamento ideológico que esteve na base da sua formação, para a compreensão do qual procurámos construir um travejamento teórico – metodológico, que nos permitisse contribuir para um entendimento, fundamentado, do processo de constituição de uma instituição museal, única durante cinquenta anos, num concelho próximo da capital.

Na escolha das questões investigativas e das opções, quer a nível teórico, quer a nível das metodologias empregues, esteve sempre presente, como foi assumido na introdução, o nosso percurso de vida.

A questão que norteou esta investigação, tema central da tese, que nos acompanhou neste percurso, deve, nesta fase, ser lembrada:

- de que forma os responsáveis pelo Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães **pensaram, perceberam, e construíram**, na sua génese, a função museológica?

No sentido de dar cabal resposta a esta questão inicial, formulámos cinco hipóteses que serviram de base a todo o processo investigativo: a primeira, que o discurso ideológico e as práticas museais dos responsáveis do museu – biblioteca evidenciam a função museológica numa perspectiva elitista, reproduzindo os valores ideológicos do seu tempo; a segunda, que o discurso ideológico e as práticas museais dos responsáveis do museu – biblioteca apresentam a função museológica numa perspectiva de integração social; a terceira, que o discurso ideológico e as práticas museais evidenciadas pelos responsáveis do museu – biblioteca patenteiam a função museológica como uma ação educativa; a quarta, que a tipologia de museu definiu o perfil das ações sócio-culturais e educativas deste museu. A quinta, e última hipótese, diz respeito ao facto

de nos anos 30, 40, 50 e 60, alguns princípios da Sociomuseologia já estarem presentes na reflexão – ação deste museu – biblioteca.

A resposta, à pergunta de partida, foi sendo clarificada, não só através do tratamento das fontes primárias e secundárias que serviram de esqueleto para elaborar diacronicamente o historial do Museu – Biblioteca, mas igualmente pelos resultados e respectivas análises acerca do pensamento ideológico, feito mediante a análise de conteúdo. Isto porque consideramos que é através das práticas discursivas que se conhecem, verdadeiramente, os objetivos e as preocupações de quem lidera um projeto museal. A produção e legitimação do discurso em torno da noção do que deve ser um museu, neste caso um museu local, vai ser determinante no projeto a empreender.

Os responsáveis pelo Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães **pensaram, perceberam e construíram** a função museológica num processo de transformação, ancorado em ideais que tinham, como vetor principal, a valorização do ser humano.

Pensaram que a função essencial do museu era, acima de tudo, a função social, e que esta era mais eficaz e abrangente se mediada pela missão educativa.

Pensaram que a missão educativa só era atuante se metamorfoseada em ação. Ação que visava transformar o indivíduo, tornando-se veículo de promoção e de mobilidade social, mediante a formação, no sentido da construção integral do sujeito, que se pretende completo e interventivo.

Pensaram que essa missão poderia e deveria ser feita por intermédio de uma grande diversidade patrimonial: do livro à música, passando pela arte, poesia, conto, dança... encarado não apenas do ponto de vista da herança e da incumbência pela sua preservação, mas, sobretudo, destacando a transmissão e a comunicação onde o património mais valorizado são as pessoas. O usufrutuário deste processo comunicacional - educativo não é considerado acrítico, passivo, indiferente, alheio e apático, mas um ser que age, interage, na relação que estabelece com a instituição, no seu território de intervenção, que tanto pode ser a sala X do Museu – Biblioteca como a sala da casa do bairro X, na zona limítrofe do concelho, por exemplo. O utilizador pode escolher a forma como comunga deste espaço, pela seleção dos ‘pedaços patrimoniais’ que medeiam o processo de comunicação e que vão determinar as distintas maneiras de apropriação e reapropriação de um património, que irrigará a sua relação com o local, conduzindo à

valorização do sentido de pertença e à (re)construção e revalorização da(s) sua(s) identidade(s), isto é, do seu “chão” (O. T. Almeida, 1995).

A difusão destas ideias é, pois, conseguida através de uma vertente de abertura à comunidade, mediada pela ação educativa, considerando-se que:

- A ação educativa é um processo de desenvolvimento individual, devendo investir-se na capacidade do indivíduo pensar autónoma e criticamente;
- Se deve contribuir para a redução do analfabetismo e iliteracia;
- A noção de aprender parte do conhecimento do sujeito;
- A educação modifica os indivíduos e a sua forma de compreender o mundo;
- Se deve valorizar a iniciativa e a criatividade individual;
- Se deve responsabilizar o sujeito pela própria aprendizagem;
- Não há idade para educar, pelo que se defende a educação ao longo da vida;
- O acesso deve ser igual para todos, no princípio de justiça social;
- Se deve apostar numa progressiva e assumida diferenciação das ações educativas;
- Se deve investir nos grupos mais jovens para:
 - Estabelecer rotinas de usufruto das instituições culturais;
 - Criar hábitos de frequência e utilização ativa;
 - Incentivar a sensibilidade artística e estética;
 - Tornar menos árido o ensino escolar;
- A educação deve ser entendida, não apenas como ato de conhecimento e de transmissão cultural, mas como ato de transformação social

A ideia que percorre este quinquénio é a de que se deve investir na formação de todos os indivíduos, apostando numa educação abrangente, em que a defesa do património local vincula a própria participação da população como protagonista e utilizadora da programação deste Museu - Biblioteca. E estão, assim, confirmadas a segunda e terceira hipóteses, visto tratar-se de um museu, considerado como centro de aprendizagem e divulgação cultural, onde a integração social se realizava, tendo por base a função educativa, numa perspetiva de exercício ativo de cidadania.

Voltemos à questão de partida para continuar a respetiva elucidação:

- de que forma os responsáveis pelo Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães pensaram, **perceberam**, e construíram, na sua génese, a função museológica?

Perceberam que o museu-biblioteca não podia estar desligado da comunidade em que se inseria, e que tinha obrigação de contribuir para a elevação moral, cultural, estética e espiritual da mesma, apesar de ocupar um palacete, cujo acervo espelhava a vida elitista / cosmopolita dos Condes.

Perceberam que os valores ideológicos do tempo em que viveram, contrários aos valores em que tinham sido formados, não se compaginavam com o rumo que pretendiam dar àquele espaço.

Perceberam que o passado só se justificava se fosse transformado em futuro.

A *imaginação museal* de João Couto – virada para o presente, com os olhos postos no futuro, atuante, orientada para a história local e nacional – tinha igualmente características preservacionistas de objetos, associados a memórias de um filantropo / doador e que remetiam para um tempo passado, em que Cascais convivia de perto com uma burguesia endinheirada que, através das suas preferências, ações e opções, marcariam a memória desta vila. A perspetiva museal, por ele defendida, assentava tenuamente no paradigma clássico da museologia, onde tinha sido, em parte, formado, mas que o seu percurso e a sua maneira de ver o mundo transformaram numa ‘militância’ por um novo paradigma. Paradigma, esse, que iria ser oficialmente instituído, quarenta anos mais tarde, mas que João Couto começara a absorver, logo nos anos 20/ 30, pelo contacto assíduo com práticas ocorridas nos museus americanos, sobretudo na área educativa. A sua formação pedagógica, a sua experiência docente, a sua visão e compreensão da melhor forma de contribuir para o desenvolvimento do ser humano, determinaram o futuro da relação de Couto com os beneficiários dos serviços que prestava e abriu ‘portas e janelas’ a novas práticas museais, que passariam a ser adoptadas, mais tarde, por outros museus.

Branquinho da Fonseca considera, mesmo, o museu como ‘coisa acabada’, lugar de serenidade e beleza, alternativa ao mundo frenético que invade o nosso quotidiano. Serenidade, silêncio, organização, sentido estético vão ser por si valorizados, na medida em que contribuem

para a construção da personalidade individual e para dar um certo equilíbrio ao ser humano, sendo que a parte dinâmica - e que dinâmica... - daquele lugar, vai ser, assumidamente, a Biblioteca. Aqui, o Conservador extravasou as ‘portas’, escancarou as ‘janelas’ e comprometeu-se com uma militância social, de carácter universal, quando lutava por uma sociedade em que todos tivessem acesso à cultura, combatendo o “mundo de coisas pequenas” (Fernando Rosas, 1994) veiculado pelo regime em que vivia - Estado Novo -, onde ler, escrever e contar, de forma rudimentar, era a grande e única ambição a que se podia almejar. Utilizou e multiplicou os objetos que tinha à sua guarda - os livros - como dispositivos de mediação cultural modernizadores, trabalhando para a comunidade em que o Museu - Biblioteca estava inserido, estabelecendo pontes, de duplo sentido, entre mundos diferentes, aproximando-os.

Com efeito, não hesitamos em afirmar que as primeiras cinco décadas deste Museu-Biblioteca, dando ênfase às três primeiras, foram marcadas por um forte comprometimento com a(s) comunidade(s) em que este espaço se insere, facilmente fundamentado quer através dos artigos que esses ‘mentores’ nos legaram, quer através das ações pensadas e concretizadas como um todo coerente, quer ainda através do seu percurso de vida. Todo o trabalho, aqui exercido, mostra um pendor continuado para a democratização do acesso à cultura, não no sentido pretensa e falsamente paternalista e assistencialista, mas que, ao detetar as necessidades existentes, atua na linha da conscientização freiriana e no sentido do ‘educar, promover e emancipar’ defendido por Rui Grácio, numa perspetiva da pedagogia da emancipação.

Assim, infirmámos a primeira e quarta hipótese, visto que a função museológica se encontra emancipada dos valores ideológicos do Estado Novo, apelando à democratização cultural, pese embora o espaço do museu ser um palacete. Começámos a confirmar a segunda, terceira e quinta hipóteses, tendo sempre presente que, trabalhar nesta instituição, nunca foi olhar só para o seu passado fundador, mas sim assumir o museu como lugar de relações entre os membros que compõem uma localidade, com a indiscutível obrigação de emergir na “vida”: das pessoas, dos acervos, dos espaços e dos contextos, e interferir nela, produzindo práticas inovadoras, que contrariam o paradigma clássico da museologia.

Retomemos a questão de partida para continuar a respetiva explicação:

- de que forma os responsáveis pelo Museu – Biblioteca Condes de Castro de Guimarães perceberam, pensaram e **construíram**, na sua génese, a função museológica?

Construíram um projeto baseado num compromisso de mudança social, obrigação de todo o ser humano, enquanto elemento de uma sociedade que se pretende mais justa e mais plural.

Construíram espaços dinâmicos, interventivos, ativos que, ao valorizar a relação indivíduo – património integral, não restringiram a sua ação ao espaço físico do museu, mas que se expandiram ao encontro da população.

Construíram um projeto, que não é assumidamente neutro, mas uma “arena” (Chagas, 1999, p.19) onde se jogam todos os trunfos adquiridos e burilados num percurso de vida, espelhando-se numa inquietação permanente no campo social para, através do ato cultural, mediado pela função educativa, investir na formação de cidadãos ativos e participativos na comunidade.

Há ideias - chave que emergem no discurso, e são nele muitas vezes repetidas, evidenciando a necessidade de uma mudança institucional e social, que nos permitem fazer o cruzamento com alguns princípios adoptados pela Sociomuseologia, olhar a partir da qual fomos ‘inquirir’, como já dissemos, o trabalho desenvolvido nesta instituição ao longo dos primeiros anos da sua existência, e que poderemos sintetizar nos seguintes pontos:

- Em primeiro lugar, o questionamento permanente sobre a função do museu, para que se torne eficaz na sociedade em que se insere, que vai implicar uma forte capacidade de iniciativa - importância destacada amiúde por Hugues de Varine - essencial para o incremento das atividades com forte comprometimento social. Esta primeira ideia pode desdobrar-se nos seguintes itens:
 - Na defesa de um museu para todos, eliminando o pendor elitista, aristocrático – burguês, que o espaço e a coleção favoreceriam, fomentando um discurso não monolítico e perceptível pela maioria;

- Nas coleções, colocadas ao serviço da sociedade e não o inverso, contribuindo para a destruição do conceito de museu “mausoléu” e “túmulo”;
 - Na defesa dos museus como espaços plurifuncionais nas áreas da: educação, instrução, formação, animação, lazer, convívio e ação comunitária.
 - Num Museu - Biblioteca que está interessado nas preocupações, interesses e necessidades da comunidade onde está inserido;
 - No Museu, considerado como um instrumento de desenvolvimento social e cultural, ao serviço de uma sociedade plural;
 - Na consciência de que, para mudar a realidade, é preciso que o Museu - Biblioteca se envolva comunitariamente;
 - Na necessidade de consciencializar e sensibilizar os cidadãos sobre o valor que o Museu - Biblioteca tem, não apenas como testemunho e ilustração do passado, mas como estímulo para construir um presente e futuro melhor (ação transformadora da realidade);
 - No fundamento da sua atuação, que se baseia na relação estreita entre o território, o património e a comunidade, não se confinando ao edifício, à coleção e ao público.
 - Na noção de que o território de atuação tanto pode ser aquele que é delimitado geográfica e politicamente – o concelho de Cascais –, como o das comunidades nacionais ou estrangeiras que o visitam, usufruem, participam das suas atividades e requisitam os livros, para leitura local ou domiciliária.
- em segundo lugar, o assumir de que é possível uma renovação das instituições culturais, com uma orientação fundada no compromisso social, mediada pela ação educativa:
 - O museu - biblioteca foi, desde sempre, considerado como agente educativo, o que nos permite afirmar que a educação é a base que justifica a existência e pertinência da instituição;
 - A função educativa e formativa é destacada, de modo a que os membros da comunidade valorizem e estejam sensibilizados para o valor simbólico do seu património e se comprometam ativamente na preservação e difusão deste;

- A defesa de que o desenvolvimento integral do indivíduo se opera através da educação e do conhecimento, valorizando a dimensão humanista e holística da formação;
- A necessidade de fomentar o desenvolvimento da consciência crítica, através da participação da comunidade, que se converte em participante ativo e criativo;
- A implicação ativa da comunidade, desde muito jovem, no conhecimento do património, para pugnar pela sua conservação e proteção;
- A noção de que o Museu – Biblioteca desempenha um papel que ultrapassa o mero prolongamento da escola, para funcionar como um espaço de educação não formal, autónoma;
- O colocar os recursos materiais e humanos do Museu - Biblioteca ao serviço do desenvolvimento social, cultural, espiritual a partir da educação estética, artística e da literacia.
- Entender as atividades museológicas como um instrumento de transformação da sociedade e valorização dos seres humanos, devendo contribuir para alargar os horizontes espirituais e culturais do indivíduo, de mobilizar a sua capacidade de criar, organizar e dirigir;
- O museu considerado instrumento dinâmico de transformação individual, implicando, para atingir esse objetivo, a democratização e descentralização da cultura patrimonial;
- O privilegiar da cultura popular, como ponto de partida, para encetar o trabalho com a comunidade. Há como que a definição de uma lógica pragmática que consiste numa preocupação em ajustar a oferta cultural à procura social, para acolher a população e depois a transformar;
- Este pendor educativo não é só uma necessidade de exteriorização retórica, mas uma aplicação de práticas existentes noutros países, que vão ser maduramente refletidas e consistentemente implementadas: atividades do museu, biblioteca itinerante, criação de serviços educativos, biblioteca juvenil, permitindo-nos concluir que a componente prática está indissolivelmente associada a um explicar teórico.

Está, deste modo, confirmada a quinta hipótese: ‘nos anos 30, 40, 50 e 60 do séc. XX, alguns princípios que vão ser adoptados pela Sociomuseologia já estavam presentes na reflexão – ação deste museu – biblioteca.

Com efeito, a investigação dos primórdios deste museu local veio provar que as preocupações sociais no âmbito da museologia dependem muito menos do espaço, da tipologia de museu e de declarações ‘institucionais’, mas muito mais do compromisso social, da formação e da orientação de quem as dirige. Um palacete, cujo espaço os seus doadores pretendiam que fosse de usufruto público, poderia ter sido apenas o guardião do acervo dos Condes de Castro Guimarães, cumprindo os desejos do doador, abrindo as portas ao público e comprar alguns livros, com o dinheiro deixado em herança, e a sua missão estava cumprida, diremos que muito medianamente, porém o testamento estava cumprido.

Todavia, os profissionais, responsáveis pela instituição foram mais longe...

Contrariando esta vocação, o museu facilitou o ‘espreitar’ e promoveu o ‘entrar’, saiu da comodidade e requinte das suas instalações, para calcorrear esses caminhos à procura de utilizadores que pudessem ajudar a formar, pelo acesso democratizado à cultura. Cultura entendida como a base de formação de um povo, que se pretendia esclarecido e interventivo. Práticas estas que o ICOM e a Declaração de Santiago do Chile (1972) vieram institucionalizar e disseminar mais tarde, mas que já existiam. Simplesmente, faltava a organização num movimento que, de exemplos pontuais e mais ou menos isolados, conseguidos pela intervenção esclarecida dos que trabalhavam, muitas vezes sós, contra a corrente, congregasse ideais comuns. Ideais comuns que crescessem pela partilha de ideias, temas, questões e problemas, dando-lhe uma dimensão menos isolada e, poderemos mesmo afirmar, mais internacionalizada. Esta propensão para o acentuar da função social ocorre, sobretudo, em momentos de mudança política e reivindicações sociais, quando a sociedade deixa de ser vista como uma massa anónima e se investe na valorização do sujeito.

Em Portugal, os movimentos republicanos, ancorados no valor do indivíduo, trouxeram contributos inestimáveis que viriam a ser consagrados na Revolução de Outubro de 1910, onde a ‘regeneração social do homem’ através da educação, como factor de ressurgimento nacional, fez com que se apostasse na formação do homem integral, apto para o exercício cabal da cidadania.

Os ‘apóstolos republicanos’, como lhes chamaria Magalhães Lima, abraçavam a ideia de que toda a sociedade tinha o direito de ser alfabetizada, instruída e educada, independentemente do seu estatuto sócio - económico e profissional, contribuindo para a formação do ‘Homem Novo’. A educação passava pela obrigatoriedade da escolaridade gratuita e laica, mas não se devia restringir ao espaço escolar, devendo ser complementada nos clubes, associações, centros culturais, tertúlias, jornais, bibliotecas, museus, etc., ensinando cada um a desenvolver o sentimento de pertença a um local e a uma comunidade que se queria diferente.

Esta ilação, juntamente com o pensamento dos Conservadores, levou-nos a uma dedução que, não partindo das hipóteses previamente elaboradas, ganhou consistência ao longo do trabalho e foi confirmada através dos resultados da análise de conteúdo: estes dois pioneiros basearam o pendor social e de abertura à comunidade, que imprimiram ao Museu-Biblioteca, no ideal do ‘Homem Novo’ republicano, associada ao cânone educativo dos pedagogos da Escola Nova.

O partilhar destas ideias subentende um ensino ativo, que valoriza a dimensão humanista e holística da formação, fomentada pela autonomia no fazer. O conhecimento, que tem de ultrapassar o mero saber ler, escrever e contar, permitirá a emancipação do ser humano e o exercício esclarecido da cidadania. Deste modo, vão exercer uma conduta semi-diretiva ou, em alguns casos, não diretiva na relação com os utilizadores dos serviços por eles disponibilizados, e empenhar-se no desenvolvimento de práticas construtivistas e sócio-construtivistas na relação com a comunidade, sendo um exemplo, ao nível local, da concretização de alguns pressupostos teóricos da Educação Nova. Partilham igualmente as ideias e ideais de alguns pedagogos seus contemporâneos - por exemplo Rui Grácio, Delfim Santos - ao considerar o Museu - Biblioteca como lugar de promoção, emancipação do ser humano, como espaço de construção do indivíduo, sendo a sua função mais na ordem do ‘ser’ do que do ‘saber’, visto que a educação só faz sentido se servir para a transformação.

A Primeira República foi um alfobre, que permitiu a incubação de ideias e concretização de experiências pedagógicas inovadoras que transformaram as instituições culturais onde foram implementadas, apesar de não ser uma situação generalizável a todo o território nacional.

Acresce-se que mesmo a Ditadura Militar e depois o Estado Novo não foram considerados um obstáculo, pelo menos numa primeira fase, à prossecução da maioria das práticas inovadoras, experimentadas nesta instituição. João Couto e Branquinho da Fonseca

consideraram sempre as instituições culturais como espaço de autonomia, liberdade, emancipação, o que implicou a independência com que orientaram o Museu-Biblioteca, tendo sempre presente que não deviam reproduzir a cultura e os valores da classe dominante, mas sim, com base nas suas convicções, fortemente estruturadas e arreigadas a uma formação republicana, trabalhar para a maioria, partindo das preocupações e sensibilidades por ela manifestadas.

Transformaram, pois, o Museu – Biblioteca numa instituição contra-corrente, emancipada, visto que os seus mentores são ‘consciências’ críticas quer em relação à política educacional vigente, quer em relação ao modo, que poderíamos considerar pró-ativo, como elaboraram as críticas construtivas às estratégias adoptadas nas instituições culturais suas contemporâneas. São, ainda, a prova de que os museus locais, muito mais do que reprodutores do poder instituído / institucionalizado, podem ser ‘ilhas’ de contra – poder, de promoção da cidadania, locais que, se emancipados, se tornam emancipadores, provocadores, desinquietantes, desestabilizadores.

Resumimos, no quadro seguinte, a questão de partida, as hipóteses formuladas, confirmadas ou infirmadas.

Quadro 32 Síntese dos resultados alcançados com a investigação

Questão inicial: de que forma os responsáveis pelo Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães pensaram, perceberam e construíram, na sua génese, a função museológica?		
HIPÓTESES	A- O discurso ideológico e as práticas museais dos responsáveis do museu – biblioteca, evidenciam a função museológica numa perspectiva elitista, reproduzindo os valores ideológicos do seu tempo.	INFIRMADA
	B- O discurso ideológico e as práticas museais dos responsáveis do museu – biblioteca, apresentam a função museológica numa perspectiva de integração social.	CONFIRMADA
	C- O discurso ideológico e as práticas museais evidenciadas pelos responsáveis do museu – biblioteca, patenteiam a função museológica como uma ação educativa.	CONFIRMADA
	D- A tipologia de museu definiu o perfil das ações sócio-culturais e educativas deste museu.	INFIRMADA
	E - Nos anos 30, 40, 50 e 60 alguns princípios da Sociomuseologia já estavam presentes na reflexão	CONFIRMADA

	– ação deste museu – biblioteca.	
	F - A função social, de abertura à comunidade, observada neste museu, radica no ideal do ‘Homem Novo’ republicano, associada ao cânone educativo dos pedagogos da Escola Nova.	Hipótese não colocada inicialmente, mas à qual chegámos no decorrer da investigação, e CONFIRMADA, sobretudo, através dos resultados da análise de conteúdo.

Elaboração própria, 2012.

Os espaços museais / culturais que Couto e Branquinho produziram, organizaram e, no fundo, onde também ‘residiram’, são conjuntamente “caixas de conselhos” (Chagas, 2003, p.64), que espelham a sua reflexão / ação sobre o mundo em que viveram. Estes ‘atores’ aliaram as letras, porque escreveram e publicaram muito, à ação, pelo seu envolvimento na criação de projetos culturais que lhes permitiram exercitar a *imaginação museal*. São dois atores do enquadramento da memória, que estão sempre em cena, mesmo que escolham ‘palcos’ diferentes de atuação que, operando no mesmo espaço, tendo percursos autónomos, visões do mundo, concepções museológicas diferenciadas, valorizando patrimónios distintos, estimulando práticas pedagógicas inovadoras, trabalham com “fragmentos” patrimoniais que lhes permitem encontrar-se com a comunidade, criando-lhes laços de pertença para, com esta pertença, concretizar a transformação do indivíduo.

Para ambos, criar e organizar museus não é apenas organizar objetos num espaço tridimensional, que lhes permita ter a consciência descansada de deixar a ‘casa arrumada’ que pode, a qualquer altura, ser visitada, mas sim pôr a funcionar um processo de comunicação e de mediação com base na educação de todos e para todos. Mesmo que, inicialmente, ainda não tivessem uma ideia perfeitamente definida em relação à Museologia como campo de conhecimento, a partir das suas práticas, ancoradas numa pedagogia ativa, contribuíram para a reflexão nesse campo. Em seu entender, trabalhar num museu implica correr riscos, abrir novas perspetivas, apostar em novos equilíbrios, em novas formas de comunicar com a comunidade. Viveram num desafio constante e permanente, derrubando formas mais tradicionais, mais acomodadas de operar. Como trabalhadores sociais, numa concepção freiriana do termo, isto é, de quem labora conscientemente com o social, colaborando com a sua mudança, enfrentaram o risco político de um trabalho social que, segundo Guarnieri (1990), todos os profissionais deveriam assumir, para que este tipo de instituições cumprisse cabalmente as suas funções.

Não querendo fazer o ‘culto da personalidade’ - por ser perigosamente redutora e, ao mesmo tempo, injustamente parcial, de uma análise que faz todo o sentido ser englobante -

temos de admitir que, neste caso, como em tantos outros por esse país e mundo fora, não foram indiferentes, para as opções tomadas e para o futuro desta instituição cultural, as pessoas que, com grande espírito entusiasta, empenhado conhecimento da realidade e permanente atualização a nível epistemológico, demonstraram enorme sensibilidade para a função social e educativa do Museu – Biblioteca. Não será abusivo, da nossa parte, asseverar que o conservador que leva estas ideias mais longe é Branquinho da Fonseca, mediante um trabalho árduo, empenhado e quantas vezes solitário, desenvolvendo políticas participativas onde os segmentos da sociedade menos favorecidos se tornam agentes dos processos, acompanhando-os, regulando-os, em suma integrando-os e integrando-se.

No caso em estudo e, cada um a seu modo e nas suas áreas, deixou não só obra como continuadores da obra, tendo capacidade de estimular novas práticas e reflexões, abrir novos campos de possibilidades e fornecer instrumentos para enfrentar e abordar novos problemas: ainda hoje a educação museal e, especificamente, os serviços educativos, a formação de pessoal especializado, são herdeiros das ideias e das práticas de João Couto; e a Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública, com a descentralização nacional, regional e local - por exemplo, as ‘franjas’ do concelho de Cascais são servidas por uma excelente Biblioteca em S. Domingos de Rana - atualização bibliográfica, acessibilidade, empréstimo domiciliário, não será herdeira das experiências de Branquinho da Fonseca que, enfrentando poderes acomodadamente cristalizados, dessacralizou o acesso ao livro?

Branquinho da Fonseca e os seus colaboradores andaram “[...] por aldeias e lugarejos, montes e vales, estradas alcatroadas e caminhos quase de atalho” (Quadros, 1984, p.44) e, também nós, pelos caminhos árdusos, e muitas vezes ínvios, da investigação, calcorreámos, persistentemente, arquivos, bibliotecas e ‘auto-estradas’ da informação. Estas últimas, as vias da modernidade, se por um lado facilitaram o caminhar, pelo acesso vinte e quatro horas e, quase de imediato, a torrentes de informação, por outro, conduziram-nos, por vezes, a vias de sentido único e, pior, a becos sem saída, transformando o trajeto num imenso e intenso “nevoeiro informacional” (Morin, 1981, p.19). Situação esta determinante para que “seja cada vez menos possível ao cientista ter um conhecimento completo da literatura publicada, já não no domínio global da ciência, [...] mas, muito mais dramaticamente, sequer no seu ramo especializado de investigação” (p.19), pelo ‘lixo’ digital que repousa no nosso computador, ocupando memória no disco rígido e, mais grave, no nosso cérebro. Persegue-nos para todo o lado, ocupa-nos a cabeça,

o espírito, o dia ..., em suma, a vida. Na ânsia de querermos abarcar e dominar todo o conhecimento, vamo-nos distanciando, cada vez mais do longínquo, correndo o risco de perdermos as questões orientadoras e tropeçarmos em frequentes desvios.

Porém, toda a investigação foi direcionada para fazer um trabalho sério e consistente, apoiado em fontes primárias, secundárias e na vasta bibliografia consultada, contribuindo para um melhor conhecimento da museologia local, na sua relação com a educação, por pensarmos que é através dos estudos locais que podemos chegar a uma visão mais aproximada da panorâmica nacional. Pretendemos, deste modo, dar um contributo para a construção da História dos Museus Locais, que ainda se encontra, em Portugal, numa fase embrionária, fazendo, ao mesmo tempo, a integração deste ‘estudo de caso’ no contexto nacional e internacional, para uma melhor compreensão não só das influências recebidas como das inovações empreendidas.

Embora só alguns saibam “qual é o rio [museu] da minha aldeia” (Caeiro/ Pessoa) ele foi interventivo, contribuiu para mudanças locais e mais tarde nacionais, para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e, apesar de pertencer “a menos gente, é mais livre e maior o rio [museu] da minha aldeia” (Caeiro / Pessoa). Ora, foi essa dimensão de liberdade, implementada por quem, ignorando o protagonismo, evidência a causa, que igualmente pretendemos salientar. Isto é, procurámos destacar quem, renegando os ‘holofotes da fama’, faz emergir a obra muito para além de si, pelo impacto que tem nos outros, na sociedade.

Temos perfeita consciência de que qualquer trabalho desta natureza tem muitas limitações, e este não é exceção. Em primeiro lugar, porque “todo o ponto de vista é a vista de um ponto” (Boff, 1988, p.9), e efetivamente, o que aqui apresentamos é o nosso ponto de vista, devidamente fundamentado, mas é apenas um dos muitos ângulos pelos quais se pode analisar esta temática, como foi por nós justificado no capítulo 1. Em segundo lugar, porque “o conhecimento é uma navegação num oceano de incertezas através dos arquipélagos de certezas” (Morin, 1981, p.92), e estes nossos arquipélagos de certezas podem, com o decorrer de outras investigações, assistir à sua erosão que, paulatinamente, poderá levar à sua extinção, ou à sua reconversão. Mas não será esta a mais valia do trabalho científico?

Logo, esta ideia remete-nos para uma outra, que poderá originar, não o desmoronamento, mas o acrescentamento de arquipélagos cada vez mais sólidos, que o oceano terá mais dificuldade em derrubar e darão um contributo progressivamente mais firme e abrangente à história da museologia e da educação.

Acompanhando a definição de Museu proposta pelo Instituto Brasileiro de Museus, poderemos afirmar que o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães guardou e apresentou sonhos, abriu portas e janelas, construiu pontes sólidas, ligou mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Esteve em constante transformação, aliás, continua a metamorfosear-se, visto que “não é um dado pronto, acabado. É o resultado das acções humanas que o estão construindo ou reconstruindo a cada momento” (M.C. Santos, 2002 a, p.62), por isso as perspectivas de pesquisa futura, são múltiplas. Evidenciaremos cinco que seriam, em nosso entender, atualmente, bastante pertinentes:

- continuar a investigação aprofundada sobre o trabalho no Museu –Biblioteca Condes de Castro Guimarães, dos anos 80 até à atualidade;
- analisar as tendências político – culturais autárquicas dos anos 30 à atualidade e perceber de que modo vão influir e/ou condicionar as opções museais;
- analisar a relação da Academia Nacional de Belas Artes com os museus que tutelou e compreender de que forma vai influir e/ou condicionar as opções museais;
- analisar aprofundadamente a evolução dos outros museus concelhios, para perceber até que ponto foram / são dinâmicos e interventivos na comunidade e em que medida os responsáveis pelos mesmos refletiram sobre a sua ação;
- Perceber porque e como é que o poder político permitiu que Branquinho da Fonseca criasse e desenvolvesse o projeto da biblioteca itinerante com tanta liberdade;
- fazer comparação com o trabalho que se desenrolou noutros museus locais, herdeiros de experiências aqui exercitadas e do trabalho inspirador que se iniciou com os Serviços Educativos do Museu Nacional de Arte Antiga, sob a batuta de João Couto, para entender se o nível de consecução das ações depende de orientações externas ou das convicções de quem opera no terreno .

Vamos terminar, conscientes de que a instituição museal, de uma forma mais isolada, não vai transformar a sociedade, mas pode contribuir para a mudança, atuando criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o real exercício da cidadania. O museu, na atualidade, tem de assumir uma complexidade de funções e de responsabilidades sociais, que exigem, dos seus profissionais, uma atenção constante e permanente reflexão sobre as mudanças ocorridas no meio em que operam, bem como sobre os interesses e necessidades do público.

Interesses e necessidades do público e sentidas pelo público que, não ficando indiferente à forma de trabalhar destas instituições, muitas vezes expressa publicamente as suas impressões e igualmente as suas inquietações, quando se tornam utilizadores dos espaços. Tem a palavra o escritor António Lobo Antunes¹⁵²:

Os Museus

“Em criança, quando decidiram ensinar-me a gostar das coisas importantes e belas da existência, passearam-me profundamente em Espanha, França, Itália. Guardo a recordação melancólica e maçadora de corredores sem fim [...], guardas idosos a abrirem a boca pelos cantos, e no interior das molduras senhoras e cavalheiros de outros tempos a olharem-me da parede numa gravidade de acusação. Havia também cadeiras com um cordão a unir os braços (- Porque é que não me posso sentar? Porque é uma cadeira de Luís XVI – Não faz mal, assim que ele chegar levanto-me). [...] Há anos numa guinada pedagógica, levei a Isabel à Gulbenkian. Passei-a de tela em tela, expliquei, chamei à atenção, insisti, informei. Cá fora, já no jardim, já na luz natural, já na vida, atirei a medo:

- Gostaste?

Ouvi, a seguir, um silêncio em que tremia o receio de me desagradar

- O pai desculpe mas achei aborrecente, de forma que num pulo de alegria a levei a um café bem rasca e pedi dois sorvetes de baunilha. Levámos horas a lambê-los e o meu era tão bom que ainda me recordo o sabor.” (Lobo Antunes, 1997, p.4)

O pouco entusiasmo sentido, em pequeno, na visita aos museus, perpetuou-se na geração seguinte. A palavra ‘saída’ corresponde a uma libertação, depois do dever cumprido, para enfim... emergir alegremente na vida.

¹⁵² Lisboa, 1942, escritor e psiquiatra. Acumulando durante muitos anos as duas ocupações, vai a partir de 1985 dedicar-se quase exclusivamente à sua grande paixão: a escrita, por diversas vezes reconhecida institucionalmente. Em 2004, recebeu o prémio Fernando Namora, em 2005, o Prémio Jerusalém e em 2007, o Prémio Camões.

Vida que, na óptica de João Couto, sessenta anos antes, devia fazer parte integrante das instituições culturais que se queriam próximas da comunidade.

Damos, agora, a palavra ao escritor e filósofo Umberto Eco¹⁵³:

A Biblioteca

“A biblioteca... deve ser de fácil acesso e as suas portas devem estar abertas a todos os membros da comunidade, que poderão usá-la livremente, sem distinções de raça, de cor, de nacionalidade, de idade, de sexo, de religião, de língua, de estado civil ou de nível cultural’. Uma ideia revolucionária. E a referência ao nível cultural pressupõe igualmente uma acção de educação, de apoio e de preparação. E mais: ‘O edifício onde está situada a biblioteca pública deve ser central, de fácil acesso mesmo para os inválidos e estar aberta a horas viáveis para toda a gente. Tanto o edifício em si como o seu mobiliário devem ser de aspecto agradável, confortáveis e acolhedores; e é essencial que os leitores possam ter acesso directo às estantes’. Será que vamos conseguir transformar esta utopia em realidade?” (Eco, 1983/1998, p.45 e 46)

O ideal de biblioteca, por si defendido, caracteriza-se pela liberdade e facilidade de utilização por toda a comunidade, com um espaço confortável, com o acesso livre às estantes, em que a educação aparece ligada ao prazer e que, nos anos 80, era ainda, em muitas bibliotecas, considerado uma utopia.

Utopia transformada em realidade, havia muito tempo, no Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, onde trabalhar em função das pessoas foi sempre muito mais importante do que trabalhar em função dos objetos.

¹⁵³ Itália, 1932 – escritor, filósofo, bibliófilo, linguista, semiólogo. Doutorou-se na Universidade de Turim, aos 22 anos, em filosofia. Trabalhou como editor cultural na televisão italiana RAI, acumulando com a docência no ensino superior. Além de uma vasta bibliografia, colabora regularmente em periódicos.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CITADA

Metodologia

- American Psychological Association. (2001). Publication manual of the American Psychological Association (5ª ed.). Washington, DC: Author.
- Bardin, L. (1988). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Eds. 70 (ed. França 1977 – PUF).
- Eco, U. (1984). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. New York: Routledge.
- Fortin, M. F. (1996/2003). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. 3ª ed. Lisboa: Lusociência.
- Ketele, J. M., & Roegiers, X. (1999). *Metodologia da Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Paillé, P., & Muchielli, A. (2003/2008). *L'Analyse Qualitative en Sciences Humaines e Sociales*. (2ª ed.). Paris, Armand Colin.
- Phillips, L., & Jorgensen, M. (2004). *Discourse Analysis as Theory and Method*, Sage Publications.
- Primo, J. & Mateus, D. (2009). *Normas para a Elaboração e Apresentação de Teses de Doutoramento (aplicáveis às Dissertações de Mestrado)*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Remy, J., & Ruquoy, D. (dir.). (1990). *Méthodes d'analyse de contenu et sociologie*. Bruxelles, Publications de Facultés Universitaires Saint Louis.

Enquadramento

- Almeida, O. T. (1995). Em busca da clarificação do conceito de Identidade Cultural – o caso açoriano como cobaia in *Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*. vol. II, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995.
- Boff, L. (1998). *A águia e a galinha – uma metáfora da condição humana*, Lisboa: Multinova.
- Bloch, M. (1976). *Introdução à História*. Lisboa: Europa – América.
- Caeiro, A./Pessoa, F. (1946/1993). O Guardador de Rebanhos. *Poemas de Alberto Caeiro*, Lisboa: Ática, 10ª ed., p.46.
- Carpentier, J., & Lebrun, F. (1993/ 2002). *História da Europa*. Lisboa: Ed. Estampa, 3ª ed.
- Castells, M. (2001/2007). *O Poder da Identidade: A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol.II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (2ª ed.).
- Febvre, L. (1977/1985). *Combates pela História*. (2ª ed) Lisboa: Presença.
- Goff, J., & Nora, P. (1978). *A Nova História*, Lisboa: Eds.70.
- Mattoso, J. (Coord.). (1992-1993), *História de Portugal*, (8 vols.). Lisboa, Círculo de Leitores,

- Peres, D. (1928-54). *História de Portugal – Edição monumental comemorativa da fundação da nacionalidade ...* (9 vols.) Barcelos, Portucalense Editora.
- Ramos, R. (Coord.). (2009/2010). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros (4ªed.)
- Silva, A.M., (1987). *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, (10ª ed., Vols. IV e V).

Bibliografia Específica: João Couto

A importância de João Couto para a construção e afirmação da função educativa do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães foi, supomos nós, amplamente justificada no corpo do trabalho, pelo que pensamos ser importante destacar a produção escrita do pedagogo - museólogo com uma entrada independente da restante bibliografia. Seleccionámos, apenas, os artigos que nos permitiram aferir da orientação que pretendeu imprimir especificamente ao Museu - Biblioteca de Cascais, e à função que o museu deve desempenhar na primeira metade do séc. XX, nomeadamente no período em que de uma forma mais constante ou mais intermitente, esteve ligado aos destinos daquela instituição cultural.

Destacámos assim os textos mais significativos, porque contendo ideias mais inovadoras e que representam uma viragem na museologia portuguesa, sobretudo no que concerne à função educativa dos museus, visto que, ao longo da sua vida e na sua obra, esta preocupação e ocupação vai ser permanente.¹⁵⁴ Acrescente-se, igualmente, que bastantes textos apresentam ideias já explanadas em muitos escritos anteriores ou remetem diretamente, quase na íntegra, por meio de citação, para textos do início da sua carreira. A título póstumo (1970) existem duas publicações, uma delas nunca antes vinda a lume e a outra que é a transcrição dos discurso pronunciado na inauguração do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, ocorrida em 1931, mas que, devido à sua importância foi publicada no Boletim nº 2 do mesmo museu, logo foram incluídas na nossa listagem.

Assim, o conjunto que se apresenta é uma parcela ínfima da produção do autor. Com efeito escreveu abundantemente sobre questões de história da arte, investigação artística,

¹⁵⁴ Note-se que João Couto colaborou em inúmeros periódicos entre os quais salientamos: *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*; *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*; *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*; *Revista Museum* (ICOM). *Revista Ocidente*, *Revista Museu*, *Viriatas*. Escreveu ainda catálogos, monografias e publicou textos de conferências, comunicações e palestras. A bibliografia pode ser consultada em Gonçalves (1978). Manaças (1991) e de uma forma mais completa em Costa (1996).

formação dos profissionais dos museus; concebeu recensões bibliográficas, sobretudo para a revista *Ocidente*, onde escreve de 1960 a 1965; elaborou textos de homenagem a figuras de destaque na Museologia, História da Arte e a pessoas que influenciaram a sua carreira. Estudos estes que não foram por nós contemplados porquanto não se encontram diretamente relacionados com as questões que nos propusemos investigar.

Década de 20

- Couto, J. (1921). *Uma cadeira elementar de História da Arte nos liceus*. Coimbra. tese para Exame de Estado na Escola Normal Superior de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora.
- Couto, J. (1924, janeiro). Uma cruzada pela Educação Artística. *Revista das Beiras*, Covilhã: ano I, nº 10, pp. 5-7.
- Couto, J. (1924, 15 novembro). A História da Arte nos liceus. *Educação Social*, 1º ano, nºs 21-22. Lisboa, pp. 373-376.
- Couto, J. (1925, 15 de janeiro). A Arte na Sociedade e na Escola. *Educação Social*, 2º ano, nºs 25-26, Lisboa, pp. 5-7.

Década de 30

- Couto, J. (1931, 20 janeiro) *Jornal de Cascais*, nº 4.
- Couto, J. (1931/ 1971). Discurso de Abertura do Museu (discurso pronunciado na inauguração do museu em 1931). *Boletim do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães*, nº 2. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 9-15.
- Couto, J. (1932). A Escola sem Arte. *Boletim do Liceu Normal de Lisboa (Pedro Nunes)*, nº 3, Lisboa: pp. 312-329.

Década de 40

- Couto, J. (1946). O Professor António Augusto Gonçalves – Fundador do Museu de Machado de Castro. Separata de *O Instituto*, vol. 108º, Coimbra, Coimbra Editora.

Década de 50

- Couto, J. (1950). As exposições de Arte e a Museologia. Lisboa: s.n. - palestra lida na exposição da Arte Sacra, organizada no Seminário Franciscano de Leiria - . 15.p.
- Couto, J. (1956). O Museu Nacional de Arte Antiga, seu alargamento e ação cultural. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. III, fasc. 2, janeiro- dezembro de 1955. Lisboa: pp. 57-64.

Década de 60

- Couto, J. (1960, dezembro) Artes Plásticas - Museus de Portugal. *Ocidente*, vol. LIX, nº 272, p. 335 -338.

- Couto, J. (1961b, fevereiro). Quando fui conservador do Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães em Cascais. *Ocidente*, vol. LX, nº 274, pp. 137-138.
- Couto, J. (1961c, março). Artes Plásticas - A falta de um curso elementar de arte nos liceus e escolas técnicas. *Ocidente*, vol. LX, nº 275, pp. 137-138.
- Couto, J. (1961d, abril). Insistindo. *Ocidente*, vol. LX, nº 276, pp. 189-90.
- Couto, J. (1961e, maio). Extensão escolar dos Museus. *Mvseu*, II série, nº 2., Porto: ed. Círculo Dr. José Figueiredo, pp. 47-53.
- Couto, J. (1961f, junho). Novos Rumos do Ensino e os Conhecimentos sobre Arte. *Ocidente*, vol. LX, nº 278, pp. 333 – 334.
- Couto, J. (1961g, julho). O Ensino e a Arte. *Palestra*, nº12. Lisboa: pp.11-18.
- Couto, J. (1961j, dezembro). Museus de Arte. *Ocidente*, vol. LXI, nº 284, pp. 134-139.
- Couto, J. (1962c, agosto). Artes Plásticas: Actualidade e Futuro das Artes Plásticas em Portugal – o Museu de Guimarães. *Ocidente*, vol. LXIII, nº 292, pp. 90-102.
- Couto, J. (1962d, setembro). Museus de Sintra. *Ocidente*, vol. LXIII, nº 293, pp. 145-158.
- Couto, J. (1962e, dezembro). A vida activa dos Museus. *Ocidente*, vol. LXIII, nº 296, pp. 314-315.
- Couto, J.(1962f). 2ª Conferência dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais (Relatório). *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. IV, fasc. IV, janeiro- dezembro de 1961. Lisboa: pp.3-53.
- Couto, J. (1963 a, janeiro). Pessoas que me formaram e que conheci. *Ocidente*, vol. LXIV, nº 297 a 302, pp. 179 -180.
- Couto, J. (1963f, setembro). O Serviço Escolar dos Museus. *Ocidente*, vol. LXV, nº 305, pp. 148-149.
- Couto, J. (1964 a, 21 janeiro). A função cultural dos museus é quase desconhecida em Portugal. *O Século*, Ano 84º, nº 29.374, p. 1.
- Couto, J. (1964d, 21 janeiro). A função cultural dos museus é quase desconhecida em Portugal. *O Século*, Ano 84º, nº 29.374, p. 1.
- Couto, J. (1964e, março). O Serviço Infantil no Museu do Conde de Castro Guimarães. *Ocidente*, vol. LXVI, nº311, p. 150.
- Couto, J. (1964f, março). Palestras num curso de monitoras. *Ocidente*, vol. LXVI, nº311, p. 150 – 152.
- Couto, J.(1964h, 25 julho). A Abrir - No Museu Conde de Castro Guimarães - A Exposição do Centro Infantil. *Jornal da Costa do Sol*, Ano I , nº 14, p. 11.
- Couto, J. (1965, janeiro a março). Curso de Museologia a estagiários para conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, 18ª lição. Separata da *Ocidente*, vol. LXVIII, nº 321, Lisboa.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC)

- Couto, J. (1931b). *Carta ao Presidente da Câmara de Cascais*. Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1 1-5-1931.
- Couto, J. (1931c). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 19-7-1931, p.1 e 2.

- Couto, J. (1931d). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 17-10-1931.
- Couto, J. (1931e). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 23-10-1931.
- Couto, J. (1933). *Direção Geral das Bibliotecas e Arquivos – Questionário acerca da Biblioteca Municipal de Cascais*. Manuscrito não publicado, AHMC / MBCCG/ RA/001/CX1, 24-3-1933.

Bibliografia Específica: Branquinho da Fonseca

Sendo Branquinho da Fonseca, o Conservador, que em nossa opinião, foi essencial para continuar o trabalho iniciado por João Couto e para o ampliar no sentido de uma maior aproximação à comunidade mediante a função educativa, pensamos ser fundamental destacar a produção por ele escrita, nesta área, com uma entrada independente da restante bibliografia. Seleccionámos, apenas, os artigos que nos permitiram aferir da orientação que pretendeu imprimir especificamente ao Museu - Biblioteca de Cascais, e à função que o museu deve desempenhar numa constante abertura e acolhimento à comunidade em que está inserido. Sabemos que Branquinho da Fonseca se distinguiu como escritor, com ou sem pseudónimo (António Madeira). experimentando vários géneros literários, desde o conto, ao poema lírico, passando pelo texto dramático e pela novela, mas cujo produção não se enquadra nos objetivos deste trabalho, razão pela qual, não aparece mencionado.

- Fonseca, B. da, Simões, G. & Régio, J. (Diretores). (1928, 23 julho). Madeira, António, pseudónimo de Branquinho da Fonseca Viagens, in *Presença*, nº 14 e 15, Folha de Arte e Crítica, Coimbra, p.10. Retirado a 4 de maio, 2012 em bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-1-5-s1_3/UCBG-RP-1-5-s1_3_master/UCBG-RP-1-5-s1/UCBG-RP-1-5-s1_item1/P120.html.
- Fonseca, B. da. (1942). Relatório do Conservador. In Branquinho da Fonseca (coord.) *Museu - Biblioteca do Conde de Castro Guimarães. Boletim nº 1*, (p.22 a 24) .Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Fonseca, B. da. (1942/1997). *Relatório do Conservador do Museu – Biblioteca do Conde de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Fonseca, B. da. (1947). Relatório de 1945. *Boletim da Junta de Turismo de Cascais, Cascais e seus Lugares* – nº 2, pp.19 -24.
- O Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães - Ligeira palestra com o seu conservador Dr. Branquinho da Fonseca. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 11 agosto de 1951, nº 17, Ano 2, 2ª série, p. 1e 8).

- Fonseca, B. da. (1952, 11 outubro). Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, nº 33, Ano 3, 2ª série, p. 6 e 8 (transcrição do artigo publicado no jornal *Ler*).
- Fonseca, B. da. (1953a, 26 janeiro). As bibliotecas e a necessidade da sua extensão. *Diário de Lisboa*: Ano 32º, nº 10.830, p. 1 e 14. Retirado a 4 de janeiro, 2012 em www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06336.057.13551.
- Fonseca, B. da. (1953c, 1 setembro). Peço a Palavra: Nem só de pão ... *Diário Popular*, Ano 11, nº 3920, p.1 e 9.
- Fonseca, B. da. (1953d, 1 dezembro). Peço a Palavra: As bibliotecas circulantes – lição sem mestre. *Diário Popular*, Ano 12, nº 4018, p.1 e 7.
- Fonseca, B. da. (1956, 6 dezembro). Uma sugestão e muitas interrogações. *Diário Popular*, Ano 15, nº 5089, p.17 e 23.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC)

- Fonseca, B. da. (1943). *Carta a Fausto de Figueiredo*, Texto datilografado, não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 19-4.
- Fonseca, B. da. (1945c). *Carta ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais*, Texto datilografado publicado, AHMC/ AADL/CMC/R/A/002 – Cx1 - 16-11.
- Fonseca, B. da. (1945d). *Carta ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais*, Texto datilografado, não publicado, AHMC/ AADL/CMC/R/A/002 – Cx1 - 19-11.
- Fonseca, B. da. (1953e). Proposta de criação de uma biblioteca Móvel em Cascais AHMC/AADL/CMC/R/A/015 – Cx.7 3-6.
- Fonseca, B. da. (1953b). Divulgação da Biblioteca Itinerante – circular à população. Texto datilografado AHMC/APSS/ABF/ 002 /013 7-7. [Assinado por José Roberto Raposo Pessoa, Presidente da Câmara. Pelo teor incluso trata-se de um texto com muitos contributos de Branquinho da Fonseca].
- Fonseca, B. da. *Leitor Amigo*. (1954). AHMC/ AADL/CMC/R/A/015 – Cx7.
- Fonseca, B. da. (1960). *Carta dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais pedindo a exoneração de funções*, Texto datilografado, AHMC/APSS/ABF/ 002 /013 10-1.

Bibliografia específica: Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães

Arquivo do Dr. João Couto – Museu Nacional de Arte Antiga

- Pasta nº 20 – correspondência particular – Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães.
- Fonseca, T. (1941). *Carta a João Couto*. Manuscrito não publicado, V20. P9. Doc.17 a, 12-8-1941.
- Lopes, S. (1941). *Carta a João Couto*. Manuscrito não publicado, V20. P9. Doc.18, 14-8-1941.

Arquivo Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães.

1º Livro de Atas da Comissão Administrativa do Museu - Biblioteca Condes de Castro de Guimarães, 1931 – 1945:

Ata nº 3 de 28-7-1930
Ata nº 22 de 20 - 4 - 1934
Ata nº 62 de 30 - 9- 1939
Ata nº 92 de 23 - 12-1941
Ata nº107 de 30-10 -1942
Ata nº 229 de 21-12-1953

Avillez, H, (1974?). *Serviço Educativo do Museu- Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. pp.1- 3

Carta do Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, ao Dr. João Couto, (1931) Manuscrito não publicado, 3-12-1931.

Pina, F. A. de. (1953). *Carta a Branquinho da Fonseca*. Manuscrito não publicado, M-BCCG, 6-12.

Gonçalves, A. A. (1930). Carta enviada a João Couto felicitando-o por ter ganho o concurso para Conservador do Museu – Biblioteca Conde de Castro Guimarães. Manuscrito não publicado (cópia feita por Beaumont), M-BCCG, 26-12.

Ofício 2250 da Academia Nacional de Belas Artes enviado a João Couto (1941), Texto datilografado, não publicado, V20. P9. Doc.25, 10-12-1941 (assinatura ilegível).

Pessoa, J. R. R. (1941). *Carta a João de Lacerda*, Texto datilografado, não publicado (cópia), 23-6-1941.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC)

Aldemira, V. (1948). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Manuscrito não publicado, AHMC/ AADL/CMC/R/A/002 – Cx1 - 8-3 pp.1- 2.

Carta do Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães, ao Dr. João Couto, (1933) Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-41 Cx1, 28-11-1933.

Castro, C. P. de. (1938) *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais*. Texto datilografado não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 24-10-1938, pp.1 -3.

Codinha, J. M. L. (1939). *Elogio à atividade de Branquinho da Fonseca na Nazaré, pelo antigo Presidente da Câmara*. Texto datilografado publicado, AHMC/ AESP/ABF/ A/004/ 001, 26-3.

Figueiredo, J. de. (1931). *Carta a Francisco de Lacerda*, Texto datilografado, não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 30-11-1931.

Figueiredo, J. de. (1937). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*, Texto datilografado, não publicado, AHMC,

- A1 RA/002 1930-47 Cx1 [excerto do testamento enviado pela Administração do Bairro Ocidental do Porto – assinatura ilegível].
- Jonet, Berta, (1978) *Carta a Maria José Rego de Sousa*, Texto datilografado, não publicado, AHMC, A1 RA/015 1970-82 Cx1, Lv4, 7-8, pp.1-5.
- Livro de Registo de Leitores da Biblioteca Condes de Castro Guimarães 23-11-1930 a 8-9-1956 Manuscrito não publicado, AHMC.
- Livro de Entradas do M-BCCG 1943 a 1950, Manuscrito não publicado AHMC, A-1 R-A/010, Cx.1, Lv.2
- Pessoa, J. R. R. (1941). *Carta a João de Lacerda*, Texto datilografado, não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 27-10
- Pessoa, J. R. R., Nunes, A. J. T. (1941). Auto de Entrega [doação de Afonso do Paço e Eugénio Jalhay] Texto datilografado, não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-41 Cx1, 20-12, pp.1 -3.
- Ramalho, A. M. (1935). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais*. Texto datilografado, não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 22-11-1935, pp.1-2.

Periódicos

- A.A. (1964, 18 julho). Inauguração de uma exposição de pintura infantil. *Jornal da Costa do Sol*, Ano I, nº 13.
- A Exposição do Centro Infantil do Museu Conde de Castro Guimarães, *Jornal da Costa do Sol*, 10 julho de 1965, Ano II, nº 64, p.1.
- A Literatura para crianças no século XXI – XIII Encontro de Literatura para Crianças. *Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, 1988. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Número Especial.
- Amorim, M. G. P. (1971). Centro Educativo do Museu Conde de Castro de Guimarães. *Boletim nº 2*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, pp.85 – 88.
- Andrade, G. (1964, 4 setembro). Os monumentos históricos de Cascais e o seu interesse cultural. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, nº 365, Ano 15, 2ª série, p. 1 e 9.
- Arte Infantil - Exposição no Museu Condes de Castro Guimarães, *Jornal da Costa do Sol*, 30 julho de 1966, Ano III, nº 119, p.1.
- Baraona, J.P. (1964, 20 março). O interesse das aulas de Pintura Infantil analisado pela Sra. D. Maria da Graça de Siqueira de Castello Branco. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, nº 341, Ano 14, 2ª série, p. 1 e 7.
- Biblioteca itinerante. *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, (1988). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, nº7, pp.311-313.
- Beaumont, M. A. (1961). Bibliotecas itinerantes! Um facho vivo de luz, percorrendo as estradas de Portugal. *Boletim Informativo*, Lisboa: SBI – Fundação Calouste Gulbenkian, nº2, pp.54-56.
- Beaumont, M. A. (1962,). O Museu Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães, em Cascais e as suas possibilidades educativas. Apresentado na 3ª Conferência dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais, Sep. Revista Mvsev. IIª Série, nº 5. Porto: ed. Círculo José de Figueiredo.

- Beaumont, M. A. (1963, 9 agosto). No 10º aniversário da Biblioteca Móvel do Museu Condes de Castro Guimarães. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, nº 341, Ano 14, 2ª série, p. 1 e 7.
- Beaumont, M. A. (1964 a, fevereiro). O Museu – Biblioteca dos Condes de Castro de Guimarães no Turismo da Costa do Sol. *Boletim da Junta de Turismo da Costa do Sol, Cascais e seus Lugares* – nº XVIII, pp. 27-29.
- Beaumont, M. A. (1964b, 25 julho). No Museu Conde de Castro Guimarães - A Exposição do Centro Infantil. *Jornal da Costa do Sol*, Ano I, nº 14, p.1 e 11.
- Beaumont, M. A. (1965, 17 julho). Onde se fala no Centro Infantil do Museu Condes de Castro Guimarães. *Jornal da Costa do Sol*, Ano II, nº 65, p.1.
- Beaumont, M.A. (org.) (1971a). *Museu Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães. Boletim nº 2*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- Beaumont, M. A. (1971b). Pequena História do Museu de Cascais. *Museu Biblioteca do Conde de Castro de Guimarães, Boletim nº 2*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp.17 – 36.
- Braga, L. de A. B., & Raposo, H. (1932, outubro). Uma demonstração de rítmica. *Integralismo Lusitano*, Vol.I, Fasc. VII, pp. 387-388.
- Branquinho, L. (2012, março / abril). Branquinho da Fonseca. *Cascais - Agenda Cultural*, pp.90-91.
- Brito, N. de. (1938, 19 setembro). Música – Impressões / Canções Populares Portuguesas. *Diário de Notícias*, Ano 31º, nº 26.085.
- Cabral, M. (1962). *Serviço de Extensão escolar e a formação de monitores*. apresentado na 3ª Conferência dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais, Porto: setembro 1962, Sep. *Revista Mvsev*, IIª Série, nº 5. Porto: ed. Círculo José de Figueiredo (pp.91-92).
- Câmara Municipal de Cascais. (2010) *Agenda Cultural*, nº 43, Cascais: Autor.
- Campos, A. (1940). A difícil arte de ser rico. *Homenagem aos Condes de Castro Guimarães [sic] no dia da transladação dos seus restos mortais para o parque da sua Doação*, Cascais, Ed. do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, pp. 9-11(Subsídios para a história do concelho de Cascais 2).
- Canções Populares Portuguesas, *República*. 17 setembro de 1938, IIª série, nº2792.
- Capucho renova maioria absoluta. *Jornal da Região – Cascais* –13 a 19 de Outubro 2009, Série II, Ed. 193 Ano XIII –p.5.
- Chaves, L. (1956, fevereiro). A Cascais ... uma vez e todas mais!... *Cascais e seus Lugares, Revista da Junta de Turismo da Costa do Sol* – nº8, p.12.
- Correia, V. (1942, 5 janeiro). Museografia. *Diário de Coimbra*, Ano 12, nº. 3881 p.1.
- Correia, V. (1942, 12 janeiro). Museologia, *Diário de Coimbra*, Ano 12, nº. 3881 pp.1-4.
- Cortesão, J. (1955, 12 outubro). O povo tem fome de cultura. A feliz experiência da Biblioteca Itinerante do Museu Castro Guimarães, de Cascais. *O Primeiro de Janeiro*, Porto, Ano 87, nº 280, p.3.
- Dias, C. M. (Director). (1906, 17 setembro). A Casa O'Neill em Cascais, *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, nº 30 pp.201 - 205.
- Dias, V. (1969, 22 março). A Cidadela de Cascais, – *O Jornal da Costa do Sol*.
- d'Encarnação, J. (1969, 28 junho). No Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Notável Conferência de Octávio da Veiga Ferreira e Inauguração da nova sala de Arqueologia. *Jornal da Costa do Sol*, Ano VI, nº 271,p. 1, 4 e 9.

- d'Encarnação, J. (2012, 21 março). A revista municipal que falta. *Jornal de Cascais*, nº 306, p.6
- Figueiredo, J. (1940). Alocução do Dr. José de Figueiredo. *Homenagem aos Condes de Castro Guimarães [sic] no dia da trasladação dos seus restos mortais para o parque da sua Doação*, Cascais, Ed. do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, pp. 9-11 (Subsídios para a história do concelho de Cascais 2).
- Grego, F. (1965a, 23 julho). Pequena História do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, nº 411, Ano 14, 2ª série, p. 1.
- Grego, F. (1965b, 6 agosto). Pequena História do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães - A Biblioteca fixa. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, (6-8-1965) nº 413, Ano 14, 2ª série, pp. 1-5.
- Grego, F. (1965c, 13 agosto). Pequena História do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães - A Biblioteca Móvel. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol* nº 414, Ano 14, 2ª série, pp. 1-7.
- Gusmão, A. (1947, julho). O Museu - Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, *Boletim da Junta de Turismo de Cascais, Cascais e seus Lugares* – nº 2, pp.19-24.
- Jonet, M. B. (1998). A Criança; O Livro; A Leitura: Ontem, Hoje e Sempre! In: Gaiz, Ana (coord.). *Boletim Cultural - A Literatura para crianças no século XXI – XIII Encontro de Literatura para crianças*. F.C. Gulbenkian, Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Número Especial, pp. 38-41.
- Letria, J. J. (coord.) (1996). *A Boca do Inferno, Revista de Cultura e Pensamento*, nº 1.
- Lobo Antunes, A. (1997, 30 março). Crónica - Museus. *Pública*, Domingo, p.4.
- Mourão - Ferreira, D. (1984, janeiro). Branquinho da Fonseca. *Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, VI sérieVI, nº 01.
- Mourão - Ferreira, D. (1984, janeiro). Branquinho da Fonseca: Percurso Biográfico. *Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, VI série VI, nº 01, pp. 5-8.
- Mourão - Ferreira, D. (orient.) (1984, junho) Vinte e Cinco anos ao serviço da leitura. *Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas. VI série, nº2.
- Museu Condes de Castro Guimarães - Exposição de Arte Infantil. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 24 julho de 1964, nº 359, Ano 15, 2ª série, p. 1 e 11.
- Música - um recital em Cascais, *O Século*, 18 de setembro de 1938, nº20.297
- O VI Centenário da Vila de Cascais, *Jornal da Costa do Sol*, 13 junho de 1964, Ano I, nº 8, p.1 e 7.
- Paço, A. do. (1964, 31 julho). Cascais há 4.000 anos. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, nº 341, Ano 15, 2ª série, p. 6.
- Quadros, A. (1984). Os Tempos Heróicos – um testemunho in ‘Vinte e Cinco Anos aos Serviço da Cultura’, *Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, sérieVI, nº 02, junho, p. 45.
- Reiner, F. (1982). Museu do Mar. *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, nº4, p. 71 a 78.
- Rosa, C. (1980). *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município*, nº1.
- Sampaio, A. F., (dir). (1932, 18 outubro). A dança rítmica e uma curiosa demonstração. *Ilustração – História Ilustrada da Literatura Portuguesa* nº20, 7º ano, pp.20 - 21.
- Sousa, M. J. R. de. (1989). Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães. *Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município* nº8, pp. 181-188, Câmara Municipal de Cascais

- Ulrich, M. (1964, 25 julho). No Museu Conde de Castro Guimarães - A Exposição do Centro Infantil. *Jornal da Costa do Sol*, Ano I, nº 14, p. 11.
- Uma hora de música. *Diário de Lisboa*, 17 setembro de 1938, Ano 18º, nº5685, p. 11.
- Uma hora de música em Cascais, *A Voz*. 18 setembro de 1938, Ano 31º, nº4155.
- Uma hora de música no Museu de Castro Guimarães em Cascais, *Diário de Notícias*, 18 de setembro de 1938, Ano 31º, nº26.084.

Museu–Biblioteca Condes de Castro Guimarães

- Afonso, Maria João. (2012). *O primeiro verde da Primavera: St. Patrick, a Irlanda e a família O'Neill*, projeto, não publicado, elaborado para o curso: Museus / escolas - espaços e ealidades, que decorreu no Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães de 14 de Fevereiro a 6 de Março
- Beaumont, M. A. (1968). *Cartas e Alvarás do Faros da Casa Vimieiro*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais – Museu Biblioteca Conde de Castro de Guimarães.
- Borges, A. M. (2011). *O Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães e as Casas-Museu na República*. conferência não publicada (resumo). 6 outubro, Cascais: Museu-Biblioteca Condes de Castro de Guimarães.
- Henriques, J. M., Pacheco, C. (2012). *Branquinho da Fonseca – Um Escritor na Biblioteca*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães. (1940). *Homenagem aos Condes de Castro Guimarães [sic] no dia da trasladação dos seus restos mortais para o parque da sua Doação*. Cascais: Autor, 36 p.(Subsídios para a história do concelho de Cascais ; 2).
- Nunes, J. S., & Neves, J. S. (2005). *As Bibliotecas Municipais de Cascais*. Observatório das Actividades Culturais, Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Oliveira, A. M. C. (2005). A Especificidade das Casas Museu na Rede de Museus de Cascais. *Encontro de Casas Museu*, Texto apresentado numa comunicação na Casa Museu Leal da Câmara, Rinchoa – Sintra: 26 de janeiro.
- Vaz, C. (1963), Uma obra admirável – o Museu – Biblioteca de Cascais. *Regresso ao velho Mundo - crónicas*, Coleção Testemunho, AGA – Agência de Publicidade Lda, p. 34 a 38.

Bibliografia específica: Cascais

- Almeida, M. M. (1998). Cascais. Lisboa: *Enciclopédia Verbo / Edição Séc. XXI*, Volume VI, pp. 210 - 217.
- Andrade, F. de (dir.). (1969). *Monografia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Andrade, F. de (dir.). (1964). *Cascais – Vila de Corte – oito séculos de história*, VI Centenário da Vila de Cascais, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Boiça, J. (2009). Farol Museu. In Carvalho, A. (Coord.). (2009c). *Farol Museu de Santa Marta*. (pp. 87- 100). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Bonvalot, C. (1981/1982). *Os quadros quinhentistas de Cascais, Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, nº3,p.22 [escrito em junho de 1933].

- Bridge, A. & Lowndes, S. (2008). *Duas Inglesas em Portugal – uma viagem pelo país nos anos 40*. (1ª ed. em língua portuguesa). Lisboa: QuidNovi (edição original de 1949).
- Câmara Municipal de Cascais. (s.d.). *Museus – espaços com história*. Cascais: Autor.
- Câmara Municipal de Cascais. (s.d.). *Nas asas de um moinho - Moinho de Armação Tipo Americano*, Cascais: Autor.
- Carvalho, A. & Fernandes, C. (Coord.). (2009b). *Cascais de Carlos Bonvalot*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Carvalho, A. (Coord.). (2009c). *Farol Museu de Santa Marta*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Carvalho, A. (Coord.). (2009g). *Farol Museu de Santa Marta – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais .
- Cascudo, T. (1997). *Fernando Lopes – Graça / Catálogo do espólio Musical*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Colaço, B. de G., Archer. M. (1943). *Memórias da Linha de Cascais*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, (edição fac-similada de 1999).
- Correia, C. (2004). *Michel Giacometti: caminho para um museu*. Org. Câmara Municipal de Cascais, Fundação D. Luís-Centro Cultural de Cascais.
- Correia, C., Roquette, C., Bessa, C., Carvalho, A., & Henriques, J.M. (2005). *Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria – Roteiro*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- d’Encarnação, J. (1975). Índices e Suplementos da obra: *Cascais – Vila de Corte – oito séculos de história*. VI Centenário da Vila de Cascais, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Eliade, M. (2008). *Diário Português 1941-1945*. Lisboa: Editora Guerra e Paz
- Fabião, C. (1987). 100 anos de investigação arqueológica no concelho de Cascais, *Arquivo de Cascais*, nº 6, pp. 41 -58, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Pereira, A. D. B. (2007 a). *A vinha e o vinho de Carcavelos – contributo para o seu estudo*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Pereira, A. D. B. (2007 b). *A vinha e o vinho em Carcavelos – roteiro da exposição*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Sá, V. de. (1983). *As bibliotecas, o Público e a Cultura. Um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, C., & Cabral, J. (1989). *Um olhar sobre Cascais através do seu património: património e mundo rural*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Santos, J. A., & Neves, J. S., (2005). *Os Museus Municipais de Cascais*. nº6, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, M. L. L. dos (coord). Neves, J. S., & Lima, M. J. (2005). *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Schau, P. (2011). *Sosso Doukas – Schau – Uma vida ao serviço da dança rítmica*. Lisboa: ed. de autor.
- Viegas, J. C. (1940). *As comunicações de Cascais para Lisboa: terrestres, ferroviária, marítima, postal, telegráficas e telefónicas*. Cascais: Ed. do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 43 p. (Subsídios para a história do concelho de Cascais:1).
- Viegas, J. C. (1940). *O comércio quinhentista na vila e no porto de Cascais : conferências*. Realizadas em 27 de julho e 10 de agosto de 1940 na sede da Associação Comercial e Industrial do Concelho de Cascais, Cascais : Ed. do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, 72 p. (Subsídios para a história do concelho de Cascais: 3).

Bibliografia específica: Bibliotecas e Leitura Pública

- Castells, M. (1996/2007). *A Sociedade em Rede - A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* – Vol.II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (3ª ed.).
- Curto, D. R. (Dir.). (2006). *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Domingos, N. As bibliotecas das Casas do Povo. *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no séc. XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp.197-238.
- Eco, U. (1983/1998). *A Biblioteca*. Lisboa: Difel, 4ª ed.
- Melo, D. (2006). Alfabetização de adultos e leitura pública no pós II Guerra Mundial. *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no séc. XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp.153-195.
- Melo, D. (2004). *A Leitura Pública no Portugal contemporâneo (1926 – 1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Nunes, H. B. (1996). *Da Biblioteca ao Leitor – estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga, Associação de Autores de Braga.
- Rebelo, C. A. (2002). *A Difusão da Leitura Pública: A Bibliotecas Populares (1870-10)*. Porto: Campo das Letras.
- Santos, M. de L. L. dos (coord). (1998). *As políticas culturais em Portugal (1985-1995)*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, T. (2006). As Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 239 – 260.
- Usherwood, B. (1999). *A biblioteca pública como conhecimento público*. Lisboa: Caminho
- Ventura, J. J.B. (2002). *Bibliotecas e Esfera Pública*. Oeiras, Celta Editora.

Bibliografia específica: Educação

- Águas, J. N. (1985). *Bibliografia de Jaime Cortesão*. Lisboa: Série Bibliográfica – Biblioteca Nacional.
- Almeida, M. M. (1989). *A Integração de Novos Elementos numa Turma como Geradora de Novas Desigualdades Escolares*. Trabalho apresentado na Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- Almeida, M. M., & Ribeiro, I. (1990). *Uma Escola, duas realidades diferentes?* Trabalho apresentado na Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- Arendt, H. (1961). Crise na Educação. *Entre o Passado e o Futuro*. Lisboa: Relógio d'Água, pp. 183-206.
- Bandeira, F. (1994). A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20. Os intelectuais e a educação do povo: entre a Salvação da República e a Revolução Social. dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre (policopiado).

- Carvalho, R. (1986/2011). *História do Ensino em Portugal – desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar – Caetano*. (5ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (original publicado em 1986).
- Carvalho, R. (1986/2011). *Memórias*. (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cortesão, L. (1988). *Escola, Sociedade que relação?* Porto: Ed. Afrontamento.
- Delors, J. , Al Mufti, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., et al. (1996). *A Educação – um tesouro a descobrir*, Lisboa, Eds. Asa.
- Dewey, J. (2007). *Democracia e educação: capítulos essenciais*. Ática (1ª ed. versão original 1916).
- Dewey, J. (1938). *Experience and Education*. New York: Macmillan.
- Fernandes, R. (1979). *A pedagogia portuguesa contemporânea*. Lisboa: Biblioteca Breve
- Fernandes, R. (1998). Maria Amália Borges e a Integração Educativa, pp. 131 – 159, in Proença, Maria Cândida, (Coord. científica). *O Sistema de Ensino em Portugal – séculos XIX e XX*, Lisboa: Eds. Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Fernandes, R. (2001). Rui Grácio. Uma pedagogia da Emancipação, in Teodoro, António (coord.). *Educar, promover, emancipar - os contributos de Paulo Freire e Rui Grácio para uma pedagogia emancipatória*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 79-100.
- Figueira, M. H. (2004a). A Educação Nova em Portugal (1882 -1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homónimo internacional (Parte II) in *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, nº 15, pp.29-52, abril 2004.
- Figueira, M. H. (2004b). *Um Roteiro da Educação Nova em Portugal. Escola Novas e Práticas Pedagógicas Inovadoras (1882-1935)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freire, P. (1967/1974). *Educação como prática de liberdade*. S. Paulo, Editora Paz e Terra. (4ª ed.).
- Freire, P. (1971/1992). L'éducation, pratique de la liberté in, Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*. (pp.195-222). T.1, MNES, WW-PUL.
- Freire, P. (1972 /1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto Eds. Afrontamento (2ª ed.1975).
- Gadotti, M. (2001). Cruzando fronteiras. Teoria, Método e Experiências Freirianas, in Teodoro, António (coord.). *Educar, promover, emancipar - os contributos de Paulo Freire e Rui Grácio para uma pedagogia emancipatória*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 47-77.
- Gardner, H. (1985). *Frames of mind. The theory of multiple intelligences*, New York, Basic Books.
- Grácio, R. (1971). Museus e Educação. *Museus e Educação – Seminário organizado pela APOM*, 29 e 30-5-1967, Lisboa: pp.38-43.
- Grácio, R. (1995 - 1996). *Obra Completa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3 vols. Textos de 1941 a 1991.
- Habermas, J. (1996). *The Structural Transformation of the Public Sphere: an Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge (Massachusetts). The MIT Press. (Original publicado em 1962).
- Illich, I. (1971). *Une société sans école*, Paris: Seuil.
- Morin, E. (2002). *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*. Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Horizontes Pedagógicos.

- Nóvoa, A. (dir.). (1993). *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico* (séc. XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (1992). A Educação Nacional. (pp. 455 – 519) in J. Serrão, A.H. Oliveira Marques (Coord.). *Nova História de Portugal*, F. Rosas (Coord. volume) *Portugal e o Estado Novo* (1ªed. vol. XII). Lisboa: Presença.
- Nóvoa, A. (1988). A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades. *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (3). pp.29-60.
- Nóvoa, A. (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Eds. Asa.
- Nóvoa, A. (coord.). (2005). *Evidentemente – Histórias da Educação*. Porto, Ed. Asa.
- Nóvoa, A. (1987). *Le Temps de Professeurs. Analyse socio – historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – XXe siècle)*. II vols, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Nóvoa, A. Apple, & Michael W. (org.). (1998). *Paulo Freire: Política e Pedagogia*. Porto, Porto Editora.
- Ó, J. R. do. (2003). *O Governo de si mesmo – Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do séc. XIX - meados do séc. XX)*. Lisboa: Coleção Educa – Ciências Sociais nº 2.
- Pacheco, C. (1940). *Portugal Renovado (Discursos)*. Lisboa, Bertrand.
- Proença, M. C. (2010). A Educação. Rosas, Fernando, Rollo, Maria Fernanda (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*, (1ª ed., pp. 169 -189). Lisboa: Tinta da China.
- Proença, M. C. (Coord. científica). (2011). *Educar. Educação para todos. Ensino na I República*. Lisboa: INCM, Centenário da República.
- Proença, M. C. (1998). A República e a Democratização do Ensino. Proença, Maria Cândida, (Coord. científica). *O Sistema de Ensino em Portugal – séculos XIX e XX*, (1ª ed.,pp. 47-70), Lisboa: Eds. Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rosas, F. (1994). O Estado Novo (1926-1974). in Mattoso, José (Dir.) *História da de Portugal*. Vol. VII, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sérgio, A. (1954/74). *Obras Completas - Ensaios VII*. Ed. crítica, Lisboa: Sá da Costa.
- Smith, M.K. (1994). *Local education, community conversation*, práxis. Milton Keynes: Open University Press.
- Teodoro, A. (2001 a). *A Construção Política da Educação - Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.
- Teodoro, A. (coord.). (2001b). *Educar, promover, emancipar - os contributos de Paulo Freire e Rui Grácio para uma pedagogia emancipatória*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Torgal, L.R. (org.). (2012). *Tomás da Fonseca – Religião, República, Educação*. Lisboa: Antígona

Bibliografia específica: Museologia

- Associação Portuguesa de Museologia [APOM]. (1987). *A escola vai ao Museu*. Actas do Seminário organizado pela APOM, Lisboa.
- Associação Portuguesa de Museologia [APOM]. (1971). *Museus e Educação*. Lisboa: APOM, (o encontro foi em 1967).
- Associação Portuguesa de Museologia [APOM]. (1975). *Museus para quê?* (novembro). Lisboa: APOM.
- Adoveti, S. (1992). *Le Musée inversion de la vie*. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.119-138). T.1, MNES, WW-PU.L
- Agren, Per-Uno. (1977). *Portugal, Les musées régionaux et locaux*. Umea, Janvier, dact.
- Agren, Per-Uno. (1979). *Portugal, Les musées régionaux et locaux*. (Rapportt nº 2, Paris, UNESCO. dact
- Almeida, M. M. (1996). Mudanças Sociais / Mudanças Museais – Nova Museologia / Nova História – Que Relação? in *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 5, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp. 109 a 130.
- Araújo, M. M., Bruno, C. (org.). (1985). *A memória do pensamento museológico contemporâneo. Documentos e depoimentos*. s/l, Comité Brasileiro do ICOM.
- Assunção, P. (2008). *Museology and Community Development in the XXI Century Cadernos de Sociomuseologia nº29*. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT.
- Bolños, M. (projecto, prólogo y compilación). (2002). *La memoria del mundo – cien años de museologia 1900 – 2000*. Gijón: Ed. Trea.
- Brigola, J. C. P. (2003). *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brigola, J. C. P. (2009). *Coleccionismo no séc. XVIII: textos e documentos*. Porto: Porto Editora.
- Bruno, C. (1996). *Museologia e Comunicação. Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa: ULHT, nº9.
- Bruno, C. (2002). *A museologia como uma pedagogia para o património. Revista Ciências e Letras*. Porto Alegre: FAPA, nº 31, pp. 87- 97.
- Bruno, C. (2007b). *Museus e Património Universal. V Encontro do ICOM Brasil, Fórum dos Museus de Pernambuco*, Recife: maio, pp.6-7.
- Camacho, C. (1999). *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da área metropolitana de Lisboa 1974 -1990*. dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: para a obtenção do grau de mestre.
- Câmara Municipal de Coimbra. (2011). *A República, os Museus e o Património*. Coimbra: Autor.
- Cândido, M. M. D. (2003). *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. Cadernos de Museologia nº20*. Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Carrasco, M. (org). (1994). *Conclusões das VII Jornadas sobre a função social do museu - Museologia e Educação*. - MINOM - São João do Estoril.
- Chagas, M. de S. (2008). *A poética das Casas Museus de Heróis Populares-* Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Chagas, M. de S. (1999). Há uma gota de sangue em cada museu: a óptica museológica em Mário de Andrade. *Cadernos de SocioMuseologia nº13 Centro de Estudos de Socio-Museologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Costa, C. C. S., Manaças, V. (1992). João Couto 1892-1992. *Colóquio – Artes*, 34, 2ª série, nº 92, março, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.27-35.
- Costa, M. M. C. da. (1996). *Museus e Educação: contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*. Coimbra, Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação (fotocopiado).
- Costa, M. M. C. da. (2011). Museus e educação no período do ‘Estado Novo’: o papel de João Couto (1928-64). Lopes, Rui Oliveira. (Coord.) *Idearte - Revista de Teorias e Ciências da Arte*, Ano VII, nº 7 (Nov.2011) (pp. 6-34).
- Costa, M. M. C. da. (2012). João Couto e a formação dos conservadores dos museus, palácios e monumentos nacionais (1935-1962). *IV Congresso de História da Arte Portuguesa – Homenagem a José Augusto França*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 21 a 24 novembro 2012, suporte CD, pp. 208-212, consultado em 23 de novembro de 2012.
- Custódio, J. (2011a). Museus de Educação, Museus de curiosidade e Museus de Especialidade no tempo da Iª República: política institucional e experiências museográficas. pp. 18-51, Câmara Municipal de Coimbra, *A República, os Museus e o Património*, Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Custódio, J. (coord. cient.). (2010). *Portugal 1910 -2010: 100 anos de Património – Memória e Identidade*. Lisboa: Igespar.
- Dana, J. C. (1917/1999). *The new museum: selected writings*. Newark, New Jersey: the Newark Museum Association.
- Desvallées, A., & Mairesse, F. (Dir.de). (2011). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin.
- Desvallés, A. (1992). *Vagues - une anthologie de la nouvelle muséologie*, vol.I, MNES, Editions W, Savigny - le –temple.
- Desvallés, A. (1994). *Vagues - une anthologie de la nouvelle muséologie*, vol. II, MNES, Editions W, Savigny - le –temple.
- Falk, J H. & Dierking. (2000). *Learning from museums. Visitor Experiences and the Making of Meaning*, s/l, Altamira Press.
- Fundação Calouste Gulbenkian, (1971). *João Couto - In Memoriam*. Lisboa: Autor
- Gouveia, H.C. (1993). A evolução dos museus regionais portugueses: tentativa de caracterização. *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Vol. II, pp. 177-198.
- Gouveia, H. C. (1985). Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do séc. XIX ao regime do Estado Novo. (pp.147 - 184) in Ferreira, F., B., *Bibliotecas Arquivos e Museus*, Vol. 1, Nº 1, Jan. / Jun. 1985, Lisboa: IPPC.
- Gouveia, H. C. (2010). Museus da Primeira República: inovação e continuidade. pp. 105 a 110, Custódio, Jorge (coord. cient.). *Portugal 1910 -2010: 100 anos de Património – Memória e Identidade*, Lisboa: IGESPAR.
- Hooper – Greenhill, E. (1998). *Los museos y sus visitantes*. Gijon: Ediciones Trea.
- Horta, M. de L. P. (2001). Museus e Educação: conceitos e métodos – MAE/USP, S. Paulo, 20 a 24 Agosto 2001.

- Kinard, J. (1971/1992). Intermédiaires entre musée et communauté. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.99-108). T.1, MNES, WW-PUL.
- Kinard, J. (1985/1992). Le musée de voisinage, catalyseur de l'évolution sociale. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.109-118). T.1, MNES, WW-PUL.
- Lira, S. (2010). Museus do Estado Novo: continuidade ou mudança. pp. 187-197, Custódio, Jorge (coord. cient.). *Portugal 1910 -2010: 100 anos de Património – Memória e Identidade*, Lisboa: Igespar.
- Manaças, V. (1991). Museu Nacional de Arte Antiga: Uma leitura da sua História, 1911-1962. Dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa, FCSH, para obtenção do grau de Mestre em História da Arte, Lisboa.
- Mayrand, P. (2009). Paroles de Jonas: augmentés com essais d'alttermuseologie. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 31, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Mayrand, P. (2004). Haute Beauce, Psychologie d'un Écomusée. *Cadernos de Museologia nº22. Centro de Estudos de Socio-Museologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Mendonça, M. J. (1971). O Dr. João Couto e o Museu de Arte Antiga. In.: Fundação Calouste Gulbenkian. *João Couto - In Memoriam*, (pp.109 a 114). Lisboa.
- Moreira, F. J. (1999). O processo de criação de um museu local. Atas do X *Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, MINOM, Monte Redondo.
- Moreira, F. J. (2008). O Turismo e os Museus nas Estratégias e nas práticas de Desenvolvimento Territorial. Dissertação apresentada ao departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de doutor em Museologia, orientado por Mário Canova Moutinho.
- Moreira, F. J. (1987). Para além da Nova Museologia. *Meridies*, nº9, Monte Redondo.
- Moreira, F.J. (2007). Uma reflexão sobre o conceito de público nos museus locais. Musas – Revista. In Chagas, M., & Storino, C., (Org.) *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº 3, pp. 101-109. Instituto do património Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais.
- Moutinho, M. (1996). A Museologia Informal. *Boletim da APOM*, nº3, Lisboa.
- Moutinho, M. (1985). A Declaração do Québec de 1984. Araújo, Marcelo Mattos, Bruno, Cristina (org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo. Documentos e depoimentos*. s/l, Comité Brasileiro do ICOM.
- Moutinho, M. (1986). *A organização de um museu local de Etnologia*, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Moutinho, M. (2006). A qualidade em museus, nos museus em mudança. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 25, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp. 65 a 73.
- Moutinho, M. (1989). *Museus e Sociedade - Reflexões sobre a função social do museu*, nº 5 - *Cadernos do Património*, Monte Redondo: Museu Etnológico de Monte Redondo.
- Moutinho, M. (2005). Os compromissos dos museus com a sociedade. *MUSA: museus, arqueologia e outros patrimónios*, Setúbal: Fórum intermuseus do Distrito de Setúbal, nº1.
- Moutinho, M. (2010) Os museus portugueses perante a sociomuseologia, pp. 313 a 322. Custódio, Jorge (coord. cient.). *Portugal 1910 -2010: 100 anos de Património – Memória e Identidade*, Lisboa: IGESPAR.

- Moutinho, M. (2012). Texto de abertura - comunicação apresentada nas *XX Jornadas sobre a Função Social do Museu - refletir sobre o passado / perspetivar o futuro* - MINOM - Monte Redondo, 23 a 25 de março (fotocopiado).
- Moutinho, M. (2000). 20 anos de museologia: um caminho de duvidas e opções. *Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus/ IX ICOFOM LAM*. Rio de Janeiro.
- Nabais, A. (1984). Le Musée municipal de Seixal: un écomusée de développement. *Museum*, nº142, p.71-74
- Nabais, A. (1985). Le développement des écomusées au Portugal. *Museum*, nº142, p.211-216
- Pimentel, C. (2005). *O Sistema Museológico Português (1833 – 1991) Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Primo, J. (2007). A Museologia e As Políticas Culturais Europeias: O Caso Português. tese apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique para a obtenção do grau de Doutor em Educação, orientada pelo Professora Doutora Maria Cristina Oliveira Bruno, Porto. (fotocopiado).
- Primo, J. (org.). (1999). Museologia e Património: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia* nº15, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Primo, J. (2001). *O museólogo educador frente aos desafios económicos e sociais da actualidade*, fotocopiado
- Rivière, G. H. (1993). *La Museología, Curso de Museologia /Textos y testimonios*, Madrid: Ed. Akal / Arte y Estética.
- Rivière, G. H. (1960). Stage régional d'études de L'Unesco sur le rôle éducatif des musées. Etudes et documents d'éducation, n. 38, 1960.
- Santos, A.V. (1971). O Dr. João Couto e a organização das Galerias de Pintura do Museu de Arte Antiga. In.: Fundação Calouste Gulbenkian. *João Couto - In Memoriam*. (151-157). Lisboa.
- Santos, M. C. M. (1994). A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº3, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp. 76-88.
- Santos, M. C. M. (2008). *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, Coleção Museu, Memória e Cidadania.
- Santos, M. C. M. (2002b). Museu e Educação: conceitos e métodos. *Ciências e Letras – Patrimônio e Educação*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, V. 31. Jan./jun. 2002.
- Santos, M. C. M. (1987). Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária. Salvador: Bureau Gráfica Editora.
- Santos, M. C. M. (2000a). Museu e Comunidade: uma integração necessária. Texto apresentado na 13ª Reunião Anual do Instituto Biológico, realizada em São Paulo, no período de 6 a 11 de novembro de 2000.
- Santos, M. C. M. (1996). Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário. *Cadernos de Sociomuseologia* nº7. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Santos, M. C. M. (2002c). Reflexões museológicas: caminhos de vida. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias nº18.
- Santos, M. C. M. (1993). *Repensando e ação cultural e educativa dos museus*. Salvador da Bahia: Centro Editorial e Didático da UFBA.

- Santos, M. de L. L. dos, Oleiro, M. B. (coords.). (2005). *Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*. OAC, MC, IPM/RPM.
- Semedo, A., Lopes, J. T. (Coord.). (2006). *Museus, discursos e representações*. Porto: Afrontamento.
- Sequeira, G. M. de. (1923). *Congresso Nacional Municipalista de 1922. Preliminares, teses, actas das sessões, congressos provinciais, documentos e apreciações da Imprensa*, Lisboa: Of. Gráficas d' O Rebate.
- Teixeira, M. B.. (1985). Os primeiros museus criados em Portugal, (pp. 185 - 239) in Ferreira, F., B., *Bibliotecas Arquivos e Museus*, Vol. 1, Nº 1, Jan. / Jun. 1985, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- Teixeira, M. B. (2000). Primórdios da investigação e da atividade museológica em Portugal (separata). Nolasco, Maria da Luz, (coord. da monografia). *Museos y museologia en Portugal – una ruta ibérica para el futuro*, Andrade, Margarita Ruyra de (dir.). *Revista de Museologia, Asociación Española de Museólogos*, fevereiro, (inclui tradução em português).
- Tilden, F. (1957/1992). L'interprétation de notre patrimoine. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.243-258). T.1, MNES, WW-PUL.
- Thévoz, M. (1984/1992). Esthétique et /ou anesthésie muséographique. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.380-381). T.1, MNES, WW-PUL.
- Valladares, J. (1946/2010). *Museus para o povo - Um estudo sobre museus americanos*, Bahia: Museu do Estado da Bahia, 2ª ed.
- Varine, H. de. (1969/1992). Le musée au service de l'homme et du développement. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.49-68). T.1, MNES, WW-PUL.
- Varine, H. de. (1976/1994). Le musée moderne: conditions et problème de une renovation. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.72-73). T.2, MNES, WW-PUL.
- Varine, H. de. (1979/1994). Le musée peut tuer ou ... faire vivre. Desvallés, A. (dir.) *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, (pp.65-70). T.2, MNES, WW-PUL.
- Varine, H. de. (1991). *L'Initiative communautaire / recherche et expérimentation*. Édition W, M.N.E.S., Collection Museologia, Lyon: Diffusion Presses Universitaires de Lyon, maio
- Viana, M.G.. (1953). *Elementos de Museologia – Museologia Geral/ Museologia aplicada*, Lisboa
- Wittlin, A. S. (1970). *Museums: in Search of a usable Future*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Press.
- Wittlin, A. S. (1949). *The Museum – its history and its tasks in education*. London, Routledge & Kegan Paul.

Bibliografia específica: Fontes estatísticas

- INE, I.P., (2011). Censos 2011 - Resultados Definitivos, Lisboa: Portugal.
- INE, I.P., (2009a). Anuário Estatístico de Portugal 2008, Lisboa: Portugal.
- INE, I.P., (2009b). Anuário Estatístico da Região de Lisboa: 2008, Lisboa: Portugal.
- INE, I.P., (2009c). Estatística da Cultura, 2008, Lisboa: Portugal

Bibliografia específica: Legislação

- Real Decreto nº 181/1870 de 2 de agosto. Diário do Governo, 16 de agosto, p. 1117.
- Decreto-Lei 65/ 1911 de 18 de março. Diário do Governo. Lisboa. Ministério do Interior: Direcção Geral da Instrucção Secundária Superior e Especial. pp.1213 -1215.
- Decreto-Lei 13.724 / 1927 de 27 de maio. Diário do Governo. Lisboa. Ministério da Instrucção Pública : Direcção Geral do Ensino Superior. pp. 881-901.
- Decreto-Lei 13.726 / 1927 de 27 de maio. Diário do Governo. Lisboa. Ministério da Instrucção Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. pp. 918-921.
- Decreto-Lei 19952/ 1931 de 27 de junho. Diário do Governo. Lisboa. Ministério da Instrucção Pública : Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. pp. 1253 – 1269.
- Decreto-Lei 46.758 / 1965 de 18 de dezembro. Diário do Governo. Lisboa. Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.
- Decreto - Lei nº 47/2004 de 19 de agosto, Diário da República. 1ª série- nº 195 – Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.
- Decreto – Lei nº 213/2009 de 4 de setembro, Diário da República, 1ª série – Nº 172 – constituição da Fundação Paula Rego.
- Despacho nº 6979/2011 de 5 de Maio, Diário da República, 2.a série — Nº 87.
- Decreto – Lei 242/2011 de 20 de dezembro, Diário da República, 2ª série, nº 2421, ROSM (Regulamento de Organização dos Serviços Municipais), pp. 49413-49436.

Webgrafia

Cascais

- Besançon, H. (2010). Concelho de Cascais: Strategies de Gestion du Patrimoine et inclusion socioculturelle. Dissertação apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de Mestre em Museologia, orientada por Mário Moutinho, Lisboa, Retirado a 20 janeiro, 2011, em http://www.museologiaportugal.net/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=13&Itemid=21
- Carvalho, C. R. A. de. (2010). *Casa das Histórias Paula Rego – Estratégias Comunicacionais e sua Implicações nos Visitantes*. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia para obtenção do grau de Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, orientada por José Soares Neves. Lisboa. Retirada a 18 dezembro, 2011, em http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2763/1/CasaHistoriasPaulaRego_TESE.pdf
- Fernandes, C. (2007). *A Casa de Santa Maria em Cascais: especificidades de um património Arquitetónico e Artístico*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Arte e Património , orientada por Fernando Grilo. Retirado a 19 de dezembro, 2011, em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/500>
- Instituto Nacional de Estatística. (2010). *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, Retirado a 22 de dezembro, 2011, de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos 2011 - Resultados Definitivos*, Lisboa. Retirado a 3 de novembro, 2012, de

- http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao
Lisboa, José, Um passeio em Cascaes, *Revista de Turismo* - publicação quinzenal de turismo, propaganda, viagens, navegação, arte e literatura, 5 de Outubro de 1916, Ano 1 – nº7, p.52-53. Retirado a 7 de maio, 2012, de hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/RevistadeTurismo/Revistadeturismo.htm
- Livros para toda a gente distribuídos na rua ou no campo. Eis a magnífica iniciativa que está em plena execução lançada pela biblioteca de Cascais, *Diário de Lisboa*, 7 agosto de 1953, Ano 33, nº 11051, p.1-3. Retirado a 4 de janeiro, 2012, de fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06337.058.13805&bd=
- Uma biblioteca modelo que procura atrair os leitores para bem desempenhar a sua função como instrumento de propagação de cultura. *Diário de Lisboa*, 16 abril de 1951, Ano 31º, nº 10.191, pp. 1-9. Retirado a 4 de janeiro, 2012, de www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?nome_da_pasta=06332.053.12803&bd=IMPrensa

Bibliotecas e Leitura Pública

- Duarte, Ricardo Oliveira (2012, dezembro 19) *Reportagem – Faz hoje dez anos que se desligou o motor das bibliotecas itinerantes da Gulbenkian*, TSF acedido a 19 de dezembro, 2012 em <http://m.tsf.pt/m/newsArticle?contentId=2955080&page=1>
- Henriques, J. C. R. (2009) Na estrada com os livros: as bibliotecas móveis como solução de acesso a serviços de biblioteca num país de contrastes. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação (Biblioteconomia), orientada por Luís Espinha da Silveira e Paulo Leitão, Lisboa. Retirado a 12 de março, 2012 em <http://pt.scribd.com/doc/55710781/6/As-bibliotecas-moveis-na-Europa>.
- Parede (2011)
http://www.cmcascais.pt/Cascais/Viver/Cultura/Programas_projectos/biblioteca_Parede.htm, retirado a 28 de janeiro, 2011
- Parede (2011)
http://www.cmcascais.pt/Cascais/Viver/Cultura/Programas_projectos/biblioteca_Parede.htm, retirado a 28 de janeiro, 2011

Educação

- Alves, L. A. M. (2010). República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, III Série, vol. 11, pp. 165 -180. Retirado a 8 de agosto, 2012, em
- Rodrigues, J. de S. Recensão crítica à obra de Figueira, Manuel Henrique, (2004). Um roteiro da educação nova em Portugal: Escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935). *Análise Social*, Lisboa: n. 176, out. 2005. Retirado a 24 de agosto, 2012, em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732005000400015&lng=pt&nrm=iso>

Museologia

- Chagas, M. de S. (2003). *Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder* em Gustavo Barroso, Gilberto Freire e Darcy Ribeiro, Retirado a 3 janeiro, de 2012, em scribd.com/doc/50087891/Imaginacao-Museal-Museu-Memoria-e-Poder em Gustavo – Barroso -Gilberto-Freyre-e-Darcy-Ribeiro – Chagas -Mario (consultado em janeiro 2012). publicado em 2009, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura / IBRAM
- Leite, P. (2010). *Casa Muss – Amb – Ike: o compromisso no processo museológico*. Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sob a orientação da Prof. Doutora Judite Primo. Retirado a 21 de maio, 2012, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1139>
- Mairesse, F. (2000). *La Belle Histoire aux Origines de la Nouvelle Muséologie. Publics et Musées*. N°17-18, *L'écomusée : rêve ou réalité* (sous la direction de André Desvallées). pp. 33-56. Retirado a 25 de abril, 2012, em [http:// www.persee.fr/ web / revues /home /prescript /article /pumus_](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pumus_)
- Moreira, F.A.T., (2006). *Identidade Cultural Portuguesa-Espaço de Autonomia e Diversidade, Comunicação na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Retirado a 19 de abril, 2008, em <http://www.alfarrábio.di.uminho.pt>
- Moutinho, M. (2007). *Definição evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão*. Retirado a 31 de agosto, 2012, em <http://sociomuseologia.ning.com/>
- Pereira, P. M. F. C. (2010). *Preservar e Desenvolver em Museologia – Contributo para o estudo do objecto e do processo museológico*, *Cadernos de Sociomuseologia*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, 34. Retirado: maio de 2012 <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/1139>
- Solé, M. G. P. S. (s.d) *A Técnica de História ao Vivo - Realização de uma Feira Medieval no Lindoso*, Retirado: maio, 2012, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/dspace/bitstream>
- Santos, A. (2009). *Occidente, Imagens e Representações da Europa*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Coimbra. Retirado a 15 outubro, 2012, em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13384/2/Tese_mestrado_anexo_Alda%20Santos.pdf
- Museu do Mar (2011) www.cm-cascais.pt/museum/AMIGOSMM.html, , retirado a 2 de Novembro, 2011

Figuras

Discurso de António Joaquim de Sá Oliveira nas festas de confraternização dos antigos alunos dos Liceus da Lapa e Pedro Nunes (9-5-1937) retirada a 14 de dezembro, 2012 em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=1011824> PT/TT/EPJS/SF/001-001/0043/0727L

Arcimboldo, Giuseppe. (1566). *O Bibliotecário*, retirada a 14 de dezembro, 2012 em <http://dorodango.wordpress.com/2010/02/23/giuseppe-arcimboldo/>

Mapa

Cascais - Câmara Municipal de Cascais retirado a 14 de dezembro, 2012 em <http://www.google.pt/imgres?q=mapas+cascais&hl=pt-PT&sa=X&tbo=d&biw=1440&b>

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Metodologia

- Boudon, R. *Os Métodos em Sociologia*. (1990). Lisboa: Eds Rolim
- Carmo, H., Ferreira, M.M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto – aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Corcuff, P. (1995/1997). *As Novas Sociologias*. Lisboa: Vral, 3ª edição
- Estrela, E, Soares, M. A., Leitão, M. J. (2006/ 2008). *Saber Escrever uma Tese e outros Textos*, Lisboa: D. Quixote
- Pereira, A., Poupa, C. (2012). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. (5ª ed.). Lisboa: Edições Silabo.
- Silva, A. S., Pinto, J. M. (org.). (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Eds. Afrontamento
- Stake, R. E. (2009). *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Enquadramento

- Godinho, V. M. (1946). *A Crise da História e as Suas Novas Directrizes*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições.
- Le Goff, J. (1984). Documento/ Monumento. Romano, Ruggiero, (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Memória – História. vol1, Lisboa: I.N.C.M., pp. 95-106.
- Le Goff, J. (1984). História. Romano, Ruggiero, (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Memória – História, vol1, Lisboa: I.N.C.M, pp. 158-259.
- Le Goff, J. (1984). Memória. Romano, Ruggiero, (dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Memória – História, vol1, Lisboa: I.N.C.M., pp. 11-50.
- Halbwachs, M.. (1968) *La Mémoire Collective*, Paris, Presse Universitaire France.

Bibliografia Específica: João Couto

Década de 30

- Couto, J. (1938). José de Figueiredo. Sep. *Bulletin des Études Portugaises*. Lisboa: Institut Français au Portugal.

Década de 40

- Couto, J. (1941). Congressos e conferências do pessoal superior dos museus de arte: tese apresentada ao II Congresso Transmontano. Lisboa: s.n, 25p.

Década de 50

- Couto, J. (1950). Justificação do Arranjo de um Museu. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, fasc. 1, janeiro- dezembro de 1948. Lisboa: pp.1-21.
- Couto, J. (1952). Museu Nacional de Arte Antiga, Lisbonne / Museu Nacional de Arte Antiga, Lisbon. *Museum*, vol. V, nº 2. Paris: ICOM/Unesco, pp. 141-142.
- Couto, J. (1959) José de Figueiredo *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Vol.IV, fasc.II, janeiro a dezembro, p.1 a 6, (tradução do artigo publicado em 1938 no bulletin des études portugaises, fasc.I, do Instituto Francês em Lisboa).

Década de 60

- Couto, J. (1960b, setembro). Relatório enviado pelo Dr. João Couto ao Ex.mo Senhor Director Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes - I Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. Sep. *Boletim Viriatis IV*, Viseu: Museu de Grão Vasco, pp.1-15.
- Couto, J. (1961 a, janeiro). As Crianças das Escolas e o tempo de que dispõem para actividades circum escolares. *Ocidente*, vol. LX, nº 273, pp. 42-43.
- Couto, J. (1961h, 12 dezembro). Através das Visitas Guiadas e dos Cursos de Extensão Escolar, o Museu de Arte Antiga procura transformar-se numa instituição dinâmica. Entrevista ao jornal *República*, pp. 1 e 6-7.
- Couto, J. (1961i, dezembro). Centro Infantil. *Ocidente*, vol. LXI, nº 284, p. 286.
- Couto, J. (1962 a, fevereiro). O Centro Infantil do Museu de Arte Antiga. *Ocidente*, vol. LXII, nº 286, p. 80.
- Couto, J. (1962b, junho). Arte Infantil. *Ocidente*, vol. LXII, nº 290, pp. 290-291.
- Couto, J. (1962g, 22 maio). O Museu Nacional de Arte Antiga necessita de mais espaço para exercer capazmente a sua função / Museólogo que se retira. Entrevista ao *Diário Ilustrado*, de 1962, pp.9-10.
- Couto, J. (1962h, dezembro). Para abrir – *Catálogo da Exposição Itinerante de Pinturas do Museu Nacional de Arte Antiga, no Museu Condes de Castro Guimarães*. Cascais, p.3
- Couto, J. (1963b, março 1963). O Centro Infantil do Museu de Arte Antiga e a Fundação Calouste Gulbenkian. *Ocidente*, vol. LXIV, nº 299, pp. 180-181.
- Couto, J. (1963c). Relatório dos trabalhos da 3ª Conferência dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais. Porto, setembro 1962, Sep. *Revista Mvsev*, IIª Série, nº 5. Porto: ed. Círculo José de Figueiredo, pp. 13-21.
- Couto, J. (1963d, maio). A passagem por Lisboa de Mrs. Herbert Morris. *Ocidente*, vol. LXIV, nº 301, pp. 270.
- Couto, J. (1963e, maio). O que teria feito se me competisse organizar de novo o Museu das Janelas Verdes. *Ocidente*, vol. LXIV, nº 301, pp. 271-272.
- Couto, J. (1963g, setembro). Actividade nos Museus. *Ocidente*, vol. LXV, nº 305, p. 152.
- Couto, J. (1964b). As crianças nos Museus. *Cadernos sobre Educação - Divulgação Pedagógica* (dir. António Tiago Acabado, Beja). Vila Real de Santo António: [s. n.], p. A 15.
- Couto, J. (1964c, janeiro). Conversas sobre Museologia (5). *Ocidente*, vol. LXVI, nº 309, p. 99 - 101.

- Couto, J. (1964g, julho). O Serviço Infantil no Museu de Soares dos Reis. *Ocidente*, vol. LXVII, nº 315, pp.35-36.
- Couto, J. (1964i, dezembro). O Serviço Infantil do Museu de Arte Antiga. *Ocidente*, vol. LXVII, nº 320, pp. 275-276.
- Couto, J. (1964j). As reuniões dos conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. V, nº1. Lisboa: pp. 7-9.
- Couto, J. (1965, abril). My Fair Lady. *Ocidente*, vol. LXVIII, nº 324, pp. 203-204.
- Couto, J. (1966). Aspectos do Problema Museológico Português, comunicação apresentada à V Reunião dos conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais, outubro de 1964, no Museu de Aveiro. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. V, nº 2. Lisboa: pp. 3-5.

Década de 70

- Couto, J. (1970). Estágio de Preparação dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, comunicação ao I Congresso Nacional de Arqueologia, dezembro de 1958. *Actas I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. II. Lisboa.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC)

- Couto, J. (1931a). *Carta ao Maestro Francisco de Lacerda*. Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1 s.d.
- Couto, J. (1931f). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Manuscrito não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 21-11-1931.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC)

- Fonseca, B. da. (1945 a). *Carta ao Presidente da Junta de Turismo de Cascais*, Texto datilografado, não publicado, AHMC, A1 RA/002 1930-47 Cx1, 15-3
- Fonseca, B. da. (1945b). *Carta ao Presidente da Comissão Administrativa do Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães*, Texto datilografado publicado, AHMC/AADL/CMC/R/A/002 – Cx1 - 16-11.

Bibliografia específica: Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães

Arquivo Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães.

- Guerra, A. V. (1953). *Carta a Branquinho da Fonseca do director da Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás (Figueira da Foz)*. Texto datilografado, não publicado, M-BCCG, 8-9.

Arquivo Histórico Municipal de Cascais (AHMC)

Alves, H.D. (1953). *Carta a Branquinho da Fonseca*, Texto datilografado, não publicado, AHMC/ AADL/CMC/R/A/002 – Cx1 - 26-8

Periódicos

- A Exposição do Centro Infantil do Museu Conde de Castro Guimarães, *Jornal da Costa do Sol*, 10 julho de 1965, Ano II , nº 64, p.1.
- Arte Infantil - Exposição no Museu Condes de Castro Guimarães, *Jornal da Costa do Sol*, 30 julho de 1966, Ano III , nº 119, p.1.
- As grutas do Poço Velho, *Jornal da Costa do Sol*, 26 junho de 1965, Ano II , nº 62, p.1.
- Cabral, M. (1960). Serviço de Extensão Escolar do Museu Nacional de Arte Antiga, *Viritaís*, Vol.IV (8/9), Viseu
- Carvalho, A. (1989). Para a História da Arqueologia em Portugal: o livro de visitas da Junta de Turismo de Cascais. *Arquivo de Cascais*, nº 8, pp. 75 -150, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Cruz, R. de M. (1984). Tendências de leitura observáveis no movimento da Biblioteca Municipal de Cascais. *Arquivo de Cascais*, nº 5, pp.45-64, Cascais.
- d'Encarnação J. (1965, 5 fevereiro). A Arqueologia do Concelho de Cascais – Um pedido, *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, nº 387, Ano 14, 2ª série, p. 1 e 5.
- d'Encarnação, J. (1969, 28 junho). No Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Notável Conferência de Octávio da Veiga Ferreira e Inauguração da nova sala de Arqueologia. *Jornal da Costa do Sol*, Ano VI, nº 271,p. 1, 4 e 9.
- Entrevista a Maria Alice Beaumont. *Jornal da Costa do Sol*, 31 julho de 1969, Ano VI.
- Estão em pleno funcionamento os V Cursos Musicais Internacionais da Costa do Sol, *Jornal da Costa do Sol*, 20 agosto de 1966, Ano III , nº 122, p.1.
- Evitemos a destruição de moinhos e azenhas. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 15 janeiro de 1965, nº 384, Ano 15, 2ª série, p. 1 e 10.
- Exposição de Arte Infantil. *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 17 julho de 1964, nº 358, Ano 15, 2ª série, p. 1 e 7.
- Fernandes, A. (1984). Súmula de muitas experiências – leitor, encarregado, inspetor in ‘Vinte e Cinco Anos aos Serviço da Cultura’, *Boletim Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian*, sérieVI, nº 02, junho, 1984, pp. 40-44.
- Foram êxito indiscutível os V Cursos Musicais Internacionais de Férias da Costa do Sol, *Jornal da Costa do Sol*, 24 setembro de 1966, Ano III , nº 127, p.1.
- Henriques, J. M., (2003, julho). A Escola Nova em Cascais: directrizes de um projecto republicano de renovação do sistema de ensino (1909-1913). *Boca do Inferno*, nº 8, pp.99-121.
- Homenagem de Cascais à Memória de D. Carlos I, *Jornal da Costa do Sol*, 23 de maio de 1964, Ano I , nº 5, p.1 e 6.
- Livros adquirido pelo Museu – Biblioteca Condes de Castro Guimarães em julho de 1968, *Jornal da Costa do Sol*, 26 julho de 1969, Ano VI, nº 275, p.9.

- Machado, M. I. F. (1969, 11 setembro). Um livro da Conservadora do Museu de Cascais. *Jornal de Cascais*.
- Machado, M. I. F. (1969, 13 novembro). Jornadas Arqueológicas – Uma Visita à Gruta de Alapraia. *Jornal de Cascais*, Ano I, nº 10, p.3 e 5.
- Mata, A. (1964, 29 agosto). Para onde vão os monumentos pré-históricos da Península de Lisboa. *Jornal da Costa do Sol*, Ano I, nº 19, p.1 e 8.
- Nogueira, A. (1999, julho). Evocação de Branquinho da Fonseca. *Boca do Inferno*, nº 4, pp.145-149.
- Orta, G. (1969, 25 setembro). Terminaram os VIII Cursos Internacionais de Férias. *Jornal de Cascais*, p.3 e 5.
- O VI Centenário da Vila de Cascais - Concerto pela orquestra de Câmara do Estoril no Museu Condes de Castro Guimarães, *Jornal da Costa do Sol*, 27 junho de 1964, Ano I, nº 10
- Os VII Cursos Musicais Internacionais de férias da Costa do Sol, *Jornal da Costa do Sol*, 26 julho de 1969, Ano VI, nº 275, última página.
- Os VIII Cursos Internacionais de Férias da Costa do Sol, *Jornal de Cascais*, 18 setembro de 1969, p.3 e 5.
- Paço, A. do. (1964, 8 agosto). No ciclo de comemorações do 6º centenário de Cascais - Cascais há 4.000 anos. *Jornal da Costa do Sol*, nº 16, Ano I.
- Poppe, M. (1976, 23 setembro). Branquinho da Fonseca. *Diário de Notícias*, p.17.
- Poppe, M. (1976, 30 setembro). Branquinho da Fonseca. *Diário de Notícias*, p.17.
- Primeiro Simpósio Internacional de Molinologia realiza-se no Concelho de Cascais... *A Nossa Terra – O Jornal da Costa do Sol*, 24 setembro de 1965, nº 420, Ano 15, 2ª série, p. 1 e 3.
- Quadros, A., Morgado, F. (Dir.). (1959). *Movimento de Cultura Portuguesa – 57*, Quadros, A., O Movimento do Homem, Nº6, março de 1959, Ano III, p.2,3,16.
- Quadros, A., Morgado, F. (Dir.). (1959). *Movimento de Cultura Portuguesa – 57*.
- Rosado, N. R. (1964, fevereiro). Mais uma vez os cursos musicais internacionais de férias trouxeram à Costa do Sol estudiosos de vários países. *Cascais e seus Lugares - Boletim da Junta de Turismo da Costa do Sol*, – nº XVIII, pp. 8 -11.
- Seabra, M. (1953,13 maio). A Fundação de Pequenas Bibliotecas. *A Nossa Terra*, nº 42, Ano 4º, 2ª série, p. 15.
- Simões, S. (1964, 3 outubro). No ciclo das comemorações do VI centenário de Cascais – Azulejos em Cascais. *Jornal da Costa do Sol* Ano I, nº 24, p.1 e 6.
- Simões, S. (1966, fevereiro). Um simpósio de molinologia. *Cascais e seus Lugares - Boletim da Junta de Turismo da Costa do Sol*, – nº XX, pp. 11-15.
- Uma conferência sobre Cascais, *Jornal da Costa do Sol*, 1 agosto de 1964, Ano I, nº 15, p.1 e 4.
- Uma noite memorável nos lindos jardins do Museu Condes de Castro Guimarães! *Jornal da Costa do Sol*, 3 setembro de 1966, Ano III, nº 124, p.1.
- Um bom quadro foi adquirido pelo Museu Condes de Castro Guimarães, *Jornal da Costa do Sol*, 9 junho de 1966, Ano III, nº 116, p.1.
- V.D. (1969, 22 março). Cascais: para a sua velha cidadela, aproveitamento digno, *Jornal da Costa do Sol*, Ano V, nº 257, p. 1 e 7.

Museu–Biblioteca Condes de Castro Guimarães

- Câmara Municipal de Cascais (org.) (2001). *António José Branquinho da Fonseca: uma vida* (1905 - 74). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- Carvalho, A. (Coord.). (2006). *António José Branquinho da Fonseca: exposição comemorativa do seu nascimento*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Carvalho, A. (1987). Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Novas Perspectivas. In *Actas das I Jornadas Regionais de Leitura Pública*, Sintra: Câmara Municipal, pp. 21-23.
- Carvalho, A. (Coord.). (2008). *Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães – Roteiro*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais
- Lopes, T. R. (1995). *Fernando Pessoa, a biblioteca impossível*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- Mota, M. M. S. O. (2000). *Porcelanas Orientais da Coleção do Museu Condes de Castro Guimarães*. Lisboa / Cascais: Fundação Oriente / Câmara Municipal de Cascais.
- Orey, L. (2005). *A coleção de Ourivesaria do Museu Condes de Castro de Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Proença, J.A. (2009). *A coleção de Mobiliário Museu - Biblioteca Condes de Castro Guimarães*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Bibliografia específica: Cascais

- Almeida, M. J., Carvalho, A. (edts). (2011). *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Centro Cultural de Cascais, 25 a 27 de setembro de 2008.
- Almeida, M. M. (1998). Cascais. Lisboa: *Enciclopédia Verbo / Edição Séc. XXI*, Volume VI, pp. 210 - 217.
- Boiça, J, Barros, F., & Ramalho, M. (2001). *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Boiça, J, & Barros, F. (2004). Os faróis portugueses: memórias do passado, desafios do presente. *Estudos Património*. Lisboa: IPPAR, nº 7, pp. 18-27
- Bonvalot, C. (1981). Os quadros quinhentistas de Cascaes, relatório técnico. *O Estudo da Pintura Portuguesa Antiga num Relatório Técnico de 1932*, Lisboa: IPPC, pp.4-28
- Câmara Municipal de Cascais. (2003). *Cascais, percursos e memórias*, ed. Ferraz & Azevedo, Maia.
- Cardoso, A. (Coord.). (2011). *Monumentos – cidades, património e reabilitação, nº31*, abril, Lisboa: IHRU.
- Cardoso, G., & Cabral, J. (1989). *Um olhar sobre Cascais através do seu Património – I Património e Mundo Rural*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, Associação Cultural de Cascais.

- Carvalho, A. & Fernandes, C. (Coord.). (2009a). *D. Carlos e Ciência Oceanográfica*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais - Museu do Mar Rei D. Carlos.
- Carvalho, A. & Fernandes, C. (Coord.). (2009b). *Cascais de Carlos Bonvalot*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Carvalho, A., Fernandes, C., & Camacho, J. (Coord.). (2009d). *Gentes do Mar de Cascais – pescarias*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais - Museu do Mar Rei D. Carlos.
- Carvalho, A., Fernandes, C., & Camacho, J. (Coord.). (2009e). *Marinharia e Navegação*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais - Museu do Mar Rei D. Carlos.
- Carvalho, A., Fernandes, C., & Camacho, J. (Coord.). (2009f). *O Mar e a Origem da Vida*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais - Museu do Mar Rei D. Carlos.
- Cascudo, T. (1997). *Fernando Lopes – Graça / Catálogo do espólio Musical*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- d’Encarnação, J. (2002). *Cascais e os seus Cantinhos*. Lisboa: Eds Colibri, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- d’Encarnação, J. (1983). *Guia para uma visita*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- d’Encarnação, J. *Cascais – Paisagem com Pessoas dentro*. Cascais: Associação Cultural de Cascais.
- d’Encarnação, J. (2007). *Recantos de Cascais*. Lisboa: Eds. Colibri, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Gaspar, D. (Coord.). (2011). *Palácio da Cidadela de Cascais*. Lisboa: Museu da Presidência da República, Cascais: Câmara Municipal Cascais.
- Gonçalves, V. (2009). *Cascais, terceiro milénio antes da nossa era*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Henriques, J. M., (2001). *Cascais, do final da Monarquia ao alvorecer da República (1908-1914)*. Lisboa: Edições Colibri, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2001.
- Henriques, J. M., (2004). *História da freguesia de Cascais 1870-1908*. Lisboa: Edições Colibri, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Justino, A. C. (2005). Cascais, um Centro Histórico Vocacionado para o Turismo Cultural. *II Fórum Ibérico sobre Centros Históricos*. Cascais: Centro Cultural de Cascais, 3 a 5 março, 2005.
- Letria, J. J. (2000). *Pela Cultura: a experiência de Cascais e outras reflexões*, Lisboa: Hugin editores.
- Nunes, J. S., & Neves, J. S. (2005). *As Bibliotecas Municipais de Cascais*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Oliveira, A. M. C. (2005). A Especificidade das Casas Museu na Rede de Museus de Cascais. *Encontro de Casas Museu*, Texto apresentado numa comunicação na Casa Museu Leal da Câmara, Rinchoa – Sintra, 26 de janeiro.
- Oliveira, A. M. C. (coord.) (2005). *Casa de Santa Maria – Raul Lino em Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, Catálogo da Exposição Itinerante que decorreu de maio a Dez. de 2005.
- Oliveira, A. M. C. (2007). *Património(s) em diálogo*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Instituto de História da Arte, dissertação de mestrado (policopiado). vol.I e II.
- Pereira, P. A. S. (1999). *O Museu do Mar Rei D. Carlos: percurso do visitante*. Monografia de Licenciatura em Antropologia, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Proença, J. A. (coord.). (2007). *Mar! - Obra Artística do Rei D. Carlos*. Cascais: Câmara

- Municipal de Cascais.
- Proença, Raul, (dir. de), *Guia de Portugal - Lisboa e Arredores*, Vol. 1, Lisboa, 1924
- Ramalho, M., Barros, F., & Boiça, J. (2001). *As fortificações marítimas da costa de Cascais*. Lisboa
- Ribeiro, R. (1988). A educação, a juventude, a cultura e o desporto em Cascais. Cascais, *Arquivo de Cascais*, nº 7, pp.13-34.
- Rodrigues, D. (org). (2009). *Casa das Histórias Paula Rego – Coleção*. Cascais: Casa das Histórias Paula Rego.
- Silva, M. E., & Fialho, J. R. (2008). *Os Nossos Arruamentos – Toponímia na Freguesia de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais e Junta de Freguesia.
- Silva, R. H. da. (1988). *Cascais*. Lisboa: Ed. Presença, (1ª ed).
- Sirjm. (2001). *Uma sociedade – Nas terras do vento*. Sociedade Instrução e Recreio Janes e Malveira, 2ª ed.
- Sousa, M. J. R. de. (2003). *Cascais – 1900*. Lisboa: Medialivros.

Bibliografia específica: Bibliotecas e Leitura Pública

- Beaumont, M. A. (1958). Biblioteca itinerante Bibliotheca Portucalensis. *Colectânea de Estudos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Porto, Biblioteca Pública Municipal , vol. II, pp. 163-165.
- Freitas, E. de. (1998). As bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação. Lisboa: Observatório das Políticas Culturais.
- Leite, P., & Machaqueiro, R. (2000). Biblioteca Popular de Lisboa – História, *Biblioteca - Revista de Bibliotecas Municipais de Lisboa*, p. 90-118, 20 dezembro.
- Masson, A., & Salvan, P. (1961). *Les bibliothèques ...* Paris, PUF, col. Que sais-je?, nº 944.
- Melo, D. (1997/ 2000). *Salazarismo e Cultura Popular* (1933-58), Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais
- Melo, D. (2010). *A leitura Pública na I República*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

Bibliografia específica: Educação

- Adão, Á. (dir.). (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945 – 1969) – um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Ambrósio, T., Terrén, E., Hameline, D., & Barroso, J. (2001). *O Século da Escola. Entre a utopia e a burocracia*. Actas das Conferências do Curso de Verão, julho de 2000. Coleção Perspectivas Actuais/ Educação. Porto: Edições ASA.
- Apple, M. (1999). *Políticas Culturais e Educação*. Lisboa: Porto Editora.
- Araújo, A. F. (1994). *O homem novo no discurso pedagógico de João de Barros*. Braga, Tese apresentada na Universidade do Minho para a obtenção do grau de Doutor.
- Barroso, J. (1995). *Os Liceus – organização pedagógica e administração* (1836-1960). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (2 vols.).

- Bertrand, Y., & Valois, P., (1994). *Paradigmas Educacionais - Escola e Sociedades*. Lisboa: Inst. Piaget.
- Bessa, N., & Fontaine, A.M. (2002). *Cooperar para aprender - uma introdução à aprendizagem cooperativa*. Porto: Asa.
- Bolívar, A. (2003). *Como melhorar as Escolas - Estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas*. Porto: Asa.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (s/d). *A Reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Vega.
- Bourdieu, P. (1994). *O Poder Simbólico*. coleção Memória e Sociedade, Lisboa: Difel.
- Brás, J. V., & Gonçalves, M. N. (Orgs.). (2011). *O Imperativo Republicano em Debate*. Coleção Ciências da Educação, Série Memória e Sociedade, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Buffet, F., (1998). *Entre école et musée : Le partenariat culturel d'éducation*. Lyon: PUL.
- Cardoso, A. P. (2003). *A receptividade à mudança e à inovação pedagógica - o professor e o contexto escolar*. Porto: Asa.
- Carvalho, A., Figueiredo, A., Morin, E., Delacôte, G., Silva, F., & Pinheiro, J. (2001). *Novo Conhecimento, Nova Aprendizagem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Claparède, E. (1940). *A Educação Funcional*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional (2ª ed.)
- Fernandes, R. (1973). *As ideias pedagógicas de Adolfo Coelho*. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência.
- Fernandes, R. (1985). *Bernardino Machado e os problemas da Instrução Pública*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandes, R. (1971). *João de Barros, educador republicano*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fernandes, R. (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa.
- Fernandes, R. (1993). *Uma experiência de formação de adultos na 1ª república. A Universidade Livre para a Educação Popular 1911 – 1917*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Ferreira, F. I. (2005). *O Local em Educação - Animação, Gestão e Parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Textos de Educação.
- Ferrière, A. (1934 a). *A Escola Activa*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Ferrière, A. (1934 b). *A Escola por Medida, pelo Molde do Professor*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Formosinho, J., Ferreira, F. Ilídio, & Machado, J. (2000). *Políticas Educativas e autonomia das escolas*. Porto, Asa.
- Freire, P. (2003). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. S. Paulo, Editora Paz e Terra, 10ª ed.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2007). Paulo Freire e a educação popular. Revista *Proposta*, nº 113, in Revista Trimestral de debate da FASE (Solidariedade e Educação).
- Grácio, R. (1973). *Educação e Educadores*. Lisboa: Livros Horizontes, 3ª ed, (1ª ed.1968).
- Harper, B., Ceccon, C., Oliveira, M., & Oliveira, R., (s.d). *Attention École !*. Genève, Institut d' Action Culturelle de Genève (IDAC).
- Lima, S. de M. (1925). *Episódios da minha vida. Memórias*. Lisboa: Livraria Universal.
- Loureiro, M. J. (2000). *Discurso e compreensão na sala de aula*. Porto, Edições Asa.
- Melo, A. (Dir.). (2004). *Aprender ao Longo da Vida*. nº2, Lisboa: outubro, Revista trimestral da Associação «O Direito de APRENDER», [dedica parte deste número à reinvenção dos

- museus como espaço de aprendizagem, inclui artigos de Clara Frayão Camacho, Hugues de Varine -, Luisa Cortesão e Rosa Soares Nunes] .
- Mónica, M. F. (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.
- Morin, E. (1999). *O desafio do século XXI: religar os conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Not, L. (1988). *Les pédagogies de la connaissance*. Toulouse, Privat.
- Nóvoa, A. (1989). *As Reformas do Ensino em Portugal, Reforma de 1911*. Tomo II, vol.I, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (org.), Hameline, D., Sacristan, J. Gimeno, E., J.M., Woods, & Cavaco, M. H. (1991). *Profissão Professor*. Colecção Ciências da Educação, Porto, Porto Editora.
- Nussbaum, M. (2010). Uma crise planetária da educação. *Courrier Internacional*, ed. portuguesa, nº 175, setembro.
- Ó, J. R. do. (1999). *Os anos de ferro: o dispositivo cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Estampa.
- Peterson, P., Baker, E., & Mc Graw, B. (2010). *International Encyclopedia of Education*. United Kingdom, Oxford, 3ª ed. , 8 volumes.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2006). Os manuais de pedagogia no primeiro terço do séc. XX: entre a tradição e a inovação. J. Pintassilgo, M.C. Freitas, M. J. Mogarro & M.M.C. Carvalho (org.). *História da Escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*, (1ª ed., pp. 175-200). Lisboa: eds. Colibri / Centro de Investigação em Educação.
- Pinto, M., Tedesco, J. C., Pais, J. M., & Relvas, A. P. (1999). *As pessoas que moram nos alunos - Ser jovem, hoje, na escola portuguesa*. Actas das Conferências do Curso de Verão, 1999. Colecção Perspectivas Actuais/ Educação. Porto: Edições Asa.
- Proença, M. C. (1990). *Ensinar / Aprender História - questões de didáctica aplicada*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Proença, M. C. (Coord. científica). (1998). *O Sistema de Ensino em Portugal – séculos XIX e XX*. Lisboa: Eds. Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Prost, A., Antunes, A., Nóvoa, A., Dias, C., Rodrigues, C., Hameline, et al. (2001). *Espaços de Educação – Tempos de Formação*. Lisboa: FCG.
- Rosas, F., & Rollo, M. F. (coord.). (2010). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.
- Sommer, L. H., & Bujes, M. I. E. (org.). (2006). *Educação e Cultura contemporânea. Articulações, provocações e transgressões em novas paisagens*. Ed. Ulbra.
- Teodoro, A. (1994). *Política Educativa em Portugal - Educação, Desenvolvimento e participação política dos professores*. Lisboa: Bertrand.
- Vasconcelos, F. de. (1921-1929). *Problemas Escolares*. Lisboa: Seara Nova, 2 vols.

Bibliografia específica: Museologia

- Asociación Espanola de Muséólogos. (2012). Sociomuseologia. *Revista de Museologia*. nº 53 Madrid.
- Associação Portuguesa de Museologia [APOM]. (1982). Museu de Região - Pólo dinamizador de acção cultural, Actas do Seminário organizado pela APOM em 1977, Lisboa.
- Associação Portuguesa de Museologia [APOM]. (1979). Panorama Museológico Português - carências e potencialidades, Actas do Seminário organizado pela APOM em 1976.
- Abreu, R., Chagas, M. (org.). (2003). *Memória e Património: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A.
- Allard, M. & Boucher, S. (1988). *Éduquer au Musée – Un modele théorique de pédagogie muséale*. Montreal: Éditions Hurtubise HMH Ltée.
- Almeida, A.A. M., Mendes, C., Coelho, C., Lemos, E.S., Azóia, F., Murta, J., et all. (1998). *O Património Local e Regional - Subsídios para um trabalho transdisciplinar*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Almeida, M. M. (2006). A Realidade Museológica no Concelho de Sintra: contributo para o seu estudo. Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de Mestre em Museologia, orientada pelo Professor Doutor Mário Canova de Magalhães Moutinho. Lisboa.
- Almeida, M. M. (2009). A constituição dos Museus Sineenses e as preocupações museológicas da época ... 1º Encontro de História do Alentejo Litoral (18 e 19 de outubro 2008). in *Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes.
- Almeida, M. M. (2010). Interação Museus / Escolas: a (re) apropriação do Património Local - 2º Encontro de História do Alentejo Litoral (28 e 29 de novembro 2009). in *Actas do 2º Encontro de História do Alentejo Litoral*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes.
- Almeida, M. M. (2001). Relação museu/escolas: a intervenção dos museus no processo educativo. Comunicação apresentada no XXVII Encontro dos Serviços Educativos dos Museus, Museu Municipal de Santiago do Cacém - 5 de novembro (policopiado).
- Anderson, G. (Ed.). (2004). *Reinventing the Museum – Historical and Contemporary Perspectives on the paradigm shift*. Altamira Press.
- Apolinário, A. I. V. (2004). *Serviços educativos em Museus de Arqueologia – que características e que perspectivas?* Dissertação apresentada na Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Formação Autárquica, orientada pelo Professor Doutor Vitor Serrão e Mestre Clara Camacho.
- Arantes, A. A. (org.). (1984). *Produzindo o passado: estratégias de construção do património cultural*. S. Paulo: Brasiliense.
- Arpin, R. (1992). *Le Musée de la Civilisation: concept et pratiques*. Québec, Éditions Multimondes/ Musée de la Civilisation.
- Arpin, R. (1989). Pour les années quatre-vingt-dix, un mariage à trois : muséologie, communication et pédagogie. Schiele, Bernard (coord). *Faire Voir, Faire Savoir: la muséologie scientifique au présent*, Montréal, Musée de la Civilisation.
- Assunção, P., & Primo, J. (org.). (2010). To understand New Museology in the XXI Century. *Cadernos de Sociomuseologia* nº37. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

- Balerdi, Ignacio Díaz, (2008). *La memoria fragmentada, El museo y sus paradojas*. Gijón: Ed. Trea.
- Barriga, S., Silva, S. G. da (coord.). (2007) *Serviços Educativos na Cultura*, Coleção Público. nº2, Porto: Setepés.
- Bettencourt, J. N., Chagas, M. (org.). (2004). *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Blanco, Â. G. (1994). *Didáctica del Museo – el descubrimiento de los objetos*, Madrid: Ediciones de la Torre.
- Blanco, Â. G. (1999). *La exposición: um medio de comunicación*, Madrid: Ed. Akal.
- Brigola, J. C. P. (2010a). Fundamentos: antiguidades, colecionismo e museus antes da Primeira República pp. 31 a 34. Custódio, Jorge (coord. cient.). *Portugal 1910 -2010: 100 anos de Património – Memória e Identidade*, Lisboa: IGESPAR.
- Brigola, J. C. P. (2010b). *Os viajantes e os livros dos museus*. Évora: Dafne Editora e Chaia.
- Bruno, C. (1997). Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 10, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Bruno, C. (2007a). Museology as a pedagogy for heritage. *Cadernos de Sociomuseologia* nº 27, Lisboa: ULHT.
- Bruno, C., Fonseca, A., & Felipini, K. N.. (2011). Bruno, C. (org.) Mudança social e desenvolvimento no pensamento de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. Vol. 2. S.Paulo: Pinacoteca do Estado de S. Paulo, pp. 159-180.
- Bruno, C. (org.) (2011). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. 2 vols. S. Paulo: Pinacoteca do Estado de S. Paulo.
- Bruno, C., Chagas, M., & Moutinho, M. (edit.). (2007). *Sociomuseology*, Lisboa: ULHT, nº27.
- Camacho, C. (dir.). (2007). *Museologia.pt*, nº 1, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- Camacho, C. (dir.). (2008). *Museologia.pt*, nº 2, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- Camacho, C. (dir.). (2009). *Museologia.pt*, nº 3, Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- Campos, J. A. de F. (2004). *Escolas e Museus Parceiros na Educação*, Cadernos do Museu da Electricidade 3, Lisboa: EDP – Gabinete de Comunicação e Imagem.
- Carneiro, R. (Ed.). (2001). *O valor educativo do Museu*. Lisboa: Lexicultural Actividades Editoriais.
- Carvalho, A., Mineiro, C. (2002). *Encontro Museus e Educação*. Actas do Encontro de 10-11 setembro 2001. Centro Cultural de Belém. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Chagas, M. de S. (2002). Museu e Políticas de Memória. *Cadernos de Museologia* nº19. *Centro de Estudos de Socio-Museologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Chagas, M. de S., & Santos, Myriam Sepúlveda. (1994). Novos Rumos da Museologia. *Cadernos de Museologia* nº19. *Centro de Estudos de Socio-Museologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Choay, F. (2000). *A Alegoria do Património*. coleção Arte e Comunicação, Lisboa: Edições 70 (original publicado em 1992).
- Custódio, J. (2000). Educação Patrimonial. *Centros Históricos*, Mirandela, Jortejo, no 4, II série, julho/ setembro, pp. 10-11.
- Custódio, J. (2011b). Renascença artística práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – fundamentos e antecedentes. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Doutor na Universidade de Évora, Lisboa: Caleidoscópio.

- Dana, J. C. (1917/1999). *The new museum: selected writings*. Newark, New Jersey: the Newark Museum Association.
- Duarte, A. (1993a). *Educação Patrimonial*, Lisboa: Texto Editora.
- Duarte, A. (1993b). Novos Conceitos de Museu e Património. *A Cidade. Actas II*, Lisboa: Universidade Aberta, pp. 515-520.
- Faria, M. L. de. (2000). *Educação – Museus – Educação, Projecto: Museus e Educação*. Instituto de Inovação Educacional, julho 2000.
- Fernandes, A. M. S., (2005). Um núcleo documental para os estudo do MINOM. Dissertação apresentada na Universidade Lusófona Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de Mestre em Museologia, orientada pelo Professor Doutor Mário Canova de Magalhães Moutinho. Lisboa.
- Fernández, L. A. (1999a). *Introducción a la nueva museología*, Madrid: Alianza Editorial.
- Fernández, L. A. (1999b). *Museologia y museografía*. Barcelona: Ed. Serbal.
- Filipe, G. (2000) O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999) [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.]. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Património da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Fontes, P. J. (org.). (1997). *O Museu, a escola e a comunidade*. atas das intervenções, Braga: Centro de estudos da Criança, Universidade do Minho.
- Gonçalves, R. M., Fróis, J. P., & Marques, E. (2002). *Primeiro olhar. Programa Integrado de Artes Visuais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, trabalho desenvolvido no âmbito da Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa).
- Gouveia, H. C. (1997). *Museologia e etnologia em Portugal. Instituições e personalidades*. 2 vols, Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor.
- Guarnieri, W. R. (1990). Conceito de Cultura e sua relação com o Património Cultural e a preservação, in *Cadernos Museológicos*, nº 3, Rio de Janeiro: IBPC/Secretaria da Cultura da Presidência da República, outubro, pp.7-12.
- Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto, Editora Campo das Letras, (1ªed.).
- Hein, G. E.(2000). *Learning in the Museum*. London, Routledge.
- Hein, G. E. (2012). *Progressive Museum Practice – John Dewey and Democracy*. Left Coast Press.
- Henriques, L. O. (1996). A Comunicação na Escola e no Museu. *Cadernos de Sociomuseologia* nº 5. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Hernández, F. H. (2006). *Planteamientos teóricos de la museologia*. Gijón. Ed. Trea.
- Hooper – Greenhill, E. (2007). *Museum and Education – Purpose, Pedagogy, Performance*. London / USA/ Canada: Routledge.
- Hooper – Greenhill, E. (1991). *Museum and Gallery Education*. London: Leicester Museum Studies.
- Hooper – Greenhill, E. (1992). *Museums and the Shapping of Knowledge*. London: Routledge.
- Hooper – Greenhill, E. (org.). (1999). *The Educational Role of the Museum*. London: Routledge.
- Horta, M. de L. P. (2000). Fundamentos da Educação Patrimonial. *Ciências e Letras*, Porto Alegre: junho, nº 27, pp. 25-35.

- Horta, M. de L. P. (2000). Lições das coisas: o enigma e o desafio da Educação Patrimonial. *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: Iphan, nº 31, 2004, pp. 220 – 233.
- Horta, M. de L. P. (1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial.
- Lapa, S. (2011). Georges – Henri Rivière na génese do Museu Calouste Gulbenkian. Contributos para o estudo da colaboração entre o museólogo francês e a Fundação Calouste Gulbenkian. *Revista de História da Arte*, nº8 – Museus e Investigação, pp.88 – 109.
- Lopes, C. L., Moreira, F. J. (1986). Museus, cidades, lutas e gentes. *Antítese*, Almada, nº5.
- Lopes, C. L. (1988). História e Ideias da Nova Museologia. *Textos de Museologia, Cadernos do MINOM*, nº1, Lisboa: MINOM, 1991.
- Malraux, A. (s.d.). O Museu Imaginário. *As Vozes do Silêncio*, Lisboa: Livros do Brasil.
- Martinho, T. D. (2007). A dimensão educativa dos museus e centros de arte. Obs. nº 15, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, pp. 73-83.
- Martins, A. M. de C. L. (1997). *Casa-Museu em Portugal: modelos de organização e conceito*. dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa: para obtenção do grau de Mestre em Museologia e Património.
- Matos, A. P. de. (2000). Museus Municipais e colecções etnográficas in *Museus e Museologia em Portugal*. (textos em Português). in Nolasco, Maria da Luz, (coord. da monografia). *Museos y museologia en Portugal – una ruta ibérica para el futuro*, Andrade, Margarita Ruyra de (dir.). *Revista de Museologia*, Asociación Española de Museólogos.
- Mendes, J.M. A. (1994). O Património e a Museologia no Ensino da História. Alves, Alexandre (Dir.). *Revista Beira Alta - Revista Trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. LIII - fasc. 1 e 2, 1º e 2º trimestre
- Mendes, J.M. A. (1990) Para uma Nova História Local: Reflexões e Perspectivas in Alves, Alexandre (Dir.). *Revista Beira Alta - Revista Trimestral para a publicação de documentos e estudos relativos às terras da Beira Alta*, Vol. XLIX - fasc. 1 e 2, 1º e 2º trimestre.
- Mendonça, M. J. (1960). O Museu de Crianças de Brooklin – sua organização e programa. *Virítals*, vol. IV (5/9), Viseu.
- Meneses, M. de F. (2003). Uma análise histórica sobre os museus pedagógicos e escolares em Portugal (1836-1933). Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: para obtenção do grau de Mestre, orientada por Henrique Coutinho Gouveia.
- Miranda, J. (1996). *Direito do Património Cultural*. Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
- Moreira, F. J. (1991). Museologia, Estruturas Territoriais e desenvolvimento. Textos de Museologia. *Jornadas sobre a função social do Museu. Cadernos do MINOM – Portugal/1*. Lisboa.
- Moreira, F. J. (2000). The Creation Processo of a Local Museum, *Sociomuseology*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Moreira, F. J. (1989). Turismo, Museus e Identidade Local. *Textos de Museologia, Cadernos do MINOM nº1*, Lisboa: MINOM.
- Moreira, F. J. (2007). Uma reflexão sobre o conceito de público nos museus locais, in Chagas, Mário, Storino, Cláudia (org.e ed.). *Musas*, Revista Brasileira de Museus e Museologia,

- nº 3, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Departamento de Museus e Centros Culturais.
- Moutinho, M. (2001). O ensino da museologia no contexto da mudança social na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. *Revista de Museologia*. Asociación Española de Museólogos, Madrid.
- Museu / Educação - nº1 - (1985). Rio de Janeiro, Ministério da Cultura - Programa Nacional de Museus.
- Museu / Educação - nº2 - (1986). Rio de Janeiro, Ministério da Cultura - Programa Nacional de Museus .
- Nabais, A. (1998) Ecomuseu Municipal do Seixal: museu de identidades in Filipe, Graça (coord.) (1998) *Museologia e Autarquias: experiências e perspectivas*. Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, pp.149-153
- Nabais, A. (2000) Ecomuseu Municipal do Seixal: génese e desenvolvimento (1979-1987). *Almadan*, IIa série, no 9. pp. 178-182
- Nascimento, R. (1994). *Historicidade do Objeto Museológico*. Cadernos de Sociomuseologia nº3. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Nascimento, R. (1998). *O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu*. Cadernos de Sociomuseologia nº11. Centro de Estudos de Sociomuseologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Nolasco, M. da L. (coord. da monografia). (2000). *Museos y museologia en Portugal – una ruta ibérica para el futuro*. Andrade, Margarita Ruyra de (dir.). *Revista de Museologia*, Asociación Española de Museólogos, fevereiro, (inclui tradução em português).
- Pastor, M. I. H. (2004). *Pedagogia museística – nuevas perspectivas y tendencias actuales*. Barcelona: Ariel, S.A.
- Peralta, E., Anico, M. (2006). *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas, Trajectórias Sociais e Representações de Património*. Celta Editora.
- Pereira, M. da C. M. (2004). Ocidente - imagens e fronteiras da Europa e da cultura ocidental (1938-1948). *Ideias de Europa: Que Fronteiras?*, coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 329-356.
- Pessoa, F.S. (1984). Ecomuseus, 4 p. dactilografadas, gentilmente cedidas por Conceição Moreira.
- Pessoa, F. S. (2001). *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Porto: Eds. Afrontamento, col. Viver é Preciso, nº 20.
- Pinto, E. V.- C. (1996). Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal. Miranda, Jorge (coord.). *Direito do Património Cultural*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração.
- Ponte, A. M. T. da. (2007). *Casas – Museu em Portugal: Teorias e Práticas*. Dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para a obtenção do grau de Mestre em Museologia, orientada por Rui Centeno.
- Primo, J. (org.). (2006). A Importância dos Museus Locais em Portugal . *Cadernos de Sociomuseologia* nº25, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

- Primo, J. (2000). *Museus Locais e Ecomuseologia: Estudo do Projecto para o Ecomuseu da Murtosa*, dissertação apresentada na para a obtenção do grau de mestre em museologia, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (fotocopiado).
- Regourd, M. (2001). *Le musée, un espace de communication, symbolique des mutations politiques*. cit. por Tobelem, Jean – Michel (coord.). *Politique et musées*, col. Patrimoine et Sociétés, Paris: L'Harmattan,.
- Rússio, W. (1984). *Cultura Património e Preservação – Texto III*. Arantes, António Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do património cultural*, S. Paulo: Brasiliense, pp.59-78.
- Sagués, M. del C. V. (1999). *La Difusión Cultural en el museo: servicios destinados al gran público*, Gijón: Ed. Trea.
- Santos, M. C. M. (2009). *Demandas e Desafios para a formação contemporânea em Museologia*. texto apresentado no *II Encontro Nacional da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia*, realizado em Salvador e Cachoeira, na Bahia, de 24 a 26 de agosto de 2009 (não publicado).
- Santos, M. C. M. (1994). *Estratégias Museais e Patrimoniais Contribuindo para a Qualidade de Vida dos Cidadãos: diversas formas de musealização*. texto apresentado no *VIII Atelier do Movimento Internacional da Nova Museologia, Património e Juventude, desafios para o século XXI*, realizado em Salvador-Bahia- Brasil, nos períodos de 3 a 7 de novembro de 1999.
- Santos, M. C. M. (2007). *O Museu e os públicos invisíveis*. texto apresentado no *I Encontro Nacional de Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais*, Rio de Janeiro, 17 e 18-9 (fotocopiado).
- Silva, R. H. da. (2002). *Os Museus: história e prospectiva* in Pernes, Fernando, *Século XX. Panorama da Cultura Portuguesa*. Porto: Ed. Afrontamento e Fundação Serralves.
- Silva, R. H. da. (coord. Cient.) (2010). *Revista de História da Arte, nº 8, Museus e Investigação*, Lisboa: Instituto de História da Arte, FCSH – UNL.
- Telmo, I. C. (1994). *O Património e a Escola - do passado ao futuro*. Lisboa: Texto Editora.
- Trindade, M. B. R. (coord.). (1993). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Varine, H. de. (2000). *A Nova Museologia – Ficção ou Realidade*. *Museologia Social*, Porto Alegre, SMC, pp.31-24.
- Varine, H. de. (2002/2012). *As Raízes do Futuro: o património ao serviço do desenvolvimento local*, Medianiz .
- Varine, H. de. (2002). *Património e Educação Popular*. *Revista Ciências e Letras*, Porto Alegre: FAPA, nº 31, 2002, pp. 287-296.
- Viana, M. G. (1972). *Arte de organizar colecções, exposições e Museus*. Porto: Edit. Domingos Barreira.

Webgrafia

Cascais

Aquário Vasco da Gama. (2012). Retirado a 7 de março, 2012 em <http://aquariovgama.marinha.pt/PT/Pages/homepage.aspx>.

Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Retirado a 31 de outubro, 2011, em www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6066

Ferreira, D. M, (Direct.). (1994). Câmara, José Betencourt da, Eça de Queirós e Francisco de Lacerda pp. 73-85, in *Colóquio – Letras* (Revista Trimestral). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Nº 134 (Out.1994). Retirado: maio, 2012, de <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=134&p=73&o=>

Instituto Português de Museus. Retirado a 30 de março, 2012, de http://www.ipmuseus.pt/ptPT/conservacao_restauero/breve_historial/ContentDetail

Museu do Mar. (2011). Retirado a 23 de julho, 2011, em <http://www.cm-cascais.pt/museumar/HISTORIA.HTML>.

Museu da Música. Retirado a 22 de julho, 2011, em <http://mmp.cm-cascais.pt/museumusica/mmp/musicapopular/>.

Bibliotecas e Leitura Pública

Manifesto da Unesco sobre bibliotecas públicas. (1994) Paris, Retirado a 12 de março, 2012, em <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>.

Educação

Calado, E. & Simões, J., (2011). *Boletim da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras*, nº 17, Retirado: março, 2012, de <http://issuu.com/elsacalado/docs/boletim17>.

Correia, J. (s.d.). A Antinomia Educação Tradicional – Educação Nova: uma proposta de superação. Retirado a 19 de abril, 2011, em www.ipv.pt/millennium/pce6_jmc.htm,

Magalhães, J. (2011). Os Arquivos e os Museus Autárquicos na Construção do Município Pedagógico. Comunicação a BAD 10º Encontro Nacional de Arquivos Municipais - *Gestão da Informação na Administração Municipal: passado, presente e futuro*. Leiria, 4 e 5 de novembro de 2011, *BAD Actas. Encontro Nacional de Arquivos n.10(2011)*. pp.1-7. Retirado a 21 de abril, 2012, em <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/6/50>,

Nóvoa, A. (2001). *Eu Pedagogo me confesso – Diálogos com Rui Grácio*. Retirado a 12 de setembro, 2012, em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4821/1/08712212_2001_1_23.pdf,

Nóvoa, A. (2006). Recensão da obra *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do séc. XIX — meados do séc. XX)*, de Jorge Ramos do Ó [2003]. Lisboa: Educa. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 1, pp. 139-142. Retirado a 25 de abril, 2012, em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

Museologia

- Azevedo, C. (2010). O Lugar e o Papel da Educação nos Museus Municipais – o Ecomuseu Municipal do Seixal. Dissertação apresentada na Universidade de Lisboa – Faculdade de Belas Artes para a obtenção do grau de Mestre em Educação Artística, orientada pelo Professor Doutor João Pedro Fróis, Lisboa. Retirado em Janeiro de 2012, em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2704/2/ULFBA_TES380.pdf.
- Borges, A. M. (2011). *Educar pela arte: as Casas-Museu e o colecionismo ao serviço da República*. Retirado a 9 de setembro, 2012, em http://www.centenariorepublica.parlamento.pt/CongressoCvsPapers/AugustoMoutinhoBorges_Paper.pdf,
- Cavaco, G. P. de A. (2002). O museu enquanto espaço de Aprendizagem e Lazer – Representações Sociais das Crianças. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Museologia no Curso de Mestrado em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sob a orientação do Prof. Doutor Mário Canova Moutinho e co-orientação do Mestre Jorge Adelino da Cunha Ribeiro Pires Retirado a 3 de fevereiro, 2010, em http://www.museologiaportugal.net/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=13&Itemid=21
- Cavaco, G. P. de A. (2006). O que é que são museus com qualidade pedagógica? O museu criativo como alternativa à educação formal da criança. *Cadernos de SocioMuseologia n.º25 Centro de Estudos de Socio-Museologia*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Retirado a 25 de setembro, 2010, em Lisboa: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia>
- Cavaco, G. P. de A. (2011). Um museu na cidade: representações sociais de uma unidade museológica em transformação no centro de Lisboa. Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sob a orientação do Prof. Doutor Jorge Correia Jesuíno. Retirado a 29 de abril, 2012, em http://www.museologiaportugal.net/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=13&Itemid=21
- Chagas, M. de S. (2006). *Diabruras do Saci: Museu, Memória, Educação e Património*, Retirado a 29 de agosto, 2012, em http://mariochagas.multiply.com/journal/item/3?&show_interstitial=1&u=%2Fjournal%2Fitem
- Júnior, J. do N., Chagas, M. (org.). (2009). *Subsídios para a Criação de Museus Municipais*. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiros de Museus, IBRAM Retirado a 1 de abril, 2012, em <http://www.museus.gov.br>
- Melo, I. (2009). Museu Inspirador: Exercício de aplicação da ferramenta de auto-avaliação – Inspiring learning for all em Quatro Serviços Educativos de Museus Portugueses. *Cadernos de Sociomuseologia, Centro de Estudos de Sociomuseologia*, 32. Retirado a 27 de maio, 2012, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/497>
- Noivo, M. I. (2010). Percurso pela Alfama Arqueológica. Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Práticas Culturais para Municípios realizado sob a orientação científica de: António Camões

- Gouveia e Manuela Lima Leitão. Retirado a 21 de dezembro, 2011, em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5347/1/marianoivo.pdf>
- Revista Midas. Retirado a 13 de novembro, 2012, em. <http://revistamidas.hypotheses.org/about>
- Silva, S. G. da. (2001). O valor educativo do museu. *Educar Hoje – Enciclopédia dos Pais*, Amadora: Lexicultural, Atividades Editoriais, pp. 112-115.
- Varine, H. de. (2011). *Quel avenir pour les musées locaux*. Retirado: setembro, 2012, de www.world-interactions.eu/categorie-12082860.html
- Vasconcelos, J de. (1908). *O Ensino da História da Arte nos Lyceus e as excursões escolares – Carta ao Reitor do Lyceu Central do Porto*, Retirado a 12 abril, 2012, em <http://www.gutenberg.org/ebooks/24844>

Blogues

- <http://www.museus.gov.br>, Acedido a 1-4-2012
- <http://museologiaporto.ning.com/>. Acedido a 22 novembro, 2012.
- <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org>. Acedido a 22 novembro, 2012
- <http://sociomuseologia.ning.com/>. Acedido a 22 novembro, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ação educativa · 24, 28, 43, 64, 93, 101, 105, 109, 111, 117, 122, 123, 125, 136, 151, 161, 163, 181, 185, 200, 255, 293, 296, 297, 300, 302, 306, 310
análise de conteúdo · 5, 29, 32, 33, 34, 36, 54, 74, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 196, 205, 219, 220, 222, 226, 275, 301, 309, 311

B

Bibliotecas Itinerantes · 48, 78, 176, 177, 262, 275, 298
bibliotecas populares · 48, 215

C

Casa de Santa Maria · 50, 130, 137, 140, 143, 145, 157, 158
comunidade · 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 46, 49, 51, 56, 62, 64, 68, 74, 78, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 111, 115, 116, 118, 119, 123, 125, 127, 134, 135, 140, 141, 147, 152, 153, 158, 164, 165, 166, 168, 197, 199, 201, 202, 204, 205, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 227, 231, 235, 243, 245, 247, 255, 258, 263, 265, 269, 272, 275, 276, 280, 284, 292, 293, 297, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 311, 314, 316
cultura · 26, 45, 48, 49, 51, 58, 59, 60, 61, 65, 67, 73, 79, 84, 85, 90, 102, 105, 118, 122, 132, 147, 153, 162, 177, 179, 181, 186, 189, 190, 195, 196, 197, 200, 202, 206, 207, 208, 209, 212, 213, 215, 217, 218, 222, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 235, 237, 242, 245, 247, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 265, 275, 294, 297, 298, 304, 307, 308, 310

E

educação · 5, 10, 16, 19, 20, 22, 24, 28, 29, 35, 36, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 95, 96, 98, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 151, 153, 155, 163, 171, 172, 174, 176, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 223, 231, 232, 236, 237, 241, 243, 261, 279, 282, 284, 285, 289, 290, 293, 298, 302, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 316

ensino · 16, 19, 20, 23, 40, 47, 56, 57, 61, 66, 67, 69, 72, 73, 75, 100, 109, 112, 115, 116, 122, 152, 171, 172, 175, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 205, 237, 242, 270, 277, 282, 288, 302, 309, 316
Escola Nova · 65, 112, 122, 193, 201, 309, 311
Espaço Memória dos Exílios · 6, 137, 139, 140, 143, 146, 154, 155, 165
Estado Novo · 35, 47, 48, 58, 59, 71, 73, 74, 77, 78, 168, 174, 182, 191, 230, 232, 270, 304, 309

F

Farol Museu de Santa Marta · 6, 139, 144, 145, 159, 166
formação integral · 65, 171, 179, 186, 188, 189, 192, 199, 206, 207, 215, 235, 275
Forte S. Jorge dos Oitavos · 156
função educativa · 42, 43, 46, 57, 81, 82, 83, 86, 92, 104, 106, 107, 111, 113, 114, 115, 116, 121, 124, 125, 172, 173, 174, 186, 189, 198, 199, 202, 204, 205, 215, 217, 220, 221, 223, 277, 302, 305, 306
função social · 59, 62, 82, 85, 112, 117, 163, 174, 199, 205, 212, 215, 216, 230, 270, 301, 308, 311, 312
Fundação Calouste Gulbenkian · 6, 29, 31, 48, 49, 78, 122, 169, 173, 176, 177, 219, 220, 278, 286, 289, 292, 294, 295

H

Homem Novo · 65, 189, 309, 311

I

ICOM · 56, 82, 84, 85, 91, 93, 113, 114, 116, 174, 246, 284, 288, 308

L

leitura pública · 41, 47, 48, 74, 76, 78, 248, 266

M

memória · 16, 18, 25, 27, 49, 51, 53, 89, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 114, 126, 127, 134, 135, 140, 141, 145, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 163, 166, 178, 190, 200, 232, 246, 289, 303, 311, 312
MINOM · 22, 91, 93, 96, 98, 101
missão educativa · 25, 44, 60, 63, 109, 301
Moinho de Armação Tipo Americano · 6, 137, 139, 143, 145, 155

museologia · 5, 16, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 36, 38,
39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 56, 58, 59, 60, 62,
80, 82, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100,
101, 102, 103, 105, 106, 108, 111, 114, 133, 136,
140, 174, 182, 199, 223, 245, 246, 248, 263, 282,
288, 289, 293, 303, 304, 308, 313
Museologia Social · 80, 96
museu · 93, 94, 95, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110,
111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 122,
123, 129, 131, 134, 135, 140, 142, 144, 146, 147,
148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159,
160, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 172, 173, 174,
179, 180, 185, 186, 190, 192, 195, 196, 198, 199,
200, 201, 202, 204, 205, 210, 213, 217, 221, 223,
224, 226, 228, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 239,
242, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 254, 256, 272,
274, 275, 277, 282, 283, 284, 285, 288, 289, 290,
293, 294, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306,
307, 308, 309, 310, 311, 313, 315
Museu da Música – Casa Verdades de Faria · 6, 139, 143,
145, 146, 149, 150, 163
Museu do Mar de Cascais – Rei D. Carlos · 152
Museu Nacional de Arte Antiga · 6, 29, 31, 53, 54, 58,
118, 121, 147, 169, 172, 173, 180, 184, 193, 194,
199, 204, 219, 220, 222, 236, 243, 245, 246, 247,
249, 276, 278, 283, 284, 289, 293, 294, 295, 314
Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães · 5, 6, 26,
39, 71, 168, 173, 180, 199, 222, 233, 288, 289, 314
museus · 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 107,
108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119,
121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 132, 133, 134,
135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146,
152, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 170, 171, 172,
173, 174, 176, 179, 181, 187, 189, 190, 192, 195,
198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 212, 222,
223, 226, 230, 236, 237, 246, 247, 263, 275, 276,
278, 282, 288, 290, 303, 306, 309, 310, 311, 314, 315
museus locais · 46, 86, 89, 90, 103, 107, 119, 201

N

Nova Museologia · 10, 21, 22, 24, 39, 80, 82, 88, 91, 92,
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 109, 115,
125, 140

P

património · 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 43, 52, 53,
64, 81, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 98, 100, 101, 103, 104,
105, 109, 114, 116, 124, 133, 134, 138, 140, 141,
145, 152, 153, 155, 157, 158, 165, 166, 171, 172,
189, 190, 192, 195, 198, 223, 224, 246, 271, 276,
277, 301, 302, 305, 306, 307

R

República · 35, 47, 48, 53, 56, 64, 65, 70, 74, 76, 77, 101,
136, 138, 168, 175, 192, 235, 239, 259, 265, 269,
270, 271, 309

S

serviços educativos · 44, 54, 95, 113, 116, 118, 165, 174,
205, 283, 290, 294, 297, 307, 312
sociedade · 17, 22, 26, 34, 42, 44, 56, 59, 62, 64, 65, 68,
70, 71, 75, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 93, 95,
97, 99, 102, 105, 107, 109, 110, 113, 115, 117, 120,
121, 122, 124, 130, 133, 134, 151, 152, 184, 190,
195, 196, 203, 205, 231, 232, 294, 304, 305, 306,
307, 308, 309, 312, 313, 315
Sociomuseologia · 24, 28, 39, 41, 42, 44, 80, 81, 97, 98,
99, 301, 305, 308, 310

U

UNESCO · 10, 73, 74, 79, 113, 114, 246, 288, 289

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Adolfo Lima 66, 68, 72, 181
Álvaro Viana de Lemos 70, 72, 176
António Augusto Gonçalves 66, 171, 172, 173, 181, 192, 237, 276, 319
António Sérgio 67, 68, 182, 237
Bardin, Laurence 32, 33, 34, 179, 317
Bloch, Marc 17, 18, 317
Bonvalot, Carlos 14, 147, 233, 249, 250, 277, 299, 327, 328, 345

Brigola, João	47, 56, 57, 332, 351
Carneiro Pacheco	72, 73, 232
Castells, Manuel	64, 102, 317, 329
Cristina Bruno	46, 97, 99
Custódio, Jorge	47, 57, 58, 333, 334, 351
Dana, John Cotton	82, 83, 108, 109, 111, 201, 205, 333, 351
Desvallés, André	82, 83, 86, 87, 88, 330, 332, 333, 334, 336
Dewey	69, 109, 112, 118, 181, 330, 352
Fairclough	34, 317
Faria de Vasconcelos	65, 68, 72, 112, 201
Fernand Braudel	15, 21
Ferrière	65, 69, 70, 72, 112, 118, 181, 348
Fonseca, Branquinho da	32, 46, 48, 65, 72, 131, 149, 161, 178, 182, 183, 210, 229, 234, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 265, 266, 268, 269, 270, 272, 273, 321, 322, 342, 351
Fortin, Marie - Fabienne	24, 30, 31, 317
Gilberto Andrade	147, 276
Gouveia, H. Coutinho	47, 56, 57, 58, 246, 333, 352, 353, 357
Hugues de Varine	21, 39, 46, 82, 89, 97, 100, 104, 305, 348
Jaime Cortesão	67, 68, 77, 182, 224, 225, 264, 275, 329
João Couto	7, 8, 9, 13, 14, 27, 29, 31, 32, 36, 47, 50, 53, 59, 61, 62, 65, 66, 68, 71, 72, 74, 111, 118, 119, 120, 121, 147, 168, 169, 171, 172, 173, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 212, 218, 219, 220, 222, 223, 231, 234, 236, 241, 242, 245, 246, 247, 249, 253, 255, 271, 273, 276, 278, 282, 283, 293, 294, 303, 309, 312, 314, 316, 318, 321, 322, 323, 333, 334, 335, 340, 341, 362
Joaquim de Vasconcelos	45, 111, 171, 192, 201
José de Figueiredo	45, 53, 111, 146, 172, 173, 181, 184, 194, 201, 204, 219, 236, 237, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 274, 285, 324, 325, 326, 340, 341
José Régio	176
Lacerda, Francisco de	237, 238, 239, 241, 243, 247, 249, 250, 253, 255, 323, 324, 342, 356
Le Goff	18, 340
Lucien Febvre	15, 17, 21, 38
Maria Alice Beaumont	50, 54, 147, 184, 220, 250, 276, 282, 285, 286, 289, 294, 295, 298, 343
Maria Berta Jonet	286, 289
Maria Célia Santos	46, 98, 123
Maria da Graça de Siqueira de Castello Branco	279, 324
Moreira, Fernando João	5, 21, 46, 47, 56, 58, 59, 61, 84, 101, 105, 111, 134, 166, 235, 334, 339, 353, 354
Moutinho, Mário	1, 2, 5, 21, 22, 23, 46, 81, 83, 84, 87, 91, 94, 95, 97, 101, 115, 134, 235, 263, 334, 335, 337, 339, 350, 351, 352, 353, 357
Nóvoa, António	19, 47, 65, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 88, 181, 331, 349, 356
Paulo Freire	71, 87, 89, 117, 125, 201, 330, 331, 348
Pierre Mayrand	21, 46, 97
Primo, Judite	46, 83, 85, 93, 105, 114, 317, 335, 339, 350, 354
Raul Proença	67, 68, 77, 182
Rivard, René	81, 91
Rivière, Georges Henri,	21, 39, 42, 81, 82, 89, 90, 100, 113, 114, 121, 335, 353
Rui Grácio	61, 73, 74, 118, 183, 282, 304, 309, 330, 331, 356
Sá Oliveira	14, 181, 193, 194, 339
Salazar, António de Oliveira	58, 71, 72, 73, 191, 265, 270, 330, 348
Tomás da Fonseca	66, 175, 255, 331
Valladares, Manuel	47, 109, 119, 336
Varine, Hugues	46, 81, 83, 87, 90, 103, 104, 201, 336, 355, 357

LISTA DO APÊNDICE

Entregue em suporte digital

Quadro 1: CONSERVADORES DO MUSEU-BIBLIOTECA CONDES DE CASTRO
GUIMARÃES 1930-2012

Quadro 2: AÇÕES QUE VISARAM UMA MAIOR APROXIMAÇÃO À COMUNIDADE –
ANOS 30 A 80 DO SÉCULO XX

Década de 30

Década de 40 e 50

Década de 60 e 70

Década de 80

Quadro 3: A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

Quadro 4: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Textos da autoria de João Couto

Textos da autoria de Branquinho da Fonseca

TEXTOS DE AUTORES QUE REFLETIRAM SOBRE O TRABALHO DE:

João Couto

Branquinho da Fonseca

Quadro 5: QUADROS INTERPRETATIVOS E CONTEXTUALIZADORES

João Couto

Branquinho da Fonseca

TEXTOS DE AUTORES QUE REFLETIRAM SOBRE O TRABALHO DE:

João Couto

Branquinho da Fonseca